

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO**

**ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO CONJUNTO
DE AÇÕES INTEGRANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS, DOS POLOS TURÍSTICOS COSTA DAS
DUNAS, COSTA BRANCA E SERIDÓ**

**VOLUME II
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

**JUNHO
2011**

**ELABORAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO CONJUNTO
DE AÇÕES INTEGRANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS, DOS POLOS TURÍSTICOS COSTA DAS
DUNAS, COSTA BRANCA E SERIDÓ**

**VOLUME II
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

**JUNHO
2011**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Vana Rousseff
Vice-Presidente: Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Pedro Novais Lima

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Secretário: Colbert Martins da Silva Filho

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO**

Diretor: Edimar Gomes da Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I

Cláudio Corrêa Vasques – Coordenador
Luciana Amado Guimarães – Técnica Nível Superior
Ricardo de Sousa Mendes - Engenheiro

GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rosalba Ciarlini Rosado

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO
Ramzi Giries Elali

SECRETÁRIO ADJUNTO
Luiz Eduardo Tinoco Bulhões

SUB-SECRETÁRIA DO PRODETUR
Sânzia Ferreira Cavalcanti

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO – SETUR/PRODETUR/RN
Carlos Alberto Freire Medeiros
Marilene de Brito
Rute Maria Rodrigues Pinheiro

CONSULTORIA

START PESQUISA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA

COORDENAÇÃO

Keila Brandão Cavalcanti - Socióloga
Josenita Araújo da Costa Dantas - Arquiteta e Urbanista
(Consultora Convidada)

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA AAE

Josenita Araújo da Costa Dantas – Arquiteta e Urbanista
Maria Célia Fernandes – Socióloga
Leonel Graça Generoso Pereira – Engenheiro Agrônomo

CONSULTORES TEMÁTICOS

Estudos do Turismo

Amanda Posenatto - Turismóloga
Bety Jakeliny Mendes Álvares - Turismóloga
Iluska Larissa Leite Linhares – Turismóloga
Iany Aguiar de Lima - Turismóloga
Keila Brandão Cavalcanti – Socióloga
Maria Célia Fernandes - Socióloga
Thalita Costa da Silva - Cientista Social

Economia e Estatística

Cristiane Alessandra Domingos de Araújo - Estatística
Giovani Rodrigues Junior - Economista

Estrutura Urbana e Regional

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva - Arquiteto e Urbanista
Kyvia Brandão Cavalcanti Gomes - Arquiteta e Urbanista

Infraestrutura Urbana e Redes

Aldo da Fonseca Tinoco Filho - Engenheiro Civil
Flaviane de Oliveira Silva - Engenheira Sanitarista

Meio Ambiente e Recursos Naturais

Gustavo Szilagyi - Geógrafo
Jéssica Oliveira Domingos - Tecnóloga Ambiental
Leonlene de Sousa Aguiar - Geógrafo

APOIO TÉCNICO

Karina Brandão Cavalcanti - Graduanda em Publicidade e Propaganda
Leandro de Lima Patrício - Graduando em Gestão de Recursos Humanos
Renilson do Nascimento Silva - Tecnólogo Executivo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. OBJETIVOS	16
2.1. OBJETIVO GERAL	16
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3. METODOLOGIA APLICADA	17
3.1. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	19
3.1.1. PLANO DE TRABALHO	19
3.1.2. ANÁLISE DO CONTEXTO	19
3.1.2.1. LINHA DE BASE	19
3.1.2.2. CONSULTA AOS ATORES SOCIAIS	20
3.1.2.3. DIAGNÓSTICO	20
3.1.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL	21
3.1.3.1. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS	21
3.1.3.2. CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO... ..	22
3.1.3.3. VALIDAÇÃO DA AAE	22
3.1.4. RELATÓRIO FINAL CONSOLIDADO	23
3.1.4.1. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	23
3.1.4.2. RESUMO EXECUTIVO	23
3.1.4.3. RELATÓRIO FINAL CONSOLIDADO DA AAE	23
4. LINHA DE BASE	24
4.1. POLO COSTA DAS DUNAS	24
4.1.1. CONTEXTO GERAL DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA	24
4.1.1.1. EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO NO ESTADO	26
4.1.1.2. PERNOITES GERADOS, HÓSPEDES NO PERÍODO E PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)	28
4.1.1.3. GASTO MÉDIO DIÁRIO INDIVIDUAL (GMDI) (US\$) DOS TURISTAS EM NATAL/RN	29
4.1.2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E ÁREA DE INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA	31
4.1.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA	39
4.1.3.1. ASPECTOS FÍSICOS	39
4.1.3.1.1. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS	39
4.1.3.1.2. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	40
4.1.3.1.3. SOLOS	41
4.1.3.1.4. VEGETAÇÃO	42
4.1.3.1.5. RECURSOS HÍDRICOS	43
4.1.3.1.6. O ESPAÇO URBANO	45
4.1.3.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	48
4.1.3.3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	52
4.1.3.3.1. ESTRUTURA ESTADUAL DE TURISMO	52
4.1.4. CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS	57
4.1.4.1. PRINCIPAIS ECOSSISTEMAS EXISTENTES	57
4.1.4.1.1. AMBIENTES CORALINOS	58
4.1.4.1.2. PRAIAS	58
4.1.4.1.3. DUNAS E LAGOAS	59

4.1.4.1.4. RESTINGA.....	59
4.1.4.1.5. TABULEIRO LITORÂNEO	59
4.1.4.1.6. MANGUEZAL.....	60
4.1.4.2. ÁREAS PROTEGIDAS E POTENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO.....	60
4.1.4.2.1. PATRIMÔNIO NATURAL.....	60
4.1.4.2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES	60
4.1.4.3. FRAGILIDADES E IMPACTOS AMBIENTAIS.....	62
4.1.5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA BASE LEGAL AMBIENTAL E TURÍSTICA E DOS INSTRUMENTOS DE USO E ORDENAMENTO DO SOLO	63
4.1.6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS E SOCIAIS	67
4.1.7. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DE MEIO AMBIENTE, RELEVANTES PREVISTOS PARA O POLO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR NACIONAL NO ESTADO	70
4.1.8. IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENSÕES E POTENCIAIS CONFLITOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OUTRAS PROPOSTAS DE USO DE ATIVOS AMBIENTAIS NA REGIÃO	73
4.1.9. QUADRO SÍNTESE DA LINHA DE BASE	74
4.1.9.1. COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	74
4.1.9.2. COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO.....	79
4.1.9.3. COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.....	80
4.1.9.4. COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.....	83
4.1.9.5. COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL.....	87
4.2. POLO COSTA BRANCA.....	89
4.2.1. CONTEXTO GERAL DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA	89
4.2.1.1. EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO	90
4.2.1.2. EVOLUÇÃO DA PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO ESTADO.....	90
4.2.1.3. EVOLUÇÃO DO GASTO MÉDIO DIÁRIO DO TURISTA	91
4.2.2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E ÁREA DE INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA.....	91
4.2.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA.....	97
4.2.3.1. ASPECTOS FÍSICOS	97
4.2.3.1.1. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS	97
4.2.3.1.2. GEOLOGIA	99
4.2.3.1.3. SOLOS.....	101
4.2.3.1.4. VEGETAÇÃO.....	103
4.2.3.1.5. RECURSOS HÍDRICOS	105
4.2.3.1.6. ESPAÇO URBANO	107
4.2.3.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	108
4.2.3.3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	114
4.2.3.3.1. ESTRUTURA ESTADUAL DE TURISMO	114
4.2.3.3.2. ESTRUTURA MUNICIPAL DE TURISMO.....	115
4.2.4. CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS.....	118
4.2.4.1. PRINCIPAIS ECOSSISTEMAS EXISTENTES.....	118
4.2.4.1.1. PRAIAS.....	118
4.2.4.1.2. DUNAS E LAGOAS.....	119
4.2.4.1.2. CAATINGA.....	120

4.2.4.1.2. MANGUEZAIS	121
4.2.4.2. ÁREAS PROTEGIDAS E POTENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO.....	122
4.2.4.2.1. PATRIMÔNIO NATURAL.....	122
4.2.4.2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES	122
4.2.4.2.3. ÁREAS POTENCIAIS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	123
4.2.4.3. FRAGILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS.....	125
4.2.5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA BASE LEGAL AMBIENTAL E TURÍSTICA E DOS INSTRUMENTOS DE USO E ORDENAMENTO DO SOLO	129
4.2.6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS E SOCIAIS	130
4.2.7. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DE MEIO AMBIENTE, RELEVANTES PREVISTOS PARA O POLO O SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR NACIONAL NO ESTADO	133
4.2.8. IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENSÕES E POTENCIAIS CONFLITOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OUTRAS PROPOSTAS DE USO DE ATIVOS AMBIENTAIS NA REGIÃO.....	136
4.2.8.1. AS PRAIAS	137
4.2.8.2. A CAATINGA	138
4.2.8.3. AS DUNAS E LAGOAS INTERDUNARES	138
4.2.8.4. OS MANGUEZAIS	138
4.2.9. QUADRO SÍNTESE DA LINHA DE BASE	139
4.2.9.1. COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	139
4.2.9.2. COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO.....	142
4.2.9.3. COMPONENTE DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.....	142
4.2.9.4. COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.....	144
4.3. POLO SERIDÓ	146
4.3.1. CONTEXTO GERAL DO TURISMO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA	146
4.3.1.1. EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO.....	148
4.3.1.2. EVOLUÇÃO DA PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO ESTADO.....	149
4.3.1.3. EVOLUÇÃO DO GASTO MÉDIO DIÁRIO DO TURISTA	149
4.3.2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E ÁREA DE INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA.....	149
4.3.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA.....	155
4.3.3.1. ASPECTOS FÍSICOS	155
4.3.3.1.1. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS	155
4.3.3.1.2. GEOLOGIA	157
4.3.3.1.3. SOLOS.....	158
4.3.3.1.4. VEGETAÇÃO.....	161
4.3.3.1.5. RECURSOS HÍDRICOS	163
4.3.3.1.6. ESPAÇO URBANO.....	166
4.3.3.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	175
4.3.3.3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	182
4.2.3.3.1. ESTRUTURA ESTADUAL DE TURISMO	182
4.2.3.3.2. ESTRUTURA MUNICIPAL DE TURISMO.....	183
4.3.4. CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS.....	186
4.3.4.1. PRINCIPAIS ECOSSISTEMAS EXISTENTES.....	186
4.3.4.2. ÁREAS PROTEGIDAS E POTENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO.....	189

4.3.4.2.1. PATRIMÔNIO NATURAL	189
4.3.4.2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES	190
4.3.4.2.3. ÁREAS POTENCIAIS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	193
4.3.4.3. FRAGILIDADES E IMPACTOS AMBIENTAIS	193
4.3.5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA BASE LEGAL AMBIENTAL E TURÍSTICA E DOS INSTRUMENTOS DE USO E ORDENAMENTO DO SOLO	194
4.3.6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS E SOCIAIS	195
4.3.7. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DE MEIO AMBIENTE, RELEVANTES PREVISTOS PARA O POLO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR NACIONAL NO ESTADO.	197
4.3.8. IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TENSÕES E POTENCIAIS CONFLITOS ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OUTRAS PROPOSTAS DE USO DE ATIVOS AMBIENTAIS NA REGIÃO	201
4.3.9. QUADRO SÍNTESE DA LINHA DE BASE	202
4.3.9.1. COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	202
4.8.3.2. COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	204
4.8.3.3. COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	205
4.8.3.4. COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	207
4.8.3.5. COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL	208
5. DIAGNÓSTICO	209
5.1. SITUAÇÃO GERAL DOS POLOS	209
5.2. INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA DO TURISMO	211
5.3. FATORES CRÍTICOS INTERNOS E EXTERNOS QUE CONDICIONAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO POLO	213
5.4. OPORTUNIDADES OFERECIDAS PELO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POLO	216
5.5. CONSIDERAÇÕES	218
5.6. CONCLUSÕES	219
6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DIRETOS E INDIRETOS	221
6.1. RESULTADO DOS IMPACTOS POTENCIAIS	222
6.1.1. Polo Costa das Dunas	222
6.1.2. Polo Costa Branca	229
6.1.3. Polo Seridó	238
6.2. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS NEGATIVOS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS POSITIVOS	245
7. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS	322
8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	344
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	396
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	410
REFERÊNCIAS	413
ANEXOS	416

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. ATRATIVOS TURÍSTICOS DO POLO COSTA DAS DUNAS.....	25
TABELA 02. POLO COSTA BRANCA: DISTRIBUIÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS POR CATEGORIA.	89
TABELA 03. POLO COSTA BRANCA: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES E PRODUTO INTERNO BRUTO <i>PER CAPITA</i> , 2003-2006.	112
TABELA 04. POLO SERIDÓ: DISTRIBUIÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS POR CATEGORIA.	147
TABELA 05. POLO SERIDÓ - DISTRIBUIÇÃO DO VAB (PIB) A PREÇOS BÁSICOS POR SETOR DA ATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO RN – 2005.	179
TABELA 06. IDH-M DOS MUNICÍPIOS DO POLO SERIDÓ, RN E BRASIL – 2000.	181

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO	26
QUADRO 02. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO POR TIPO DE TURISTA EM NATAL –	27
QUADRO 03. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS PERNOITES GERADOS, HÓSPEDES NO PERÍODO E PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS) DOS TURISTAS EM NATAL - 2001 A 2020.....	28
QUADRO 04. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO GASTO MÉDIO DIÁRIO INDIVIDUAL (GMDI) EM DÓLAR DOS TURISTAS DE NATAL/RN - 2001 A 2020.	30
QUADRO 05. POLO COSTA DAS DUNAS NA TIPOLOGIA DE CIDADES DO BRASIL.	32
QUADRO 06. COSTA DAS DUNAS: INDICADORES POPULACIONAIS.	35
QUADRO 07. POLO TURISMO COSTA DAS DUNAS: POSIÇÃO NA REDE URBANA.	36
QUADRO 08. COSTA DAS DUNAS: INDICADORES DE SOCIOECONOMIA.	50
QUADRO 09. COSTA DAS DUNAS: INDICADORES SOCIAIS.....	51
QUADRO 10. POLO COSTA DAS DUNAS: INSTÂNCIAS INSTITUCIONAIS.	54
QUADRO 11. ESTRUTURA MUNICIPAL DE TURISMO.	55
QUADRO 12. UCs INSTITUÍDAS ATÉ 2009 NO LITORAL ORIENTAL.....	61
QUADRO 13. UCs EM PROCESSO DE CRIAÇÃO NO LITORAL ORIENTAL.....	62
QUADRO 14. LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS VIGENTES – POLO COSTA DAS DUNAS.	65
QUADRO 15. LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS VIGENTES – POLO COSTA DAS DUNAS.	66
QUADRO 16. PRINCIPAIS PROJETOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO DO POLO COSTA DAS DUNAS.	70
QUADRO 17. EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO.	90
QUADRO 18. EVOLUÇÃO DA PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO ESTADO (EM DIAS)	90
QUADRO 19. EVOLUÇÃO DO GASTO MÉDIO DIÁRIO DO TURISTA – GMDI (EM US\$)	91
QUADRO 20. POLO COSTA BRANCA NA TIPOLOGIA DE CIDADES DO BRASIL.	93
QUADRO 21. COSTA BRANCA: INDICADORES POPULACIONAIS.....	94
QUADRO 22. POLO TURISMO COSTA BRANCA: POSIÇÃO NA REDE URBANA.	95
QUADRO 23. COSTA BRANCA: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.	109
QUADRO 24. COSTA BRANCA: INDICADORES SOCIAIS.	111
QUADRO 25. INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA	117
QUADRO 26. ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CRIAÇÃO DE UC.....	125
QUADRO 27. ZONA DE PRESERVAÇÃO.....	126
QUADRO 28. ZONA DE CONSERVAÇÃO.	127
QUADRO 29. ZONA DE AMORTECIMENTO.	128
QUADRO 30. LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS VIGENTES – POLO COSTA BRANCA.	130
QUADRO 31. LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS VIGENTES – POLO COSTA BRANCA.	130
QUADRO 32. POLO COSTA BRANCA: INSTÂNCIAS INSTITUCIONAIS.	131
QUADRO 33. PRINCIPAIS PROJETOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO DOS POLOS COSTA BRANCA	134
QUADRO 34. EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO	148
QUADRO 35. EVOLUÇÃO DA PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO ESTADO (EM DIAS)	149
QUADRO 36. EVOLUÇÃO DO GASTO MÉDIO DIÁRIO DO TURISTA – GMDI (EM US\$)	149
QUADRO 37. POLO SERIDÓ NA TIPOLOGIA DE CIDADES DO BRASIL.....	150
QUADRO 38. SERIDÓ: INDICADORES POPULACIONAIS.....	151
QUADRO 39. POLO TURISMO DO SERIDÓ: POSIÇÃO NA REDE URBANA.	152
QUADRO 40. AÇUDES COM CAPACIDADE DE ACUMULAÇÃO SUPERIOR A 5 MILHÕES DE M ³	166
QUADRO 41. SERIDÓ: INDICADOR SOCIOECONÔMICO.....	180
QUADRO 42. POLO SERIDÓ: GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO.....	183

QUADRO 43. INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇAS	185
QUADRO 44. PATRIMÔNIO NATURAL DA ÁREA DO POLO SERIDÓ.....	189
QUADRO 45. POLO TURISMO SERIDÓ: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS POR MUNICÍPIOS.....	192
QUADRO 46. ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CRIAÇÃO DE UC.	193
QUADRO 47. POLO SERIDÓ: LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS.	194
QUADRO 48. POLO SERIDÓ: LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS.	194
QUADRO 49. PRINCIPAIS PROJETOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO DO POLO SERIDÓ.	198
QUADRO 50. LEGENDA DE CORES PARA QUALIFICAÇÃO DA MAGNITUDE DOS IMPACTOS.....	246
QUADRO 51. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS.	247
QUADRO 52. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS.	266
QUADRO 53. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS.	268
QUADRO 54. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS.	276
QUADRO 55. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	283
QUADRO 56. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS.	285
QUADRO 57. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS.	294
QUADRO 58. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	300
QUADRO 59. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	304
QUADRO 60. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	308
QUADRO 61. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	312
QUADRO 62. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	314
QUADRO 63. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	319
QUADRO 64. MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS	321

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO POR TIPO DE TURISTA EM NATAL -	27
FIGURA 02. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO TOTAL EM NATAL - 2001 A 2020.....	28
FIGURA 03. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS PERNOITES GERADOS EM NATAL POR TURISTAS	29
FIGURA 04. EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO GASTO MÉDIO DIÁRIO INDIVIDUAL (GMDI) EM DÓLAR DOS TURISTAS DE NATAL-RN - 2001 A 2020.....	30
FIGURA 05. POLO COSTA DAS DUNAS.....	31
FIGURA 06. REGIÃO METROPOLITANA DO NATAL: MAPEAMENTO DAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS, REALIZADO PELO PDRMN.....	33
FIGURA 07. COSTA DAS DUNAS: CENTROS ARTICULADORES E NÚCLEOS URBANOS PRINCIPAIS.	37
FIGURA 08. COSTA DAS DUNAS: CAMPOS DE CENTRALIDADE E INTEGRAÇÃO.	38
FIGURA 09. MAPA CLIMÁTICO DO RN.	40
FIGURA 10. MAPA GEOLÓGICO DO POLO COSTA DAS DUNAS.	41
FIGURA 11. MAPA PEDOLÓGICO DO POLO COSTA DAS DUNAS.....	42
FIGURA 12. MAPA DE VEGETAÇÃO DO RN.....	43
FIGURA 13. MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RN.	44
FIGURA 14. EDIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS NA ÁREA DO PASSEIO PÚBLICO E DESRESPEITANDO A TOPOGRAFIA LOCAL – MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN.	46
FIGURA 15. EDIFICAÇÕES EM ÁREA DE ALTA DECLIVIDADE COM ACESSO PRECÁRIO -	46
FIGURA 16. IMPLANTAÇÃO ERRADA DE EQUIPAMENTO URBANO NO PASSEIO PÚBLICO -	47
FIGURA 17. ESPAÇO PÚBLICO COM RAMPAS DE ACESSIBILIDADE – CEARÁ-MIRIM/RN.	47
FIGURA 18. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS.	57
FIGURA 19. PRAIA DO MADEIRO – TIBAU DO SUL/RN.....	58
FIGURA 20. ESTUÁRIO DA LAGOA DE GUARAÍRA – TIBAU DO SUL/RN.....	59
FIGURA 21. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE.	61
FIGURA 22. POLO COSTA BRANCA.	92
FIGURA 23. COSTA BRANCA: CENTROS ARTICULADORES E NÚCLEOS URBANOS PRINCIPAIS.	96
FIGURA 24. COSTA BRANCA: CAMPOS DE CENTRALIDADE E INTEGRAÇÃO.....	97
FIGURA 25. MAPA CLIMATOLÓGICO DO POLO COSTA BRANCA.	98
FIGURA 26. MAPA GEOLÓGICO DO POLO COSTA BRANCA.	100
FIGURA 27. MAPA PEDOLÓGICO DO POLO COSTA BRANCA	102
FIGURA 28. MAPA DE VEGETAÇÃO DO POLO COSTA BRANCA	104
FIGURA 29. MAPA HIDROGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	106
FIGURA 30. RUA PARA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRE - MUNICÍPIO DE MACAU.	108
FIGURA 31. PRAIA DO FAROL – CAIÇARA DO NORTE.	119
FIGURA 32. DUNAS DO ROSADO.....	119
FIGURA 33. SERRA LÁGEA FORMOSA.	120
FIGURA 34. MANGUEZAL.....	121
FIGURA 35. PONTA DO TUBARÃO, MACAU/RN.....	123
FIGURA 36. LAJEDO DE SOLEDADE.	124
FIGURA 37. PAINEL DAS ARARAS.....	124
FIGURA 38. CARCINOCULTURA – GUAMARÉ/RN.	137
FIGURA 39. ATIVIDADE PETROLÍFERA, MACAU/RN.	138
FIGURA 40. POLO SERIDÓ: MUNICÍPIOS INTEGRANTES E MALHA RODOVIÁRIA.	150
FIGURA 41. SERIDÓ: CENTROS ARTICULADORES E NÚCLEOS URBANOS PRINCIPAIS.	153

FIGURA 42. SERIDÓ: CAMPOS DE CENTRALIDADE E INTEGRAÇÃO.....	154
FIGURA 43. CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DA ÁREA DO POLO SERIDÓ.....	156
FIGURA 44. RIO GRANDE DO NORTE: MAPA PLANI-ALTIMÉTRICO COM DESTAQUE PARA O SERIDÓ.....	157
FIGURA 45. SERIDÓ: RELEVO TÍPICO DO PLANALTO DA BORBOREMA.....	158
FIGURA 46. MAPA PEDOLÓGICO DO POLO SERIDÓ.....	160
FIGURA 47. MAPA DE VEGETAÇÃO DO POLO SERIDÓ.....	162
FIGURA 48. BACIA HIDROGRÁFICA PIRANHAS-ASSÚ.....	164
FIGURA 49. AÇUDE GARGALHEIRAS EM ACARI/RN.....	165
FIGURA 50. PASSEIO PÚBLICO EM CONFORMIDADE COM A TOPOGRAFIA LOCAL.....	167
FIGURA 51. PASSEIO PÚBLICO COM LARGURA INFERIOR A 50 CM, NÃO PERMITIDO A ACESSIBILIDADE – ACARI.....	167
FIGURA 52. PASSEIO PÚBLICO COM LARGURA INFERIOR A 50 CM, NÃO PERMITIDO A ACESSIBILIDADE – ACARI.....	168
FIGURA 53. EFEITO VISUAL DO TIPO MIRANTE.....	168
FIGURA 54. EFEITO VISUAL DO TIPO EMOLDURADO – PARELHAS.....	168
FIGURA 55. CERRO CORÁ: OCUPAÇÃO DO TIPO LINEAR DA SEDE.....	169
FIGURA 56. EDIFICAÇÕES IMPLANTADAS NO LIMITE DO LOTE – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI.....	170
FIGURA 57. PLANO MARGINAL HARMÔNICO - MUNICÍPIO DE ACARI.....	170
FIGURA 58. TRAÇADO DO TIPO “COLCHA DE RETALHOS” - MUNICÍPIO DE CAICÓ.....	171
FIGURA 59. VIA LARGA COM DUAS PISTAS DE ROLAMENTO SEPARADAS POR CANTEIRO CENTRAL - MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS.....	172
FIGURA 60. PROBLEMA DE MOBILIDADE: VIA ESTREITA, COM PASSEIO MÍNIMO - MUNICÍPIO DE ACARI.....	172
FIGURA 61. MARCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DESTAQUE DA IGREJA, POR MEIO DO ALARGAMENTO DA VIA - MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI.....	173
FIGURA 62. PRAÇA PRINCIPAL COM ÁREA DE COMÉRCIO ADJACENTE – CURRAIS NOVOS.....	173
FIGURA 63. PRAÇA SEM A PRESENÇA DE VEGETAÇÃO E SEM ACESSIBILIDADE – PARELHAS.....	174
FIGURA 64. PRAÇA AGREGADA À FUNÇÃO DE ESPORTE E CULTURA – MUNICÍPIO DE CAICÓ.....	174
FIGURA 65. PRESENÇA DE VEGETAÇÃO: ACARI, CURRAIS NOVOS, PARELHAS E.....	175
FIGURA 66. PAISAGEM PRÓPRIA DO BIOMA CAATINGA.....	187
FIGURA 67. SERRA DA FORMIGA, CAICÓ/RN.....	187
FIGURA 68. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO SERIDÓ – SERRA NEGRA DO NORTE/RN.....	190
FIGURA 69. RPPN SERNATIVO – ACARI/RN.....	191
FIGURA 70. RPPN STOESSEL DE BRITO, JUCURUTU/RN.....	191

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas se apresentam como um dos principais instrumentos para promoção do desenvolvimento de um país, região ou localidade, desde que sejam aplicadas dentro do princípio da sustentabilidade. A concretização desse novo paradigma de desenvolvimento só será possível se a sustentabilidade for considerada em sua dimensão econômica, socioespacial, político-institucional e ambiental, de forma articulada e interdependente.

Nesse sentido, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) surge como uma ferramenta metodológica para avaliar e garantir a elaboração, implantação e implementação de Políticas, Programas e Projetos, a partir de ações, estratégias e metas que conduzam ao desenvolvimento com responsabilidade ambiental.

No âmbito das políticas públicas para o turismo, reforça-se o papel relevante da AAE, no sentido de tornar essa atividade viável em suas diversas dimensões, visando implantar e/ou promover destinos turísticos sustentáveis, por meio da garantia de conservação de seus bens naturais e culturais e do bem estar das populações envolvidas, incluindo o próprio turista.

A atividade turística vem ocupando uma posição cada vez mais importante no cenário econômico mundial, aproximando-se de setores, como o de petróleo, em termos de volume de capital transacionado. O seu crescimento é responsável por benefícios sociais e econômicos, dentre os quais se destacam a geração de emprego e renda e a capacidade de estimular diferentes setores da economia em uma região ou país, apresentando-se como uma oportunidade de melhoria de uma localidade, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico e socioambiental. Mas, por outro lado, se mal planejada, a expansão da atividade não afeta apenas as condições cênicas, influenciando diretamente na qualidade de vida dos residentes e turistas, além de provocar alterações no meio ambiente natural e na cultura das comunidades locais e no entorno dos sítios turísticos.

Assim, a adoção da “**Avaliação Ambiental Estratégica**” (AAE) como instrumento de suporte ao planejamento setorial, na avaliação das questões socioambientais associadas às possíveis opções de desenvolvimento do turismo e à visão de sustentabilidade desejada pelos atores sociais relevantes, tem sido progressivamente utilizada.

A aplicação da AAE, no âmbito do PRODETUR NACIONAL/RN, está definida como uma ação de caráter estratégico no contexto do processo de planejamento do desenvolvimento do turismo em suas diversas áreas de atuação, frente aos possíveis impactos ambientais negativos associados às intervenções propostas pelo Programa. Desse modo, a sua elaboração serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidos pelo Programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS), sendo requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, que por sua vez reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e o cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A elaboração da presente AAE é focada na avaliação do conjunto de ações que integram os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), dos polos integrantes do PRODETUR/RN (Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó), cujo conteúdo constitui o presente documento, composto dos seguintes itens: *i)* Plano de Trabalho (Anexo); *ii)* Análise do Contexto, contemplando a Linha de Base e o Diagnóstico; *iii)* Identificação e Análise dos Impactos; *iv)* Cenários de Desenvolvimento do Turismo; *v)* Monitoramento e Avaliação e; *vi)* Conclusões e Recomendações.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Identificar e avaliar, previamente, os efeitos ambientais cumulativos das propostas de ação estratégica e das alterações ambientais em grande escala, das ações previstas nos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS para os Polos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó, que constituem o PRODETUR Nacional no Rio Grande do Norte.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar e avaliar os possíveis impactos provenientes das ações definidas nos PDITS sejam eles positivos ou negativos, considerando as características da dimensão ambiental, social, econômica e política;
- Desenvolver os cenários futuros considerando, inclusive, a situação em que as ações previstas nos PDITS não seriam implementadas;
- Construir alternativas para as ações já definidas, visando minimizar os impactos identificados, a partir de uma avaliação da viabilidade ambiental, social, econômica e política.

3. METODOLOGIA APLICADA

Como pode ser observada na literatura sobre o tema, a AAE, pela sua natureza, como instrumento de avaliação ambiental mais apropriado para subsidiar a tomada de decisão quando se refere a Políticas, Planos e Programas, vem apresentando um número significativo de experiências de sua aplicação, seja em tratado entre nações, em processos onde o bem público esteja sendo transferido ao capital privado, em programas operacionais de ajustamento ou de estruturação, em consonância com instrumentos de planejamento orçamentário, como os Planos Plurianuais ou planos de desenvolvimento integrado (no caso, o PRODETUR), podendo ser utilizada tanto pelo Estado como pelo setor privado (MTur,2003).

Neste sentido, é possível que existam várias metodologias diferentes para se elaborar uma AAE, em decorrência dos diversos contextos e objetivos que cada uma apresentar e também pela complexidade que é o processo de tomada de decisão, além da diversidade de dados que cada uma disporá para sua execução (MTur, 2003).

O desenvolvimento de uma AAE tem por objetivo principal a incorporação dos princípios de sustentabilidade na elaboração de uma Política, de um Plano ou de um Programa (PPP). Essa atividade já vem sendo desenvolvida no contexto das estruturas de planejamento de países desenvolvidos e em desenvolvimento e sua implementação pressupõe a avaliação dos impactos ambientais relevantes, que excedem a esfera dos projetos isolados, já que envolve a análise das interferências de políticas, planos e programas de desenvolvimento no meio ambiente.

A aplicação da AAE no âmbito do PRODETUR NACIONAL está definida como uma ação de caráter estratégico no contexto do processo de planejamento do desenvolvimento do turismo, em suas áreas de atuação, frente aos possíveis impactos ambientais negativos associados às intervenções propostas pelo Programa. O MTur está introduzindo no PRODETUR NACIONAL uma nova abordagem de gestão do turismo, a partir da integração de Polos turísticos estaduais. No Rio Grande do Norte, em atendimento ao Regulamento Operacional do PRODETUR NACIONAL, estão sendo elaborados para cada Polo turístico os respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).

A metodologia para elaboração da AAE sobre o conjunto de ações integrantes do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, dos Polos Turísticos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó tomou como base estudos similares realizados no âmbito do PRODETUR NACIONAL e em estudos realizados por especialistas. A experiência internacional no setor de turismo é recente e se limita a poucos estudos e projetos-piloto, visando adequar o planejamento do setor à realidade socioambiental das regiões em que foram aplicados.

Na abordagem metodológica adotada para a presente AAE, deve-se ressaltar que sua concepção, além de propiciar a identificação das possíveis implicações socioambientais do programa, possibilita a participação da sociedade, por intermédio de atores sociais relevantes, contribuindo no debate especializado sobre as perspectivas do desenvolvimento do turismo no Estado. Tendo em conta sua especificidade, foram definidos quatro pressupostos metodológicos:

- A AAE deve abranger o conjunto de ações identificadas no âmbito dos PDITS;
- A metodologia adotada observa as experiências e técnicas de abordagem nacional e internacional consultadas, com adaptações necessárias à escala das ações estratégicas que compõem os PDITS e as orientações estabelecidas no Termo de Referência. Assim, os detalhes nas informações e nos resultados constantes do Relatório Final da AAE não devem ultrapassar o nível de detalhamento dos respectivos Planos;

- Como referencial para elaboração da AAE, considera-se os documentos disponibilizados pela UEE e da política nacional, utilizados na elaboração dos PDITS;
- A consulta aos atores relevantes ou especialistas, em se tratando de ações de desenvolvimento integrado, deve utilizar técnicas que busquem o consenso a respeito do evento futuro, por meio de pesquisas qualitativas realizadas, de acordo com a necessidade, em rodadas sucessivas.

O processo de elaboração da AAE é, então, uma atividade que deve se desenvolver prioritariamente durante a elaboração das PPPs. Nesse sentido, foi desenvolvido em quatro momentos:

I – Elaboração da linha de base e consolidação do diagnóstico, considerando os dados disponíveis no diagnóstico do PDITS, complementados com a aplicação da metodologia DELPHI, fazendo sua sistematização, com vistas à identificação dos fatores críticos e elementos centrais a serem considerados na construção dos cenários;

II – Avaliação das ações já definidas, identificando e avaliando os possíveis impactos provenientes de sua implantação, sejam eles positivos ou negativos, considerando a dimensão ambiental, social, econômica e política;

III – O desenvolvimento de cenários dos espaços onde as ações serão implantadas, adotando-se a opção da não intervenção, a opção do PDTIS e uma terceira opção de sustentabilidade;

IV – A construção de alternativas/recomendações para as ações (**Preparação do Relatório Final**), visando à minimização dos principais impactos identificados e visualizados nos cenários, de forma a compor alternativas mais adequadas, levando em consideração os pressupostos de sustentabilidade.

O processo de elaboração da AAE foi estruturado em quatro etapas específicas: plano de trabalho, elaboração da linha de base e diagnóstico; avaliação ambiental das ações propostas para o desenvolvimento do turismo nos Polos e relatório final.

1ª Etapa:

1. Elaboração do Plano de Trabalho

2ª Etapa:

2. Análise do contexto (linha de base e diagnóstico)

- 2.1. Levantamento e sistematização de dados/informações da situação atual dos Polos;
- 2.2. Consulta a atores sociais relevantes;
- 2.3. Consolidação dos dados/informações, constituindo o diagnóstico.

3ª Etapa:

3. Avaliação ambiental das ações propostas

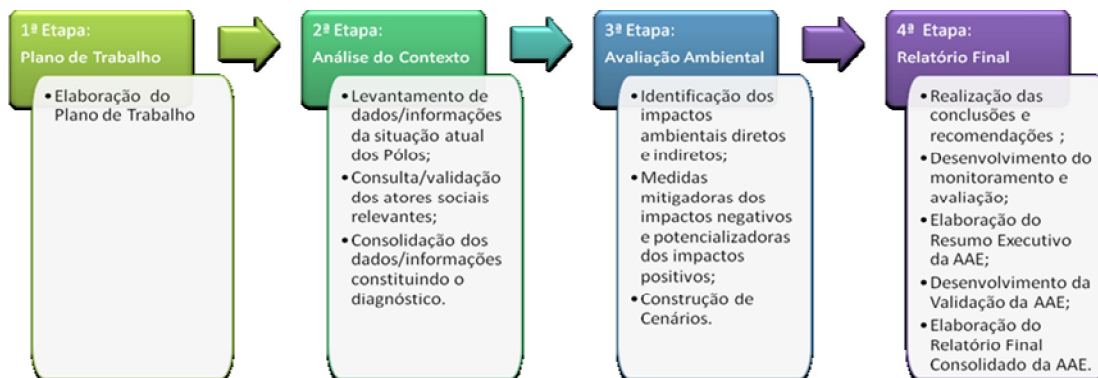
- 3.1. Identificação e avaliação dos impactos ambientais diretos e indiretos;
- 3.2. Medidas mitigadoras dos impactos negativos e potencializadoras dos impactos positivos;
- 3.3. Construção de cenários;

4ª Etapa:

4. Consolidação das discussões e relatório final

- 4.1. Elaboração das conclusões e recomendações
- 4.2. Desenvolvimento da proposta de monitoramento e avaliação
- 4.3. Elaboração do Resumo Executivo da AAE.
- 4.4. Validação da AAE
- 4.5. Elaboração do Relatório Final Consolidado da AAE

FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES



3.1. Descrição das Etapas

3.1.1. Plano de Trabalho

Elaborado a partir do Termo de Referência, o Plano de Trabalho torna explícita a metodologia a ser utilizada na elaboração da AAE. Destaca as etapas de execução de todo o processo, os mecanismos e fluxos das atividades, o cronograma de execução, bem como a equipe técnica responsável pela elaboração da mesma.

3.1.2. Análise do Contexto

3.1.2.1. Linha de Base

Na descrição da linha de Base foram identificados os principais aspectos relacionados aos componentes e ações estratégicas. A identificação se deu a partir da seleção das ações e intervenções avaliadas, como uma espécie de filtro, tendo como objetivo resguardar os pontos que de fato são importantes para a elaboração da AAE, separando os impactos que devem ser estudados daqueles que não apresentam relevância para o estudo, resultando no levantamento de dados/informações disponíveis, conforme roteiro e forma de apresentação prevista no Termo de Referência.

3.1.2.2. Consulta aos Atores Sociais

O Termo de Referência apresentado pela UEE sugere a adoção do método DELPHI como forma de estruturar o processo de comunicação grupal na obtenção de consenso a respeito das ações estratégicas e futuras, através de rodadas sucessivas de entrevistas, de acordo com a necessidade. Neste sentido, a seleção dos atores sociais relevantes deve ter como referências a representação das instituições governamentais, privadas e não governamentais previamente identificadas e agrupadas em conformidade com os cinco componentes que constituem o conjunto articulado de ações e projetos dos PDITS de cada um dos Polos: **Produto, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Gestão Ambiental**. Estes representantes foram distribuídos conforme relação anexa, observando os parâmetros sugeridos nas experiências publicadas da aplicação da técnica DELPHI.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário elaborado, tendo com base a síntese das informações disponíveis, contendo questões **controversas** relacionadas com as ações propostas.

Considerando que a consulta leva em conta a avaliação de ações em definição e o limitado prazo para realização da AAE, a pesquisa foi dividida nas seguintes fases:

I – Elaboração do questionário inicial – ocorreu logo após a conclusão da Linha de Base, a partir da sistematização dos dados do diagnóstico integrante dos PDITS, o que permitiu uma definição clara dos objetivos da pesquisa e do que se queria apreender, sempre observando o tamanho e a objetividade dos questionários;

II – Tabulação e análise dos dados – seguiu as orientações do método DELPHI, com apresentação dos resultados através de sua mediana e dos quartis 25 e 75. Foram apresentadas também, as respostas que se encontram fora da faixa normal, com as devidas justificativas, para orientação dos especialistas no decorrer da segunda rodada. De acordo com a necessidade, algumas questões seguirão estratégia de tabulação diferente. Montou-se um programa de computação para facilitar os trabalhos de tabulação;

III – Elaboração do questionário subsequente – tabulados e analisados os dados, o novo questionário é elaborado fornecendo as respostas que já atingiram consenso e que estão encerradas e repetindo as questões onde exista diversidade de respostas, sendo aplicado aos mesmos especialistas. Devido aos resultados alcançados e ao tempo disponível, optamos por não realizar outra rodada.

IV – Tabulação e análise – repetiria o mesmo procedimento anterior;

V – Relatório Final – texto representando o resultado da opinião qualitativa dos especialistas consultados, para os quais se disponibilizou o relatório final.

3.1.2.3. Diagnóstico

O diagnóstico apresenta o enfoque analítico das ações, para cada Polo, a partir da Linha de Base, complementado com os resultados da pesquisa aplicada com os especialistas, identificando e caracterizando as condições e implicações ambientais, sociais e econômicas, expressando os desafios que envolvem a implantação das ações, e indicando os fatores críticos internos e externos que condicionam a sustentabilidade do turismo para os Polos. O diagnóstico, apresentado com o auxílio de quadros, gráficos, figuras e texto, contém, em linhas gerais, a visão geral sobre o turismo nos Polos, conforme a abordagem acima, as considerações finais sobre a prática do turismo e as conclusões.

3.1.3. Avaliação Ambiental

3.1.3.1. Identificação e Avaliação dos Impactos

A necessidade de aplicar a avaliação de impacto a níveis estratégicos de decisão na definição de políticas, planos e programas na AAE visa incluir um olhar específico sobre as questões ambientais e assegurar a sustentabilidade das decisões estratégicas. Neste sentido, as finalidades da avaliação podem ser resumidas como:

- Fornecer informação para o processo de decisão relativamente às consequências ambientais (em sentido amplo, incluindo os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais) das ações;
- Promover a transparência e a participação do público nos processos de decisão;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável;
- Incluir requisitos para o acompanhamento da implantação das políticas, dos planos e programas.

Baseado nos princípios da avaliação de impacto que regem os Estudos de Impacto Ambiental, a identificação e avaliação dos impactos ambientais dos PDITS dos Polos tem como objetivo analisar a ação estatal em seu conjunto, servindo de subsídios na tomada de decisão ao disponibilizar informações sobre as consequências ambientais das ações governamentais e quais as alternativas de mitigação.

Assim, na presente AAE foi procedida a identificação e avaliação dos potenciais impactos resultantes do conjunto de ações e intervenções propostas nos PDITS de cada Polo, agrupadas pelos componentes: Produto, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Gestão Ambiental.

De acordo com o procedimento adotado na elaboração dos PDITS, para cada ação ou projeto, foi apresentada a avaliação preliminar de potencialidades, fragilidades e riscos, bem como dos possíveis reflexos socioambientais, positivos e negativos, indicando as medidas para evitar/mitigar ou compensar os impactos negativos identificados e para potencialização dos aspectos positivos. Para isso, é procedida a identificação, avaliação e classificação dos impactos potenciais dos PDITS, conforme orientações estabelecidas no Termo de Referência, da seguinte forma:

I – Impactos Diretos (positivos e negativos) – hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);

II – Impactos Indiretos ou Estratégicos (positivos e negativos) – hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, social, econômica, cultural e institucional);

III – Impactos Cumulativos / Sinérgicos (positivos e negativos) – analisados segundo a sua interação, cumulatividade e sinergismo. Para o levantamento destes impactos, é necessária uma abordagem global, sistêmica do conjunto de ações e suas interações;

IV – Fatores Críticos Internos e Externos – os fatores críticos internos e externos correspondem aos elementos ou aspectos que não são necessariamente impactos, mas que são importantes para compor o contexto em que serão construídos e descritos os cenários de desenvolvimento, possibilitando que sua análise possa ser elaborada com maior precisão, com base em algumas variáveis de contorno, indicativas das tendências do setor, como, por exemplo, as taxas nacionais e internacionais de crescimento do turismo (externos) ou a estrutura logística local (internos). Assim, fornecem elementos estratégicos,

locais ou não, que podem influenciar os impactos já levantados nos itens de A a C, potencializando-os.

São selecionados alguns parâmetros a serem usados como indicadores dos impactos. A partir deles, é feita a definição das ações de acompanhamento e monitoramento dos possíveis impactos da implementação das ações em cada um dos PDITS.

3.1.3.2. Construção e Avaliação dos Cenários de Desenvolvimento Turístico

A partir do mapeamento dos fatores críticos, inicia-se a fase de construção e avaliação de cenários futuros do PRODETUR/RN nos Polos Costa Branca, Costa das Dunas e Seridó e tem início com a proposta de Visão de Futuro, ou seja, o futuro desejado para cada uma das regiões que constituem os Polos e os Objetivos de Sustentabilidade (os meios propostos para se atingir um futuro sustentável), construídos a partir da expectativa dos atores sociais e governo, envolvidos na realização da AAE.

O Termo de Referência recomenda que o estudo de Cenários inicie com a construção do **Cenário de Referência (CR)**, ou seja, uma projeção da situação atual decorrentes da caracterização do ambiente indicada na Linha de Base e no Diagnóstico Estratégico sem, portanto, ser considerada a hipótese de implementação do Programa; seguido do **Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)**: compreendendo a projeção das tendências decorrentes da implementação do Programa, contendo a identificação das mudanças que seriam introduzidas no ambiente e sua avaliação do ponto de vista da contribuição que fará à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável dos Polos, Regiões e Municípios contemplados no Programa, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras Regiões do país. E, a partir da realização de uma avaliação comparativa dos dois cenários anteriores, será construído o **Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)**, no qual são explicitadas as recomendações:

- De ajustes, correções e ações complementares que devem ser introduzidas no Programa;
- De medidas e instrumentos que o complementem, seja em termos de regulação, gestão pública, mitigação de impactos, indução de vetores de transformação do espaço etc.; e
- De ajustes / complementações nos respectivos PDITS.

3.1.3.3. Validação da AAE

Encerrada as atividades relacionadas à 4ª etapa e consolidado a versão preliminar, são mobilizados o Conselho Regional e o CONETUR, para apresentação do resumo executivo, bem como da avaliação das conclusões e recomendações sobre as ações para cada um dos Polos.

A participação destes Conselhos na discussão do Relatório Preliminar da AAE, realizada de forma simultânea à validação dos PDITS, deve ser entendida como um instrumento político-pedagógico de contribuições conclusivas sobre as alternativas de ações mais adequadas do ponto de vista ambiental e socioeconômico, que deve subsidiar a tomada de decisões.

3.1.4. Relatório Final Consolidado

3.1.4.1. Conclusões e Recomendações

As conclusões e recomendações são apresentadas em um documento técnico consolidado, que permita visualizar todas as etapas do trabalho, em versão final, com a incorporação dos ajustes, complementações e recomendações resultantes do processo de validação.

O relatório final da AAE, segundo alguns autores, deve incluir uma proposta de monitoramento, estruturada de forma similar ao processo de avaliação de impacto ambiental, pressupondo o estabelecimento de parâmetros e indicadores de desempenho dos PDITS e dos resultados ambientais obtidos pelos Planos, cujas funções principais são:

- Como elemento de controle para o aprimoramento das técnicas de previsão utilizadas na AAE;
- Como forma de verificação e fiscalização quanto a implementação das medidas mitigadoras estabelecidas na AAE.

No que diz respeito à AAE, por se tratar da avaliação de um Plano que envolve diversas ações de responsabilidade do poder público, essa é uma atividade que será realizada por instituições públicas setoriais, as quais são mais adequadas para o controle. Deverão ser estabelecidas rotinas e responsabilidades de fiscalização e acompanhamento da implantação das ações e definido, a partir do conteúdo das ações, o prazo de revisão da AAE de cada Polo.

3.1.4.2. Resumo Executivo

O resumo executivo dá início ao Relatório Preliminar e contém uma síntese do documento, abrangendo todos os trabalhos realizados e os principais resultados alcançados na AAE. Este resumo também pode ser desenvolvido em forma de PowerPoint, servindo como ferramenta de apresentação do trabalho nos debates de validação em reunião dos Conselhos Regionais e Estadual de Turismo.

3.1.4.3. Relatório Final Consolidado da AAE

O Relatório Final da AAE incorpora os itens indicados no Termo de Referência, podendo seu escopo ser alterado em decorrência das especificidades observadas ao longo da sua execução.

4. LINHA DE BASE

4.1. Polo Costa das Dunas

4.1.1. Contexto Geral do Turismo na Área de Abrangência

O Rio Grande do Norte é um dos Estados do Nordeste que vem registrando maiores taxas de crescimento nas atividades voltadas para o turismo, beneficiado com a insolação durante 300 dias do ano, com 410 km de faixa litorânea, onde se destacam praias de rara beleza com extensas áreas de dunas, onde se realizam os famosos passeios de *buggy*. O Estado conta ainda com a riqueza dos ambientes coralíneos, manguezais, as lagoas, a mata atlântica, os sítios arqueológicos e o maior cajueiro do mundo, localizado na praia de Pirangi do Norte. No interior destacam-se: as águas termais, os campos petrolíferos, as salinas, as riquezas arqueológicas e a região de mineração.

Todos esses atrativos, somados à rica gastronomia, têm colocado o Estado numa posição de destaque no turismo nacional, dando um grande impulso à rede hoteleira.

A partir das primeiras ações estruturantes do PRODETUR/NE I, que investiram largamente em infraestrutura de acesso, dentre elas a ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo, esses números sofreram uma variação positiva a partir do momento em que mais vôos regulares chegaram ao Rio Grande do Norte. A continuidade das ações foi outro fator preponderante para o crescimento do turismo. Os investimentos advindos do PRODETUR/NE II tentaram, não só completar e complementar as ações do PRODETUR I, como também minimizar os impactos negativos advindos das primeiras intervenções.

Esse conjunto das ações trouxe confiança para que empresários investissem em Natal e arredores e abrissem seus empreendimentos, ampliando a oferta de produtos e serviços oferecidos aos turistas, bem como criando postos de trabalhos e mais oportunidades de emprego para a população.

O **Polo Costa das Dunas** é o principal ponto receptor de turistas no Rio Grande do Norte, em virtude de nele se situarem Natal e Tibau do Sul, os dois principais destinos turísticos do estado. Considerando-se os maiores atrativos do Polo, vê-se que sua vocação natural é o turismo litorâneo (extenso litoral de águas mornas, dunas, falésias e lagoas), em virtude da utilização dos recursos naturais como principais atrativos turísticos, sendo concebida a denominação de turismo de *sol e praia* para a região.

Natal, com sua infraestrutura de serviços, faz papel de centro receptor e irradiador de turistas para os demais municípios, agregando e incorporando à sua marca, diversos outros atrativos e produtos localizados fora de seu limite territorial, passando por vários municípios: dunas de Jenipabu, passeios de *buggy* pelos litorais ao norte e ao sul da cidade, Cajueiro de Pirangi, lagoas de Nísia Floresta, Parrachos de Pirangi e Maracajaú, lagoas de Pitangui e Jacumã, entre outros.

Tibau do Sul, em especial a praia da Pipa, é o segundo destaque no turismo do estado e do Polo Costa das Dunas. O *mix* de praias, falésias e a congregação de pessoas das mais variadas nacionalidades e culturas proporciona à Pipa uma diferenciação e charme que atrai os turistas. Ao contrário da maior parte dos municípios que integram o Costa das Dunas, Tibau do Sul e, mais especificamente, Pipa conta com certa autonomia como destino turístico, mas ainda depende em grande parte da infraestrutura de outros municípios.

É perceptível que os municípios litorâneos, em função da vocação natural e prioridade do Polo para o turismo de *sol e praia*, destacam-se em relação àqueles que não possuem litoral. Por isso, muitas das ações pensadas para o Polo Costa das Dunas concentram-se no

litoral, como forma de melhor qualificá-lo paisagística e ambientalmente para receber o turista.

A associação de Natal e, por consequência, de todo conjunto de municípios que compõem o Polo Costa das Dunas, a um destino de lazer e férias litorâneo é muito forte e já está consolidada nos mercados nacional e internacional. Por isso, a importância de continuar os investimentos para fortalecer os produtos turísticos do Polo. Utilizando fortemente os recursos naturais como produto para o turismo, é fundamental que tais áreas estejam sob constante fiscalização, controle e proteção, a fim de garantir a sustentabilidade de tais recursos.

Contudo, concentrar todos os investimentos apenas no segmento *sol e praia* é insuficiente. Muitos dos turistas que já estiveram em Natal podem retornar e a falta de novos atrativos, novos produtos, novos lugares para serem descobertos, podem frustrar as expectativas de viagem. Por isso, faz-se imprescindível diversificar o *mix* de produtos e destinos. Uma das alternativas é investir no turismo histórico-cultural, seja através da estruturação de corredores culturais, de roteiros turísticos ou da formatação de novos produtos que enfoquem esse segmento.

Concomitantemente às ações que visem estruturar os produtos e destinos em si, prevêem-se ainda ações de qualificação de mão de obra, fortalecimento da capacidade de planejamento para o turismo das prefeituras municipais e melhoria da infraestrutura específica de turismo, especialmente, por meio da criação e reestruturação de equipamentos de atendimento ao turista.

A sistematização de um conjunto de informações, não apenas do turismo, mas sobre a economia, os aspectos sociais, o meio ambiente, a história e a cultura constituem o diagnóstico estratégico para compor o quadro das condições do turismo no Polo Costa das Dunas.

Os atrativos turísticos do Polo Costa das Dunas foram totalizados em 451 elementos, divididos em cinco grupos: naturais, histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados, sendo o grupo de maior destaque o dos atrativos naturais, com 36% do total.

TABELA 01. Atrativos Turísticos do Polo Costa das Dunas

Categoria	Atrativos Turísticos	Participação (%)
Naturais	161	36,0
Histórico-culturais	128	29,0
Manifestações e usos populares	114	25,0
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	06	1,0
Acontecimentos Programados	42	9,0
Total	451	100,0

Fonte: Prefeituras Municipais, Guia 4 Rodas, SETUR/RN.
 Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os dados confirmam a predominância dos atrativos naturais na oferta turística do Polo Costa das Dunas, abarcando 36% do universo. O Polo Costa das Dunas possui apenas 04 municípios dos 18 que não são banhados pelo mar. São eles: Arez, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu.

Logo após, com 29%, estão os atrativos e recursos histórico-culturais que também exercem função importante na oferta turística encontrada no Polo Costa das Dunas. As manifestações e usos populares aparecem com 25%, os acontecimentos programados

representam 9% da oferta e, finalmente, com 1% aparecem às realizações técnicas e científicas contemporâneas.

Vale ressaltar, contudo, que nem todos esses elementos são aproveitados turisticamente. Isto porque, apesar da beleza ou potencial de atrair pessoas, eles ainda não foram apropriados turisticamente, não estão sendo visitados ou não possuem grande destaque regional. Nesse contexto, os atrativos naturais, especialmente aqueles que se integram ao litoral, são os de maior destaque no Polo Costa das Dunas.

No Polo Costa das Dunas grande parte da dinâmica turística está assentada nos atrativos naturais, representados por praias, dunas, lagoas, mangues, falésias, mata atlântica, dentre outros elementos paisagísticos naturais, distribuídos pelos municípios que o compõem. Essa imagem natural sagrou-se como a imagem do destino turístico Natal que, nesse aspecto, representam também a do Rio Grande do Norte, nacional e internacionalmente, sendo os turismos de lazer e de sol e praia os principais nichos mercadológicos do Estado.

Ademais, as condições climáticas impulsionam e favorecem o aproveitamento dos atrativos naturais para a atividade turística, já que se tem um grande número de dias de sol ao ano e praias com águas mornas e calmas. Por isso, Natal, sua capital é conhecida como “Cidade de Sol”, sendo este *slogan* bastante associado a campanhas publicitárias e promocionais do Estado.

4.1.1.1. Evolução do fluxo turístico no Estado

No período de 2002 a 2010, o fluxo turístico no estado do Rio Grande do Norte cresceu 83,78%, um crescimento anual médio de 8,18% a cada ano. O fluxo turístico doméstico cresceu 91,78% e o internacional 14,28%. Em 2010, estima-se que o estado recebeu aproximadamente 2,62 milhões de turistas, em média aproximadamente 218 mil turistas por mês, como pode ser observado no Quadro 01 apresentado a seguir.

QUADRO 01. Evolução do Fluxo Turístico

ANO	DOMÉSTICO		INTERNACIONAL		TOTAL DE TURISTAS	
	Quantidade	Variação	Quantidade	Variação	Quantidade	Variação
2002	1.276.769	-	147.117	-	1.423.886	-
2003	1.245.830	-2,42%	205.793	39,88%	1.451.623	1,95%
2004	1.501.071	20,49%	282.270	37,16%	1.783.341	22,85%
2005	1.737.511	15,75%	344.183	21,93%	2.081.694	16,73%
2006	1.887.718	8,64%	299.162	-13,08%	2.186.880	5,05%
2007	1.923.000	1,92%	255.951	-14,44%	2.179.925	-0,32%
2008	1.971.502	2,47%	229.979	-10,15%	2.201.481	1,00%
2009	2.146.466	8,87 %	181.020	-21,29%	2.327.486	5,72%
2010*	2.448.632	14,08%	168.131	-7,12%	2.616.763	12,43%

(*) Estimativa Preliminar. Os dados referentes ao fluxo turístico do Estado ainda não foram fechados.

O fluxo de turistas que chega à Natal sofreu considerável aumento de 2001 a 2008, chegando a crescer cerca de 23,65% nesse período. Para 2020, a previsão é de que desembarque 2.166.681 turistas, o que representa praticamente o dobro de turistas em 20 anos.

Tanto brasileiros, quanto estrangeiros desembarcaram mais em Natal, sendo o intervalo de tempo de 2004 a 2006 aquele com maior concentração de turistas estrangeiros. Nesse período, diversos vôos *charters* chegavam semanalmente ao Aeroporto Internacional Augusto Severo. Com a diminuição de tais vôos, o fluxo de turistas internacionais caiu. Em

relação aos turistas nacionais, a tendência vem sendo também de crescimento, apresentando uma pequena baixa em 2008, provavelmente causada pelos efeitos da crise econômica.

É importante frisar que o ano de 2014 deve representar um incremento no fluxo de turistas nacionais e internacionais para Natal, uma vez que a cidade foi escolhida como uma das cidades para sediar a Copa do Mundo. Ao mesmo tempo, é muito provável que o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante já esteja em pleno funcionamento, possibilitando, assim, maior número de vôos e capacidade do Rio Grande do Norte em receber mais turistas.

QUADRO 02. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico por Tipo de Turista em Natal – 2001 a 2020

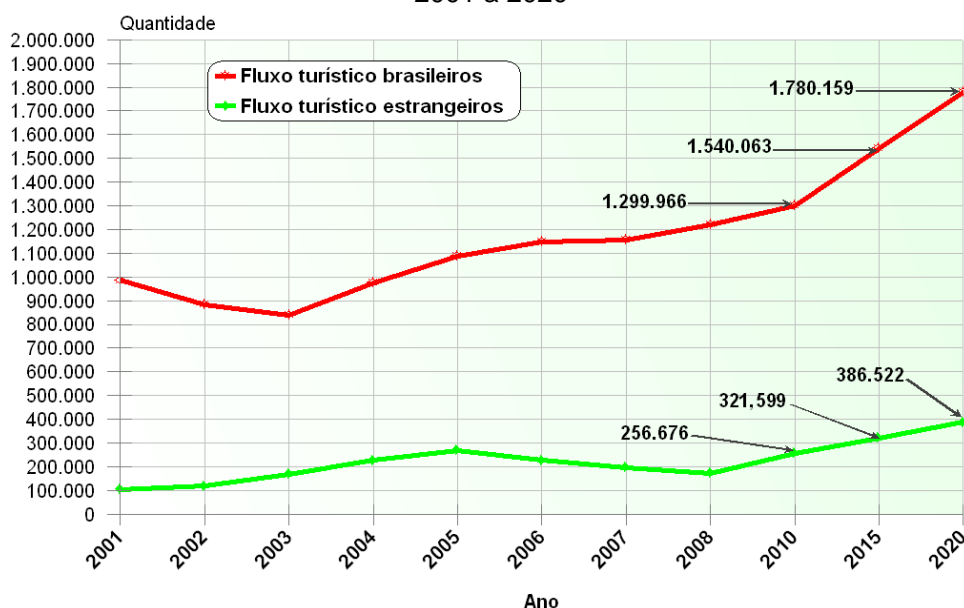
Ano	Fluxo Turístico Brasileiros	Fluxo Turístico Estrangeiros	Fluxo Total
2001	985.095	104.015	1.089.110
2002	882.227	117.467	999.694
2003	837.911	168.855	1.006.766
2004	975.296	226.915	1.202.211
2005	1.086.016	269.664	1.355.680
2006	1.147.221	226.012	1.373.233
2007	1.155.009	196.118	1.351.127
2008	1.218.104	173.047	1.391.151
2010	1.299.966	256.676	1.556.643
2015	1.540.063	321.599	1.861.662
2020	1.780.159	386.522	2.166.681

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 01. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020

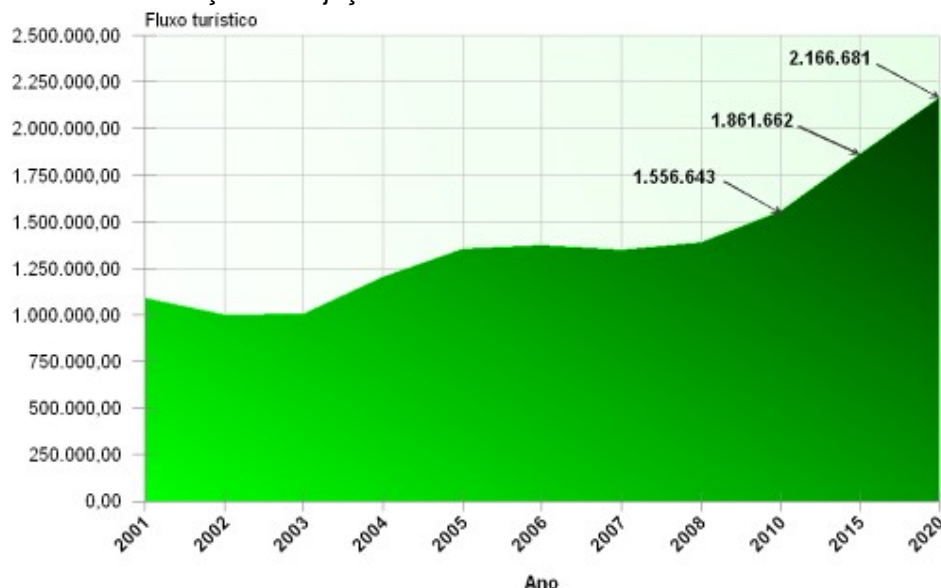


Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 02. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico Total em Natal - 2001 a 2020



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

4.1.1.2. Pernoites Gerados, Hóspedes no Período e Permanência Média (dias)

Conforme os outros indicadores, anteriormente mencionados, o número de pernoites gerados, hóspedes no período e permanência média do turista (em dias) também sofreu acréscimo de 2001 a 2008, apresentando queda de 2006 para 2007.

Em 2001, eram 1.397.827 pernoites gerados para 382.573 hóspedes no período que permaneceram, em média, 3,65 dias. Em 2008, foram registrados 1.949.523 pernoites, 684.362 turistas no período e permanência média de 3,35 dias. Para 2020, a projeção é que a quantidade de dias caia a 3,20, sendo 1.016.190 hóspedes no período para 3.251.951 pernoites gerados.

QUADRO 03. Evolução e Projeção dos Pernoites Gerados, Hóspedes no período e Permanência Média (dias) dos Turistas em Natal - 2001 a 2020.

Ano	Pernoites Gerados	Hóspedes no período	Permanência média (dias)
2001	1.397.827	382.573	3,65
2002	1.369.492	416.004	3,29
2003	1.421.369	414.501	3,43
2004	1.705.156	493.622	3,45
2005	1.965.271	564.836	3,48
2006	1.942.429	581.805	3,34
2007	1.907.402	579.153	3,29
2008	1.949.523	582.357	3,35
2010	2.255.653	684.362	3,30
2015	2.712.607	850.276	3,19
2020	3.251.951	1.016.190	3,20

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 03. Evolução e Projeção dos Pernoites Gerados em Natal por Turistas – 2001 a 2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

4.1.1.3. Gasto Médio Diário Individual (GMDI) (US\$) dos Turistas em Natal/RN

O Gasto Médio Diário Individual – GMDI – é um dos indicadores mais importantes do turismo. De 2001 até o ano de 2008, houve grande incremento: passando de US\$ 31,79 para US\$ 75,36, ou seja, mais que duplicou nesse período de tempo.

A presença de maior número de produtos e serviços, como bares, restaurantes, centros de compra e artesanato, passeios, equipamentos de lazer, etc., que são consumidos na cidade podem ter contribuído para a elevação desse número.

Conforme foi observado também em outros indicadores, o crescimento do GMDI se interrompeu em 2007, mas já apresentou sinais de recuperação, mesmo tímidos, em 2008. De acordo com as projeções para 2020, esse valor chegará a US\$ 170,87: quase seis vezes superior ao valor encontrado em 2001.

QUADRO 04. Evolução e Projeção do Gasto Médio Diário Individual (GMDI) em Dólar dos Turistas de Natal/RN - 2001 a 2020.

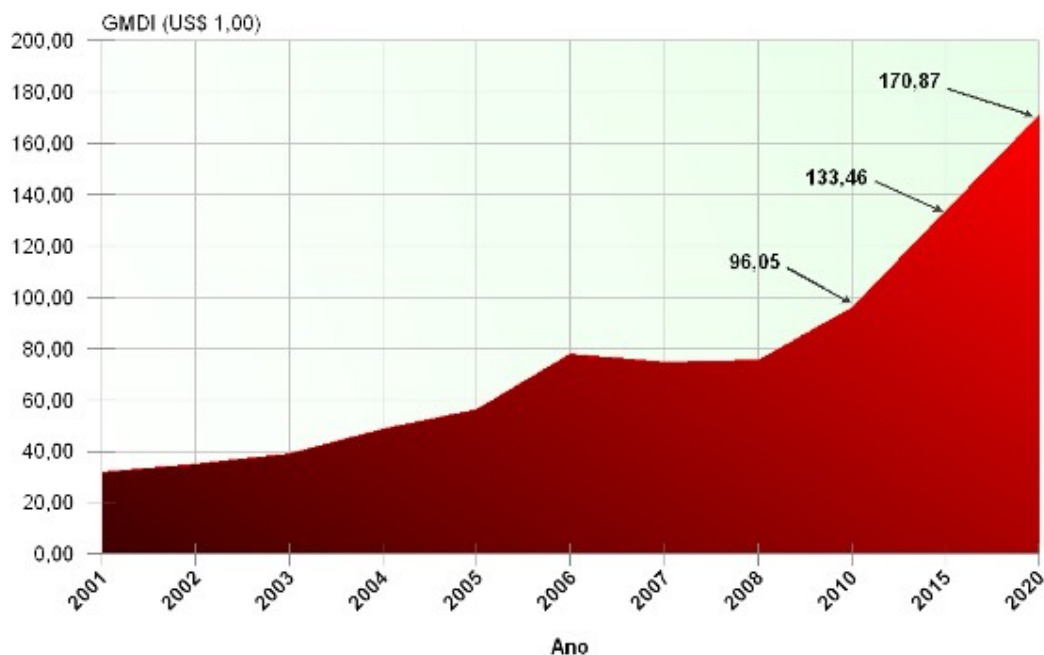
Ano	GMDI (US\$1,00)
2001	31,79
2002	35,01
2003	39,06
2004	48,82
2005	56,31
2006	78,10
2007	74,78
2008	75,36
2010	96,05
2015	133,46
2020	170,87

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 04. Evolução e Projeção do Gasto Médio Diário Individual (GMDI) em Dólar dos Turistas de Natal-RN - 2001 a 2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

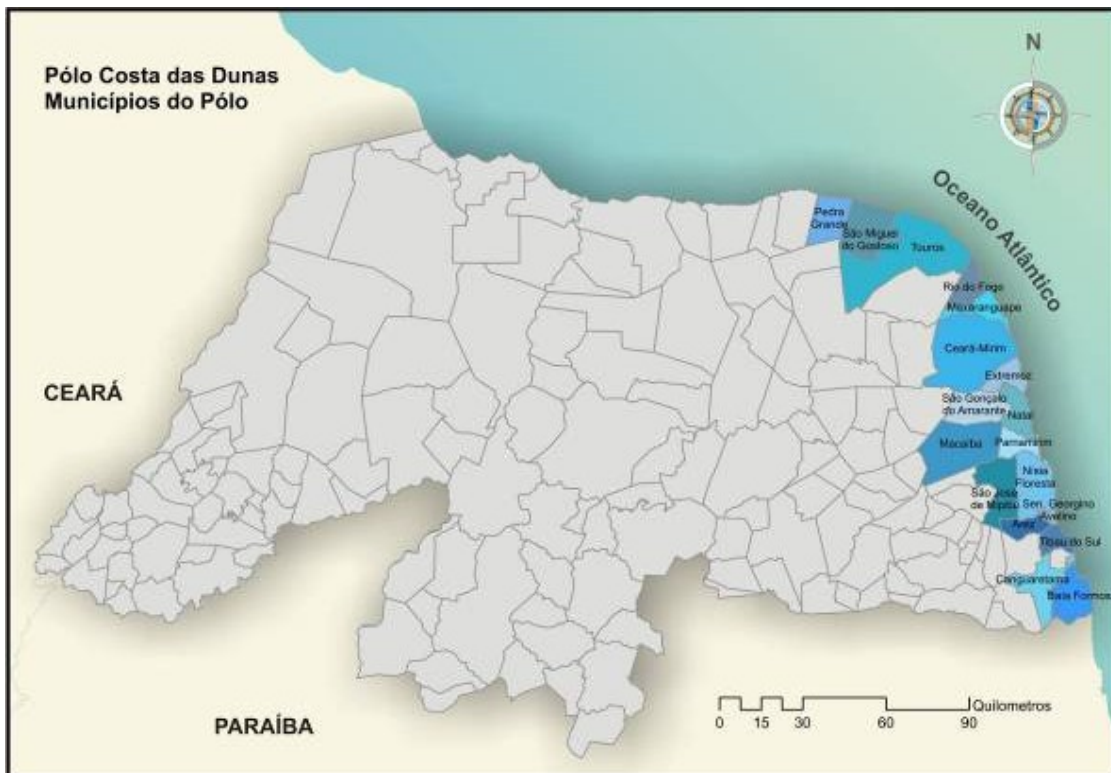
Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

4.1.2. Identificação da Área de Influência Direta e Área de Influência Estratégica

O processo de elaboração da AAE contempla as ações preliminarmente definidas nos PDITS, cuja área de influência constitui o Polo Costa das Dunas, que abrange os seguintes municípios: Natal, Parnamirim, São José de Mipibu, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arez, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa.

FIGURA 05. Polo Costa das Dunas.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A caracterização da área de influência baseou-se nos estudos realizados pelo Observatório das Metrópoles (2008), que lança mão de uma análise multivariada (população, instrução, renda, depósitos bancários, PEA, IPTU, mobilidade pendular e instalação sanitária), permitindo agrupar por tipologias de 1 a 4 os municípios do Polo Costa das Dunas e classificá-los de acordo com seu grau de pobreza interna, de A (melhor posição) até D (pior posição dentro do Tipo) assim caracterizando a rede urbana do Polo. Este estudo mostrou-se apropriado para este contexto, uma vez que o fluxo da atividade turística acompanha a disponibilidade de infraestrutura e a consolidação da rede urbana, pois depende do apoio destas, uma vez que sua ausência torna-se um forte fator impeditivo no processo de transformação dos atrativos locais em produtos turísticos, lógica da qual não foge o caso do Rio Grande do Norte. Tanto a infraestrutura e as cidades influenciam o turismo quanto este influencia a evolução dos mesmos.

QUADRO 05. Polo Costa das Dunas na Tipologia de Cidades do Brasil.

TIPOLOGIA DE CIDADES	MUNICÍPIOS DO POLO COSTA DAS DUNAS
TIPO 1 – D	Extremoz
TIPO 2 – B	Natal e Parnamirim
TIPO 3 – B	São Gonçalo do Amarante
TIPO 3- D	Macaíba, São José de Mipibu, Canguaretama e Ceará-Mirim, Nísia Floresta e Touros
TIPO 4 – A	Tibau do Sul e Arez
TIPO 4 – C	São Miguel do Gostoso
TIPO 4 – B	Rio do Fogo, Sen. Georgino Avelino, Baía Formosa e Maxaranguape
TIPO 4- D	Pedra Grande

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2008.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Pelo estudo do Observatório das Cidades, os municípios do Polo Costa das Dunas apresentam diferenciações nos quatro Tipos de Microrregiões, desde a hegemonia de Natal e Parnamirim com os melhores indicadores (Classe B), até Pedra Grande, que está na Tipologia 4, Classe D com dinâmica econômica e social preocupantes. Há uma concentração de seis municípios no Tipo 3, Classe D, o que indica alguma capacidade de reação da economia municipal, pois percebe-se variação positiva do PIB, embora a pobreza interna seja um obstáculo ao desenvolvimento dessa tendência.

Ainda na questão urbana relacionada ao turismo, informações relevantes constam do Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal (PDRMN), desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com consultoria técnica da CEPLAN e UFRN (2008).

O Plano abrange nove municípios que constituem a Região Metropolitana de Natal (RM Natal), sendo que destes, oito estão inseridos no Polo Costa das Dunas. Embora esse Plano Metropolitano não seja direcionado exclusivamente ao turismo, contém elementos fundamentais para o desenvolvimento dessa atividade no litoral, pois estabelece diagnósticos e cenários para quase metade dos municípios do Polo, entre eles aqueles onde o turismo está consolidado e em fase de consolidação.

O Plano Metropolitano lembra que 72% dos estabelecimentos turísticos do RN concentram-se na Região Metropolitana de Natal, sendo que destes, 83% estão na capital (PDRMN, 2008, p. 11).

Em relação às *tendências e diretrizes*, o PDRMN destaca para o turismo:

- Crescimento mundial do movimento turístico, com realce para o turismo cultural e ecológico, contemplando também a expansão do turismo da chamada terceira idade, estimulado pelo envelhecimento da população mundial com renda elevada;
- Crescimento contínuo da demanda por turismo no mundo, fator de fundamental importância para uma região que tem vocação natural para as atividades turísticas e que vem crescendo de forma intensa;
- Como ameaça, o PDRMN destaca a continuidade do fluxo de turismo baseado em diversão noturna com foco em práticas sexuais e a especulação imobiliária no litoral.

O PDRMN propõe então estabelecer para a Região Metropolitana do Natal três macrozonas de ordenamento e dinâmica econômica: **uma zona central** (com Natal e Parnamirim como municípios concentradores), **uma zona de turismo** que partindo de Natal irradia ao sul e ao

norte pelo filamento litorâneo e **uma zona interiorizada** definida pelo espaço rural dos demais municípios.

Por fim, o PDRMN especifica os projetos prioritários que o governo estadual deverá implementar para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável da Região. Em relação ao **turismo** destacam-se os seguintes objetivos:

- Consolidar a cadeia produtiva do turismo na RMN, procurando adensar elos complementares, fortalecendo os mais frágeis e integrando novos;
- Estruturar novos produtos e destinos turísticos no espaço metropolitano, que contemplem os atrativos histórico-culturais, religiosos e ecológicos;
- Promover a atividade turística como fator de inclusão sócioespacial;
- Fomentar a competitividade do produto turístico estadual no contexto regional;
- Divulgar a capacidade receptiva e o patrimônio histórico-cultural e ambiental do território metropolitano e territórios adjacentes;
- Desenvolver mecanismos de promoção de associativismo e cooperativismo com vistas à melhoria da produção e comercialização do artesanato local e de outros produtos típicos da região.

FIGURA 06. Região Metropolitana do Natal: mapeamento das dinâmicas socioeconômicas e ambientais, realizado pelo PDRMN.



Fonte: PDRMN, 2008, volume 4 e 5, p. 22

O desenvolvimento do Programa deverá ser conduzido buscando atingir os seguintes resultados ou metas:

- Produção de novos roteiros turísticos e de lazer que, associados aos roteiros de *sol e praia*, promova a expansão da atividade turística na Região Metropolitana;
- Produção de Plano de Desenvolvimento Turístico que contemple, não apenas a proposta do turismo de *sol e praia*, mas que valorize as potencialidades turísticas vinculadas ao patrimônio cultural e religioso;
- Produção de um inventário turístico da RMN, destacando as potencialidades históricas, culturais e ambientais do território metropolitano;
- Implementação de uma política de agregação de valor aos produtos artesanais das localidades;
- Construção de uma base de dados georeferenciados de informações sobre a dinâmica do mercado turístico da RMN, bem como sobre os ativos e atrativos existentes e seu grau de uso.

O PDRMN foi finalizado e aprovado em 2008, e espera-se sua implementação como elemento fundamental para o desenvolvimento da região, incluindo a sobreposição com o Polo Costa das Dunas. Observa-se que este Plano direciona suas prioridades de forma convergente com as estratégias e ações propostas no PRODETUR/RN e seus PDITS, devendo-se buscar integração de esforços de planejamento e ação nos setores de governo responsáveis pelas duas iniciativas.

A identificação dos espaços urbanos relevantes dentro do Polo considerou a noção de centralidade já expressa nos estudos do Observatório das Metrôpoles (2008) e no dimensionamento levou-se em conta: a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial; o papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; o tamanho populacional; existência de empresas formais e indicadores sociais.

Para efeito de análise da rede urbana, foram considerados todos os municípios integrantes do **Polo Costa das Dunas** e os indicadores utilizados foram divididos em três setores: População, Socioeconomia e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os mapeamentos anteriores, entretanto, já permitem clarificar uma predominância dos municípios de Natal e Parnamirim como “cabeças de rede”, isto é, centralidades econômicas e populacionais que ordenam à região. O objetivo da organização das variáveis é a construção de uma hierarquia (tipo *rank*) que posicione todos os municípios do Polo Costa das Dunas em face da “cabeça de rede”.

O resultado final colocou Natal como principal centro articulador e Polo da Região Metropolitana, seguido por Parnamirim como Centro Articulador 2. Esses dois centros, de modo integrado, comandam a rede urbana, mas sem alcançar diretamente os núcleos mais isolados – Canguaretama e Baía Formosa (no sul), São Miguel do Gostoso, Rio do Fogo e Touros (ao norte). Entretanto, o peso de Natal como Polo e capital do estado permite indicar uma influência indireta nestes núcleos desconectados da rede principal.

Os Quadros 06 e 07 abaixo mostram a dinâmica de crescimento populacional e a posição de cada município na rede urbana.

Na figura 07 percebe-se a relação dos núcleos urbanos com a malha viária, bastante capilar no sentido Natal, Parnamirim e Macaíba e mais linear ao sul e ao norte, indicando menores possibilidades de deslocamento dentro da rede.

Na figura 08, o raio de influência direta de Natal alcança até Nísia Floresta (sul) e Ceará-Mirim (norte) nos extremos da metrópole; suas linhas de conectividade são bastante ativas e

densas no sentido sul (Macaíba, Parnamirim, São José de Mipibu e Nísia Floresta) e apenas radiais ao norte.

Assim, o estudo da rede urbana do Polo Costa das Dunas permite indicar uma forte relação de centralidade no entorno de Natal, mas que não permite uma maior complexidade em todo o Polo, sendo este formado por duas realidades: uma centralizada na força da RM Natal e outra do tipo “arquipélago”, com municípios desconectados. Uma linha de conurbação litorânea, porém, integra o sul e o norte, embora de modo ainda inicial. Como já ressaltamos, esta mesma lógica também está associada ao desenvolvimento da atividade turística.

QUADRO 06. Costa das Dunas: Indicadores Populacionais.

Município	População total em 2007 (abs.)	Valor	Taxa Crescimento Populacional 91-2000 (%)	Valor	População Urbana 2000 (%)	Valor	Densidade Demográfica Urbana 2000 (Hab/Ha)	Valor
Natal	774.230	5	1.81	2	100	5	51,27	2
Parnamirim	172.751	3	7.9	5	87,53	5	191,14	4
São Gonçalo do Amarante	77.363	2	4.86	4	14,11	1	112,20	4
Macaíba	63.337	2	2.65	3	65,67	4	80,89	3
São José de Mipibu	36.990	2	2.44	3	44,69	3	87,21	3
Nísia Floresta	22.906	2	3.56	3	45,37	3	222,17	5
Sen. Georgino Avelino	3.690	1	2.44	3	22,02	2	85,33	3
Arez	12.236	1	0.18	1	59,71	3	128,22	4
Tibau do Sul	10.959	1	2.98	3	16,62	1	61,54	2
Canguaretama	29.334	2	1.51	2	62,65	4	182,15	5
Baía Formosa	8.466	1	0.9	1	81,43	5	105,92	4
Extremoz	21.792	2	3.07	3	68,56	4	166,44	5
Ceará-Mirim	65.450	3	2.04	3	49,40	3	71,26	3
Maxaranguape	8.969	1	4.96	4	37,71	2	25,45	1
Rio do Fogo	9.753	1	2.5	3	39,28	2	86,67	2
Touros	29.436	2	6.97	—	27,24	2	12,42	1
São Miguel Do Gostoso	8.810	1	6.72	—	38,28	2	98,31	3
Pedra Grande	3.918	1	1,59	2	32,16	2	74,04	3

Fonte: Censo IBGE

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

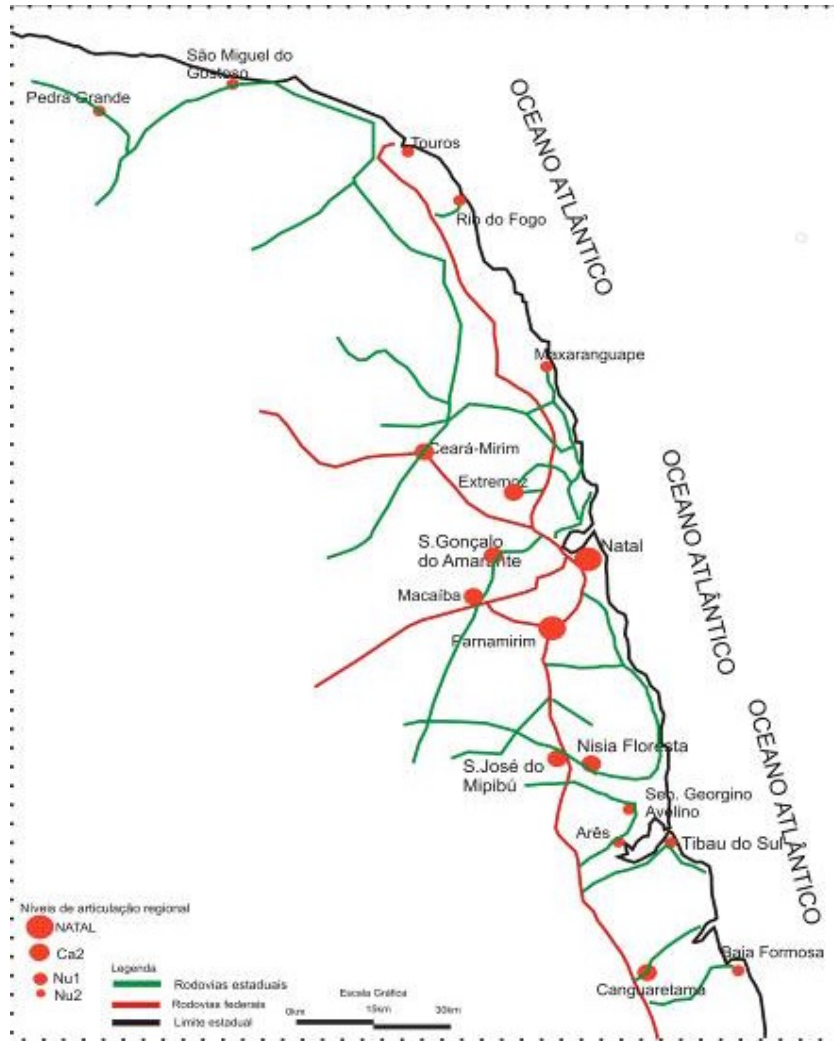
QUADRO 07. Polo Turismo Costa das Dunas: posição na Rede Urbana.

MUNICÍPIO	POSIÇÃO
Natal	39
Parnamirim	37
São Gonçalo do Amarante	24
Macaíba	27
São José de Mipibu	23
Nísia Floresta	23
Sen. Georgino Avelino	14
Arez	18
Tibau do Sul	14
Canguaretama	23
Baia Formosa	20
Extremoz	24
Ceará-Mirim	23
Maxaranguape	15
Rio do Fogo	13
Touros	14
São Miguel do Gostoso	11
Pedra Grande	13

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

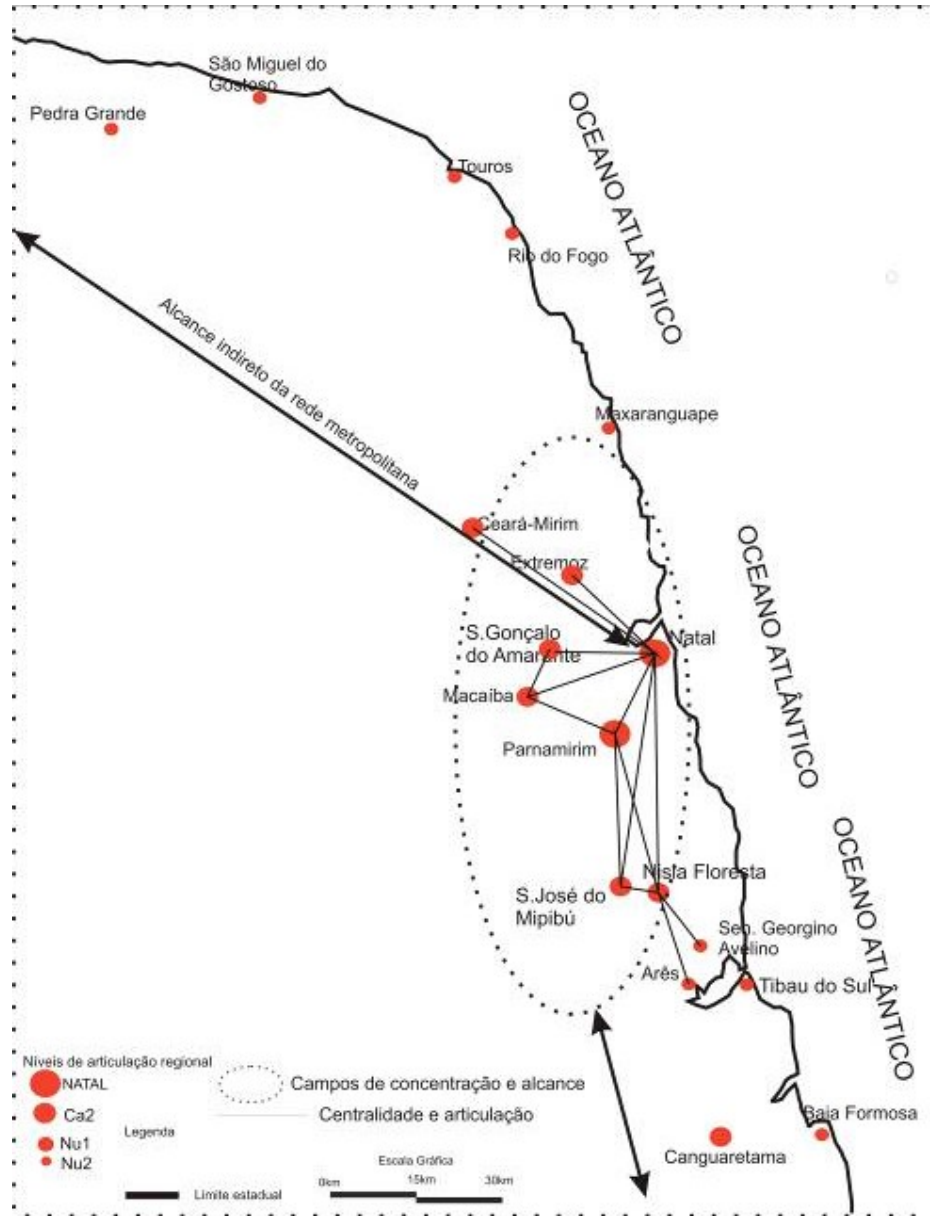
A Figura 07 organiza os Centros e Núcleos Urbanos conforme a ligação física (viária) entre eles, abstraindo os limites municipais. A Figura 08 interpreta essa hierarquia a partir de ligações de polarização.

FIGURA 07. Costa das Dunas: Centros Articuladores e Núcleos Urbanos Principais.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 08. Costa das Dunas: Campos de Centralidade e Integração.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Assim, como hipótese geral, pode-se concluir, de modo objetivo, que densidade econômica e social do Polo Costa das Dunas – em suas diversas atividades – passa necessariamente pelos fluxos existentes na área metropolitana, sendo que a vitalidade de toda a rede (em seus diversos níveis) depende das políticas de investimentos públicos e/ou privados que ocorrem em Natal e nos Nu1 existentes, entre estes, aqueles destinados ao turismo.

4.1.3. Caracterização Geral da Área

O Polo Costa das Dunas está limitado ao Sul pela praia de Sagi, município de Baía Formosa e ao Norte pelo município de Pedra Grande, nas proximidades da Lagoa Cutia, ocupando toda a zona litorânea da mesorregião Leste Potiguar. Apresenta-se com aproximadamente 210 km de extensão, distribuídos em praias arenosas e falésias, intercaladas por áreas de vales.

4.1.3.1. Aspectos Físicos

4.1.3.1.1. Condições Climáticas

O Rio Grande do Norte, cujos pontos extremos são limitados pelos paralelos de 4°49'53" e 6°58'57" de latitude sul e pelos meridianos de 34°58'03" e 38°36'12" de longitude oeste de Greenwich, está situado próximo ao Equador, o que lhe confere características climáticas bem específicas, como o verão seco e a presença do sol durante a maior parte do ano.

A temperatura média anual do Estado está em torno de 25,5°C, com máxima de 31,3° e mínima de 21,1°, sendo sua pluviometria bastante irregular. O número de horas de insolação mostra pouca variação, de 2.400 a 2.700 horas por ano e a umidade relativa do ar apresenta uma variação média anual entre 59 e 76%.

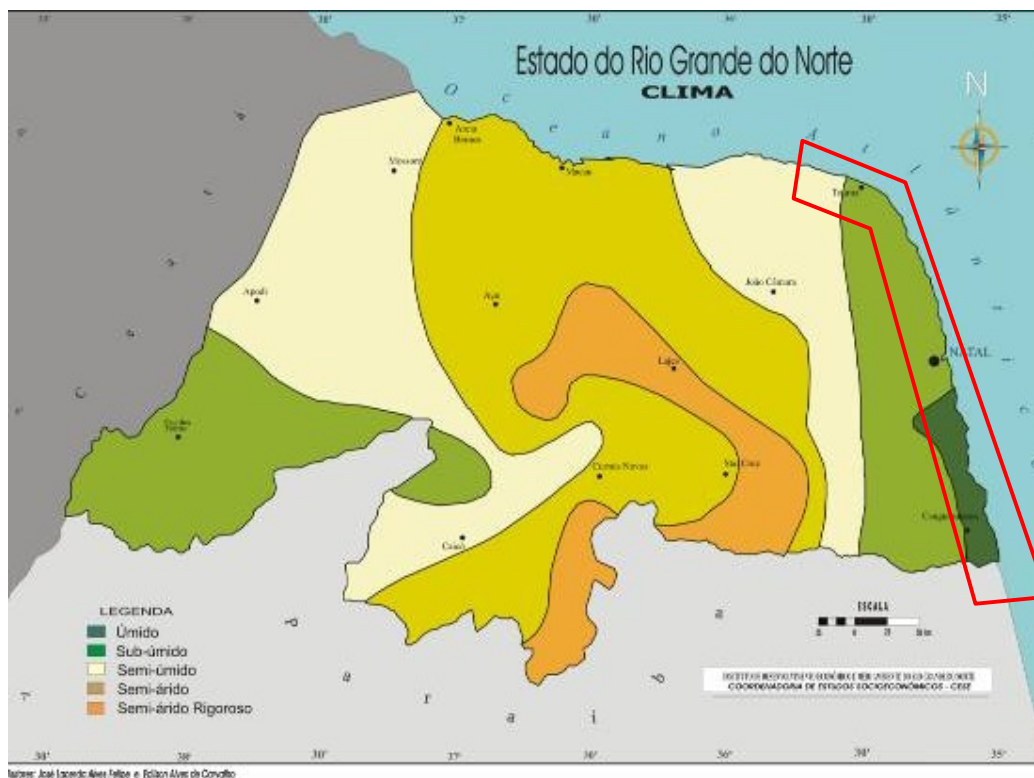
A região litorânea possui características ímpares e o clima a individualiza das outras regiões.

- Temperatura média da água do mar de 27° C;
- 300 dias aproximadamente de sol por ano.

No Litoral Oriental, predomina o sub-úmido, que se torna mais seco à medida que se avança para o interior do continente. Comumente, na região de clima sub-úmido ocorre um excedente de água que vai de 150 a 450 mm durante os meses de março a junho, aproximadamente. A proximidade com o oceano provoca amenidades climáticas em relação à temperatura e elevação da umidade, propiciando inclusive uma maior exuberância da vegetação que se concentra nesta faixa. Quanto ao clima úmido, verifica-se que na estação meteorológica de Natal há um excedente pluviométrico de 1.040 mm (média dos últimos anos), distribuído de fevereiro a julho, enquanto as estações de Canguaretama e São José de Mipibu têm um excedente de água de 400 mm, distribuído de abril a julho. Na porção mais ao Norte do Polo, onde se localizam os municípios de São Miguel do Gostoso e Pedra Grande, percebem-se mudanças nas características climáticas, com a presença de clima semi-úmido, que associado a solos diferenciados decorrentes de formação geológica também diferente, resulta em uma cobertura vegetal de transição mais característica de um clima com déficit hídrico.

Os ventos alísios e úmidos do sudeste, que predominam no Litoral Oriental (Polo Costa das Dunas), amenizam a ação do sol, tornando possível uma permanência mais prolongada nas praias e favorecendo a prática de esportes náuticos.

FIGURA 09. Mapa Climático do RN.



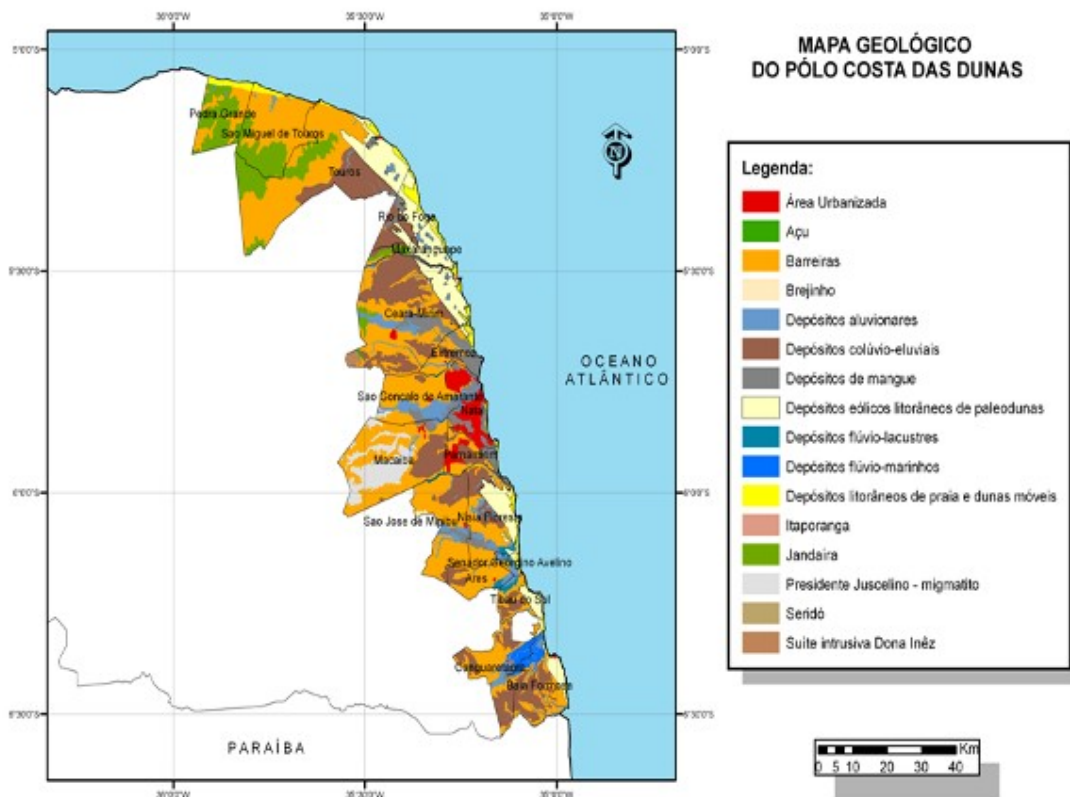
Fonte: Anuário Estatístico do RN, 2007.

4.1.3.1.2. Geologia e Geomorfologia

Os municípios do Polo Costa das Dunas encontram-se assentados predominantemente sobre uma estrutura de rochas sedimentares, de formação mais recente, originada das eras Mesozóica e Cenozóica, que resultam em solos geralmente profundos, e a porosidade das rochas permite a formação de grandes aquíferos, rios e lagoas permanentes.

São representados por formações do Grupo Barreiras, recobertas por Dunas que se estendem ao longo de toda a costa do Rio Grande do Norte. Constituem-se em ambientes frágeis quanto ao equilíbrio ecológico, sendo de grande importância para a recarga das águas subterrâneas e alimentação de rios, riachos e lagoas costeiras.

FIGURA 10. Mapa Geológico do Polo Costa das Dunas.



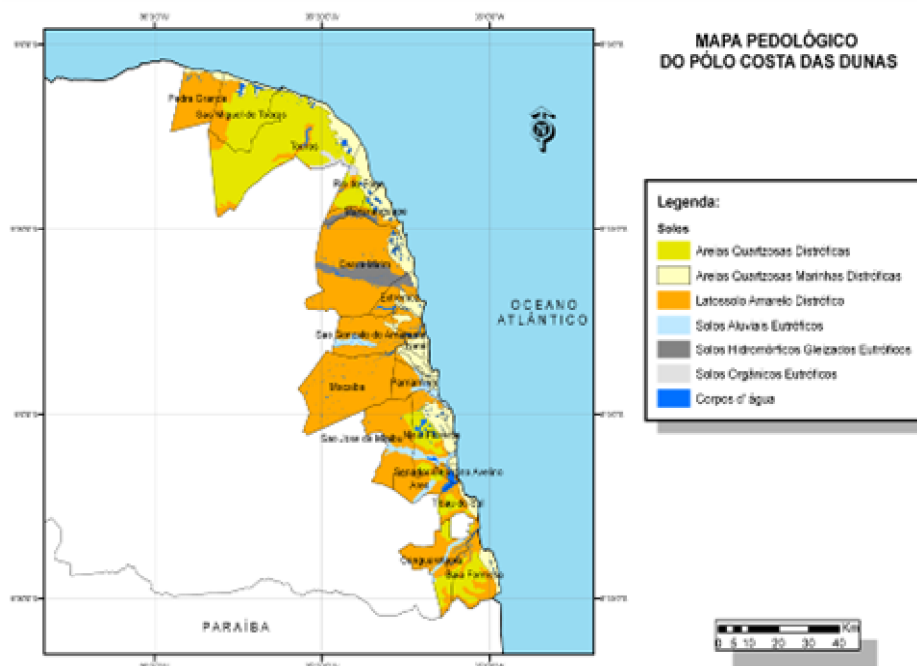
Fonte: Hudson Carvalho, 2009.

4.1.3.1.3. Solos

Encontram-se no território abrangido pelos municípios do Polo Costa das Dunas os seguintes tipos de solos:

- Latossolo Vermelho Amarelo: ocupam quase todo o litoral do Estado e caracterizam-se por solos profundos maiores que um metro, bem drenados, porosos, friáveis, com baixos teores de matéria orgânica e predominantemente ácidos;
- Neossolos (Areias Quartzosas, Regossolos, Solos Aluviais, Solos Litólicos): presentes também em quase todo o litoral e na margem dos principais rios, são solos não hidromórficos, arenosos, desde ácidos até alcalinos e excessivamente drenados. Apresentam grande variação com relação à profundidade efetiva (muito profundo – Areias Quartzosas; raso e pouco profundo – Litólicos), bem como com relação à fertilidade natural (baixa – Areias Quartzosas; alta – Litólicos);
- Solos de Mangue: ocorrem principalmente nas desembocaduras dos rios, como o Potengi e o Curimataú. São solos salinos, com grande quantidade de matéria orgânica.

FIGURA 11. Mapa Pedológico do Polo Costa das Dunas.



Fonte: Hudson Carvalho, 2009.

4.1.3.1.4. Vegetação

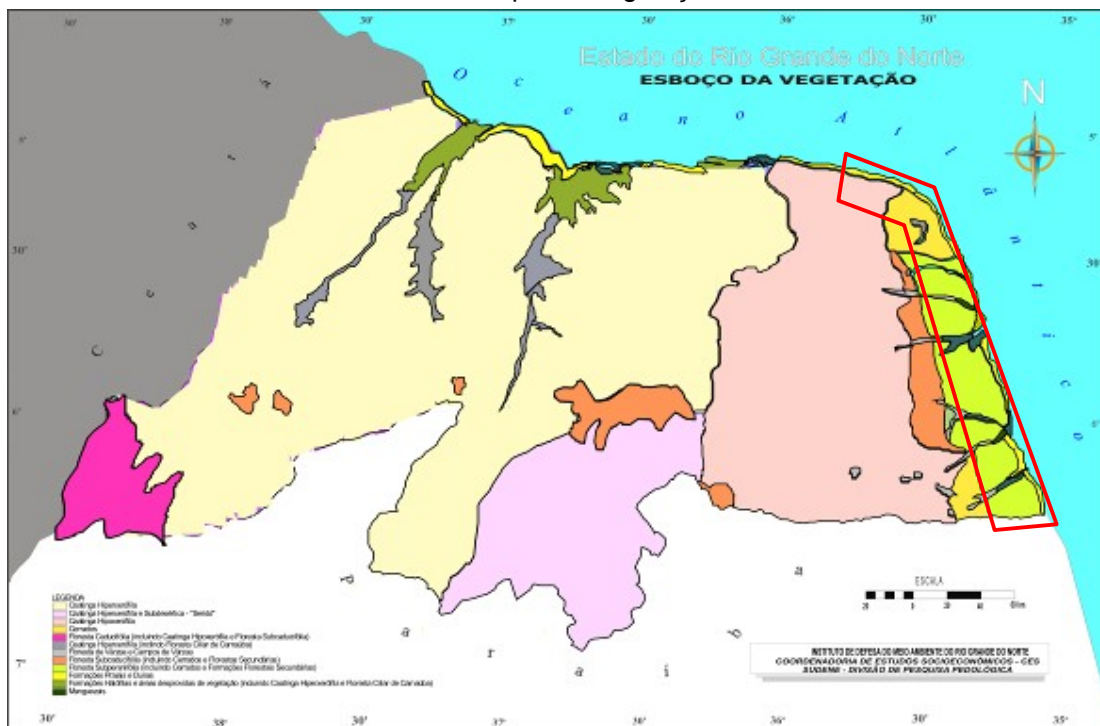
O Estado apresenta, predominantemente, 2 (duas) formações distintas de vegetação, diretamente influenciadas pelos fatores climáticos e o tipo de solo: Caatinga (hiperxerófila e hipoxerófila) e Mata Atlântica.

No Polo Costa das Dunas, são verificadas formações vegetais associadas aos remanescentes do Bioma Mata Atlântica, como matas dunares e de tabuleiro, restinga e manguezal, presentes somente em algumas regiões tropicais do planeta. No Rio Grande do Norte, alguns desses ecossistemas têm passado por processo de degradação, desde o período colonial, mas ainda são presenciadas áreas bastante representativas ao longo do Polo, principalmente nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro evidenciou para esta área do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, o total de 101.856 hectares de cobertura vegetal nativa (Imagens SPOT, 1998, escala 1:50.000), correspondendo a 27,5% desse espaço costeiro, distribuídos da seguinte forma: 9,4% da Formação Vegetal Tabuleiro Litorâneo; 5,6% de Mata de Duna Litorânea Densa; 4,4% de Mata de Duna Litorânea Rala; 2,6% de Mata Ciliar (margem dos rios) e, 2,4% do Manguezal. Lembramos que atualmente esta cobertura vegetal representa menos de 27,5% dessa área costeira. Embora seja um grande atrativo e elemento importante para a indústria do turismo, ressalta-se sua importância para a manutenção dos recursos hídricos e proteção do solo.

Devido à ocupação acelerada dessa região, vários impactos foram causados a esses ecossistemas, reduzindo a Mata Atlântica a remanescentes secundários, em níveis de estágios avançados, médio e inicial de regeneração, fragmentados. Esse bioma abriga uma flora e fauna autóctone, com espécies raras, endêmicas e/ou em processo de extinção, como: a sucupira *Bowdichea virgilioides*; a maçaranduba *Manilkara af. amazonica*; o macaco guariba *Alouatta belzebul*; o pintor verdadeiro *Tangara fastuosa*; entre outras.

FIGURA 12. Mapa de Vegetação do RN

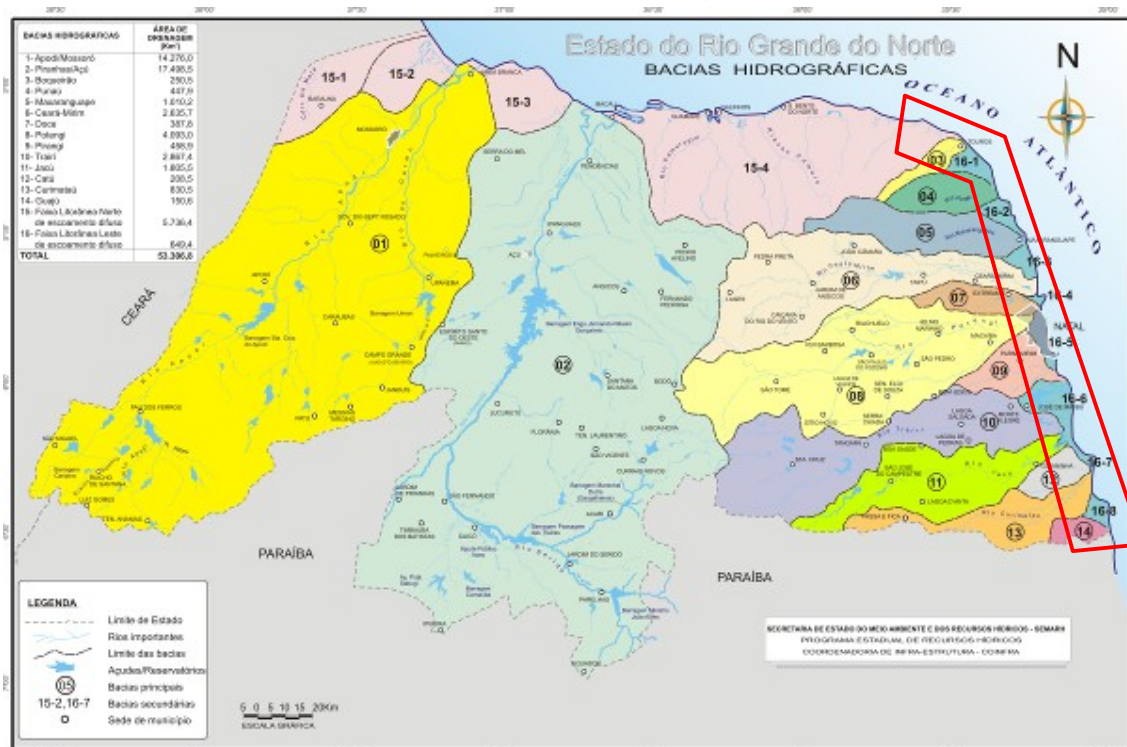


Fonte: Anuário Estatístico do RN, 2007.

4.1.3.1.5. Recursos Hídricos

O Estado do Rio Grande do Norte possui 14 bacias hidrográficas, sendo duas de longo curso, Apodi/Mossoró (14.276 km²) e Piranhas/Assú (17.498,5 km²), que juntas cobrem cerca de 80% da área estadual e deságuam no Litoral Norte do Estado. As demais bacias são de médio e pequeno curso e deságuam no Litoral Oriental do Estado. Entre elas, destacam-se: Ceará-Mirim, Potengi, Maxaranguape, Trairi, Curimataú e Punaú. É nesta região que se encontram encravados os vales úmidos, excelentes para a prática da agricultura, com apoio da sub irrigação.

FIGURA 13. Mapa das Bacias Hidrográficas do RN.



Fonte: Anuário Estatístico do RN, 2007.

Os estuários destes rios são de fundamental importância como ricos berçários de vida marinha e fluvial, além de constituírem áreas com elevada fertilidade natural, devido ao depósito de sedimentos aluvionais que recebem de toda a bacia formadora. Geralmente formam complexos lagunares e os manguezais garantem a estabilidade frente à dinâmica das marés. Por estas condições naturais, abrigam tradicionalmente populações tradicionais, que vivem basicamente da extração da pesca artesanal, coleta de frutos do mar e agricultura familiar. Os estuários são ecossistemas frágeis e complexos e sua ocupação caracteriza-se por grande diversidade de usos, muitas vezes conflituosos entre si e causadores de graves impactos ambientais, com a conseqüente redução de sua alta produtividade natural.

Na região do Polo Costa das Dunas existem quatro sistemas estuarino-lagunares principais, quais sejam: o **Guaraíras-Papeba**, nas áreas dos municípios de Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Goianinha e Arez; o **Potengi**, que engloba os municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante e Macaíba; o **Ceará-Mirim**, constituído dos municípios de Ceará-Mirim e Extremoz; e o **Curimataú**, também conhecido como Barra de Cunhaú, contemplando os municípios de Canguaretama e Baía Formosa.

Estes estuários vêm sofrendo, nas últimas três décadas, processo de degradação acelerada, ocasionado pela ocupação desordenada do solo urbano e rural, bem como pelo surgimento de novas atividades com forte impacto sobre os recursos naturais. Assim, de acordo com o grau de ocupação da bacia formadora e a conseqüente predominância de atividades urbanas ou rurais, ocorre graves alterações na dinâmica natural destes ricos ecossistemas, que refletem na quebra de seus ciclos naturais, na diminuição significativa dos recursos disponíveis e na conseqüente interrupção dos meios de sobrevivência das populações tradicionais.

A agricultura industrial, com predomínio da cana de açúcar e fruticultura, com destruição da vegetação nativa; o escoamento de águas pluviais sem drenagem, os resíduos sólidos e efluentes sem tratamento e destinação adequados, proveniente das indústrias e da área urbana; e a carcinicultura têm contribuído diretamente para a degradação e perda de produtividade destes importantes ecossistemas. Além disso, o turismo e a segunda residência, e sua expansão desordenada, com a conseqüente intensificação de usos e o avanço da área urbanizada sobre as áreas naturais, prejudica e é prejudicado por este processo.

Por outro lado, o próprio aumento da influência das marés, causado pela elevação global do nível dos mares, contribui para o assoreamento das lagunas e a destruição de manguezais, causando alterações significativas na dinâmica dos estuários.

4.1.3.1.6. O Espaço Urbano

O sítio das cidades dos Municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas apresentam basicamente o mesmo tipo de relevo, com baixa altitude (menos de 100 metros), formado, em sua maioria, por 03 (três) unidades geoambientais diferentes: **Planícies Fluviais**, que também podem ser chamados de vales, com terrenos baixos e planos situados nos lados dos rios; **Tabuleiros Costeiros**, localizados próximo ao litoral, às vezes chegando ao litoral, também denominados planaltos rebaixados, constituídos por relevos planos de baixa altitude, formados basicamente por argilas (barro); e por **Planície Costeira**, constituída de praias que têm como limites, de um lado, o mar, e, de outro, os Tabuleiros Costeiros, que se estendem por todo o litoral. Esses terrenos planos são alterados em suas formas pela presença de dunas ou falésias.

Essa facilidade de ocupação, devido o sítio ter poucas variações altimétricas e grande potencial ambiental, também favorece o adensamento, crescimento e formação de novas áreas de expansão. Sem que ocorra um controle do uso e ocupação e dos vetores de crescimento, eles podem, muitas vezes, serem direcionados para as áreas frágeis presentes nos municípios.

Grande parte dos municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas apresenta Áreas de Proteção Ambiental – APAs e/ou Unidades de Conservação - UCs, conforme já relatado, com fortes elementos naturais e alto nível dos aspectos cênicos e paisagísticos.

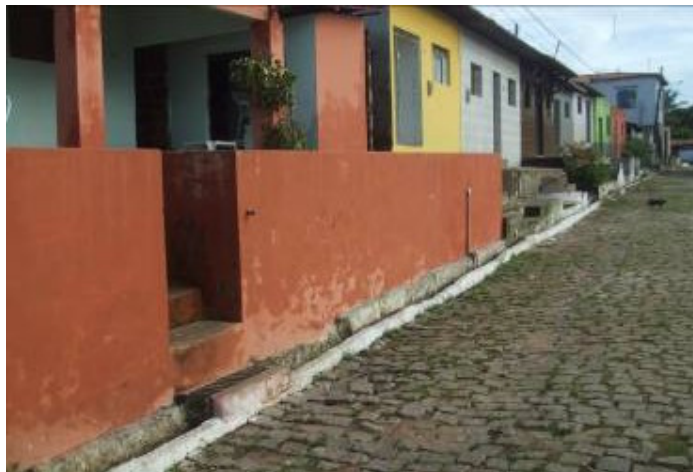
A presença dessas áreas ambientais no sítio urbano é importante na qualidade ambiental do espaço e são áreas fortemente pressionadas pelo processo de expansão e, principalmente, pela especulação imobiliária.

Os núcleos iniciais de formação dos municípios foram se desenvolvendo impulsionados, sobretudo, pela presença de elementos hídricos (rios, lagoas e praias), tendo a água como elemento principal na implantação e desenvolvimento desses espaços.

Os espaços intra-urbanos dos municípios de **Senador Georgino Avelino e São Miguel do Gostoso** servem como exemplos dessa forma de ocupação, por se estruturarem a partir de uma rua principal em que ainda configura o eixo urbano mais importante, sendo um exemplo de cidades, segundo Candido Mata Campos Filho (2003), como **centralidades lineares**, que serviram, em outros períodos, como passagem aos comerciantes.

Outro fator observado que sofre influência do sítio é a acessibilidade e a mobilidade urbana. Apesar de grande parte dos municípios estar inserida em uma topografia com poucas variações altimétricas, é possível observar que, em sua maioria, o passeio público existente apresenta fortes barreiras arquitetônicas, com edificações construídas desrespeitando o limite do lote e a topográfica local, como observado na figura a seguir.

FIGURA 14. Edificações construídas na área do passeio público e desrespeitando a topografia local – Município de Extremoz/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Observa-se também a presença de edificações construídas em áreas com alta declividade e com acesso restrito e arriscado, sendo não só relacionada ao acesso de pessoas à área, como também aos equipamentos públicos e de infraestrutura básica, como pode ser observado na figura a seguir.

FIGURA 15. Edificações em área de Alta Declividade com Acesso Precário - Sen. Georgino Avelino/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É importante ainda observar, no que se refere aos passeios públicos, que nas áreas de expansão urbana de alguns municípios, principalmente da Região Metropolitana de Natal, novos loteamentos estão sendo implantados com passeios adequados, no que se refere à largura e materiais relacionados, sobretudo, a implantação de normas e legislação referentes à acessibilidade, com destaque para o município de Natal. Entretanto, em muitos

casos, as construções não obedecem à topografia existente, provocando com isso a diferenciação de níveis e, conseqüentemente, a formação de barreiras arquitetônicas.

FIGURA 16. Implantação errada de equipamento urbano no passeio público - São Gonçalo do Amarante/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Observa-se ainda com relação às barreiras arquitetônicas, a implantação de equipamentos urbanos – poste de iluminação pública, telefones públicos, bancos, lixeiras, etc. – de maneira inadequada, impedindo o livre acesso do passeio.

As rampas de acessibilidade são encontradas nas áreas públicas (praças, parques, etc.) e em edifícios de utilidade pública, sobretudo, nas áreas centrais das cidades. Porém, tais rampas não se encontram em conformidade com as Normas de Acessibilidade, ou estão em condições ruins de manutenção, sendo um entrave ao deslocamento de pedestres, pois a falta de um desenho urbano acessível prejudica não apenas os portadores de necessidades especiais, mas também todos aqueles que transitam pelo espaço público, sendo obrigado – por vezes – a disputar espaço com os automóveis no leito carroçável das ruas.

FIGURA 17. Espaço público com rampas de acessibilidade – Ceará-Mirim/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

O traçado da Região se apresenta de maneira semelhante, com o predomínio de dois tipos, sendo um traçado do tipo “xadrez” ou “colcha de retalhos”, características de áreas planejadas, com sistema viário do tipo regular, com vias largas, algumas apresentando canteiro central e com a presença de tratamento asfáltico ou em paralelepípedo, como podem ser observadas em alguns bairros dos municípios de Natal e Arez.

O segundo tipo é decorrente de uma ocupação espontânea com vias de tamanho diferenciado, sem tratamento, associada às áreas com passeio público reduzido ou inexistente, com problemas de mobilidade urbana e presença de ruas sem saídas, como pode ser observado também em boa parte das áreas urbanas dos municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas.

A regularidade e uniformidade da largura das vias estão presentes nos novos parcelamentos, enquanto nas áreas centrais são perceptíveis determinadas ampliações, deflexões e aberturas, algumas vezes produzidas para a marcação de edifícios importantes – monumentos.

As cidades do Polo Costa das Dunas, assim como diversas cidades coloniais do Brasil, apresentam uma configuração semelhante, com a praça, a igreja matriz, prédios institucionais, área de comércio e um conjunto arquitetônico do período de fundação da cidade, contribuindo na legibilidade e identidade ao lugar.

Esses espaços têm uma relação direta, principalmente, com o elemento do sítio, do traçado, da vegetação e do mobiliário urbano. Esses elementos morfológicos são fundamentais para que essas áreas cumpram sua função. A acessibilidade, as condições de conforto térmico e conforto visual definem a permanência, o fluxo e as vitalidades das praças. Em alguns municípios, esses espaços foram construídos sem a presença de vegetação, acessibilidade e mobiliário urbano adequado, tornando-se áreas sem uso. A introdução de vegetação nesses espaços se torna indispensável para proporcionar maiores condições de conforto, e conseqüentemente, vitalidade ao espaço urbano.

Esses espaços ainda são muito insuficientes, principalmente nas cidades de São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Pedra Grande, Canguaretama, Tibau do Sul, Maxaranguape e Rio do Fogo.

No município de Natal percebe-se que grande parte das praças da cidade encontra-se nos bairros mais antigos da cidade (Zona Leste) e na Zona Norte e Zona Sul, associadas à presença dos conjuntos habitacionais da Região, com poucos espaços destinados a essa prática na Zona Oeste, onde é forte a presença de assentamentos irregulares.

Observa-se, ainda, que a arborização nas sedes dos municípios do Polo Costa das Dunas é um elemento presente, mas com pouca expressividade e pouco aproveitada como elemento de valorização ambiental. Normalmente o uso da vegetação é feito nos espaços públicos, sendo mais associado a trabalhos de ajardinamento, com espécimes de pequeno e médio porte e com poucas variações. A necessidade de sombra nas horas mais quentes dos dias é, de forma geral, pouco atendida.

Cabe também destacar que grande parte das cidades da Região do Polo Costa das Dunas apresenta sinalização de orientação turística em conformidade com as normas nacionais, no que se refere à cor, tamanho e simbologia, com destaque para o município de Natal que dispõe de um roteiro turístico bem sinalizado, mas com algumas áreas ainda sem a devida sinalização.

4.1.3.2. Aspectos Socioeconômicos

Nas últimas três décadas, o cenário socioeconômico e ambiental da costa potiguar vem passando por alterações significativas, em função do surgimento de novas atividades e formas de ocupação. Essas novas atividades vêm provocando forte influência sobre os

ecossistemas costeiros estaduais, tanto pelos impactos diretos das atividades, quanto pela dinâmica dos processos sócio-econômicos e demográficos delas decorrentes.

O fato de tais atividades terem se implantado em ritmo acelerado nos últimos anos¹, aliado a um longo período de falta de reestruturação e modernização do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Estado (IDEMA), principalmente na década de 90, determinou que os passivos ambientais fossem se avolumando, com consequências imprevisíveis em curto, médio e longo prazo, em função da precariedade de estudos, planejamento, normatização, monitoramento e fiscalização das atividades.

Na composição do Polo Costa das Dunas, confirma-se a participação da maior parte dos municípios da Zona Homogênea do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, que se caracteriza, economicamente, na Região Metropolitana, pela ocorrência de atividades de prestação de serviços, industriais, portuárias e turísticas. No setor mais setentrional, de Nísia Floresta a Baía Formosa, e na parte mais ao norte desta porção de litoral, na área costeira a partir de Ceará-Mirim, pela ocorrência da pesca, coleta de mariscos, turismo, extrativismo de lenha e carvão, pecuária, carcinicultura, cultivo de cana e fruticultura. Confirma-se também a presença, no Polo, da quase totalidade dos municípios da Região Metropolitana de Natal – RMN (Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e São José do Mipibu), observando-se áreas expressivas de interseção entre o Polo e essas duas regionalizações, em suas dinâmicas econômicas e populacionais.

Tendo Natal, capital do Estado, como referência espacial, o Polo abrange municípios localizados ao sul e ao norte dela. Ao mesmo tempo, no contexto do Estado, Natal e Parnamirim (municípios do Polo) juntamente com Mossoró concentram em torno da metade da população do Estado (3.013.740 habitantes), e essa concentração é decorrente ou associada à dinâmica econômica desses municípios, fatores de atração, migração campo-cidade e migração das pequenas cidades em direção às cidades médias e grandes. E essa concentração intensifica-se quando constatado que a Região Metropolitana de Natal concentra em torno de 40% da população do Estado.

Tem sido recorrente nos estudos sobre a dinâmica econômica do Rio Grande do Norte destacar o peso da Região Metropolitana de Natal na economia estadual – mais de 40% do PIB e do Valor Adicionado Bruto, apesar das dinâmicas decorrentes da exploração de petróleo, gás, sal e da cultura de frutas para exportação em outras regiões do Estado.

A RMN polariza importantes cadeias e arranjos produtivos representativos na produção do Estado: além da dinamização da atividade de turismo e cadeias a ela associadas, destacam-se indústria da construção civil, indústria de transformação, particularmente têxtil, confecções, alimentos e bebidas, comércio de varejo moderno, atividade pesqueira em produção industrial e ainda, um diversificado complexo de serviços com oferta de unidades de educação e saúde, tanto público como privado, e comércio interno e externo. Assim, com mais ou menos dependência, a produção econômica do conjunto dos municípios do Polo integra-se à produção da Região Metropolitana, ainda concentrada em Natal.

Apesar da concentração de recursos na Região Metropolitana de Natal, novas áreas dinâmicas do Estado sinalizam para uma leve desconcentração espacial do PIB do RN em período recente, com novos empreendimentos em direção a outras localidades. Ressalta-se, o caso de Parnamirim, anteriormente com função de cidade-dormitório, que apresentou uma forte expansão urbana, passando a abrigar parcelas crescentes da classe média, processo já iniciado na década de 90 e que se intensifica na década atual. Já o município de Tibau do Sul (onde está localizada a Praia de Pipa), se consolida como referência na atividade

¹ Como exemplo, em menos de três décadas foram implantados no estado mais de 600 empreendimentos de carcinicultura, com uma área de produção estimada em 10.000 ha e por volta de quatro mil poços de exploração petrolífera.

turística do Polo Costa das Dunas, porém independente da infraestrutura de Natal, sendo prática usual receber turistas que sequer passam por Natal.

Particularmente a dinâmica econômica do Polo Costa das Dunas, além de incluir expressivas diferenças entre os municípios componentes, uma vez que dele fazem parte à cidade de Natal, capital do Estado, e também municípios com pouca representatividade como, por exemplo, Rio do Fogo e Pedra Grande, apresenta-se diversificada e internamente desigual. Ressalta-se que o dinamismo do Polo Costa das Dunas está associado ao conjunto de investimentos públicos e privados realizados em Natal e municípios vizinhos (indústria e serviços) e nas zonas litorâneas dos demais municípios.

QUADRO 08. Costa das Dunas: Indicadores de Socioeconomia.

Municípios	Renda Média (em S.M em 2001)	Valor	PIB Municipal (em mil reais)	Valor	Empresas Formais em jan.2009 (abs.)	Valor	Agências Bancárias (abs.)	Valor
Natal	4,73	5	7.508.467	5	31353	5	42	5
Parnamirim	3,93	4	1.269.569	4	4152	4	3	3
São Gonçalo do Amarante	1,95	2	677.341	4	897	3	2	1
Macaíba	2,1	3	527.651	4	1137	4	2	1
S. José de Mipibu	1,86	2	172.329	3	581	3	1	1
Nísia Floresta	2,06	3	95.766	2	389	2	0	0
Sen. Georgino Avelino	1,57	2	15.504	1	0	0	0	0
Arez	1,72	2	131.102	3	127	2	0	0
Tibau do Sul	1,99	2	56.240	2	597		0	0
Canguaretama	1,55	2	133.221	3	386	2	1	1
Baia Formosa	1,78	2	111.130	3	106	2	0	0
Extremoz	2,40	3	96.888	2	283	2	0	0
Ceará-Mirim	1,92	2	247.860	3	967	3	2	1
Maxaranguape	1,31	2	41.865	1	151	2	0	0
Rio do Fogo	1,47	2	30.669	1	92	1	0	0
Touros	1,73	2	153.028	3	330	2	1	1
S. Miguel do Gostoso	1,27	2	37.973	1	68	1	0	0
Pedra Grande	1,40	2	16.697.00	1.00	56	1	0	0

Fonte: Censo IBGE; Renda média: Censo Demográfico IBGE 2000; PIB municipal: IBGE Contas Regionais, 2006; Empresas Formais: CAGED, Janeiro de 2009; Agência Bancárias: considerando a rede do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Bradesco em 2008.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A influência de Natal caracteriza a dinâmica recente do Polo, com alta centralidade no setor serviços, decorrente da expansão de cadeias produtivas associadas ao turismo, que podem ser dimensionadas pela existência, em vários pontos da cidade, de estabelecimentos dirigidos a esse fim: agências de viagens, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, empresas de transporte, oferta imobiliárias para o turismo de segunda residência, etc.

Apesar do turismo “sol e praia” ser praticado por toda a área do Polo, Natal concentra todos os serviços associados à atividade e para ela é direcionada quase a totalidade da riqueza produzida através de novos investimentos, destacando-se, no entanto, como já citado, uma autonomia relativa do município de Tibau do Sul, especificamente da Praia de Pipa.

A relevância do turismo na metrópole de Natal pode ser dimensionada quando considerado que, em 2003, dos meios de hospedagens disponíveis no Estado, cerca de 40% estavam concentrados na Região Metropolitana de Natal, e isso tem estreita relação com as visitas turísticas ao Polo Costa das Dunas.

Destaca-se, entretanto, que a dinâmica socioeconômica do Polo Costa das Dunas, em muito reflete a dinâmica da cidade de Natal e sua Região Metropolitana, caracterizada por uma expressiva heterogeneidade interna, haja visto que os investimentos nem sempre resultam em melhores condições de vida para a sua população, o que também é observado para o país e materialmente expressa em uma acentuada concentração de renda. Para a maioria dos moradores do Polo, o sistema de esgotamento sanitário é o domiciliar, com predominância de fossa, cabendo aos moradores dos domicílios a construção, manutenção, controles e expansão das fossas, com fiscalização institucional deficiente. A coleta de lixo, por exemplo, não ocorre de forma regular em todos os municípios. Ao mesmo tempo, apesar do intenso fluxo de pessoas entre os municípios, a oferta de transporte público é limitada, bem como a oferta de serviços urbanos diversos, e isso em parte explica a centralidade de Natal. Os índices sociais do Estado do Rio Grande do Norte e do Polo, como na maioria dos Estados nordestinos, ainda são preocupantes, particularmente a participação de chefes de família com renda mensal de até um salário mínimo e reduzidos anos de estudo. A apropriação diferenciada da riqueza produzida resulta em índices diferenciados de desenvolvimento humano, também inserção diferenciada dos diferentes segmentos da sociedade.

QUADRO 09. Costa das Dunas: Indicadores Sociais

MUNICÍPIOS	IDH- MUN (2000)	VALOR
Natal	0,788	5
Parnamirim	0,76	5
São Gonçalo do Amarante	0,695	3
Macaíba	0,665	3
São José de Mipibu	0,671	3
Nísia Floresta	0,666	3
Sen. Georgino Avelino	0,647	2
Arez	0,624	2
Tibau do Sul	0,655	3
Canguaretama	0,60	2
Baia Formosa	0,643	2
Extremoz	0,694	3
Ceará-Mirim	0,646	2
Maxaranguape	0,609	2
Rio do Fogo	0,548	1
Touros	0,595	1
São Miguel do Gostoso	0,558	1
Pedra Grande	0,587	1

Fonte: PNUD

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.1.3.3. Aspectos Institucionais

A implementação e execução do Plano Nacional do Turismo (2007/2010) propõe que as instâncias estaduais de turismo contemplem a contextualização das ações da Política Nacional, estruturando o turismo nos estados, regiões e municípios, propondo, deliberando, validando e encaminhando assuntos de competência e interesse da Política Estadual do Turismo.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de cumprir as determinações do Plano Nacional do Turismo, passou a instituir as instâncias de governanças regionais de turismo, de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo.

A gestão do turismo em nível estadual é de responsabilidade da Secretaria do Estado do Turismo – SETUR e, em nível municipal, pelas secretarias municipais de turismo. Recentemente, a SETUR realizou um diagnóstico institucional, por ocasião da elaboração de seu Plano de Fortalecimento, que ainda se encontra em processo de conclusão.

4.1.3.3.1. Estrutura estadual de Turismo

a) SETUR

A Secretaria de Estado do Turismo - SETUR é composta, parcialmente, pela equipe técnica que pertencia à antiga Empresa de Promoções do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTUR, que foi a responsável pela promoção do turismo do Estado no período de 1971 a 1995, quando foi extinta. Com a extinção EMPROTUR foi criada a Sub-secretaria de Turismo, em 1995, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Contudo, diante da demanda do setor, em 1996, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.

Entretanto, mesmo com essas mudanças no formato das estruturas administrativas, percebe-se que, ainda, há uma carência no órgão estadual de turismo, resultado das frequentes trocas de gestores, que provoca a descontinuidade administrativa das ações da Secretaria.

O primeiro passo para transformação dessa realidade já foi dado: a elaboração do Plano de Fortalecimento da SETUR, que propõe estruturar a Secretaria, no que se refere a aquisição de equipamentos, capacitação técnica e estruturação administrativa com a finalidade de corrigir as distorções acima citadas e fortalecer o órgão para a gestão da atividade turística no Estado.

b) Unidade Executora Estadual – UEE

A Unidade Executora Estadual – UEE do PRODETUR/RN foi instituída através de Decreto Governamental n. 12.371, de 11 de novembro de 1994, destinada a promover o gerenciamento, a execução e supervisão de atividades, serviços e obras do Programa, atendendo às recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para que o Governo do Estado tivesse um setor para operacionalização do Programa.

Após algumas mudanças na estrutura da UEE, bem como a transferência de sua vinculação, em abril de 2002 a UEE/RN voltou a integrar a estrutura da Secretaria Estadual de Turismo e a contar com uma estrutura voltada a atender a demanda do PRODETUR II, de acordo com os componentes previstos no contrato de empréstimo.

A UEE está estruturada com uma coordenação que é o próprio Subsecretário da SETUR, e quatro coordenadorias: Jurídica, Técnica, Operacional e Administrativa e Financeira. Além desses cargos, a estrutura da UEE conta também com Sub-coordenadorias de: Transportes,

Saneamento, Meio Ambiente, Qualificação Profissional, Resíduos Sólidos, Informática, Fortalecimento da Gestão Municipal e Patrimônio Histórico e Cultural.

Em 1999 foi formado o Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas, com objetivo de potencializar o seu desenvolvimento, pela integração entre as instituições de governo envolvidas e a Sociedade em geral, de modo a gerar os seguintes resultados:

- Fortalecimento e integração dos elos da cadeia produtiva do turismo;
- Consolidação do Polo Costa das Dunas pela identificação dos principais produtos turísticos diferenciados existentes no destino;
- Promoção e inserção competitiva do Polo Costa das Dunas no destino turístico Nordeste;
- Geração de ocupação produtiva e renda;
- Aumento de arrecadações tributárias estadual e municipais;
- Preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural do Estado; e
- Melhoria da qualidade de vida do povo potiguar.

Este Conselho é atualmente composto por 36 instituições membros, sendo 18 representantes das três esferas do Poder Público e 18 instituições da Sociedade Civil Organizada, que desenvolvem ações ligadas, direta ou indiretamente, ao turismo.

Conforme consta do Regulamento do Conselho do Polo Costa das Dunas, no Art. 3º “O Conselho de Turismo constitui-se em um espaço sistematizado para o planejamento, a deliberação e a viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo na mesorregião do Polo Costa das Dunas, em especial aquelas relativas ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE”.

O Conselho Regional atua como importante espaço de planejamento, deliberação e viabilização de ações e projetos de desenvolvimento de turismo no Polo Costa das Dunas, tendo função, neste trabalho, de coordenar, conduzir, monitorar e legitimar a elaboração do PDITS do Polo.

Com relação às instâncias municipais de caráter administrativo responsáveis pela gestão ambiental e do turismo no Polo Costa das Dunas, a maioria dos municípios dos Polos dispõem de estrutura municipal que possibilite essa gestão (Quadro 10). Fato interessante é que, na maioria dos municípios, como se observa no quadro abaixo, ocorre a integração do setor de turismo e com o de meio ambiente, em uma mesma Secretaria. Quanto às estruturas de participação da sociedade civil, podemos observar no mesmo quadro, que grande parte dos municípios não dispõe de conselhos ou este se encontra desativado. Um dado que chama a atenção é que ao responderem os questionários enviados, muitos municípios não souberam responder se eram membro titular ou não do Conselho Regional de Turismo do Polo Costa das Dunas. Isso retrata a desinformação e falta de conhecimento e comunicação do que é ser membro de um Conselho Regional de Turismo.

Os municípios, de uma maneira geral, não possuem Conselho Municipal de Turismo em funcionamento, com exceção de Ceará-Mirim e Tibau do Sul. Nísia Floresta, Parnamirim e Pedra Grande têm conselho, mas desativado, e Natal está reestruturando o seu.

O meio ambiente, na maioria dos municípios do Polo, não possui uma instância de governança, ou quando existe não está funcionando. A exceção fica com Ceará-Mirim, Parnamirim e Senador Georgino Avelino. Encontra-se também em processo de reestruturação o de Natal.

QUADRO 10. Polo Costa das Dunas: Instâncias Institucionais.

Município	Conselho Municipal de Turismo	Conselho de Meio Ambiente	Membro Titular do Conselho Regional	Estrutura Administrativa para Gestão Ambiental (1)
Arez	Não	Não	Não	Sec. Municipal de Meio Ambiente
Baía Formosa	Não	Não	Sim	Sec. Mun. Turismo e Meio Ambiente
Canguaretama	Não	Sim	Não	Sec. Municipal de Meio Ambiente
Ceará-Mirim	Sim	Sim	Sim	Sec. Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
Extremoz	Não	Não	Não	Sec. Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Macaíba	Não	Não	Não	Sec. Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Maxaranguape	Sim	Sim	Não	Sec. de Meio Ambiente, Infraestrutura e Urbanismo
Natal	Reestruturando	Reestruturando	Não	Sec. Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Nísia Floresta	Sim, desativado	Sim, desativado	Sim	Sec. Mun. de Turismo e Meio Ambiente
Parnamirim	Sim, desativado	Sim	Sim	Sec. Mun. de Meio Ambiente e Urbanismo
Pedra Grande	Sim, desativado	Não	Não	Sec. Mun. de Meio Ambiente e Turismo
Rio do Fogo	Não	Não	Não	Sec. Agricultura
S. Gonçalo do Amarante	Não	Não	Sim	Sec. Municipal de Meio Ambiente
S. José do Mipibu	Não	Não	Não	Sec. Mun. de Turismo e Meio Ambiente
São Miguel do Gostoso	Não	Não	Não	Sec. Municipal de Turismo, Comunicação e Meio Ambiente
Sen. Georgino Avelino	Não	Sim	Sim	Sec. Municipal de Meio Ambiente
Tibau do Sul	Sim	Sim	Sim	Sec. Mun. de Meio Ambiente
Touros	Não	Não	Sim	Sec. Mun. de Turismo e Meio Ambiente

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009; (1): IDEMA – Fórum dos Secretários, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 11. Estrutura Municipal de Turismo.

Município	Órgão Municipal	Dotação Orçamentária	Funcionário Efetivo	Funcionário TNS	Estrutura de Trabalho
Arez	Sim	Não	Não	Sim	Não
Baía Formosa	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Canguaretama	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ceará-Mirim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Extremoz	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Macaíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Maxaranguape	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Natal	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Nísia Floresta	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Parnamirim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Pedra Grande	Sim	Não	Não	Não	Não
Rio do Fogo	Sim	Não	Não	Não	Não
S. G. do Amarante	Sim	Sim	Não	Não	Sim
São José de Mipibu	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
S. Miguel do Gostoso	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
S. Georgino Avelino	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Tibau do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Em andamento
Touros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Legenda: Funcionário TNS – Funcionário Técnico de Nível Superior.

Vê-se que todos os municípios possuem órgãos de turismo, embora 06 municípios não tenham dotação orçamentária. Em relação aos funcionários efetivos, a situação é mais preocupante, já que 11 municípios afirmaram não ter funcionários efetivos em seus quadros. No tocante aos funcionários técnicos de nível superior, 05 municípios não possuem tal profissional, e apenas 03 disseram não ter uma estrutura de trabalho organizada.

Quando se analisa a capacidade institucional dos municípios do Polo Costa das Dunas, nota-se que a estruturação dos órgãos é pequena. Apenas nos municípios em que o turismo vem sendo trabalhado há algum tempo, existe uma estrutura organizacional estruturada, com equipe técnica e equipamentos. Porém, são poucos os profissionais com formação em turismo ou em áreas afins desenvolvendo atividades nas prefeituras, e quando há, geralmente são em cargos comissionados ou contratados. É comum, encontrar órgãos municipais de turismo sem técnicos efetivos ou até mesmo funcionários que exerçam funções administrativas. Ou seja, é notória a deficiência quantitativa de recursos humanos aptos para gerenciar a atividade turística, quiçá, até mesmo deficiência qualitativa, no sentido de planejamento turístico.

Em termos tecnológicos e de materiais, observa-se, no geral, que os órgãos ressentem-se de uma estrutura mais compatível com os avanços tecnológicos atuais, notadamente nos aspectos de informações. Nota-se inclusive a falta de equipamentos para realizar as atividades rotineiras, em parte, causada pela falta de dotação orçamentária própria, sendo raras as exceções nesse sentido. Essa ausência de recursos orçamentários alocados compromete as ações municipais na gestão do turismo, impedindo até mesmo a execução de um planejamento, já que os gestores de turismo têm dificuldades de cumprir suas funções, por ficarem na dependência de autorização para realizar pequenas despesas.

Esse fato fica patente no momento da elaboração dos diagnósticos. Muitos municípios desconheciam a sua própria oferta turística, seja de atrativos turísticos, seja do número de equipamentos e serviços existentes na localidade. Da mesma forma, inexistem quaisquer dados sobre perfil dos turistas, fluxos de visitantes, taxas de ocupação hoteleira, dentre outros indicadores. Apenas Natal conta com informações confiáveis sobre isso porque a coleta e o processamento dos dados, ressalte-se, é realizada pela SETUR; não é uma ação do município, mas do Estado.

Focando-se em setores específicos como turismo e meio ambiente, por exemplo, percebe-se ser o número de funcionários, a estrutura e os equipamentos insuficientes às exigências atuais, principalmente para atendimento à demanda de cumprimento da nova política proposta pelo Plano Nacional do Turismo e pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Como o incremento da atividade turística é uma realidade do Polo, nos últimos anos é crescente o investimento realizado nas localidades, principalmente as litorâneas. Assim, o município é demandado por um contingente de turistas, prestadores de serviços, comerciantes entre outras responsabilidades inerentes à função pública sem ter, no entanto, a estrutura necessária ao gerenciamento do turismo e à manutenção adequada da qualidade ambiental, como a fiscalização e o monitoramento devidos para a condução sustentável do processo de desenvolvimento.

Faz-se necessário que os municípios tenham órgãos de turismo e afins estruturados com vistas ao fortalecimento de sua capacidade gerencial para manter a governabilidade necessária à manutenção da qualidade de vida de seus moradores e a perpetuação dos atrativos naturais, históricos, culturais e turísticos do seu município, uma vez que tanto a política do turismo quanto à do meio ambiente constituem-se nos pilares para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, inclusiva e participativa.

É importante realizar concursos públicos, contratar técnicos e qualificar as equipes municipais, preferencialmente os efetivos, do setor turístico e do meio ambiente, para que estejam aptos a planejar de maneira estratégica e sustentável seus municípios, de forma pró-ativa, sem tanta dependência de projetos estaduais e federais.

Nesse contexto, é evidente a falta de ações de fortalecimento institucional e, portanto, a sua premente necessidade, principalmente nos municípios com turismo consolidado (Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Tibau do Sul) que, inclusive, irão receber seus Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal) e que já podem implementá-los e aplicá-los.

A gestão ambiental no Estado vem seguindo e respeitando a legislação ambiental brasileira, bem como definindo normas específicas de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política Estadual de Meio Ambiente. Entretanto, na maioria dos municípios do Polo, com exceção de Natal, os órgãos municipais de meio ambiente não atuam efetivamente na gestão ambiental, às vezes por deficiência técnica ou de recursos, outras vezes por não atenderem a todos os requisitos exigidos pela Política Nacional de Meio Ambiente, gerando uma desarticulação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e da gestão ambiental.

A gestão ambiental municipal vem sendo exercida, ainda em grande parte, pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - IDEMA responsável pelo licenciamento ambiental de todas as atividades e empreendimentos, inclusive os turísticos, na maioria dos municípios, do Polo, gerando uma demanda incompatível com a atual estrutura da administração.

Alguns municípios do Polo, a exemplo de Parnamirim, têm buscado a sua autonomia para poder efetuar a gestão ambiental a nível local, o que permite ações mais rápidas quanto à gestão do meio ambiente no município. Atualmente está sendo realizada revisão do seu Plano Diretor, que define as regras de uso e ocupação do solo, bem como elaborado o seu Código de Meio Ambiente, lei complementar ao Plano Diretor, o qual permitirá ações de controle mais efetivas sobre o meio ambiente.

A estrutura de gestão ambiental municipal existente é, em parte, resultado da execução do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado no Estado sob a Coordenação da Comissão Tripartite do Rio Grande do Norte, com apoio do Governo do Estado, por meio do Programa de Apoio a Gestão Ambiental dos Municípios, cujo objetivo era apoiar o processo de descentralização da gestão ambiental no âmbito do Estado, pelo assessoramento à criação e/ou implantação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente – SISMUMAs, onde a estratégia do Governo/IDEMA foi contemplar os 167 municípios do Estado.

FIGURA 18. Estrutura Administrativa Ambiental nos Municípios.



Fonte: IDEMA, 2002.

4.1.4. Caracterização dos Aspectos Ambientais

4.1.4.1. Principais Ecossistemas Existentes

No Estado do Rio Grande do Norte, o domínio da Mata Atlântica abrange as formações vegetais Floresta Ombrófila Densa/Rala, Manguezal, Restinga, Tabuleiro Litorâneo, e as Matas Ciliares. Esse ecossistema, que antes ocupava toda a costa litorânea, de Touros/Maxaranguape a Baía Formosa, está restrito a pequenos fragmentos. A destruição vem ocorrendo gradativamente desde o período colonial, com a extração do pau-brasil e em seguida, para dar lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, coco, caju, bem como a urbanização, estradas e atividades industriais, destacando-se também o turismo predatório.

A Floresta Litorânea ou Mata Atlântica ainda é encontrada pontualmente distribuída no Litoral Oriental do Estado.

Neste item, apresenta-se uma breve descrição dos ambientes naturais que ocorrem na área de abrangência do Polo, com destaque para: **os ambientes coralíneo; as praias; as dunas e lagoas** e a principal formação de vegetação - **a mata atlântica**.

4.1.4.1.1. Ambientes Coralinos

Os recifes de coral, conhecidos regionalmente por “parrachos”, estão localizados ao longo do litoral oriental, abrigam uma notável biodiversidade, contituindo berçário de inúmeras espécies marinhas.. São consideradas áreas vitais para atividades de conservação, sendo altamente sensíveis aos distúrbios ambientais. Por suas riquezas e beleza cênica, vem constituindo importante atrativo para visitação turística no Estado.

4.1.4.1.2. Praias

O Estado do Rio Grande do Norte dispõe de um extenso litoral que abriga belas praias, muitas delas ainda pouco exploradas pelo turismo e veraneio. Em alguns trechos desse litoral, as bordas expõem material pertencente ao Grupo Barreiras, formando falésias de até 12 m de altura. Também na faixa litorânea são encontradas a maior parte das lagoas, algumas de suma importância para o abastecimento urbano. No litoral oriental, as praias ao sul de Natal vêm sendo intensamente ocupadas, muitas vezes de forma irregular e sem a infraestrutura adequada à manutenção de sua qualidade. Ao norte de Natal, na região metropolitana, a ocupação também vem se intensificando, mas as praias mais ao norte do litoral oriental ainda guardam seus atributos naturais e se encontram com densidade de ocupação razoavelmente baixa.

FIGURA 19. Praia do Madeiro – Tibau do Sul/RN.



Fonte: IDEMA.

4.1.4.1.3. Dunas e Lagoas

As dunas se constituem em ambientes frágeis quanto ao equilíbrio ecológico, sendo de grande importância para a recarga das águas subterrâneas e alimentação de rios, riachos e lagoas costeiras. Complementa a paisagem litorânea, as lagoas interdunares. Essas lagoas surgem devido ao afloramento do lençol freático, que tem sua carga constantemente reabastecida, na época chuvosa, sendo favorecidas pelo tipo de sedimentos existentes, no sentido de que, sendo constituído basicamente de areia, é um solo bastante poroso, facilitando assim a infiltração de água. Quando há uma saturação dos espaços preenchidos, essa água emerge até a superfície, geralmente formando belas paisagens, proporcionando amenidades climáticas, servindo de habitat para diversas espécies e oferecendo ainda a oportunidade de práticas de esporte e lazer para o homem.

FIGURA 20. Estuário da Lagoa de Guaraira – Tibau do Sul/RN.



Fonte: IDEMA

4.1.4.1.4. Restinga

Esse ecossistema, associado à Mata Atlântica, integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A composição florística da restinga é dotada de um estrato herbáceo adaptado ao elevado teor salino e à mobilidade do solo, destacando-se espécies como Pinheirinho-da-praia, Salsa-rocha, Fava-de-boi, Ameixa, além de cactáceas, leguminosas, gramíneas entre outros. A área de ocorrência desse ecossistema acompanha todo o litoral potiguar, com exceção das áreas de falésias, como as da Barreira do Inferno, em Parnamirim, as da Praia de Tabatinga, em Nísia Floresta e as de Pipa, em Tibau do Sul. Os principais impactos sobre as restingas estão intimamente relacionados com a interferência humana, através da expansão urbana e a extração de areia, bem como os aterros de lixo, agravando os danos sobre esse ambiente.

4.1.4.1.5. Tabuleiro Litorâneo

É um ecossistema constituído por dois estratos, um arbóreo-arbustivo, com elementos isolados ou em grupos formando ilhas de vegetação e, outro herbáceo, ralo e descontínuo,

uma paisagem que se assemelha à formação de Cerrado. No Rio Grande do Norte, este ecossistema, que ocupa uma grande área da zona costeira, é também um dos ambientes mais degradados pelas intervenções humanas, como as atividades agrícolas, a monocultura do abacaxi, cana-de-açúcar, coco e caju e, principalmente, pela expansão urbana.

4.1.4.1.6. Manguezal

Os manguezais funcionam como criadouro natural de várias espécies de vida aquática (camarões, caranguejos, mariscos, ostras e peixes), mantendo um ciclo produtivo entre o estuário e o mar. Além dos aspectos biológicos, os manguezais têm grande importância social e econômica para as comunidades costeiras, além de integrarem a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como ecossistema associado. Apesar de inúmeros estudos demonstrarem a importância socioeconômica e ambiental dos manguezais, algumas áreas de mangue do Estado vêm sendo transformadas ao longo do tempo para darem lugar às salinas e aos viveiros de criação de camarão, constatando-se, por outro lado, a deposição do lixo e de efluentes domésticos e industriais. No Rio Grande do Norte, os manguezais se distribuem ao longo do Litoral Oriental em 7 (sete) principais zonas estuarinas: Curimataú/Cunhaú, Potengi, Ceará-Mirim, Nísia Floresta/Papeba/Guaraira.

4.1.4.2. Áreas Protegidas e Potenciais para Conservação

4.1.4.2.1. Patrimônio Natural

O Estado do Rio Grande do Norte possui um rico patrimônio natural passível de ser explorado turisticamente, dispondo de um extenso litoral que abriga belas praias. Em alguns trechos desse litoral, as bordas expõem material pertencente ao Grupo Barreiras, formando falésias de até 12 m de altura. É também na faixa litorânea onde são encontradas a maior parte das lagoas, algumas de suma importância para o abastecimento urbano.

Na paisagem do Polo são presenciadas os ambientes colralineos, as praias, falésias, arenitos de praia, planícies de deflação, dunas, mangues, rios e lagoas, que consagram recursos de relevante beleza, atraindo naturalmente as pessoas a esses locais, sendo, portanto, potenciais atrativos para o turismo.

4.1.4.2.2. Unidades de Conservação Existentes

Com relação às Unidades de Conservação já criadas do Polo Costa das Dunas, estas recebem tratamento diferenciado, pois estão protegidas sob a égide de legislação específica, que exige estudos técnicos para o zoneamento e plano de manejo, instrumentos que ordenam o uso dessas áreas. A seguir são listadas as unidades de conservação atualmente existentes ao longo do Polo Costa das Dunas.

QUADRO 12. UCs Instituídas até 2009 no Litoral Oriental.

Item	Denominação	Localização	Ato de Criação	Área (ha)	Área (Km²)
01	Parque Estadual Dunas do Natal Jornalista Luis Maria Alves	Natal	Decreto Estadual nº. 7.237, de 22.11.77	1.172	11,72
02	Área de Proteção Ambiental – APA Jenipabu	Natal e Extremoz	Decreto Estadual nº. 12.620, de 17.05.95	1.749	17,49
03	Área de Proteção Ambiental – APA Bonfim / Guaraira	Nísia Floresta, São José de Mipibu, Ares, Senador Georgino Avelino, Goianinha e Tibau do Sul	Decreto Estadual nº. 14.369, de 22/03/99	42.194	421,19
04	Área de Proteção Ambiental APA dos Recifes de Corais	Touros, Rio do Fogo e Maxaranguape	Decreto Estadual nº 15.476, de 06.06.2001	180.000 3,40% de área protegida em águas marinhas	1.800,00
05	Parque Estadual Mata da Pipa	Tibau do Sul	Decreto nº. 19.341, de 12/09/2006	290,88	29,08

Fonte: IDEMA.

FIGURA 21. Unidades de Conservação no Rio Grande do Norte.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: IDEMA

De acordo com o documento “*Estudos técnicos e caracterização preliminar das áreas potenciais para criação de novas Unidades de Conservação no Estado do Rio Grande do Norte*”, elaborado pelo IDEMA, considerando que a área territorial oficial do Rio Grande do Norte totaliza 52.796,791 km² (IBGE, 2002), constata-se, a partir dos dados apresentados,

que apenas 1,4% das terras emersas do Estado encontram-se dentro de UCs. Tal situação torna-se preocupante na medida em que esses quantitativos estão abaixo da média nacional de UCs, que está em torno de 6%, e bem abaixo das recomendações técnicas, que indicam cerca de 10% dos territórios nacionais destinados à preservação.

O PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, constante do PLANO DE AÇÃO PLURIANUAL, estabelece, como meta, ampliar até 2011, as áreas legalmente protegidas para 6% do território potiguar. Isto exigirá a destinação de aproximadamente 243.000 ha de terras à proteção ambiental, mais do que triplicando as áreas continentais atuais, destinadas à conservação no Rio Grande do Norte.

Para atingir a meta estabelecida no Programa, algumas UCs localizadas no litoral oriental estão aprovadas pelo CONEMA e em fase de criação pelo governo estadual, enquanto outras estão com os seus estudos em fase de conclusão para serem criadas, conforme quadro a seguir:

QUADRO 13. UCs em Processo de Criação no Litoral Oriental.

Item	Denominação	Localização	Situação Atual	Área (ha)	Área (Km ²)
06	Parque dos Mangues	Natal	aprovada pelo CONEMA	782,12	78,21
07	Parque do Jiqui	Natal/Parnamirim	aprovado pelo CONEMA	396	3,96
08	Monumento Natural Morro do Careca	Natal	Depende de aprovação pelo CONEMA	1.100,27	11,00

Fonte: IDEMA.

Por serem as Unidades de Conservação áreas delimitadas e conhecidas pela população residente (quando possível) ou do entorno, existe facilidade no processo de fiscalização, mesmo porque as próprias pessoas, com destaque para os bugueiros, denunciam qualquer prática inadequada.

Praticamente todas as Unidades de Conservação do Polo são exploradas turisticamente, sendo o Parque das Dunas, APA Bonfim/Guarairas, a Mata da Pipa, a Mata Estrela, a APA de Jenipabu e a APA do Recife de Corais em Maxaranguape, as mais conhecidas e que geram receita e empregos, seja direta ou indiretamente.

4.1.4.3. Fragilidades e Impactos Ambientais

No Polo Costa das Dunas, temos como áreas de maior fragilidade os ambientes coralíneos (os parrachos de Pirangi e Maracajaú), as dunas, que se distribuem ao longo de toda a costa deste Polo, com a presença de diversas lagoas, as falésias e os estuários com seus remanescentes de manguezais.

Na Região Metropolitana de Natal, estes ecossistemas vêm sofrendo fortes pressões pelo processo de urbanização e uso inadequado que acaba provocando degradação desses ambientes o desmatamento das matas dunares e a retenção do movimento natural das dunas móveis, impedindo a alimentação de sedimentos nos rios e nas praias.

Além disso, a expansão urbana aumenta a demanda por água para usos diversos, bem como o despejo de efluentes no lençol freático, em função da insuficiência de infraestrutura de captação e tratamento. Adiciona-se a isto o fato de que a impermeabilização do solo, devido à urbanização, cria a necessidade de sistemas de drenagem de águas pluviais, ainda insuficientes em diversas localidades do Polo, inclusive Natal.

Tal quadro é por si só, conflitante, uma vez que os mesmos mananciais utilizados para captação de água potável acabam recebendo os efluentes das moradias, o que tem causado a poluição das águas (a presença de nitrato em doses excessivas na água de Natal é uma triste realidade, que obriga a população ao consumo de água mineral).

Cabe ressaltar também, como resultado da expansão urbana desordenada, a ausência de um sistema efetivo de coleta e destinação dos resíduos sólidos que, associado à baixa conscientização da população em geral com relação à forma como tratar o lixo, provoca diversos efeitos poluidores, desde a sujeira acumulada nos logradouros e áreas públicas das cidades até a poluição de cursos d'água e das praias, prejudicando a vida aquática e marinha e o valor destes atrativos para a atividade turística.

Os estuários da região metropolitana, além de depositários de efluentes urbanos sem tratamento adequado, recebem efluentes industriais. Apesar das indústrias serem objeto de mecanismos de controle mais efetivos, ainda estão longe do quadro ideal, causando problemas de poluição ainda significativos, agravados pela natureza dos efluentes despejados, muitos deles com altos teores de substâncias tóxicas ao meio ambiente e ao ser humano.

Independente de se situarem na região metropolitana, os estuários têm sofrido os impactos da instalação da atividade de carcinicultura, que acontece sobre sistemas de manguezais e apicuns, desmatando e poluindo áreas significativas deste importante ecossistema, berçário de vida marinha e estabilizador da dinâmica costeira, além de impedir a continuidade dos fluxos da economia das populações tradicionais, que sobrevivem secularmente dos recursos destes estuários, sem gerar empregos que compensem as perdas socioambientais decorrentes desses impedimentos.

Além da carcinicultura, os estuários que se situam fora da região metropolitana, principalmente mais ao sul do litoral oriental, sofrem com a agricultura industrial e latifundiária, principalmente de cana de açúcar e coco da baía. Estas atividades também poluem os estuários com seus efluentes, provocam a supressão dos remanescentes de vegetação nativa e roubam empregos e espaço de trabalho das populações tradicionais, concentrando as terras disponíveis nas mãos de poucos.

Como consequência deste conjunto de impactos, as paisagens vêm se degradando, o que prejudica a própria atividade turística, cujos valores se calcam profundamente na riqueza da paisagem, dos recursos naturais e do conjunto de populações tradicionais que vivem nas localidades. Por outro lado, a própria atividade turística desordenada, sem políticas efetivas para sua gestão e controle, que oriente seus fluxos em direção à sustentabilidade, é fator causador de significativos impactos, que atingem os próprios atrativos que a sustentam, tais como o excesso de lotação de turistas em praias, áreas de recifes e lagoas, sem uma infraestrutura correspondente, além da expansão desordenada da segunda residência, degradando as áreas frágeis dos ecossistemas.

4.1.5. Identificação e Análise da Base Legal Ambiental e Turística e dos Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo

A implementação de um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade é quase um consenso no meio técnico e científico. Procuram-se estratégias de ações que promovam o crescimento econômico sem agressão ao meio ambiente. Estudos realizados para a região de influência do Polo Costa das Dunas têm concluído que as forma de uso e ocupação dos recursos naturais tem ultrapassado os limites ecológicos, com erosão e diminuição da fertilidade do solo, redução dos estoques dos recursos não-renováveis, bem como da capacidade de renovação daqueles renováveis e a poluição da água e da atmosfera. Em consequência, são exigidos, cada vez mais, a adoção dos princípios de

conservação no âmbito de todas as políticas e programas, com a aplicação de investimentos públicos e privados.

A região de abrangência do Polo Costa das Dunas se destaca pela importância e fragilidade dos seus recursos naturais exigindo, conseqüentemente, um forte aparato legal e maior atenção na condução do seu desenvolvimento.

A crescente conscientização e sensibilização da sociedade civil de que os recursos naturais representam o nosso potencial para o desenvolvimento, fez com que a defesa do meio ambiente se tornasse uma necessidade, deixando de ser uma questão puramente científica ou filosófica e se transformando em uma preocupação socioeconômica e política, no sentido da proteção e preservação dos atributos naturais, disciplinando o seu uso para garantir a sustentabilidade, contando para isso com uma base legal constituída por leis Federais, Estaduais e Municipais, além de Decretos e Portarias, que definem as possibilidades e restrições de uso, assim como definem áreas naturais a serem protegidas. Dentre elas, ressaltam-se as de caráter ambiental e turística, além das relacionadas com o uso e ordenamento do solo, que devem nortear as políticas de desenvolvimento para a região, tais como:

FEDERAL

- Constituição Federal de 1988;
- Código Florestal – Lei nº. 4.771, de 15/10/1965 e Lei nº. 7.511, de 07/07/1986;
- Política Nacional de Meio Ambiente – Lei nº. 6.938, de 1981
- Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997;
- Lei de Crimes Ambientais – Lei nº. 9.605/98 e o Decreto nº. 3.179/99;
- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Lei nº. 7.661, de 16/03/1988
- Projeto Orla - Decreto nº. 5.300/2004;
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) - Lei nº. 9.985, de 18/07/2000 e Decreto de Regulamentação nº. 4.340, de 22/08/2002;

ESTADUAL

- Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Oriental – Lei Estadual nº. 7.871, de 20 de julho de 2000;
- Política Estadual de Meio Ambiente – Lei nº. 272, de 03/03/2004, alterada pela Lei nº. 380, de 26/12/2008;
- Política Estadual de Recursos Hídricos – Lei nº. 6.908, de 01/07/1996;
- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – Lei nº. 6.950, de 20/08/1996;
- Parque Estadual Dunas do Natal Jornalista Luis Maria Alves – Decreto Estadual nº. 7.237, de 22 de novembro de 1977;
- Área de Proteção Ambiental – APA Jenipabu – Decreto Estadual nº. 12.620, de 17 de maio de 1995;
- Área de Proteção Ambiental – APA Bomfim / Guaraíra – Decreto Estadual nº. 14.369, de 22 de março de 1999;
- Área de Proteção Ambiental – APA dos Recifes de Corais – Decreto Estadual nº. 15.746, de 06 de junho de 2001;
- Parque Estadual Mata da Pipa – Decreto nº. 19.341, de 12 de setembro de 2006;

- Zoneamento Ecológico Econômico dos Estuários do Rio Grande do Norte – (Projeto de Lei).

Em nível local, alguns municípios do Polo dispõem de instrumentos legais que visam auxiliar na proteção dos ecossistemas e no uso racional dos recursos ambientais, como os Planos Diretores e Códigos de Obras que a partir da exigência legal (Estatuto das Cidades) foram elaborados incorporando os parâmetros de uso e ocupação do solo. No quadro abaixo está exposto a existência ou não de algumas legislações municipais: Plano Diretor, Código de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo. Em relação ao Costa das Dunas, apenas 01 município ainda não possui seu Plano Diretor (Rio do Fogo). No que tange ao Código de Meio Ambiente, 05 municípios não dispõem de tal instrumento (Maxaranguape, Rio do Fogo, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso e Touros), dos quais 03 estão em processo de elaboração (Baía Formosa, Parnamirim e Pedra Grande).

Já, com relação às questões ambientais e turísticas, o número de municípios que não dispõe das normas que direcionam estas atividades é bastante elevado, conforme relacionado no quadro a seguir:

QUADRO 14. Legislações Municipais Vigentes – Polo Costa das Dunas.

Município	Plano Diretor	Código de Meio Ambiente	Código de Obras	Plano de Turismo
Arez	Sim	Sim	Sim	Não
Baía Formosa	Sim	Sim	Sim	Não
Canguaretama	Sim	Sim	Sim	Sim
Ceará-Mirim	Sim	Sim	Sim	Não
Extremoz	Sim	Sim	Sim	Não
Macaíba	Sim	Sim	Sim	Sim
Maxaranguape	Sim	Não	Não	Não
Natal	Sim	Sim	Sim	Sim
Nísia Floresta	Sim	Sim	Sim	Não
Parnamirim	Sim	Sim	Sim	Não
Pedra Grande	Sim	Sim	Sim	Não
Rio do Fogo	Não	Não	Não	Sim
São Gonçalo do Amarante	Sim	Sim	Sim	Não
São José do Mipibu	Sim	Não	Não	Não
São Miguel do Gostoso	Sim	Não	Não	Não
Senador Georgino Avelino	Sim	Sim	Sim	Não
Tibau do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim
Touros	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 15. Legislações Municipais Vigentes – Polo Costa das Dunas.

Município	Plano Diretor	Lei Nº
Arez	Sim	13/2009
Baía Formosa	Não	Não
Canguaretama	Sim	314/2006
Ceará-Mirim	Sim	007/2007
Extremoz	Sim	364/2000
Macaíba	Sim	01/2008
Maxaranguape	Sim	002/2006
Natal	Sim	082/2007
Nísia Floresta	Sim	001/2007
Parnamirim	Sim	1058/2000
Pedra Grande	Não	Não
Rio do Fogo	Não	Não
São Gonçalo do Amarante	Sim	049/2009
São José do Mipibú	Sim	006/2007
São Miguel do Gostoso	Sim	045/2008
Senador Georgino Avelino	Sim	Não
Tibau do Sul	Sim	06/2008
Touros	Sim	010/2006

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A ausência de instrumentos normativos - Planos Diretores, Leis de Uso do Solo, Códigos de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo, dificulta o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, não há regras sobre o ordenamento do território, do meio ambiente e também das atividades econômicas ali desenvolvidas.

Um dos desafios do Poder Público consiste em elaborar as legislações de sua competência, ou seja, aquelas que interferem diretamente no interesse público municipal, bem como cumpri-las, gerindo o território municipal bem como outras temáticas com o objetivo do bem comum. Para isso, necessitam tanto de instrumentos de planejamento coerentes com o que prega as legislações federais, bem como de uma estrutura administrativa capaz de gerir tais instrumentos e fiscalizar a sua aplicação. Essa, talvez, seja a fase mais difícil.

A Constituição Federal de 1988 dispõe que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, necessário para que a propriedade cumpra a sua função social, especificando a sua obrigatoriedade para municípios com mais de vinte mil habitantes. Com o advento do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001), estendeu a sua obrigatoriedade também para municípios inseridos em zonas de especial interesse turístico.

Dessa maneira, visando dotar o poder público de legislação compatível e adequada ao Estatuto da Cidade, o PDITS I do Polo Costa das Dunas, sob a égide do PRODETUR/RN II, destinou recursos para a elaboração e revisão de Planos Diretores para todos os municípios do Polo. Os municípios da Área de Planejamento foram os primeiros a serem beneficiados, e os demais estão na etapa de celebração de convênios com o Ministério do Turismo para viabilizar a elaboração de suas legislações, sendo previsto, além do Plano Diretor, a elaboração de Código de Meio Ambiente e Código de Obras.

A existência e efetiva aplicação de tais instrumentos só têm a trazer benefícios para a comunidade, na medida em que organiza a cidade e seu planejamento futuro, delimita áreas de preservação ambiental, áreas de interesse turístico, definem instrumentos para melhor aproveitamento do solo e punição àqueles que adquirem terras com intenção meramente

especulativa, bem como possibilitam às municipalidades aumentarem o seu poder de arrecadação. Tais legislações são preponderantes no atual contexto do Polo Costa das Dunas: uma área que está muito valorizada, alvo de investimentos nacionais e internacionais de grandes empreendimentos, muitas vezes comprometedores da qualidade ambiental da comunidade.

Assim, urge que aqueles municípios (Maxaranguape, Pedra Grande, Rio do Fogo, São José de Mipibu e São Miguel do Gostoso) que não estão em dia com as legislações urbanísticas e ambientais mínimas aqui discutidas, atuem no sentido de suprir essa deficiência, a fim de que possam pensar no desenvolvimento de suas localidades e no desenvolvimento do turismo de maneira sustentável.

Além da dificuldade em ter a legislação, outra é a aplicação e fiscalização dessas leis, quer seja por falta de capacitação ou por falta de estrutura. As equipes municipais, não raras vezes, não possuem técnicos com capacitação necessária para aplicar os instrumentos, nem possuem uma estrutura adequada para fiscalizar e monitorar todo o território. É, pois, fundamental que a equipe técnica do município tenha condições de implementar e fiscalizar a aplicação dos instrumentos de planejamento urbano quando o município os possuir.

Sobre os Planos de Turismo, vê-se que, apesar da grande vocação turística da área em estudo, ainda são poucos os municípios que possui alguma diretriz que norteie o turismo municipal: apenas seis deles. Isso demonstra a pouca capacidade institucional para planejamento e, mesmo, talvez, o real papel que o turismo hoje tem em tais municipalidades.

Na perspectiva de uma gestão compartilhada nas três esferas de governo destacamos, em nível estadual, a Política Estadual do Meio Ambiente, estabelecida por meio da Lei complementar nº. 272, de 03 de março de 2004, alterada pela Lei nº. 380, de 26 de dezembro de 2008; a Política Florestal do Estado (Lei nº. 6.679/95); a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº. 6.908/96); o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei nº. 6.950/96); as normas que instituem as Unidades de Conservação Estadual; as Resoluções do CONEMA que definem o procedimento de Licenciamento e Controle Ambiental; as resoluções do CONAMA, entre elas a Resolução nº. 303/02, que define e limita as Áreas de Preservação Permanente, dentre outros.

Além do importante instrumento que é o licenciamento ambiental, estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81), que deve ser feito previamente à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente; e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de audiências públicas como parte do processo; a execução do licenciamento está expressa nas resoluções CONAMA nº. 001/86 e nº. 237/97.

4.1.6. Identificação e Análise das Interações Institucionais das Entidades Públicas e Privadas e Sociais

O turismo do sol e praia é fato no Polo Costa das Dunas, mas devido ao crescimento das cidades, as praias mais próximas a esses centros estão sujeitas a contaminação pelos efluentes lançados sem nenhum tratamento, seja através das galerias de drenagem que carreiam as águas das chuvas precipitadas sobre o solo, levando também resíduos e efluentes relacionados a ligações clandestinas de esgoto para o mar, seja através dos rios que desembocam no mar e levam toda a poluição das cidades que não possuem saneamento básico. Assim, a atividade do turismo está diretamente associada e depende da boa gestão dos demais setores que administram a ocupação e o uso do solo.

Pode-se perceber, a partir da análise *in loco* e dos estudos realizados no Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal, que a gestão dos órgãos municipais de turismo

carecem de uma estrutura adequada para seu funcionamento efetivo, tanto no que tange à estrutura física e de equipamentos, quanto à falta de um quadro de servidores efetivos e capacitados para desenvolver as atividades de planejamento e gestão. Sem falar também na limitação orçamentária das pastas de turismo que limitam o poder de atuação de secretários e servidores. A maior parte dos processos de gestão e planejamento é informal e incipiente, inexistindo organização e rotinas de trabalho definidas.

No que tange às interações institucionais internas, isto é, entre secretarias da mesma municipalidade, a interação ocorre de forma natural e sem grandes conflitos, especialmente se considerarmos que é comum a junção de várias pastas co-relacionadas numa mesma secretaria, como as secretarias de turismo e meio ambiente, ou turismo e cultura, ou ainda as três juntas. No entanto, as deficiências estruturais já citadas mitigam a integração em processos mais complexos.

O número reduzido dos quadros de funcionários e também de secretários leva ao acúmulo de funções. Se por um lado, possibilita e facilita uniformidade de entendimentos e, por conseqüência, das parcerias e da boa fluidez das atividades; por outro lado significa também a diminuição de recursos para ações de desenvolvimento específicas de cada setor (cultura, meio ambiente e turismo), bem como o acúmulo de tarefas numa mesma pessoa.

É imperioso ressaltar que essa característica de organização é comum na maior parte das prefeituras do Polo Costa das Dunas, mas que se mostra um pouco mais complexa em municípios maiores como Natal, Parnamirim e Tibau do Sul.

Quando se trata das interações institucionais com a SETUR, percebe-se a necessidade de maior relacionamento entre o órgão estadual de planejamento e os municípios. A principal deficiência se deve, como já falado, à estrutura restrita dos órgãos de gestão municipal, e até mesmo da própria SETUR, que opera hoje com um quadro de servidores inferior às suas necessidades, que necessitam de capacitação e com orçamento limitado.

Porém, o desenvolvimento da atividade turística não depende somente do setor público ou do privado, mas, sobretudo, da interação entre diversos setores, já que o primeiro tende a direcionar seus esforços para obter o máximo possível de retornos sociais, ao passo que o segundo é guiado por benefícios financeiros. Nesse contexto, ressalta-se a importância da existência de parceria entre os diversos integrantes da cadeia produtiva: governos, órgãos estatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes. Diante das possíveis restrições orçamentárias da organização pública local, a cooperação público-privada influi diretamente na competitividade de um destino turístico ao viabilizar projetos compartilhados em diversas esferas.

Contudo, é possível apontar uma deficiência nas interações entre o setor privado e os órgãos de gestão, seja municipal ou estadual, tendo em vista as deficiências estruturais e carência de pessoal e recursos já apontada.

O grande responsável pela maior integração e interação entre os órgãos de gestão é, sem dúvida, o Conselho Regional do Polo Costa das Dunas, que estimula a discussão e o trabalho conjunto entre os municípios, o Estado, sociedade civil organizada, instituições de ensino, organizações não-governamentais, empresários, entre outros.

Os conselhos, sejam eles regionais ou municipais, expressam novas relações de poder, ampliando a democracia e a cidadania, por meio da transparência e do controle social. No Polo Costa das Dunas a maioria dos municípios ainda não dispõe de instância para participação da sociedade civil na gestão ambiental e turística, conforme já observamos no quadro 30 anterior.

É válido também ressaltar a existência de diversas ONG's, sociais e ambientais, que desenvolvem atividades com a sociedade. Os mecanismos de coordenação e participação da comunidade no processo de gestão do turismo precisam ser mais efetivos. A mobilização por parte do poder público deve ser intensificada, argumentam os empresários, pois a

comunidade e a sociedade civil estão preparadas para dar sua contribuição. Ressentem-se de fóruns adequados e da continuidade de ações por parte do poder público.

Em termos de programas integrados pode-se apontar o Programa Água Azul, o Projeto Orla e o Programa de Gerenciamento Costeiro.

O **Programa Água Azul** – programa de monitoramento ambiental incluindo a balneabilidade das praias, cuja operacionalização é de responsabilidade de diversos órgãos governamentais com o apoio técnico científico das instituições de ensino e pesquisa do Estado. As instituições que executam o programa são: Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA), Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (EMPARN), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), antigo CEFET.

O principal objetivo do programa é realizar o monitoramento sistemático da qualidade das águas superficiais e subterrâneas do Estado e verificar as condições de balneabilidade das praias, atendendo as recomendações da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 274/2000.

Outra ação de relevância para a conservação ambiental que vem sendo realizada é o monitoramento da visitação turística nos chamados Parrachos de Maracajaú - Unidade de Conservação instituída pelo Estado. Os Parrachos, que são recifes de corais bastante visitados por turistas, localizam-se nos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros. Atualmente, a visita é controlada por quantidade de embarcação e de pessoas, bem como ocorrem fiscalizações sistemáticas e um trabalho de sensibilização da população e visitantes, quanto à forma de utilização (mergulhos e embarcações), evitando a degradação ambiental da área, por falta de informação.

Nesse contexto, encaixa-se também o Projeto Orla, que nasceu da necessidade de estabelecer orientações e unir esforços para a gestão ambiental e patrimonial da orla marítima, quanto aos aspectos ambientais e patrimoniais. É uma ação concebida pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (MMA/SMCQ) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio da Secretaria do Patrimônio da União (MP/SPU). Tem o objetivo de implementar uma política nacional que harmonize e articule as práticas patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e ocupação desse espaço visando a sustentação natural e socioeconômica da Zona Costeira. A adesão ao Projeto Orla pelo município é voluntária e relevante para que se constitua um conselho gestor com participação dos diversos setores de governo e sociedade e inicie o processo de oficinas para a elaboração do Plano de Gestão daquele município interessado em ordenar a sua orla.

Os municípios do Polo Costa das Dunas com Comitê do Projeto Orla empossado são: Baía Formosa, Tibau do Sul, Nísia Floresta, Parnamirim, Natal, Extremoz, Ceará Mirim e São Miguel do Gostoso. Além disso, os municípios de Touros e Rio do Fogo assinaram os termos de adesão e estão aguardando a agenda da coordenação estadual para implementação de seus conselhos.

O Rio Grande do Norte é pioneiro a nível nacional no desenvolvimento de ações associadas ao Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. Entre as diversas medidas adotadas, destacam-se duas iniciativas que colocaram o programa estadual na vanguarda deste tema: a cooperação com os municípios nos processos de ordenamento do uso do solo, com a cessão de imagens de satélite e fotografias aéreas de cobertura dos territórios municipais, associada à assistência técnica para desenvolvimento dos processos; e a “Ação Zona Costeira”, operação conjunta de fiscalização e gestão da zona costeira, onde os diversos órgãos federais e estaduais se reuniam para promover ações conjuntas de fiscalização e gestão de processos administrativos, promovendo celeridade, articulação,

coesão e coerência às ações governamentais nessas duas instâncias. Infelizmente, essas ações não tiveram continuidade ao longo do tempo, havendo, atualmente, necessidade de maior articulação das ações públicas neste tema.

4.1.7. Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente, Relevantes Previstos para o Polo e suas Implicações para o PRODETUR Nacional no Estado

O desenvolvimento sustentável requer do poder público um grande esforço de articular as ações governamentais, no sentido de que a atividade turística possa ser o instrumento transformador do desenvolvimento regional. Para alcançar esse modelo de desenvolvimento da atividade turística, é necessário superar alguns obstáculos e etapas fundamentais e seguir adotando Políticas de Desenvolvimento que aumentem a capacidade de evolução da competitividade em relação aos destinos concorrentes. Neste sentido, as ações governamentais precisam ter respaldo e informações técnicas articuladas, que permitam embasar o processo de planejamento. No caso da atividade turística, esta depende de uma infraestrutura que está relacionada à área de atuação de outros setores da administração pública, necessitando de integração intersetorial sistemática nas três esferas de governo. Para isso, o Plano Nacional de Turismo prioriza a ação transversal de articulação para a implementação da infraestrutura de apoio aos destinos turísticos. Os investimentos propostos pelo Programa de Aceleração do Crescimento promoverão um grande salto de qualidade e avanço para a superação desse gargalo, principalmente no que se refere aos investimentos destinados à infraestrutura social e urbana e à infraestrutura logística.

Conforme prevê o Plano Nacional de Turismo, o Ministério do Turismo tem uma ação direta na aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União – OGU na infraestrutura turística propriamente dita, tais como: sinalização turística; recuperação de patrimônio histórico; melhoria de equipamentos turísticos e centros de informações turísticas. Já a infraestrutura que dá apoio à atividade demanda recursos financeiros de grande valor, gerenciados por órgãos públicos não ligados diretamente ao turismo, a exemplo do Ministério das Cidades.

Nesse sentido, é de fundamental importância uma ação interministerial, priorizando as infraestruturas de apoio ao turismo demandadas pelo setor, tanto no âmbito nacional, quanto regional, tendo como foco as regiões turísticas priorizadas. Essa ação intersetorial deve ser replicada nos estados e nos municípios, buscando inserir a infraestrutura de apoio ao turismo na pauta das prioridades dos diversos setores governamentais.

No âmbito estadual, alguns projetos estruturantes, em execução ou em negociação, podem ser identificados e que apresentam caráter de ações regionais relacionadas, principalmente, as áreas de meio ambiente e infraestrutura, cujos resultados interferem diretamente e complementam as ações do PRODETUR NACIONAL/RN para o Polo, buscando alcançar as condições fundamentais para desenvolvimento regional, abrangendo diversas políticas públicas, entre elas o turismo. Entre os principais, destacam-se:

QUADRO 16. Principais Projetos Estruturantes na Região do Polo Costa das Dunas.

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
RAMAL FERROVIÁRIO Mossoró/Natal – trecho ferroviário entre Mossoró e Natal, passando pelos municípios de Assú, Macau, Guamaré e São Gonçalo do Amarante, criando uma nova rota de escoamento de produção para os produtos oriundos da região, buscando reduzir custos.	Infraestrutura	Em negociação	Governo do Estado
FERROVIA TRANSNORDESTINA - ferrovia ligando o Estado do Maranhão à Bahia (beneficiando 09 estados nordestinos).	Infraestrutura	Em negociação	Governo Federal – MT/DNIT
PROGRAMA DE REFLORESTAMENTO – o uso e o manejo inadequado dos solos, originado pela ação antrópica, o extrativismo vegetal para obtenção ilegal da lenha, o sobre pastoreio das pastagens nativas ou cultivares, o uso agrícola das culturas que expõem os solos aos agentes da erosão, assim como o extrativismo mineral, são apontados como uma das principais causas da desertificação. O Programa Nacional de Florestas objetiva a recuperação de áreas degradadas e expansão das áreas de manejo, sobretudo da Caatinga;	Ambiental	Em execução	Governo Federal – MMA/Ibama / Serviço Florestal Brasileiro Governo Estadual – SEMARH/IDEMA
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS – A Lei Estadual nº. 6.908/96 define a outorga do direito de uso dos recursos hídricos como instrumento essencial para gerenciamento dos recursos hídricos (Inciso VI do Art. 2º). Cabe, portanto, à SEMARH, as análise de solicitação e expedição das outorgas de direito de uso da água no âmbito estadual;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado - SEMARH
PROJETO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DOS ESTUÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE – constitui em um instrumento técnico, administrativo e político de planejamento, ordenamento e gestão dos estuários com as respectivas zonas de influência, que estabelece a delimitação, mapeamento, caracterização, determinação de potencialidades e o condicionamento para o uso e ocupação do solo;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado – SEMARH/IDEMA
PROJETO ORLA - No Rio Grande do Norte, o IDEMA vem desenvolvendo, em parceria com o governo federal e em articulação com as Prefeituras Municipais, o “Projeto Orla” em algumas regiões litorâneas do Estado. Este projeto tem como um dos objetivos: orientar o desenvolvimento das áreas costeiras por meio do planejamento, gerenciamento e manejo da área. É feito com a atuação dos municípios, por meio da elaboração de um Plano de Gestão Integrada – PGI, passando por um processo participativo com os principais atores envolvidos diretamente com a gestão da orla, bem como com todos aqueles interessados no desenvolvimento sustentável do município, mobilizados pela Prefeitura. O Projeto, portanto, tem suas ações voltadas ao ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União e na área de abrangência legal da orla, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade;	Ambiental	Em execução	Governo Federal – MMA/SMQC – MPOG/SPU Governo Estadual – SEMARH/IDEMA

CONT. QUADRO 16. Principais Projetos Estruturantes na Região do Polo Costa das Dunas.

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
PROGRAMA ÁGUA AZUL – Rede Compartilhada de Monitoramento da Qualidade da Água: tem por objetivos realizar monitoramento sistemático da qualidade das águas dos principais corpos de água interiores norterio-grandenses e das águas subterrâneas; realizar monitoramento sistemático das condições de balneabilidade de praias do Estado do Rio Grande do Norte; investigar o passivo ambiental, decorrente da contaminação, por derivados de petróleo, do aquífero na Cidade de Natal. Este programa está sendo operado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA), Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (EMPARN), com o apoio técnico-científico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN);	Ambiental	Em execução	Governo do Estado – IDEMA/IGARN/EMPARN Apoio Técnico: UFRN, IFRN, UERN
PROGRAMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL AÉREO - PEMFAA , cujo objetivo é possibilitar a identificação de áreas, processos e empreendimentos com efetiva ou potencial poluição ou degradação ambiental, essencialmente aquelas de difícil acesso e visualização via solo, de modo a subsidiar ações de fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental no IDEMA. Tal monitoramento consiste em sobrevôos para registro de fotografias aéreas oblíquas de áreas degradadas, em degradação ou ambientalmente ameaçadas;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado – SEMARH/IDEMA
PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO – cujo objetivo é desenvolver novos roteiros turísticos para o incremento do fluxo turístico e geração de emprego e renda, com realização de seminários, oficinas de planejamento, estudos técnicos, capacitação e apoio a reuniões, eventos e participação em eventos.	Turismo	Em execução	Governo do Estado – SETUR Sebrae
PROJETO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – com o objetivo de fortalecimento do Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte - CONETUR	Turismo	Em execução	MTur Governo do Estado
QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO – apoio ao fortalecimento e organização do “Serviço <i>Buggy</i> Turismo”, com regulamentação legal do serviço, incluindo um sistema de fiscalização, qualificação e requalificação de profissionais credenciados e realização de campanhas educativas	Turismo	Em execução	Governo do Estado, em convênio com a Fundep
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS - desenvolvimento da Pesquisa de Demanda Turística para todo o estado, permitindo o planejamento da atividade, a estimativa do fluxo e receita geral do turismo e a seleção de indicadores para a atividade no Estado.	Turismo	Em execução	Governo do Estado
CONTROLE DE QUALIDADE DE EMPRESAS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS – realização de treinamento e execução de cadastro, classificação e fiscalização de empresas e serviços turísticos, como: agências de viagem, meios de hospedagens, transportadoras turísticas, organizadores de eventos, guias de turismo.	Turismo	Em execução	Governo do Estado

Fonte: IDEMA/2007

Relatório de Gestão 2010 – SETUR/RN

4.1.8. Identificação das Principais Tensões e Potenciais Conflitos entre o Desenvolvimento do Turismo e Outras Propostas de Uso De Ativos Ambientais na Região

O Rio Grande do Norte vem se consolidando como um Polo de desenvolvimento baseado em várias atividades, com destaque: **na agricultura**, com a fruticultura irrigada, que mesmo já se constituindo na principal atividade agrícola do Estado, utiliza apenas 10% das terras aproveitáveis para esse fim, além do acelerado crescimento que a agricultura familiar experimentou nesses últimos oito anos, com o aumento do crédito e seu apoio no estabelecimento de infraestrutura de agregação de valor aos produtos locais; **na pesca e aquicultura**, aonde a carcinicultura vem despertando o interesse de muitos investidores há alguns anos atraídos pela alta produtividade e fácil comercialização do camarão criado em cativeiro, além da grande produtividade pesqueira dos açudes do interior do Estado; **no extrativismo mineral**, que reúne a produção de sal, petróleo, gás natural, calcário e outros minerais, abre novas oportunidades para implantação de indústrias nos setores químico, petroquímico, de fertilizantes e metalúrgico, e **no turismo**, a atividade que mais tem divulgado o Estado no país e no exterior. Com uma extensa área litorânea, sol, dunas, lagoas e belas praias, além de uma rica gastronomia e sua cultura popular, o Estado vai transformando-se em um dos principais portões de entrada do turismo internacional, já consolidado no Polo Costa das Dunas. Como se pode observar, a economia do Estado, em especial a atividade turística, atualmente mais concentrada no Polo Costa das Dunas, está baseada no aproveitamento de seus atributos naturais o que, em geral, tem provocado impactos ambientais que devem ser compensados e mitigados.

Nesse sentido, destacamos, por ecossistema, as principais tensões e potenciais conflitos, observados na região, decorrentes do desenvolvimento dessas atividades:

- **As praias** do litoral oriental vêm sendo rapidamente ocupadas por fluxos cada vez mais intensos de turistas e veranistas. As que já se constituem atrativos turísticos vem sendo objeto de obras de urbanização para readequação ambiental e paisagística, que devem ser cercadas de cuidados para que a integridade da paisagem seja preservada e esta continue sendo valorizada pelos seus atrativos. Outras vêm sendo ocupadas por loteamentos de segunda residência, aumentando o consumo de água e o despejo de efluentes e resíduos sólidos, muitas vezes sem a provisão de infraestrutura adequada, o que acaba por degradar a qualidade do local, de suas águas, de sua biodiversidade e de sua população;
- **As matas dunares**, que vem sendo rapidamente ocupadas pela expansão urbana e de segunda residência (veraneio), o que vem alterando o regime de chuvas e as médias climáticas, além de prejudicar a recarga dos aquíferos;
- **As lagoas interdunares**, ambientes frágeis e altamente produtivos e, ao mesmo tempo, grandes atrativos para a atividade turística, que sofrem grandes fluxos de visitação nas épocas de alta temporada, nem sempre condizentes com sua infraestrutura receptiva e da capacidade de suporte de seu espelho de água. Além disso, muitas delas tem tido suas margens ocupadas por residências de veraneio, sem o devido respeito à sua faixa de proteção, o que acaba privatizando suas margens, impedindo sua condição de uso público, conforme determina a lei;
- **A mata de tabuleiro**, que vem sendo rapidamente suprimida para dar lugar a projetos agrícolas e de expansão urbana, o que também reduz a capacidade de recarga dos aquíferos, além de resultar em processos de erosão a partir do escoamento superficial das águas pluviais e carreamento de sedimentos;
- **Os estuários e manguezais**, que recebem a carga poluidora dos resíduos sólidos e efluentes urbanos, industriais e agrícolas, em grande parte ainda não devidamente

coletados e tratados. Além disso, existe o conflito causado pela atividade de carcinocultura, com desmatamento de manguezais e apicuns, despejo de efluentes de forma inadequada e impedimento do livre acesso das populações tradicionais a suas áreas de produção.

4.1.9. Quadro Síntese da Linha de Base

4.1.9.1. Componente Estratégia de Produto Turístico

ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Paisagem cênica deteriorada</p> <p>Alguns destinos de sol e praia maduros apresentam sinais de desgaste estrutural e ambiental</p> <p>Praias sujas e ocupadas indevidamente e algumas em processo significativo de erosão</p>	<p>A deterioração dos atrativos é causada, principalmente, porque o processo de uso e ocupação não tem levado em consideração três fatores:</p> <p>a) A fragilidade da dinâmica costeira, com aceleração dos processos erosivos, causada pela interrupção dos fluxos naturais de sedimentos, associados aos processos naturais característicos da costa potiguar e às tendências globais de elevação do nível do mar;</p> <p>b) A pequena capacidade de suporte dos aquíferos dunares, no que pese a excelente qualidade da água, associada à precária infraestrutura de recepção de pessoas, de drenagem e captação e tratamento de água e esgotos;</p> <p>c) A interrupção do livre acesso às praias, impedindo a continuidade dos modos de vida e produção das populações tradicionais locais.</p> <p>Além disso, a falta de cuidado na execução das obras e em sua subsequente manutenção também provoca impactos adicionais que levam (ou podem levar) ao aumento da deterioração dos atrativos.</p>	<p>Algumas medidas foram adotadas para a gestão territorial e ambiental região do Litoral Oriental, pelo Governo Estadual, além, dos investimentos oriundos de outras fases do PRODETUR/RN. Tais medidas referem-se à criação e implantação de Unidades de Conservação (APA Bonfim-Guarairas, Parque Estadual Mata da Pipa, APA de Jenipabu, APA Recifes de Corais) e revitalização do Parque das Dunas, com recursos do PRODETUR e o fortalecimento do órgão estadual de meio ambiente com destaque a implementação de Programa de Monitoramento da qualidade das águas praias, Programa de Unidades de Conservação visando à ampliação do percentual de área protegidas no Estado.</p> <p>Acrescenta-se os planos ordenamento e projetos de intervenção nos municípios litorâneo com recursos do MTur e da parceria Governo Federal, Estadual e municipal através do Projeto Orla;</p> <p>Em Natal, a praia de Ponta Negra, recebeu recursos do PRODETUR II para reurbanização, dotando-a de uma melhor estrutura, com calçadão, drenagem, saneamento, etc.</p> <p>Contratação com recursos do PRODETUR dos projetos executivos de reordenamento urbanístico das orlas de Cotovelo, Pirangi do Norte, Pitangui, Pipa Tibau do Sul, Muriú e Jacumã, localizadas nos municípios integrantes do Polo Costa das Dunas.</p>
Praias e lagoas utilizadas para fins	Oferta turística do Polo Costa das	

<p>turísticos sem urbanização</p>	<p>Dunas pouco diversificada, concentrando-se no segmento sol e praia;</p> <p>Turismo fortemente concentrado no segmento sol e praia;</p> <p>Concentração dos fluxos turísticos em Natal e Tibau do Sul;</p> <p>Alta sazonalidade dos fluxos turísticos;</p> <p>Espaços para eventos concentrados em Natal e pouco utilizados;</p> <p>Equipamentos de hospedagem e alimentação concentrados em Natal e Tibau do Sul.</p>	
<p>Oferta turística do Polo Costa das Dunas pouco diversificada, concentrando-se no segmento sol e praia</p> <p>Turismo fortemente concentrado no segmento sol e praia</p> <p>Concentração dos fluxos turísticos em Natal e Tibau do Sul</p> <p>Alta sazonalidade dos fluxos turísticos</p> <p>Espaços para eventos concentrados em Natal e pouco utilizados</p> <p>Equipamentos de hospedagem e alimentação concentrados em Natal e Tibau do Sul</p>	<p>A ausência de diversificação da oferta de atrativos e produtos leva a estagnação da atividade turística, o que por sua vez pode ocasionar a deterioração dos atrativos, pela falta de manutenção ou pelo uso intensivo, além da capacidade, bem como a exclusão de municípios e suas populações locais dos roteiros e dos benefícios da atividade.</p> <p>A integração dos municípios a partir de um roteiro integrado para o Polo é fundamental para que os diversos atrativos se complementem no sentido de oferecer opções de crescimento da atividade turística na mesma região, complementando os atrativos de sol e praia com outros, como aqueles associados ao patrimônio histórico e à cultura, por exemplo.</p> <p>A possibilidade de construção de novo acesso ao Parque das Dunas depende de alteração no Plano de Manejo da unidade, o que foge à governabilidade do poder executivo, visto que é uma decisão que passa pelo conselho gestor;</p> <p>A unidade de conservação do Morro do Careca ainda não foi criada. Além disso, os estudos sobre a área mostram a grande fragilidade para criação indiscriminada de acessos, devendo qualquer intervenção ser planejada no contexto de um plano de manejo da futura unidade.</p>	<p>A principal medida adotada refere-se à institucionalização dos Polos Costa Branca e Seridó que, a partir das propostas e recomendações constantes dos PDITS e orientado por uma política de integrada (governo federal, estadual e municipal) possibilitará a diversificação da oferta turística de forma ordenada e pactuada com os segmentos sociais.</p> <p>Reforma e Ampliação do Centro de Convenções com aumento de sua capacidade para abrigar eventos de até 12.000 pessoas.</p>
<p>Mobilidade e acessibilidade às principais praias em situação precária.</p>	<p>É fundamental que sejam garantidos recursos para manutenção das obras de acesso, cuja deterioração natural se agrava em função dos avanços das marés ocasionados pela elevação do nível do mar. Além disso, é necessário que essas obras sejam corrigidas,</p>	<p>O Estado, especificamente, a Região Metropolitana de Natal está inserido no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte que visa financiar, ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de</p>

	quando necessário, para atender às condições de plena acessibilidade, conforme determina a lei, principalmente no caso de pessoas com necessidades especiais	infraestrutura do transporte coletivo urbano e a mobilidade urbana, contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, na melhoria da qualidade de vida e na preservação do meio ambiente. Com investimento na ordem de R\$ 72 milhões, o projeto já em execução prevê a duplicação e readequação de corredores de trânsito, construção de viadutos e passarelas sobre a linha férrea, melhoramento de estações de trem, abrigos de ônibus e do sistema de integração do transporte coletivo e ferroviário da zona norte da cidade de Natal. Trata-se de uma intervenção que vai complementar a obra da ponte Forte-Redinha e suprir a demanda que surgirá com a construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante e com vistas a Copa 2014.
Novos destinos de sol e praia começam a despontar sem planejamento adequado	O órgão gestor do turismo estadual deve responsabilizar-se pelo provimento das condições básicas necessárias ao desenvolvimento do turismo no Estado, tais como um sistema de informações que permita a integração e sistematização de dados, a captação de recursos externos ao estado para fortalecer a atividade e a integração entre os diversos setores envolvidos.	Elaboração/revisão de Planos Diretores com recursos do PRODETUR em 08 municípios do Polo Costa das Dunas. Apenas 03 municípios ainda não possuem seus Planos Diretores (Baía Formosa, Pedra Grande e Rio do Fogo), e desses, dois estão em fase de elaboração (Baía Formosa e Pedra Grande).
Crescimento do “Cajueiro de Pirangi” invade o sistema viário, prejudicando o acesso às praias do litoral sul	A gestão do atrativo “Cajueiro do Pirangi” é complexa, e decisões precipitadas podem desvalorizar o atrativo, resultando em perda para o estado e os diversos segmentos que usufruem do mesmo. A possibilidade de criação de novo acesso ao litoral sul não deve ser descartada.	Ações pontuais de proteção de iniciativa de segmentos sociais e de atendimento as recomendações do Ministério Público Estadual. Deflagrado o processo para licitação do Projeto Estudos visando à reestruturação ou a mudança do traçado da via de acesso da RN 063 a fim de minimizar os impactos decorrentes da forma como se dá a visitação do Cajueiro atualmente, especialmente considerando que este caminho dá acesso à grande parte dos municípios do Litoral Sul.
Esportes aquáticos praticados pontualmente em algumas localidades Potencial de turismo náutico pouco aproveitado, inexistindo investimentos e infraestrutura	A expansão dos esportes aquáticos, assim como a melhoria da utilização dos atrativos associados ao turismo náutico depende essencialmente da melhoria da infraestrutura náutica, possibilitando diversificar os pontos	Projeto de lei para regulamentação da ZPA 07 encaminhando pelo Executivo Municipal onde possibilitará a instalação de uma marina objetivando o desenvolvimento do turismo náutico.

específica	de atracação e recepção de barcos no litoral potiguar, o que amplia a variedade de extrativos. No entanto, todos os cuidados devem ser tomados para que este não seja mais um fator de degradação da paisagem. Pela importância deste segmento, faz-se necessária a elaboração de um plano específico, que permita a captação de recursos para este fim.	
Bens históricos e culturais mal conservados e pouco aproveitados para fins turísticos	O patrimônio histórico-cultural do Polo não tem sido objeto de atenção devida, com fins de restauração e visando o seu aproveitamento turístico, a partir da realização de inventário e diagnóstico para implantação de uma base de dados específica sobre o tema e de ações/projetos para sua recuperação, inclusive com capacitação de mão de obra especializada local para a prestação desse serviço.	Implantação de 01 Casa de Cultura no município de Macaíba e 03 em construção nos municípios de Canguaretama, Nísia Floresta e Touros. Contratação dos projetos básicos e executivo para restauração e implantação do Museu da Rampa com o objetivo de aproveitar o legado da II Guerra Mundial e transformá-la num produto cultural e turístico para a comunidade e visitantes.
Corredor Cultural de Natal apresenta pouco destaque como produto turístico em virtude da infraestrutura inadequada	A concentração de investimentos apenas no segmento de turismo sol e praia, além de provocar o desgaste do produto Natal, pela ausência de novos atrativos, impossibilita que haja a tão desejável diversificação de roteiros, para a qual é necessário investimentos específicos na valorização do patrimônio e da cultura de Natal e seus arredores, garantindo uma melhor distribuição dos benefícios da atividade e a recuperação e valorização da história e cultura local.	City-tours promovidos pelas agências de viagens com rápida passagem pelo centro histórico.
Infraestrutura receptiva inexistente ou pouco estruturada Equipamentos de hospedagem de baixa qualidade em alguns municípios Acesso ao Centro de Convenções de Natal inadequado Área de estacionamento do Centro de Convenções incompatível com a capacidade do espaço Estradas e vias não apresentam condições de segurança para o transporte turístico. Acessos nos entroncamentos da BR que ligam Natal as praias do litoral sul, comprometidos e	A baixa capacitação e deficiência de infraestrutura receptiva para o turismo é um gargalo identificado para o crescimento, principalmente qualitativo da atividade. Esta deve considerar, não apenas as ações e equipamentos diretamente ligados ao turismo, mas também os serviços e a produção associados à atividade, os quais são importantes em seu desenvolvimento e, também, como estratégia de agregação de sustentabilidade. É preciso planejar a médio e longo prazo, considerando as possíveis perdas de renda na atividade em uma etapa de transição para a inserção de pessoal local, até que estes se encontrem plenamente capacitados. Geralmente, na falta de um planejamento nesse sentido, traz-se pessoas de fora,	Realização em 2005 do Diagnóstico para Capacitação Empresarial e Profissional no Polo Costa das Dunas que identificou a grande necessidade de capacitação e qualificação profissional e empresarial para a área de turismo. Em 2009, as primeiras ações de capacitação profissional foram iniciadas seguindo as orientações do Plano de Ação. Foram capacitados 3.695 profissionais nos municípios de Ceará-Mirim (588), Extremoz (712), Maxaranguape (305), Nísia Floresta (366), Tibau do Sul (1.295) e Touros (427). A capacitação empresarial também foi realizada, beneficiando 936 pessoas, em Ceará-Mirim (140),

<p>inadequados.</p> <p>Equipamentos de lazer muito reduzidos</p> <p>Parque das Dunas pouco utilizado como atrativo turístico</p> <p>Inexistência de sistema de transporte para o turista (<i>city tour</i> e rotas turísticas integrando os diversos destinos do Polo)</p> <p>Baixa qualidade dos serviços turísticos em função da baixa capacitação profissional</p> <p>Calendário de eventos turísticos existente em alguns municípios, sem integração entre eles</p> <p>Produção associada ao turismo pouco estruturada</p> <p>Informalidade expressiva no setor turístico</p>	<p>acentuando o processo de exclusão da população local.</p> <p>O Planejamento turístico, tanto local quanto regional (do Polo) e estadual é uma ferramenta essencial para o crescimento ordenado da atividade, prevendo e provendo os meios e ferramentas de gestão. Enquanto o Estado não dispuser de estrutura administrativa e mecanismos de governança compatíveis com a importância que representa a atividade turística para a economia local, a atividade crescerá desordenadamente, com prejuízos econômicos e socioambientais capazes de comprometer seu futuro e seu enorme potencial.</p>	<p>Extremoz (356), Maxaranguape (40), Nísia Floresta (95), Tibau do Sul (220) e Touros (85). Ambas obtiveram recursos do PRODETUR para sua implementação.</p> <p>A capacitação profissional que irá beneficiar os municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante já foi iniciada, bem como firmado convênio com o Ministério do Turismo para a capacitação em Arez, Baía Formosa, Canguaretama, São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo.</p>
<p>Informação turística é um dos itens mais criticados por turistas no Polo Costa das Dunas em virtude da inexistência de postos de informações turísticas</p> <p>Sinalização turística deficiente dificulta o deslocamento e a compreensão do turista</p>	<p>A deficiência de informações, incluindo a sinalização, desqualifica os atrativos e produtos turísticos e não contribui para sua valorização, conservação e permanência. Além disso, deve-se pensar em associar, na sinalização e nos postos de atendimento, as informações turísticas, ambientais e culturais, fortalecendo a função educativa destes equipamentos. Para tanto, é interessante a associação destes equipamentos às casas de cultura e salas verdes existentes nos municípios</p>	<p>Implantação da sinalização turística nas principais praias do Polo.</p>

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.1.9.2. Componente Estratégia de Comercialização

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Ações de marketing e promoção ocorrem de forma dispersa, sem estarem fundamentadas em dados e em pesquisa de mercado</p> <p>Falta de entrosamento e discussão entre a SETUR e EMPROTUR dificulta a promoção turística do Rio Grande do Norte</p> <p>Inexistência de Plano de Marketing compromete a eficiência e eficácia da promoção e divulgação turísticas</p> <p>Utilização pontual da internet como instrumento de divulgação</p>	<p>A divulgação e promoção do turismo potiguar é uma ferramenta essencial para seu crescimento e deve ser baseada em informações contínuas, que permitam que as estratégias de promoção reflitam o momento presente da atividade, de forma a não estimular a superlotação nem a sazonalidade. Para tanto, é importante que às estratégias de divulgação estejam subsidiadas por levantamentos técnicos sistemáticos e estejam associadas informações de caráter ambiental e cultural, fortalecendo sempre o conceito e a prática de turismo sustentável. Para otimizar o uso de recursos limitados e vencer a dificuldade de logística, é fundamental que sejam consideradas as informações oriundas das diversas instituições envolvidas, possibilitando o melhor aproveitamento e um plano de ação melhor articulado.</p>	<p>A maioria dos municípios disponibiliza informações turísticas <i>on line</i>. Em termos de material informativo, por iniciativa do <i>trade</i> turístico são distribuídos folders, mapas e roteiros com informações das localidades e dos seus equipamentos turísticos.</p>

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

4.1.9.3. Componente Fortalecimento Institucional

COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Órgãos de Turismo pouco estruturados para a gestão sustentável dos atrativos turísticos</p> <p>Planejamento turístico incipiente</p> <p>Gestores municipais e regionais de turismo com capacitação inadequada</p> <p>Conselho Regional de Turismo do Polo com atuação focada prioritariamente no PRODETUR</p> <p>Concentração de recursos para o turismo em Natal e Tibau do Sul</p>	<p>O Planejamento turístico, tanto local quanto regional (do Polo) e estadual é uma ferramenta essencial para o crescimento ordenado da atividade, prevendo e provendo os meios e ferramentas de gestão. Para tanto, os colegiados são importantes, pois permitem a participação dos diversos segmentos sociais no processo. É preciso também capacitar todo o público envolvido, os representantes desses segmentos sociais e os técnicos de governo para a plena utilização desta ferramenta e das demais ferramentas de gestão. É preciso avaliar, dependendo do tamanho e da condição de cada município, se vale à pena instalar Conselhos municipais específicos de turismo, pois dependendo da situação, um conselho municipal de desenvolvimento sustentável pode dar conta do recado sem sobrecarregar o município, com a possibilidade de maior integração entre os diversos setores, com destaque para a questão ambiental;</p> <p>Os treinamentos devem ser preferencialmente, regionais, para permitir a integração entre as gestões municipais no mesmo Polo. O treinamento local deve ser direcionado apenas para questões específicas daquele município</p> <p>O órgão executor da política estadual de turismo pode e deve se organizar tecnicamente para apoiar e fomentar a atividade turística local/regional, além de prover a base de informações necessárias à qualificação da tomada de decisões dos conselhos fortalecidos. Além disso, deve ter condições de articular os demais executores, a partir de um sistema de informações que permita a integração e sistematização de dados, a captação de recursos externos ao estado para fortalecer a atividade e a integração entre os diversos setores envolvidos, para que todos os trabalhos realizados no âmbito do PRODETUR/RN aconteçam com observação aos termos do contrato firmado com o BID e às normas brasileiras, tornando-se um exemplo de boa gestão de política pública</p>	<p>A institucionalização das instâncias de governanças regionais de turismo, (Conselho Estadual e Conselhos dos Regionais em cada Polo) de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo;</p> <p>A elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR, que propõe estruturar a Secretaria, no que se refere a aquisição de equipamentos, capacitação técnica e estruturação administrativa com a finalidade de corrigir as distorções acima citadas e fortalecer o órgão para a gestão da atividade turística no Estado.</p> <p>Em nível municipal considera-se um avanço, a institucionalização do aparato administrativo do setor de turismo integrado, na maioria, a área ambiental do município.</p>
<p>Pouca integração entre os municípios para o desenvolvimento do turismo</p> <p>Capacidade fiscalizadora</p>	<p>Importante a criação de mecanismos de ação conjunta e integrada dos órgãos competentes, para agilizar os processos e gerenciar os conflitos de interesse, harmonizando mais a gestão pública.</p>	<p>A criação e funcionamento do Conselho de Turismo do Polo com 36 instituições membros atuando como importante espaço de</p>

<p>(uso e ocupação do solo, ambiente, posturas) dos municípios muito reduzida</p>	<p>Além disso, é preciso estabelecer um sistema de gestão ambiental para o Polo, permitindo que sejam definidas em conjunto as ações de gestão, sejam capacitados os executores destas ações para sua efetivação e sejam estabelecidos mecanismos de acompanhamento da execução e eficácia destas ações</p> <p>Nos setores específicos como turismo e meio ambiente, por exemplo, percebe-se ser o número de funcionários, a estrutura e os equipamentos insuficientes às exigências atuais, principalmente para atendimento à demanda de cumprimento da nova política proposta pelo Plano Nacional do Turismo e pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e para as atribuições de fiscalização e controle do uso e ocupação do solo, mesmo nos municípios que dispõem dos instrumentos legais.</p>	<p>planejamento, deliberação e viabilização de ações e projetos de desenvolvimento de turismo, tendo como função coordenar, conduzir, monitorar e legitimar a elaboração deste PDITS.</p>
<p>Instrumentos de planejamento e gestão territorial e uso do solo e preservação do meio ambiente (Plano Diretor, Código de Obras, Código de Meio Ambiente) existentes em quase todos os municípios do Polo, mas nem sempre implementados</p> <p>Ausência de instrumentos de planejamento urbano em alguns municípios do polo turístico</p>	<p>De forma geral, os instrumentos legais de apoio à gestão são importantes para subsidiar e orientar o trabalho das gestões municipais, mas sua efetividade é diretamente proporcional à instalação de capacidade para sua utilização eficiente.</p> <p>Apesar da disponibilidade dos instrumentos, elaborados em consequência das exigências legais, a maioria dos municípios não dispõe de estrutura administrativa nem de corpo técnico, em quantidade e capacitado para implementação dos instrumentos.</p> <p>O projeto Orla pode ser uma alternativa de gestão mais focada no problema, assim como as legislações complementares.</p>	<p>Por exigência legal e apoio do Ministério das Cidades e do Mtur a maioria dos municípios de Polo, atualmente, dispõe de Planos Diretores e Códigos de Obras como instrumentos básicos para a gestão do uso e ocupação do solo nos municípios.</p>
<p>Informações turísticas inexistentes, precárias ou defasadas</p>	<p>Um sistema de informações permanentemente atualizado por meio de pesquisa sistemáticas, estudos e dados é a ferramenta adequada para o planejamento e monitoramento da atividade, permitindo sua gestão para a sustentabilidade e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar, de forma integrada, os desafios que se apresentam com o tempo. Esse sistema deve garantir a base de dados necessária para o início de um processo de monitoramento permanente, que além de aferir as alterações decorrentes da atividade, nos aspectos econômicos e socioambientais, garanta também a atualização das informações contidas nesse banco de dados.</p> <p>Para a qualificação das decisões implementadas no âmbito dos órgãos de gestão e dos colegiados, esse sistema de informações torna-se essencial. É</p>	<p>A SETUR anualmente prepara material informativo para distribuição em feiras e eventos de âmbito nacional e internacional de promoção turística. Em relação aos municípios do Polo o acervo é pouco diversificado e em quantidade reduzida.</p>

	importante também para orientar o esforço de construção de conhecimento em direção ao preenchimento das lacunas de informação existentes, cuja identificação é bastante facilitada a partir da sistematização do conhecimento existente.	
Monitoramento e avaliação dos resultados das ações de turismo inexistente	Os inventários turísticos municipais, as pesquisas de demanda e de fluxo turístico não têm sido elaborados e constituem base de informações essenciais para os planos municipais de turismo, no sentido de apoiar o dimensionamento da capacidade de suporte econômica e socioambiental das localidades, permitindo que o Plano preveja mecanismos controle de fluxo, para que a própria atividade turística não inviabilize o atrativo.	O Conselho do Polo Costa das Dunas assume um papel importante no acompanhamento das ações desenvolvidas na sua área de abrangência. Não existe a aplicação, de forma sistemática, de qualquer tipo de monitoramento.
Pouca participação social na gestão do turismo Empresariado pouco sensibilizado para novas alternativas e investimentos Exploração sexual, prostituição e consumo de drogas nos principais destinos	Um Programa como o PRODETUR necessita do envolvimento permanente da população sensibilizada sobre os diversos aspectos da atividade turística (econômicos, culturais e socioambientais), que contemple também as questões da exploração sexual, prostituição e consumo de drogas. É preciso apoiar a construção de uma visão mais ampliada do problema e a identificação das vantagens competitivas de um polo turístico estruturado e sustentável. A informalidade é o inverso da presença de mecanismos que facilitem a formalização. O envolvimento da população na atividade turística esbarra na falta de capacitação dos locais, o que precisa ser enfrentado com metas de planejamento de médio prazo, que prevejam, não só a capacitação para as atividades diretamente ligadas ao turismo, mas também aquelas que constituem atividades complementares a essa cadeia produtiva (produção de alimentos, artesanato, etc.).	Nos municípios em que o turismo vem sendo trabalhado há algum tempo, existe uma estrutura organizacional estruturada, com equipe técnica e equipamentos. Porém, são poucos os profissionais com formação em turismo ou em áreas afins nas prefeituras, e quando há, geralmente são em cargos comissionados ou contratados. Atuação da ONG Resposta através de várias campanhas e da elaboração do Código de Conduta contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

4.1.9.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Acessos precários a algumas lagoas utilizadas turisticamente</p> <p>Acessos precários entre a BR-101 e municípios litorâneos dificultam a circulação de carros de passeio</p>	<p>A deterioração dos atrativos é causada, principalmente, porque o processo de uso e ocupação não tem levado em consideração três fatores:</p> <p>a) A fragilidade da dinâmica costeira, com aceleração dos processos erosivos, causada pela interrupção dos fluxos naturais de sedimentos, associados aos processos naturais característicos da costa potiguar e às tendências globais de elevação do nível do mar;</p> <p>b) A pequena capacidade de suporte dos aquíferos dunares, no que pese a excelente qualidade da água, associado à precária infraestrutura de recepção de pessoas e de drenagem e captação e tratamento de água e esgotos;</p> <p>c) A interrupção do livre acesso às praias, impedindo a continuidade dos modos de vida e produção das populações tradicionais locais.</p> <p>Além disso, a falta de cuidado na execução das obras e em sua subsequente manutenção também provoca impactos adicionais que levam (ou podem levar) ao agravamento da deterioração dos atrativos. É necessário que os estudos e projetos, assim como a execução e manutenção das obras, tanto de acesso quanto de urbanização de orla, contenham todos os requisitos de sustentabilidade.</p> <p>Os esforços direcionados para a construção de acessos em pontos críticos são essenciais para a melhoria da circulação dos usuários dos atrativos turísticos do polo e seus moradores. No entanto, para superar as intervenções pontuais e realizar um trabalho sistemático sobre este tema, é fundamental desenvolver estudo para identificação do conjunto de áreas críticas de tráfego no Polo Costa das Dunas.</p>	<p>As medidas adotadas em infraestrutura na região do Polo estão relacionadas às ações estruturantes do PRODETUR/NE I, que investiram largamente em infraestrutura de acesso, dentre elas a ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo e a urbanização da Praia de Ponta Negra. A continuidade das ações foi outro fator preponderante para o crescimento do turismo. Os investimentos advindos do PRODETUR/NE II tentaram, não só completar e complementar as ações do PRODETUR I, como também minimizar os impactos negativos advindos das primeiras intervenções.</p>
<p>Dificuldade de circulação para os portadores de necessidades especiais</p>	<p>É preciso que a legislação relativa aos portadores de necessidades especiais seja respeitada e considerada no âmbito de todos os projetos e obras do PRODETUR. Inclusive, torna-se desejável que um representante deste segmento social faça parte dos colegiados em seus diversos níveis.</p>	<p>Medidas de caráter pontual vêm sendo adotadas em atendimento as exigências legais e por recomendação do Ministério Público em alguns municípios do Polo. (Natal, Parnamirim e Mossoró) Em Natal, os parâmetros de acessibilidade estão incorporados as normas municipais e sua aplicabilidade exigida no procedimento de licenciamento de obra.</p>

<p>Fornecimento de energia elétrica satisfatório para a situação atual, mas com limitação para atender aumento de demanda resultante do incremento de fluxos turísticos;</p> <p>Iluminação pública satisfatória nos núcleos urbanos, sem tratamento diferenciado em função da hierarquização dos espaços</p>	<p>O Programa Estadual de Turismo deve articular ações complementares direcionadas à gestão deste tema</p>	<p>Revisão completa das posteações e troca das luminárias.</p> <p>No município de Rio do Fogo está em processo de instalação uma usina de energia eólica, representando uma fonte de energia limpa, que prevê uma capacidade de geração de energia na ordem de 1.800 Kw. A primeira usina eólica do Rio Grande do Norte deverá entrar em operação em dezembro deste ano. A energia obtida na usina será conectada à rede da COSERN e utilizada pela Petrobras em suas unidades de Macau e Campo da Serra, que consomem cerca de 38 MW.</p>
<p>Abastecimento de água tratada na região de Natal com problemas de qualidade pela contaminação;</p> <p>Nos municípios mais distantes de Natal, abastecimento nas sedes municipais por rede de abastecimento e nas faixas litorâneas por poços, com água de qualidade</p>	<p>O Programa Estadual de Turismo deve articular ações complementares direcionadas à gestão deste tema</p> <p>O programa de cisternas atua sistematicamente no Polo</p> <p>Existe tecnologia de uso doméstico disponível para descontaminar a água de abastecimento humano</p> <p>Deve-se desenvolver Planos de saneamento Básico para todos os municípios do Polo, conforme determina a Política Nacional</p>	<p>O serviço de abastecimento de água é de responsabilidade do Estado, em regime de concessão municipal e a ampliação do sistema ocorre dentro do programa orçamentário do Estado.</p> <p>A Lei nº. 11.445/07 instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico (PNS), entendendo a promoção da salubridade ambiental como um objetivo permanente da Administração Pública Federal, a ser executada inclusive mediante a cooperação federativa com Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como com suas empresas, concessionárias e autarquias. Tornou obrigatório para todos os municípios o Plano Municipal de Saneamento Básico. Atendendo a esse mandato legal, Parnamirim é o único município do Polo que já dispõe desse instrumento normativo.</p>
<p>Esgoto sanitário muitas vezes lançado na rede de drenagem pluvial provoca poluição dos cursos de</p>	<p>A ausência do saneamento é, talvez, o mais grave problema ambiental decorrente do adensamento da ocupação dos lugares</p> <p>Foram identificadas prioridades para</p>	<p>Uma das medidas para evitar o contaminação dos corpos de água e do mar por dejetos de esgoto é</p>

<p>água e do mar em municípios turísticos</p>	<p>saneamento em São Miguel do Gostoso e drenagem sustentável em Touros, no rio Maceió e no condomínio San Vale, em Natal.</p> <p>Para evitar o simples corte das ações de drenagem sustentável em Extremoz, devem ser buscados recursos além daqueles disponíveis no PRODETUR, para que estas demandas possam ser atendidas.</p> <p>Falta uma ação: implantar programas municipais de monitoramento de derramamento de esgotos em redes de drenagem pluvial, assim como estender o programa de monitoramento da balneabilidade das praias a todas as zonas urbanas do Polo e aos pontos críticos identificados. Cada município deve elaborar e implantar seu Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme determina a Política Nacional sobre este tema.</p>	<p>ampliação do sistema a todos os municípios, a ação que vem sendo implementada de forma bastante lenta;</p> <p>O governo do estado através do IDEMA e em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa vem desenvolvendo o PROGRAMA ÁGUA AZUL – Rede Compartilhada de Monitoramento da Qualidade da Água que visa o monitoramento sistemático da qualidade das águas dos principais corpos de água interiores e das águas subterrâneas; realizar monitoramento sistemático das condições de balneabilidade de praias do Estado do Rio Grande do Norte; investigar o passivo ambiental, decorrente da contaminação, por derivados de petróleo, do aquífero na Cidade de Natal.</p>
<p>Resíduos sólidos lançados a céu aberto na maioria dos municípios</p> <p>Plano de gerenciamento de resíduos sólidos existente, mas não implementado</p> <p>Limpeza urbana razoável nos principais núcleos urbanos e inadequada nos núcleos menores</p>	<p>O problema do lixo também é grave e necessita ações emergenciais, mesmo que com recursos de outros programas.</p> <p>Estas ações devem buscar a formação de consórcios intermunicipais, além do estímulo à separação e reciclagem de lixo, com apoio à organização de cooperativas de catadores e implantação de infraestrutura de apoio à atividade, o que pode aumentar significativamente a vida útil dos aterros (70% dos resíduos sólidos destinados aos lixões pode ser reciclado), além de prover alternativa de renda a uma parcela de população geralmente mais carente e, muitas vezes, marginalizada. Cada município deve elaborar e implantar seu Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme determina a Política Nacional sobre este tema.</p>	<p>A partir do ano de 1999, ocorreu a criação do Grupo Temático de Resíduos Sólidos no âmbito do Polo de Turismo Costa das Dunas, formado por diversas instituições parceiras. Esse grupo foi constituído para discutir os graves problemas relacionados ao acúmulo do lixo nas praias.</p> <p>Atualmente na área do Polo de Turismo Costa das Dunas apresenta um considerável avanço na gestão dos resíduos com a implantação do Aterro Sanitário Metropolitano e no município de Tibau do Sul com a construção do seu Aterro Controlado.</p> <p>Com recursos do PRODETUR II foi elaborado o Plano de Resíduos Sólidos do Polo.</p> <p>Plano de Manejo de Resíduos Sólidos para a RMN.</p>

<p>Serviços de atenção básica à saúde em nível satisfatório; dificuldade de internação pelo número reduzido de leitos; inexistência de serviços de resgate e remoção de doentes e acidentados</p>	<p>O Programa Estadual de Turismo deve articular ações complementares direcionadas à gestão deste tema</p>	
<p>Segurança pública precária</p>	<p>Não adianta investir apenas em equipamentos e estrutura. É preciso capacitar os policiais para executar bem seu serviço e ter um bom relacionamento com a população, além de entender especificamente dos aspectos da atividade turística e das questões ambientais.</p>	
<p>Aeroporto Augusto Severo com problemas de infraestrutura não favorece o conforto dos turistas</p>	<p>Necessidade de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto Augusto Severo, articulada à implantação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, garantindo o correto dimensionamento dessa infraestrutura por um longo período, de forma que não se constitua um gargalo para o crescimento da atividade turística no Estado</p>	<p>Iniciada pela Infraero a reforma do aeroporto Augusto Severo com previsão de conclusão para dezembro de 2011. São obras estruturantes que vão melhorar significativamente o conforto do passageiro. Atualmente a capacidade de atendimento é de um pouco mais de 800 passageiros por hora de embarque. Até o fim da implantação, esse número deverá aumentar para cerca de 1.300 vários, além de melhorias no ar condicionado, elevador novo, hall de check-in e ampliação da sala de embarque.</p>
<p>Ausência de planos estratégicos dificulta a criação de novas estruturas para o recebimento de pequenos aviões e helicópteros; Inexistência de helipontos que recebam turistas de alto padrão financeiro.</p>	<p>Um Plano Aeroviário Estadual deve preceder a instalação de qualquer infraestrutura. Este plano deve considerar, não apenas as questões específicas de logística e condições de vôo, mas deve associar, nas análises realizadas, a capacidade de suporte das localidades contempladas, em termos da provável dinamização da atividade turística e o reflexo sobre os ativos ambientais.</p>	

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

4.1.9.5. Componente Gestão Ambiental

GESTÃO AMBIENTAL		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
População e visitantes pouco conscientizados sobre a importância da proteção ambiental poluem as águas e degradam o ambiente	Para atender a este componente e esta estratégia associada, é preciso um programa de gestão ambiental, onde o órgão executor do PRODETUR possa mobilizar e articular os demais atores do Programa, públicos e privados, estabelecendo procedimentos de atuação de acordo com as regras estabelecidas no contrato firmado com o BID, capacitando as instituições e atores para atender a estes procedimentos e estabelecendo rotinas e indicadores de acompanhamento das ações, tanto em sua época de implementação quanto de manutenção	Campanhas no período de alta estação veiculadas ainda, de formas desarticuladas e de pouco alcance e de resultados pontuais. Monitoramento das condições de balneabilidade das praias, desenvolvidas em campanhas e divulgação sistemática de acordo com a Resolução do CONAMA. Elaboração de Códigos de Meio Ambiente nos municípios de Nísia Floresta, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Senador Georgino Avelino, Arez e Tibau do Sul
Dunas e falésias ocupadas irregularmente	As ações que vem degradando as falésias potiguares estão associadas às demandas de infraestrutura e ocupação irregular. As falésias são atrativos naturais, local privilegiado para se ter acesso visual ao mar e por isso tem sido ocupadas intensamente. Sua fragilidade natural foi considerada pelos legisladores, que estabeleceram uma faixa de proteção não edificante, uma área de preservação permanente. No entanto, o governo estadual e os municípios não têm condições de controlar a ocupação irregular destas faixas. É preciso um trabalho articulado, baseado em informações precisas, técnicas adequadas e monitoramento constante.	As medidas adotadas pelos governos estadual e municipal são aquelas voltadas para o controle e fiscalização da ocupação dessas áreas através da elaboração e implantação dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo associado as exigências do licenciamento, obrigatório, de empreendimentos e atividades; Implantação do Programa de Monitoramento Aéreo, pelo órgão de meio ambiente do Estado.
Região costeira do Polo sem o mapeamento adequado, apresentando problemas de erosão	A erosão costeira já é um problema antigo no Rio Grande do Norte, devido à conformação da costa potiguar e à pequena contribuição de sedimentos que vem de grandes rios, ausentes nessa porção litorânea. Para um problema desta dimensão, faz-se necessário o mapeamento detalhado da dinâmica costeira do Estado, com foco nas já conhecidas áreas críticas. Em seguida, é preciso captar recursos para as obras de correção, cujo custo é alto.	Revisão do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e da Lei de Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental (não concluído)
Poluição das águas dos rios e do litoral nos trechos de maior ocupação	Além das ações de saneamento previstas, é necessária uma atenção especial e a proposição de ações que tratem mais diretamente da carcinocultura e preservação dos manguezais remanescentes no polo	Elaborado pelo órgão estadual de meio ambiente os estudos para definição do zoneamento ecológico-econômico dos estuários do Estado e a minuta de ZEE submetida ao Conselho Estadual de Meio Ambiente. (apreciação não concluída)
Falta de saneamento ambiental compromete os aquíferos em Natal e em outros municípios	Implantação de saneamento ambiental promove a conservação dos aquíferos e recursos naturais no Polo	Em implantação, com recursos próprios, o Plano de Saneamento Básico (esgoto,

litorâneos		abastecimento de água, Limpeza pública e drenagem) no município de Parnamirim. O de Natal, com recursos do Governo Federal, encontra-se em fase de elaboração.
Lagoas e Rios contaminados, com margens ocupadas irregularmente	As lagoas têm sua dinâmica natural, que pode ser alterada a partir do uso, da qualidade de suas nascentes e do impedimento, se for o caso, da comunicação de seu corpo d'água com o mar, ou com o ecossistema natural que a circunda, impedindo o transito de fauna e assoreando as margens a partir da retirada da vegetação nativa. A legislação garante que as margens de lagoas sejam públicas e estabelece uma faixa de preservação permanente em seu entorno. Estabelece também esta faixa para os cursos d'água que a abastecem, visando sua conservação em quantidade e qualidade.	Criação de Unidades de Conservação Estaduais englobando diversos municípios (especialmente, na região do Complexo Lagunar Bonfim-Guarairas) visando a proteção e conservação dos recursos hídricos da região.
Recifes de corais degradados pela visitação e pesca não controlada	A prática do turismo sobre os Parrachos de coral, principalmente Pirangi e Maracajaú, têm demonstrado que as atuais medidas de controle e fiscalização não têm sido suficientes, com excessiva lotação de barcos de passeio na alta temporada.	Criação e implantação do programa de monitoramento da visitação turística na APA dos Recifes de Corais, no município de Maxaranguape.
Avaliação Ambiental Estratégica aguardando para a implementação	É fundamental que as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica sejam implementadas, uma vez que elas resultam de uma análise aprofundada dos impactos potenciais das ações do PDITS e propõem medidas que podem mitigá-los, garantindo a qualidade dos ativos ambientais e a sustentabilidade do turismo.	-
Código de Meio Ambiente não existe em todos os municípios e/ou não é corretamente implementado	Para que os municípios tenham acesso a recursos estaduais e federais, deveria ser considerado pré-requisito obrigatório a implantação de plano diretor, código de obras e meio ambiente. Essas legislações, por si só, não são suficientes para a solução de problemas, mas são importantes ferramentas quando utilizadas por uma gestão municipal competente e por colegiados atuantes.	Governo do Estado com apoio do Governo Federal implementou o Programa de capacitação de Gestores Ambientais nos 167 municípios do Estado visando o fortalecimento dos municípios tanto da estrutura administrativa com dos representantes da sociedade civil.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

4.2. Polo Costa Branca

4.2.1. Contexto Geral do Turismo na Área de Abrangência

O Polo Costa Branca localizado no litoral norte do Estado tem Mossoró como principal Polo irradiador, seguido de Assú. Caracteriza-se por um turismo de caráter regional, com a presença dos próprios potiguares e de estados vizinhos (CE e PB), movidos por atividades de veraneio e participação em festas populares, como carnaval e São João. Associado a isto, têm-se nesta região um dinâmico Polo econômico, centrado nas atividades salineira, petrolífera e fruticultura irrigada, que tem ocasionado um interessante movimento do turismo de negócios.

Pode-se dizer que o fato de muitos dos atrativos ainda não serem apropriados pela atividade turística se deve ao fato de que a maior parte dos municípios do Polo Costa Branca está em um estágio de desenvolvimento turístico bastante incipiente, havendo, assim, pouca infraestrutura específica e capacidade de gestão.

Do mesmo modo que o trabalho realizado no Polo Costa das Dunas, a sistematização de um conjunto de informações, não apenas do turismo, mas sobre a economia, os aspectos sociais, o meio ambiente, a história e a cultura constituem o diagnóstico estratégico para compor o quadro das condições do turismo no Polo Costa Branca.

A partir da coleta de dados foi identificado no Polo Costa Branca um conjunto de 340 elementos turísticos, a maior parte dos quais, contudo, sem ser efetivamente aproveitada turisticamente. A Tabela abaixo mostra a distribuição dos atrativos turísticos por categoria.

TABELA 02. Polo Costa Branca: Distribuição dos Atrativos Turísticos por Categoria.

Categoria	Atrativos Turísticos	(%)
Naturais	91	26,8
Histórico-culturais	64	18,8
Manifestações e usos populares	108	31,8
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	16	4,7
Acontecimentos Programados	61	17,9
Total	340	100

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A tabela acima informa que a categoria de maior representatividade são as Manifestações e usos tradicionais populares (31,8%), estando inseridas nesta categoria festas populares, religiosas, comemorações cívicas, gastronomia, artesanato, feiras e mercados. Em seguida, estão os recursos e atrativos naturais (26,8%), que se destacam no Polo pela sua faixa litorânea, dunas, lagos, lagoas, vegetação, enfim, todos os elementos que tem na sua base um recurso da natureza.

Os elementos histórico-culturais abarcam 18,8% da oferta de recursos e atrativos turísticos, congregando monumentos arquitetônicos, sítios históricos e arqueológicos. Os acontecimentos programados referem-se a eventos que fazem parte do calendário de atividades dos municípios e representam 17,9% do total de recursos e atrativos do Polo Costa Branca.

Por fim, as realizações técnicas e científicas contemporâneas que compreendem usinas e barragens, centros científicos e técnicos, exploração industrial, agrícola e pastoril com 4,7% da oferta.

4.2.1.1. Evolução do Fluxo Turístico

Não existem dados disponíveis para o Polo Costa Branca, e sim para todo o estado. No Polo Costa Branca, os turistas, geralmente, se deslocam por via terrestre e procedem dos estados vizinhos ou do próprio estado. Assim, os dados disponíveis para todo o estado, provavelmente estão mais associados com os turistas que chegam pelo aeroporto Augusto Severo, a maioria sem ligação com os turistas que frequentam o Polo Costa Branca.

No período de 2002 a 2010, o fluxo turístico no estado do Rio Grande do Norte cresceu 83,78%, um crescimento anual médio de 8,18% a cada ano. O fluxo turístico doméstico cresceu 91,78% e o internacional 14,28%. Em 2010, estima-se que o estado recebeu aproximadamente 2,62 milhões de turistas, em média aproximadamente 218 mil turistas por mês, como pode ser observado no Quadro 17 apresentado a seguir.

QUADRO 17. Evolução do Fluxo Turístico.

ANO	DOMÉSTICO		INTERNACIONAL		TOTAL DE TURISTAS	
	Quantidade	Varição	Quantidade	Varição	Quantidade	Varição
2002	1.276.769	-	147.117	-	1.423.886	-
2003	1.245.830	-2,42%	205.793	39,88%	1.451.623	1,95%
2004	1.501.071	20,49%	282.270	37,16%	1.783.341	22,85%
2005	1.737.511	15,75%	344.183	21,93%	2.081.694	16,73%
2006	1.887.718	8,64%	299.162	-13,08%	2.186.880	5,05%
2007	1.923.000	1,92%	255.951	-14,44%	2.179.925	-0,32%
2008	1.971.502	2,47%	229.979	-10,15%	2.201.481	1,00%
2009	2.146.466	8,87 %	181.020	-21,29%	2.327.486	5,72%
2010*	2.448.632	14,08%	168.131	-7,12%	2.616.763	12,43%

(*) Estimativa Preliminar. Os dados referentes ao fluxo turístico do Estado ainda não foram fechados.

4.2.1.2. Evolução da Permanência Média do Turista no Estado

O turista nacional vem aumentando sua permanência no estado, em torno de 08 dias, enquanto o turista internacional por aproximadamente 10 dias, observada no Quadro 18, apresentado a seguir:

QUADRO 18. Evolução da Permanência Média do Turista no Estado (em dias)

ORIGEM	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
NACIONAL	7,09	7,98	9,50	8,80	8,00	8,38	7,70	7,40
INTERNACIONAL	9,41	10,26	12,50	13,24	10,00	10,73	9,00	9,55

(*) Estimativa Preliminar. Os dados referentes a pesquisa do turismo receptivo anual ainda não foram fechados.

² Relatório de Gestão 2010 – SETUR-RN

4.2.1.3. Evolução do Gasto Médio Diário do Turista

Em 2002 o gasto médio diário do turista que visitou o Estado foi de US\$ 35,01, e em 2010, o gasto médio diário passou para US\$ 69,10, ocorrendo um crescimento de 97,37 % do gasto médio diário neste período, como pode ser observado no Quadro 19.

Outro aspecto significativo que pode ser destacado é que melhorou o nível econômico do turista que visita o Estado e, conseqüentemente, esses turistas têm um nível de exigência mais elevado com relação aos equipamentos e os serviços ofertados.

QUADRO 19. Evolução do Gasto Médio Diário do Turista – GMDI (EM US\$)

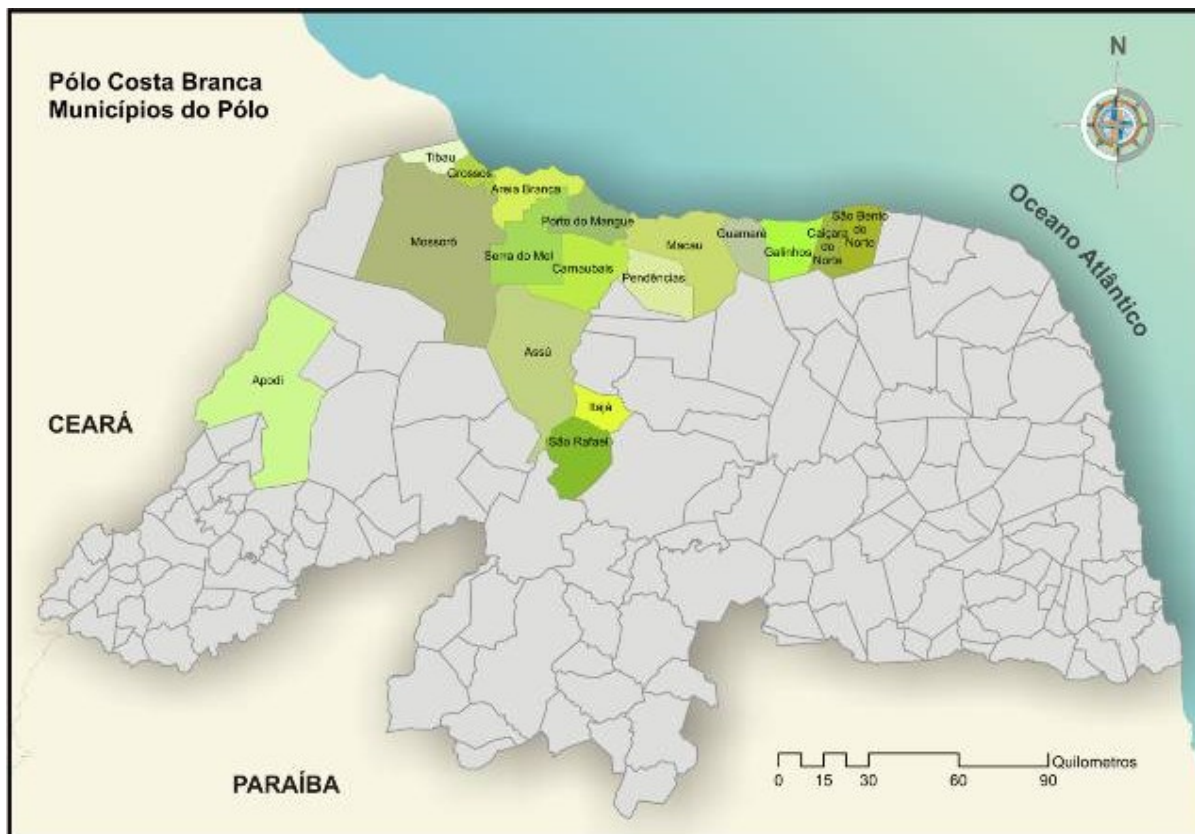
Ano	Brasileiro	Estrangeiros	Média	Varição Anual (%)
2002	20,16	49,95	35,01	-
2003	35,72	56,29	39,06	11,57
2004	43,83	72,79	48,42	23,96
2005	53,27	83,55	56,31	16,29
2006	69,00	147,20	78,10	38,70
2007	59,65	115,04	74,78	-4,25
2008	66,20	115,49	75,36	0,77
2009	56,84	101,87	63,56	-15,66
2010*	60,42	114,58	69,10	8,72

(*) Estimativa Preliminar. Os dados referentes a pesquisa do turismo receptivo anual ainda não foram fechados.

4.2.2. Identificação da Área de Influência Direta e Área de Influência Estratégica

Para elaboração da AAE observou-se a área de influência direta e estratégica definida no PDITS, correspondente ao Polo Costa Branca, constituída dos municípios de Apodi, Areia Branca, Assú, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Tibau e Serra do Mel e delimitada conforme a Figura a seguir.

FIGURA 22. Polo Costa Branca.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A caracterização da área de influência baseou-se nos estudos realizados pelo Observatório das Metrôpoles (2008) que lança mão de uma análise multivariada (população, instrução, renda, depósitos bancários, PEA, IPTU, mobilidade pendular e instalação sanitária), permitindo agrupar por tipologias de 1 a 4 os municípios do Polo Costa Branca e classificá-los de acordo com seu grau de pobreza interna, de A (melhor posição) até D (pior posição dentro do Tipo) assim caracterizando a rede urbana do Polo. Este estudo mostrou-se apropriado para este contexto, uma vez que o fluxo da atividade turística acompanha a disponibilidade de infraestrutura e a consolidação da rede urbana, pois depende do apoio destas, uma vez que sua ausência torna-se um forte fator impeditivo no processo de transformação dos atrativos locais em produtos turísticos, lógica da qual não foge o caso do Rio Grande do Norte. Tanto a infraestrutura e as cidades influenciam o turismo quanto este influencia a evolução dos mesmos.

Nessa classificação, a maioria dos municípios do Polo Costa Branca se insere no Tipo microrregional 3 nas classes D (com exceção de Assú e Macau, na classe B) o que indica a formação de médio estoque de riqueza acumulada e por uma variação positiva de intensidade média ou baixa do PIB, com padrões tradicionais de pobreza municipal (Quadro 20).

Pela classificação do Observatório das Metrôpoles, o Polo Costa Branca apresenta um desenho de sociedade relativamente homogêneo, com baixo padrão socioeconômico.

QUADRO 20. Polo Costa Branca na Tipologia de Cidades do Brasil.

TIPOLOGIA DE CIDADES	MUNICÍPIOS DO COSTA BRANCA
Tipo 3 – Classe D (mais de 100 mil habitantes)	Mossoró
Tipo 3 – Classe B (20 a 100 mil hab.)	Assú, Macau
Tipo 3 – Classe D (até 20 mil hab.)	Tibau, Caiçara do Norte, Porto do Mangue, Apodi, São Rafael, Areia Branca, Carnaubais, Grossos, Galinhos, Pendências, Serra do Mel, Itajá, São Bento do Norte, Guamaré,

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2008.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A identificação dos espaços urbanos relevantes dentro do Polo considerou a noção de centralidade já expressa nos estudos do Observatório das Metrôpoles (2008) e, no dimensionamento, levou-se em conta: a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial; o papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; o tamanho populacional; existência de empresas formais e indicadores sociais.

Para efeito de análise da rede urbana, foram considerados todos os municípios integrantes do Polo Costa Branca e os indicadores utilizados divididos em três setores: População, Socioeconomia e o IDH.

Neste sentido, considerando apenas os dados populacionais, percebe-se uma leve distorção na rede, causada pela criação de municípios pós-Censo de 1991, o que levou, por um lado, o crescimento populacional expressivo de alguns municípios e, por outro, quedas acentuadas de população. Considerando a população total em 2007, porém, observa-se a predominância de Mossoró e Assú, que perfazem 62% da população do Costa Branca. (Quadro 21)

Os dados econômicos também revelam Mossoró e Assú como cabeças de rede, embora aqui os municípios de Guamaré e Areia Branca se destaquem, principalmente, devido aos valores envolvidos na extração mineral (sal e petróleo). Em IDH Municipal, apenas Mossoró e Areia Branca estiveram acima de 0,70 na pontuação geral e os demais variando entre 0,60 e 0,70.

QUADRO 21. Costa Branca: indicadores populacionais.

Município	População total em 2007 (abs.)	Valor	Tx. Crescimento Populacional anual 91-2000 (em %)	Valor	População Urbana 2000 (em %)	Valor	Densidade Demográfica Urbana 2000 (Hab/Ha)	Valor
Areia Branca	24398	3	0,67	2	79.28	4	85,87	4
Assú	51253	4	1,05	4	71.95	4	41,57	2
Apodi	34636	3	1,02	4	47.85	3	56,20	2
Caiçara do Norte	6393	1	-	0	94.78	5	62,21	3
Galinhos	2135	1	3,79	5	56.65	4	104,82	5
Grossos	9451	1	-1,33	0	76.07	4	5,09	1
Guamaré	11739	2	3,30	5	44.16	3	124.10	5
Itajá	6410	1	-	0	82.06	5	53,98	2
Macau	27129	3	-0,12	0	72.42	4	86,97	4
Mossoró	234392	5	1,19	4	93.10	5	31,57	1
Porto do Mangue	4825	1	-	0	56.23	4	276,30	5
São Bento do Norte	3529	1	-10,06	0	27.38	3	27,21	1
São Rafael	8124	1	0,49	1	65.65	4	27,06	1
Tibau	3767	1	-	0	84.08	5	54,52	2
Carnaubais	9217	1	-2,68	0	25.68	3	31,40	1
Pendências	12543	2	0,34	1	78.45	4	33,88	1
Serra do Mel	9216	1	0,30	1	99.59	5	8,75	1

Fonte: Censo IBGE 1991 e 2000. Contagem Populacional, 2007.

Nota 1: os municípios após 1990 não estão listados na coluna de taxa de crescimento populacional 1991-2000.

Nota 2: São Bento do Norte, Macau, Carnaubais e Grossos perderam população devido a desmembramentos ocorridos pós-1990.

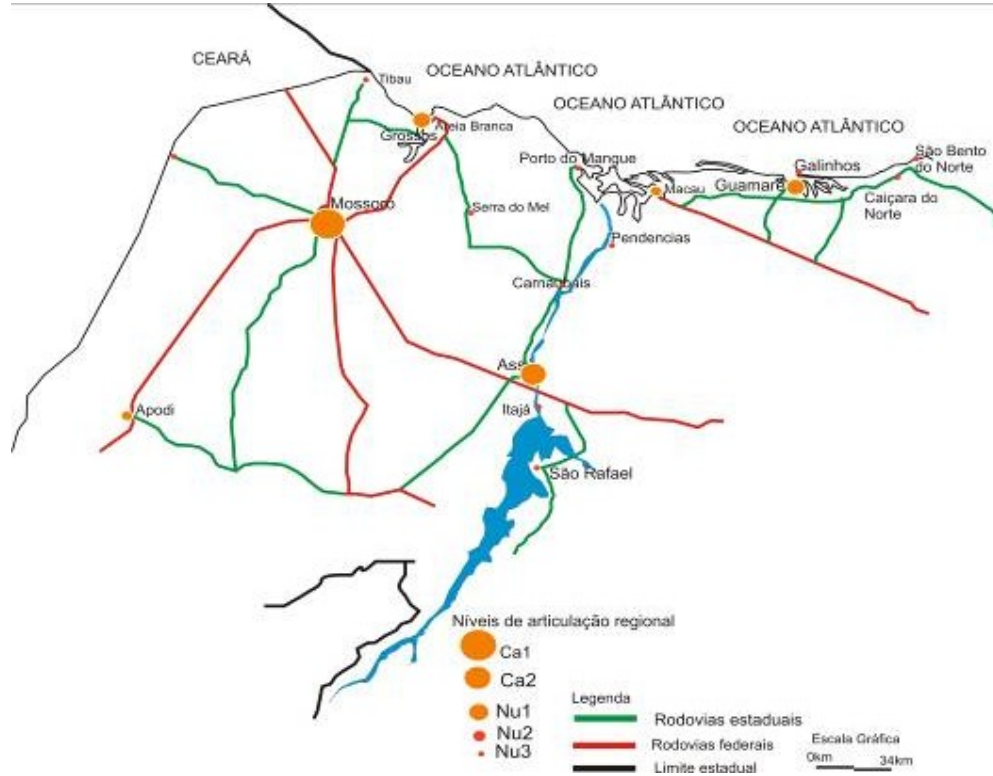
QUADRO 22. Polo Turismo Costa Branca: posição na Rede Urbana.

MUNICÍPIOS	VALOR FINAL	POSIÇÃO
Mossoró	39	1ª
Assú	33	2ª
Areia Branca	31	3ª
Guamaré	30	4ª
Macau	28	5ª
Apodi	28	6ª
Galinhas	24	7ª
Porto do Mangue	20	8ª
Pendências	19	9ª
Serra do Mel	19	10ª
Caiçara do Norte	18	11ª
Grossos	17	12ª
Tibau	17	13ª
Carnaubais	17	14ª
Itajá	17	15ª
São Rafael	17	15ª
São Bento do Norte	14	16ª

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria, 2009.

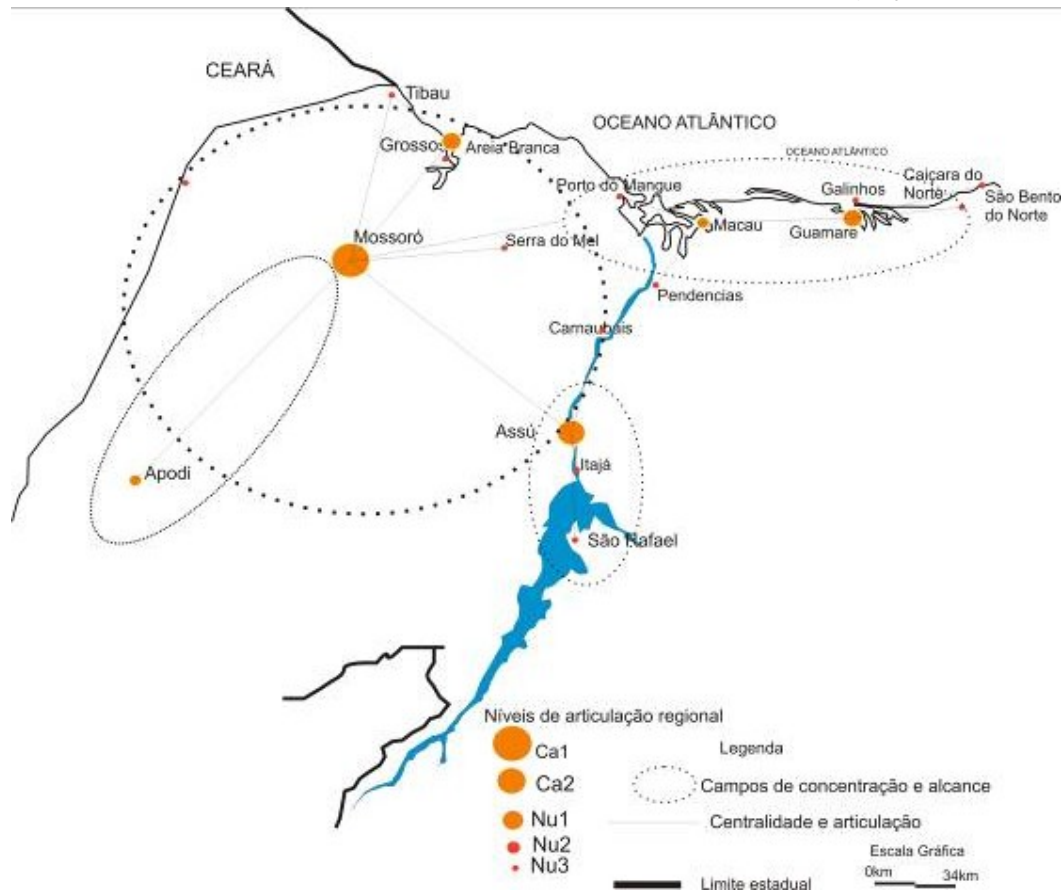
Os dados apresentados revelam a polarização dos municípios do Polo Costa Branca com o município de Mossoró alcançando o primeiro lugar na rede urbana da região (Quadro 22), estabelecendo uma hierarquia cuja espacialização encontra-se ilustrada nas Figuras a seguir:

FIGURA 23. Costa Branca: Centros Articuladores e Núcleos Urbanos Principais.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 24. Costa Branca: Campos de Centralidade e Integração.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.2.3. Caracterização Geral da Área

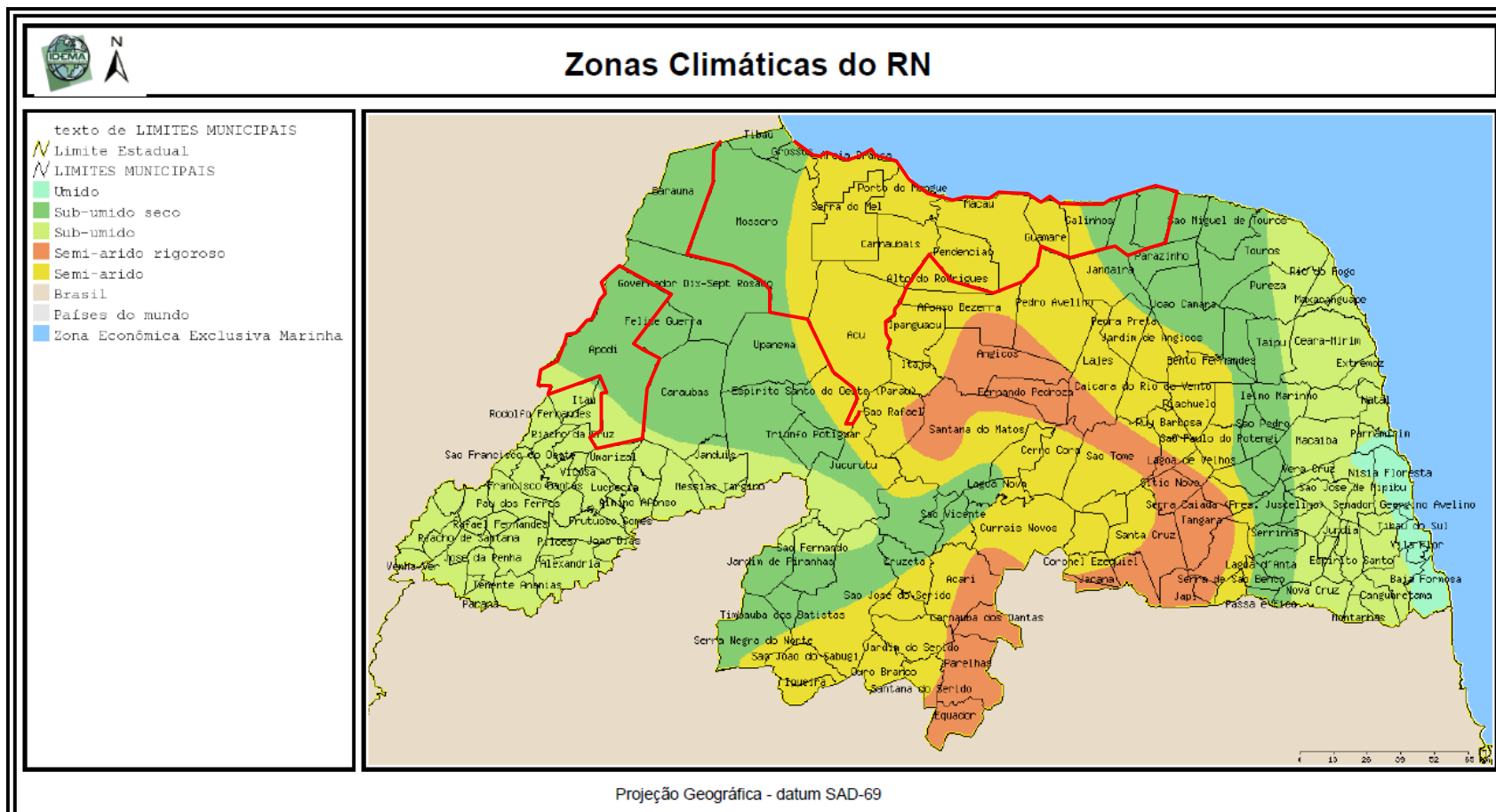
4.2.3.1. Aspectos Físicos

4.2.3.1.1. Condições Climáticas

No Polo Costa Branca por sua característica (constituído por municípios litorâneos e interiores) predomina o Clima semi-árido, que domina, de forma quase contínua, todo o interior do Estado e parte do Litoral Norte, com pluviosidade média de 400 a 600 mm anuais.

Em cerca de 60% do Rio Grande do Norte predominam o clima semi-árido, avançando até o Litoral Norte do Estado (região onde está inserida parte dos municípios do Polo), caracterizado por sua baixa precipitação pluviométrica, em torno de 400 a 600 mm por ano, com as chuvas distribuídas nos meses de janeiro a abril. São regiões sujeitas à seca e com maior influência dos ventos alísios secos do Nordeste, que incidem nesta região e se interiorizam pelo território potiguar.

FIGURA 25. Mapa Climatológico do Polo Costa Branca.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

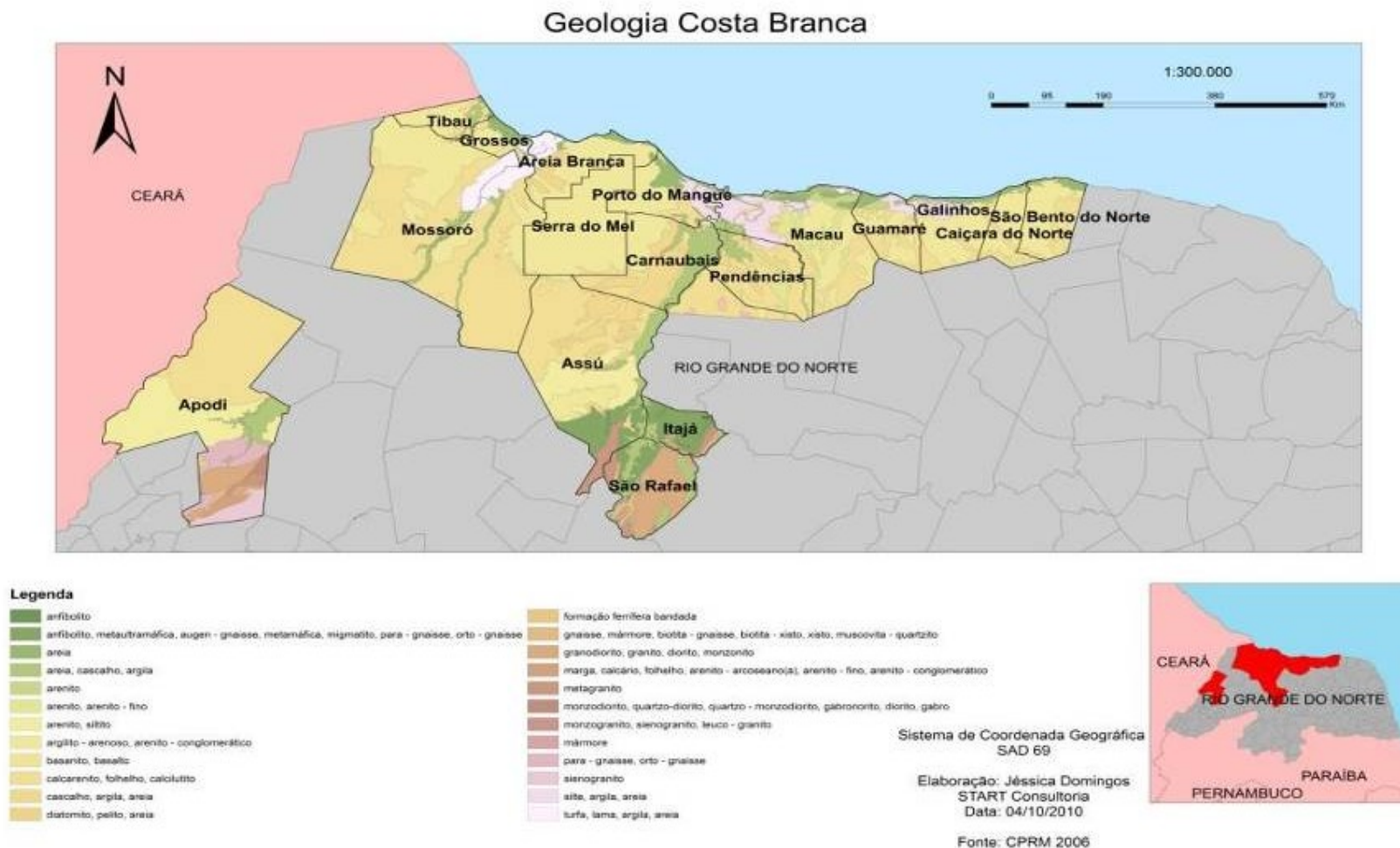
4.2.3.1.2. Geologia

De acordo com dados do Atlas para Promoção do Investimento Sustentável no RN (2007), a Zona Mossoroense, que cobre a maioria dos municípios do Polo, é composta por dois tipos de unidade geológica:

I – as Rochas Cristalinas e terrenos antigos, com origem no período Pré-Cambriano, onde são encontrados minerais importantes como a scheelita, ferro, cobre, ouro, enxofre, barita e alguns tipos de gemas, como a água marinha, turmalina e quartzo;

II – Rochas e Terrenos Sedimentares de formação mais recente, datando de eras geológicas chamadas de Mesozóica e Cenozóica, onde se encontram importantes minerais, tais como o petróleo, águas subterrâneas, calcário, argila, diatomita, porcelana e cerâmica.

FIGURA 26. Mapa Geológico do Polo Costa Branca.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

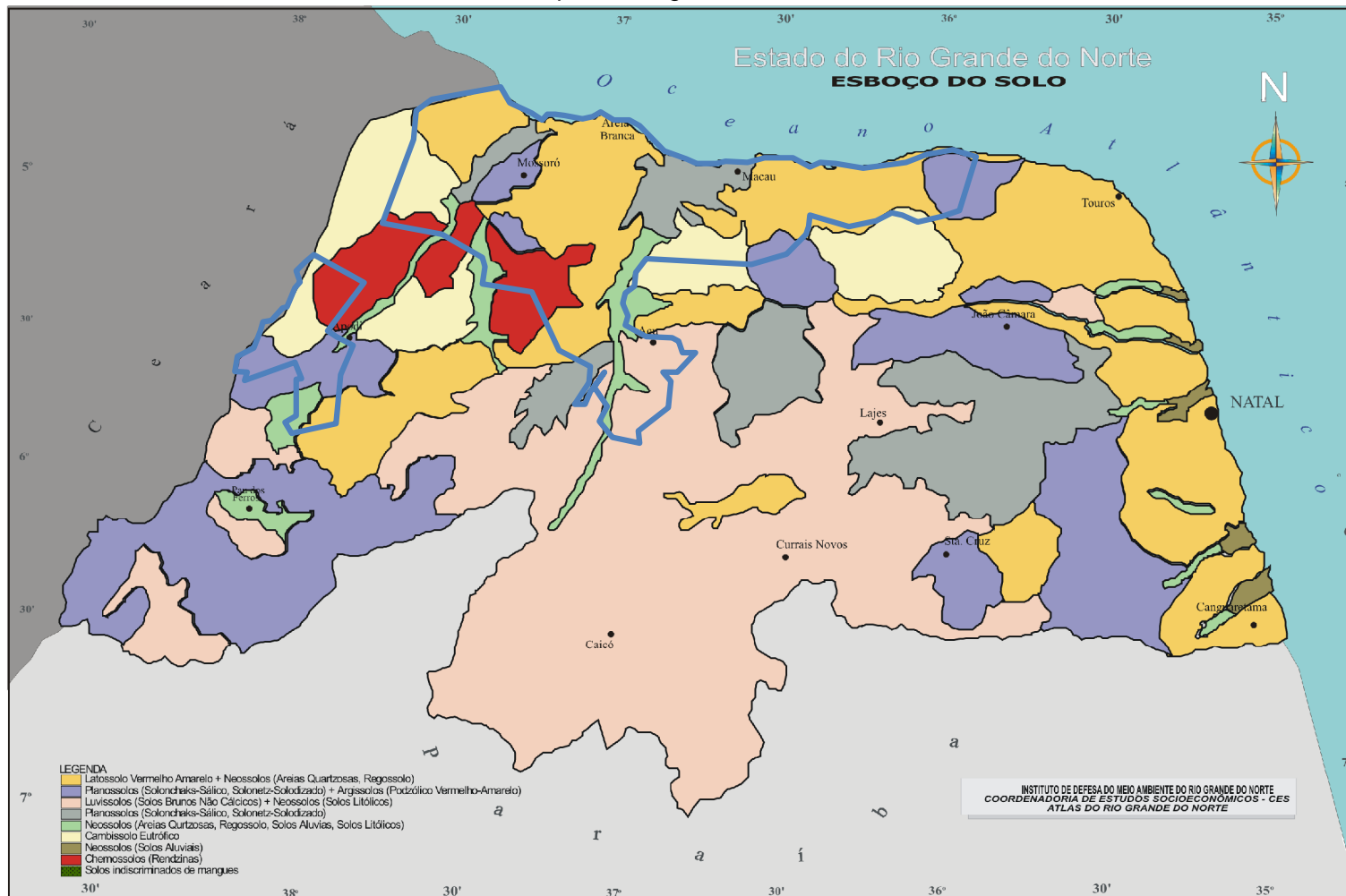
4.2.3.1.3.Solos

A região do Polo Costa Branca apresenta uma variedade de classes de solos, ocasionadas por uma grande diversidade litológica e material originário, além de variação do relevo e do regime de umidade dos solos (Atlas para Promoção do Investimento Sustentável no RN – IDEMA – 2007).

As principais manchas de solo encontradas na região são:

- Solos tipo ARENOSO ou TABULEIRO (Latossolo Vermelho Amarelo) - ocupam quase todo litoral do Estado, caracterizam-se por solos profundos maiores que um metro, bem drenados, porosos, friáveis, com baixos teores de matéria orgânica e predominantemente ácidos;
- SEDIMENTARES (Cambissolo Eutrófico): são solos rasos a profundos, bem drenados, desenvolvidos a partir de diversas rochas, destacando-se os calcários, granitos e migmatitos, em áreas de relevo plano a fortemente ondulado, sob vegetação de caatinga hipo e hiperxerófila;
- SALINAS – Planossolos (Solonchaks-Sálico, Solonetz-Solodizado): distribuídos em pequenas áreas do Estado, são os solos rasos a pouco profundos que apresentam limitação moderada a forte quanto ao uso agrícola, em decorrência principalmente das más condições de drenagem e dos teores médios a altos em sódio trocável;
- MANGUE (Solos de Mangue): ocorrem principalmente nas desembocaduras dos rios.

FIGURA 27. Mapa Pedológico do Polo Costa Branca



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

Em algumas áreas do Polo são evidentes os problemas gerados pelo uso inadequado dos recursos naturais, resultando em degradação do solo, como é o caso de erosão, salinização e desertificação em vários níveis e graus, o que acaba por afetar diretamente a vegetação e os corpos de água.

A experiência tem evidenciado que o uso intensivo e irracional do solo pode resultar na degradação deste recurso, com dramáticas consequências para a sociedade. Torna-se vital, portanto, concentrar esforços na gestão deste recurso natural para o seu uso racional, eficiente e produtivo, de modo a satisfazer as necessidades das atuais e futuras gerações.

4.2.3.1.4. Vegetação

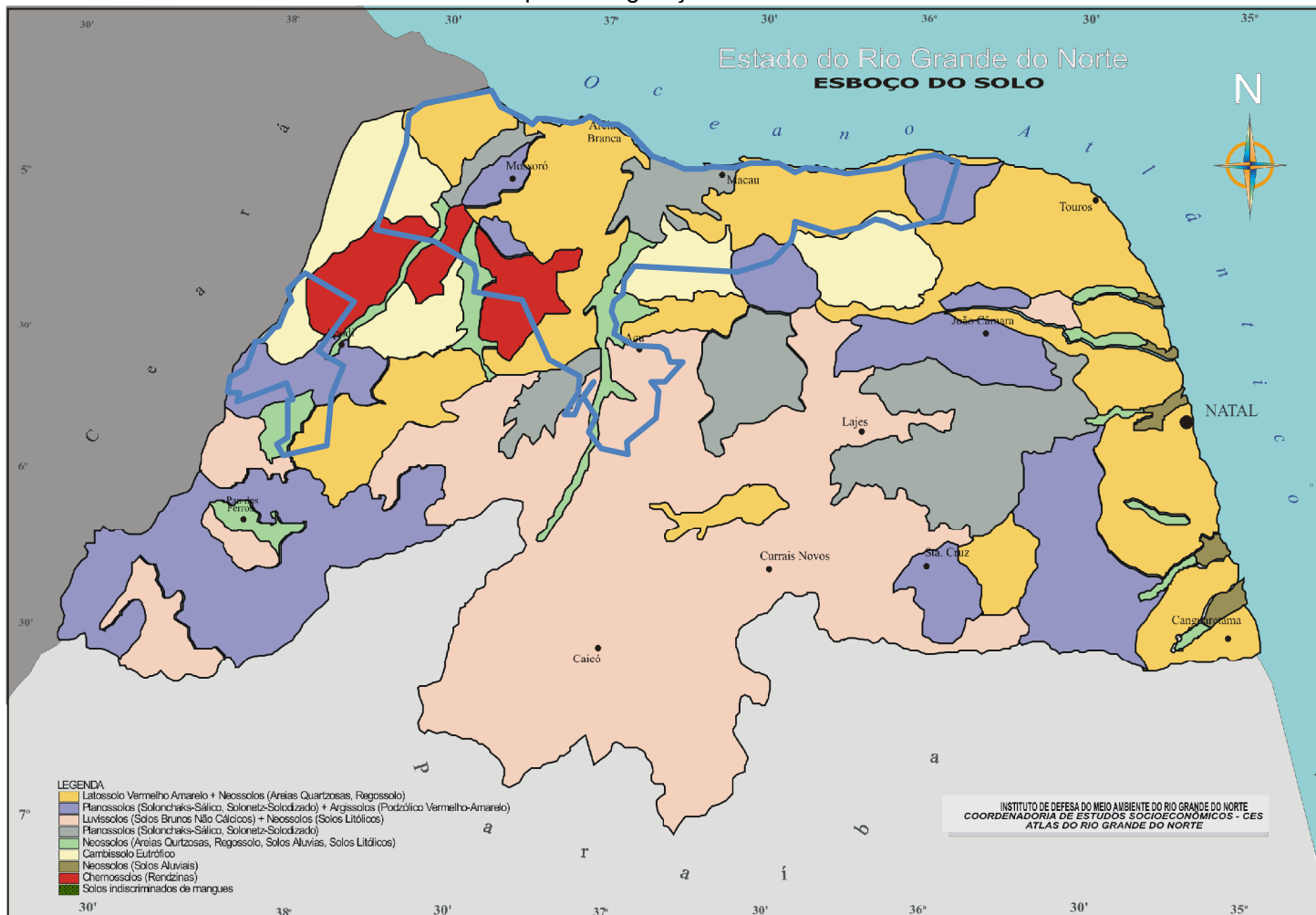
A região apresenta-se coberta, predominantemente, pela vegetação de Caatinga. Esta vegetação é composta de espécies xerófilas e, na sua maioria, caducifólias, de porte pequeno, com estratificação arbustiva arbórea, espinhenta e, por ocasião das chuvas, apresentam um estrato herbáceo bastante desenvolvido.

Na atual situação, esta vegetação vem sofrendo fortes impactos ao longo do tempo, sendo destruída em queimadas, para dar lugar às áreas de plantação ou pastagens, bem como no aproveitamento da madeira das árvores, na construção civil, na produção de carvão e, ainda, para alimentar fornos de cerâmicas, olarias, caieiras ou padarias. Sua sobrevivência, apesar do conjunto de práticas de manejo inadequado, deve-se à sua grande capacidade de regeneração. Seu manejo adequado para extração de lenha, utilização de produtos não madeireiros e na forma de sistemas agrosilvopastoris é perfeitamente possível, e já existem tecnologias bem desenvolvidas para isso. As dificuldades residem mais na ausência ou deficiência de políticas de usos e conservação dos recursos florestais locais, estaduais, regionais e, inclusive, nacionais.

Merece destaque também a Mata Ciliar, que nessa região está representada pelas matas distribuídas nas várzeas dos rios Apodi-Mossoró e Piranhas-Assú, tendo como exemplo dessa formação vegetal bastante característico dessa região, a Floresta Ciliar de Carnaúba.

Os manguezais são ecossistemas que se desenvolvem na foz dos rios, faixas de transição entre o ambiente marinho e o terrestre, nos lugares onde os rios deságuam no mar, comumente em forma de delta, no caso Polo Costa Branca. Funcionam como criadouro natural de várias espécies de vida aquática (camarões, caranguejos, mariscos, ostras e peixes), mantendo um ciclo produtivo entre o estuário e o mar. Além dos aspectos biológicos, os manguezais têm grande importância social e econômica para as comunidades costeiras, além de integrarem a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como ecossistema associado.

FIGURA 28. Mapa de Vegetação do Polo Costa Branca



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

4.2.3.1.5. Recursos Hídricos

As Bacias Hidrográficas são um dos principais elementos físicos que compõem o patrimônio natural. São também fortes indicadoras do estado da qualidade ambiental, em decorrência das características da vegetação original, grau de desmatamentos e perda da biodiversidade. Complementando estas bacias, as faixas de escoamento difuso próximas ao litoral formam rios e lagoas de menor representatividade, as quais são exploradas como área de lazer para o turismo e outras atividades.

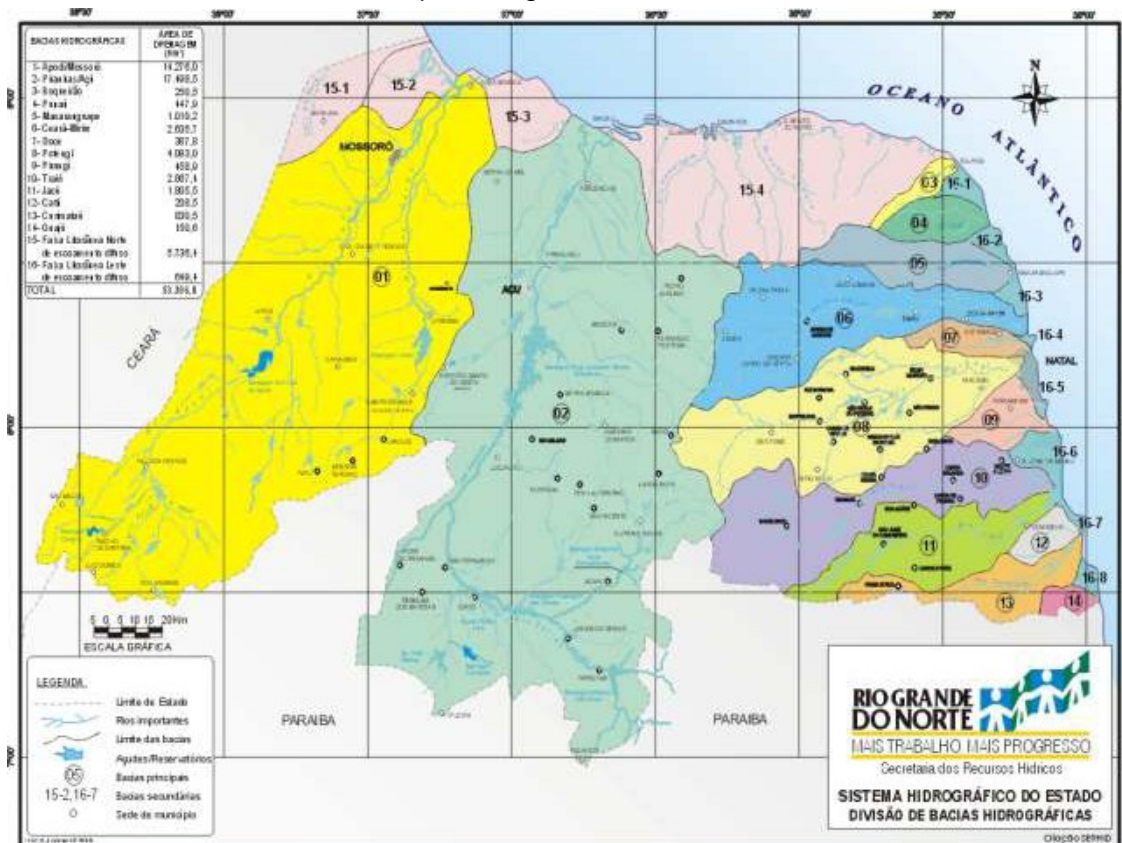
Das 14 bacias hidrográficas que banham o estado, as duas de longo curso, Apodi/Mossoró (14.276 km²) e Piranhas/Assú (17.498,5 km²), que juntas cobrem cerca de 80% da área estadual e a Faixa Litorânea Norte de escoamento difuso, constituem a malha hídrica de abrangência do Polo.

Destacam-se nessas bacias o grande número de reservatórios de água, constituídos por açudes, barragens e lagoas que, associados a uma rede de sistemas de adutoras e canais, com cerca de 1.200 km, destinam-se a captar e redistribuir água para as regiões mais carentes, sem recursos hídricos, para fins de abastecimento humano (aproximadamente de 600 mil habitantes), dessedentação animal e irrigação.

A barragem Armando Ribeiro Gonçalves (bacia do Piranhas/Assú), no município de Itajá, possui uma capacidade de reserva de água na ordem de 2.400.000.000m³ e a barragem de Santa Cruz, em Apodi, com 560.000.000m³, representam os principais reservatórios de água superficiais da região do Polo.

A foz dos rios Piranhas/Assú e Apodi/Mossoró sofrem com a degradação proporcionada pelas atividades humanas, destacando-se a fruticultura com uso intensivo de irrigação e insumos químicos e os resíduos sólidos e efluentes urbanos sem destinação e tratamento adequado. Ainda assim, apresenta potencialidade turística, devido sua importância no suporte de diversos ecossistemas.

FIGURA 29. Mapa Hidrográfico do Rio Grande do Norte.



Fonte: Anuário estatístico do RN 2007.

Observação importante para o turismo deve ser feita quanto às águas termais existentes no município de Mossoró. Apesar de não se tratar dos recursos hídricos superficiais da bacia hidrográfica, por ser pertencente aos recursos hídricos hidrogeológicos, acaba despertando curiosidade, devido à temperatura elevada das águas extraídas do aquífero profundo.

As atividades econômicas desenvolvidas nas proximidades dos corpos d'água e dentro destes vêm acarretando transformações na paisagem dos estuários e deltas. Estudos que abordam as condições ambientais da região, incluindo a qualidade das águas superficiais nessa região, apresentam diversos fatores que afetam a disponibilidade das águas aos diversos usos, no que se refere ao padrão da qualidade, dentre os quais citam-se (Atlas para Promoção do Investimento Sustentável no RN – IDEMA – 2007):

- O desmatamento nas diversas bacias e margens dos corpos d'água com a diminuição do tempo de concentração das águas, aumento do escoamento superficial, aceleração do processo erosivo e do assoreamento de rios e açudes que, por sua vez, acarretam inundações das várzeas;
- Redução do estoque de animais aquáticos e da produtividade pesqueira, diretamente relacionada às alterações da qualidade das águas e atividades socioeconômicas desenvolvidas nas áreas de mangue, com destaque para a instalação de salinas e a carcinocultura;
- Contaminação das águas e poços profundos, em razão da inexistência de coleta e deficiência no tratamento de resíduos sólidos e esgotos;

- Contaminação de corpos de água por metais pesados, decorrente do lançamento de resíduos industriais.

Aos efeitos negativos da qualidade de água, gerado pela atividade antrópicas, conforme descrito acima, está a conjugação de dois fatores relevantes: a escassez e a má distribuição da pluviometria.

No Polo, os recursos hídricos subterrâneos são representados pelos aquíferos: Arenito-Açu, Calcário-Jandaíra, Barreiras, Embasamento Cristalino e Aluviões. As águas subterrâneas, apesar de sua importância, ocorrem de maneira restrita, visto que a captação se dá por meio de poços tubulares profundos, cujos custos são relativamente altos para construção e operação.

Outra preocupação refere-se à qualidade das águas potáveis, que são exploradas significativamente, por meio de poços na área litorânea. As mesmas vêm passando por degradação e poluição, devido à falta de saneamento, e salinização, devido às características naturais do material geológico e das atividades salineiras desenvolvidas nas fozes.

4.2.3.1.6. Espaço Urbano

As sedes dos municípios pertencentes ao Polo Costa Branca apresentam basicamente o mesmo tipo de relevo, com baixa altitude (menos de 100 metros). Para efeito desse estudo, as localidades foram classificadas em 06 diferentes grupos de unidades geoambientais: **Grupo formado pela Chapada da Serra Verde**, presente nos municípios de Pendências e Serra do Mel; **Grupo com predomínio de Tabuleiros Costeiros**, presente nos municípios de Tibau e Grossos; **Grupo formado pela Chapada do Apodi, Planícies Fluviais e Tabuleiros Costeiros**, presentes nos municípios de Porto do Mangue e Carnaubais; **Grupo formado por Chapada do Apodi, Planícies Fluviais e Depressões**, presente nos municípios de Assú e Mossoró; **Grupo com predomínio de Depressão Sertaneja**, presente no município de Apodi, Itajá e São Rafael; **Grupo com predominância de Planície Costeira e Tabuleiros Costeiros**, presente na maioria dos municípios, ou seja, em Areia Branca, Galinhos, Guamaré, Caiçara do Norte, Macau e São Bento. Essa última formação geoambiental proporciona a esse grupo, por meio da presença de praias de um lado e, do outro, o Tabuleiro costeiro, com a presença de Dunas, um forte elemento na atração turística, devido o seu aspecto paisagístico e cênico, formando diferentes efeitos visuais ao espaço.

O relevo plano, com poucas variações altimétricas, proporciona uma maior ocupação. Entretanto, o crescimento e formação de novas áreas de expansão sem que ocorra um controle do uso e ocupação e dos vetores de crescimento podem, muitas vezes, serem direcionados para as áreas frágeis dos municípios, como ocorre no município de Areia Branca, Assú, Tibau e Mossoró, influenciando de maneira significativa o meio sócio-ambiental, e conseqüentemente, no potencial turístico da região.

As formas e diversidades naturais encontradas no Polo Costa Branca proporcionam grandes oportunidades para o desenvolvimento da atividade turística, seja o ecoturismo ou turismo de aventura nos municípios de Apodi e São Rafael, onde já ocorre essa prática, ou o turismo de “sol e praia”, nos municípios de Tibau, Galinhos e Areia Branca, impulsionados pelas belas praias.

O traçado urbano das cidades na Região se apresenta de maneira semelhante, predominando dois tipos: O primeiro, tipo “xadrez” ou “colcha de retalhos”, é característico de áreas planejadas, com sistema viário do tipo regular, com vias largas, algumas apresentando canteiro central e tratamento asfáltico ou em paralelepípedo, nas áreas centrais do município de Areia Branca e em alguns conjuntos habitacionais, principalmente

em Mossoró. Já o segundo tipo é fruto de um processo de ocupação espontânea com vias de tamanho diferenciado, sem tratamento, associada às áreas com passeio público reduzido ou inexistente, apresentando problemas de mobilidade urbana e de ruas sem saídas, como pode ser observado em grande parte dos municípios pertencentes ao Polo Costa Branca.

Outro fator importante, no que se refere ao traçado, é a presença de ruas destinadas à circulação exclusiva de pedestres, presente em algumas das cidades pertencentes ao Polo Costa Branca, como observado na figura a seguir.

FIGURA 30. Rua para Circulação de Pedestre - Município de Macau.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

As cidades do Polo, assim como diversas cidades coloniais do Brasil apresentam, nas suas áreas de ocupação inicial uma configuração semelhante, com a praça, a igreja matriz, prédios institucionais, área de comércio e um conjunto arquitetônico do período de fundação da cidade, contribuindo na legibilidade e identidade ao lugar. São espaços que mantêm uma relação direta, principalmente, com o elemento do sítio, do traçado, da vegetação e o mobiliário urbano, fundamentais para que essas áreas cumpram sua função de convívio e encontro desde que disponham de acessibilidade, adequadas condições de conforto térmico e visual que possibilite a permanência, o fluxo e a vitalidade das praças.

Em grande parte dos municípios do Polo, esses espaços foram construídos sem a presença de vegetação, acessibilidade e mobiliário urbano adequado, tornando-se áreas sem uso. Complementando a caracterização do espaço urbano no Polo Costa Branca, destaca-se a **sinalização** como referência visual e de comunicação, em especial a de orientação para a atividade turística. Foi possível observar que as cidades da Região, assim como outras do Estado, apresentam deficiência na sinalização de orientação turística, não estando em conformidade com as normas nacionais, no que se refere à cor, tamanho e simbologia e, ainda, apresenta-se pouco expressiva.

4.2.3.2. Aspectos Socioeconômicos

Utilizando os dados e informações do PDITS, neste item aborda-se as questões socioeconômicas mais relevantes do Polo, relacionadas à população, indicadores de condições de vida - o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) divulgado pelo PNUD, a

expectativa de vida (em anos) e taxa de mortalidade geral por município. Acrescenta-se também, outros indicadores de relevância para a análise da socioeconomia da região tais como: a taxa de alfabetização (%), taxa de urbanização (%), densidade demográfica (habitantes por km²), e o Produto Interno Bruto, bem como a descrição das principais atividades econômicas desenvolvidas no Polo Costa Branca.

Os dados econômicos revelam que Mossoró e Assú polarizam a região, embora os municípios de Guamaré e Areia Branca se destaquem, principalmente, devido aos valores envolvidos na extração mineral (sal e petróleo). O Produto Interno Bruto equivale ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado espaço geográfico durante um período específico, apresentado de forma detalhada, para todos os municípios do Polo, no quadro abaixo.

QUADRO 23. Costa Branca: indicadores socioeconômicos.

Municípios	Renda Média (em S.M em 2001)	Valor	PIB Municipal (em mil reais)	Valor	Empresas Formais em jan.2009 (abs.)	Valor	Agências Bancárias (abs.)	Valor
Areia Branca	2,27	4	474.441	4	548	4	1	1
Assú	2,34	4	245.394	3	1.393	5	4	3
Apodi	1,51	3	174.493	3	615	4	2	2
Caiçara do Norte	1,15	3	25.930	1	52	1	0	0
Galinhos	1,46	3	32.675	1	27	1	0	0
Grossos	1,85	3	93.682	2	150	2	0	0
Guamaré	1,62	3	488.923	4	239	3	1	1
Itajá	1,55	3	23.766	1	95	1	0	0
Macau	1,90	3	375.683	4	638	4	3	2
Mossoró	2,84	4	2.127.077	5	7.820	5	10	5
Porto do Mangue	1,28	3	204.667	3	47	1	0	0
São Bento do Norte	1,68	3	20.879	1	46	1	0	0
São Rafael	1,72	3	30.045	1	112	2	0	0
Tibau	1,77	3	24.222	1	84	1	0	0
Carnaubais	2,71	4	62.442	2	116	2	0	0
Pendências	1,66	3	98.940	2	112	2	0	0
Serra do Mel	1,49	3	51.986	2	61	1	1	1

Fonte: Censo IBGE 1991 e 2000. Contagem Populacional, 2007.

Renda média: Censo Demográfico IBGE 2000. PIB municipal: IBGE Contas Regionais, 2006.

Empresas Formais: CAGED, Janeiro de 2009. Agência Bancárias: considerando a rede do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Bradesco em 2008.

Os dados revelam a diversidade entre os municípios do Polo Costa Branca, principalmente por meio do PIB *per capita*. Observa-se que estes cresceram de 2003 a 2006, destacando-se, nesse cenário, os municípios de Guimarães e Porto do Mangue, cujos PIB *per capita* em 2006 foram R\$ 50.524 e R\$ 41.692, respectivamente. Isso se deve primordialmente aos *royalties* advindos da indústria petrolífera, principal atividade econômica das duas municipalidades.

Em seguida, entre os melhores PIB *per capita* do Polo, estão Areia Branca (R\$ 20.188), Galinhos (R\$ 15.283), Macau (R\$ 14.739) e Mossoró (R\$ 9.257), municípios que se destacam, especialmente, na produção e comercialização de sal marinho.

Os municípios com menores PIB *per capita* no ano de 2006 do Polo em questão foram Itajá e São Rafael, que registraram R\$ 3.233 e R\$ 3.549, respectivamente, valores bem abaixo do PIB encontrado no Rio Grande do Norte e na região Nordeste. Realidade que se repetiu em Apodi, Assú, Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Tibau para o ano de 2006.

O Polo Costa Branca apresenta atualmente, segundo as estimativas intercensitárias divulgadas pelo IBGE em 2009, uma população de aproximadamente 478.245 habitantes, correspondendo a 15,2 % da população total norterio-grandense. A maior parte deste contingente populacional reside nos centros urbanos. Tendo por base a contagem populacional de 2007 e o Censo Demográfico de 2000, este movimento populacional migratório consolidou-se nas duas últimas décadas.

A população do Costa Branca (entre 2000 e 2007) apresentou um crescimento relativo de 9,0%, passando de 421.075 habitantes para 459.127 habitantes. Pode-se destacar o município de Guimarães como o que mais cresceu em termos populacionais, com 44%, passando de 8.149 habitantes para 11.737 habitantes. O município de São Rafael foi o que apresentou maior decréscimo populacional, apresentando decréscimo relativo de 1,0 %, passando de 8.201 habitantes para 8.116 habitantes. De uma forma geral, o Polo Costa Branca cresceu em ritmo pouco maior do que o estado do RN e do Brasil, que tiveram crescimento relativo de 8,5 % e 8,3 % respectivamente.

Para a caracterização das condições de vida da população localizado no Polo, utilizou-se o IDH com o objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população da área. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais, em cujo cálculo são computados fatores como educação (taxas de alfabetização e escolarização), longevidade (expectativa de vida da população) e renda (PIB per capita). De acordo com seus valores, sua classificação será: De 0 a 0,499 - IDH baixo (espaços demográficos subdesenvolvidos). De 0,500 a 0,799 - IDH médio (espaços demográficos em processo de desenvolvimento). De 0,800 a 1 - IDH elevado (geralmente espaços demográficos em rápido processo de crescimento econômico - emergentes).

QUADRO 24. Costa Branca: Indicadores Sociais.

MUNICÍPIOS	IDH- MUN (2000)	VALOR
Areia Branca	0,71	5
Assú	0,67	4
Apodi	0,65	4
Caiçara do Norte	0,63	4
Galinhos	0,61	4
Grossos	0,68	4
Guamaré	0,64	4
Itajá	0,63	4
Macau	0,69	4
Mossoró	0,73	5
Porto do Mangue	0,59	3
São Bento do Norte	0,643	4
São Rafael	0,63	4
Tibau	0,67	4
Carnaubais	0,65	4
Pendências	0,63	4
Serra do Mel	0,61	4

Fonte: PNUD, 2001.

Observado os dados do IDH utilizados no PDITS para o Polo Costa Branca nos anos de 1991 a 2000, percebe-se que houve crescimento em todos os IDH municipais, significando uma melhoria na qualidade de vida das populações locais. Os municípios que registram melhor IDH em 2000 são Mossoró (0,735) e Areia Branca (0,710), classificados, como de IDH médio, ou seja, espaços de médio desenvolvimento. O município com menor IDH é Porto do Mangue (0,598), vindo em seguida Galinhos (0,612).

Confrontando-se os dados do IDH com os do PIB, percebe-se que não necessariamente municípios com maiores ganhos econômicos possuem a melhor realidade social, visto que Guamaré e Porto do Mangue são os municípios com melhor PIB do Polo Costa Branca, situação que não se repetiu no IDH.

Outros índices apresentados, para caracterizar as condições sociais dos municípios do Polo que merecem ser destacados estão relacionados à Educação, ou seja, as taxas de analfabetismo da população, bem como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que mede a qualidade da educação por município.

A taxa de analfabetismo, tendo como fonte de referência o último Censo Demográfico de 2000, apresentava altas taxas de analfabetismo para todos os municípios do Polo, chegando alguns a quase 40%. Os municípios que apresentaram menor taxa foram Mossoró (16,53%) e Areia Branca (18,86%), dados que ratificam o IDH municipal de ambos como os melhores do Polo Costa Branca. Em contrapartida, as piores taxas foram registradas em Galinhos (39,82%) e Porto do Mangue (39,94%).

Com relação ao IDEB dos municípios do Polo Costa Branca, observa-se que, em 2007, em geral, atingiu a meta projetada para esse ano, nos anos iniciais e finais, em alguns casos superando-as e atingindo metas maiores. Como é o caso de Serra do Mel, onde foi

observada 3,6 nos anos iniciais, meta projetada para o ano de 2011. Alguns municípios, contudo, não conseguiram atingir as metas projetadas para o ano de 2007, ficando aquém do esperado: Areia Branca, Guamaré e Macau foram municípios cujos resultados observados em 2007 para os anos finais foram inferiores às metas projetadas para o mesmo ano. Já Caiçara do Norte e Mossoró, foram observados índices em 2007 para os anos iniciais menores do que os projetados para o mesmo período.

Esses resultados permitem inferir que o nível de escolaridade da população vem crescendo, mas ainda é preciso fazer mais investimentos na educação: ampliação do número de vagas nas escolas, maior qualificação para professores, escolas mais bem estruturadas de modo que essa população tenha a base educacional para receber uma qualificação mais específica, seja para o turismo ou para outra área.

TABELA 03. Polo Costa Branca: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, 2003-2006.

Municípios do Polo Costa Branca	Produto Interno Bruto							
	2003		2004		2005		2006 (1)	
	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
Apodi	133 111	3 763	135 098	3 783	163 220	4 527	174 492	4 795
Areia Branca	268 044	11 626	306 401	13 205	419 662	17 970	474 441	20 188
Assú	162 294	3 270	182 961	3 651	220 071	4 349	245 394	4 803
Caiçara do Norte	16 304	2 777	18 826	3 201	21 404	3 634	25 930	4 396
Carnaubais	39 731	4 700	38 235	4 484	49 292	5 732	62 441	7 199
Galinhos	22 932	11 653	26 056	12 867	27 263	13 095	32 675	15 283
Grossos	56 101	6 498	70 101	8 018	80 754	9 123	93 682	10 454
Guamaré	159 119	17 727	202 256	21 963	342 902	36 309	488 922	50 524
Itajá	15 037	2 197	17 326	2 471	21 145	2 944	23 765	3 233
Macau	196 229	7 669	241 214	9 439	317 691	12 448	375 683	14 739
Mossoró	1 403 853	6 310	1 750 463	7 783	1 919 783	8 444	2 127 077	9 257
Pendências	60 570	5 249	67 541	5 833	82 528	7 103	98 940	8 488
Porto do Mangue	77 004	17 033	128 350	27 602	196 557	41 121	204 667	41 692
São Bento do Norte	8 833	2 554	10 257	2 947	18 180	5 188	20 879	5 920
São Rafael	20 162	2 416	23 074	2 752	24 176	2 870	30 044	3 549
Serra do Mel	23 117	2 777	31 800	3 808	39 978	4 774	51 986	6 189
Tibau	16 665	4 543	19 095	5 024	20 503	5 212	24 221	5 956
RN	13 515 095	4 626	15 580 455	5 260	17 869 516	5 950	20 556 655	6 754
Nordeste	217 037 426	4 355	247 042 512	4 899	280 545 055	5 499	311 174 975	6 029

Fonte: IBGE, 2009.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no Polo Costa Branca são o extrativismo mineral, na forma de exploração de petróleo, gás natural e sal marinho, bem como a fruticultura irrigada.

Assú tem como suas principais fontes de renda a exploração petrolífera, a fruticultura e a pesca, destacando-se na economia potiguar como uma das cidades mais importantes do estado.

Já o município de Areia Branca é rico em petróleo, sal e pescado. Tem como base de sustentação econômica o extrativismo mineral, o sal e a prospecção petrolífera. A pesca da lagosta também se destaca, assim como a do camarão e do peixe. O município é um dos maiores produtores de petróleo em terra e está entre os primeiros colocados em arrecadação de *royalties*. Aqui se encontra o Terminal Salineiro de Areia Branca, mais conhecido como Porto Ilha, distante cerca de 14 km da costa. A construção do porto resultou da necessidade de suprir a demanda de sal marinho no mercado interno brasileiro.

Caiçara do Norte tem, como principal atividade econômica, a pesca do peixe voador.

A atividade econômica de Carnaubais baseia-se na agroindústria de exportação de frutas tropicais, empregando mão de obra para produção de tomate e banana.

Tem-se também a indústria do extrativismo vegetal da carnaúba, na qual se emprega mão de obra para o corte da palha, produção do pó, fabricação e exportação da cera de carnaúba e fabricação de vassouras e artesanato de palha.

O município de Galinhos sustenta-se no pescado de peixes-galos e de voadores, na facilidade em produzir salinas naturais, onde o sal é bastante farto, e também, na cultura de algodão e sisal.

O município de Guararé é rico em minerais energéticos (petróleo e gás), sal e calcário. Lá, localiza-se o Polo Industrial de Guararé, que foi construído pela PETROBRÁS para beneficiar o óleo e o gás natural oriundos dos campos marítimos de Ubarana e Agulha, e dos campos terrestres de todo o Estado.

Macau também é rico em minerais energéticos: Petróleo e Gás, além do sal marinho, estando à cidade, assim como Areia Branca, rodeada de salinas por todos os lados.

Mossoró destaca-se na economia da fruticultura tropical, especialmente, o melão, contribuindo para geração de emprego em Mossoró e região.

A área polarizada por Mossoró inclui os municípios de Baraúna, Apodi, Governador Dix-Sept Rosado, Tibau, Grossos, Areia Branca e Caraúbas. As duas maiores empresas que exploram a fruticultura irrigada, desde a produção até a exportação, são a *Nolen* e a *Del Monte*, mas há um número considerável de médias e pequenas empresas.

Além da fruticultura irrigada, move a economia mossoroense, a exploração do petróleo e do sal marinho, estando presente na cidade um grande contingente de empresas prestadoras de serviços da estatal Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, das empresas salineiras e das empresas do setor agroindustrial.

Em relação a Pendências, as principais atividades econômicas desenvolvidas são a pesca, a extração vegetal e o cultivo de pequenas lavouras. Serra do Mel foi um município projetado no modelo das agrovilas, e tem como principal característica a cultura do caju, o beneficiamento da castanha e a apicultura.

A atividade turística desenvolve-se de maneira variada em alguns pontos do território, podendo-se inferir que a tipologia de turismo mais característica do Polo Costa Branca é o de negócios. Além de Mossoró, que por sua característica econômica, possui grande vocação para essa tipologia, as demais localidades que exploram o sal marinho e o petróleo recebem vários visitantes com intenções comerciais. Outra forma que atividade turística assume é o turismo de eventos, de cunho cultural, tendo-se Mossoró como o principal expoente. Ainda tendo um evento como catalisador da demanda de turistas, tem-se o carnaval como fator atrator de turistas para Areia Branca e Macau.

O turismo pedagógico se desenvolve nas regiões salineiras, principalmente Macau, Areia Branca e Galinhos, bem como em Apodi, no Lajedo de Soledade.

Tibau é marcado especialmente por um turismo de segunda residência, que faz a cidade até duplicar a sua população no período de veraneio, em função da vinda de muitas famílias de mossoroenses para a cidade.

Galinhas talvez seja um dos poucos municípios em que o turismo de lazer se mostra de forma mais clara, existindo um forte apelo da rusticidade local e do contato com a natureza, que confere a essa destinação um certo tom de aventura.

Nos demais municípios, o turismo se desenvolve de forma incipiente e esporádica, não se constituindo numa força econômica municipal.

Em virtude disso, percebe-se que o turismo faz e influencia de alguma maneira a economia desses municípios, mas ainda não é a atividade econômica mais importante, especialmente em se considerando que este ainda não é um Polo turístico consolidado. Na maior parte dos municípios, o turismo surge como um complemento às demais atividades econômicas (turismo de negócios).

4.2.3.3. Aspectos Institucionais

A implementação e execução do Plano Nacional do Turismo (2007/2010) propõe que as instâncias estaduais de turismo contemplem a contextualização das ações da Política Nacional, estruturando o turismo nos estados, regiões e municípios, propondo, deliberando, validando e encaminhando assuntos de competência e interesse da Política Estadual do Turismo.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de cumprir as determinações do Plano Nacional do Turismo, passou a instituir as instâncias de governanças regionais de turismo, de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo.

Entretanto, antes das determinações do Plano Nacional de Turismo, o Governo do Estado em parceria com o Banco do Nordeste instituiu, em 1999, o Conselho de Turismo do Polo Costa Branca, que atualmente é composto por 30 (trinta) instituições membros, que desenvolvem ações ligadas, direta ou indiretamente, com o turismo.

É importante ressaltar, conforme previsto no Plano de Trabalho, o Conselho Regional atua como importante espaço de planejamento, deliberação e viabilização de ações e projetos de desenvolvimento de turismo no Polo Costa Branca. O Conselho tem por função estratégica coordenar, conduzir, monitorar e legitimar a elaboração do PDITS do Polo. Durante o processo de elaboração do PDITS, o Conselho representará momentos de síntese, quando haverá a ampliação dos debates e a avaliação dos resultados atingidos até um determinado estágio do processo, para dar encaminhamento às novas etapas.

A gestão do turismo em nível estadual é de responsabilidade da Secretaria do Estado do Turismo – SETUR e, em nível municipal, pelas secretarias municipais de turismo. Recentemente, a SETUR realizou um diagnóstico institucional, por ocasião da elaboração de seu Plano de Fortalecimento, que ainda se encontra em processo de conclusão.

4.2.3.3.1. Estrutura Estadual de Turismo

a) SETUR

A Secretaria de Estado do Turismo - SETUR é composta, parcialmente, pela equipe técnica que pertencia à antiga Empresa de Promoções do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTURN, que foi a responsável pela promoção do turismo do Estado no período de 1971 a 1995, quando foi extinta. Com a extinção EMPROTURN foi criada a Sub-secretaria de Turismo, em 1995, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Contudo, diante da demanda do setor, em 1996, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.

Entretanto, mesmo com essas mudanças no formato das estruturas administrativas, percebe-se que, ainda, há uma carência no órgão estadual de turismo, resultado das frequentes trocas de gestores, que provoca a descontinuidade administrativa das ações da Secretaria.

O primeiro passo para transformação dessa realidade já foi dado: a elaboração do Plano de Fortalecimento da SETUR, que propõe estruturar a Secretaria, no que se refere a aquisição de equipamentos, capacitação técnica e estruturação administrativa com a finalidade de corrigir as distorções acima citadas e fortalecer o órgão para a gestão da atividade turística no Estado.

b) Unidade Executora Estadual – UEE

A Unidade Executora Estadual – UEE do PRODETUR/RN foi instituída através de Decreto Governamental n. 12.371, de 11 de novembro de 1.994, destinada a promover o gerenciamento, a execução e supervisão de atividades, serviços e obras do Programa, atendendo às recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para que o Governo do Estado tivesse um setor para operacionalização do Programa.

Após algumas mudanças na estrutura da UEE, bem como a transferência de sua vinculação, em abril de 2002 a UEE/RN voltou a integrar a estrutura da Secretaria Estadual de Turismo e a contar com uma estrutura voltada a atender a demanda do PRODETUR II, de acordo com os componentes previstos no contrato de empréstimo.

A UEE está estruturada com uma coordenação que é o próprio Subsecretário da SETUR, e quatro coordenadorias: Jurídica, Técnica, Operacional e Administrativa e Financeira. Além desses cargos, a estrutura da UEE conta também com Sub-coordenadorias de: Transportes, Saneamento, Meio Ambiente, Qualificação Profissional, Resíduos Sólidos, Informática, Fortalecimento da Gestão Municipal e Patrimônio Histórico e Cultural.

O Governo do Estado, em parceria com o Banco do Nordeste, instituiu, em 1999, o Conselho de Turismo do Polo Costa Branca, que atualmente é composto por 30 (trinta) instituições membros, que desenvolvem ações ligadas, direta ou indiretamente, com o turismo.

É importante ressaltar, conforme previsto no Plano de Trabalho, o Conselho Regional atua como importante espaço de planejamento, deliberação e viabilização de ações e projetos de desenvolvimento de turismo no Polo Costa Branca. O Conselho tem por função estratégica coordenar, conduzir, monitorar e legitimar a elaboração do PDITS do Polo. Durante o processo de elaboração do PDITS, o Conselho representará momentos de síntese, quando haverá a ampliação dos debates e a avaliação dos resultados atingidos até um determinado estágio do processo, para dar encaminhamento às novas etapas.

4.2.3.3.2. Estrutura Municipal de Turismo

A primeira dificuldade para a análise da estrutura institucional dos municípios do Polo Costa Branca foi a obtenção de resposta das prefeituras às questões solicitadas por meio de questionários, sendo necessária a cobrança reiterada e adiamento de prazos.

A proposta do preenchimento do questionário era quantificar e qualificar o aparato público, especialmente quanto à gestão do turismo, as quais apenas a equipe municipal pode disponibilizar. Essas informações permitem uma análise sobre as estruturas administrativas do turismo em atender as demandas que o desenvolvimento sustentável da atividade requer, bem como, conhecer os instrumentos de planejamento existentes nos municípios. Em algumas situações, mesmo a prefeitura não tendo respondido ao questionário, a equipe da consultoria buscou levantar os dados, sobre a instância de governança regional e legislações, que estavam disponíveis em outras fontes.

Quando se analisa a capacidade institucional dos municípios do Polo Turístico Costa Branca, nota-se que a estruturação dos órgãos é pequena. Apenas nas cidades em que o turismo vem sendo trabalhado há algum tempo existe uma estrutura organizacional estruturada, com equipe técnica e equipamentos, como Mossoró, por exemplo. Mas, mesmo assim, se percebe poucos profissionais com formação em turismo ou em áreas afins desenvolvendo atividades nas prefeituras, e quando há, geralmente são em cargos comissionados ou contratados.

É comum, encontrar órgãos municipais de turismo sem técnicos efetivos ou até mesmo funcionários que exercem funções administrativas, ou seja, é notória a deficiência quantitativa de recursos humanos aptos para gerenciar a atividade turística, quiçá, até mesmo deficiência qualitativa, no sentido de planejamento turístico.

É importante contratar técnicos, a partir da realização de concursos públicos, e qualificar os já existentes, preferencialmente os efetivos, do setor turístico, uma vez que tanto a política do turismo, do urbanismo e do meio ambiente, constituem-se nos pilares da realidade de sustentação e crescimento da economia e nas oportunidades de geração de ocupação e renda de forma ordenada e sustentável para a população. Existe também a importância da utilização desses instrumentos para que seja desenvolvido um planejamento cada vez mais consistente e eficaz dentro das equipes técnicas municipais. Há a necessidade de constituição de equipe municipal voltada a esse fim, como também é fundamental que as Prefeituras agreguem uma política voltada às ações estratégicas e organizacionais do município para que possa conduzir o processo de desenvolvimento do turismo e impedir que aconteça de forma desordenada e sem sustentabilidade.

Observa-se, no geral, que os órgãos municipais ressentem-se de uma estrutura mais compatível com os avanços tecnológicos atuais, notadamente nos aspectos de informações. Nota-se, inclusive, falta de equipamentos para realizar as atividades rotineiras, situação agravada pelo fato de muitas secretarias não possuírem dotação orçamentária própria. Essa ausência de recursos orçamentários alocados compromete as ações municipais na gestão do turismo, impedindo até mesmo a execução de um planejamento.

Os municípios, de uma maneira geral, não possuem um Conselho Municipal de Turismo em funcionamento, com exceção de Apodi, Mossoró e Porto do Mangue. Enquanto que Guamaré e Areia Branca têm conselho desativado.

O meio ambiente, na maioria dos municípios do Polo, não possui uma instância de governança, à exceção de Areia Branca, Carnaubais, Grossos, Mossoró e Porto do Mangue.

QUADRO 25. Instâncias de Governança

Município	Conselho Municipal de Turismo	Conselho de Meio Ambiente	Membro Titular do Conselho Regional
Apodi	Não	Não	Sim
Areia Branca	Sim	Não	Sim
Assú	Sim/Desativado	Sim	Sim
Caiçara do Norte	Não	Não	Não
Carnaubais	Não	Sim	Não
Galinhos	Não	Não	Sim
Grossos	Não	Sim	Não
Guamaré	Sim/Desativado	Não	Sim
Itajá	Não	Não	Não
Macau	Não	Não	Sim
Mossoró	Sim	Sim	Sim
Pendências	Não	Não	Não
Porto do Mangue	Sim	Sim	Sim
São Bento do Norte	Não	Não	Não
São Rafael	Não	Não	Não
Serra do Mel	NR	NR	Não
Tibau	Não	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Essa instância de governança é relevante para o município por proporcionar um espaço voltado para um novo paradigma de desenvolvimento. É um local formado por diversos atores que podem pensar o turismo, ou seja, são espaços de negociação que permite a construção de consensos, gestão de conflitos e que possibilita a produção coletiva de projetos.

Esse fato ficou patente no momento da elaboração do PDITS. Muitos municípios desconheciam a sua própria oferta turística, seja de atrativos turísticos, seja do número de equipamentos e serviços existentes na localidade. Da mesma forma, inexistem quaisquer dados sobre perfil dos turistas, fluxos de visitantes, taxas de ocupação hoteleira, dentre outros indicadores.

Contudo, acredita-se que essa realidade das gestões municipais existentes no Polo Costa Branca não seja diferente das demais existentes no país. O que se encontra nas administrações públicas é sistema de governo que se resume a estrutura parcial de planejamento, muito focadas em programação orçamentária; pouca estrutura em planejamento de curto prazo e inexistente em planejamento de médio e longo prazo. É difícil encontrar sistemas de monitoramento, avaliação global de gestão, gerência de sistemas e processos, gestão governamental, agenda do dirigente, análise de grande estratégia, dentre outros. Isso fica claro ao se fazer o levantamento e perceber que na região não há dados concisos sobre o turismo.

Focando-se em setores específicos como turismo e meio ambiente, por exemplo, percebe-se ser o número de funcionários, a estrutura e os equipamentos insuficientes às exigências atuais e, conseqüentemente às futuras, principalmente para atendimento à demanda de cumprimento da nova política proposta pelo Plano Nacional do Turismo e pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Faz-se necessário que os municípios trabalhem com a perspectiva de fortalecimento da gestão do turismo com vistas ao aprimoramento de sua capacidade gerencial para manter a governabilidade necessária à manutenção da qualidade de vida de seus moradores e a perpetuação dos atrativos naturais, históricos, culturais e turísticos do seu município.

Assim, faz-se imprescindível a elaboração de ações que fortaleçam a capacidade de gestão dos órgãos municipais de turismo, e também meio ambiente e cultura, para que tenham a capacidade de planejar e executar ações com eficiência, especialmente naqueles municípios litorâneos.

Da mesma forma, é preciso criar mecanismo de maior interação e troca de informações entre as secretarias municipais de turismo e a SETUR para que, apesar de independentes, os esforços sejam conjuntos para desenvolver o turismo, especialmente no que tange às informações e dados sobre a oferta turística, fluxos de turista, perfil etc., dados hoje inexistentes na maior parte dos municípios.

Em resumo, vê-se que o Rio Grande do Norte tanto em nível estadual como municipal possui pouca capacidade de gestão do turismo, área que deverá ser bastante trabalhada no PDITS. Além da infraestrutura deficitária (falta de computadores, impressoras, telefone, etc.), carece ainda de técnicos efetivos capacitados para o planejamento e a gestão do turismo. O número de funcionários efetivos é insignificante se comparado aos cargos comissionados, prejudicando, assim, a continuidade no planejamento e gestão. Tal situação se reflete em todos os níveis da gestão do turismo: ausência de informações básicas dos municípios como da oferta de equipamentos turísticos, atrativos turísticos, contagem de fluxo de visitantes, taxa de ocupação hoteleira, dentre outros.

4.2.4. Caracterização dos Aspectos Ambientais

4.2.4.1. Principais Ecossistemas Existentes

O Polo Costa Branca é a área mais preservada em termos de ocupação e desenvolvimento turístico. Inserido nas Zonas Homogêneas Mossoroense e do Litoral Norte do Estado (IDEMA-2002), este Polo é marcado por um incrível contraste: de um lado, a vegetação caatinga, do outro, o mar. Entre os dois, a presença de dunas multicoloridas, falésias e praias praticamente desertas, onde ainda podem ser encontrados locais pouco explorados, com representativos ecossistemas intactos e sítios arqueológicos e paleontológicos.

Neste item, apresenta-se uma breve descrição dos ambientes naturais que ocorrem na área de abrangência do Polo, com destaque para: as praias; as dunas e lagoas e as principais formações de vegetação - a caatinga e os manguezais.

4.2.4.1.1. Praias

A região do Polo apresenta extensas praias, dunas, manguezais, falésias caracterizando a paisagem litorânea do Polo. Muitas praias dessa porção do litoral do estado ainda apresentam-se em seu estado natural, com aparência rústica e desprovida de infraestrutura de atendimento. Trata-se, sem dúvida, de um litoral que se destaca pela diversidade peculiar de ambientes, possuindo sítios arqueológicos e condições ideais para a prática de esportes náuticos e de aventura.

FIGURA 31. Praia do Farol – Caiçara do Norte.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.2.4.1.2. Dunas e Lagoas

As dunas se constituem em ambientes frágeis quanto ao equilíbrio ecológico, sendo de grande importância para a recarga das águas subterrâneas e alimentação de rios, riachos e lagoas costeiras. Complementam a paisagem litorânea, as lagoas interdunares. Essas lagoas surgem devido ao afloramento do lençol freático, que tem sua carga constantemente reabastecida na época chuvosa, sendo favorecidas pelo tipo de sedimentos existentes, no sentido de que, sendo constituído basicamente de areia, é um solo bastante poroso e assim facilita a infiltração de água. Quando há uma saturação dos espaços preenchidos, essa água emerge até a superfície, geralmente formando belas paisagens, proporcionando amenidades climáticas, servindo de habitat para diversas espécies e oferecendo ainda a oportunidade de práticas de esporte e lazer para o homem.

FIGURA 32. Dunas do Rosado.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O Estado apresenta predominantemente 02 (duas) formações distintas de vegetação, diretamente influenciadas pelos fatores climáticos e o tipo de solo: Caatinga (hiperxerófila e hipoxerófila) e Mata Atlântica.

Outra formação vegetal, de transição entre os domínios de Caatinga e Mata Atlântica se apresenta no Estado: a Floresta das Serras. A composição florística das serras varia de acordo com a região onde está localizada, podendo ser típica de Caatinga, no Sertão ou ainda caracterizada por formações associadas à Mata Atlântica, como os brejos de altitude nas serras úmidas do Estado, onde se verifica a existência de uma floresta sub-perenifólia.

4.2.4.1.2. Caatinga

Denominação (em *tupi*) ou seridó (em *cariri*), que significa “mato branco” ou esbranquiçado, é o tipo de vegetação que caracteriza o Nordeste semi-árido.

Ao longo do tempo, esse importante bioma, que tem provido grande parte da energia necessária às atividades produtivas do Estado e à subsistência das populações locais, vem sofrendo sérios impactos ambientais, resultando em significativa redução de recurso florestal, com reflexos a nível sócio-econômico. Esses impactos estão associados, principalmente, às queimadas, desmatamentos ao sobre pastoreio e a agricultura em terras não aptas, que podem conduzir à desertificação. O desmatamento indiscriminado tem favorecido o fenômeno da desertificação, o que demonstra a importância da Caatinga e a consequente necessidade de sua conservação e uso sustentável.

A importância sócio-econômica e ambiental da Caatinga justifica programas e ações de governo, em parceria com organizações da sociedade civil, no sentido da utilização sustentável dos seus recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento da região.

FIGURA 33. Serra Lágua Formosa.



Foto: CREATO, set./2006.

Mesmo contando com situação bastante adversa, a Caatinga ainda é rica fonte de produtos florestais. Desde que venha a ser explorada racionalmente, garante-se de forma sustentável esses recursos imprescindíveis à economia da região.

4.2.4.1.2. Manguezais

Algumas áreas de mangue do Estado vêm sendo transformadas ao longo do tempo para darem lugar às salinas, viveiros de criação de camarão, constatando-se por outro lado a deposição do lixo e de efluentes domésticos e industriais.

FIGURA 34. Manguezal.



Fonte: IDEMA, 2002.

Na região do Polo, os mangues, definidos como Área de Preservação Permanente por legislação ambiental nacional, após a implantação das salinas há mais de 50 anos, foram devastados e hoje, grande parte dessas áreas encontram-se ocupadas pelos viveiros de camarão. Por outro lado, constata-se a deposição de lixo e de efluentes domésticos e industriais.

Devido às condições climáticas adversas desse setor costeiro, com aporte de água doce restrito e uso intensivo dos terrenos de manguezais pela atividade salineira, os remanescentes de manguezais apresentam-se em faixas estreitas e descontínuas, acompanhando paredões de salinas ou em bosques ribeirinhos pouco adensados. A situação de preservação desses ecossistemas nessa região é bastante conflitante, devido o setor econômico persistir em utilizar os manguezais de forma indiscriminada para expansão de suas atividades. Nessa região, o manguezal limita-se com a vegetação da caatinga, uma vez que o semi-árido alcança o litoral.

A situação atual dos manguezais norteriograndenses oscila entre moderadamente a fortemente degradados, sendo que no Litoral Norte, o maior impacto é o de erradicação dos mangues pelas salinas (o parque salineiro ocupa mais de 20.000 hectares de terrenos de marinha e acrescidos, onde ocorriam mangues) além do assoreamento dos estuários devido, principalmente, aos desmatamentos das matas ciliares ao longo dos cursos de água da região.

4.2.4.2. Áreas Protegidas e Potenciais para Conservação

4.2.4.2.1. Patrimônio Natural

Na paisagem do Polo são presenciadas as praias, falésias, arenitos de praia, planícies de deflação, dunas, mangues, rios e lagoas, que consagram recursos de relevante beleza, atraindo naturalmente as pessoas a esses locais, sendo, portanto, potenciais atrativos para o turismo.

4.2.4.2.2. Unidades de Conservação Existentes

Para proteção desse patrimônio natural, o Governo do Estado instituiu em 2003, o Programa Estadual de Unidades de Conservação e uma unidade administrativa no âmbito do IDEMA, com a finalidade de dar cumprimento ao que estabelece a Lei Federal nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, regulamentada pelo Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002.

Existem atualmente 05 Unidades de Conservação na região do Polo sendo 02 já instituídas - a **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão** (RDS - Ponta do Tubarão), que abrange parte dos municípios Guamaré e Macau, criada pela Lei estadual nº. 8.349, de 17 de julho 20 e a **Floresta Nacional Assú** (FLONA), criada através da Portaria Federal nº. 245 DE 18/07/2001. Das 05 (cinco) áreas de relevante interesse ambiental, 03 (três) Unidades de Conservação de uso indireto encontram-se em processo de criação - APA Dunas do Rosado, APA das Carnaúbas e Cavernas. As dunas do Rosado se constituem em um dos principais atrativos da região litorânea a partir de Ponta do Mel, passando por Areia Branca, com presença de falésias, até chegar ao Rio das Conchas.

A **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão** (Figura 35), localizada no município de Macau, com 12.946,03ha de área, foi criada pela Lei estadual nº. 8.349, de julho de 2003, com o objetivo de preservação de recursos naturais e sustentabilidade da população tradicional, aonde serão permitidas pesquisas científicas, a pesca, e outras atividades econômicas, mediante a utilização de práticas de acordo com disposto no Zoneamento Ambiental e no Plano de Manejo, ainda em elaboração.

FIGURA 35. Ponta do Tubarão, Macau/RN.



Fonte: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

A **Floresta Nacional Assú (FLONA)**, com uma área de floresta de 518,18 hectares, estendendo-se desde a unidade do IBAMA, no município de Assú até a lagoa de Piató, funciona como unidade multifuncional de apoio a pesquisa, difusão, informação, educação ambiental, fiscalização, tendo como uso permitido a produção de mudas, pesquisa científica, visitação e recreação.

Além das Unidades de Conservação, outras áreas do Polo Costa Branca são protegidas (SEMARH, 2000):

- **Áreas de Reserva Florestal em Assentamentos** (Área de conservação):
 - Baixa da Quixabeira (453,9ha), no município de São Bento do Norte;
 - Aurora da Serra (72,4ha), Lagoa do Clementino (50,6ha) e Soledade (216,2ha), no município de Apodi;
 - Praia de Ponta do Mel (340,3ha) e Serra Vermelha (551,8ha), no município de Areia Branca;
 - Favela (570,0ha), Hipólito (927,0ha) e Lagoa Xavier (249,0ha), no município de Mossoró;
 - Olho d'Água do Mato (439,6ha) e Palheiros (2.229ha), no município de Assú;
 - Santo Antônio (220,2ha) e Serrote/Serra Branca (1.486,6ha), no município de São Rafael.
- **Sítios Naturais** merecedores de maior atenção pela atratividade turística:
 - Lajedo de Soledade - município de Apodi;
 - Gruta dos Pingos - formação arenítica no município de Assú.

4.2.4.2.3. Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação

Em 2003, com a instituição do Programa de Conservação e Recuperação Ambiental o governo estadual previa a criação e implementação de 14 novas Unidades de Conservação

até 2011, chegando a 22 Unidades de Conservação – UCs, estaduais. Nos municípios de abrangência do Polo as áreas potenciais para criação de Unidades de Conservação destacam-se na Chapada do Apodi, Lajedo de Soledade (Figuras 36 e 37), e o Médio Assú (IDEMA, 2008).

FIGURA 36. Lajedo de Soledade.



Fonte: IDEMA 2008.

FIGURA 37. Painel das Araras.



Fonte: IDEMA 2008.

QUADRO 26. Áreas Prioritárias para a Criação de UC.

Ordem	Área ou região	Ecossistema ou tipo de vegetação	Categoria de UC
01	Chapada do Apodi	Savana-estépica florestada	PI
02	Chapada do Apodi	Cavernas cársticas	US
03	Tabuleiros de Caiçara do Norte	Praias e peixe-boi-marinho	US
04	Lajedo Soledade (Apodi)	Formações geológicas cársticas e pinturas rupestres	US
05	Ilha de Santa Luzia (Mossoró)	Campos salinos e aves migratórias	PI e US
06	Dunas do Norte	Restinga arbustiva e praias	PI e US

Onde: PI = Proteção Integral e US = Uso Sustentável.

Fonte: NUC/IDEMA/2008

4.2.4.3. Fragilidade e Impactos Ambientais

As áreas de maior fragilidade identificadas no Polo Costa Branca são: o complexo dunar (Dunas do Rosado), uma vez que está suscetível a invasões e ocupações irregulares, o que comprometeria os principais elementos naturais existentes; e os manguezais, um ecossistema bastante frágil e responsável pelo equilíbrio do ecossistema fluvio-marinho.

O que se observa ao longo dos anos é o crescente processo de degradação dessas áreas, gerado pelas atividades socioeconômicas que vem impactando e, conseqüentemente, comprometendo os principais elementos naturais existentes no Polo. Tais condições fazem com que as áreas que podem ser aproveitadas turisticamente, sejam comprometidas, caso não haja a adoção urgente de medidas mais eficazes de controle, principalmente das áreas protegidas. O próprio turismo é uma atividade que deve ocorrer com planejamento e obedecer a regras estabelecidas, além de adotar técnicas e infraestrutura modernas e ecologicamente corretas, destacando-se aquelas traçadas pelo processo de licenciamento ambiental, para que não haja prejuízo para recursos e atrativos, e seja garantida a sustentabilidade.

Segundo estudos realizados pelo Governo do Estado (Atlas para a Promoção do Investimento Sustentável no Rio Grande do Norte – Módulo I – Zona Mossoroense - 2007), a região é subdividida de acordo com o grau de relevância e importância ambiental dos ecossistemas em: Zona de preservação, Zona de conservação e Zona de amortecimento (faixa de 5km a partir das Zona de Conservação e Preservação) identificando o uso potencial, metas ambientais a serem implementadas e os mecanismos de controle, relacionado no quadro a seguir:

QUADRO 27. Zona de Preservação.

ZONA	USO POTENCIAL	METAS AMBIENTAIS	MECANISMOS DE CONTROLE
ZONA DE PRAIA	Uso recreativo; Pesquisa científica e educação ambiental; Pesca recreativa; Instalação de estruturas portuárias para o transporte aquático como suporte ao recebimento e escoamento da atividade produtiva, ao turismo ou pesca artesanal, condicionado à existência de plano de ordenamento da orla.	Proteção integral da faixa de praia, delimitada pela linha máxima de baixamar e a linha máxima de preamar e a faixa de domínio da União, distinguida como área de uso comum do povo; Definição das normas de uso para trânsito de veículos e animais; Recuperação da acessibilidade pública.	Fiscalização e monitoramento; Controle da ocupação da orla, em função da característica de ocupação e dinâmica ambiental dominante.
MANGUEZAL	Atividade de extrativismo de mariscos manejada; Visitação turística manejada; Pesquisa científica e educação ambiental.	Proteção dos atributos naturais; Recuperação de áreas degradadas; Geração de conhecimento científico e tecnológico como subsídio à gestão.	Plano de Manejo; Instituição de Unidades de Conservação da Natureza; Monitoramento sistemático; Fiscalização.
CAMPOS DE DUNAS	Turismo ecológico; Pesquisa científica e educação ambiental; Ocupação com estruturas de apoio ao turismo, incidindo e observando os instrumentos de ordenamento, estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal.	Proteção dos atributos naturais; Recuperação de áreas degradadas; Geração de conhecimento científico e tecnológico como subsídio à gestão; Regularização e ordenamento do processo de ocupação; Manutenção da capacidade de recarga e qualidade dos aquíferos.	Plano de Manejo; Instituição de Unidades de Conservação da Natureza; Monitoramento sistemático; Fiscalização

Fonte: IDEMA/2007 – Atlas Para a Promoção do investimento sustentável no RN – Módulo I

QUADRO 28. Zona de Conservação.

ZONA	USO POTENCIAL	METAS AMBIENTAIS	MECANISMOS DE CONTROLE
CANAIS FLUVIAIS (RIOS)	<p>Pesca artesanal; Turismo ecológico manejado; Receptação de efluentes fluviais e urbanos, desde que sejam monitorados e compatíveis com a capacidade de suporte do estuário; Captação de água para a produção, compatíveis com a capacidade de suporte do estuário;</p>	<p>Proteção dos atributos naturais que garantem o equilíbrio do ecossistema fluvial; Controle dos indicadores de qualidade das águas; Controle dos processos hidrodinâmicos; Controle e recuperação da acessibilidade para o uso público do espaço; Saneamento Ambiental.</p>	<p>Planos de Manejo; Fiscalização ambiental Estudos ambientais; Programas e projetos de desenvolvimento; Monitoramento sistemático individual ou consorciado com as instituições federais e municipais;</p>
PLANÍCIE FLUVIO-ESTUARINA	<p>Atividades de extrativismo manejadas; Visitação turística manejada e educação ambiental; Ocupação com estruturas de apoio à navegação turística e pesca artesanal, em caráter de uso coletivo; Captação de águas para produção e receptação de efluentes, compatíveis com a capacidade de suporte do estuário; Culturas controladas.</p>	<p>Proteção dos atributos naturais que garantem o equilíbrio ecossistêmico; Controle e recuperação dos corredores ecológicos; Controle dos indicadores de qualidade das águas; Controle dos processos hidrodinâmicos; Controle e recuperação da acessibilidade para o uso público do espaço; Saneamento Ambiental.</p>	<p>Planos de Manejo; Fiscalização e monitoramento ambiental Estudos ambientais.</p>

Fonte: IDEMA/2007 – Atlas Para a Promoção do investimento sustentável no RN – Módulo I

QUADRO 29. Zona de Amortecimento.

ZONA	USO POTENCIAL	METAS AMBIENTAIS	MECANISMOS DE CONTROLE
SUPERFÍCIE DE TABULEIRO COSTEIRO	Agricultura irrigada de sequeiro e de pastagem com controle de erosão; Extrativismo mineral manejado; Atividades industriais; Urbanização; Obras viárias; Disposição de resíduos sólidos; Outros usos com impactos controlados.	Controle de erosão; Integração das áreas de reserva legal, por meio de corredores ecológicos; Controle e recuperação de servidões públicas para garantir a acessibilidade das áreas de domínio público; Ordenamento das áreas urbanas e de expansão urbana; Controle dos indicadores ambientais; Saneamento Ambiental; Proteção, manejo e gestão dos aquíferos.	Estudos para subsidiar o licenciamento ambiental; Normas para o zoneamento e ordenamento territorial; Planos de Manejo; Monitoramento e Fiscalização Ambiental; Condicionamento/procedimentos de manejo da atividade agrícola.

Fonte: IDEMA/2007 – Atlas Para a Promoção do investimento sustentável no RN – Módulo I

4.2.5. Identificação e Análise da Base Legal Ambiental e Turística e dos Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo

A ausência de instrumentos normativos (Planos Diretores, Leis de Uso do Solo, Códigos de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo), dificulta o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, não há especificações sobre onde e de que forma o turismo pode se desenvolver no espaço geográfico.

Um dos desafios do Poder Público consiste em elaborar as legislações de sua competência, ou seja, aquelas que interferem diretamente no interesse público municipal, bem como cumpri-las, em benefício da coletividade. Para isso, necessitam tanto de instrumentos de planejamento coerentes com o que as diretrizes previstas nas normas federais, bem como de uma estrutura administrativa capaz de gerir tais instrumentos e fiscalizar a sua aplicação.

Nesse sentido, entende-se que o Plano Diretor, o Código de Obras, o Código de Meio Ambiente e o Plano de Turismo são instrumentos legais mínimos necessários ao planejamento sustentável do turismo no Polo Costa Branca.

A Constituição Federal de 1988 dispõe o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, necessário para que a propriedade cumpra a sua função social, especificando a sua obrigatoriedade para municípios com mais de vinte mil habitantes. Com o advento do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001), estendeu a sua obrigatoriedade também para municípios inseridos em zonas de especial interesse turístico.

O Quadro abaixo apresenta a relação dos municípios do Polo e seu status quanto à existência ou não das legislações referidas, revelando a ausências dos instrumentos em grande parte dos municípios.

QUADRO 30. Legislações Municipais Vigentes – Polo Costa Branca.

Município	Plano Diretor	Código de Meio Ambiente	Código de Obras	Plano de Turismo
Apodi	Sim	Não	Sim	Não
Areia Branca	Sim	Não	Sim	Não
Assú	Sim	Não	Sim	Sim
Caiçara do Norte	Não	Não	Não	Não
Carnaubais	Não	NR	NR	Não
Galinhos	Não	Não	Sim	Não
Grossos	Não	Não	Não	Sim
Guamaré	Não	Não	Não	Sim
Itajá	Não	Não	Não	Não
Macau	Sim	Não	Não	Não
Mossoró	Sim	Sim	Sim	Sim
Pendências	Não	Não	Não	Não
Porto do Mangue	Não	Não	Não	Não
São Bento do Norte	Não	Não	Não	Não
São Rafael	Não	Não	Não	Não
Tibau	Não	Não	Não	Não
Serra do Mel	Não	Não	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 31. Legislações Municipais Vigentes – Polo Costa Branca.

Município	Plano Diretor	Lei Nº
Apodi	Sim	479/06
Areia Branca	Sim	1.037/2006
Assú	Sim	015/2006
Caiçara do Norte	Não	Não
Carnaubais	Não	Não
Galinhos	Não	Não
Grossos	Não	Não
Guamaré	Não	Não
Itajá	Não	Não
Macau	Sim	499/1977
Mossoró	Sim	012/2006
Pendências	Não	Não
Porto do Mangue	Não	Não
São Bento do Norte	Não	Não
São Rafael	Não	Não
Tibau	Não	Não
Serra do Mel	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É importante destacar no âmbito Polo a implementação do **Projeto Orla**, instrumento de gestão e ordenamento do uso e ocupação do solo, desenvolvido em parceria com o governo estadual e governo federal, em articulação com os municípios. Este projeto tem como um dos objetivos: orientar o desenvolvimento das áreas costeiras por meio do planejamento, gerenciamento e manejo da área. É feito com a atuação dos municípios, através da elaboração de um Plano de Gestão Integrada – PGI. O Projeto inclui o estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União, visando o uso adequado das áreas públicas, a existência de espaços estratégicos (como portos, áreas militares) e de recursos naturais protegidos de forma a viabilizar a gestão integrada da orla.

No Polo Costa Branca, o município de Areia Branca foi contemplado com esse projeto, assim como outros ainda serão beneficiadas, ou estão em processo de implementação do Projeto, como Galinhos, Macau, Guamaré e Tibau.

4.2.6. Identificação e Análise das Interações Institucionais das Entidades Públicas e Privadas e Sociais

Além das instâncias estaduais e federais, no âmbito municipal, verifica-se que a maior parte dos municípios do Polo Costa Branca dispõe estrutura administrativa para gestão ambiental. Já com relação à gestão do turismo, quando se observa a capacidade institucional dos municípios do Polo Costa Branca, nota-se que a estruturação dos órgãos é pequena, pouco estruturada e como baixa capacidade para a gestão do turismo. Apenas nas cidades em que o turismo vem sendo trabalhado há algum tempo existe uma estrutura organizacional estruturada, com equipe técnica e equipamentos, como Mossoró, por exemplo. Mas, mesmo assim, se percebe poucos profissionais com formação em turismo ou em áreas afins desenvolvendo atividades nas prefeituras, e quando há, geralmente são em cargos comissionados ou contratados.

Na área ambiental, a estrutura governamental é, em parte, resultado da execução do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado no Estado sob a Coordenação da Comissão Tripartite do Rio Grande do Norte, com apoio do Governo do Estado, por meio do Programa de Apoio a Gestão Ambiental dos Municípios, cujo objetivo era apoiar o processo de descentralização da gestão ambiental no âmbito do Estado, pelo assessoramento à criação e/ou implantação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente – SISMUMAs, onde a estratégia do Governo/IDEMA foi contemplar os 167 municípios do Estado, contribuindo para o fortalecimento do SISEMA.

No entanto, a capacidade institucional dos municípios (pessoal e equipamentos) que compõem a área do Polo ainda é incipiente, com exceção de Mossoró, devendo-se, então, criar projetos e soluções para o fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.

Observa-se, no geral, que os órgãos municipais ressentem-se de uma estrutura mais compatível com os avanços tecnológicos atuais. Constata-se, inclusive, a falta de equipamentos para realizar as atividades rotineiras, situação agravada pelo fato de muitas secretarias não possuírem dotação orçamentária própria. Essa ausência de recursos orçamentários alocados compromete as ações municipais tanto na gestão ambiental como do turismo, impedindo até mesmo a execução de um planejamento.

A gestão municipal, nos dois setores (turismo e meio ambiente) apresenta-se deficiente, na medida em que as demais instâncias de governança, representadas pelos colegiados municipais que, no caso do turismo, inexistem Conselhos de Turismo, na maioria dos municípios e na área ambiental apenas a metade dos municípios conta com conselhos, instância de participação da sociedade civil. (Quadro 32)

No caso do turismo, além da infraestrutura deficitária carece, ainda, de técnicos efetivos capacitados para o planejamento e a gestão. O número de funcionários efetivos é insignificante se comparado aos cargos comissionados, prejudicando, assim, a continuidade no planejamento e gestão. Situação refletida em todos os níveis da gestão do turismo, ou seja: ausência de informações básicas dos municípios (oferta de equipamentos turísticos, atrativos turísticos, contagem de fluxo de visitantes, taxa de ocupação hoteleira, dentre outros), contexto apresentado em detalhes no PDITS.

QUADRO 32. Polo Costa Branca: Instâncias Institucionais.

Município	Conselho Municipal de Turismo	Conselho de Meio Ambiente	Membro Titular do Conselho Regional	Estrutura Administrativa para Gestão Ambiental (1)
Apodi	Não	Sim	Sim	Sec. Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Areia Branca	Sim	Sim	Sim	Sec. Municipal de Infraestrutura (Gerência Executiva de Gestão Ambiental)
Assú	Sim/Desativado	Sim	Sim	Sec. Municipal de Meio Ambiente
Caiçara do Norte	Não	Não	Não	Sec. Municipal de Pesca, Aqüicultura e Meio Ambiente
Carnaubais	Não	Sim	Não	Sec. Meio Ambiente
Galinhos	Não	Não	Sim	Sec. Municipal de Meio Ambiente
Grossos	Não	Sim	Não	Sec. de Desenvolvimento e Meio Ambiente

CONT. QUADRO 32. Polo Costa Branca: Instâncias Institucionais.

Município	Conselho Municipal de Turismo	Conselho de Meio Ambiente	Membro Titular do Conselho Regional	Estrutura Administrativa para Gestão Ambiental (1)
Guamaré	Sim/Desativado	Não	Sim	Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Mossoró	Sim	Sim	Sim	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Ambiental (Gerência de Gestão Ambiental)
Itajá	Não	Sim	Não	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Macau	Não	Sim	Sim	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável
Pendências	Não	Não	Não	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Agricultura
Porto do Mangue	Sim	Sim	Não	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
São Bento do Norte	Não	Não	Não	Secretaria Municipal de Turismo, Urbanismo e Meio Ambiente
São Rafael	Não	Não	Não	Secretaria Municipal de Agricultura
Serra do Mel	Não	Não	Não	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Tibau	Sim	Não	Não	Secretaria Municipal de Turismo (Comissão Multidisciplinar de Meio Ambiente)

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009; (1): IDEMA – Fórum dos Secretários, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

No que tange às interações institucionais internas, isto é, entre secretarias da mesma municipalidade, a interação ocorre de forma natural e sem grandes conflitos, especialmente se considerarmos que é comum a junção de várias pastas co-relacionadas numa mesma secretaria, como as secretarias de turismo e meio ambiente, ou turismo e cultura, ou ainda as três juntas. No entanto, as deficiências estruturais já citadas mitigam a integração em processos mais complexos.

O número reduzido dos quadros de funcionários e também de secretários leva ao acúmulo de funções. Se por um lado, possibilita e facilita uniformidade de entendimentos e, por conseqüência, das parcerias e da boa fluidez das atividades; por outro lado significa também a diminuição de recursos para ações de desenvolvimento específicas de cada setor (cultura, meio ambiente e turismo), bem como o acúmulo de tarefas numa mesma pessoa.

Quando se trata das interações institucionais com a SETUR, percebe-se a necessidade de maior relacionamento entre o órgão estadual de planejamento e os municípios. A principal deficiência se deve, como já falado, à estrutura restrita dos órgãos de gestão municipal, e até mesmo da própria SETUR, que opera hoje com um quadro de servidores inferior às suas necessidades, que necessitam de capacitação e com orçamento limitado.

Porém, o desenvolvimento da atividade turística não depende somente do setor público ou do privado, mas, sobretudo, da interação entre diversos setores, já que o primeiro tende a direcionar seus esforços para obter o máximo possível de retornos sociais, ao passo que o segundo é guiado por benefícios financeiros. Nesse contexto, ressalta-se a importância da existência de parceria entre os diversos integrantes da cadeia produtiva: governos, órgãos estatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes. Diante das possíveis restrições orçamentárias da organização pública local, a cooperação público-privada influi diretamente na competitividade de um destino turístico ao viabilizar projetos compartilhados em diversas esferas.

Contudo, é possível apontar uma deficiência nas interações entre o setor privado e os órgãos de gestão, seja municipal ou estadual, tendo em vista as deficiências estruturais e carência de pessoal e recursos já apontada.

O grande responsável pela maior integração e interação entre os órgãos de gestão é, sem dúvida, o Conselho Regional do Polo Costa Branca, que estimula a discussão e o trabalho conjunto entre os municípios, o Estado, sociedade civil organizada, instituições de ensino, organizações não-governamentais, empresários, entre outros. O Polo Costa Branca ainda vem se estabelecendo e fortalecendo, uma vez que o Polo ainda é recente, assim como as empreitadas de planejamento no turismo, ao contrário do Polo Costa das Dunas, que possui mais de dez anos de atividades.

Os conselhos, sejam eles regionais ou municipais, expressam novas relações de poder, ampliando a democracia e a cidadania, por meio da transparência e do controle social. No Polo Costa Branca, a maioria dos municípios ainda não dispõe de instância para participação da sociedade civil na gestão ambiental e turística, conforme já observamos no quadro acima.

4.2.7. Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente, Relevantes Previstos para o Polo e suas Implicações para o PRODETUR NACIONAL no Estado

O desenvolvimento sustentável requer do poder público um grande esforço de articular as ações governamentais, no sentido de que a atividade turística possa ser o instrumento transformador do desenvolvimento regional. Para alcançar esse modelo de desenvolvimento da atividade turística, é necessário superar alguns obstáculos e etapas fundamentais e seguir adotando Políticas de Desenvolvimento que aumentem a capacidade de evolução da competitividade em relação aos destinos concorrentes. Neste sentido, as ações governamentais precisam ter respaldo e informações técnicas articuladas, que permitam embasar o processo de planejamento. No caso da atividade turística, esta depende de uma infraestrutura que está relacionada à área de atuação de outros setores da administração pública, necessitando de integração intersetorial sistemática nas três esferas de governo. Para isso, o Plano Nacional de Turismo prioriza a ação transversal de articulação para a implementação da infraestrutura de apoio aos destinos turísticos. Os investimentos propostos pelo Programa de Aceleração do Crescimento promoverão um grande salto de qualidade e avanço para a superação desse gargalo, principalmente no que se refere aos investimentos destinados à infraestrutura social e urbana e à infraestrutura logística.

Conforme prevê o Plano Nacional de Turismo, o Ministério do Turismo tem uma ação direta na aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União – OGU na infraestrutura turística propriamente dita, tais como: sinalização turística; recuperação de patrimônio histórico; melhoria de equipamentos turísticos e centros de informações turísticas. Já a infraestrutura que dá apoio à atividade demanda recursos financeiros de grande valor, gerenciados por órgãos públicos não ligados diretamente ao turismo, a exemplo do Ministério das Cidades.

Nesse sentido, é de fundamental importância uma ação interministerial, priorizando as infraestruturas de apoio ao turismo demandadas pelo setor, tanto no âmbito nacional, quanto regional, tendo como foco as regiões turísticas priorizadas. Essa ação intersetorial deve ser replicada nos estados e nos municípios, buscando inserir a infraestrutura de apoio ao turismo na pauta das prioridades dos diversos setores governamentais.

No âmbito estadual, alguns projetos estruturantes, em execução ou em negociação, podem ser identificados e que apresentam caráter de ações regionais e complementares à atividade turística. Entre os principais, destacam-se, no Polo Costa Branca, os seguintes programas e projetos voltados para implementação de ações de infraestrutura, meio ambiente e turismo:

QUADRO 33. Principais Projetos Estruturantes na Região dos Polos Costa Branca

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
TERMOAÇU – Usina Termoelétrica em fase de implantação no município de Alto do Rodrigues, prevista para produzir 342Kw/h de energia elétrica.	Infraestrutura	Em execução	PETROBRÁS
PROJETO MENDUBIM – previsto para a Bacia do Piranhas/Assú, no Município de Assú – área a ser irrigada com 8.004 hectares, que será abastecida por água provenientes da Barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves, localizada a 8km à montante da cidade de Assú. É a principal fonte superficial do Baixo Vale do Assú	Infraestrutura	Em negociação	DNOCS/SAPE
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE BACIAS – Até alcançar os limites do Rio Grande do Norte, as águas percorrerão dois caminhos: à montante, através do leito do rio Salgado, que derivará a água represadas para a bacia do Piranhas (PB), sendo escoada para o reservatório da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (RN); a jusante, pelo rio Salgado, chegará até a barragem Castanhão (CE), derivando para a Chapada do Apodi. No RN, o grande usuário do projeto são as superfícies potencialmente irrigáveis da Chapada do Apodi, na margem esquerda dos rios Apodi, Carmo e Piranhas, cujas vazões serão transferidas pelas margens das Barragens Armando Ribeiro Gonçalves e Santa Cruz do Apodi.	Infraestrutura	Em execução	Ministério da Integração Regional/ SERHID
RAMAL FERROVIÁRIO Mossoró/Natal – trecho ferroviário entre Mossoró e Natal, passando pelos municípios de Assú, Macau, Guamaré e São Gonçalo do Amarante, criando uma nova rota de escoamento de produção para os produtos oriundos da região, buscando reduzir custos.	Infraestrutura	Em negociação	Governo do Estado
ESTAÇÃO DE PISCICULTURA - Municípios de Itajá, Upanema e Apodi	Infraestrutura	Em negociação	DNOCS/SAPE
2ª ETAPA DO PROJETO BAIXO-ASSÚ – área de 3000 hectares para irrigação.	Infraestrutura	Em execução	DNOCS/SAPE
BIODIESEL – Produção de Biodiesel a partir de oleaginosas (mamonas), com capacidade de 16 mil metros cúbicos/ano de biodiesel.	Infraestrutura	Em execução	PETROBRÁS
FERROVIA TRANSNORDESTINA - ferrovia ligando o Estado do Maranhão à Bahia (beneficiando 09 estados nordestinos).	Infraestrutura	Em negociação	Governo Federal – MT/DNIT
PROGRAMA DE REFLORESTAMENTO – o uso e o manejo inadequado dos solos, originado pela ação antrópica, o extrativismo vegetal para obtenção ilegal da lenha, o sobre pastoreio das pastagens nativas ou cultivares, o uso agrícola das culturas que expõem os solos aos agentes da erosão, assim como o extrativismo mineral, são apontados como uma das principais causas da desertificação. O Programa Nacional de Florestas objetiva a recuperação de áreas degradadas e expansão das áreas de manejo, sobretudo da Caatinga;	Ambiental	Em execução	Governo Federal – MMA/Ibama / Serviço Florestal Brasileiro Governo Estadual – SEMARH/IDEMA

CONT. QUADRO 33. Principais Projetos Estruturantes na Região dos Polos Costa Branca

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS – A Lei Estadual nº. 6.908/96 define a outorga do direito de uso dos recursos hídricos como instrumento essencial para gerenciamento dos recursos hídricos (Inciso VI do Art. 2º). Cabe, portanto, à SEMARH, as análise de solicitação e expedição das outorgas de direito de uso da água no âmbito estadual;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado - SEMARH
PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO RIO APODI-MOSSORÓ – consiste no mapeamento e monitoramento do rio Apodi-Mossoró e do rio do Carmo (Baixo Mossoró), com a finalidade de estabelecer mecanismos de conduta para cessar danos e promover a recuperação das áreas degradadas, principalmente nos trechos do limite do município de Mossoró com a região estuarina, nos municípios de Grossos e Areia Branca, todos pertencentes à área de abrangência do Polo;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado - SEMARH
PROJETO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DOS ESTUÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE – constitui em um instrumento técnico, administrativo e político de planejamento, ordenamento e gestão dos estuários com as respectivas zonas de influência, que estabelece a delimitação, mapeamento, caracterização, determinação de potencialidades e o condicionamento para o uso e ocupação do solo;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado – SEMARH/IDEMA
PROJETO ORLA - No Rio Grande do Norte, o IDEMA vem desenvolvendo, em parceria com o governo federal e em articulação com as Prefeituras Municipais, o “Projeto Orla” em algumas regiões litorâneas do Estado. Este projeto tem como um dos objetivos: orientar o desenvolvimento das áreas costeiras por meio do planejamento, gerenciamento e manejo da área. É feito com a atuação dos municípios, por meio da elaboração de um Plano de Gestão Integrada – PGI, passando por um processo participativo com os principais atores envolvidos diretamente com a gestão da orla, bem como com todos aqueles interessados no desenvolvimento sustentável do município, mobilizados pela Prefeitura. O Projeto, portanto, tem suas ações voltadas ao ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União e na área de abrangência legal da orla, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade;	Ambiental	Em execução	Governo Federal – MMA/SMQC – MPOG/SPU Governo Estadual – SEMARH/IDEMA
PROGRAMA ÁGUA AZUL – Rede Compartilhada de Monitoramento da Qualidade da Água: tem por objetivos realizar monitoramento sistemático da qualidade das águas dos principais corpos de água interiores norterio-grandenses e das águas subterrâneas; realizar monitoramento sistemático das condições de balneabilidade de praias do Estado do Rio Grande do Norte; investigar o passivo ambiental, decorrente da contaminação, por derivados de petróleo, do aquífero na Cidade de Natal. Este programa está sendo operado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA), Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (EMPARN), com o apoio técnico-científico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN);	Ambiental	Em execução	Governo do Estado – IDEMA/IGARN/EMPARN Apoio Técnico: UFRN, IFRN, UERN

CONT. QUADRO 33. Principais Projetos Estruturantes na Região dos Polos Costa Branca

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
PROGRAMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL AÉREO - PEMFAA , cujo objetivo é possibilitar a identificação de áreas, processos e empreendimentos com efetiva ou potencial poluição ou degradação ambiental, essencialmente aquelas de difícil acesso e visualização via solo, de modo a subsidiar ações de fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental no IDEMA. Tal monitoramento consiste em sobrevôos para registro de fotografias aéreas oblíquas de áreas degradadas, em degradação ou ambientalmente ameaçadas;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado – SEMARH/IDEMA
PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO – cujo objetivo é desenvolver novos roteiros turísticos para o incremento do fluxo turístico e geração de emprego e renda, com realização de seminários, reativação do conselho regional, oficinas de planejamento, estudos técnicos, divulgação, capacitação e apoio a reuniões, eventos e participação em eventos.	Turismo	Em execução	Governo do Estado – SETUR Sebrae
PROJETO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – com o objetivo de fortalecimento do Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte - CONETUR	Turismo	Em execução	MTur Governo do Estado
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS - desenvolvimento da Pesquisa de Demanda Turística para todo o estado, permitindo o planejamento da atividade, a estimativa do fluxo e receita geral do turismo e a seleção de indicadores para a atividade no Estado.	Turismo	Em execução	Governo do Estado
CONTROLE DE QUALIDADE DE EMPRESAS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS – realização de treinamento e execução de cadastro, classificação e fiscalização de empresas e serviços turísticos, como: agências de viagem, meios de hospedagens, transportadoras turísticas, organizadores de eventos, guias de turismo.	Turismo	Em execução	Governo do Estado

Fonte: IDEMA/2007

Relatório de Gestão 2010 – SETUR/RN

4.2.8. Identificação das Principais Tensões e Potenciais Conflitos entre o Desenvolvimento do Turismo e Outras Propostas de Uso de Ativos Ambientais na Região

A região do Polo tem como maioria das atividades predominantes, a produção de sal marinho, fruticultura irrigada, extração de petróleo e gás natural, pesca artesanal e carcinicultura e se desenvolvem dependendo de forma significativa dos corpos d'água, com exceção das atividades petrolíferas. Outras atividades encontradas na área do Polo são as desenvolvidas na área de vegetação de Caatinga, a exemplo das indústrias ceramistas. Todas essas atividades exceto o turismo ainda, pouco expressivo e voltado para o negócio, exigem a exploração e descaracterização de extensas áreas, sendo necessário o controle sobre essas atividades, para que não haja uma ampliação desordenada, evitando o desencadeamento de maiores impactos negativos.

Como se pode observar, a economia do Polo está baseada no aproveitamento de seus atributos naturais. Assim, destacamos, por ecossistema, as principais tensões e potenciais conflitos, observados na região, decorrentes do desenvolvimento dessas atividades:

4.2.8.1. As Praias

Podem ser consideradas semi desertas, uma vez que o fluxo de visitantes é bastante reduzido, situação que se transforma nos períodos de alta estação e de férias (como é o caso de Tibau, reconhecidamente um local de segunda residência). Em alguns municípios (Caiçara do Norte, Guamaré e Porto do Mangue), nem mesmo nesses períodos há aumento significativo de visitantes. A atividade turística, na região do Polo Costa Branca surge como um complemento às demais atividades econômicas, não se caracterizando, ainda, como agente transformador do espaço e da paisagem litorânea ou de tensões e conflitos com outras atividades (atividade pesqueira), como vem ocorrendo com as instalações petrolíferas e os viveiros de camarões (Figuras 38 e 39).

FIGURA 38. Carcinocultura – Guamaré/RN.



Foto: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

FIGURA 39. Atividade petrolífera, Macau/RN.



Foto: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

4.2.8.2. A Caatinga

Que caracteriza grande parte dos municípios do Polo, ao longo do tempo tem provido grande parte da energia necessária às atividades produtivas do Estado e à subsistência das populações locais e, em consequência, sofrendo sérios impactos ambientais, resultando em significativa redução do seu recurso florestal, com reflexos a nível sócio-econômico.

4.2.8.3. As Dunas e Lagoas Interdunares

Constituem ambientes frágeis quanto ao equilíbrio ecológico, sendo de grande importância para a recarga das águas subterrâneas e alimentação de rios, riachos e lagoas costeiras. Atualmente, as dunas do Rosado, localizadas no município de Porto do Mangue, são consideradas um dos atrativos turísticos mais importante da região, comumente incluso em pacotes turístico com oferta de passeios de carros com tração. A área é identificada pelo IDEMA como potencial para a criação de Unidade de Conservação da Natureza, o que requer a sua urgente regulamentação, para que a atividade turística ocorra de forma sustentável.

4.2.8.4. Os Manguezais

Transformados ao longo do tempo para dar lugar às salinas, viveiros de criação de camarão, além da inadequada deposição do lixo e de efluentes domésticos e industriais.

Para identificar as principais tensões e potenciais conflitos entre o desenvolvimento do turismo e outras atividades é importante compreender que a oferta turística representa o conjunto recursos e atrativos turísticos naturais constituídos pelos elementos da natureza (rios, praias, dunas, falésias, cavernas, clima, flora, fauna) que, ao serem utilizados para fins

turísticos, passam a atrair fluxos turísticos e, por sua fragilidade, correm riscos de degradação.

A diversidade de atividades que caracterizam o uso e ocupação dos municípios do Polo necessitam de um urgente ordenamento, que reduza os riscos de conflitos entre as diversas atividades já instaladas e os impactos advindos de seu desenvolvimento. Neste sentido, o fortalecimento e funcionamento do sistema de gestão ambiental, incluindo o órgão estadual de meio ambiente e os municípios, é imprescindível, sendo necessária à criação de mecanismos atuantes, adotando inclusive técnicas, ferramentas e equipes informadas, informatizadas e com responsabilidade social e ética.

4.2.9. Quadro Síntese da Linha de Base

4.2.9.1. Componente Estratégia de Produto Turístico

ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Poucos atrativos turísticos consolidados;</p> <p>Cenários paisagísticos pouco aproveitados e mal cuidados;</p> <p>Praias com paisagens rústicas pouco aproveitadas turisticamente;</p> <p>Atrativos naturais pouco utilizados para o Ecoturismo;</p> <p>Praia de Tibau ocupada desordenadamente;</p> <p>Dunas começam a ser ocupadas irregularmente;</p> <p>Principais atrativos e produtos com conservação razoável.</p>	<p>A deterioração dos atrativos é causada, principalmente, porque o processo de uso e ocupação não tem levado em consideração três fatores:</p> <p>a) a fragilidade da dinâmica costeira, com aceleração dos processos erosivos, causada pela interrupção dos fluxos naturais de sedimentos, associados aos processos naturais característicos da costa potiguar e às tendências globais de elevação do nível do mar;</p> <p>b) a pequena capacidade de suporte dos aquíferos dunares, no que pese a excelente qualidade da água, associado à precária infraestrutura de recepção de pessoas e de drenagem e captação e tratamento de água e esgotos;</p> <p>c) a ausência de um efetivo Plano de gestão e conservação de bacias hidrográficas permite que os limites de uso sustentável dos recursos naturais sejam ultrapassados, com a consequente degradação das paisagens e dos aquíferos.</p> <p>d) a carência na implementação efetiva de instrumentos de ordenamento do uso do solo e gestão ambiental ocasiona o crescimento urbano desordenado e a degradação dos atributos naturais da paisagem.</p> <p>e) a interrupção do livre acesso às praias e a concentração da propriedade rural, impedindo a continuidade dos modos de vida e produção das populações tradicionais locais.</p> <p>f) a presença de algumas atividades econômicas importantes no Polo (salinas, carcinicultura, agricultura intensiva, indústrias, etc.) deixa a atividade turística em segundo plano, impedindo que o investimento necessário à recuperação, valorização e conservação dos atrativos, seja feita.</p> <p>Além disso, a falta de cuidado na execução das</p>	<p>Poucas medidas foram adotadas pelo setor público para reverter o quadro de degradação que vem se configurando na região exceto a iniciativa de institucionalização como Polo Turístico e a elaboração do PDITS a partir do qual são propostas ações de caráter estratégico visando a dinamização da atividade turística associada a conservação dos recursos naturais.</p> <p>Com relação a necessidade de proteção e conservação dos recursos naturais as medidas mais recentes adotadas pelo Governo Estadual através do órgão de meio ambiente refere-se a criação e implantação das Unidades de Conservação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Ponta do Tubarão e em fase de criação (estudos elaborados) a Área de Proteção Ambiental – APA Dunas dos Rosados.</p>

	<p>obras e em sua subsequente manutenção também provoca impactos adicionais que levam (ou podem levar) ao agravamento da deterioração dos atrativos,</p> <p>É necessário que os estudos e projetos, assim como a execução e manutenção das obras, tanto de acesso quanto de urbanização de orla, contenham todos os requisitos de sustentabilidade.</p> <p>O Projeto Orla reúne as condições técnicas necessárias ao planejamento da intervenção da orla sob uma visão de sustentabilidade, permitindo visualizar o conjunto de problemas e prever ações para saná-las de forma sistêmica e ao longo do tempo.</p>	
<p>Turismo náutico pouco desenvolvido no Polo</p>	<p>A disponibilidade de recursos hídricos na grande maioria dos municípios do Polo Costa Branca, especialmente em Guamaré, Galinhos, Areia Branca, Grossos e Tibau constituem alternativa como atrativo turístico para a região, possibilitando a criação de um roteiro náutico entre estes municípios. Para o incremento da atividade náutica, os municípios devem ser dotados de local e infraestrutura adequados ao desenvolvimento do esporte e lazer. Identificar quais os projetos de infraestrutura de apoio a esta atividade, considerando as condições e características ambientais locais e observando os trâmites legais exigidos. Para tanto, o ideal é um Plano Diretor de Turismo Náutico, que trate de todos os aspectos da atividade.</p>	<p>Não se identifica ações executadas no sentido de reverter o quadro da situação atual identificada no PDITS.</p>
<p>Subutilização das águas termais como produto turístico;</p> <p>Dunas do Rosado pouco aproveitadas e divulgadas turisticamente com APA sendo instituída;</p> <p>Utilização do Lajedo de Soledade de forma não controlada, com acesso, infraestrutura e sinalização deficiente;</p> <p>Carnaval consolidado em alguns municípios, porém pouco organizado;</p> <p>Eventos culturais acontecem de maneira pontual em algumas localidades;</p> <p>Salinas inseridas em roteiros de turismo pedagógico;</p> <p>Turismo de negócios concentrado em alguns municípios do Polo durante a semana;</p> <p>Produção associada ao turismo bastante incipiente.</p>	<p>Os exemplares de significativo valor arquitetônico, paisagístico e atributos de relevância ambiental, cultural e pedagógica identificados nos municípios dos Polos, aptos a receber investimentos, projetos e obras de conservação e recuperação parcial ou integral, necessitam da elaboração e implementação de um projeto de reconhecimento e conservação, como garantia de aproveitamento pela atividade turística, a exemplo do Lajedo de Soledade que é um atrativo muito conhecido e visitado no Polo Costa Branca. É preciso trabalhar na consolidação de um plano integrado de turismo sustentável para o Polo, que inclua a construção de um roteiro diversificado e ações de valorização dos atrativos identificados.</p> <p>Além disso, a ausência de um programa no âmbito do PRODETUR para tratar da produção associada ao turismo leva à ausência de mecanismos que garantam a maior inserção possível dos segmentos sociais locais, com atividades que fazem parte diretamente da própria atividade turística ou integradas a estas.</p> <p>Quanto mais atividades são valorizadas associadas aos roteiros turísticos, mais possibilidades de sustentabilidade. É preciso garantir a associação do esforço de outros setores que tratam do mesmo assunto.</p>	<p>Destacam-se como principais medidas adotadas que vem intervindo no sentido de transformação do quadro atual, a implantação, pelo Governo do Estado em parceria com o Governo Federal e outras instituições, de programas de interiorização do turismo. As primeiras ações nessa área aconteceram com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, lançado em 1994, cujo resultado no Rio Grande do Norte foi a adesão de, aproximadamente, 86 municípios.</p> <p>O Plano Nacional de Turismo 2003-2007 absorve a idéia de municipalização de turismo, amplia e cria o Programa de Regionalização do Turismo com o objetivo de definir regiões turísticas como estratégicas na organização do turismo para fins de planejamento e gestão. No Rio Grande do</p>

<p>Pouca qualificação profissional para o turismo nos diferentes níveis, apesar da existência de instituições de formação profissional na região;</p> <p>Baixo nível de escolaridade não favorece a capacitação profissional para o turismo;</p> <p>Serviços de apoio ao turismo (receptivo, agências, operadoras, locadoras, etc.) concentrado em poucos municípios;</p> <p>Falta de postos de atendimento ao turista;</p> <p>Meios de hospedagem insuficientes e inadequados;</p> <p>Equipamentos e serviços de alimentação com condições e qualidade insatisfatórias;</p> <p>Sinalização turística inexistente no Polo;</p> <p>Poucas lojas e equipamentos turísticos aceitam cartões de crédito;</p> <p>Baixo nível de emprego associado à atividade turística;</p> <p>Empresariado pouco sensibilizado para novos investimentos no turismo;</p> <p>Artesanato pouco diversificado, com baixa representatividade e comercialização;</p> <p>Gastronomia pouco difundida e valorizada.</p>	<p>A capacitação do profissional do turismo é um dos principais problemas do setor no Rio Grande do Norte. A profissionalização e especialização dessa mão de obra tende a agregar valor aos produtos turísticos oferecidos no Estado, contribuindo para a maior satisfação do turista.</p> <p>Esta deve considerar, não apenas as ações diretamente ligadas ao turismo, mas também os serviços e a produção associados à atividade, os quais são importantes em seu desenvolvimento e também como estratégia de agregação de sustentabilidade. É preciso planejar a médio e longo prazo, considerando as possíveis perdas de renda na atividade em uma etapa de transição para a inserção de pessoal local, até que estes se encontrem plenamente capacitados. Geralmente, na falta de um planejamento nesse sentido, traz-se pessoas de fora, acentuando o processo de exclusão da população local.</p> <p>A estruturação do Polo Costa Branca como polo turístico depende de investimentos em ações e projetos estruturantes, que incluem a valorização, recuperação e conservação dos atrativos, a implementação de estruturas de apoio e a divulgação e informação sobre o produto. O Polo Costa Branca não possui sequer um equipamento de Atendimento ao Turista. Complementando essa estrutura de apoio, destaca-se a sinalização de roteiros turísticos como uma necessidade para a valorização dos atrativos e produtos em qualquer destinação turística, pois facilita a locomoção do turista pelo território. A deficiência de informações, incluindo a sinalização, desqualifica os atrativos e produtos turísticos e não contribui para sua valorização, conservação e permanência. Além disso, deve-se pensar em associar, na sinalização e nos postos de atendimento, as informações turísticas, ambientais e culturais, fortalecendo a função educativa deste equipamento, cuja associação com as casas de cultura pode ser bastante interessante;</p>	<p>Norte como resultado da ação do programa foram definidas 05 regiões turísticas: Polo Costa das Dunas, Polo Seridó, Polo Costa Branca, Polo Serrano e Polo Agreste/Trairi.</p> <p>Realização de 19 cursos em parceria com o SENAC, nas áreas operacional e de gestão, para diversos empreendimentos turísticos, num total de 352 participantes.</p> <p>Realização do Curso de Guia de Turismo em Mossoró para os municípios do Polo.</p>
--	---	--

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.2.9.2. Componente Estratégia de Comercialização

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Planejamento de <i>marketing</i> inexistente dificulta a comercialização de roteiros e produtos;</p> <p>Falta de estudos acerca do mercado existente no Polo Costa Branca para o desenvolvimento da atividade turística.</p>	<p>As condições de comercialização dos produtos e destinos turísticos no Polo necessitam de planejamento que possibilite a análise prévia da demanda e dos diferentes públicos alvo, definindo as melhores possibilidades e formas de divulgação. Um plano de marketing é subsídio essencial à sistematização do assunto, permitindo que as melhores decisões sejam alcançadas e as ações se realizem de forma articulada. Para tanto, este plano precisa ser calçado na boa informação, proporcionada pelos estudos de mercado e outras informações técnicas relevantes.</p>	<p>Em 2010 o Governo do Estado, através da SETUR apoiou as seguintes ações: a) Confecção de material promocional, lançado na ABAV; b) Criação do SITE do Polo; c) Divulgação dos roteiros do Polo em revistas turísticas locais e Nacionais; e, d) Confecção de material em Inglês e Espanhol para a FIT (Espanha) e BTL (Portugal).</p> <p>Os estudos mais recentes relacionados a comercialização da região como destino turístico constam do PDITS e outros estudos realizados pelo Governo Estadual.</p>

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.2.9.3. Componente de Fortalecimento Institucional

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Prefeituras com órgãos municipais de gestão do turismo sem estrutura;</p> <p>Órgãos municipais de turismo com quadro técnico provisório e com pequena qualificação;</p> <p>Pouca cooperação intermunicipal e com as demais esferas de governo;</p> <p>Falta de política pública e recursos financeiros para planejamento, gestão e promoção do turismo;</p> <p>Inexistência ou não cumprimento da legislação urbanística e ambiental;</p> <p>Inexistência de planos diretores em alguns municípios do Polo para ordenamento territorial;</p> <p>Falta de instrumento normativo que norteie a instalação das edificações nos municípios;</p> <p>Ausência de regulamentação de defesa do meio ambiente.</p>	<p>A garantia da participação da sociedade civil na gestão das políticas pública tornou-se uma conquista da sociedade civil organizada tendo os colegiados como instâncias de governança local na busca para a gestão descentralizada. O diagnóstico estratégico elaborado para o Polo constatou que, de uma maneira geral, os municípios da região não possuem Conselho Municipal de Turismo, o que dificulta a participação social na gestão pública. Aliados a essa deficiência, a baixa capacidade institucional dos órgãos da administração municipal em termos de número e qualificação técnica do quadro efetivo das prefeituras. É difícil encontrar um corpo técnico com qualificação para operar sistemas de monitoramento, avaliação global de gestão, gerência de sistemas e processos, legislação ambiental e de ordenamento de uso do solo, dentre outros, agravado pela ausência de investimento em equipamentos apropriados e na construção dos sistemas. Por isso, é preciso um esforço de planejamento empreendido pelo município, com capacidade de fazer uso, de forma participativa e articulada, dos instrumentos de planejamento urbano, turístico e ambiental associado ao Estatuto da Cidade, Política Ambiental e ao Plano Nacional do</p>	<p>A institucionalização das instâncias de governanças regionais de turismo, (Conselho Estadual e Conselhos dos Regionais em cada Polo) de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo;</p> <p>A elaboração do Plano de Fortalecimento da SETUR, que propõe estruturar a Secretaria, no que se refere a aquisição de equipamentos, capacitação técnica e estruturação administrativa com a finalidade de corrigir as distorções acima citadas e fortalecer o órgão para a gestão da atividade turística no Estado.</p> <p>Por exigência legal alguns municípios dispõem dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo e vem desenvolvendo em parceria com os governos do Estado e Federal a elaboração e implementação do Projeto Orla.</p>

	Turismo.	
Sistema de informações turísticas inexistentes	<p>Um sistema de informações permanentemente atualizado por estudos e dados é a ferramenta adequada para o planejamento e monitoramento da atividade, permitindo sua gestão para a sustentabilidade e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar, na forma de uma rede de gestão, os desafios que se apresentam com o tempo. Esse sistema deve garantir a base de dados necessária para o início de um processo de monitoramento permanente, que além de aferir as alterações decorrentes da atividade, nos aspectos econômicos e socioambientais, garanta também a atualização das informações contidas nesse banco de dados.</p> <p>Para a qualificação das decisões implementadas no âmbito dos órgãos de gestão e dos colegiados, esse sistema de informações torna-se essencial. É importante também para orientar o esforço de construção de conhecimento em direção ao preenchimento das lacunas de informação existentes, cuja identificação é bastante facilitada quando há uma sistematização do conhecimento existente.</p>	A maioria dos municípios disponibiliza informações turísticas <i>on line</i> . Em termos de material informativo, por iniciativa do <i>trade</i> turístico são distribuídos folders, mapas e roteiros com informações das localidades e dos seus equipamentos turísticos.
Pouca participação social no turismo; Parcerias insuficientes para combater a exploração sexual e o tráfico de drogas.	<p>A participação social e do empresariado na atividade turística é diretamente proporcional às oportunidades criadas e ao nível de sensibilização de cada um desses segmentos para essas oportunidades. Para tanto, é fundamental inserir no planejamento da atividade a capacitação para inserção, tornando oportunidades potenciais em reais, a partir da existência de segmentos capacitados para realizar essa transição. Um entendimento dos gestores públicos sobre essa questão também é essencial, para que a política pública direcione esse movimento, por meio de programas, instrumentos e ferramentas específicas.</p> <p>Outro aspecto importante a considerar é a criação de colegiados onde os diversos segmentos de governo e sociedade se faça representar e se mobilizem para o crescimento da atividade.</p> <p>Dentro de um quadro de segmentos sociais mobilizados, as campanhas de sensibilização tornam-se mais exitosas, inclusive as que tratam de prevenir a exploração sexual, a prostituição e o consumo de drogas</p>	Em 07 de setembro de 2005 o Conselho de Turismo do Polo Costa Branca foi instalado com o objetivo de coordenar as atividades de desenvolvimento turístico da região. O Conselho atualmente é composto por 30 (trinta) instituições membros, que desenvolvem ações ligadas, direta ou indiretamente, com o turismo.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.2.9.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Aeroporto com funcionamento limitado para vôos comerciais; Limpeza pública razoável, com aterros sanitários apenas em três municípios, sem a devida gestão dos resíduos; Sistemas de esgotamento sanitário precários; Pavimentação regular em alguns pontos das áreas centrais das cidades; Drenagem precária em diversos pontos do Polo; Inundações de algumas cidades no período chuvoso; Terminais rodoviários inexistentes ou precários; Rodovias e estradas de acesso aos atrativos mal conservados e não sinalizadas; Acessos rodoviários inexistentes entre alguns municípios vizinhos em função dos ecossistemas; Não há alcance de telefonia móvel em várias áreas; Dificuldade de circulação para os portadores de necessidades especiais; Segurança pública precária; Abastecimento de água precário em diversas localidades do Polo; Poucas agências bancárias, inexistência de caixas eletrônicos ou casas de câmbio.</p>	<p>No Polo Costa Branca, as condições na prestação dos serviços de infraestrutura apresentam-se deficitárias para o atendimento da população local, podendo se agravar com o incremento da atividade turística, em razão do aumento do fluxo de pessoas, com riscos para o meio ambiente e para qualidade dos produtos ofertados. Incluem-se, como infraestrutura, vias de acesso, saneamento ambiental (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e drenagem), serviço de comunicação e segurança pública, terminais e receptivos, serviços básicos. Para qualquer plano ou programa de incremento às atividades de turismo nesse polo, faz-se necessário um programa de investimentos nessas condições básicas, a exemplo do que ocorreu no Polo Costa das Dunas, há alguns anos atrás, com recursos da primeira fase do PRODETUR. Para tanto, há necessidade de uma forte articulação entre os setores de governo, e destes com os representantes das atividades econômicas que atuam naquela região (com significativas inversões de capital), num esforço conjugado para atendimento a estas condições básicas para tornar o polo em condições receptivas para novos roteiros turísticos a estabelecer, nas diversas modalidades identificadas.</p>	

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.2.9.5. Componente de Gestão Ambiental

GESTÃO AMBIENTAL		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Atividades econômicas de forte impacto ambiental com perda de recursos naturais; Ocupação irregular em áreas legalmente protegidas e de fragilidade ambiental; Unidades de conservação da natureza ainda em implantação e em pequena quantidade; População pouco conscientizada sobre a importância da proteção ambiental; Área costeira bastante propícia ao processo de erosão. Pouca proteção das falésias.</p>	<p>A percepção da população local sobre o turismo é, ao mesmo tempo, de aceitação e de preocupação quanto aos impactos socioambientais gerados pelo desenvolvimento da atividade, principalmente por falta de conhecimento e do exercício de participação nas decisões. Para a implantação de obras e projetos de interferência territorial com uma garantia mínima, é fundamental estabelecer um programa de gestão ambiental que envolva os diversos aspectos atuantes sobre a atividade turística, como o ordenamento territorial (ZEE, Projeto Orla, Planos Diretores), o controle e a mitigação dos impactos (fortalecimento das instâncias de gestão ambiental e das legislações pertinentes à sua atuação) e a mobilização social para a sustentabilidade da atividade (criação de conselhos e programas de sensibilização). Estes instrumentos precisam tratar, não só da atividade turística, mas do ambiente como um todo, criando as condições favoráveis para que as diversas atividades desenvolvidas no Polo possam contribuir, de forma articulada, para o desenvolvimento de uma identidade turística para a região.</p>	<p>Poucas medidas vêm sendo adotadas para a gestão ambiental da região e resume algumas iniciativas do governo estadual através da execução de programas voltados para o monitoramento (Programa Água Azul: rede compartilhada de monitoramento da qualidade da água; Programa Estadual de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Aéreo; Programa Estadual de Unidades de conservação) e ações relacionadas a elaboração de estudos sobre as condições ambientais da área entre eles destaca-se o Projeto de Zoneamento Ecológico Econômico dos Estuários do Rio Grande do Norte.</p>

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.3. Polo Seridó

4.3.1. Contexto Geral do Turismo na Área de Abrangência

A formação histórica desses municípios³ está ligada à economia dos “currais”, isto é, das fazendas de gado, cujo surgimento ocorreu a partir do século XVIII, de forma complementar a economia açucareira que se desenvolvia no litoral e, posteriormente, à cultura do algodão mocó, introduzido no estado como uma possibilidade econômica, devido aos períodos de estiagem que castigavam a pecuária e às crises cíclicas da cana-de-açúcar.

Além do gado – e a cultura humana desenvolvida ao seu redor – as secas ou períodos prolongados de estiagem marcaram profundamente não apenas a geografia como a história dos primeiros assentamentos que ainda não possuíam a força de consolidar uma região. São das constantes secas por qual a região passa que surge a diversificação econômica, a partir da formação de uma estrutura agrícola baseada no algodão, já no século XIX. Dessa fase, o Rio Grande do Norte consolida um tripé agroexportador formado por açúcar no litoral oriental, sal no litoral norte e algodão no sertão do Seridó. A urbanização, finalmente, avança pelo interior do estado criando e formando vários núcleos e assentamentos ao redor das antigas freguesias e fazendas.

Esse modelo de economia implantado na região do Seridó contribuiu para a emergência de uma rede de fluxos, envolvendo correntes migratórias, estrutura de transportes para escoamento dos produtos voltados para a agroexportação e outros serviços, proporcionando uma formação urbana, tendo Caicó e Currais Novos um papel de destaque como cidades Polos para a região.

No início do século XX, Caicó polarizava uma área que se estendia ao Norte até a cidade de (hoje) Jucurutu, ao Sul até Ouro Branco e adjacências, a Leste até Currais Novos e a Oeste, Timbaúba dos Batistas. Em 1942, essa região respondia por 27,38% do total de indústrias de beneficiamento de algodão do Rio Grande do Norte (CLEMENTINO, 1995, p.144). Entretanto esse dinamismo sofrerá revés a partir da modernização da indústria têxtil nacional, nos anos de 1960 e 1970; a produção sintética de fibra e a mudança no padrão dos fios derrubam o algodão mocó e as fazendas produtoras no Seridó.

Um novo ciclo é então iniciado, ainda na década de 1940, com a mineração e a descoberta das jazidas de scheelita (minério de tungstênio) principalmente devido à demanda da Segunda Guerra Mundial; nos municípios de Currais Novos, Acari e Parelhas são instaladas minas de exploração e, por conseguinte, os garimpos instalam-se na região, trazendo com eles novos profissionais na área de geologia, engenharia e indústria.

A mina mais famosa desse período foi a Brejuí, da Mineração Tomaz Salustino S/A, em Currais Novos, que exportou em 1945 quase 95 toneladas do minério (CUNHA, 1988, p.66). É desse período até finais dos anos de 1950 que o Seridó volta a apresentar crescimento econômico, com abertura de estradas e instalação dos primeiros hotéis de maior porte como o Hotel Tungstênio, cinema, bancos, campo de pouso para pequenos aviões, etc. (CUNHA, 1988). Entretanto, a concorrência no cenário internacional, faz a atividade mineradora enfrentar ciclos de crise, culminando com a paralisia total a partir da década de 1980.

Essa trajetória sócio-econômica do Seridó foi fundamental para formar uma nova configuração de cidades, muito distinta daquela existente no século XVIII; em 1920 o Censo Demográfico Brasileiro registrou na região a existência de 06 municípios, em 1950 já eram

³ A maioria das cidades do Seridó foi criada em decorrência da fragmentação da freguesia de Vila Nova do Príncipe, hoje Caicó; Acari (1835), e Serra Negra do Norte (1874) são as mais antigas, e depois de Acari desmembra-se Jardim do Seridó (1858) e desta última mais quatro cidades, todas já no século XX - Ouro Branco, São José do Seridó, Santana do Seridó e Parelhas (MORAIS, 1998). Posteriormente, foram sendo criados os demais municípios pertencentes à atual Região do Seridó (IDEMA – Perfil do seu Município).

10 e em 1970 alcançavam 22 (CLEMENTINO, 1995, p.159). Atualmente, a região do Seridó compreende 24 municípios. Entre estes, 17 formam o Polo Turístico Seridó, por força do planejamento voltado para a implantação da atividade turística como mais uma possibilidade de mobilização da economia regional.

Nesse contexto, o Polo Seridó se coloca como uma alternativa viável de promoção do desenvolvimento por meio do turismo, baseado na exploração de seus atributos naturais e culturais.

Do mesmo modo que nos demais Polos, a sistematização de um conjunto de informações, não apenas do turismo, mas sobre a economia, os aspectos sociais, o meio ambiente, a história e a cultura, permitiram constituir o diagnóstico estratégico sobre o quadro das condições do turismo no **Polo Seridó**.

A partir das visitas de campo realizadas e das informações obtidas com as Secretarias de Turismo, foi possível identificar e classificar os atrativos turísticos do Polo Seridó, somando-se 263 elementos turísticos, conforme se observa na Tabela abaixo.

TABELA 04. Polo Seridó: Distribuição dos Atrativos Turísticos por Categoria.

Categoria	Atrativos Turísticos	Participação (%)
Naturais	41	16
Histórico-culturais	75	28
Manifestações e usos populares	102	39
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	09	05
Acontecimentos Programados	36	14
Total	263	100

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

As tipologias de maior representatividade são Manifestações e usos tradicionais populares (39%), estando inseridas nesta categoria festas populares, religiosas, comemorações cívicas, gastronomia, artesanato, feiras e mercados. Em seguida, estão os histórico-culturais (28%), definidos pelos monumentos arquitetônicos, sítios históricos e arqueológicos; Por fim estão os acontecimentos programados (14%), referentes a eventos que fazem parte do calendário de atividades dos municípios, e realizações técnicas e científicas, que representou 3% da oferta.

De um modo geral, no Seridó os atrativos turísticos do Seridó se encontram ainda em sua forma original à espera de estruturação para que transformem efetivas em elementos impulsionadores de fluxos turísticos. A região revela um grande potencial em vários locais para a exploração do turismo.

As festas religiosas e populares são fenômenos de fundamental importância no processo de construção do cotidiano da sociedade seridoense e também são cenários para as manifestações de fé dos peregrinos e a diversão dos turistas. São elas que têm atraído milhares de pessoas anualmente, advindas principalmente dos municípios vizinhos e da Capital. Além do significado que esses eventos possam ter, as festas têm se configurado como um reencontro de parentes e amigos com seus familiares.

A religiosidade expressada na fé aos santos protetores contribui de forma decisiva para um forte sentimento de identificação e de pertencimento à região, fazendo com que esses eventos se tornem verdadeiros espetáculos de fé e devoção. Presentes no calendário em quase todas as cidades seridoenses, as festas religiosas redirecionam as práticas cotidianas dos moradores, que aproveitam a ocasião para reforçar os laços de solidariedade e identidade de uma região festiva e acolhedora. É desse sentimento que o turismo tem se apropriado para se desenvolver.

Como um parâmetro de análise da importância dos atrativos turísticos no contexto do Polo Seridó, utilizou-se o Guia Quatro Rodas, o mais conceituado guia turístico do Brasil. Em sua edição sobre o Rio Grande do Norte, registrou e comentou sobre a sua passagem na região do Seridó potiguar, tendo visitado os municípios Acari, Currais Novos, Caicó.

Em Acari, alguns elementos foram mencionados, cabendo o destaque ao Açude Marechal Dutra, popularmente conhecido como Gargalheiras, um dos maiores do Nordeste, com capacidade de acumulação de 40 milhões de metros cúbicos d'água. Quando de seu "sangramento", em anos de boa invernada, a barragem gera um espetáculo visual que encanta seus visitantes, visto a conformação de sua parede dar um aspecto de véu de noiva. Outro atrativo da Barragem é a possibilidade de se praticar rapel em sua parede quando esta não se encontra vertendo. No aspecto cultural, o guia fez menção à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ao Museu do Sertanejo, ambos tombados pelo Patrimônio Histórico.

Nos municípios de Currais Novos e Caicó, enfatizou-se os caracteres culturais da região, chamando a atenção para os bordados, à culinária típica caracterizada pela carne de sol, queijos, biscoitos, manteiga da terra e a cachaça, além da tradicional Festa de Sant'Ana, estes últimos em Caicó. Ainda em relação a esse município, há a trilha que leva até a Gruta da Caridade, descrito como um verdadeiro roteiro de turismo de aventura, com grandes distâncias percorridas em estradas de barro, trilhas acidentadas e escaladas.

Apesar de todos os esforços do poder público, o turismo, até hoje, tem pouca expressão na região. Aos poucos a demanda turística começa a crescer, revelando uma força no turismo regional através das festas religiosas e populares.

4.3.1.1. Evolução do Fluxo Turístico

Não há dados disponíveis para o Polo Seridó, Os dados disponíveis⁴ tratam do turismo em todo o Estado, não sendo possível estimar quanto do fluxo do Estado é deslocado para o Polo Seridó, visto que a maioria entra por meio do aeroporto Augusto Severo. No período de 2002 a 2010, o fluxo turístico no estado do Rio Grande do Norte cresceu 83,78%, um crescimento anual médio de 8,18% a cada ano. O fluxo turístico doméstico cresceu 91,78% e o internacional 14,28%. Em 2010, estima-se que o estado recebeu aproximadamente 2,62 milhões de turistas, em média aproximadamente 218 mil turistas por mês, como pode ser observado no Quadro 34 apresentado a seguir.

QUADRO 34. Evolução do Fluxo Turístico

Ano	Doméstico		Internacional		Total de Turistas	
	Quantidade	Variação	Quantidade	Variação	Quantidade	Variação
2002	1.276.769	-	147.117	-	1.423.886	-
2003	1.245.830	-2,42%	205.793	39,88%	1.451.623	1,95%
2004	1.501.071	20,49%	282.270	37,16%	1.783.341	22,85%
2005	1.737.511	15,75%	344.183	21,93%	2.081.694	16,73%
2006	1.887.718	8,64%	299.162	-13,08%	2.186.880	5,05%
2007	1.923.000	1,92%	255.951	-14,44%	2.179.925	-0,32%
2008	1.971.502	2,47%	229.979	-10,15%	2.201.481	1,00%
2009	2.146.466	8,87 %	181.020	-21,29%	2.327.486	5,72%
2010*	2.448.632	14,08%	168.131	-7,12%	2.616.763	12,43%

(*) Estimativa Preliminar. Os dados referentes ao fluxo turístico do Estado ainda não foram fechados.

⁴ Relatório de Gestão 2010 – SETUR-RN

4.3.1.2. Evolução da Permanência Média do Turista no Estado

O turista nacional vem aumentando sua permanência no estado, em torno de 8 dias, enquanto o turista internacional por aproximadamente 10 dias, observada no Quadro 35 apresentado a seguir:

QUADRO 35. Evolução da Permanência Média do Turista no Estado (em dias)

Origem	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
NACIONAL	7,09	7,98	9,50	8,80	8,00	8,38	7,70	7,40
INTERNACIONAL	9,41	10,26	12,50	13,24	10,00	10,73	9,00	9,55

(*) Estimativa Preliminar. Os dados referentes a pesquisa do turismo receptivo anual ainda não foram fechados.

4.3.1.3. Evolução do Gasto Médio Diário do Turista

Em 2002 o gasto médio diário do turista que visitou o Estado foi de US\$ 35,01, e em 2010, o gasto médio diário passou para US\$ 69,10, ocorrendo um crescimento de 97,37 % do gasto médio diário neste período, como pode ser observado no Quadro 36.

Outro aspecto significativo que pode ser destacado é que melhorou o nível econômico do turista que visita o Estado e, conseqüentemente, esses turistas têm um nível de exigência mais elevado com relação aos equipamentos e os serviços ofertados.

QUADRO 36. Evolução do Gasto Médio Diário do Turista – GMDI (em US\$)

Ano	Brasileiro	Estrangeiros	Média	Varição Anual (%)
2002	20,16	49,95	35,01	-
2003	35,72	56,29	39,06	11,57
2004	43,83	72,79	48,42	23,96
2005	53,27	83,55	56,31	16,29
2006	69,00	147,20	78,10	38,70
2007	59,65	115,04	74,78	-4,25
2008	66,20	115,49	75,36	0,77
2009	56,84	101,87	63,56	-15,66
2010*	60,42	114,58	69,10	8,72

(*) Estimativa Preliminar. Os dados referentes a pesquisa do turismo receptivo anual ainda não foram fechados.

4.3.2. Identificação da Área de Influência Direta e Área de Influência Estratégica

O Polo Seridó é localizado na região semi-árida do Estado do Rio Grande do Norte denominada Seridó. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Seridó é formado por duas sub-regiões: o **Seridó Ocidental**, com sete municípios (Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas) e o **Seridó Oriental** formada por dez municípios (Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do

Seridó e São José do Seridó). Assim sendo, o Polo é constituído por municípios situados nas duas sub-regiões do Seridó (Figura 40).

FIGURA 40. Polo Seridó: Municípios Integrantes e Malha Rodoviária.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A caracterização da área de influência baseou-se nos estudos realizados pelo Observatório das Metrôpoles (2008) que lança mão de uma análise multivariada (população, instrução, renda, depósitos bancários, PEA, IPTU, mobilidade pendular e instalação sanitária), permitindo agrupar por tipologias de 1 a 4 os municípios do Polo Seridó e classificá-los de acordo com seu grau de pobreza interna, de A (melhor posição) até D (pior posição dentro do Tipo) assim caracterizando a rede urbana do Polo.

Nessa classificação, a maioria dos municípios do Polo Seridó se insere no Tipo Microrregional 3 na classe D, com exceção de Caicó e Currais Novos, que se localizam na classe B, de Cerro Corá, incluída no Tipo Microrregional 2 classe B e de Tenente Laurentino e Lagoa Nova na classe D, o que indica a formação de baixo estoque de riqueza acumulada e por uma variação positiva de intensidade média ou baixa do PIB, com padrões tradicionais de pobreza municipal (Quadro 37).

QUADRO 37. Polo Seridó na Tipologia de Cidades do Brasil.

TIPOLOGIA DE CIDADES	POLO SERIDÓ
Tipo Microrregional 3, Classe B	Caicó e Currais Novos
Tipo Microrregional 3, Classe D	Acari, Parelhas, Jardim do Seridó, Santana do Seridó, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte, Jucurutu, Equador, Timbaúba dos Batistas, Florânia e Carnaúba dos Dantas.
Tipo Microrregional 2, Classe D	Lagoa Nova
Tipo Microrregional 2, Classe B	Cerro Corá, Tenente Laurentino Cruz

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2008.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Pela classificação do Observatório das Metrôpoles, o Polo Seridó apresenta um desenho de sociedade relativamente homogêneo, com baixo padrão socioeconômico.

A identificação dos espaços urbanos relevantes dentro do Polo considerou a noção de centralidade já expressa nos estudos do Observatório das Metrôpoles (2008) e no dimensionamento levou-se em conta: a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial; o papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; o tamanho populacional; existência de empresas formais e indicadores sociais.

Para efeito de análise da rede urbana, foram considerados todos os municípios integrantes do **Polo Seridó** e os indicadores utilizados divididos em três setores: População, Socioeconomia e IDH.

Considerando-se a população total em 2007, observa-se que Caicó e Currais Novos predominam em relação às outras cidades, perfazendo 53,34% da população do Polo (Quadro 38). Os dados econômicos também destacam estas duas cidades como cabeças de rede, com 50,66% do PIB da região, abrigando a maioria das empresas e agências bancárias. Na questão social, estas duas cidades, cujo IDH se encontra acima de 0,7, estão acompanhadas de outras 06 cidades do Polo (Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Jardim do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Ouro Branco, São João do Sabugi), o que demonstra uma melhoria social de pequenas cidades da região, algumas abrigando importantes Polos industriais em tempo relativamente recente.

QUADRO 38. Seridó: Indicadores Populacionais.

Município	População total em 2007 (abs.)	Valor	Tx. Crescimento Populacional 91-2000 (em %)	Valor	População Urbana 2000 (em %)	Valor	Densidade Demográfica Urbana 2000(Hab/Ha)	Valor
Caicó	60.656	5	1.34	3	88.81	5	13.83	1
Currais Novos	42.066	5	0.16	1	82.2	5	15.32	1
Acari	10.911	2	0.21	1	79.02	4	29.01	2
Carnaúba dos Dantas	6.836	2	1.79	4	76.61	4	86.83	5
Cerro Corá	10.890	2	0.33	1	44.19	4	22.33	2
Parelhas	19.972	3	1.07	3	80.78	5	23.07	2
Lagoa Nova	13.167	2	1.26	3	47.17	3	18.92	1
Serra Negra	7.241	2	0.06	1	38.57	2	48.9	3
Jardim do Seridó	12.013	2	0.19	1	77.21	4	53.36	4
Florânia	8.313	2	0.16	1	69.83	4	15.96	1
Tenente Laurentino	5.120	2	7.26	*	28.58	2	47.64	3
Timbaúba dos Batistas	2.295	1	1.39	3	76.29	4	49.05	3
Ouro Branco	4.973	1	0.3	1	63.49	4	40.15	3
Equador	5.875	2	0.35	1	76.34	4	28.26	2
Santana do Seridó	2.729	1	-0.61		58.65	3	15.22	1
São João do Sabugi	5.765	2	0.43	1	72.69	4	52.63	4

Jucurutu	17.501	3	1.87	4	59.98	3	23.2	2
----------	--------	---	------	---	-------	---	------	---

Fonte: Censo IBGE.

* atípico e retirado da análise devido desmembramento municipal

A utilização de tais indicadores nesta parte não pretende realizar uma análise das condições socioeconômicas do Polo Seridó, pois essa análise é realizada em item posterior dessa linha de base. O objetivo da organização das variáveis é a construção de uma hierarquia (tipo *ranking*) que posicione todos os municípios do Polo Seridó em face da “cabeça de rede” urbana (Quadro 39).

QUADRO 39. Polo Turismo do Seridó: posição na Rede Urbana.

MUNICÍPIO	POSIÇÃO
Caicó	1
Currais Novos	2
Parelhas	3
Carnaúba dos Dantas	4
Jardim do Seridó	5
Jucurutu	6
Timbaúba dos Batistas	7
São João do Sabugi	8
Acari	9
Ouro Branco	10
Florânia	11
Lagoa Nova	12
Equador	13
Cerro Corá	14
Serra Negra do Norte	15
Tenente Laurentino	16
Santana do Seridó	17

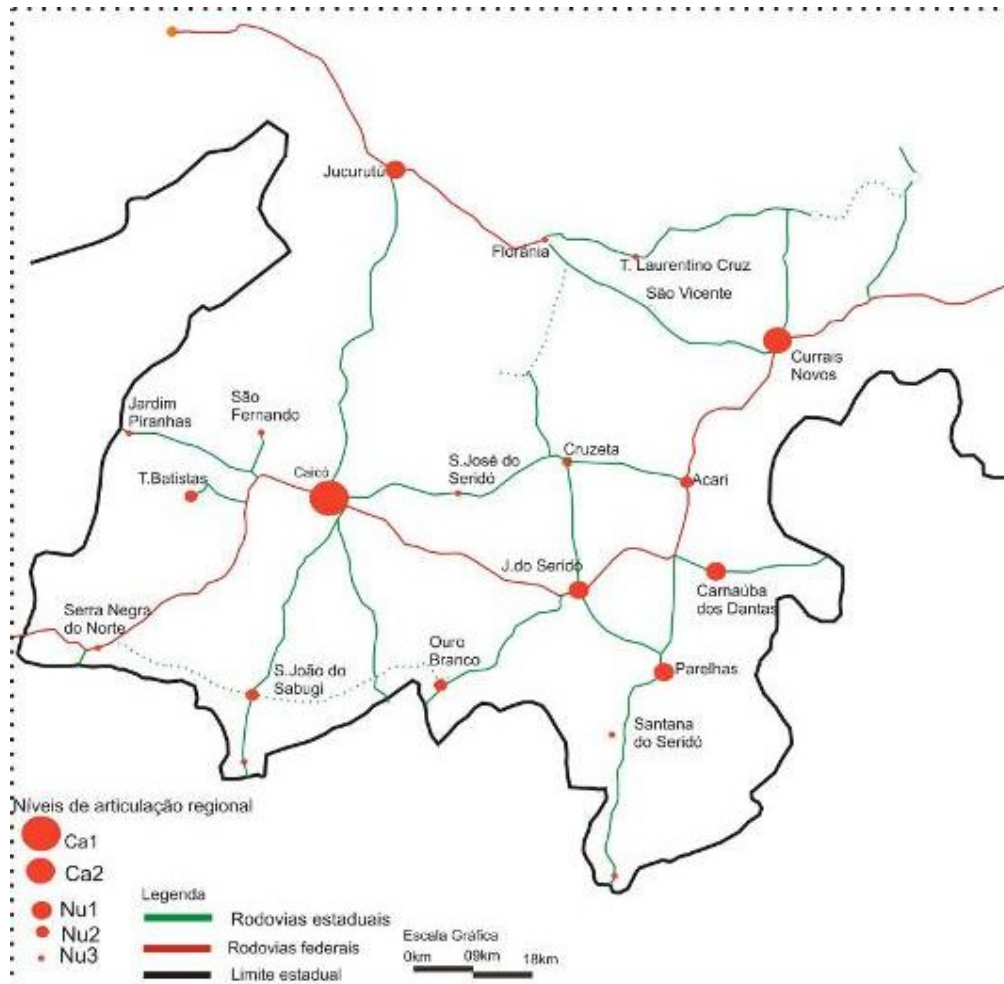
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O resultado final colocou Caicó (Valor 33) como CA1, Currais Novos (Valor 28) como CA2, Parelhas, Carnaúbas dos Dantas e Jardim do Seridó como Núcleo Urbano 1 (**Nu1**), Jucurutu, Timbaúba dos Batistas, São José do Sabugi e Acari como **Nu2**, Ouro Branco, Florânia, Lagoa Nova, Equador, Cerro Corá, Serra Negra, Tenente Laurentino e Santana do Seridó como **Nu3**.

A figura 41 organiza os Centros e Núcleos Urbanos conforme a ligação física (viária) entre eles, abstraindo os limites municipais. A figura 42 interpreta essa hierarquia a partir de ligações de polarização, irradiando de Caicó formando um campo homogêneo, outro campo partindo de Currais Novos com influência no terceiro (e menor) campo de Parelhas.

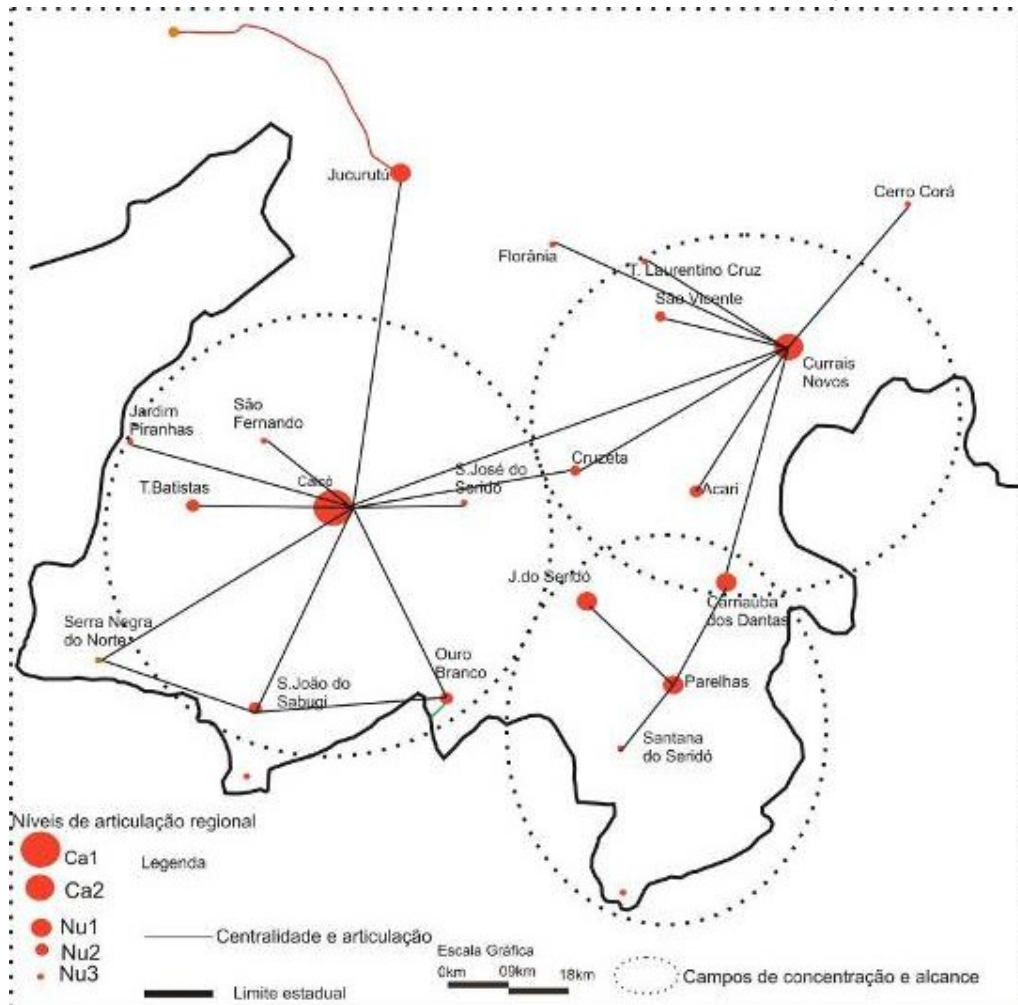
Nota-se que a rede principal é organizada a partir da relação entre os centros de polarização como **Caicó – Currais Novos – Parelhas**, sendo o restante dos municípios atuantes como núcleos de ligação.

FIGURA 41. Seridó: Centros Articuladores e Núcleos Urbanos Principais.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 42. Seridó: Campos de Centralidade e Integração.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Assim, como hipótese geral, pode-se concluir de modo objetivo que a densidade econômica e social do Polo do Seridó – em suas diversas atividades – passa necessariamente pelos fluxos existentes entre esses centros. Sendo que a vitalidade de toda a rede (em seus diversos níveis) depende das políticas de investimentos públicos e/ou privados que ocorrem nos CA1 e CA2 e nos Nu1 existentes.

4.3.3. Caracterização Geral da Área

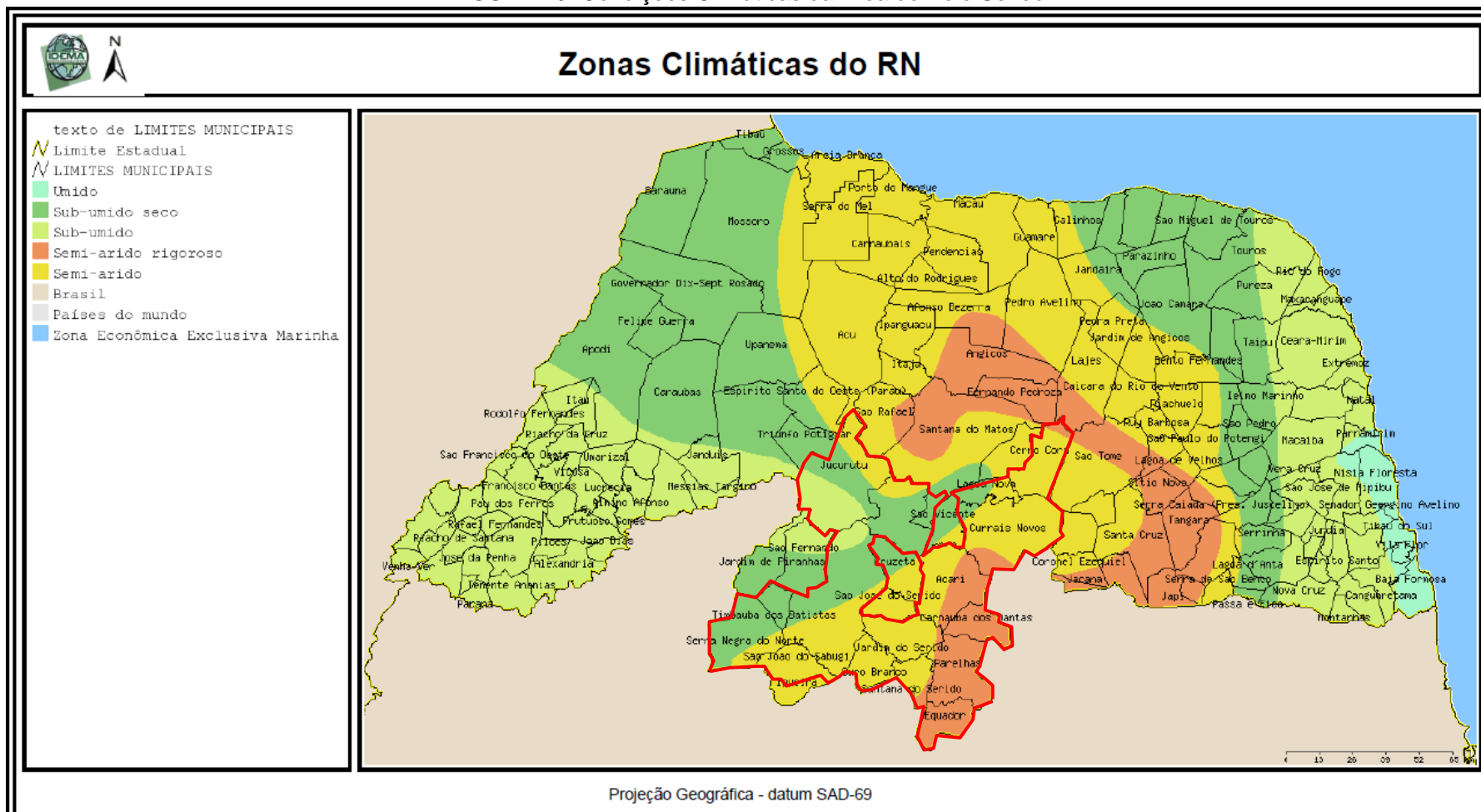
4.3.3.1. Aspectos Físicos

4.3.3.1.1. Condições Climáticas

O clima da área do Polo Seridó se subdivide em três tipos: Semi Árido Rigoroso; Semi Árido; e, Sub Úmido Seco. O Semi Árido Rigoroso assim é denominado devido a pouca chuva e esta é distribuída de forma irregular no território. Sua pluviosidade média ronda aos 400 mm e sua evapotranspiração não gera excedente de água durante todo o ano. Esse tipo climático abrange 18% da área do Estado. Já o Semi Árido tem variação pluviométrica de 400 mm a 600 mm, porém suas chuvas também são irregulares, mas geralmente se concentram em dois a quatro meses por ano. Essas chuvas geram um excedente inferior a 40 mm de água durante o ano inteiro, e abrangem 57% do Estado, percorrendo o interior até o litoral setentrional. Já o Sub Úmido Seco abrange do litoral oriental às áreas serranas do estado, com variações pluviométricas de 150 a 450 mm durante os meses de março a junho, aproximadamente (BEZERRA Jr. e SILVA, 2007).

A temperatura média anual do Seridó é de 27,5 °C, com máximas de 33 °C e mínimas de 18 °C. Com uma insolação de aproximadamente 2.455 horas/ano e sujeito à influência dos ventos alísios secos do Nordeste, o clima do Seridó é seco, com altas taxas de evapotranspiração, que contribuem para a formação de rios temporários e pouca retenção de água no solo. Isto dificulta a produção agrícola em geral e a vida da população local (IDEMA, 2006 *apud* BEZERRA Jr. e SILVA, 2007).

FIGURA 43. Condições Climáticas da Área do Polo Seridó.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

4.3.3.1.2. Geologia

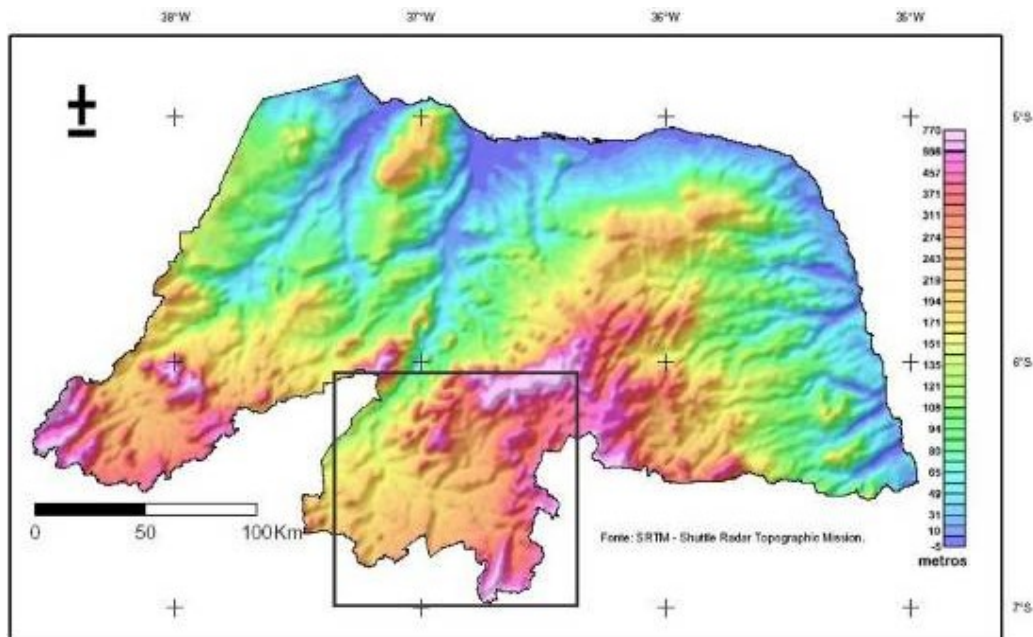
A estrutura geológica do Seridó Oriental data do Pré-Cambriano, compreendida basicamente por rochas antigas representadas, predominantemente, pelas rochas ígneas ou magmáticas e as metamórficas, sendo as duas comumente denominadas de terrenos cristalinos (BEZERRA Jr. e SILVA, 2007).

De acordo com RIO GRANDE DO NORTE (2009), na unidade geológica ocorrente na área do Polo Seridó são encontrados minerais importantes, tais como: scheelita, berilo, cassiterita, tantalita, ferro, mica, ouro, cobre, columbita, enxofre, barita, coridon e alguns tipos de gemas, como a água marinha, turmalina e quartzo. Esse tipo de ambiente de deposição encontra-se subdividido em: biotita granitos equigranulares; complexo gnássico-migmatítico (complexo Caicó); formação Jucurutu; formação Seridó; granitóide brasileiro de Umarizal; magmatismo Macau; magmatismo Serra do Cuó; suítes básicas a intermediárias; suítes de augen gnaisses; e, suítes de granitóides porfiríticos.

O relevo seridoense caracteriza-se por formas levemente onduladas, predominando formas tabulares de relevos, de topo plano, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem, separados geralmente por vales de fundo plano. Apresenta altitude em média de 200m e com proeminências variando entre 400m e 770m. A região apresenta um padrão de drenagem onde predominam cursos d'água intermitentes, que sulcam o relevo, formando vales profundos.

O relevo seridoense caracteriza-se por formas levemente onduladas, predominando formas tabulares de relevos, de topo plano, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem, separados geralmente por vales de fundo plano. Apresenta altitude em média de 200m e com proeminências variando entre 400m e 770m (Conforme verifica-se a graduação altimétrica acidentada na figura abaixo). A região apresenta um padrão de drenagem onde predominam cursos d'água intermitentes, que sulcam o relevo, formando vales profundos.

FIGURA 44. Rio Grande do Norte: Mapa Hipsométrico com destaque para o Seridó.



Fonte: Mapa geológico do Rio Grande do Norte (CPRM)

BEZERRA Jr. e SILVA (2007) identificam na área a formação pela Depressão Sertaneja e pelo Planalto da Borborema. O primeiro é plano, constituído por uma superfície de erosão (sedimentar), desenvolvida a partir de fatores exógenos, tais como o clima e é mais comumente encontrado em fundos de vales abertos e/ou em colinas rasas, sendo ainda essa superfície constituída por *inselbergs*, esses últimos resultantes de levantamentos antigos, mostrando cristais ou maciços rejuvenescidos e possuindo altitudes inferiores a 100m.

Já o Planalto da Borborema está compreendido em segmentos dos dobramentos das rochas Pré-cambrianas, só erguidas em forma de abóbodas. Esses se comportam como maciços antigos, intensamente trabalhados por processos erosivos ao longo do Terciário, com altitudes que variam entre 50 a 800 metros, apresentando geralmente formas com topos retilíneos ou convexos, esculpidos em litologias do cristalino (BEZERRA Jr. e SILVA, 2007).

A Depressão Sertaneja da região contorna o Planalto da Borborema nas suas partes mais baixas, formando vales. Esses vales são facilmente perceptíveis à observação, pois a maioria dos municípios encontra-se entre chapadas e chapadões ou na própria Depressão.

FIGURA 45. Seridó: Relevo Típico do Planalto da Borborema.



Fonte: BEZERRA Jr., Currais Novos, 2007.

4.3.3.1.3. Solos

De acordo com RIO GRANDE DO NORTE (2007), os solos na área do Polo Seridó estão representados por classes, devido à grande diversidade em litologia e material orgânico, bem como a variedade de relevo e a umidade do solo. Para a SUDENE/EMBRAPA *apud* RIO GRANDE DO NORTE (2007), as principais manchas de solo existentes na região são:

- Os solos tipo ARENOSOS ou TABULEIROS, caracterizados por solos profundos maiores que um metro, bem drenados, porosos, friáveis, com baixos teores de matéria orgânica e predominantemente ácidos, conhecidos pelos nomes científicos de Neossolos Quartzarênicos e Latossolo Vermelho Amarelo;
- Os solos ARGILOSOS, denominados de Argilossolos, distribuídos em pequenas áreas da região do Seridó. São medianamente profundos a profundos, fortemente a moderadamente drenados, com baixos teores de matéria orgânica. Apresentam, normalmente, grande potencial agropecuário. Também conhecido como Podzólico Vermelho Amarelo;
- Os solos tipo PEDREGOSOS, conhecidos cientificamente como Luvisolos são rasos e pouco profundos, de relevo suave e ondulado, moderadamente ácidos a praticamente neutros, estão relacionados, principalmente, com os biotita-gnaisses, bem providos de nutrientes, cujas alternativas de uso são restritas por estarem

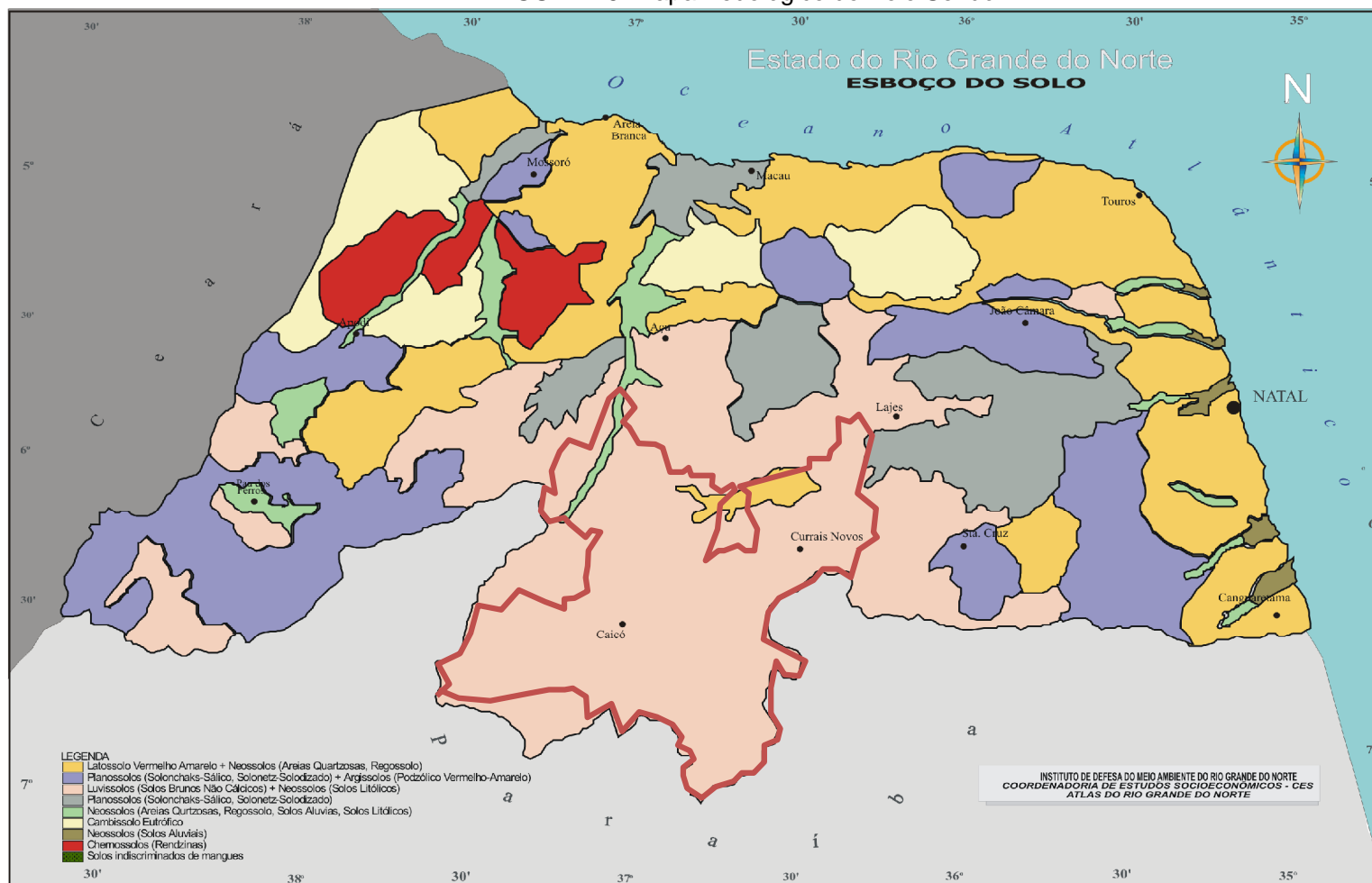
localizados, sobretudo, na zona do sertão, onde as condições de umidade, bem como de relevo e profundidade efetiva, são limitantes;

- Os solos SALINOS, também chamados de Planossolos Solonchak e Solonetz, ocorrendo em pequenas áreas. Rasos e poucos profundos, apresentam limitação moderada a forte quanto ao uso agrícola em decorrência, principalmente, das más condições de drenagem e dos teores médios a altos em sódio trocável;
- Os solos SEDIMENTARES, conhecidos cientificamente como Cambissolo Eutrófico. São rasos a profundos, bem drenados, desenvolvidos a partir de diversas rochas, destacando-se os calcários, granitos e migmatitos, em áreas de relevo plano a forte ondulado, sob vegetação de caatinga hipo e hiperxerófila;
- Os solos de VÁRZEA, também chamados por Neossolos Flúvicos (Solos Aluviais), estão presentes na margem dos principais rios. São solos hidromórficos, arenosos, desde ácidos até alcalinos e excessivamente drenados. Apresentam grande variação com relação à profundidade efetiva (muito profundos – Areias Quartzozas; raso e pouco profundo – Litólicos), bem como com relação à fertilidade natural (baixa – Areias Quartzozas; alta – Litólicos), como é o caso do Piranhas-Assú;
- Os solos CALCÁRIOS são alcalinos e denominados de Chernossolos (Rendzina). Esses solos são constituídos a partir de outros rasos moderados e imperfeitamente drenados;
- Os solos MANGUES, que ocorrem principalmente nas desembocaduras dos rios.

Estudos pedológicos apontados por RIO GRANDE DO NORTE (2009) reconhecem, a partir das últimas décadas, a ocorrência de classes de terras para irrigação, constituídas por áreas com capacidade de uso das terras e de aptidão agrícola. Os solos dessa região, de modo geral, apresentam condições razoáveis de produtividade agrícola, especialmente com o uso da irrigação.

Entretanto, tem-se observado, também, a ocorrência do fenômeno da desertificação em áreas onde a exploração agrícola é intensiva e com o uso de irrigação sem um controle e monitoramento ambiental.

FIGURA 46. Mapa Pedológico do Polo Seridó.



Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do RN, 2007.

4.3.3.1.4. Vegetação

A cobertura vegetal predominante na área é a vegetação de Caatinga. O *Atlas para promoção do desenvolvimento* elaborado por RIO GRANDE DO NORTE (2009, p. 46) indica que:

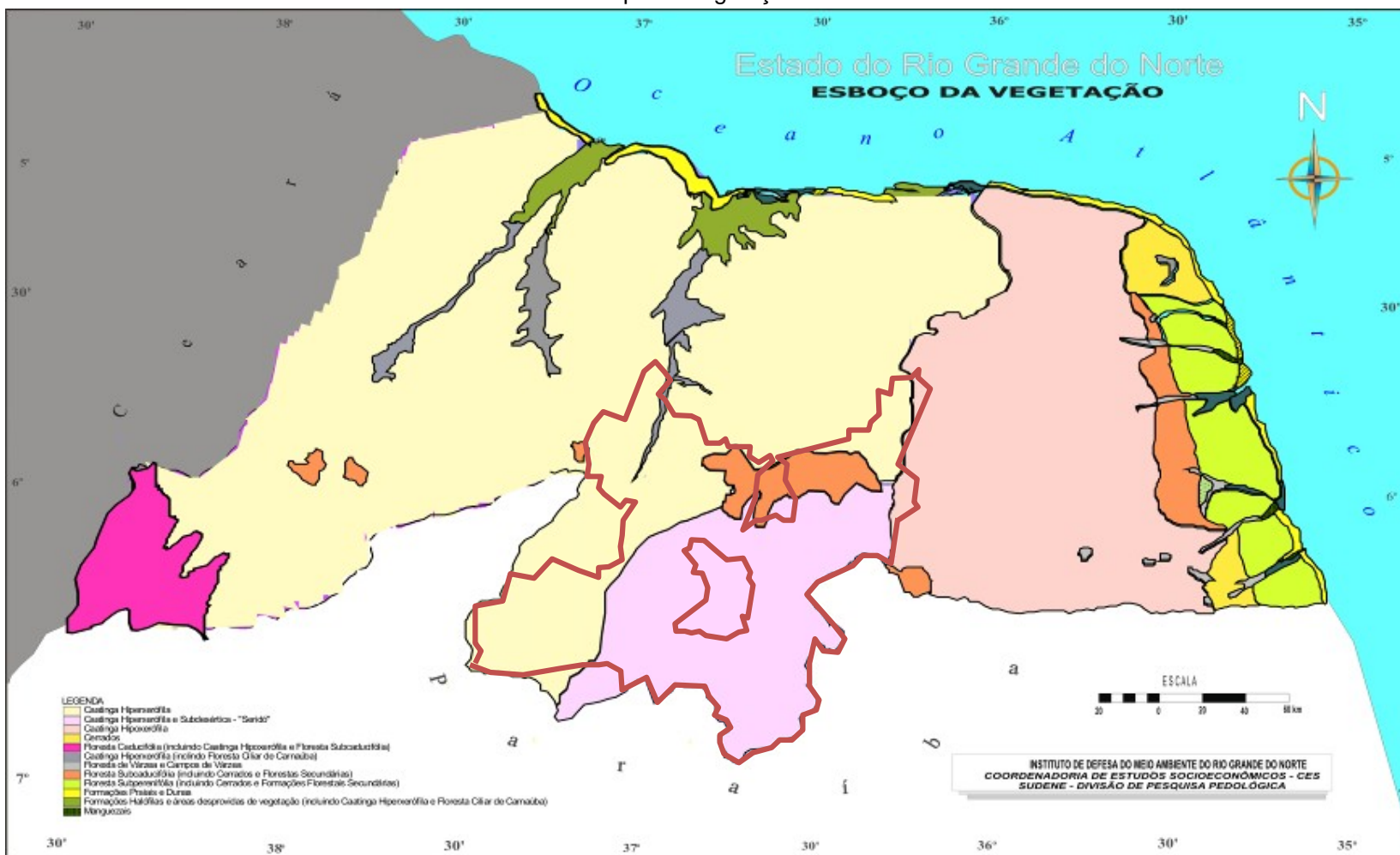
Sua fisiologia é interessante, pois durante o período de seca (julho a dezembro) apresenta estar totalmente morta, mas aos primeiros sinais de chuva torna-se exuberante. Essa vegetação é composta de espécies xerófilas e, na sua maioria, caducifólias, de porte pequeno, com estratificação arbustiva arbórea, espinhenta e, por ocasião das chuvas, apresenta um estrato herbáceo bastante desenvolvido.

Devido à composição dos solos, as espécies vegetais ocorrentes são: a caatinga hiperxerófila arbustivo-arbórea rala de pequeno porte, alcançando até 3 m de altura, e a caatinga hiperxerófila arbustivo-arbórea densa, apresentando um porte médio de 3 a 5 m de altura.

Os impactos ambientais sobre a vegetação tem se destacado devido a processos antrópicos como: queimadas para dar lugar às áreas de plantação ou pastagens; desmatamento para aproveitamento da madeira das árvores, na construção civil, na produção de carvão e, ainda, para alimentar fornos de cerâmicas, olarias, caieiras ou padarias.

Merece destaque ainda a vegetação de mangue que apresenta uma fauna e flora de influência flúvio-marinha.

FIGURA 47. Mapa de vegetação do Polo Seridó.



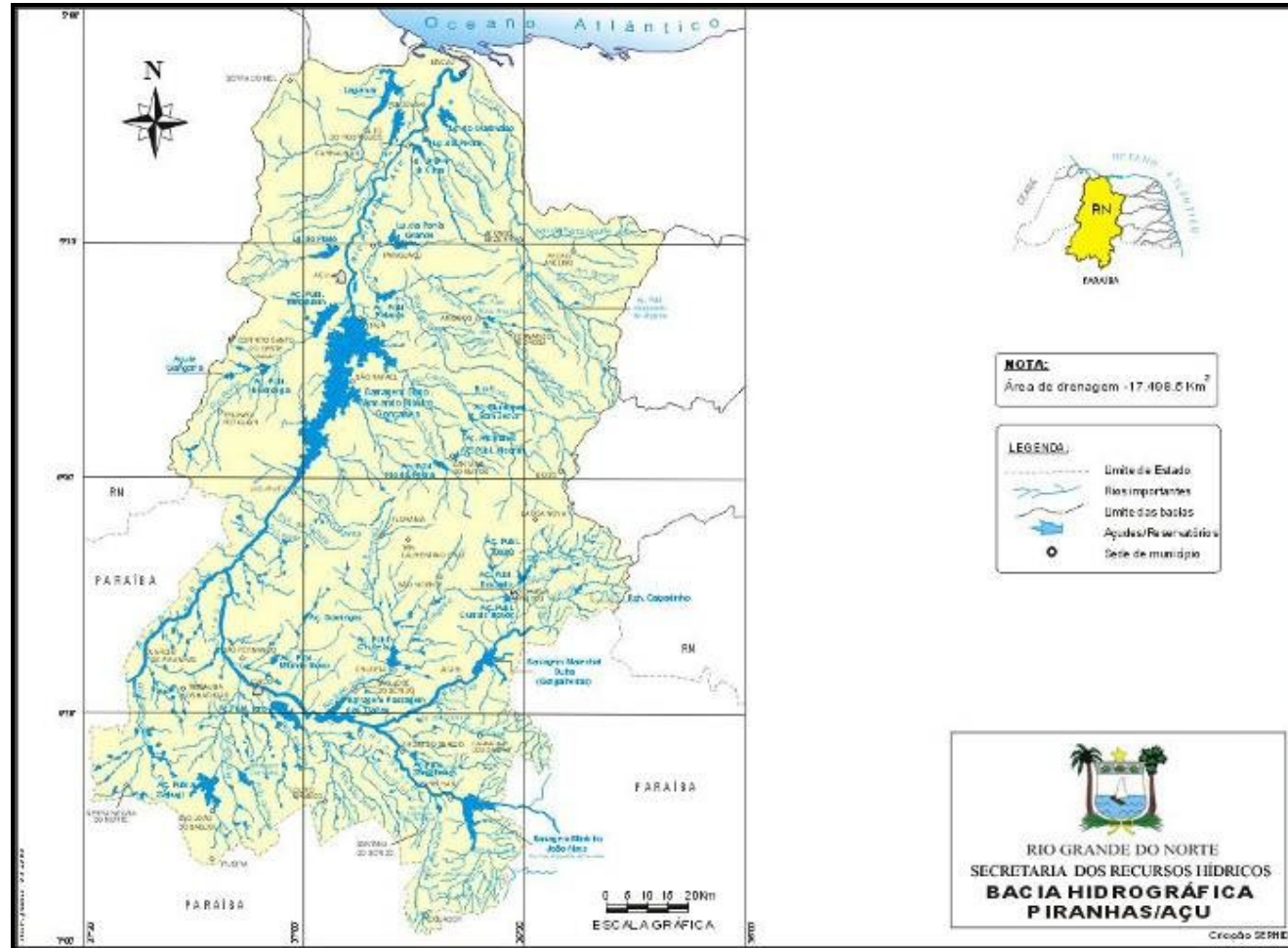
Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do RN, 2007.

4.3.3.1.5. Recursos Hídricos

A região do Seridó é banhada por duas importantes bacias hidrográficas: a Leste, a Bacia do Piranhas-Assú, perenizada em todo o trecho, e a Oeste, a Bacia Apodi-Mossoró.

O Polo Turístico Seridó está totalmente inserido na Bacia Hidrográfica Piranhas-Assú, que ocupa uma superfície de 17.498,5 km², correspondendo aproximadamente a 32,8% do território estadual. Seu curso de água principal, o rio Piranhas-Assú, tem importância estratégica para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, pois é um manancial vital para inúmeras atividades socioeconômicas realizadas ao longo de seu curso (MOURA, 2007). Nessa bacia estão cadastrados 1.112 açudes, totalizando um volume de 3.503.853.300 m³ de água (Figura 48).

FIGURA 48. Bacia Hidrográfica Piranhas-Assú.



Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, 2006.

Entre os corpos d'águas existentes nessa bacia destacam-se: os açudes Boqueirão; Itans; Gargalheiras e Dourado. O Açude Boqueirão, localizado no município de Parelhas, possui uma reserva de água de 85.000.000 m³, sendo responsável pelo abastecimento da população da cidade de Parelhas e outras comunidades rurais, e serve para auxiliar na perenização do curso do rio Piranhas-Assú, sendo útil para piscicultura, exploração de cultivos agrícolas - denominadas de vazantes - e para o lazer (RIO GRANDE DO NORTE, 2006).

FIGURA 49. Açude Gargalheiras em Acari/RN.



Fonte: Maria Célia Fernandes, maio/2009.

O Açude Itans, no município de Caicó, detém um reservatório com mais de 81.000.000 m³. Constitui importante instrumento hídrico para os habitantes de Caicó, distritos e comunidades vizinhas, como também, recurso socioeconômico de grande importância para o município. Além de contribuir para o desenvolvimento de projetos de piscicultura, serve para abrigar equipamentos de lazer para a população local.

Os açudes Gargalheiras e Dourado são responsáveis pelo abastecimento doméstico da população das cidades de Acari e Currais Novos. Esses açudes possuem uma reserva hídrica de 40.000.000 m³ e 10.000.000 m³, respectivamente, e além de fonte de abastecimento, são utilizados para a pesca de subsistência, como fonte de água para irrigação e dessedentação de animais e, ainda, para a recreação da população.

Os açudes do Polo Seridó com capacidade de acumulação superior a 5 milhões de m³ e sua localização, estão indicados no Quadro 40.

QUADRO 40. Açudes com Capacidade de Acumulação superior a 5 milhões de m³

Bacia/Açude	Município	Volume (em m ³)
Caldeirão de Parelhas	Parelhas	10.195.600
Boqueirão de Parelhas	Parelhas	85.012.700
Itans	Caicó	81.750.000
Sabugi	São João do Sabugi	65.334.800
Gargalheiras	Acari	40.000.000
Dourado	Currais Novos	10.321.600
Zangarellhas	Jardim do Seridó	7.916.000

Fontes: SEMARH – Plano Estadual de Recursos Hídricos, 1998.

RIO GRANDE DO NORTE. Atlas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, 2009.

Apesar desse potencial, a região do Seridó possui um dos déficits hídricos mais preocupantes do RN, razão pela qual o Governo do Estado desenvolveu o projeto “Eixo de Integração do Seridó” (SERHID, 2005), que tem por objetivo integrar os rios Piranhas-Assú com a bacia do rio Seridó da forma mais abrangente possível.

O projeto beneficiará uma população estimada em 164 mil pessoas, sendo 128 mil na área urbana e 36 mil em comunidades rurais, os rebanhos e as demais atividades existentes em sua área de influência. O canal vai possibilitar a interligação da bacia hidrográfica Piranhas-Assú com a região do Seridó, aumentando a oferta e distribuição equilibrada dos recursos hídricos nessas regiões. Além disso, vai ampliar e fortalecer o sistema de abastecimento d’água para consumo humano nos médios e pequenos centros urbanos; aproveitar áreas irrigáveis existentes ao longo das bacias hidrográficas e, principalmente, terá a finalidade de eliminar conflitos no uso da água, atendendo satisfatoriamente à demanda para o abastecimento humano, animal, irrigação e agroindústria.

Não obstante, as atividades antrópicas realizadas sem monitoramento e controle provocam impactos socioambientais sobre esses recursos, comprometendo a integridade dos corpos de água existentes com: a disposição inadequada de esgotos, metais e minerais; o uso de material poluente; a agropecuária extensiva, entre outros.

4.3.3.1.6. Espaço Urbano

O sítio das cidades da Região do Seridó apresentam-se, basicamente, dividido em dois grupos, um formado por unidades geoambientais do tipo **Depressão Sertaneja** com terrenos baixos situados entre as partes altas do Planalto da Borborema e da Chapada do Apodi, com variações na média de 100 a 400 metros de altitude. E um segundo grupo no **Planalto da Borborema**, com terrenos antigos formados pelas rochas Pré-Cambrianas como o granito, onde se encontram as serras e os picos mais altos, com variações de 400 a 800 metros de altitude.

É possível observar que os municípios localizados nas áreas com relevo suave e poço ondulado, como por exemplo: Caicó, Jucurutu, Serra Negra, Ouro Branco e Timbaúba dos Batistas, apresentaram uma facilidade no seu processo de implantação, uma vez que não há muitas dificuldades no que se refere à topografia local, diferente do que ocorre nas regiões com altas variações altimétricas, fazendo com que as edificações apresentem um maior espaçamento entre elas.

Apesar de grande parte dos municípios estarem inseridos em uma topografia com variações altimétricas, é possível observar que em grande parte dos passeios públicos a topografia local foi respeitada, evitando as barreiras arquitetônicas (Figura 50).

FIGURA 50. Passeio público em conformidade com a topografia local.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Outro fator importante observado, no que se refere às **calçadas**, é que nas áreas históricas das cidades, os passeios apresentam-se largos e com poucos obstáculos urbanos e invasões, fator esse que pode estar associado à cultura local, de ter a calçada como uma extensão da casa, um espaço de convívio comum, preservando a sua característica de espaço público (destaque para o município de Currais Novos e Caicó). Entretanto, nas áreas de expansão e periféricas da cidade as larguras dos passeios diminuem e o alimento do lote não é respeitado, como pode ser observado em Acari. (Figura 51)

FIGURA 51. Passeio público com largura inferior a 50 cm, não permitido a acessibilidade – Acari.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Ainda no tocante à acessibilidade, é possível observar a presença de rampas, principalmente nas praças centrais das cidades. Entretanto, tais rampas não se encontram em conformidade com as Normas de Acessibilidade ou estão em condições ruins de

manutenção (Figura 52). Tal fato é um entrave ao deslocamento de pedestres, pois a falta de um desenho urbano acessível prejudica não apenas os portadores de necessidades especiais, mas também todos aqueles que transitam pelo espaço público, sendo obrigado – por vezes – a disputar espaço com os automóveis no leito carroçável das ruas.

FIGURA 52. Passeio público com rampas sem atender as normas de acessibilidade – Acari.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Podemos destacar os **efeitos visuais** provocados nas localidades que apresentam uma variação na topografia. Nos municípios de Currais Novos e Acari, principalmente na praça central, é possível identificar um efeito visual denominado “mirante”, também chamado de lugar privilegiado, é o efeito de um lugar em relação aos seus circunvizinhos, no qual as possibilidades visuais são maiores, como abrangência naquele do que nestes (Figura 53). No município de Parelhas, na sua entrada, assim como em Acari e Caicó, na área central, é possível observar o efeito visual do tipo “emoldurado”, onde o campo visual é delimitado por um primeiro plano vertical vazado, paralelo ao observador e não interrompe a cena (Figura 54).

FIGURA 53. Efeito Visual do tipo Mirante – Currais Novos.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 54. Efeito Visual do tipo Emoldurado – Parelhas.

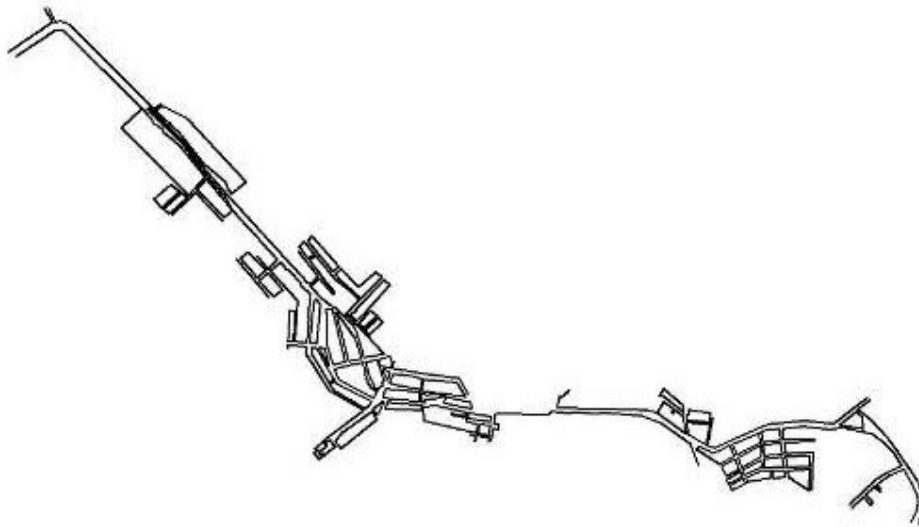


Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

As cidades de **Acari, Cerro Corá, Jardim do Seridó, Lagoa Nova, Santana do Seridó, Carnaúba dos Dantas e São João do Sabugi** se estruturaram a partir de uma rua principal em que ainda configura o eixo urbano mais importante, sendo um exemplo de cidades, segundo Candido Mata Campos Filho (2003), como **centralidades lineares**, que serviram,

em outros períodos, como passagem aos comerciantes de desbravadores do Sertão (Figura 55).

FIGURA 55. Cerro Corá: ocupação do tipo linear da sede.



Fonte: IBGE.

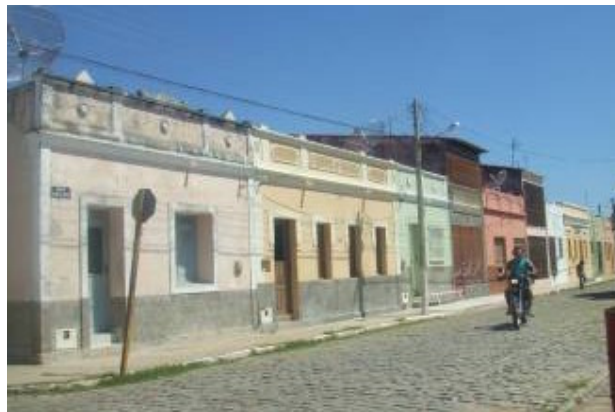
Nas cidades do Seridó, a tipologia edilícia predominante é o uso residencial horizontal e a existência de centralidades (normalmente uma ou duas ruas principais) comerciais e de serviços no entorno da praça principal; recentemente percebe-se o surgimento de um mercado imobiliário na região, diversificando a produção residencial, com destaque para o crescimento do uso residencial do tipo multifamiliar (prédios de apartamentos e condomínios fechados), nas cidades de Caicó e Currais Novos.

Segundo Vicente Del Rio (1990), os usos comerciais e de serviços tendem a ocorrer (não exclusivamente) direcionado conforme a hierarquia da circulação pública. Nos municípios de **Currais Novos, Acari, Jardim do Seridó, Caicó e Serra Negra do Norte**, essa tendência se torna bem evidente impulsionada pela presença da BR 226 e 427 que cortam as Sedes municipais. Essa tipologia também é encontrada nas vias principais e próximas aos núcleos centrais de ocupação, acompanhadas do uso do tipo institucional.

O uso industrial, aqui entendido como as atividades voltadas para a extração, ou transformação de substâncias ou manufaturas, em novos bens e produtos, está geralmente localizado nas áreas periféricas e próximas as vias de grande circulação.

Nos municípios do Seridó predomina o lote urbano e a implantação tipicamente colonial nas sedes, herança das cidades européias, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites do terreno, em lotes mais ou menos uniformes, com dimensões de dez metros de frente e grandes profundidades, do tipo retangular alongado, sobretudo nos núcleos iniciais de ocupação (Figura 56).

FIGURA 56. Edificações implantadas no limite do lote – município de São João do Sabugi.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

As fachadas e a formação do plano marginal das cidades dos Seridó apresentam-se de maneira bem diferenciada. Nas cidades de Caicó, Currais Novos e Acari é possível observar uma harmonia no plano marginal, proporcionadas, sobretudo, pelo ritmo derivado de altura e/ou volume das edificações, pelo agrupamento de tipologias de mesmo uso, pelo uso de materiais e cores, pelos muros frontais baixos ou até mesmo ausentes, proporcionando uma integração social, através das áreas mais abertas e livres (Figura 57).

FIGURA 57. Plano marginal harmônico - município de Acari.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os municípios de Jardim do Seridó, Carnaúba dos Dantas, Serra Negra do Norte e São João do Sabugi apresentam conjuntos arquitetônicos agrupados, entretanto com um valor arquitetônico não tão representativo e com algumas fachadas sem conservação. Esses fatores são, entretanto, amenizados e encobertos pela presença da vegetação.

Os conjuntos arquitetônicos mais expressivos na Região do Seridó pertencem ao estilo colonial, eclético e modernista com destaque para os municípios de Acari, Caicó e Currais Novos.

Com forte influência do processo de ocupação, o traçado se apresenta de maneira semelhante, com o predomínio de dois tipos. Um deles é o tipo “xadrez” ou “colcha de retalhos”, características de áreas planejadas, com sistema viário do tipo regular, vias largas, algumas apresentando canteiro central e com a presença de tratamento asfáltico ou em paralelepípedo, como destaque, para os municípios de Caicó e Currais Novos (Figura 58 e 59).

FIGURA 58. Traçado do Tipo “colcha de retalhos” - Município de Caicó.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 59. Via larga com duas pistas de rolamento separadas por canteiro central - município de Currais Novos.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O segundo tipo é decorrente de uma ocupação espontânea com vias de tamanho diferenciado, sem tratamento, associada às áreas com passeio público reduzido ou inexistente, com problemas de mobilidade urbana e presença de ruas sem saídas, como pode ser observado no município de Acari.

FIGURA 60. Problema de mobilidade: via estreita, com passeio mínimo - município de Acari.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A regularidade e uniformidade da largura das vias estão presentes nas áreas mais recentes, enquanto nas áreas centrais são perceptíveis determinadas ampliações, deflexões e aberturas, algumas vezes produzidas pelo relevo ou para marcação de edifícios importantes – monumentos. Observa-se no entorno das igrejas um alargamento significativo com o objetivo de definir o espaço público (Figura 61).

FIGURA 61. Marcação do espaço público e destaque da igreja, por meio do alargamento da via - município de São João do Sabugi.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O traçado é um dos elementos da rede urbana mais significativos, por estar associado a outras redes da infraestrutura, tais como: esgoto, abastecimento de água, energia, etc., além de permitir e ser definidor das redes sociais: saúde, educação e segurança.

Assim como diversas cidades coloniais do Brasil, as cidades da Região do Seridó apresentam uma configuração semelhante: com a praça, a igreja matriz, prédios institucionais, área de comércio e um conjunto arquitetônico do período de fundação da cidade, contribuindo na legibilidade e identidade da área (Figura 62).

FIGURA 62. Praça principal com área de comércio adjacente – Currais Novos.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Esses espaços têm uma relação direta, principalmente, com o elemento do sítio, do traçado, da vegetação e o mobiliário urbano. Esses elementos morfológicos são fundamentais para que essas áreas cumpram sua função. A acessibilidade, as condições de conforto térmico e conforto visual definem a permanência, o fluxo e a vitalidade das praças. Em alguns municípios esses espaços foram construídos sem a presença de vegetação, acessibilidade e mobiliário urbano adequado, tornando-se áreas sem uso. A introdução de vegetação

nesses espaços se torna indispensável, uma vez que o clima é muito quente e semi-árido, com temperaturas médias em torno de 27°C (Figura 63).

FIGURA 63. Praça sem a presença de vegetação e sem acessibilidade – Parelhas.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

As praças estão sendo hoje projetadas pelas Prefeituras Municipais, não só como espaço de contemplação e encontros sociais, mas também incorporada à prática de esportes e cultura, com equipamentos e mobiliário voltados para o hábito de caminhar, jogar futebol e ciclismo.

FIGURA 64. Praça agregada à função de esporte e cultura – município de Caicó.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O elemento morfológico referente à vegetação tem uma importância significativa na imagem do lugar, além de definir o espaço, organizar, compor e no controle das condições de conforto da cidade.

A vegetação nas sedes urbanas do Seridó é um elemento presente, mas com pouca expressividade e pouco aproveitado como elemento de valorização ambiental. Normalmente o uso da vegetação no espaço público está mais associado a trabalhos de ajardinamento, com espécimes de pequeno e médio porte e com poucas variações; destaca-se o uso desse padrão nos municípios de Acari, Currais Novos, Parelhas e São João do Sabugi (Figura 65).

FIGURA 65. Presença de vegetação: Acari, Currais Novos, Parelhas e São João do Sabugi.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.3.3.2. Aspectos Socioeconômicos

Para compreender os aspectos socioeconômicos do Polo Seridó, é importante identificar a evolução histórica do processo de uso e ocupação da região, que ocorreram a partir do trinômio *pecuária, algodão, e culturas alimentares*. Ainda no início da ocupação econômica desse território, a pecuária se constituiu em uma atividade dinâmica, favorecendo o povoamento do interior e capitânicas vizinhas. Já nos anos trinta e quarenta do século XX, com a exploração de minério, especialmente a Scheelita, a região ganhou visibilidade e ampliou a sua participação social e política no contexto norterriograndense.

No âmbito das atividades do agronegócio do Polo Seridó, a pecuária de aptidão mista – carne e leite – é a mais importante do estado tanto em tamanho do rebanho bovino, como em número de vacas ordenhadas e de produção de leite. A indústria de laticínios também é destaque, especialmente em Currais Novos, onde se encontra a unidade pertencente à Cooperativa de Eletrificação Rural do Seridó – CERSEL, que produz em torno de sete derivados de leite, sendo certificada pelo Serviço de Inspeção Federal, que a torna apta a comercializar seus produtos em qualquer ponto de venda do país. Em termos de tamanho de rebanho, tanto de bovinos, como de ovinos e caprinos, assim como na produção de leite, o município de Caicó é líder no Polo. No entanto, Currais Novos leva vantagem no que tange à produção de aves (frangos e galinhas). (IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2005).

A caprinovinocultura desponta como uma das atividades de maior potencial de crescimento na região, considerando o papel que desempenha, do ponto de vista econômico e social, na produção de alimentos, couros; além de ser grande absorvedora de mão de obra. O maior destaque dessa atividade fica por conta do leite de cabra, que se constituem em um produto de alto valor biológico e nutricional, seguidas pela extração das peles desses animais, consideradas as melhores do mundo, com destaque para a raça Moxotó.

A produção de mel também se destaca no Seridó, sendo maior nos municípios das Serras Centrais devido à diversidade da produção de frutas e condições climáticas favoráveis às atividades das abelhas. Em 2007, a produção regional foi de 16,2 toneladas e encontra-se em processo de expansão e fortalecimento, como atividade rentável e com alto índice de lucratividade

Na área ainda sobressai-se a produção de pescado, com uma estação de piscicultura em Caicó, no Açude Itans, onde são produzidos alevinos de tilápias, tambaquis e carpas com o intuito de promover o peixamento nos demais açudes do Estado

A estrutura fundiária da Região do Seridó se assemelha a do Estado, com a existência de minifúndios e propriedades familiares, com área de 50 hectares, e de latifúndios com áreas acima de 500 hectares. Dados do IDIARN – Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN, em 2008, indicam um total de 19.347 propriedades rurais na Região do Seridó.

Nos assentamentos da Região do Seridó, predominam a prática da agricultura de subsistência (milho, feijão) e a fruticultura de sequeiro, ambos localizados, principalmente, nos assentamentos da Serra de Santana.

A agricultura irrigada praticada no Seridó está basicamente restrita aos três perímetros irrigados do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, localizados um no município de Cruzeta e os outros dois em Caicó, num total de cerca de 568ha irrigados.

A fruticultura de sequeiro tem despontado na Região do Seridó como um novo segmento econômico. As frutíferas, de caráter comercial, como maracujá, graviola, pinha, caju, manga e goiaba são exploradas, basicamente na Serra de Santana, área apropriada para esse tipo de agricultura. Na produção das frutas de sequeiro a que mais se destaca pelo aumento da importância econômica é o caju. A região produziu, em 2007, 6726ton.

A matriz industrial seridoense baseia-se, principalmente, na produção de produtos cerâmicos, têxteis e de alimentos. As empresas industriais são constituídas basicamente por pequenas e médias empresas que se concentram nos polos de Caicó, Currais Novos, Parelhas e Jardim de Piranhas.

Em termos de atividade industrial, a indústria de alimentos é a mais representativa, reproduzindo a própria característica do estado. Além da produção de pães, biscoitos e bolachas destacam-se a já mencionada indústria de laticínios. Outras indústrias alimentares - de sorvetes, torrefação e moagem de café, processamento de caju, molhos, doces e rações para animais estão presentes na região, embora com menor representatividade.

A indústria extrativa mineral presente na área do Polo está constituída pelos minerais metálicos scheelita e ferro, e os não-metálicos, como mármore, granito, mica, caulim, feldspato, quartzo, argilas, turmalinas, brita e calcário. A scheelita é extraída em Currais Novos e o minério de ferro vem de uma mina de Jucurutu; os mármore e granito são produzidos, principalmente, em Currais Novos, seguido de Parelhas e Equador; mica é extraída em Currais Novos; caulim, feldspato e quartzo em Equador e Parelhas; gemas (turmalinas) são produzidas em Parelhas e Currais Novos; britas e calcário são extraídos em Caicó, sendo também explorados informalmente em vários outros municípios; extração de argilas ocorre em Parelhas, Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos e Parelhas, com o intuito de prover de matéria-prima a indústria cerâmica da região.

A indústria de cerâmica vermelha para a construção civil é uma das atividades que mais emprega no Seridó. Com tecnologia ainda bastante rudimentar absorve, principalmente, mão de obra com baixa qualificação, inclusive analfabetos.

Existe ainda a presença de unidades produtoras de têxteis para uso doméstico, como panos de prato, mantas para cama, toalhas de mesa e banho, panos de chão, tapetes para banheiro, etc. em municípios como Caicó e Currais Novos. Embora o núcleo da produção esteja localizado em Jardim de Piranhas, portanto fora do Polo objeto da presente análise, é integrante da microrregião do Seridó. Alguns insumos para a atividade já são produzidos na

própria região, como é o caso das linhas para costurar e bordar, acabamentos têxteis e estamparia. O esforço de consolidação do polo têxtil do Seridó em muito é devido à capacidade empreendedora e associativa dos microempresários dedicados à atividade, reunidos na Associação das Indústrias Têxteis de Jardim de Piranhas – ASITEX, criada em 2004 com o objetivo de modernizar a atividade, racionalizar a aquisição de matérias-primas e agregar valor aos produtos.

A região do Seridó conta também com um Polo de produção de bonés. Algumas empresas já produzem localmente matéria-prima, como brim, além de insumos a partir da reciclagem de plásticos (garrafas de refrigerantes) e metais. O Seridó é o segundo maior Polo produtor de bonés do país, depois de Apucarana, no Paraná. A maior parte das bonelarias está localizada em Caicó, onde são produzidos também os insumos apontados acima. Grande parte dos fabricantes de bonés está organizada em torno da Associação Seridoense dos Fabricantes de Bonés (ASFAB).

A indústria de confecção do vestuário e de roupas íntimas e profissionais tem forte presença na região, porém, ao contrário da produção de têxteis e das bonelarias, não está organizada em associação. Parte das unidades produtivas são facções de indústrias de maior porte que terceirizam parte da produção. A maior presença da indústria de confecção é observada em Caicó, seguida de Jardim do Seridó, Jucurutu, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Acari e Tenente Laurentino Cruz.

Também faz parte da cadeia de têxteis e confecções, os bordados de Caicó, feitos em camisetas, toalhas de lavabo, de bandejas, caminhos de mesa, etc., por artesãs autônomas congregadas na Associação das Bordadeiras de Caicó, que tem mais de 20 anos de atividade. Esta, por seu turno, juntamente com mais 23 entidades de produtores autônomos de artesanatos em cestarias, trabalhos em pedras e madeira, formam o Comitê Regional das Associações e Cooperativas de Artesanato do Seridó (CRACAS).

Finalmente, o agrupamento outras indústrias corresponde a 16,7% dos estabelecimentos com 12,5% dos empregados e compreendem atividades como a produção de embalagens plásticas, produtos de limpeza, calçados de couro, chuteiras e sandálias em Caicó e Jardim do Seridó; produção de cachaça e de água purificada, em Caicó; um matadouro em Jucurutu, carpintarias e fabricação de esquadrias de madeira e metal, gráficas, manufaturas de carimbos em vários municípios; instalação de máquinas e equipamentos, fabricação de ferramentas, motores e turbinas para o setor de cerâmica e manufatura de cataventos, em Parelhas; e embalagens de papelão ondulado, em Jardim do Seridó.

O comércio e serviços são que estão mais voltadas para dentro da própria região. Trata-se das unidades relacionadas à administração pública municipal, estadual e federal, inclusive saúde e educação; alimentação, serviços prestados às empresas e serviços pessoais, transporte, alojamento e comunicação; o comércio de alimentos, confecções em geral, aviamentos, remédios, material de construção, veículos e autopeças, etc. Como seria de se esperar, a concentração dessas atividades está diretamente relacionada ao grau de urbanização e da própria presença das ditas “atividades produtivas”. Nesse sentido, Caicó e Currais Novos são os principais Polos das atividades de comércio e serviços do Seridó. Para estes centros ocorre a população do entorno com o objetivo de suprir suas demandas por produtos e serviços não disponíveis em suas cidades.

Cabe, ainda, ressaltar a forte presença da informalidade nas atividades privadas do terciário. Trata-se de microempresas, como mercearias, bares e padarias, do comércio, das feiras livres, dos vendedores ambulantes e dos trabalhadores de prestação de serviços por conta própria, cujo rendimento não chega a ser suficiente para cobrir as obrigações tributárias e os encargos sociais e trabalhistas.

O turismo é outra atividade que vem se expandindo, mas o de maior peso ainda é o religioso, sobretudo a festa de Santana, no mês de julho, em Caicó e Currais Novos, e a encenação da Paixão de Cristo, na semana santa em Carnaúba dos Dantas. O artesanato e

a gastronomia regional, assim como as festas populares (carnaval, vaquejadas, festas juninas, a micareta Carnaxelita, de Currais Novos, etc.) são outros atrativos turísticos já consagrados.

O Seridó tem um imenso potencial turístico. A região é uma mistura de cidades antigas com a paisagem natural composta de serras e grandes açudes, boa gastronomia, inscrições rupestres com mais de 10 mil anos, cavernas misteriosas, sítios arqueológicos, trilhas, e o maior patrimônio geológico do Nordeste do Brasil. A finalidade do Roteiro Seridó não se limita a trazer o turista para contemplar as riquezas naturais e edificações: ele procura fazer um turismo de inclusão social. O mesmo irá interagir com o lugar e as pessoas da comunidade visitada, como artesãos, artistas populares, pintores e intelectuais, dando-lhe a oportunidade de, além do lugar, conhecer também, sua história, a natureza e a cultura regional.

Outro passo importante para a consolidação do Polo Turístico do Seridó foi à criação do Conselho de Turismo, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento dos municípios do polo, buscando a integração das ações do Governo Federal, alinhando-se às políticas dos governos estaduais e municipais.

Em síntese, a região do Seridó vem passando por um processo de consolidação, no que se refere ao uso e ocupação do território, de nova configuração econômica surgida a partir do declínio de sua base produtiva tradicional na década de 1980, como cultura algodoeira associada à pecuária e a produção de scheelita. Na atual dinâmica, os municípios de Caicó e Currais Novos reafirmam a centralidade econômica em relação ao Polo e toda a microrregião do Seridó em quase todas as atividades.

O Produto Interno Bruto equivale ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado espaço geográfico durante um período específico. A tabela abaixo apresenta a distribuição do VAB (PIB) a preços básicos por setor de atividade e participação do total do Estado em 2005.

TABELA 05. Polo Seridó - Distribuição do VAB (PIB) a Preços Básicos por Setor da Atividade e Participação no Total do RN – 2005.

RN e Seridó	VAB total (em R\$ 1.000)					VAB em %				
	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços		Total	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços		Total
			Total	Adm. Pública				Total	Adm. Pública	
Total do RN	883.474,80	4.101.192,00	10.763.580,00	4.076.997,63	15.748.246,80	5,61	26,04	68,35	25,89	100
Seridó	102.847,05	87.676,21	578.023,74	303.813,55	768.547,00	13,38	11,41	75,21	39,53	100
Acari	8.108,22	3.140,25	25.255,53	14.758,33	36.503,99	22,21	8,60	69,19	40,43	100
Caicó	18.883,44	21.652,79	182.179,22	71.357,90	222.715,45	8,48	9,72	81,80	32,04	100
Carnaúba dos Dantas	1.998,63	2.510,15	15.583,51	9.963,37	20.092,29	9,95	12,49	77,56	49,59	100
Cerro Corá	5.452,29	2.397,57	19.168,63	14.147,59	27.018,48	20,18	8,87	70,95	52,36	100
Currais Novos	19.697,48	16.752,44	113.113,47	51.106,08	149.563,40	13,17	11,20	75,63	34,17	100
Equador	831,62	1.913,14	10.838,21	7.575,65	13.582,97	6,12	14,08	79,79	55,77	100
Florânia	4.265,05	2.229,33	17.089,91	10.842,23	23.584,28	18,08	9,45	72,46	45,97	100
Jardim do Seridó	4.423,67	7.853,44	27.317,27	14.637,43	39.594,39	11,17	19,83	68,99	36,97	100
Jucurutu	9.450,59	7.360,23	38.575,78	24.641,36	55.386,60	17,06	13,29	69,65	44,49	100
Lagoa Nova	5.684,81	2.462,88	24.247,67	17.796,17	32.395,36	17,55	7,60	74,85	54,93	100
Ouro Branco	4.108,83	4.138,94	10.571,06	6.876,03	18.818,82	21,83	21,99	56,17	36,54	100
Parelhas	4.723,57	9.655,27	43.653,43	25.664,12	58.032,27	8,14	16,64	75,22	44,22	100
Santana do Seridó	1.369,70	703,87	5.484,51	3.949,77	7.558,09	18,12	9,31	72,56	52,26	100
São João do Sabugi	4.792,05	1.281,87	12.316,42	7.771,15	18.390,35	26,06	6,97	66,97	42,26	100
Serra Negra do Norte	5.037,17	2.141,13	16.083,49	10.624,88	23.261,79	21,65	9,20	69,14	45,68	100
Tenente Laurentino Cruz	2.876,10	950,68	10.633,15	8.015,19	14.459,93	19,89	6,57	73,54	55,43	100
Timbaúba dos Batistas	1.143,83	532,23	5.912,48	4.086,30	7.588,54	15,07	7,01	77,91	53,85	100
Seridó % do RN	11,64	2,14	5,37	7,45	4,88	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios 2005.

Nota: 1.O Valor Adicionado Bruto – VAB, ou PIB setorial, corresponde ao montante do PIB a preço de mercado, livre de impostos e do custo da intermediação financeira.

A diversidade entre os municípios do Seridó se percebe pela apresentação de seus PIB. Destacam-se nesse cenário os municípios de Caicó, Currais Novos e Parelhas, que têm, como atividades primordiais, o comércio e serviços.

QUADRO 41. Seridó: indicador socioeconômico.

Municípios	Renda Média (em S.M em 2001)	Valor	PIB Municipal (em mil reais)	valor	Empresas Formais em jan.2009 (abs.)	Valor	Agências Bancárias (abs.)	Valor
Caicó	2.69	4	330.154	5	1872	5	4	4
Currais Novos	2.41	4	207.635	4	1194	4	4	4
Acarí	1.59	3	44.708	2	326	3	1	1
Carnaúba dos Dantas	1.89	3	27.318	1	192	2	1	1
Cerro Corá	1.24	2	33.311	2	175	2	0	0
Parelhas	1.72	3	72.841	2	829	4	1	1
Lagoa Nova	1.41	2	39.542	2	164	2	0	0
Serra Negra	1.43	2	28.702	1	167	2	0	0
Jardim do S	1.97	3	54.624	2	417	3	2	2
Florânia	1.48	2	30.500	2	187	2	1	1
Ten. Laurentino	1.23	2	18.456	1	81	1	0	0
T. Batistas	2.22	4	8.962	1	33	1	0	0
Ouro Branco	1.61	3	23.105	1	126	2	0	0
Equador	1.3	2	18.000	1	138	2	0	0
Santana do Seridó	1.2	2	8.850	1	68	1	0	0
São João do Sabugi	1.77	3	22.859	1	107	2	0	0
Jucurutu	1.74	3	69.072	2	211	3	0	0

Fonte: Renda média: Censo Demográfico IBGE 2000/PIB municipal: IBGE Contas Regionais, 2006.

Empresas Formais: CAGED, Janeiro de 2009./Agência Bancárias: considerando a rede do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Bradesco em 2008

Essa base econômica é responsável por uma expressiva concentração urbana dos seus municípios. Dentre os municípios com os maiores graus de urbanização em 2007, destacam-se Caicó com 90,7 %, e Currais Novos com 88,8%, que também concentram expressiva parcela da população, conforme já visto anteriormente. Os municípios com graus de urbanização mais baixos são Tenente Laurentino Cruz, com apenas 25,1 %, e Serra Negra do Norte com 36,0%, expressivamente inferiores ao grau de urbanização do Polo.

Ainda em relação ao grau de urbanização, observa-se que a tendência de concentração de população nas cidades e núcleos urbanos não se reproduz igualmente entre os seus municípios. Entre os anos de 2000 e 2007, os municípios que apresentaram maiores acréscimos percentuais de população urbana foram São João do Sabugi (6,7%) seguido de Timbaúba dos Batistas (6,6 %).

No município de Tenente Laurentino Cruz, ao contrário, houve um decréscimo de 3,5% no grau de urbanização. Tal decréscimo pode ser decorrente de uma maior dinamização das

atividades do setor primário, favorecendo a permanência de população em suas áreas rurais.

O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - é um indicador síntese de condições de vida de uma população. Ele é um índice usado para comparar diferentes espaços geográficos (municípios, estados, regiões e países), com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais, resultando em uma escala que vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo do número 1, mais desenvolvida é a área. O IDH é resultante de aspectos relacionados à educação (taxas de alfabetização e escolarização), longevidade (expectativa de vida da população) e renda (PIB per capita). De acordo com seus valores sua classificação será: De 0 a 0,499 - IDH baixo (espaços demográficos subdesenvolvidos).- De 0,500 a 0,799 - IDH médio (espaços demográficos em processo de desenvolvimento). - De 0,800 a 1 - IDH elevado (geralmente espaços demográficos em rápido processo de crescimento econômico - emergentes).

Para o conjunto dos municípios do Polo Seridó, observam-se índices de IDH médio, que indica um espaço demográfico em processo de desenvolvimento. O município que apresenta o maior IDH é Caicó com 0,756, superior ao do RN e ao da região Nordeste. No lado oposto, o município de Cerro Corá apresenta IDH de 0,592, valor inferior ao do observado no RN, Nordeste e o Brasil.

TABELA 06. IDH-M dos Municípios do Polo Seridó, RN e Brasil – 2000.

Municípios	IDH-M
Acari	0,698
Caicó	0,756
Carnaúba dos Dantas	0,742
Cerro Corá	0,592
Currais Novos	0,724
Equador	0,665
Florânia	0,657
Jardim do Seridó	0,722
Jucurutu	0,637
Lagoa Nova	0,620
Ouro Branco	0,702
Parelhas	0,704
Santana do Seridó	0,684
São João do Sabugi	0,725
Serra Negra do Norte	0,653
Tenente Laurentino Cruz	0,628
Timbaúba dos Batistas	0,719
RN	0,702
Nordeste	0,672
Brasil	0,766

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. IPEA / FJP / PNUD.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000. TABULAÇÕES ESPECIAIS:
 IBAM. Banco de Dados Municipais (IBAMCO)

4.3.3.3. Aspectos Institucionais

A implementação e execução do Plano Nacional do Turismo (2007/2010) propõe que as instâncias estaduais de turismo contemplem a contextualização das ações da Política Nacional, estruturando o turismo nos estados, regiões e municípios, propondo, deliberando, validando e encaminhando assuntos de competência e interesse da Política Estadual do Turismo.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de cumprir as determinações do Plano Nacional do Turismo, passou a instituir as instâncias de governanças regionais de turismo, de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo.

O Conselho de Turismo do Seridó, instituído em 2008, é composto por 28 (vinte e oito) instituições membros, sendo 14 (catorze) representantes das três esferas do Poder Público e 14 (catorze) por instituições da Sociedade Civil Organizada, que desenvolvem ações ligadas, direta ou indiretamente, com o turismo.

É importante ressaltar que o Conselho Regional atua como importante espaço de planejamento, deliberação e viabilização de ações e projetos de desenvolvimento do turismo no Polo Seridó. Por exemplo, o Conselho tem por função estratégica coordenar, conduzir, monitorar e legitimar a elaboração do PDITS do Polo. Durante esse processo, o Conselho representará momentos de síntese, quando haverá a ampliação dos debates e a avaliação dos resultados atingidos até um determinado estágio do processo, para dar encaminhamento às novas etapas.

A gestão do turismo em nível estadual é de responsabilidade da Secretaria do Estado do Turismo – SETUR e, em nível municipal, pelas secretarias municipais de turismo. Recentemente, a SETUR realizou um diagnóstico institucional, por ocasião da elaboração de seu Plano de Fortalecimento, que ainda se encontra em processo de conclusão.

4.2.3.3.1. Estrutura Estadual de Turismo

a) SETUR

A Secretaria de Estado do Turismo - SETUR é composta, parcialmente, pela equipe técnica que pertencia à antiga Empresa de Promoções do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTUR, que foi a responsável pela promoção do turismo do Estado no período de 1971 a 1995, quando foi extinta. Com a extinção EMPROTUR foi criada a Sub-secretaria de Turismo, em 1995, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Contudo, diante da demanda do setor, em 1996, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.

Entretanto, mesmo com essas mudanças no formato das estruturas administrativas, percebe-se que, ainda, há uma carência no órgão estadual de turismo, resultado das frequentes trocas de gestores, que provoca a descontinuidade administrativa das ações da Secretaria.

O primeiro passo para transformação dessa realidade já foi dado: a elaboração do Plano de Fortalecimento da SETUR, que propõe estruturar a Secretaria, no que se refere a aquisição de equipamentos, capacitação técnica e estruturação administrativa com a finalidade de corrigir as distorções acima citadas e fortalecer o órgão para a gestão da atividade turística no Estado.

b) Unidade Executora Estadual – UEE

A Unidade Executora Estadual – UEE do PRODETUR/RN foi instituída através de Decreto Governamental n. 12.371, de 11 de novembro de 1994, destinada a promover o gerenciamento, a execução e supervisão de atividades, serviços e obras do Programa, atendendo às recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para que o Governo do Estado tivesse um setor para operacionalização do Programa.

Após algumas mudanças na estrutura da UEE, bem como a transferência de sua vinculação, em abril de 2002 a UEE/RN voltou a integrar a estrutura da Secretaria Estadual de Turismo e a contar com uma estrutura voltada a atender a demanda do PRODETUR II, de acordo com os componentes previstos no contrato de empréstimo.

A UEE está estruturada com uma coordenação que é o próprio Subsecretário da SETUR, e quatro coordenadorias: Jurídica, Técnica, Operacional e Administrativa e Financeira. Além desses cargos, a estrutura da UEE conta também com Sub-coordenadorias de: Transportes, Saneamento, Meio Ambiente, Qualificação Profissional, Resíduos Sólidos, Informática, Fortalecimento da Gestão Municipal e Patrimônio Histórico e Cultural.

4.2.3.3.2. Estrutura Municipal de Turismo

A primeira dificuldade para a análise da estrutura institucional dos municípios que compõem o Polo Seridó, foi a obtenção de respostas das prefeituras às questões solicitadas por meio de um questionário, sendo necessária a cobrança reiterada e o prolongamento dos prazos, visto que alguns municípios não responderam a tempo e/ou simplesmente não responderam.

O questionário propunha a estratégia de quantificar e qualificar o aparato público, especialmente, quanto à gestão do turismo. Essas informações permitem uma análise sobre as estruturas administrativas do turismo em atender as demandas que o desenvolvimento sustentável da atividade requer, bem como, conhecer os instrumentos de planejamento existentes nos municípios. Os resultados podem ser observados no Quadro abaixo.

QUADRO 42. Polo Seridó: Gestão Municipal do Turismo.

Município	Órgão Municipal	Dotação Orçamentária	Funcionário Efetivo	Funcionário TNS	Estrutura de Trabalho
Acari	Coordenadoria de Turismo	Não	Sim	Sim	Sim
Caicó	Secretaria de Turismo	Sim	Sim	Não	Sim
Carnaúba dos Dantas	Gerência de Turismo	Não	Não	Não	Não
Cerro Corá	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Sim	Sim	Sim	Sim (Cedida por outro órgão)
Currais Novos	Sec. de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Sim	Sim	Sim	Sim
Equador	Sec. de Educação, Cultura e Lazer	Não	Não	Não	Não
Florânia	Coord. da Casa de Cultura	Sim	Sim	Não	Não
Jardim do Seridó	Coordenação de Turismo	Não	Sim	Sim	Sim
Jucurutu	Secretaria de Educação – Subcoord. de Cultura	Não	Não	Não	Não
Lagoa Nova	Secretaria de Turismo	Não	Não	Sim	Sim
Ouro Branco	Secretaria de Turismo	Não	Não	Sim	Sim
Parelhas	Sec. do Turismo, da Cultura e do Esporte	Sim	Sim	Sim	Sim

CONT. QUADRO 42. Polo Seridó: Gestão Municipal do Turismo.

Município	Órgão Municipal	Dotação Orçamentária	Funcionário Efetivo	Funcionário TNS	Estrutura de Trabalho
Santana do Seridó	Não	Não	Não	Não	Não
São João do Sabugi	Não	Não	Não	Não	Não
Serra Negra do Norte	Sec. de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Sim	Sim	Sim	Sim
Tenente Laurentino	Sec. de Turismo e Desenvolvimento Econômico	Não	Não	Não	Não
Timbaúba dos Batistas	Sec. de Esportes e Eventos	Não	Não	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Legenda: Funcionário TNS: Funcionário Técnico de Nível Superior.

Vê-se, portanto, que a maior parte dos municípios do Seridó possui um órgão responsável pela gestão do turismo, seja de forma exclusiva ou numa pasta mista. O Quadro também informa que a maioria não possui funcionários efetivos e técnicos com nível superior, fator que dificulta o planejamento e a execução de ações em nível municipal.

Não se vislumbra, por exemplo, no corpo funcional da maioria das prefeituras, a presença de turismólogos para dar suporte ao planejamento turístico adequado às exigências atuais e futuras e pela necessidade de garantir-se a qualidade ambiental. Tal situação torna os órgãos municipais sem capacidade de acompanhar e fiscalizar as ações que demandarão do próprio processo e desenvolvimento, num horizonte próximo e também no futuro.

Para minimizar tais efeitos, é imprescindível a realização de concursos públicos para contratação de técnicos efetivos. Além disso, faz-se necessário qualificar e equipe municipal, preferencialmente o corpo efetivo do setor turístico, uma vez que tanto a política do turismo e do meio ambiente, constituem-se nos pilares da realidade de sustentação e crescimento da economia e nas oportunidades de geração de ocupação e renda, de forma ordenada e sustentável para a população. Há a necessidade de constituição de equipe municipal voltada a esse fim, como também é fundamental que as Prefeituras agreguem uma política voltada às ações estratégicas e organizacionais do município para que possa conduzir o processo de desenvolvimento do turismo e impedir que aconteça de forma desordenada e sem sustentabilidade.

Além disso, em termos de infraestrutura, os órgãos municipais carecem de uma estrutura compatível com os avanços tecnológicos atuais, notadamente no aspecto de informações – seja em termos de oferta turística, equipamentos e serviços disponíveis e/ou indicadores de fluxos de turistas, taxa de ocupação hoteleira, etc. Esses dois últimos, em especial, é uma realidade compartilhada por todos os municípios do Polo. Inexistem sistemas de monitoramento, avaliação global de gestão, gerência de sistemas e processos, gestão governamental, agenda do dirigente, análise de grande estratégia, dentre outros.

Nota-se inclusive uma falta de equipamentos para realizar as atividades rotineiras, como computadores, impressoras, telefones, fax etc.; além de não possuírem dotação orçamentária própria, com raras exceções. Essa ausência de recursos orçamentários alocados compromete as ações municipais na gestão do turismo.

O que se encontra nas administrações públicas é sistema de governo que se resume a estrutura parcial de planejamento, muito focada em programação orçamentária; pouca estrutura em planejamento de curto prazo e inexistente em planejamento de médio e longo prazo, apresentando grande necessidade de elaboração e implantação de planos que

possam fortalecer a gestão municipal dos municípios de interesse turístico e assim, proporcionar aos mesmos, amplas condições de se beneficiarem do turismo.

A falta de dotação orçamentária é um obstáculo ao desenvolvimento do turismo, pois, os gestores públicos encontram dificuldades de cumprir suas funções, por ficarem na dependência de autorização. Focando-se em setores específicos como turismo e meio ambiente, por exemplo, percebe-se ser o número de funcionários, a estrutura e os equipamentos insuficientes às exigências atuais e, conseqüentemente às futuras, principalmente para atendimento à demanda de cumprimento da nova política proposta pelo Plano Nacional do Turismo, e pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Com o incremento da atividade turística, os municípios passarão a ser demandados por um contingente de turistas, prestadores de serviços, comerciantes e outras responsabilidades sem terem, no entanto, a estrutura necessária ao gerenciamento do turismo e à manutenção adequada da qualidade ambiental, como também, da fiscalização e monitoramento devidos para a condução sustentável e da gestão do processo de desenvolvimento.

Com relação aos Conselhos Municipais de Turismo, os municípios, de uma maneira geral, não possuem essa instância de governança, com exceção de Acari e Currais Novos, que é relevante para o município por proporcionar um espaço voltado para a gestão compartilhada de determinadas atividades. É um local formado por diversos atores que podem pensar o turismo, ou seja, são espaços de negociação que permitem a construção de consensos, gestão de conflitos e que possibilitam a produção coletiva de projetos. O mesmo se aplica ao meio ambiente, visto que a maioria dos municípios também não possui Conselho de Meio Ambiente, com exceção de Jucurutu.

QUADRO 43. Instâncias de Governanças

Município	Conselho Municipal de Turismo	Conselho de Meio Ambiente	Membro Titular do Conselho Regional
Acari	Sim	Sim	Sim
Caicó	Sim	Não	Sim
Carnaúba dos Dantas	Não	Não	Não
Cerro Cora	Não	Não	Sim
Currais Novos	Sim / Em atualização	Não	Não
Equador	Não	Não	Não
Florânia	Não	Não	Não
Jardim do Seridó	Não	Não	Não
Jucurutu	Não	Sim	Não
Lagoa Nova	Sim	Sim	Sim
Ouro Branco	Não	Em andamento	Não
Parelhas	Não	Não	Sim
Santana do Seridó	Não	Sim	Não
São João do Sabugi	Não	Em atualização	Sim
Serra Negra do Norte	Não	Não	Não
Tenente Laurentino	Não	Não	Não
Timbaúba dos Batistas	Não	Não	Não

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Ao se analisar a capacidade institucional dos municípios do Polo Seridó, nota-se que a estruturação dos órgãos é pequena. Apenas nas cidades em que o turismo vem sendo trabalhado há algum tempo, como nos municípios engajados no PNMT, em especial, Acari,

Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Currais Novos, Lagoa Nova, Cerro Corá, Jardim do Seridó existe uma equipe mais organizada.

Assim, torna-se imprescindível a elaboração de ações que fortaleçam a capacidade de gestão dos órgãos municipais de turismo, e também meio ambiente e cultura, para que tenham a capacidade de planejar e executar ações com eficiência, especialmente naqueles municípios com um estágio de turismo mais avançado.

Da mesma forma, é preciso criar mecanismo de maior interação e troca de informações entre as secretarias municipais de turismo e a SETUR para que, apesar de independentes, os esforços sejam conjuntos para desenvolver o turismo, especialmente no que tange às informações e dados sobre a oferta turística, fluxos de turista, perfil etc, dados hoje inexistentes na maior parte dos municípios.

Em resumo, vê-se que o Rio Grande do Norte tanto em nível estadual como municipal possui pouca capacidade de gestão do turismo, área que deverá ser bastante trabalhada no PDITS. Além da infraestrutura deficitária (falta de computadores, impressoras, telefone, etc.), carece ainda de técnicos efetivos capacitados para o planejamento e a gestão do turismo. O número de funcionários efetivos é insignificante se comparado aos cargos comissionados, prejudicando, assim, a continuidade no planejamento e gestão. Tal situação se reflete em todos os níveis da gestão do turismo: ausência de informações básicas dos municípios como da oferta de equipamentos turísticos, atrativos turísticos, contagem de fluxo de visitantes, taxa de ocupação hoteleira, dentre outros.

4.3.4. Caracterização dos Aspectos Ambientais

4.3.4.1. Principais Ecossistemas Existentes

A Caatinga é o principal bioma das áreas semi-áridas do Brasil. A região do Polo Turístico Seridó está toda inserida nesse bioma, que é considerado único no mundo e exclusivamente brasileiro. Caracteriza-se por um tipo de formação vegetal com perfil bem definido: árvores baixas e arbustos, que em geral, perdem suas folhagens no período das estiagens (secas). Entretanto, ao cair das primeiras chuvas, volta a florescer, apresentando uma paisagem exuberante (Figura 66).

FIGURA 66. Paisagem Própria do Bioma Caatinga



Fonte: Maria Célia Fernandes, Gargalheiras, Acari/RN, maio/2009.

O Bioma Caatinga contempla ecossistemas próprios de clima semi-árido seco, com feições rochosas e serras, fauna e flora distinta, bem como achados arqueológicos e espeleológicos, representados através de sítios com inscrições rupestres e grutas (Figura 67).

FIGURA 67. Serra da Formiga, Caicó/RN.



Fonte: SEBRAE.

Na Caatinga, a atividade econômica mais praticada é a agropecuária, desenvolvida de maneira tradicional, alcançando uma baixa produtividade. A falta de manejo técnico na utilização do solo promove impactos negativos nesse ecossistema, entre eles o fenômeno da desertificação, entendido como a perda ou redução da produtividade econômica ou biológica dos ecossistemas secos, causadas pela erosão do solo, deterioração dos recursos hídricos e perda da vegetação natural.

De acordo com Vasconcelos Sobrinho (1983), as áreas inseridas no Núcleo de Desertificação resultam geralmente das características físicas e químicas dos solos, cujo processo de desertificação se torna agravado pela ação do homem. Além disso, são áreas que possuem dinamismo próprio, ou seja, tendências para expandir-se em detrimento das áreas vizinhas, à medida que se agravam suas condições.

Segundo Medeiros (2002), os efeitos danosos gerados ao meio ambiente de Caatinga no Seridó são causados principalmente pelas indústrias ceramistas, que fazem uso da lenha como principal combustível energético, além das olarias. Cabe ressaltar que as técnicas de manejo existentes já permitem que a extração de lenha possa ser sustentável e constituir importante fonte de renda para o produtor rural, carecendo apenas de políticas públicas adequadas, que estimulem a legalização da atividade. Esses efeitos danosos também são causados pela atividade mineradora, agricultura e pecuária.

Como impacto negativo, tem-se a intensa devastação do ecossistema caatinga, proporcionando a perda da biodiversidade e o conseqüente empobrecimento do banco de germoplasma de espécimes locais, assim como efeitos associados às alterações mesoclimáticas, resultando em elevação da temperatura média anual, maior irregularidade das chuvas, períodos de estiagem mais longos e intensos e o conseqüente agravamento do déficit de água nos solos e a perda da matéria orgânica. Esses fatores, quando associados, provocam um efeito em cadeia, acelerando sobremaneira o processo de desertificação, tornando o Seridó o núcleo central das áreas desertificadas do semi-árido setentrional nordestino.

Outro ponto relevante a considerar refere-se também ao intenso desmatamento a que a região está submetida. Essa ação é danosa ao meio ambiente e aumenta muito a fragilidade ambiental e, conseqüentemente, a sua capacidade de suporte a atividades socioeconômicas em seu espaço. Como agravante, a terra desnuda fica sujeita ao forte intemperismo, particularmente à ação ressecadora do sol e à ação erosiva das chuvas, estas, caracterizadas na região como chuvas torrenciais e de curta duração, ocorrendo em períodos críticos de estação chuvosa, denominados de "inverno", resultando em ravinamentos, sulcamentos e a formação de voçorocas em vários pontos de alta declividade da região.

No Polo, existem outros problemas ambientais como: a falta de conservação dos solos, proporcionando além da erosão, aumento do teor de sal, perda da fertilidade natural; contaminação dos corpos d'água com águas poluídas, devido à falta de infraestrutura de saneamento básico; baixa arborização nas áreas urbanas; assoreamento dos açudes, lagoas e rios; lixões em locais inadequados e sem nenhum tipo de controle e tratamento dos resíduos; esgotos a céu aberto; falta de destino para os resíduos sólidos da construção civil, deposição dos mesmos em locais inadequados; extensas áreas desmatadas e utilizadas para extração de argila sem licenciamento ambiental, controle, fiscalização e recuperação das áreas; impactos visuais negativos das áreas degradadas.

Diante dessa breve análise das características ambientais mais relevantes do Polo Seridó, é importante saber que uma das áreas mais sensíveis para o desenvolvimento do turismo são as questões ambientais. Portanto, faz-se necessário planejamento e monitoramento permanente, a fim de minimizar os efeitos negativos nas localidades e na comunidade receptora.

4.3.4.2. Áreas Protegidas e Potenciais para Conservação

4.3.4.2.1. Patrimônio Natural

O patrimônio natural da área do Polo Turístico Seridó é formado por serras, lagoas, nascente de rios, grutas e cavernas, conforme indica o quadro a seguir:

QUADRO 44. Patrimônio Natural da Área do Polo Seridó.

Nomes	Município
Santuário dos Andorinhões (Serra Bico da Arara)	Acari
Serra da Lagoa Seca	Acari
Serra do Pai Pedro	Acari
Pedra da Santa	Acari
Pedra do Sapateiro	Acari
Pedra do Avião	Acari
Poço do Arthur	Acari
Gruta da Caridade (Serra da Cruz)	Caicó
Serra da Formiga	Caicó
Serra de São Bernardo	Caicó
Serra da Caridade	Caicó
Pedra da Baleia	Caicó
Cânion dos Fundões	Carnaúba dos Dantas
Pedra do Chapéu	Carnaúba dos Dantas
Pedra do Alexandre	Carnaúba dos Dantas
Nascente do Rio Potengi	Cerro Corá
Lagoa do Santo	Currais Novos
Serra da Brejuí	Currais Novos
Serra Acauã	Currais Novos
Serra Pau Pedra	Currais Novos
Serra do Dorna	Currais Novos
Serra Preta	Currais Novos
Serra de Santana	Currais Novos
Cânion Os Apertados (Serra das Imburanas e rio Picuí)	Currais Novos
Pico do Tororó	Currais Novos
Furnas dos Letreiros e Cobra	Parelhas
Serra das Queimadas	Parelhas
Pedra da Boca	Parelhas
Serra dos Quintos	Parelhas
Serra da Coruja	Parelhas
Serra da Areia	Parelhas
Serra da Maniçoba	Parelhas
Serra do Maribondo	Parelhas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

4.3.4.2. Unidades de Conservação Existentes

Na área do Polo Turístico Seridó existem quatro UCs: a Estação Ecológica do Seridó; o Parque Estadual Florêncio Luciano; a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sernativo; e, a RPPN Stoessel de Brito.

A **Estação Ecológica do Seridó** está localizada no município de Serra Negra do Norte. Possui uma área de 1.163 hectares. Sua criação ocorreu em 31 de maio de 1982, por força do Decreto Federal nº. 87.222, com o objetivo de preservar o ecossistema de Caatinga, apresentando como peculiaridade a semi-aridez do clima e a vegetação típica do sertão nordestino. Trata-se de uma UC de proteção integral, cuja visitação pública só é permitida em caráter educacional e científico (Figura 68).

O **Parque Estadual Florêncio Luciano**, situado no município de Parelhas, foi criado através do Decreto Estadual nº. 10.120, em 10 de agosto de 1988. Entretanto, com a construção da Barragem de Parelhas, toda a sua área ficou submersa.

A **RPPN Sernativo**, localizada no município de Acari, foi criada pela Portaria Federal nº. 1922, de 05/06/96, com o objetivo de ordenar o uso e proteger o ecossistema da Caatinga.

A **RPPN Stoessel de Brito** ocupa uma área de 775,95 hectares no município de Jucurutu. Sua criação ocorreu em 20 de maio de 1994, por meio da Portaria Federal nº. 52.

FIGURA 68. Estação Ecológica do Seridó – Serra Negra do Norte/RN.



Fonte: IDEMA, 2002.

FIGURA 69. RPPN Sernativo – Acari/RN.



Fonte: IDEMA, 2002.

FIGURA 70. RPPN Stoessel de Brito, Jucurutu/RN.



Fonte: IDEMA, 2002.

Além das Unidades de Conservação, outras áreas do Polo Seridó são protegidas (SEMARH, 2000):

- **Áreas de Reserva Florestal em Assentamentos** (Área de conservação):
 - Boa Sorte, no município de Acari, ocupando uma área de 75,7 hectares;
 - São Rafael, no município de Currais Novos, ocupando uma área de 195,2 hectares;
 - Almas (50,3 hectares) e Suassuna (33 hectares), na localidade de Parelhas/RN.

- **Sítios Naturais** merecedores de maior atenção pela atratividade turística:
 - Santuário dos Andorinhões (Serra Bico da Arara) – Acari/RN;
 - Lagoa do Santo – Currais Novos/RN;
 - Furnas dos Letreiros e Cobra – Parelhas/RN.
- **Sítios Arqueológicos e espeleológicos** que se destacam pela visita turística.

QUADRO 45. Polo Turismo Seridó: Sítios Arqueológicos por Municípios.

Municípios	Sítio Arqueológico	Tipo	Propriedade da Terra
Caicó	Carrapateira*	Arte rupestre	Privada
	Curumins*	Arte rupestre	Privada
	Serra da Cruz*	Arte rupestre	Privada
Carnaúba dos Dantas	Abrigo de Morcego*	Arte rupestre	Privada
	Cachoeira das Canoas I*	Arte rupestre	Privada
	Casa Santa*/**	Oficina lítica e arte rupestre	Privada
	Furna do Mateus*	Arte rupestre	Privada
	Furna do Pau D'Arco*	Arte rupestre	Privada
	Furna do Umbuzeiro*	Arte rupestre	Privada
	Furna dos Caboclos*	Arte rupestre	Privada
	Pedra da Unha*	Arte rupestre	Privada
	Pedra do Reino*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Sítio Arqueológico Xique-Xique 1**	Arte rupestre - pintura	Privada
	Sítio Arqueológico Xique-Xique 3*/**	Arte rupestre - pintura	Privada
	Sítio Arqueológico Xique-Xique 6*/**	Arte rupestre - pintura	Privada
	Sítio Mão Redonda*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Sítio Marimbondo 2*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Talhado da Onça*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Talhado do Menalças*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Talhado do Urubu*	Arte rupestre - pintura	Privada
Talhado dos Cabeços*	Arte rupestre - pintura	Privada	
Talhado dos Pirogas*	Arte rupestre - pintura	Privada	
Equador	Pedra do Letreiro*	Arte rupestre - gravura	Privada
Florânia	Cajueiro*	Arte rupestre - pintura	Pública
	Capim Açú*	Arte rupestre - pintura	Privada
Jucurutu	Acauã*	Arte rupestre - gravura	Privada
Parelhas	Sítio Mirador*/**	Arte rupestre - pintura/ Cemitério	Privada
	Pedra do Chineló*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Pedra do Vem-Vem*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Toca do Olho D'Água das Gatas*	Arte rupestre - pintura	Privada
São João do Sabugi	Gruta do Letreiro*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Pedra Lavrada*	Arte rupestre - pintura	Privada
	Vaca Brava*	Arte rupestre - gravura	Privada
Serra Negra do Norte	Abernal A*	Arte rupestre - gravura	Privada
	Abernal B*	Arte rupestre - gravura	Privada
	Cachoeiras*	Arte rupestre - gravura	Privada
	Juá*	Arte rupestre - gravura	Privada

* Fonte IPHAN; ** Sítios Arqueológicos inseridos no atual roteiro turístico.

Fonte: IPHAN (Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico, 2009) e Roteiro Seridó (2009).

4.3.4.2.3. Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação

QUADRO 46. Áreas prioritárias para a criação de UC.

Ordem	Área ou região	Ecosistema ou tipo de vegetação	Categoria de UC
01	Acarí	Caatinga	PI

Onde: PI = Proteção Integral e US = Uso Sustentável.

Fonte: NUC/IDEMA/2008

As características ambientais dessa área fazem com que possua a maior colônia de andorinhões típicas da região (*Streptoprocne biscutata seridoensis*). Nela é observada a presença de savana estépica arborizada, de caatinga hiperxerófila arbustiva e subdesértica do Seridó e vegetação seca com arbustos e árvores baixas ralas, de xerofitismo acentuado. Há abundâncias de cactáceas espinhentas, como o xique-xique, cardeiro, macambira, coroa de frade e plantas de baixo porte, a exemplo da jurema branca, jurema preta, marmeleiro, pereiro, faveleira e quixabeira. O relevo é suavemente ondulado, constituído por serras e serrotes, em que se destaca a serra Bico da Arara. Quanto à hidrografia, a região é servida por rios perenes e intermitentes da bacia hidrográfica do Piranhas-Assú.

4.3.4.3. Fragilidades e Impactos Ambientais

O clima semi-árido e as ocorrências das práticas econômicas têm provocado o fenômeno da desertificação na região do Polo Seridó, especialmente, nos municípios de Acari, Currais Novos e Carnaúba dos Dantas que, segundo o Plano Nacional de Combate a Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2002), o problema está classificado como **Muito Grave**.

A desertificação foi definida pela Convenção de Combate a Desertificação (1994) e a Agenda 21 (2002) como: “a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de fatores diversos tais como as variações climáticas e as atividades humanas”.

Entre as atividades humanas que mais contribui com o fenômeno da desertificação se pode afirmar que a queimada da madeira de caatinga, provocada pela indústria cerâmica, caeiras e panificação, contribui para a degradação de um tipo de vegetação de difícil regeneração, criando, portanto, as condições favoráveis à desertificação.

O processo de desertificação de origem antrópica, segundo Nunes (2006) tem como consequência a erosão com a destruição da camada fértil do solo, aumento do índice de salinidade do solo e o distanciamento para níveis inferiores do lençol freático, agravando ainda mais o problema da deficiência hídrica.

A produção industrial têxtil tem provocado impactos ambientais, através da contaminação de corpos d’água com material poluente (corantes) e outro tipo de degradação ambiental.

Outra vulnerabilidade ambiental da área do Polo é o patrimônio arqueológico. A agropecuária, com o pisoteio de animais, sobre os achados arqueológicos é uma constante, bem como a falta de medidas de preservação dos sítios que sofrem a ação do tempo, aliado a falta de uma conscientização por parte da população local com relação ao valor e a necessidade de conservação dos sítios arqueológicos.

4.3.5. Identificação e Análise da Base Legal Ambiental e Turística e dos Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo

A ausência de instrumentos normativos (Planos Diretores, Leis de Uso do Solo, Códigos de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo), dificulta o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, não há regras claras sobre onde o turismo pode ser desenvolvido. No Quadro abaixo, tem-se uma síntese dos municípios e de quais instrumentos dispõem.

QUADRO 47. Polo Seridó: Legislações Municipais.

Município	Plano Diretor	Código de Meio Ambiente	Código de Obras	Plano de Turismo
Acari	Não	Não	Sim	Sim
Caicó	Sim	Não	Sim	Sim
Carnaúba dos Dantas.	Não	Não	Sim	Não
Cerro Cora	Não	Não	Não	Não
Currais Novos	Não	Não	Sim	Não
Equador	Não	Não	Sim	Não
Florânia	Não	Não	Sim	Não
Jardim do Seridó	Não	Não	Não	Sim
Jucurutu	Sim	Não	Sim	Não
Lagoa Nova	Não	Não	Sim	Sim
Ouro Branco	Não	Não	Não	Não
Parelhas	Não	Não	Sim	Não
Santana do Seridó	Não	Não	Não	Não
São João do Sabugi	Não	Não	Sim	Não
Serra Negra do Norte	Não	Não	Não	Não
Tenente Laurentino	Não	Não	Não	Não
Timbaúba dos Batistas	Não	Não	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 48. Polo Seridó: Legislações Municipais.

Município	Plano Diretor	Lei Nº
Acari	Não	Não
Caicó	Sim	4.204/2006
Carnaúba dos Dantas	Não	Não
Cerro Cora	Não	Não
Currais Novos	Não	08/2007
Equador	Não	Não
Florânia	Não	Não
Jardim do Seridó	Não	Não
Jucurutu	Sim	006/2007 04/05/2007
Lagoa Nova	Não	Não
Ouro Branco	Não	Não
Parelhas	Não	Não
Santana do Seridó	Não	Não
São João do Sabugi	Não	Não
Serra Negra do Norte	Não	Não
Tenente Laurentino	Não	Não
Timbaúba dos Batistas	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A maior parte dos municípios que compõe o Polo Seridó não possui Plano Diretor, que é o instrumento de planejamento urbano e resulta da necessidade de se ordenar o crescimento da cidade. O Plano Diretor tem como objetivo reduzir as desigualdades, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável das potencialidades do município.

Sabe-se que o Plano Diretor é obrigatório para os municípios com população acima de 20 mil habitantes, para os integrantes de Região Metropolitana e, recomendado para os municípios de interesse turísticos e que possuem áreas de fragilidade ambiental. Assim, é relevante que a gestão municipal atente para a importância de seguir a recomendação do Estatuto da Cidade, para elaboração do Plano Diretor de maneira participativa, bem como para as demais leis complementares, como o Código de Obras e Código de Meio Ambiente.

A maior parte deles também não conta com Código de Meio Ambiente, lei municipal aprovada na Câmara, que estabelece as bases normativas para a Política Municipal do Meio Ambiente e do Sistema Municipal de Meio Ambiente, voltados à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável do município, instituindo os deveres, direitos e obrigações de ordem pública e privada, concernentes ao meio ambiente e aos recursos naturais no âmbito municipal.

O Código de Obras e Posturas, por outro lado, está presente em 10 municípios do Polo, e estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos estruturais e funcionais e as medidas de Polícia Administrativa de competência do Município. Contudo, o Código de Obras deve se adequar ao Plano Diretor, donde se infere que muitos deles devem ser atualizados.

Da mesma forma, são raros os municípios que contam com Plano de Turismo, instrumento recomendado pelo Plano Nacional de Turismo para que seja elaborado pelos municípios integrantes de regiões turísticas, trabalhadas pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, como o caso do Polo em estudo.

Dessa forma, é imprescindível que todos os municípios do Polo Seridó contem com as legislações mínimas (Plano Diretor, Código de Obras e Código de Meio Ambiente), uma vez que o turismo como atividade que se desenvolve no espaço e se apropria dos recursos naturais e culturais necessita de ordenamento para que se desenvolva sustentável e organizado.

Não se trata apenas do processo de elaboração de Leis, mas sim do acompanhamento e monitoramento de sua implantação no âmbito municipal e dos seus reflexos na qualidade de vida da população, creditando ao Governo Municipal a responsabilidade do cumprimento das regras, nela estabelecidas. Com o fortalecimento da gestão municipal, as equipes de técnicos municipais estarão aptas a aplicar os instrumentos elaborados.

4.3.6. Identificação e Análise das Interações Institucionais das Entidades Públicas e Privadas e Sociais

Pode-se perceber, a partir da análise *in loco* que a gestão dos órgãos municipais de turismo carecem de uma estrutura adequada para seu funcionamento efetivo, tanto no que tange à estrutura física e de equipamentos, quanto à falta de um quadro de servidores efetivos e capacitados para desenvolver as atividades de planejamento e gestão. Sem falar também na limitação orçamentária das pastas de turismo que limitam o poder de atuação de secretários e servidores. A maior parte dos processos de gestão e planejamento é informal e incipiente, inexistindo organização e rotinas de trabalho definidas.

No que tange às interações institucionais internas, isto é, entre secretarias da mesma municipalidade, a interação ocorre de forma natural e sem grandes conflitos, especialmente

se considerarmos que é comum a junção de várias pastas co-relacionadas numa mesma secretaria, como as secretarias de turismo e meio ambiente, ou turismo e cultura, ou ainda as três juntas. No entanto, as deficiências estruturais já citadas mitigam a integração em processos mais complexos.

O número reduzido dos quadros de funcionários e também de secretários leva ao acúmulo de funções. Se por um lado, possibilita e facilita uniformidade de entendimentos e, por conseqüência, das parcerias e da boa fluidez das atividades; por outro lado significa também a diminuição de recursos para ações de desenvolvimento específicas de cada setor (cultura, meio ambiente e turismo), bem como o acúmulo de tarefas numa mesma pessoa.

Quando se trata das interações institucionais com a SETUR, percebe-se a necessidade de maior relacionamento entre o órgão estadual de planejamento e os municípios. A principal deficiência se deve, como já falado, à estrutura restrita dos órgãos de gestão municipal, e até mesmo da própria SETUR, que opera hoje com um quadro de servidores inferior às suas necessidades, que necessitam de capacitação e com orçamento limitado.

Porém, o desenvolvimento da atividade turística não depende somente do setor público ou do privado, mas, sobretudo, da interação entre diversos setores, já que o primeiro tende a direcionar seus esforços para obter o máximo possível de retornos sociais, ao passo que o segundo é guiado por benefícios financeiros. Nesse contexto, ressalta-se a importância da existência de parceria entre os diversos integrantes da cadeia produtiva: governos, órgãos estatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes. Diante das possíveis restrições orçamentárias da organização pública local, a cooperação público-privada influi diretamente na competitividade de um destino turístico ao viabilizar projetos compartilhados em diversas esferas.

Contudo, é possível apontar uma deficiência nas interações entre o setor privado e os órgãos de gestão, seja municipal ou estadual, tendo em vista as deficiências estruturais e carência de pessoal e recursos já apontada.

O grande responsável pela maior integração e interação entre os órgãos de gestão é, sem dúvida, o Conselho Regional do Polo Seridó, que estimula a discussão e o trabalho conjunto entre os municípios, o Estado, sociedade civil organizada, instituições de ensino, organizações não-governamentais, empresários, entre outros.

O Polo Seridó conseguiu resultados expressivos, especialmente no que tange à interação entre os gestores municipais, a partir do envolvimento de vários municípios do Polo no Programa Nacional de Municipalização do Turismo. A característica marcante do Seridó da forte identidade cultural, juntamente com os trabalhos e oficinas constantes da metodologia desse Programa, possibilitou a criação de uma rede de contatos e parcerias entre órgãos gestores, empresários e demais entusiastas do desenvolvimento turístico da região.

Os conselhos, sejam eles regionais ou municipais, expressam novas relações de poder, ampliando a democracia e a cidadania, por meio da transparência e do controle social. No Polo Seridó a maioria dos municípios ainda não dispõe de instância para participação da sociedade civil na gestão ambiental e turística, conforme já observado.

É válido também ressaltar a existência de ONG's, sociais e ambientais, que desenvolvem atividades com a sociedade. Os mecanismos de coordenação e participação da comunidade no processo de gestão do turismo precisam ser mais efetivos. A mobilização por parte do poder público deve ser intensificada, argumentam os empresários, pois a comunidade e a sociedade civil estão preparadas para dar sua contribuição. Ressentem-se de fóruns adequados e da continuidade de ações por parte do poder público.

4.3.7. Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente, Relevantes Previstos para o Polo e suas Implicações para o PRODETUR NACIONAL no Estado.

O desenvolvimento sustentável requer do poder público um grande esforço de articular as ações governamentais, no sentido de que a atividade turística possa ser o instrumento transformador do desenvolvimento regional. Para alcançar esse modelo de desenvolvimento da atividade turística, é necessário superar alguns obstáculos e etapas fundamentais e seguir adotando Políticas de Desenvolvimento que aumentem a capacidade de evolução da competitividade em relação aos destinos concorrentes. Neste sentido, as ações governamentais precisam ter respaldo e informações técnicas articuladas, que permitam embasar o processo de planejamento. No caso da atividade turística, esta depende de uma infraestrutura que está relacionada à área de atuação de outros setores da administração pública, necessitando de integração intersetorial sistemática nas três esferas de governo. Para isso, o Plano Nacional de Turismo prioriza a ação transversal de articulação para a implementação da infraestrutura de apoio aos destinos turísticos. Os investimentos propostos pelo Programa de Aceleração do Crescimento promoverão um grande salto de qualidade e avanço para a superação desse gargalo, principalmente no que se refere aos investimentos destinados à infraestrutura social e urbana e à infraestrutura logística.

Conforme prevê o Plano Nacional de Turismo, o Ministério do Turismo tem uma ação direta na aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União – OGU na infraestrutura turística propriamente dita, tais como: sinalização turística; recuperação de patrimônio histórico; melhoria de equipamentos turísticos e centros de informações turísticas. Já a infraestrutura que dá apoio à atividade demanda recursos financeiros de grande valor, gerenciados por órgãos públicos não ligados diretamente ao turismo, a exemplo do Ministério das Cidades.

Nesse sentido, é de fundamental importância uma ação interministerial, priorizando as infraestruturas de apoio ao turismo demandadas pelo setor, tanto no âmbito nacional, quanto regional, tendo como foco as regiões turísticas priorizadas. Essa ação intersetorial deve ser replicada nos estados e nos municípios, buscando inserir a infraestrutura de apoio ao turismo na pauta das prioridades dos diversos setores governamentais.

Destacam-se, para a região, alguns projetos e programas de âmbito estadual e regional de apoio ao turismo, com ações relacionadas aos serviços de infraestrutura, meio ambiente e turismo. A integração das ações das políticas públicas, buscando uniformizar e integrar os programas para o desenvolvimento sustentável, vem sendo implantada pelos governos Federal e Estadual, identificados como complementares às ações do PRODETUR NACIONAL/RN:

QUADRO 49. Principais Projetos Estruturantes na Região do Polo Seridó.

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO – PAN – Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o PAN configura-se como instrumento norteador para a implementação de ações articuladas, no controle e no combate à desertificação, bem como para ampliação dos acordos sociais, envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade. As áreas a ser objeto de supressão de vegetação para serem incorporadas ao processo produtivo necessitam de autorização dos órgãos oficiais competentes como: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH e Agência Nacional das Águas – ANA;	Ambiental	Em execução	Governo Federal – MMA/IBAMA/ANA Governo do Estado – SEMARH/IDEMA
FERROVIA TRANSNORDESTINA - ferrovia ligando o Estado do Maranhão à Bahia (beneficiando 09 estados nordestinos).	Infraestrutura	Em negociação	Governo Federal – MT/DNIT
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE BACIAS – até alcançar os limites do Rio Grande do Norte, as águas percorrerão dois caminhos: à montante, através do leito do rio Salgado, que derivará a água represadas para a bacia do Piranhas (PB), sendo escoada para o reservatório da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (RN); a jusante, pelo rio Salgado, chegará até a barragem Castanhão (CE), derivando para a Chapada do Apodi. No RN, o grande usuário do projeto são as superfícies potencialmente irrigáveis da Chapada do Apodi, na margem esquerda dos rios Apodi, Carmo e Piranhas, cujas vazões serão transferidas pelas margens das Barragens Armando Ribeiro Gonçalves e Santa Cruz do Apodi. Trata-se de um projeto em execução e responsabilidade do Ministério da Integração Regional/ SERHID;	Infraestrutura	Em execução	Governo Federal – MI/SERHID
PROGRAMA DE REFLORESTAMENTO – o uso e o manejo inadequado dos solos, originado pela ação antrópica, o extrativismo vegetal para obtenção ilegal da lenha, o sobre pastoreio das pastagens nativas ou cultivares, o uso agrícola das culturas que expõem os solos aos agentes da erosão, assim como o extrativismo mineral, são apontados como uma das principais causas da desertificação. O Programa Nacional de Florestas objetiva a recuperação de áreas degradadas e expansão das áreas de manejo, sobretudo da Caatinga;	Ambiental	Em execução	Governo Federal – MMA/Ibama / Serviço Florestal Brasileiro Governo Estadual – SEMARH/IDEMA
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS – A Lei Estadual nº. 6.908/96 define a outorga do direito de uso dos recursos hídricos como instrumento essencial para gerenciamento dos recursos hídricos (Inciso VI do Art. 2º). Cabe, portanto, à SEMARH, as análises de solicitação e expedição das outorgas de direito de uso da água no âmbito estadual;	Ambiental	Em execução	Governo do Estado - SEMARH

CONT. QUADRO 49. Principais Projetos Estruturantes na Região do Polo Seridó.

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
<p>PROGRAMA ÁGUA AZUL – Rede Compartilhada de Monitoramento da Qualidade da Água: tem por objetivos realizar monitoramento sistemático da qualidade das águas dos principais corpos de água interiores norterio-grandenses e das águas subterrâneas; realizar monitoramento sistemático das condições de balneabilidade de praias do Estado do Rio Grande do Norte; investigar o passivo ambiental, decorrente da contaminação, por derivados de petróleo, do aquífero na Cidade de Natal. Este programa está sendo operado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA), Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (EMPARN), com o apoio técnico-científico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN);</p>	Ambiental	Em execução	<p>Governo do Estado – IDEMA/IGARN/MPARN Apoio Técnico: UFRN, IFRN, UERN</p>
<p>PROGRAMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL AÉREO - PEMFAA, cujo objetivo é possibilitar a identificação de áreas, processos e empreendimentos com efetiva ou potencial poluição ou degradação ambiental, essencialmente aquelas de difícil acesso e visualização via solo, de modo a subsidiar ações de fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental no IDEMA. Tal monitoramento consiste em sobrevôos para registro de fotografias aéreas oblíquas de áreas degradadas, em degradação ou ambientalmente ameaçadas;</p>	Ambiental	Em execução	<p>Governo do Estado – SEMARH/IDEMA</p>
<p>PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO (PDSA) – formulado em 2005 pelo Ministério da Integração Nacional, foi o primeiro plano governamental voltado a sub-regionalização tendo nas características climáticas seu fator de integração. O PDSA identifica vetores estratégicos voltados especificamente para a região, sendo eles a articulação espacial (conceito de redes e nós com otimização da infraestrutura), atividades urbanas (proposta de recombinar espaços do trabalho, moradia, preservação e conservação dos recursos naturais), atividades produtivas de escalas diferenciadas (arranjos produtivos locais e agricultura familiar). Para a área do Sertão Norte, onde se insere o Seridó, o PDSA estabelece alguns projetos como fundamentais: Ferrovia Transnordestina, Integração das bacias hidrográficas, agronegócio e fruticultura, Oleicultura e Floricultura, Energias não convencionais, Gás natural, mineração, agricultura familiar, artesanato, redes de informática e turismo. Em relação ao turismo, o PDSA aposta no turismo ecológico (em Unidades de Conservação públicas e privadas), cultural (fest-folias, cantorias e vaquejadas, em cidades como Fortaleza, Campina Grande, Caruaru, Afogados da Ingazeira) e religioso (festa de Santas padroeiras “Seridó Norte-Rio-Grandense e de ícones religiosos” e Padre Cícero);</p>	Infraestrutura	Em execução	<p>Governo Federal - MI</p>

CONT. QUADRO 49. Principais Projetos Estruturantes na Região do Polo Seridó.

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
<p>PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE – documento produzido em 1997 pelo governo do Estado, objetivava estabelecer os rumos econômicos e sociais da política estadual nos anos seguintes. Entre as diversas ações deste Plano, uma delas dizia respeito à necessidade de elaboração de um Plano Regional para o Seridó, identificada como de grande potencial, mas ainda com graves problemas para o seu desenvolvimento. Foi então elaborado em 2000 o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – PDSS. No Plano de Ação, o PDSS especifica 51 iniciativas, 24 programas e 27 projetos, divididos pelas dimensões ambiental, tecnológica, econômica, sociocultural e político institucional; os recursos previstos para realização das ações foram na ordem de R\$ 264.806.300,00. O turismo aparece no PDSS na dimensão sociocultural junto com cultura e lazer. Já nas outras dimensões, há citações do papel do turismo na economia e meio ambiente;</p>	Infraestrutura	Concluído	Governo do Estado
<p>PLANO DE TURISMO SUSTENTÁVEL PARA O SERIDÓ (SEBRAE, 2004) – realizado pelo SEBRAE em 2004, decorrente das diretrizes expressas no PDSS, este Plano incluiu sete municípios, sendo eles Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas. O Plano intenta agrupar as características principais da região, conceituadas como a “identidade regional”, sendo elas: a “Instância religiosa” – com suas datas e festejos anuais; “instância política” – densidade de figuras políticas representativas para o estado do RN; “instância socioeconômica” – basicamente a produção alimentícia e têxtil; “instância educacional” – ou identidade cultural e histórico de figuras ilustres para a cultura estadual. Por fim, o Plano do SEBRAE (2004) especifica roteiros para os sete municípios, além de definir metas de atendimento: 1. criar e manter 1.500 empregos formais, diretos e indiretos, até dezembro de 2005; elevar em 15% o número de pessoas ocupadas em atividades relacionadas à cadeia produtiva do turismo, até dezembro de 2005; 2. criar e aperfeiçoar 8 organizações associativas, até dezembro de 2005; 3. criar três produtos turísticos, colocando-os à disposição dos visitantes dos sete municípios integrantes do Roteiro Seridó, até julho de 2005; 4. elevar em 30% o fluxo de turistas na região Seridó, até dezembro de 2005; 5. aumentar em um dia a permanência média dos turistas, no Estado do Rio Grande do Norte, até dezembro de 2005; 6. Aumentar em 10%, em média, a arrecadação de impostos dos municípios trabalhados, até dezembro de 2005. O Plano de Aplicação previsto pelo SEBRAE foi na ordem de R\$ 1,48 milhão, sendo destes 80,9% advindos do SEBRAE/NA, 19,10% SEBRAE/RN e parceiros, 16,85% da Secretaria de Turismo e 2,25% das Prefeituras envolvidas (SEBRAE, 2004, p.67).</p>	Turismo	Em execução	Sebrae - RN
<p>PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO – cujo objetivo é desenvolver novos roteiros turísticos para o incremento do fluxo turístico e geração de emprego e renda, com realização de seminários, oficinas de planejamento, estudos técnicos, capacitação e apoio a reuniões, eventos e participação em eventos.</p>	Turismo	Em execução	Governo do Estado – SETUR Sebrae
<p>PROJETO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – com o objetivo de fortalecimento do Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte - CONETUR</p>	Turismo	Em execução	MTur Governo do Estado

CONT. QUADRO 49. Principais Projetos Estruturantes na Região do Polo Seridó.

PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS - desenvolvimento da Pesquisa de Demanda Turística para todo o estado, permitindo o planejamento da atividade, a estimativa do fluxo e receita geral do turismo e a seleção de indicadores para a atividade no Estado.	Turismo	Em execução	Governo do Estado
CONTROLE DE QUALIDADE DE EMPRESAS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS – realização de treinamento e execução de cadastro, classificação e fiscalização de empresas e serviços turísticos, como: agências de viagem, meios de hospedagens, transportadoras turísticas, organizadores de eventos, guias de turismo.	Turismo	Em execução	Governo do Estado

Fonte: IDEMA/2007

Relatório de Gestão 2010 – SETUR/RN.

4.3.8. Identificação das Principais Tensões e Potenciais Conflitos entre o Desenvolvimento do Turismo e Outras Propostas de Uso de Ativos Ambientais na Região

A **Caatinga**, como feição dominante em todo o Polo, é o palco de todas as tensões e potenciais conflitos entre as diversas atividades e o turismo na região. Estes podem ser descritos em função dos diversos tipos de uso e ocupação do território, quais sejam: *i) a agropecuária*, que tem sido tradicionalmente a base da economia local, tem sido feita a partir da substituição da vegetação nativa para instalação de pastagens e plantios, com prejuízo à manutenção dos ciclos hidrológicos e alteração no microclima regional, com tendência ao aumento do calor. Quando houve o ciclo do algodão Mocó, a vegetação de caatinga foi severamente suprimida e, após a crise da cultura, recuperou-se graças a sua alta capacidade natural de regeneração, não sem contribuir para o aumento de focos de desertificação, onde esta capacidade fica irreversivelmente prejudicada; *ii) associado às atividades agropecuárias e à demanda dos Polos de cerâmica locais, o extrativismo da lenha* também contribui para a degradação da paisagem, a partir da supressão de vegetação de Caatinga. Como já afirmamos anteriormente, existe disponível a tecnologia para o manejo sustentável da lenha, que só depende de políticas públicas mais afirmativas para ser implementada, podendo constituir fonte de renda permanente para as populações rurais, sem prejudicar a manutenção da paisagem, bem precioso para a prática do turismo; *iii) a mineração*, que mesmo causando impactos mais localizados, precisa ser gerida no sentido de recuperação do passivo ambiental e das paisagens objeto de exploração, bem como a devida destinação de seus rejeitos, para evitar a poluição e degradação dos recursos hídricos; *iv) os resíduos sólidos e efluentes produzidos por uma recente industrialização e crescimento urbano* sem a devida infraestrutura de coleta, tratamento e destinação adequada, com grande potencial de degradação dos escassos recursos hídricos da região, incluindo a água dos inúmeros açudes, que garantem o abastecimento ao longo do ano; e *v) a própria atividade turística*, que atrai grandes fluxos de visitantes para as festas tradicionais da região, tanto as religiosas como as pagãs, sem que haja infraestrutura receptiva suficiente, causando transtornos à população local, ao patrimônio e à paisagem e aos próprios visitantes, que podem comprometer o próprio futuro destas atividades. Esta infraestrutura receptiva deve ser planejada para outros usos durante o ano, como receptivo de outros eventos programados, p.ex., evitando que fique ociosa e aumentando a capacidade retorno dos investimentos. Além disso, o aumento do afluxo de visitantes aos monumentos naturais e ao patrimônio arqueológico e espeleológico da região precisa

também ser acompanhado de infraestrutura receptiva, normas de conservação e capacitação dos responsáveis por estas atividades na região, para lhes garantir sustentabilidade, diretamente associada à preservação do patrimônio que constitui atrativo turístico.

4.3.9. Quadro Síntese da Linha de Base

4.3.9.1. Componente Estratégia de Produto Turístico

ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
Sítios arqueológicos utilizados de forma não controlada, com difícil acesso e nenhuma infraestrutura ou sinalização; Sítios arqueológicos subaproveitados pela atividade turística	Os sítios arqueológicos do Seridó, apesar de sua beleza e de seu grande potencial, não possuem a mínima infraestrutura que garanta sua visitação sem riscos de danos que o inviabilizem como produto turístico permanente, permitindo, ao mesmo tempo, que o turista faça a visita com as mínimas condições de conforto e segurança. São sítios em estado natural, sem nenhum tipo de beneficiamento para o turismo. Como fator complicador para este quadro, a maioria deles situa-se em terrenos de propriedade particular, o que exige a construção de parcerias público-privadas que permitam o apoio ao provimento de condições mínimas para sua exploração como produto turístico, inclusive estabelecendo estudos de capacidade de suporte que balizem um regulamento para que estes sítios mantenham sua integridade.	Institucionalização o Polo e a elaboração PDITS como instrumentos de gestão e dinamização da atividade na região a partir da identificação de atrativos turísticos. Estudos realizados na região comprovam a existência de 65 sítios arqueológicos, sendo 24 em Carnaúba dos Dantas. Do total dos 38 catalogados pelo IPHAN, 95% estão relacionados com a arte rupestre que, são em geral, pinturas rupestres e gravuras itaquatiaras situadas em formações rochosas.
Belezas naturais pouco aproveitadas para o turismo; Festas religiosas concentradas em alguns municípios atraem turistas durante poucos dias do ano; Açudes pouco aproveitados, apesar da possibilidade do passeio “Caminho das Águas”;	Os municípios que integram o Polo Seridó estão geograficamente inseridos na região semi-árida do Estado, possuindo, portanto, características socioculturais, econômicas e ambientais próprias do homem do sertão, cujos hábitos e estilos de vida são remanescentes das fazendas de gado, expressos através do artesanato e da culinária típica, da religiosidade, do acervo arquitetônico histórico, dos eventos esportivos e culturais como as vaquejadas, enfim, das manifestações e usos populares tradicionais.	Diversos Planos e Projetos estão em execução na região do Seridó, alguns de âmbito geral como o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – PDSS e outros voltados especificamente para o fortalecimento do turismo, quais sejam: Plano de Turismo Sustentável para o Seridó (SEBRAE, 2004) e ações de interiorização do Turismo. As primeiras ações nessa área aconteceram com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, lançado em 1994, cujo resultado no Rio Grande do Norte foi a adesão de,

Serras começam a atrair turistas e a abrigar segundas-residências;

Raros eventos esportivos no ano

As festas religiosas se configuram em potencialidades para o turismo religioso. Estas poderão ser transformadas em produtos turísticos a partir da formatação e execução de instrumentos de planejamento e gestão municipal, possibilitando a formação de um

<p>fora do RN.</p>	<p>populacional na área do Polo Seridó, constituído de municípios com grandes carências de infraestrutura e prestação de serviços básicos (transporte, acessibilidade, saneamento ambiental, serviços de comunicação, meios de hospedagens, sinalização turística, entre outros). Os atrativos e recursos turísticos existentes no Roteiro Seridó são muitos e diversificados, possibilitando a captação de vários nichos de mercado, porém, não existe uma inter-relação entre os mesmos. Percebe-se que os principais atrativos não necessariamente despertam o interesse do turista em visitar outro que esteja próximo, seja no mesmo município, seja em outro vizinho. Isso se deve ao incipiente processo de apropriação do turismo no território, bem como, talvez, a falta de informação do turista, que em sua maior parte chega ao destino por conta própria, sem conhecimento prévio das opções que pode desfrutar na região. Com isso, quer-se dizer que há um enorme potencial para formação de um produto turístico mais rico e diversificado, com a adição de diversos elementos (atrativos ou recursos, ao serem devidamente trabalhados) similares, possibilitando a criação de roteiros focados, principalmente, no turismo histórico-cultural, rural e de aventura.</p>	<p>aproximadamente, 86 municípios. O Plano Nacional de Turismo 2003-2007 absorve a idéia de municipalização de turismo, amplia e cria o Programa de Regionalização do Turismo com o objetivo de definir regiões turísticas como estratégicas na organização do turismo para fins de planejamento e gestão. No Rio Grande do Norte como resultado da ação do programa foram definidas 05 regiões turísticas: Polo Costa das Dunas, Polo Seridó, Polo Costa Branca, Polo Serrano e Polo Agreste/Trairi. Realização em 2010 dos seguintes cursos: Praticando o Associativismo, em Currais Novos; técnicas de garçom e de recepção em Parelhas e; qualidade no atendimento em Lagoa Nova, num total de 100 participantes ao todo.</p>
<p>Banheiros públicos inexistentes Postos inexistentes de atendimento ao turista Receptivo organizado apenas em algumas cidades, mas na maioria das vezes improvisado e pouco qualificado Operadoras e agências de viagens em número muito reduzido Número reduzido de autolocadoras Meios de hospedagem insuficientes e inadequados Serviços de alimentação com condições e qualidade insatisfatórias Sinalização turística inexistente Pouca qualificação profissional para o turismo nos diferentes níveis, apesar da existência de instituições de formação profissional na região Baixo nível de emprego Baixo nível de escolaridade não favorece a capacitação profissional, particularmente nas áreas periféricas ou rurais</p>	<p>A baixa capacitação para o turismo é um gargalo identificado para o crescimento, principalmente qualitativo da atividade. Esta deve considerar, não apenas as ações diretamente ligadas ao turismo, mas também os serviços e a produção associados à atividade, os quais são importantes em seu desenvolvimento e também como estratégia de agregação de sustentabilidade. É preciso planejar a médio e longo prazo, tanto na construção de roteiros, conservação e recuperação de atrativos e provimento de infraestrutura e serviços necessários ao pleno atendimento ao turista. Esta estratégia deve considerar, tanto a necessidade de participação e envolvimento dos segmentos sociais locais, como as possíveis perdas de renda na atividade em uma etapa de transição para a inserção de pessoal local, até que estes se encontrem plenamente capacitados. Geralmente, na falta de um planejamento nesse sentido, traz-se pessoas de fora, acentuando o processo de exclusão da população local. A estruturação do Polo Seridó como polo turístico depende de investimentos em ações e projetos estruturantes de aparelhagem, divulgação e informação sobre o produto. O Polo não possui sequer um equipamento de Atendimento ao Turista e tem estrutura receptiva bastante precária. Complementando essa estrutura de apoio, destaca-se a sinalização de roteiros turísticos como uma</p>	

<p>Produção associada ao turismo bastante incipiente</p>	<p>necessidade para a valorização dos atrativos e produtos em qualquer destinação turística, pois facilita a locomoção do turista pelo território.</p> <p>A deficiência de informações, incluindo a sinalização, desqualifica os atrativos e produtos turísticos e não contribui para sua valorização, conservação e permanência.</p> <p>Além disso, estes equipamentos precisam ser pensados de forma planejada, permitindo integrar informações turísticas, ambientais e culturais, trazendo ao turista uma ampla visão das peculiaridades da região, ao mesmo tempo em que contribua para um processo educativo, voltado à sustentabilidade. Nesse sentido, é fundamental a articulação com as casas de cultura e órgãos ambientais municipais.</p>	
--	--	--

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.8.3.2. Componente Estratégia de Comercialização

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Falta de estudos acerca do mercado existente no Polo Seridó para o desenvolvimento da atividade turística</p> <p>Ausência de um cronograma que indique a priorização das ações necessárias ao desenvolvimento do plano de <i>marketing</i> para divulgação do turismo do polo.</p> <p>Planejamento de <i>marketing</i> inexistente dificulta a comercialização de roteiros e produtos</p>	<p>A divulgação e promoção do turismo é uma ferramenta essencial para seu crescimento, principalmente no caso de produtos turísticos ainda incipientes, como no caso do Polo Seridó. As condições de comercialização dos produtos e destinos turísticos no Polo necessitam de planejamento que possibilite a análise prévia da demanda e dos diferentes públicos alvo, definindo as melhores possibilidades e formas de divulgação. Um plano de marketing é subsídio essencial à sistematização do assunto, permitindo que as melhores decisões sejam alcançadas e as ações se realizem de forma articulada. Para tanto, este plano precisa ser calcado na boa informação, proporcionada pelos estudos de mercado e outras informações técnicas relevantes. Esta ação deve ser baseada em informações contínuas, que permitam que as estratégias de promoção reflitam o momento presente da atividade, de forma a não estimular a superlotação nem a sazonalidade. Para tanto, é importante que às estratégias de divulgação estejam subsidiadas por levantamentos técnicos sistemáticos e estejam</p>	<p>O SEBRAE tem sido um parceiro importante no desenvolvimento da atividade turística no estado. Em termos de promoção dos produtos turísticos do Seridó, em parceria com a SETUR elaborou estudos que resultaram na publicação do Roteiro do Seridó, que abarcava, naquela ocasião, oito municípios: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Jardim do Seridó, Lagoa Nova e Parelhas. A partir desse estudo foram produzidas, entre outras coisas, um site, panfletos, brochuras, etc., sendo fundamental para o fortalecimento da imagem e da marca Seridó como destino turístico.</p> <p>Desse projeto, inclusive, resultou o site institucional do Roteiro Seridó que define roteiros segmentados, detalhando-os: número de dias, atrativos visitados, serviços nas localidades (alimentação, hospedagem, compras etc.) e, em alguns casos, empresas de turismo que trabalham com esses roteiros. Esse site, contudo, precisa ser expandido para abarcar os demais municípios do Polo Seridó, inclusive através da implantação de um sistema de informações turísticas que venha a reunir dados que possam ser compilados para a geração de indicadores do turismo</p>

	<p>associadas informações de caráter ambiental e cultural, fortalecendo sempre o conceito e a prática de turismo sustentável.</p>	<p>no Polo Seridó. Confecção de novo folder do Roteiro Seridó – 5000 exemplares.</p> <p>Os estudos mais recentes relacionados a comercialização da região como destino turístico constam do PDITS e outros estudos realizados pelo Governo Estadual.</p>
--	---	---

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.8.3.3. Componente Fortalecimento Institucional

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Planejamento turístico e órgãos municipais de gestão do turismo inexistentes na maioria dos municípios</p> <p>Órgãos municipais de turismo com quadro técnico provisório e com pequena qualificação</p> <p>Pouca cooperação intermunicipal e com as demais esferas de governo</p> <p>Municípios trabalham isoladamente, muitas vezes competindo entre si para desenvolver o turismo.</p> <p>Vários municípios do Polo Seridó não possuem Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente</p>	<p>A transformação dos recursos em atrativos ou produtos turísticos implica a formatação e execução de instrumentos de planejamento e gestão municipal do ponto de vista do uso e ocupação do território. Para tanto, é necessária a elaboração de dispositivos legais de ordenamento do solo urbano e rural e de planos municipais de turismo, bem como a implementação de projetos de gestão ambiental visando à sustentabilidade das destinações turísticas.</p> <p>A maioria dos municípios do Polo Seridó não possui os instrumentos básicos para o planejamento e gestão urbana e turística do Polo, tais como: Planos Municipais de Turismo, que permitam a integração dos diversos municípios num roteiro integrado para a atividade, que valorize cada localidade por suas características próprias; Planos Diretores, que trabalham a conformação urbana, de modo que as cidades se valorizem, se restaurem e considerem, em seu crescimento, a importância da atividade turística e suas exigências econômicas e socioambientais; os códigos de obras e meio ambiente, permitindo a integração entre estas áreas com instrumentos eficientes de controle, conservação e uso sustentável; Aliados a essa deficiência, a baixa capacidade institucional dos órgãos da administração municipal em termos de número e qualificação técnica do quadro efetivo das prefeituras. É difícil encontrar um corpo técnico com qualificação para operar sistemas de ordenamento, monitoramento, avaliação global de gestão, gerência de sistemas e processos, dentre outros, agravado pela ausência de investimento em equipamentos apropriados e na construção dos sistemas.</p> <p>Cabe destacar também que a garantia da participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas tornou-se uma conquista da sociedade civil organizada, tendo os colegiados como instâncias de governança local na busca para a gestão descentralizada. O diagnóstico estratégico elaborado para o Polo constatou que,</p>	<p>Uma medida adotada pelo Governo Estadual com objetivo de viabilizar a gestão do turismo foi a Institucionalização e funcionamento do Conselho do Polo instituído em 11 de junho de 2009.</p>

	<p>de uma maneira geral, os municípios da região não possuem Conselho Municipal de Turismo, o que dificulta a participação social na gestão pública.</p> <p>Por isso, é preciso um esforço de capacitação para o planejamento e gestão, empreendido pelo município e apoiado pelo Estado, trazendo capacidade de fazer uso dos instrumentos de planejamento urbano, turístico e ambiental associado ao Estatuto da Cidade, Política Ambiental e ao Plano Nacional do Turismo. Com esta capacidade e apoio do Estado, torna-se mais fácil a integração de ações intermunicipais e Inter setoriais em torno de uma visão de gestão da atividade para todo o polo.</p> <p>Ao capacitar as administrações municipais com estes instrumentos, estabelecem-se algumas condições básicas para o planejamento integrado, de base sustentável, que permita o florescimento da atividade turística em associação às demais atividades econômicas e socioambientais.</p>	
<p>Informações turísticas inexistentes</p> <p>Monitoramento do turismo inexistente</p>	<p>Um sistema de informações permanentemente atualizado por estudos e dados é a ferramenta adequada para o planejamento e monitoramento da atividade, permitindo sua gestão para a sustentabilidade e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar, de forma integrada, os desafios que se apresentam com o tempo. Esse sistema deve garantir a base de dados necessária para o início de um processo de monitoramento permanente, que além de aferir as alterações decorrentes da atividade, nos aspectos econômicos e socioambientais, garanta também a atualização das informações contidas nesse banco de dados.</p> <p>Para a qualificação das decisões implementadas no âmbito dos órgãos de gestão e dos colegiados, esse sistema de informações torna-se essencial. É importante também para orientar o esforço de construção de conhecimento em direção ao preenchimento das lacunas de informação existentes, cuja identificação é bastante facilitada quando há uma sistematização do conhecimento existente.</p>	<p>A maioria dos municípios disponibiliza informações turísticas <i>on line</i>. Em termos de material informativo, por iniciativa do <i>trade</i> turístico são distribuídos folders, mapas e roteiros com informações das localidades e dos seus equipamentos turísticos.</p>
<p>Pouca participação social no turismo</p> <p>Parcerias ajudam a combater a exploração sexual e o tráfico de drogas</p>	<p>A participação social e do empresariado na atividade turística é diretamente proporcional às oportunidades criadas e ao nível de sensibilização de cada um desses segmentos para essas oportunidades. Para tanto, é fundamental inserir no planejamento da atividade a capacitação para inserção, tornando oportunidades potenciais em reais, a partir da existência de segmentos capacitados para realizar essa transição. Um entendimento dos gestores públicos sobre essa questão também é essencial, para que a política pública direcione esse movimento, por meio de programas, instrumentos e ferramentas específicas. Num ambiente com estas condições, as campanhas de sensibilização terão muito mais efetividade, inclusive aquelas voltadas para prevenir a exploração sexual, a prostituição e o consumo de</p>	

	<p>drogas.</p> <p>Outro aspecto importante a considerar é a criação de colegiados onde os diversos segmentos de governo e sociedade se façam representar e se mobilizem para o crescimento da atividade.</p>	
--	--	--

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.8.3.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

Infraestrutura e Serviços Básicos		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>Serviços de saúde resumem-se a postos de atendimento razoáveis, com insuficiência de leitos e serviço de emergência na maioria dos municípios.</p> <p>Limpeza pública razoável, mas inexistem aterros sanitários.</p> <p>Inexistência de um sistema eficiente de gestão de resíduos sólidos.</p> <p>Sistema de esgotamento sanitário inexistente ou bastante precário.</p> <p>Fornecimento de energia elétrica e iluminação pública regular.</p> <p>Drenagem e pavimentação regulares nas áreas centrais das cidades.</p> <p>Terminais rodoviários inexistentes em muitos municípios.</p> <p>Não há alcance de telefonia móvel em várias áreas</p> <p>Inexistência de vôos regulares.</p> <p>Congestionamento e poucos estacionamentos para as épocas de festas.</p> <p>Baixa criminalidade, apesar dos efetivos policiais insuficientes.</p> <p>Inexistência de Corpo de Bombeiros e Defesa Civil insuficiente na maioria dos municípios.</p> <p>Poucas lojas e agências bancárias, inexistência de caixas eletrônicos para cartões internacionais ou casas de câmbio.</p>	<p>As condições de prestação dos serviços de infraestrutura no Polo Seridó apresentam-se deficitárias para o atendimento da população local, podendo se agravar com o incremento da atividade turística, em razão do aumento do fluxo de pessoas, com riscos para o meio ambiente e para qualidade dos produtos ofertados. Incluem-se, como infraestrutura, o receptivo, vias de acesso, saneamento ambiental (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e drenagem), serviço de comunicação e segurança pública. Para qualquer plano ou programa de incremento às atividades de turismo nesse polo, faz-se necessário um programa de investimentos nessas condições básicas, a exemplo do que ocorreu no Polo Costa das Dunas, há alguns anos atrás, com recursos da primeira fase do PRODETUR.</p> <p>No entanto, é importante ressaltar a necessidade de todos os cuidados na execução e planejamento das obras e em sua subsequente manutenção, para evitar impactos adicionais que levam (ou podem levar) ao agravamento da deterioração dos atrativos</p> <p>É necessário que os estudos e projetos, assim como a execução e manutenção das obras, tanto de acesso quanto de urbanização de orla, contenham todos os requisitos de sustentabilidade. Para tanto, devem ser objeto de um processo de planejamento participativo.</p>	

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

4.8.3.5. Componente Gestão Ambiental

GESTÃO AMBIENTAL		
SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES	MEDIDAS ADOTADAS
<p>População pouco conscientizada sobre a importância da proteção ambiental polui as águas e degrada o ambiente</p> <p>Baixa capacidade fiscalizadora ambiental</p> <p>Poucas unidades de conservação da natureza nas áreas de influência dos sítios arqueológicos</p> <p>Ausência de instrumento que normatize e oriente a gestão dos aspectos ambientais nos municípios do roteiro Seridó</p>	<p>A percepção da população local sobre o turismo é ao mesmo tempo de aceitação e de preocupação quanto aos impactos socioambientais gerados pelo desenvolvimento da atividade, principalmente por falta de conhecimento e do exercício de participação nas decisões. Para a implantação de obras e projetos de interferência territorial com uma garantia mínima, é fundamental estabelecer um programa de gestão ambiental que envolva os diversos aspectos atuantes sobre a atividade turística, como o ordenamento territorial (ZEE, Projeto Orla, Planos Diretores), o controle e a mitigação dos impactos (fortalecimento das instâncias de gestão ambiental e das legislações pertinentes à sua atuação, criação de áreas protegidas) e a mobilização social para a sustentabilidade da atividade (criação de conselhos e programas de sensibilização). Estes instrumentos precisam tratar, não só da atividade turística, mas do ambiente como um todo, criando as condições favoráveis para que as diversas atividades desenvolvidas no Polo possam contribuir, de forma articulada, para o desenvolvimento de uma identidade turística para a região.</p>	<p>As medidas adotadas para gestão ambiental na região do Seridó estão restritas aos programas de abrangência estadual executado pelo o órgão ambiental e alguns planos realizados em parcerias com o Governo Federal (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido - PDSA); o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação – PAN e Programa de Reflorestamento.</p> <p>Com relação ao marco regulatório vem sendo observado as normas estaduais e federais.</p> <p>Uma iniciativa importante foi a realização da capacitação dos gestores municipais através da parceria Governo do Estado e Governo Federal na realização do Programa Nacional de Gestores Ambientais.</p>

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

5. DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é parte integrante da etapa de Análise do Contexto (Linha de Base e Diagnóstico). Trata-se de um documento elaborado a partir da Linha de Base, considerando os dados disponíveis no diagnóstico do PDITS e outros materiais bibliográficos consultados, complementados com a consulta aos atores sociais relevantes (especialistas), por meio de pesquisa com aplicação da metodologia DELPHI, fazendo sua sistematização, com vistas à identificação dos fatores críticos e elementos centrais a serem consideradas nas recomendações da AAE às ações propostas nos PDITS.

Este diagnóstico está estruturado em cinco partes distintas contendo, em linhas gerais:

- A **situação geral dos Polos**, buscando identificar e caracterizar as condições e implicações ambientais, sociais e econômicas para o desenvolvimento da atividade;
- A **institucionalidade e governança do turismo**, abordando, a partir da análise de dados e informações decorrentes da caracterização social, ambiental e econômica na região dos Polos constante da Linha de Base, os aspectos associados à institucionalização e governança dos segmentos turismo e meio ambiente, bem como os principais planos e programas em execução sob a responsabilidade dos governos federal e estadual;
- Na terceira parte, aborda os **fatores críticos internos e externos** aos Polos, que condicionam a sustentabilidade do turismo na região e as **oportunidades estratégicas** ao seu desenvolvimento;
- E, por último, são apresentadas as **considerações e conclusões finais** em torno da atual prática do turismo em cada um dos Polos.

Na abordagem metodológica adotada para AAE, deve-se ressaltar que sua concepção, além de propiciar a identificação das possíveis implicações socioambientais do programa, possibilita a participação da sociedade, por intermédio de atores sociais relevantes, contribuindo no debate especializado sobre as perspectivas do desenvolvimento do turismo no Estado.

Cabe ressaltar que os aspectos relativos à cumulatividade e sinergia de impactos ambientais serão analisados quando da observação do cenário tendencial e das alternativas de desenvolvimento do turismo propostas para a região de abrangência de cada Polo, sob uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Esses aspectos deverão ser identificados e observados no momento de avaliação das ações estratégicas que condicionam o desenvolvimento do turismo em cada Polo e sua relação com as tendências identificadas.

Dessa forma, o presente diagnóstico, sem pretender ser conclusivo, apresenta às principais contribuições que subsidiarão a formulação de recomendações às propostas de ação a serem implementadas nos Polos, com recursos do PRODETUR NACIONAL, e que estejam voltadas para a garantia da sustentabilidade da atividade e integração das diversas políticas setoriais.

5.1. Situação Geral dos Polos

A região do PRODETUR/RN abrange os municípios da região do Litoral Oriental, Litoral Setentrional e Seridó do Estado, constituindo os Polos: Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó, totalizando 52 municípios como área de influência direta do Programa. Os recursos

naturais, as condições ambientais e as paisagens únicas e ainda preservadas definem um quadro que permite o desenvolvimento do turismo como uma das vocações econômicas.

Destaca-se dentre os demais Polos, o Polo Costa das Dunas como o principal ponto receptor de turistas do Rio Grande do Norte, em virtude de nele se situarem Natal e Tibau do Sul, atualmente os dois principais destinos turísticos do Estado. Associam-se a isto a sua vocação natural para o turismo litorâneo, caracterizado pela disponibilidade de um extenso litoral e uma paisagem constituída de mangues, dunas, falésias e lagoas, como principais atrativos turísticos, concedendo à região a denominação de turismo de *sol e praia*. Essa associação do Polo Costa das Dunas, a um destino de lazer e férias litorâneo é muito forte e já está consolidada nos mercados nacional e internacional. Daí a necessidade da implementação de um contínuo processo de planejamento do desenvolvimento da atividade, que assegure a continuidade da aplicação adequada dos investimentos para fortalecer os produtos turísticos do polo. Utilizando fortemente os recursos naturais como produto para o turismo, é fundamental que tais áreas estejam sob constante gestão, com ações de manejo, controle e proteção, a fim de garantir a sustentabilidade de tais recursos.

Estudos sobre a rede urbana do Polo Costa das Dunas permitem indicar uma forte relação de centralidade no entorno de Natal, mas que não admite uma maior complexidade em todo o Polo, sendo este formado por duas realidades: uma centralizada na força da Região Metropolitana de Natal (RMN) e outra do tipo “arquipélago”, com municípios desconectados (Canguaretama e Baía Formosa (no sul), São Miguel do Gostoso, Rio do Fogo, Touros e Pedra Grande - ao norte). Uma linha de conurbação litorânea, porém, integra o sul e o norte, embora de modo ainda inicial.

A centralidade exercida pela RMN permite concluir de modo objetivo, como hipótese geral, que a densidade econômica e social do Polo Costa das Dunas – em suas diversas atividades – passa necessariamente pelos fluxos existentes na área metropolitana, sendo que a vitalidade de toda a rede (em seus diversos níveis) depende das políticas de investimentos públicos e/ou privados que ocorrem na área metropolitana.

Já o Polo Costa Branca, apesar de abranger municípios litorâneos, tem sua vocação turística voltada para o desenvolvimento de turismo de caráter regional, considerando o fluxo de visitantes do próprio estado e dos estados vizinhos, atraídos pelas festas populares e o turismo de segunda residência (veraneio), principalmente, nos municípios costeiros, o que em menor escala tem contribuído para a ocupação desordenada da faixa litorânea, além do turismo de negócios motivado pelo potencial econômico da região, cuja economia está baseada nas atividades salinera, petrolífera e a fruticultura irrigada, no aproveitamento dos atributos naturais, o que, em geral, tem provocado impactos ambientais que devem ser compensados e mitigados.

O conjunto de ecossistemas que caracterizam os Polos (Costa das Dunas e Costa Branca) é formado por manguezais, praias, rios, estuários, dunas, lagoas, sendo que, no Costa Branca, a caatinga avança para o litoral, em contraste com os demais atributos naturais, que compõem a paisagem cênica dessa região. A beleza dos ecossistemas, a biodiversidade e a importância desses ambientes conferem a essas regiões a oportunidade de desenvolvimento do turismo sustentável, ou seja, a integração de objetivos entre as políticas de desenvolvimento da atividade e de gestão do meio ambiente, pois seus principais atrativos estão protegidos pela legislação ambiental. A proteção e o uso ou manejo sustentável dessa paisagem natural tem como desafio conciliar os interesses visando ao benefício mútuo, condição que a gestão pública e o setor privado ainda não conseguiram alcançar.

O Polo do Seridó diferencia-se bastante dos outros dois, não obstante apresentar aspectos bastante semelhantes em termos de atrativos e dos aspectos físicos. Além disso, tendo como base os estudos realizados quando da elaboração do diagnóstico estratégico para o PDTIS, observa-se que nesse Polo predomina como opção para a oferta turística, além de

recursos naturais, atrativos histórico-culturais, em que se destacam as manifestações e usos tradicionais e populares, e eventos programados. Somando-se recursos e atrativos, segundo o citado diagnóstico, a tipologia de maior representatividade no Polo **são Manifestações e usos tradicionais populares** (39%), estando inseridas nesta categoria festas populares, religiosas, comemorações cívicas, gastronomia, artesanato, feiras e mercados. Em seguida, vêm os recursos naturais, que respondem por 16% da oferta de recursos e atrativos, pelas características físicas da região - composta por uma variedade de serras, relevo acidentado e formações rochosas interessantes – que permite a realização das atividades de ecoturismo, turismo de aventura, espeleológico e arqueológico. Os cursos d'água, açudes e barragens possibilitam também algumas atividades relacionadas aos esportes náuticos, recreação e contemplação (principalmente no “inverno”, quando o fenômeno da “sangria” da linha de água atrai milhares de pessoas à região).

Neste item, destacamos que a oferta turística, representada pelo conjunto **recursos e atrativos turísticos naturais**, compreendendo os elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, praias, dunas, falésias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna), associados às alterações provocadas pelas demais atividades econômicas desenvolvidas nos três Polos (agricultura, com a fruticultura irrigada e a pecuária; a pesca, incluindo a carcinocultura; o extrativismo mineral, que reúne a produção de sal, petróleo, gás natural e outros minérios; e as cerâmicas, cuja atividade resulta em significativa redução do recurso florestal) correm riscos de degradação provocados pela fragilidade que caracteriza esses atributos naturais e pela ausência de medidas de planejamento e gestão.

5.2. Institucionalidade e Governança do Turismo

O turismo tem sido apontado como uma atividade geradora de desenvolvimento, devido a sua capacidade de canalizar investimentos e fomentar a mobilização de uma cadeia produtiva, que permite incrementar a economia de um país, região ou localidade que possua vocação turística. Para tanto, o planejamento é um instrumento poderoso para garantir a sua implementação de forma sustentável.

Consumidor de recursos naturais e culturais, o turismo bem planejado poderá contribuir para a preservação do patrimônio ambiental e fortalecer a identidade cultural de um povo, através de uma política pública que garanta o desenvolvimento sustentável das destinações. Entretanto, se mal gerido, poderá provocar sérios impactos ao meio ambiente e comprometer o modo de vida das populações receptoras.

Assim, a institucionalidade da política de turismo deve ser interpretada quanto à gestão do turismo, à gestão do meio ambiente e a interface entre suas visões. Entretanto, a gestão do turismo no Estado vem sendo marcada pela multiplicidade de iniciativas e de diretrizes para o seu desenvolvimento tanto a nível federal como estadual e, em alguns casos municipais (Natal). A cada programa ou projeto estão associadas ações de natureza diversa, muitas vezes complementares, porém desarticuladas.

Esta multiplicidade e diversidade de comportamentos institucionais, com seus respectivos processos de mobilização, têm provocado um desgaste entre os envolvidos e interessados no turismo. Em nível estadual, nas diversas iniciativas nem sempre, os governos promovem investimentos compatíveis com seus respectivos planos. Os municípios, por sua vez, não assumem uma clara priorização do desenvolvimento do turismo em seus territórios, o que fica evidente pela falta de instrumentos de planejamento (do total de 52 municípios, apenas 22 dispõem de plano diretor, 11 de código de meio ambiente e 14 de plano de turismo) e pela fragilidade da estrutura administrativa (quadro de pessoal pouco capacitado e em número reduzido) para gestão do turismo. O setor privado apresenta múltiplas dificuldades de articulação e organização dos seus segmentos, criando um quadro de falta de

capacidade para uma oferta de serviços de qualidade de modo a tornar competitivos os produtos turísticos locais.

Quanto à institucionalidade da gestão ambiental nos Polos, de modo geral, carece de capacidade e articulação institucional, embora para orientá-la, tenham sido instituídas normas ambientais federais, estaduais e até municipais, além de diretrizes e zoneamento ecológico-econômico, especialmente, no Polo Costa das Dunas. Essa deficiência é ainda mais grave nas instituições municipais, ocorrendo também conflitos de competências entre algumas normas municipais e federais. É, portanto, na interface entre a gestão do turismo e a gestão ambiental que se observa uma desarticulação crítica para o desenvolvimento do turismo na região, visto que, o grande potencial do turismo são os ativos naturais.

O crescimento turismo tem servido de estímulo para institucionalização de canais de participação da sociedade civil organizada a partir da implementação e execução do Plano Nacional do Turismo (2007/2010), propondo que as instâncias estaduais contemplem a contextualização das ações da Política Nacional, estruturando o turismo nos estados, regiões e municípios. Neste sentido, o Governo do Estado, com o objetivo de cumprir as determinações do Plano Nacional do Turismo, passou a instituir as instâncias de governanças regionais de turismo, de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo. O mesmo não ocorreu em nível municipal com relação à criação e instalação dos colegiados, diversos municípios ainda não dispõem de instância para participação da sociedade civil na gestão do turismo e do meio ambiente. (Anexo I)

Para o desenvolvimento sustentável o poder público necessita implementar um grande esforço visando articular as ações governamentais, no sentido de que a atividade turística possa ser o instrumento transformador do desenvolvimento regional. No nível federal, o governo na tentativa de inverter o modelo de atuação no setor, elaborou o Plano Nacional de Turismo (PNT) para o período 2007/2010, como um instrumento de planejamento e gestão que garanta tornar o turismo um indutor de desenvolvimento, por meio da geração de emprego e renda no país. Trata-se de uma política implantada de forma descentralizada, contando com um trabalho integrado e de cooperação de diversos setores do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor, bem como das instituições com assento no Conselho Nacional de Turismo (CNT).

Materializado por meio de um conjunto de macro programas e programas que constituem sua base de ação, o PNT apresenta como visão: “o turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial.

Nesse sentido, o PNT conta com o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL). Esse Programa é uma iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que criou uma linha de crédito para atender à demanda de recursos de financiamento internacional dos Estados e municípios brasileiros. Seu objetivo é alcançar as metas do PNT, ampliando a importância do setor turístico no desenvolvimento do País, por meio da geração de novos empregos e redução das desigualdades regionais. Como objetivos específicos, o Programa contempla:

- a) Estruturar os destinos e dar qualidade ao produto turístico brasileiro;
- b) Aumentar a competitividade do produto turístico nacional;
- c) Preservar os atrativos naturais e culturais;
- d) Melhorar as condições de vida da população residente nos destinos turísticos;
- e) Promover o desenvolvimento socioeconômico local de forma sustentável; e
- f) Recuperar e adequar à infraestrutura dos equipamentos nos destinos turísticos.

A gestão da política do turismo também pode ser avaliada a partir dos investimentos aplicados nos planos, programas e projetos sejam apoiados pelo setor público ou privado. No Rio Grande do Norte a maioria dos programas e projetos, não foi proposta com a perspectiva específica de viabilizar a vocação turística. Contudo, para que se possa avaliar o contexto em que a atividade turística vem sendo desenvolvida na região, busca-se identificar os planos e programas previstos ou em execução. O objetivo é verificar as ações do poder público que possam contribuir ou intervir com os objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável nos Polos. Os planos e programas identificados incluem temas como o turismo, meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico, a situação atual e a responsabilidade institucional. (Anexo I)

No segmento turismo, podemos destacar o PRODETUR NACIONAL sob a responsabilidade do MTur cujo acesso às linhas de crédito tem como exigências a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para orientar a execução do financiamento. Os PDITS devem propor objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, visando à melhoria da qualidade das populações residentes nas áreas dos três Polos.

Na área ambiental não identificamos planos, programas e projetos especificamente, direcionados para a integração de ações entre as políticas de turismo e de proteção ambiental. A maioria dos programas e projetos (Anexo II) visa o controle e monitoramento ambiental, de abrangência regional e outros de âmbito estadual e complementar, em termos de gestão ambiental. Reafirmamos que em regiões em que os principais atrativos estão relacionados aos atributos naturais e protegidos pela legislação ambiental, a inexistência de uma ação articulada pode comprometer os objetivos de desenvolvimento sustentável proposto para a atividade.

5.3. Fatores Críticos Internos e Externos que Condicionam o Desenvolvimento do Turismo no Polo

No Rio Grande do Norte, o turismo é visto como uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Como já destacado, o principal produto turístico ofertado atualmente é a combinação de sol, praia, dunas e lagoas, isto é, turismo de *sol e praia*, segmento turístico que mais recebe investimentos do Estado e que se desenvolve basicamente em Natal e seu entorno, destino já consolidado.

No Polo Costa Branca, a atividade turística no segmento *sol e praia* encontra-se, em processo de desenvolvimento. Este é o segmento que continuará a ser priorizado, visto que o produto turístico determina a distinção e o caráter do destino, sendo fundamental a identificação dos fatores críticos internos e externos que contribuem para o crescimento da atividade e seus diversos segmentos, valorizando os produtos que melhor consolidem, com maior eficiência e sustentabilidade, a imagem de cada destino.

Apesar da vocação natural do Estado, especialmente, dessas regiões, para o desenvolvimento do turismo de *sol e praia*, a pouca capacidade institucional dos municípios para a gestão integrada do turismo e a necessidade de conservação dos recursos naturais (grandes potenciais como atrativos para esta atividade) requer esforços para a definição de ações efetivas que direcionem os investimentos, em nível estadual e federal, de qualificação e/ou requalificação dos municípios litorâneos dos Polos.

Com a interiorização dos Polos Turísticos, o governo estadual busca também uma alternativa ao turismo de *sol e praia*, a partir do desenvolvimento de produtos no interior (Polo Seridó), através do turismo arqueológico, de aventura e rural. A região do Seridó dispõe de um rico e diversificado potencial para o turismo, caracterizado pela mistura de cidades antigas com a paisagem natural, composta de serras e grandes açudes, boa

gastronomia, inscrições rupestres, cavernas, sítios arqueológicos, trilhas, e o maior potencial geológico do Nordeste do Brasil.

No entanto, a maioria dos municípios é caracterizada por carência de infraestrutura e de capacidade institucional para o desenvolvimento de uma alternativa de turismo que não deve se limitar a intensificar o fluxo turístico, mas, incentivar a interação do turista com lugar e a cultura local (pessoas da comunidade, artesãos, artistas populares, pintores e intelectuais). Espera-se, com isso, que o turismo possa promover a valorização da cultura local e dos recursos naturais da região.

Essa visão de futuro atribuída ao turismo apresenta-se ameaçada por fatores críticos externos e internos, que podem determinar condicionantes ao seu desenvolvimento, respeitando as peculiaridades de cada um dos polos. Destacaremos, principalmente, os fatores analisados coletivamente pelos diferentes atores locais, em oficinas de trabalho, relacionados aos ambientes externos (oportunidades e ameaças) e internos (pontos fortes e fracos) e relacionados aos aspectos de ordem político-institucional, econômica, de infraestrutura e ambiental, analisados sob a perspectiva de requererem soluções que não estão necessariamente ligadas às políticas e investimentos de turismo, mas que permita a complementação e integração com outras políticas setoriais, na expectativa de uma gestão socioambiental no âmbito municipal e estadual.

Nos Polos Costa das Dunas e Costa Branca, os fatores críticos externos de ordem político-institucional que podem ameaçar o desenvolvimento do turismo, constatados quando da formulação dos cenários na elaboração dos PDITS, são bastante semelhantes nos dois Polos e estão basicamente ligados às transições governamentais e conseqüente descontinuidade administrativa, agravado pela cultura de que as decisões políticas ainda prevalecem sobre as estruturas técnicas e as reduzidas capacidades de execução de ações programadas podem causar mudanças de rumo nas políticas públicas para o setor.

No Polo Seridó, a região é marcada pela visível falta de apoio institucional aos municípios, pouca capacidade regional dos gestores públicos em propor as regulamentações estaduais e locais, assim como para construção e implementação dos instrumentos de planejamento. São fatores críticos desfavoráveis ao desenvolvimento de uma política para um turismo sustentável e para o contexto geral de governança na gestão do setor, que ainda se apresenta frágil, carente de capacitação e de articulação institucional nos diversos níveis: federal, estadual e municipal.

Na esfera econômica, os fatores críticos externos identificados, nos dois Polos (Costa das Dunas e Costa Branca), também são muito semelhantes e estão vinculados, fundamentalmente, às questões de competitividade dos destinos. Seja na escala regional, com produtos semelhantes, que poderá diminuir o ganho de escala ou pela focalização em um único evento, como é o caso atual da Copa de 2014.

Em geral, os efeitos da competição nacional e internacional no Estado, resultam na elevação dos valores fundiários, levando a uma perda em competitividade e favorecendo uma forte pressão sobre os recursos naturais, além dos efeitos da crise econômica mundial, que tenderá a diminuir os investimentos privados em novos projetos.

A esses fatores, associa-se o perfil das empresas, onde a concorrência externa leva ao fechamento daquelas pouco capitalizadas. Ao Polo Seridó, além da pouca articulação regional, no sentido de estruturar redes de produtores locais, associa-se um menor poder de compra e do gasto turístico dos turistas que visitam a região.

No ambiente interno ao polo, foram identificados, basicamente, fatores relacionados a pouca diversidade, concentração (em apenas dois destinos) e polarização (das demais opções do roteiro) dos atrativos e produtos, agregado à inexistência de uma agenda regional, o que inviabiliza a sinergia entre os atrativos; à manutenção da alta sazonalidade, prejudicando o processo de planejamento baseado na definição de alternativas complementares, somados

à inexistência de um Plano de Marketing que diversifique as imagens dos destinos, focalizando para novos nichos de mercado.

Quando se trata de infraestrutura e serviços, dois fatores críticos condicionam o desenvolvimento do turismo nos Polos: um se refere às condições da infraestrutura de acesso; o outro diz respeito à cobertura e qualidade dos serviços ofertados, incluindo o de saneamento ambiental urbano, que mesmo com o significativo aporte de recursos alocados e investidos, ainda se apresentam como um dos principais fatores críticos ao desenvolvimento da atividade.

No caso específico do Costa das Dunas, a infraestrutura receptiva ainda se apresenta pouco estruturada, principalmente para atender ao aumento de demanda resultante do incremento de fluxos turísticos. No caso da energia elétrica, iluminação pública satisfatória nos núcleos urbanos, mas sem tratamento diferenciado em função da hierarquização dos espaços; o abastecimento de água tratada com risco de contaminação e o esgoto sanitário, muitas vezes lançado na rede de drenagem pluvial, provoca poluição dos cursos de água e do mar.

A deficiência da sinalização turística e a inexistência de sistema de transporte para o turista (*city tour* e rotas turísticas no polo) prejudicam a circulação de pessoas e mercadorias, além de dificultarem o acesso a aos atrativos turísticos e deslocamento entre os centros receptivos.

No Polo Costa Branca, o desenvolvimento do turismo (turismo de negócios) deverá incrementar o fluxo de turistas nas estradas e nas vias de acesso - rodovias e estradas de acesso aos atrativos, que são mal conservadas e não sinalizadas – aliado às precárias condições da infraestrutura do receptivo (aeroporto sem funcionamento para vôos comerciais e terminais rodoviários inexistentes ou precários), bem como os demais serviços de apoio à atividade (telefonia, saneamento, segurança pública precária, coleta e tratamento dos resíduos insuficiente, com aterros sanitários apenas em três municípios). São fatores que marcam as condições da infraestrutura e dos serviços nessa região, cujos investimentos na melhoria e ampliação são importantes para melhorar as condições de acesso e de deslocamento da população local e dos turistas. Ressalta-se que os investimentos necessários dependem da intervenção de outros setores e não somente do turismo.

As condições dos serviços de infraestrutura nos Polo Costa das Dunas e Costa Branca, ainda são bastante precárias e no Polo Seridó a situação se agrava, no tocante a saneamento e gestão urbana dos serviços, o problema não reside somente na insuficiência de cobertura e qualidade dos serviços. Os municípios do Polo, na sua maioria, inexistem o sistema de esgotamento sanitário ou serviços são bastante precários não tendo condições nem para o atendimento a população local, tampouco para o aumento populacional gerado pelos fluxos turísticos. As cidades nessa região, em geral, não dispõem de política urbana ou ambiental à altura de suas potencialidades e características peculiares e nem dos requisitos de sustentabilidade necessário ao desenvolvimento dessa atividade econômica.

As deficiências de serviços (saneamento, segurança e outros) e da gestão urbana, elucidados nos diversos documentos consultados, principalmente, no Diagnóstico Estratégico dos PDITS levam a afirmar que a situação atual afeta atividade turística, comprometendo seu desenvolvimento. Por outro, o desenvolvimento do turismo sem uma estratégia planejada e uma perspectiva de integração das diversas políticas, impacta a qualidade de vida nessas cidades, aumentando a demanda pelos serviços.

E por ultimo, os principais fatores críticos de natureza ambiental, externos e internos, que afetam e condicionam o desenvolvimento do turismo nos três Polos (para os quais os recursos naturais são potenciais destinos e atrativos), são as estruturas de governança, a capacidade de suporte dos ecossistemas e a instabilidade na aplicação das regras de uso dos recursos naturais como ativos a serem considerados no desenvolvimento do turismo. O quadro é complexo, uma vez que as propostas de vetores de crescimento do turismo para os três Polos estão, essencialmente, direcionadas para utilização dos seus atributos

naturais. Esse quadro define uma dicotomia entre os propósitos das políticas de turismo e a de proteção do meio ambiente. Do ponto de vista institucional, como já ficaram evidenciado, os gestores do setor público convive com essa dualidade e pouco tem sido feito no sentido de conciliar suas razões e neutralizar as divergências entre as exigências legais sobre os usos dos recursos ambientais e o desenvolvimento do turismo, embora o mesmo seja reconhecido pelo segmento do meio ambiente como uma atividade econômica, atualmente, voltada para o desenvolvimento sustentável.

A instabilidade na interpretação do quadro legal e dos regulamentos para o uso dos recursos naturais como parte dos produtos turísticos, somados à ineficiência do aparato institucional (pessoal técnico e estrutura física) da maioria dos municípios implicam em riscos ao desenvolvimento da atividade. Acrescenta-se a esse quadro, além da carência geral, já diagnosticada, de infraestrutura, principalmente de saneamento básico e drenagem urbana, a insuficiência de informações, sistematizadas e atualizadas, sobre os ecossistemas e as condições ambientais e sobre o uso dos recursos naturais. Estas são fundamentais para determinar a capacidade de suporte ambiental ao desenvolvimento do turismo e estabelecer legislação e outros mecanismos de gestão que disciplinem a expansão da ocupação e o desenvolvimento da atividade, assim como para definição das áreas estratégicas e de relevante interesse ambiental, que possam ser destinadas à criação de Unidades de Conservação e posteriormente destinadas como alternativa de destino turístico.

Neste sentido, o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis requer mudanças de postura institucional e um salto qualitativo nas atuais práticas de gestão do setor, cujos desafios estão identificados nos fatores críticos que hoje a condicionam. Sem propostas de ações planejadas, articuladas e acordadas entre o público e o privado, será pouco expressiva a possibilidade da consolidação de práticas que integrem o desenvolvimento dessa atividade econômica e a conservação ambiental.

5.4. Oportunidades Oferecidas pelo Turismo para o Desenvolvimento do Polo

É consenso geral que o momento atual é altamente positivo para a atividade turística, num quadro de expansão do turismo mundial e surgimento de novos mercados emissores, associado ao fortalecimento das políticas públicas federais para o setor, baseadas em um planejamento voltado para a diversificação da oferta, que permite tanto fortalecer destinos já consolidados, mantendo sua força e atratividade, quanto a abertura de novos destinos, a partir do aproveitamento de lugares com grande potencial, ainda inexplorados.

O Estado do Rio Grande do Norte reúne todas estas características, pois já faz parte do circuito internacional de turismo, por meio dos atrativos de “sol e praia” localizados no Polo Costa das Dunas e tem espaços e atrativos adequados para a expansão dos investimentos e diversificação de atividades, com contrastes bastante interessantes entre mar e sertão, onde os aspectos culturais têm traços fortes e constituem elementos importantes no desejado processo de diversificação. Além disso, e acentuando estes contrastes, desenvolvem-se importantes atividades econômicas, com utilização de alta tecnologia e grandes fluxos de capitais, que por si só influenciam na organização do território e geram potencialidades que podem abrir novos campos, como o turismo pedagógico e o de negócios.

Somado a isto, e associado a isto, a escolha do Estado para sediar a Copa do Mundo de 2014 cria uma nova dinâmica de investimentos, com possibilidade de atração de novos atores e abertura de novas possibilidades.

Todas estas oportunidades acontecem dentro de um cenário que não envolve apenas o Rio Grande do Norte, pois a atividade turística está associada a movimentos internacionais, nacionais e locais. Por isso, é fundamental a organização do Estado, em associação com a

iniciativa privada e com a participação dos segmentos sociais envolvidos nos diversos aspectos da atividade, para o desenvolvimento de estratégias e políticas que façam frente à dimensão de oportunidades apresentadas e à competitividade de outros locais com características semelhantes (outros estados do Nordeste, por exemplo), conseguindo capturar investimentos e fluxos de visitantes para concretizar o cenário favorável existente no Estado.

Esta gestão deve encarar a atividade turística não de forma isolada dos demais setores de atividades, uma vez que a criação e consolidação de um ambiente favorável dependem, fundamentalmente, entre outros fatores, da manutenção da qualidade ambiental dos atrativos e produtos, da presença de infraestrutura receptiva e de apoio, da capacitação e inserção qualificada dos diversos atores e da criação de sistema de gestão que tenha condições de acompanhar a evolução das atividades e o redirecionamento em direção às novas oportunidades que vão surgindo na evolução do processo.

Trata-se de uma gestão voltada para vencer barreiras, no sentido de manter a qualidade dos atrativos consolidados, por meio da manutenção dos investimentos realizados e a adição de novos investimentos, inclusive exercitando a capacidade de captar recursos de outros setores no âmbito de uma ação articulada e planejada, como por exemplo, os recursos para o saneamento básico e a drenagem pluvial, que podem vir de outros programas nacionais e estaduais voltados exclusivamente para este fim.

Outro desafio importante de gestão é levar investimentos para atividades que ainda estão no campo das potencialidades, evitando o fortalecimento apenas dos destinos consolidados. Dentro do próprio Polo Costa das Dunas, há um consenso sobre a necessidade de se diversificar os atrativos atualmente existentes, a partir da inserção de atrativos histórico-culturais nos atuais roteiros praticados, que permitam a inclusão de novas localidades além das atualmente oferecidas.

No Polo Costa Branca, o desafio é diferente, pois se caracteriza pela ausência de infraestrutura nos atrativos identificados, trazendo o desafio de desbravar novos roteiros e prover o apoio para que se estabeleçam, cresçam e tenham autonomia, a exemplo dos atuais roteiros do Polo Costa das Dunas. Estes roteiros precisam associar o turismo de “sol e praia” às novas modalidades possíveis na região, como o turismo de aventura e o de negócios, envolvendo as empresas responsáveis pela dinâmica econômica própria da região num movimento de que suas atividades tornem-se atrativos, a partir da qualificação de seus produtos às exigências de visitantes nacionais e internacionais, com a possibilidade de gerar um novo circuito de turismo pedagógico e de negócios, a exemplo das grandes regiões vinícolas que acontecem em algumas partes do mundo.

No Polo Seridó, trata-se de aproveitar a grande força cultural da marca que dá nome ao polo, em uma proposta de turismo com alto envolvimento da sociedade local, transformando seus saberes e afazeres tradicionais em atrativos, associando estes aspectos à grande diversidade das paisagens locais e aos atrativos naturais que as mesmas abrigam. Nesse sentido, as festas populares, que já atraem multidões à região podem e devem ser o cartão de visita e de entrada e, para isso, é preciso investimento em estruturas receptivas adequadas para o grande afluxo de visitantes. Estas estruturas precisam ser pensadas para funcionar por todo o ano. Para isso, é preciso envolver os setores econômicos emergentes na região (têxtil, mineral e de alimentos) para criação de um circuito de eventos voltados ao fortalecimento destes negócios.

Estas duas dinâmicas podem e devem abrir o Polo para seus atrativos naturais (serras e sítios arqueológicos) e construídos (como os açudes, por exemplo), chamando a atenção para estas características únicas da região. No entanto, é preciso prover infraestrutura receptiva para a exploração dos atrativos naturais, tanto dos locais quanto das pessoas envolvidas, permitindo a sustentabilidade dessa atividade ao longo do tempo.

5.5. Considerações

O turismo é uma atividade que se desenvolve ao longo do tempo e sua sustentabilidade depende de um processo de planejamento sistemático e estratégico, que permita estabelecer as condições de integração de ações entre os diversos setores envolvidos. Nos três Polos objeto do PRODETUR no Rio Grande do Norte, este planejamento deve ter a capacidade de estabelecer ações que atendam às diferentes situações encontradas: produtos turísticos consolidados no segmento sol e praia (Polo Costa das Dunas), bem como áreas para expansão deste segmento e associação com novas modalidades que diversifiquem a atividade nos segmentos do turismo cultural, de aventura, de negócios e pedagógico (Polos Costa Branca e Seridó). Isso requer uma visão de futuro pactuada entre Poder Público, sociedade e o setor empresarial sobre o tipo de turismo que se quer consolidar em cada região. Cabe salientar, também, que a diversidade e a pouca integração entre os polos no Rio Grande do Norte aumenta a complexidade para viabilizar e gerir as variáveis básicas que definem a atividade turística, quais sejam: localização geográfica, dimensão operativa, articulação interna e coesão, dinâmica equilibrada dos fluxos turísticos, gestão integrada, ação empresarial articulada, capacidade de criar vantagens competitivas, dentre outras. A desejada integração da atividade turística deve ser vista, não apenas nos aspectos da dimensão territorial, mas como requisito para o desenvolvimento do turismo sustentável, devendo abranger a sinergia dos três destinos, a valorização das diferenças culturais, o que implica em estratégias de envolvimento das populações locais, integrando as dimensões econômicas e socioambientais.

A consolidação de polos, mesmo no caso do Costa das Dunas, onde a atividade de turismo se encontra em um patamar bem mais elevado, deverá levar à concentração de esforços e investimentos, além de firmar em cada destino sua identidade específica, determinando-se a atratividade dos tipos de turismo praticados. Deverá, ainda, favorecer que os municípios sejam preparados como centros receptivos, possibilitando melhoria da qualidade de vida para a população local e dos serviços oferecidos. Para tal, o desenvolvimento do turismo requer a avaliação do interesse estratégico de cada produto para cada destino, de acordo com a sua capacidade competitiva e a contribuição de cada um deles para os objetivos estratégicos de cada polo.

As intervenções não se devem limitar ao setor turístico, pois são necessárias ações que melhorem a qualidade de vida (saúde e infraestrutura) e a formação educacional da população local, de modo a criar condições para que possam competir no mercado de trabalho e se organizar em torno de diferentes atividades produtivas. O mercado busca fatores de produção de qualidade, entre eles a mão de obra, e quanto maior a parcela de trabalhadores locais, incorporada ao processo produtivo, maior a apropriação dos benefícios pela população e a contribuição do turismo para o alívio da pobreza.

A necessária integração entre as políticas públicas esbarra em alguns conflitos, em especial, a dualidade entre meio ambiente e as políticas de desenvolvimento. A minimização destes conflitos requer a construção de uma visão única de desenvolvimento sustentável para a região, considerando-se os requisitos de cada política pública. Faz-se necessário que o diálogo se dê a partir da compreensão comum das partes sobre os problemas e suas possíveis soluções. É preciso reconhecer a necessidade de desenvolvimento de instrumentos adequados para a eficiência dos produtos turísticos desejados.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável do turismo nos três Polos exige esforços significativos para promover a inversão das variáveis que atualmente o condicionam, entre as quais destacamos: *i)* as lacunas da infraestrutura e serviços existentes; *ii)* a deficiência do aparato institucional; *iii)* a falta de capacitação dos profissionais e do próprio empresariado; *iv)* a visão estreita que fundamenta a gestão urbana; *v)* a dualidade entre o ativo turístico e o ativo ambiental; e *vi)* a fragilidade do processo de participação social.

5.6. Conclusões

A realidade apresentada nos diversos estudos que constituíram este trabalho permite concluir que o turismo no Rio Grande do Norte é uma atividade em plena expansão, com todas as condições de se consolidar como elemento de peso na economia e no processo de desenvolvimento do Estado. No entanto, os desafios são significativos, em particular quanto à consecução dos objetivos estratégicos de sustentabilidade, que significam a continuidade dos investimentos em infraestrutura e a diversificação, no sentido de que sua expansão possa aproveitar mais integralmente as diversas potencialidades que se apresentam, nos aspectos socioculturais e na inserção das diversas atividades econômicas que se desenvolvem no território, no âmbito dos três polos. Para tanto, cabem ser observados diversos aspectos.

No que se refere à própria atividade turística, por mais que os recursos naturais tenham todas as condições de se constituir atrativos, as perspectivas econômicas do turismo dependem fortemente de um imponderável equilíbrio em termos de suporte destes atrativos. Nesse sentido, o uso destes atributos naturais requer a convergência dos objetivos de gestão ambiental com os de turismo e devem estar expressos nos diversos instrumentos de planejamento. Não é demais destacar a necessidade do equilíbrio entre o crescimento da atividade e seus mecanismos de controle, permitindo a sustentabilidade ambiental dos ativos que lhe dão base e, ao mesmo tempo, garantindo a dinâmica necessária para o retorno dos investimentos públicos e privados.

A sustentabilidade ambiental não é a maior dificuldade neste contexto. É senso comum a interdependência entre turismo e conservação, por mais que surjam conflitos derivados dos excessos de um lado e de outro. O desafio está em estabelecer um consenso que garanta um modelo de desenvolvimento sustentável, refletido na construção e conservação de uma paisagem que atenda aos interesses da expansão da atividade turística e, ao mesmo tempo, seja inclusiva em termos de prover à população permanente os mesmos serviços e a mesma qualidade, permitindo também, por meio de estratégias específicas de capacitação, sua melhor inserção na atividade. Para tanto, há necessidade de que esta prática esteja incorporada nas políticas de governo; nas decisões de investimento; no equilíbrio das contas públicas; no consumo de bens de produção; na apropriação do território e dos recursos naturais; na oferta de produtos turísticos; na distribuição de benefícios advindos dos investimentos, entre as comunidades mais carentes; no planejamento e nas programações de investimento; na preservação da cultura. A sustentabilidade é uma perspectiva recente na prática da gestão do desenvolvimento; as experiências a ela relacionadas ainda são incipientes e, por isto, ainda insuficientes para garantir um modelo de decisões concertadas, como o que exige a atividade turística, cujo pleno desenvolvimento depende de decisões que extrapolam o setor.

Associado a isto, temos um ponto crítico, comum a programas que abrangem mais de um município, ou mais de uma região, como no caso dos três polos envolvidos no PRODETUR/RN: a integração. No que pese o turismo como foco de interesse comum, muitas vezes esse interesse se pauta, culturalmente, no fato de que todos querem se beneficiar, embora nem sempre seja unânime a disposição de contribuir para um desenvolvimento homogêneo, integrado. Mesmo comprometendo a integração regional, fica difícil negociar a hegemonia dos polos turísticos. Cada polo e, muitas vezes, cada município dentro do polo, preserva a sua identidade geográfica, no contexto do desenvolvimento do turismo, sem deixar sinais de que a complementaridade entre eles seja benéfica a cada um. Mesmo quando o turismo persegue a implantação de roteiros integrados, para esses polos, é mais palpável a perspectiva de interligação que a de integração. A preocupação pela acessibilidade é mais presente do que o sentimento de integração. Não é diferente, por exemplo, no campo gerencial. Os governos municipais são autônomos e essa autonomia

prevalece em detrimento, muitas vezes, da integração. Os serviços são regidos setorialmente e sem articulação, mesmo entre aqueles de um mesmo setor. Dezenas de programas e projetos foram identificadas como de interesse para estas regiões, todos eles com a marca comum da individualidade, do isolamento. É prova de que integração ainda é atributo deficiente no planejamento atual. Integração, a exemplo da sustentabilidade, é perspectiva que ainda pouco se dispõe no dia a dia da gestão, nem se pratica no seu atual estágio de desenvolvimento. O planejamento do turismo terá que traçar estratégias para superar o notável vazio de integração entre os mais diversos aspectos do cotidiano das regiões abrangidas.

Outro aspecto a considerar é que, em geral, a prática do turismo tem mostrado efeitos adversos em termos de inclusão social, com baixo beneficiamento das comunidades locais no processo turístico. A informalidade e a especulação imobiliária, com a conseqüente periferização das comunidades tradicionais confirmam esta assertiva. Parte-se de uma realidade em que a oferta de mão de obra é constituída de pessoas de baixa escolaridade e pouco favoráveis às exigências qualitativas das atividades de serviços do turismo. Esta realidade, revelada pelos indicadores sociais citados em diversos estudos, mostra que, se a inclusão social é meta efetiva do turismo, a sua mobilização será feita, de certo modo, consciente de perdas na qualidade dos serviços, pelo menos em médio prazo, tempo suficiente para que um programa intensivo de qualificação eleve as condições da mão de obra disponível. Importante ainda dizer que esta qualificação precisa incluir a sensibilização sobre as questões ecológicas e ambientais, possibilitando que todos os agentes atuantes na atividade do turismo tenham consciência na preservação da natureza como garantia do futuro desta atividade.

O esforço de qualificação de mão de obra específica para a atividade turística deve ser complementado pelo estímulo ao desenvolvimento de atividades que participam de forma indireta, na atividade turística, inclusive no caso de municípios que não possuem um potencial turístico capaz de impulsionar o seu desenvolvimento. Os incentivos tanto à produção de bens e serviços, que possam ser utilizados pelo setor turístico, quanto à organização de forma eficiente dos pequenos produtores locais aumentam a possibilidade de absorção, pela população, de uma maior parte da renda derivada da atividade turística. O planejamento da atividade deve buscar estabelecer meios para apoiar a formação de Arranjos Produtivos Locais (APL), como forma de viabilizar a cadeia produtiva em torno do turismo. Essa é uma forma de garantir a produção de insumos de qualidade para a atividade turística na própria região, estimulando a articulação, a interação e a cooperação dos produtores entre si e com outros atores locais.

Por último, não podemos esquecer a importância das cidades no desenvolvimento da atividade turística. O problema é que esta associação indissolúvel, por razões vocacionais óbvias, conta com pouquíssimos pré-requisitos. A maioria delas, salvo algumas exceções, como Pipa e Natal, em parte, são centros urbanos comuns, com as mesmas carências, acrescidas da falta de perfil característico, que desperte o interesse dos visitantes, complementarmente aos produtos turísticos próprios da região. A rigor, as cidades destino satisfazem apenas como pouso e dormida do turista disposto a cumprir seu roteiro de visitas nas proximidades desses centros. Elas precisam ter seus produtos próprios e complementares, atraindo também turistas para os seus cenários culturais, comerciais e de lazer, que são indispensáveis no desenvolvimento turístico.

As reflexões acima deixam transparecer grandes expectativas para o planejamento dos polos, desafiando este planejamento a encontrar estratégias para reverter as tendências aqui retratadas e consolidar expectativas claramente identificadas nas premissas de desenvolvimento destes Polos, tendo o turismo como vetor.

6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DIRETOS E INDIRETOS

A Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, enquanto instrumento de apoio à decisão, constituem-se processo sistemático de identificação, análise e avaliação de impactos e cujos efeitos (consequências ou resultados dessas ações) devem ser interpretados de uma ótica estratégica — linhas de ação que permitam atingir objetivos de longo prazo, num quadro de princípios ou pressupostos. A AAE auxilia a reflexão sobre as oportunidades e consequências das opções ou diretrizes de desenvolvimento (Partidário 2006).

Ainda de acordo com Partidário (1994), a maior parte das experiências existentes com a AAE está baseada em políticas, planos e programas setoriais, cuja abordagem aproxima-se muito da abordagem de projetos. Por isso, a experiência com a Avaliação de Impactos Ambiental (AIA) está sendo aplicada com sucesso na AAE.

A previsão dos possíveis impactos no meio ambiente de um programa da natureza do PRODETUR NACIONAL é uma das etapas mais sensíveis do processo de elaboração da AAE. Segundo Egler (2010), a principal questão presente nessa etapa é a adequação e a confiabilidade das metodologias utilizadas para identificar e avaliar os impactos/efeitos possíveis de ocorrerem no ambiente como resultado da implementação dos Planos, Programas e Projetos - PPPs, nesse caso voltados à atividade turística. Egler e outros autores apontam como preferência na fase de previsão e avaliação de impactos/efeitos de um processo de AAE, o uso de procedimentos de avaliação mais adaptativos quando se defrontam com altos níveis de incerteza.

Existem na literatura diversos métodos que podem ser utilizados para avaliação, cada qual com suas vantagens e desvantagens, que aprimorado com o decorrer do tempo, tem evoluído no sentido de solucionar as fragilidades mais comuns presentes nesses diversos métodos.

Cabe observar, neste universo, que a identificação e avaliação dos potenciais impactos resultantes da implementação do conjunto de intervenções propostas pelo PRODETUR NACIONAL devem observar o que recomenda o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, bem como de outros documentos de referência (Termo de Referência da presente AAE), onde será procedida à identificação, avaliação e classificação dos impactos potenciais do programa, da seguinte forma: a) Impactos positivos e negativos – hierarquizados por área impactada (ambiental, econômica, socioespacial, político-institucional); b) Impactos Indiretos ou Estratégicos (positivos e negativos) – hierarquizados por grau de impacto e por área impactada (ambiental, econômica, socioespacial, e político-institucional); c) Impactos Cumulativos/Sinérgicos (positivos e negativos) – analisados segundo a sua interação, cumulatividade e sinergismo. Para tanto, será aplicado o método das Matrizes, cuja função é a identificação dos impactos no âmbito de cada meio impactado.

A matriz que utilizaremos, bem como a utilizada na análise das ações previstas no PDITS apresenta, no eixo vertical, as ações a serem implantadas por componentes e, no eixo horizontal, os meios passíveis de serem impactados. Alguns autores destacam que o uso de matrizes propicia a visualização das ações que provocam o maior número de impactos, assim como aquelas que mais afetam os fatores ambientais considerados relevantes. Para o levantamento destes impactos, será necessária uma avaliação do conjunto de ações por componentes e suas interações.

No turismo, enquanto política setorial, diferentemente de alguns outros setores da economia, é o consumidor que vai até o produto, e esse produto (o destino turístico) não é um objeto inanimado de consumo, mas um conjunto de aspectos ambientais e socioculturais, que no Rio Grande do Norte, por suas peculiaridades (beleza natural, valor

histórico, cultural, paisagístico, fragilidade, etc.), despertam o interesse do mercado turístico. Entretanto, os fluxos crescentes de turistas e as intervenções decorrentes das políticas, planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da atividade podem causar impactos de grande importância e magnitude para as comunidades locais e os ecossistemas existentes, especialmente quando os principais atrativos estão associados a ativos ambientais de grande fragilidade (Polos Costa das Dunas e Costa Branca).

Baseado nos princípios que regem a avaliação de impacto nos Estudos de Impacto Ambiental, a identificação e avaliação dos impactos ambientais dos PDITS dos polos, na presente AAE, será feita a partir do conjunto de ações e intervenções a serem propostas nos PDITS de cada polo, agrupadas pelos componentes: Produto Turístico, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental. Dessa forma, o procedimento adotado para identificação e classificação dos impactos ambientais gerado por cada ação prevista, agrupadas por componentes, constitui uma matriz de interação como forma de organização que permite a visualização em uma mesma estrutura, das relações entre os diversos fatores relativos às dimensões de sustentabilidade, tais como:

- **Ambiental:** com enfoque para os principais recursos naturais (dunas, mangues, etc.) identificados no diagnóstico e com destaque para as áreas de fragilidade ambiental (dunas, mangues, falésias, sítios arqueológicos, etc.);
- **Econômica:** relacionados aos fatores de empreendedorismo/competitividade dos destinos e absorção da força de trabalho local, que poderá refletir nas condições de trabalho, emprego e renda. A pouca diversidade e polarização dos atrativos e produtos incidem diretamente na produção do turismo;
- **Socioespacial:** entendida como as relações que se estabelecem no campo sócio-cultural e espacial, envolvendo aspectos relacionados à identidade cultural da região, na estrutura dos espaços urbanos e na capacidade e condições de atendimento da demanda por infraestrutura e serviços;
- **Político-institucional:** envolvendo a capacidade institucional do Estado e dos municípios para a gestão das políticas públicas que fortaleça o papel da governança no que se refere à política de turismo.

6.1. Resultado dos Impactos Potenciais

Concluída a identificação dos impactos, conforme apresentado nas matrizes de cada polo, os resultados foram avaliados, considerando cada uma das dimensões de sustentabilidade, relacionados por Componente.

6.1.1. Polo Costa das Dunas

O Polo Costa das Dunas, que recebeu investimentos significativos na primeira fase do PRODETUR, caracteriza-se pela atividade turística consolidada, voltada, principalmente, para o segmento de sol e praia. Estes investimentos permitiram o crescimento do fluxo de turistas, a partir do aumento da capacidade de passageiros no aeroporto e da capacidade hoteleira em Natal, qualificando este destino como grande receptor e distribuidor do fluxo de turistas nacionais e internacionais do Estado. A construção de acessos, como a rodovia do sol, facilitou o surgimento do destino Pipa, que também passou por forte crescimento, adquirindo certa autonomia em relação a Natal, apesar de depender ainda deste para apoio a suas atividades. O polo, nesta nova fase, passa pela necessidade de manutenção e

requalificação dos atrativos consolidados e diversificação dos roteiros, a partir da qualificação de novos atrativos, tanto no segmento sol e praia quanto em novas modalidades que complementem e enriqueçam os roteiros já consolidados. Além disso, busca-se fortalecer as instituições e melhorar a infraestrutura do serviço turístico, com a melhoria de sua gestão, a partir do fortalecimento do órgão gestor estadual e das instâncias municipais, a implantação de sistema de gestão de resíduos sólidos, de sistema de informações e de uma rede de atendimento ao turista, incluindo postos de atendimento e uma companhia de polícia especializada. No que se refere à gestão ambiental, propõe-se a administração de áreas sensíveis no sentido de maximizar seu valor paisagístico e qualificá-los como atrativo a ser inserido nos roteiros do polo.

Componente – Estratégia do Produto Turístico

a) Dimensão Ambiental

Os projetos e obras de qualificação e requalificação urbanística de diversos trechos de orlas do polo, a melhoria de acesso aos destinos turísticos consolidados, a elaboração de plano de diretrizes para o turismo náutico e o projeto executivo de ancoradouros turísticos têm impactos positivos inegáveis, à medida que permitem o planejamento e ordenamento do uso dos recursos naturais, a melhoria da infraestrutura com a conseqüente redução da poluição ambiental e a degradação da paisagem, possibilitando maior garantia de sustentabilidade e qualidade ambiental dos atrativos. Do mesmo modo, a restauração e revitalização do patrimônio histórico cultural, a capacitação de profissionais e empresários, e a rede de atendimento ao turista trazem impactos altamente positivos, pois vêm de encontro à necessidade de diversificação de atrativos e roteiros no polo, aumentando o grau de sustentabilidade da atividade turística. No entanto, o risco de impactos negativos está presente à medida que não haja transparência na elaboração dos projetos e estes não considerem as demandas locais, assim como pela possibilidade de uso desordenado destas paisagens, provocado pelo aumento do fluxo de turistas e pela falta de manutenção das obras realizadas. Além disso, as próprias obras podem gerar impactos sobre o ambiente, a partir do momento que não sejam precedidas de estudos e que não sejam tomados os devidos cuidados no decorrer de sua execução.

b) Dimensão Econômica

No que se referem à dimensão econômica, as ações propostas tem significativos impactos positivos, à medida que qualificam os produtos, disponibilizam novos atrativos e diversificam roteiros, aumentando a competitividade e o empreendedorismo dos produtos turísticos do Polo Costa das Dunas, constituindo ferramenta eficaz na dinamização desta atividade, qualificação de mão de obra nos diversos segmentos com geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda. Os impactos negativos podem surgir com o risco de perda da atratividade do produto turístico por excesso de visitantes e redução do Índice de Gasto Diário Individual - IGDI. Por outro lado, há também o risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica. Por último, e não menos importante, a desqualificação da mão de obra local traz o risco de exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda. A isso, soma-se o risco de interrupção dos circuitos da economia tradicional a partir do crescimento e da tomada do espaço pelas novas atividades, a valorização da terra urbanizada e crescimento da especulação imobiliária e o aumento do custo de vida acompanhado da redução da disponibilidade de alimentos provenientes do extrativismo, o que pode induzir à migração das classes menos favorecidas.

c) Dimensão Socioespacial

Os impactos das ações propostas nesta dimensão são positivos à medida que permitem o ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições de infraestrutura, acesso e receptividade da atividade turística, agregando valor ao produto turístico e resultando também em melhorias das condições de vida para as populações locais. Os ancoradouros previstos, além de permitir a abertura de novas possibilidades, com a ampliação do turismo náutico, possibilitam um melhor desenvolvimento da atividade pesqueira, à medida que pretende-se o uso integrado desta estrutura. Por outro lado, o resgate do patrimônio histórico, além de revalorizá-lo e ressignificá-lo, permite o resgate e/ou conservação dos lugares de memória. Por sua vez, os cursos de capacitação permitirão a oferta de mão de obra local qualificada e o aumento de empreendedores e empresários aptos a participar da dinamização do turismo, o que pode levar à redução da informalidade. Por fim, a ampliação da sinalização e dos postos de atendimento garantem a melhor divulgação de informações e o fortalecimento da função educativa no atendimento ao turista. Os impactos negativos podem surgir a partir do risco falta de transparência nos projetos e obras, o que pode levar à descaracterização da identidade cultural e a desconsideração de demandas locais inclusive as atividades associadas ao turismo. Além disso, o aumento sazonal e/ou permanente da população local a partir das melhorias efetuadas e da dinamização do turismo podem levar à saturação da infraestrutura, da estrutura urbana e degradação ambiental. Do mesmo modo, os segmentos capacitados podem ficar ociosos por carência de infraestrutura que permita o crescimento da atividade turística necessário à sua absorção.

d) Dimensão Político-institucional

Nesta dimensão, as ações geram impactos positivos à medida que o aporte de obras de qualificação e requalificação facilitam o ordenamento do uso, assim como a arrecadação de tributos. Por outro lado, a dinamização do turismo decorrente disso propicia um aumento das demandas da iniciativa privada e da sociedade local, fortalecendo o papel do estado na gestão da sustentabilidade da atividade e do patrimônio local, bem como na solução dos problemas comunitários. A boa atuação do poder público pode levar ao aumento da satisfação dos segmentos sociais envolvidos e uma melhoria das relações entre o governo, os empresários, os profissionais envolvidos na atividade e a sociedade em geral. Os impactos negativos podem surgir da falta de mecanismos de participação dos segmentos sociais no planejamento e nas decisões, assim como na própria desqualificação destes segmentos para opinar sobre os diversos assuntos. Por outro lado, com o aumento da necessidade de presença do poder público pode ser prejudicado pela falta de capacidade institucional para atendimento das demandas e aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão. Isso pode levar também à ociosidade dos empreendimentos pela ausência de instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica, assim como pela deficiência de políticas de gestão compartilhada da atividade no polo, o que dificulta a formação de roteiros integrados.

Componente – Estratégia de Comercialização

a) Dimensão Ambiental

O Plano de Marketing, constituem ferramentas valiosas para potencializar os produtos e atrativos turísticos, melhor ainda quando revistos e atualizados anualmente, pois planeja-se a melhor forma de divulgação e comercialização, considerando suas características, potencialidades e limitações. Assim, esta ação gera impactos positivos do ponto de vista da dimensão ambiental, uma vez que pode valorizar os atributos naturais em sua condição de atrativos turísticos. No entanto, este deve estar fundamentado em estudos de capacidade de

suporte dos produtos e atrativos promovidos, sob risco de degradação destes atributos, em função do aumento desordenado do fluxo de visitantes ocasionado pela própria divulgação.

b) Dimensão Econômica

A mesma lógica aplica-se na dimensão econômica, pois as ações propostas podem resultar, como impacto positivo, no aumento do potencial de divulgação a partir da definição de ações e diretrizes estratégicas, o que favorece a competitividade e o empreendedorismo, além de permitir facilidade e transparência no acesso à informação sobre estes destinos. No entanto, como impactos negativos, há o risco de que as mudanças na forma de exploração econômica da região, com o aumento da afluência e a partir do direcionamento da prestação de serviços aos turistas, possa provocar impactos na economia da população residente, com aumento dos preços de produtos e serviços, tornando o custo de vida mais caro. Do mesmo modo, a partir do momento de que os instrumentos propostos atraiam mais visitantes, há o risco de massificação da atividade turística, com a conseqüente redução do Índice de Gasto Diário Individual – IGDI.

c) Dimensão Socioespacial

Os impactos positivos nesta dimensão são o aumento da expectativa de valorização da identidade cultural, a partir de informações qualificadas sobre os lugares e sua população. Além disso, tanto o plano de marketing constitui instrumento de controle social, à medida que aumentam a capacidade de governança na gestão da atividade turística. No entanto, o outro lado da moeda é causado pelo aumento do contingente de turistas a partir da utilização destes instrumentos, um efeito desejável, mas, se não for bem administrado, corre-se o risco de crescimento sazonal da população, principalmente nas temporadas, com possibilidade de colapso na infraestrutura e serviços, com impactos diretos sobre a população local.

d) Dimensão Político-institucional

Os impactos positivos de um plano de marketing são inegáveis, com a disponibilidade de uma ferramenta importante na gestão do turismo, além da disponibilidade de informação atualizada sobre a dinâmica de comercialização. Tais impactos poderão ser negativos à medida que o aparato institucional não tenha capacidade para acompanhar e avaliar as informações providas por estas ferramentas.

Componente - Fortalecimento Institucional

a) Dimensão Ambiental

Os impactos das ações de fortalecimento institucional são altamente positivos sob a dimensão ambiental, à medida que se fortalece o órgão estadual e os municipais, tanto no que se refere à capacitação das instituições e técnicos, com treinamentos nas áreas estratégicas (meio ambiente, turismo e gestão urbana), provimento de ferramentas essenciais à gestão (plano diretor, códigos de obras e meio ambiente, sistema de informações e rede de gestão local das mesmas e unidade gestora para implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos), além de programas específicos de combate à prostituição, exploração sexual e consumo de drogas. Tais ações têm como consequência direta a melhoria da capacidade de gestão estadual e municipal da sustentabilidade da atividade turística, com o estabelecimento de regras claras para o crescimento dos lugares e das atividades e a provisão de ferramentas para gerir este crescimento. Os impactos negativos podem surgir à medida que estas ferramentas sejam mal ou subutilizadas,

provocando um crescimento sem limites de sustentabilidade, ou que não leve em consideração o potencial turístico do lugar, ou que estas informações não sejam subsidiadas por estudos básicos que as subsidiem e qualifiquem, como por exemplo, estudos de capacidade de suporte dos recursos naturais ou da infraestrutura em função do crescimento da atividade turística.

b) Dimensão Econômica

Nessa dimensão, os impactos causados pelas ações desse componente são, em sua maioria, positivos, à medida em que se melhoram os instrumentos de fomento da atividade turística, se promove a geração de trabalho, emprego e renda, são qualificados e valorizados os atrativos e produtos turísticos, tudo isso se refletindo no aumento da sustentabilidade econômica dessa atividade. Com as novas ferramentas propostas, há possibilidade de um maior controle sobre o crescimento da economia e da especulação imobiliária, a partir do planejamento dos municípios para receber os novos investimentos. Como impactos negativos nesta dimensão, há o risco de alterar a potencialidade de atrativos para o turismo, à medida que sejam destinados, nos planos diretores, a outras funções que não compatibilizem com esta. Do mesmo modo, à medida que se ordena a ocupação e o uso do solo, bem como as diversas atividades que se desenvolvem, há o risco de que, por restrição na utilização dos recursos naturais, segmentos sociais que os utilizam para sua sobrevivência possam ser prejudicados. Por último, a eficácia do banco de dados proposto através do desenvolvimento de um sistema de informações turísticas e associado à pesquisa de mercado, depende diretamente de estudos que subsidiem e qualifiquem as informações econômicas.

c) Dimensão Socioespacial

Na dimensão socioespacial, prevalecem também os impactos positivos, uma vez que se estabelecem melhores condições de gestão da atividade turística, da infraestrutura e da estrutura urbana a partir da capacitação dos técnicos e instituições e do aporte dos instrumentos de ordenamento do uso do solo e do espaço urbano, o que se reflete, em última instância, na melhoria da qualidade de vida da população local, com geração de oportunidades de trabalho e com melhor posicionamento do governo e da comunidade perante os problemas a serem administrados. Os impactos negativos ficam por conta dos riscos de desconsideração das limitações de infraestrutura e do potencial dos atrativos na elaboração dos diversos planos, assim como a falta de informações qualificadas no campo social, cultural e espacial para alimentar o sistema de informações. Cabe também destacar que a elaboração de um programa conforme previsto, dirigido para a prevenção e combate à prostituição, exploração sexual e uso de drogas não é suficiente para abranger os diversos impactos nocivos da atividade turística sobre a população local.

d) Dimensão Político-institucional

Nesta dimensão, também prevalecem os impactos positivos, uma vez que as ações propostas promovem a qualificação da governança da atividade turística, a partir da capacitação de técnicos e instituições, provisão de ferramentas de ordenamento e de gestão. Ao qualificar o governo, melhoram as relações e a integração entre o estado e os municípios e entre as próprias instituições setoriais de governo local. Melhora a gestão de resíduos sólidos, de obras, de meio ambiente e de urbanismo. Como impactos negativos, temos o risco do governo não investir na qualificação e no fortalecimento da participação social, bem como limitar as informações do sistema ao turismo, sem considerar a necessidade de gestão da produção associada a esta atividade, fator importante para sua sustentabilidade.

Componente - Infraestrutura e Serviços Básicos

a) Dimensão Ambiental

Nesse componente, prevalecem ações de elaboração e execução de projetos de melhoria do acesso e de infraestrutura (incluindo o Plano Aeroviário e os helipontos) de atrativos já conhecidos e utilizados, bem como de novos atrativos, a serem incorporados à atividade turística. Além disso, promove-se a criação de uma Companhia de Polícia específica para tratar do turismo, o que reflete diretamente no aumento da segurança e da ordem pública. É inegável o impacto positivo destas obras e serviços, uma vez que resolvem gargalos para o crescimento da atividade, qualificando os atrativos novos e conhecidos. Como resultado, promovem a recuperação, complementação e ordenamento da estrutura regional e melhoria das condições de acesso, inclusive, a criação de mecanismo de segurança nas estradas para o transporte turístico, infraestrutura e receptividade, agregando valor ao produto turístico, ao patrimônio histórico cultural, permitindo a diversificação dos roteiros e melhorando as condições de vida da população local. Como principal impacto negativo, apontamos o risco de que as obras sejam executadas sem um prévio ordenamento territorial dos espaços, proporcionado pelo Projeto Orla, uma vez que as ações não prevêm sua execução nos municípios em que ainda não foi implantado. A partir deste Projeto, garantem-se os estudos necessários de dinâmica costeira e marinha, de dinâmica socioeconômica das localidades, permitindo a orientação do uso da orla sob critérios de sustentabilidade. Além disso, temos os transtornos temporários causados pela execução das obras no dia-a-dia dos residentes, que se agrava se não houver uma gestão ambiental das mesmas. Temos também o aumento sazonal ou permanente da população, com risco de crescimento desordenado da estrutura urbana, saturação da infraestrutura e conseqüente degradação ambiental, pelo uso descontrolado dos recursos naturais. Chamamos também a atenção para a necessidade de capacitar os novos policiais nos diversos aspectos da localidade e sua população, principalmente os de caráter ambiental e cultural. (falta incluir Plano Aeroviário e os helipontos)

b) Dimensão Econômica

Os impactos ambientais positivos das ações propostas são a disponibilização de novos atrativos e roteiros, o que gera uma nova dinâmica na atividade turística, com geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda, aumento dos empreendimentos locais e conseqüente aumento da competitividade. Como impactos negativos, temos o risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de usos no entorno, com conseqüente exclusão de segmentos locais. Além disso, a melhoria de acessos e infraestrutura levam ao risco da massificação do turismo, com redução do IGDI. Por outro lado, existe o risco de ociosidade dos novos empreendimentos, em virtude da ausência de instrumentos de acompanhamento, que avaliem a demanda e sua viabilidade econômica. Há também o risco de exclusão da mão de obra local, pela ausência de qualificação para as novas oportunidades de trabalho e renda, ou até sua expulsão, com o crescimento da especulação imobiliária e a mudança de uso no entorno.

c) Dimensão Socioespacial

As ações propostas trazem diversos impactos positivos na dimensão socioespacial, tais como a recuperação e ordenamento da estrutura urbana e regional e melhoria das condições de infraestrutura, acesso e receptividade da atividade turística, a melhoria das condições de vida para a população local e a agregação de valor ao produto turístico e patrimônio cultural e natural, além do aumento da segurança e da ordem pública causado pela criação da nova companhia de polícia. Os impactos negativos advêm dos riscos de

descaracterização da identidade cultural, caso a obra não considere as demandas locais e os modos de vida das populações tradicionais. Além disso, existem os transtornos causados ao dia-a-dia da população local no decorrer das obras. Com os novos acessos e infraestrutura, corre-se o risco de aumento sazonal e/ou permanente da população nas localidades, com risco de saturação da infraestrutura e conseqüente ocorrência de degradação ambiental. Além disso, novas demandas sem planejamento podem causar o crescimento desordenado da estrutura urbana.

d) Dimensão Político-institucional

Os impactos positivos das ações propostas são significativos, à medida que tanto os projetos quanto as obras disponibilizam novos instrumentos de captação de recursos pelo poder público, ao criar novas expectativas para a população e investidores. Esse novo quadro fortalece o papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável. Além disso, a melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Tudo isso gera satisfação dos segmentos sociais beneficiados. Cabe também salientar o aspecto de qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio histórico cultural, a partir de seu resgate e sua restauração, inserindo-os no circuito da economia local como atrativos turísticos. Por último, a criação da companhia de polícia também fortalece o papel do estado no controle da ordem pública e no atendimento à população. Como impactos negativos, temos o risco de ausência de transparência e participação social na discussão e aprovação dos projetos executivos. Por outro lado, a falta de capacitação dos segmentos sociais prejudica sua participação qualificada no processo de discussão. Além disso, o aumento da acessibilidade e a melhoria das condições locais podem gerar um aumento da necessidade de presença do gestor público sem que os municípios estejam preparados para atendê-la.

Componente - Gestão Ambiental

a) Dimensão Ambiental

A proposição de elaboração de estudos para identificação das áreas de risco de erosão costeira e de um plano de proteção das falésias traz impactos positivos significativos, uma vez que estas ações permitem que se disponibilizem ferramentas importantes de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável de áreas já identificadas como frágeis e de risco ambiental elevado, que podem, com estas medidas, aumentar sua relevância como atrativos para a atividade turística. Os impactos ambientais negativos são concentrados nos riscos que as ações propostas não sejam suficientes para atender ao conjunto de demandas deste componente, o que pode ser corrigido a partir do atendimento às recomendações desta AAE.

b) Dimensão Econômica

Predominam nesta dimensão os impactos positivos das ações propostas, uma vez que podem garantir a conservação dos atributos naturais e suas atratividades.

c) Dimensão Socioespacial

Os impactos positivos nessa dimensão são identificados a partir de que as ações propõem ferramentas importantes para o ordenamento do uso do solo e recuperação de paisagens ambientalmente frágeis. Como impactos negativos, temos os transtornos causados pela provável remoção de ocupações irregulares nas falésias.

d) Dimensão Político-institucional

Nessa dimensão, as ações propostas geram impactos positivos, à medida que o estado passa a contar com nova ferramenta para a gestão pública do ordenamento do uso do solo, valorização do patrimônio natural e valorização da paisagem, principalmente se tratando de áreas de grande fragilidade ambiental. Como impactos negativos, existe o aumento de competência sem a devida capacidade institucional. Além disso, existem fatores externos que podem retardar o processo, como as pressões políticas que podem reduzir a implementação e eficácia do plano de proteção das falésias, bem como a demora do poder legislativo em regulamentar as áreas.

6.1.2. Polo Costa Branca

O Polo Costa Branca é caracterizado pela grande diversidade de elementos de interesse para o turismo, em função da sua heterogeneidade: a coexistência do litoral e do sertão numa mesma região de planejamento, onde identificou - se, ao longo dos estudos, a existência de produtos turísticos, como as festividades, o patrimônio histórico-cultural, o turismo de negócios, atributos naturais, potencialidades para o desenvolvimento do turismo na região.

Entretanto, as atividades relacionadas ao turismo ainda são incipientes, tanto no litoral quanto nos municípios sertanejos, sendo necessários investimentos no planejamento do desenvolvimento da atividade, que incluam o controle ambiental e o fomento na estruturação de destinos.

Componente – Estratégia do Produto Turístico

a) Dimensão Ambiental

A estreita relação entre as estratégias para o desenvolvimento da atividade turística e os recursos naturais no Polo Costa Branca (belas praias rústicas, dunas e mangues que caracterizam a paisagem natural) faz com que os impactos ambientais negativos gerados com a implementação das ações propostas no PDTIS possam causar a degradação desses ambientes, dos quais depende o êxito da consolidação e ampliação do turismo, reduzindo os diversos benefícios decorrentes da atividade, principalmente, a possibilidade de articulação de investimentos que contribuirão para a melhoria da competitividade da região como polo turístico.

As ações propostas no PDTIS, no Componente - Estratégia do Produto Turístico visam consolidar e ampliar a visitação nos atrativos e produtos turísticos existentes na região do Costa Branca, articulando investimentos de forma a melhorar a competitividade do polo. Deste modo, pretende-se estruturar uma base de estudos e regulamentação para instalação das atividades públicas e privadas, atuando nos espaços estratégicos, seja pelo monitoramento dos serviços ou estímulos aos setores produtivos e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da atividade turística. Do ponto de vista da dimensão ambiental, as ações, na sua maioria, não geram impactos negativos, por tratarem, basicamente, da elaboração estudos e planos e implementação de projetos voltados para o incentivo e a qualificação dos destinos turísticos aliados os investimentos em capacitação dos profissionais do setor turístico.

No entanto, entende-se que o fortalecimento do turismo no Polo Costa Branca, sem considerar a variável ambiental como condicionante no planejamento de suas atividades, poderá promover efeitos negativos no ambiente natural, já vulnerável frente a uma série de

outras atividades produtivas (agricultura, ocupação urbana, pesca e extrativismo) já identificadas no Diagnóstico do PDITS. As ações propostas, mesmo que, na sua maioria, estejam voltadas para o ordenamento e capacitação do profissional, fortalecendo a gestão da atividade turística, poderão gerar impactos negativos caso não levem em consideração fatores como capacidade de suporte de uso dos recursos naturais e das áreas de fragilidade ambiental, exigindo a aplicação dos instrumentos de ordenamento previstos na legislação; a necessidade de manutenção da dinâmica costeira e estuarina; preservação e valorização da identidade cultural e do patrimônio local no incremento da atividade. A gestão destes fatores é dificultada pela ausência de estudos que supram as lacunas de informações sobre os ecossistemas, a qualidade ambiental e as condições do ambiente em relação à capacidade de suporte. Nesse aspecto, podemos ressaltar as praias, onde a densificação populacional e concentração sazonal poderá provocar danos ambientais irreversíveis. A falta de observação dos limites de uso dos recursos naturais em áreas de fragilidade ambiental, com a finalidade de consolidação e ampliação de roteiros turísticos, poderá contribuir para a degradação dos próprios atrativos turísticos. Todas essas alterações são perceptíveis e podem afetar negativamente a paisagem local ou regional, com modificações significativas nas estruturas típicas da região e de seu meio ambiente, perdendo-se, com o tempo, o importante acervo urbanístico-histórico local. Para intervir nesses espaços, é fundamental determinar quais os limites suportáveis e compatíveis de cada trecho.

b) Dimensão Econômica

Diversos fatores têm contribuído para identificar se os impactos econômicos são favoráveis ou não para o desenvolvimento da atividade turística de uma região. Neste trabalho, destacamos como principais fatores da dimensão econômica, os relacionados ao empreendedorismo e competitividade dos destinos, a capacidade de absorção da força de trabalho local, refletida nas alternativas de trabalho, emprego e renda e a produção do turismo, especialmente, a diversidade e a polarização dos produtos. Alguns autores reconhecem que, nos últimos anos, vem crescendo a preocupação dos governos com os impactos ambientais decorrentes do desenvolvimento turístico desordenado, que compromete, inclusive, a própria atividade turística e tem direcionando esforços na aplicação de recursos para implantação de ações voltadas para um turismo mais qualitativo ou investindo na recuperação de destinos ambientalmente comprometidos, na perspectiva de manutenção de atratividade e, conseqüentemente, na rentabilidade econômica.

No Polo Costa Branca, os impactos advindos da implantação de ações relacionadas com a estratégia de fortalecimento do produto turístico regional são, na maioria, de natureza positiva e direcionados para o aumento da competitividade e do empreendedorismo, desde que estas ações favoreçam o aumento da renda e sua distribuição nas comunidades receptoras. Outros aspectos positivos das propostas apresentadas se referem à prioridade de investimento do programa na capacitação profissional, como forma de elevação dos níveis cultural e profissional da população.

Destaca-se apenas um impacto negativo na formulação das ações proposta para o componente produto turístico. Este se refere à elaboração de estudos e implantação de projetos ancoradouros turísticos que associado a formulação do Plano Diretor Náutico vem incluir na pauta do turismo, a alternativa do turismo náutico. Caso estes empreendimentos não sejam subsidiados por instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica, poderá apresentar risco de ociosidade, em consequência da falta de controle da instabilidade e sazonalidade da demanda turística, o que poderá provocar transtornos e efeitos negativos consideráveis na economia dos destinos receptores, em consequência da ociosidade da infraestrutura de apoio.

c) Dimensão Socioespacial

Os impactos do turismo sobre a dimensão socioespacial, entendida neste trabalho como o campo das relações que se estabelecem no campo sócio-cultural e espacial, envolvendo aspectos relacionados à identidade cultural da região, à estrutura dos espaços urbanos e à capacidade e condições de atendimento da demanda por infraestrutura e serviços, têm origem no processo de transformação que ocorre em consequência da forma de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Considerando que o turismo é uma atividade dinâmica, as ações apresentadas no PDITS, por apresentar a preocupação com o planejamento, estruturação e qualificação dos espaços territoriais dos atrativos turísticos geram, em consequência, impactos positivos, na medida em que visam o ordenamento sustentável a partir da valorização do patrimônio histórico-cultural e natural. Acrescenta-se como impacto positivo das ações, a proposta de implantação de programas de qualificação profissional, agregando valor ao produto turístico.

Apesar da significativa quantidade de impactos positivos identificados, o incremento da atividade turística na região, com a possibilidade de aumento do fluxo de pessoas, expõe a população local a riscos, como a perda de identidade cultural, a pressão sobre os recursos naturais que definem a base de sobrevivência das comunidades tradicionais e o deslocamento da população para a periferia e outras localidades, em consequência do aumento do preço das mercadorias e terras. A acelerada modernização dos espaços, provocada pelo anseio por maiores fluxos turísticos, tem muitas vezes gerado a marginalização da população local, ao invés de incorporá-las ao processo de desenvolvimento.

d) Dimensão Político-institucional

A integração de ações governamentais ainda é atributo incipiente nas iniciativas de fomento à atividade turística. Os órgãos públicos de gestão do turismo, sobretudo os municipais, apresentam uma insuficiência de recursos humanos e financeiros, bem como de equipamentos e estrutura física para gerenciar e monitorar os impactos advindos da implementação de ações com vistas ao desenvolvimento da atividade turística. Esta condição se agrava em uma região caracterizada pela grande diversidade de elementos de interesse turístico que, em função da sua heterogeneidade: a coexistência do litoral e do sertão, sem dúvida requer um aparato político-institucional bastante estruturado.

Nesse sentido, as iniciativas de ações previstas visam desenvolver estratégias para o turismo de sol e praia de menor impacto; o estabelecimento de formas de melhor aproveitamento do patrimônio histórico-cultural para fins turísticos; o planejamento e a estruturação de ações para o aproveitamento do potencial náutico; a implantação de programas de capacitação e qualificação profissional; e a instalação de postos de atendimento ao turista, as quais geram impactos positivos, que favorecem a gestão pública integrada do turismo no âmbito do Polo Costa Branca, evitando a consolidação da visão fragmentada que prevalece nas políticas governamentais.

No entanto, as condições atuais em que se encontram as instituições públicas e os canais de participação social, identificadas no diagnóstico realizado para a AAE, revelaram uma baixa capacidade de gestão das instituições do Poder Público responsável, sobretudo, para conduzir a elaboração e a aplicação de normas e instrumentos de gestão ambiental e urbana. Estas instituições não dispõem de recursos humanos e materiais satisfatórios para a execução de suas atribuições formais, gerando impactos negativos na medida em que não fica assegurada a participação da comunidade local na elaboração dos projetos, acrescido da falta de qualificação técnica dos municípios, com risco de descontinuidade no gerenciamento das ações.

Componente – Estratégia de Comercialização

a) Dimensão Ambiental

Como já mencionado, o turismo no Costa Branca ainda está se consolidando, não havendo, atualmente, fluxos regulares de turistas. Pode-se dizer que o segmento de turismo mais dinâmico hoje é o de negócios, em virtude das diversas atividades econômicas que se processam na região, como a fruticultura, o sal e o petróleo, tendo Mossoró como o centro principal.

Neste contexto, as ações propostas para o componente visam fortalecer, principalmente, a marca do Polo Costa Branca, por meio do planejamento operacional de marketing a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e divulgação dos destinos, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia. Nesse contexto, não são identificados impactos na dimensão ambiental, ficando os mesmos restritos às dimensões econômica, socioespacial e político-institucional.

b) Dimensão Econômica

O Plano de Marketing, ao possibilitar o planejamento estratégico da comercialização e divulgação dos destinos, torna as ações mais efetivas, ao atingir os mercados de interesse, e, entre outras coisas, torna o destino mais competitivo.

As ações previstas no PDITS concentram investimentos, basicamente, na elaboração do Plano de Marketing e Plano Operativo de Marketing fortalecendo os mecanismos de comercialização e divulgação, gerando, do ponto vista econômico, impactos positivos que favorecem o aumento da competitividade e empreendedorismo, desde que priorize, no seu conteúdo, estudos de mercado e estratégias para a divulgação e comercialização dos produtos e destinos do polo, de forma integrada às outras atividades econômicas (sal, petróleo e fruticultura) que caracterizam a economia da região.

Por outro lado, apesar das expectativas com relação aos aspectos econômicos positivos do desenvolvimento do turismo, em se tratando de um destino em processo de consolidação, a implantação de ações que potencializam a atração para este novo destino poderá provocar mudanças nas formas mais tradicionais de exploração econômica, como a agricultura e pesca, potencializando impactos negativos e contribuindo para o desequilíbrio da base econômica regional, principalmente no segmento social.

c) Dimensão Socioespacial

O aumento da atividade turística trará novos e crescentes fluxos de turistas e de investimentos, com a expectativa de geração de emprego e renda. Esses aspectos e condições devem estar contemplados no Plano de Marketing proposto no PDITS do polo e geram impactos positivos na dimensão socioespacial da região, na medida em que desperta uma expectativa de valorização da cultura local, baseado em processo contínuo de planejamento com controle social.

No entanto, poderá gerar impactos negativos de disputas pelo solo e pelos bens naturais, com provável exclusão de segmentos populacionais menos qualificados, incentivo à migração de pessoas de regiões economicamente fragilizadas para o novo polo turístico em busca de emprego, provocando excedente na oferta de mão de obra, com risco dos benefícios gerados pela atividade não atenderem às comunidades receptoras, acentuando desequilíbrios sociais, possível mudança de valores e formas de comportamentos tradicionais da população local, influenciadas pelo modo de vida dos visitantes, crescimento populacional, com concentração espacial e desordenado processo de urbanização.

Os impactos negativos nos projetos de comercialização e divulgação dos destinos turísticos são bastante variados e numerosos, sendo o planejamento prévio fundamental para o sucesso e a minimização destes impactos. Entre eles, podemos destacar que, na busca pelas oportunidades geradas pelo turismo, muitos trabalhadores abandonam seus modos de vida no meio rural para tentar um emprego nos centros urbanos mais próximos. No entanto, essa mão de obra, sem a devida formação e qualificação profissional e mal sucedidos em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho, acabam às margens do desenvolvimento turístico, formando bolsões de pobreza na periferia dos destinos.

d) Dimensão Político-institucional

A elaboração de um Plano de Marketing e o do Plano Operativo de Marketing são ações estratégicas de fortalecimento do planejamento para o turismo, tendo como finalidade dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e ampliando a atratividade do polo, tornando as ações mais efetivas ao atingir os mercados de interesse e, principalmente, o destino mais competitivo.

Neste contexto, as ações propostas no PDTIS para o componente – Estratégia de Comercialização - ao observarem as recomendações do Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental, que estabelece como objetivo das ações do componente fortalecer a imagem dos destinos turísticos e garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização - geram sobre a dimensão político-institucional impactos positivos, disponibilizando para o setor os instrumentos de planejamento e gestão necessários ao ordenamento da atividade turística.

No entanto, o incremento da comercialização e divulgação tende a concentrar investimentos no polo, acentuando o movimento migratório em direção aos principais destinos, o que pode gerar impactos negativos, refletidos na falta de oportunidades no meio rural e nos municípios do entorno, que não se beneficiam diretamente do turismo, uma vez que não há integração da cadeia produtiva. As incipientes iniciativas de formação de arranjos produtivos locais levam a crer que, no curto e médio prazo, aumente a demanda de serviços sociais nos destinos mais desenvolvidos, agravados pela deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação na implementação das ações do componente.

Componente – Fortalecimento Institucional

a) Dimensão Ambiental

O Diagnóstico realizado para a AAE revelou, de modo geral, uma baixa capacidade de gestão ambiental e turística dos municípios do polo. As instituições governamentais responsáveis por conduzir a elaboração e a aplicação de normas e instrumentos de gestão não dispõem de recursos humanos e materiais satisfatórios para a execução de suas atribuições formais. Observa-se, também, uma relação institucional frágil, desprovido de informação e sem planejamento integrado de longo prazo entre as esferas de gestão ambiental e de gestão do turismo.

Assim, as ações previstas nesse componente estão orientadas para o fortalecimento da institucionalidade da atividade turística e da gestão territorial e ambiental, através da elaboração e implementação dos instrumentos de gestão (Plano Diretores Municipais, Código de Obras e Código de Meio Ambiente) voltados para o ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, cujos impactos identificados na dimensão ambiental, em sua maioria, são de natureza positiva, tais como a garantia da conservação e proteção dos atributos naturais e melhoria da capacidade municipal para a gestão do ordenamento da atividade turística. Percebe-se que os impactos positivos gerado pelas ações previstas para

o componente superam os impactos negativos identificados na medida em que, na formulação dos diversos instrumentos, inclua-se a visão de sustentabilidade nas atividades de fortalecimento da gestão local, no planejamento do desenvolvimento turístico e nas condições de usos dos recursos naturais.

b) Dimensão Econômica

O fortalecimento da atividade turística passa, fundamentalmente, por um planejamento da atividade turística condicionado às questões ambientais. Dessa forma, os impactos negativos do aumento do fluxo da atividade serão antecipados e a geração dos impactos positivos potencializados.

O conjunto de ações com o objetivo de diminuir as lacunas de informação sobre as condições ambientais dos ecossistemas, o potencial de uso sustentável e a capacidade de carga dos ambientes naturais auxiliarão no planejamento da atividade turística evitando, com isso, que o uso dos atrativos seja acima de sua capacidade de carga, contribuindo, dessa forma, para evitar ou minimizar a degradação ambiental e fortalecendo a capacidade institucional da gestão ambiental e turística dos municípios, com a implementação do plano de uso turístico ambientalmente sustentável, aliado a um maior poder de fiscalização por parte das autoridades competentes. Por outro lado, mesmo em menor número e intensidade, os impactos negativos sobre a dimensão econômica incluem o risco de alteração da potencialidade do uso e ocupação do solo, o que pode gerar exclusão social ou pelo controle e restrição na utilização dos recursos naturais em função da aplicação de ferramentas legais disponíveis na legislação ambiental vigente, como por exemplo, a criação de unidades de conservação de uso restrito sobre espaços que compõem os circuitos da economia das comunidades tradicionais.

c) Dimensão Socioespacial

Para o componente Fortalecimento Institucional, o PDITS aponta ações voltadas, basicamente, para o apoio da gestão urbana e ambiental dos municípios que constituem o polo, por meio da aplicação de investimentos na elaboração dos instrumentos básicos que orientam o desenvolvimento e o ordenamento da expansão urbana dos municípios, garantindo que o incremento da atividade turística se dará em bases sustentáveis. O planejamento territorial, nos termos do Estatuto da Cidade, pode converter a cidade em benefício para todos, pode democratizar as oportunidades e garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal, disponibilizando os recursos de forma democrática e sustentável.

Para tanto, na identificação dos impactos decorrentes das ações relacionadas ao fortalecimento institucional, destacamos aspectos relacionados à identidade cultural da região, à estrutura dos espaços urbanos e à capacidade e condições de atendimento da demanda por infraestrutura e serviços. Nesse sentido, observa-se que a maioria das ações previstas gera impactos positivos, que variam de acordo com o tipo de intervenção (Planos Diretores, Códigos de Obras, Códigos de Meio Ambiente, capacitação técnica, sistemas de informações e campanhas de sensibilização) e implicam na garantia de gestão da política de turismo que considere a inclusão social, ordenamento da estrutura urbana receptora dos investimentos privados e distribuição equânime da infraestrutura. Além disso, favorece a manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas intervenções urbanas e no desenvolvimento da atividade turística, a partir dos instrumentos urbanísticos e ambientais previstos, aliados aos programas de capacitação do quadro técnicos dos municípios. Porém, dependendo da abordagem de cada um desses instrumentos, podem ser gerados impactos negativos sobre a dimensão socioespacial, acentuando as desigualdades na distribuição territorial da população, dos serviços e da infraestrutura.

d) Dimensão Político-institucional

A estratégia deste componente é preparar os municípios, tanto para o receptivo quanto para a atração turística, com a valorização das suas características culturais em termos de patrimônio natural e construído, de forma harmoniosa e hierarquizada. Nesse sentido, as ações previstas para o polo, como consequência, promovem a valorização da identidade cultural das cidades, favorecendo a redução dos riscos ambientais, em virtude da valorização dos ativos naturais e introduzindo o conceito de limite de exploração turística dos atrativos e cidades.

Mesmo com uma nova estratégia de ordenamento territorial, os municípios ainda terão dificuldade em gerenciar o crescimento desordenado das cidades, pela deficiência do quadro técnico efetivo. No entanto, as ações previstas pelo PDITS procuram reduzir as pressões de degradação dos atrativos naturais e turísticos, gerando impactos positivos, que fortalecem o aparato político-institucional para a execução da política de turismo sustentável.

O Diagnóstico realizado para a AAE identificou a ausência de estrutura institucional na maioria dos municípios do polo para conduzir à aplicação das normas e instrumentos de gestão ambiental e turística, não dispondo de recursos humanos e materiais satisfatórios para execução de suas atribuições formais, exigindo investimentos para o fortalecimento das instâncias governamentais, cujo risco de ausência de previsão de investimento é o impacto negativo da implantação das ações propostas no componente.

Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos

a) Dimensão Ambiental

O conjunto de ações, em termos de infraestrutura e serviços sanitários, previstas no PDITS do polo revela, muito mais, a necessidade de suprimento da deficiência desses serviços que, de maneira geral, caracteriza as condições dos serviços na região, do que ações componentes de um processo planejado, com benefícios específicos para o turismo ou para a qualificação dos destinos turísticos. Mesmo assim, estas ações vão gerar impactos positivos e contribuirão para redução do risco de contaminação e de degradação das áreas de fragilidade ambiental, sendo, por isso, medidas consideradas necessárias e positivas para a região. Muitas das demandas são importantes, principalmente as relacionadas aos sistemas de saneamento ambiental e a segurança do turista. Provavelmente, um plano de turismo da região deve estabelecer muito dessas ações como prioritárias e acrescentaria o ordenamento dessas prioridades, em função das evidências da carência dos serviços, com maiores resultados para as comunidades e para o turismo, ou para as pressões turísticas.

São relevantes os impactos positivos dos investimentos, mesmo acontecendo de forma desintegrada, pois acessos municipais recuperados e ampliados e novas condições de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, juntamente com um melhor controle e destino do lixo e segurança, elevam o padrão dos serviços, beneficiando o turismo e a região.

Porém, considerando o turismo como grande consumidor dos recursos naturais, em se tratando de impacto sobre a dimensão ambiental, as consequências da execução das obras de infraestrutura são os principais riscos de impactos negativos sobre os ambientes naturais, com risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com o aumento do consumo de água e disposição inadequada dos efluentes, descaracterização do patrimônio local, aumento do tráfego de veículos e riscos de acidentes provocados pela intensificação do fluxo turístico, em consequência das obras viárias.

b) Dimensão Econômica

Atualmente, as condições da infraestrutura e serviços básicos da região do polo apresentam-se, de certa forma, deficientes para atendimento às demandas locais. O deslocamento da população, dos turistas e das mercadorias na região é deficiente, principalmente, em se tratando do fortalecimento ao turismo de negócios como estratégia de desenvolvimento da atividade na região. Os terminais de transportes inexistem ou são deficitários para serem utilizados pelas populações locais e incapazes de atender à demanda turística. Estas deficiências aumentam os custos com transporte e impactam o preço final dos produtos turísticos.

A ênfase em investimentos para obras de infraestrutura no âmbito dos programas de desenvolvimento do turismo, em geral, decorrem de pressão, por parte dos gestores públicos, tanto estaduais como municipais, sem um adequado planejamento, cujos riscos maiores são de valorização do mercado de terra urbano e exclusão social da população nativa das áreas receptoras, além da possibilidade de massificação do turismo, com a redução do Índice de Gasto Diário Individual - IGDI. A valorização dos imóveis, em consequência da expansão e implantação da infraestrutura e serviços provocam impactos negativos no processo de crescimento urbano, aumentando o custo destes serviços em razão do acúmulo de áreas reservadas pela especulação, criando hiatos na continuidade urbana e onde o turismo pode ser mais bem explorado.

c) Dimensão Socioespacial

Os serviços de abastecimento de água e o esgotamento sanitário implantados de forma pontual são insuficientes para suprir a necessidade de toda a região. Por se tratar de uma região litorânea em processo de expansão da atividade de veraneio, na alta temporada é possível identificar, claramente, os impactos ambientais provenientes dessas carências, tais como o acúmulo de lixo nas ruas e praias e risco de poluição dos corpos d'água e praias por esgoto sanitário. Os investimentos do Programa nas ações do componente (Plano Diretor de Resíduos Sólidos, Projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, segurança ao turista e melhoria das condições de acessos) vêm contribuir para o dinamismo do turismo, com a valorização dos espaços urbanizados, por meio da melhoria das condições da infraestrutura, acesso e a conseqüente receptividade da atividade turística com reflexos positivos na dimensão socioespacial.

No entanto, pelas características ambientais e socioespaciais da região do polo, cuidados devem ser adotados evitando impactos negativos. Mesmo no caso das ações planejadas, caso estas não levem em consideração a capacidade de suporte e fragilidade dos recursos naturais a serem utilizados e/ou impactados pelas obras de infraestrutura, com modificações na estrutura e na paisagem urbana.

d) Dimensão Político-institucional

As ações de infraestrutura e serviços que constituem o componente integram todos os investimentos nessa área que devem apoiar o desenvolvimento do turismo no polo, mesmo não estando, necessariamente, vinculados aos produtos turísticos, mas geram acessibilidade aos destinos, adequando os sistemas à demanda gerada pelo turismo, valorizando a estrutura municipal de recepção dos visitantes e qualificando a ação pública voltada para a conservação do patrimônio local. Portanto, as ações previstas neste componente são fundamentais para o fortalecimento da ação pública. No entanto, alguns impactos negativos decorrentes de sua implantação, na dimensão político-institucional, foram identificados e afetam a capacidade financeira e gerencial das administrações públicas para garantir a adequada prestação dos serviços e o risco de transferência do valor à terra urbana, exigindo instrumentos de controle eficazes para evitar a exclusão socioespacial da população local para áreas não urbanizadas.

Componente – Gestão Ambiental

a) Dimensão Ambiental

A partir da instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (1981), tanto os instrumentos desta política como outras políticas públicas relacionadas à conservação e proteção dos recursos naturais têm evoluído e conquistado espaço nos processos de tomada de decisão. Embora existam grandes conflitos e entraves para a efetiva implantação das políticas e dos instrumentos ambientais e o diálogo com políticas de outros setores, importantes resultados podem ser identificados, entre eles a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC que estabelece os critérios para instituição das Unidades de Conservação - UCs e os parâmetros para elaboração dos Planos de Manejo e Gestão, bem como o Zoneamento Ecológico Econômico, que permite a identificação dos limites e potencialidades das áreas, em função de seu relevante interesse ambiental e de sua aptidão de uso pelas atividades econômicas, entre outros instrumentos de importância para o planejamento e gestão dos espaços territoriais. Neste sentido, ações do componente Gestão Ambiental estão direcionadas à proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem o alicerce da atividade turística. Assim, a instituição dos instrumentos de gestão previne e minimiza os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos no turismo possam gerar. Entre as ações previstas, apesar de em número reduzido, incluem a formalização de importantes instrumentos de ordenamento e de gestão ambiental, tais como: o Zoneamento Ecológico Econômico da região do polo; um plano de proteção das falésias nas áreas de risco do polo; e um Plano de Manejo para as Dunas do Rosado, que certamente, na dimensão ambiental, vão gerar impactos positivos, contribuindo para identificação das fragilidades ambientais e das áreas de risco, definindo medidas de proteção e conservação e o uso sustentável dos atributos naturais.

b) Dimensão Econômica

O ordenamento territorial quer seja com finalidade turística, urbana ou ambiental, pressupõem o estabelecimento de regras e condições para o alcance do desenvolvimento sustentável desejado. E, para uma região como o Polo Costa Branca, onde os ativos ambientais e as cidades, como destinos turísticos, ainda enfrentam limitados mecanismos e instrumentos de gestão urbana, as ações previstas vêm contribuir de forma bastante positiva para a conservação dos atributos naturais e a garantia de sua atratividade como destino turístico.

O planejamento municipal tem seguido uma prática de tratamento, para o ordenamento do solo, na maioria das vezes dependentes de tendências de crescimento econômico e pressões do mercado imobiliário, desconsiderando os indicadores urbanísticos e ambientais e os novos instrumentos da política urbana estabelecidos no Estatuto da Cidade, com risco de contribuir para o crescimento da especulação imobiliária e de mudança dos usos tradicionais, além da possibilidade de desconsiderar áreas de grande atratividade para o desenvolvimento do turismo.

c) Dimensão Socioespacial

O crescimento das cidades passa a ser a maior razão das perdas de ativos ambientais de interesse turístico. Se o planejamento pode ser uma perspectiva para neutralizar todos esses males, a pouca motivação das autoridades municipais para operarem os instrumentos de gestão e a falta de compatibilização desses instrumentos com o planejamento do turismo fragilizam o gerenciamento dos espaços territorial dos municípios e, conseqüentemente, gerando impactos negativos sobre os recursos naturais e culturais potenciais para o desenvolvimento desta atividade.

Um dos primeiros sintomas que afloram quando determinadas expectativas de desenvolvimento se apresentam, no caso específico do Polo Costa Branca, em razão do turismo, é a especulação imobiliária, com risco de retenção de áreas com apropriação dos benefícios e investimentos públicos penalizando o processo de ordenamento das cidades e da atividade turística.

A princípio, parte das respostas às fragilidades da gestão ambiental e da adequação do uso turístico aos recursos naturais estão contempladas pelas ações do PDITS, o que gera impactos positivos a partir do ordenamento da estrutura urbana e na definição de metas de proteção e conservação das áreas de relevância ambiental. No entanto, potenciais atrativos turísticos estão sujeitos a impactos negativos, relacionados, na dimensão socioespacial, aos transtornos causados pela provável necessidade de remoção de residências e empreendimentos instalados em áreas irregulares tendo, como resultado, pouca eficácia diante da complexidade e da rapidez dos efeitos sinérgicos e cumulativos do turismo. Na prática, essas ações são vistas e executadas como medidas compensatórias do setor de turismo e não como verdadeiros instrumentos de planejamento do setor ambiental.

d) Dimensão Político-institucional

Ao longo dos anos, as cidades têm revelado que crescem impulsionadas pela iniciativa privada, aumentando, gradativamente, os conflitos na operação urbana, causados pelo uso espontâneo do solo e pela pouca iniciativa do poder público municipal no estabelecimento de normas e condução do processo de evolução urbana, à luz do que estabelece o Estatuto da Cidade e o que recomendam, atualmente, os agentes financeiros de programas de intervenção urbana e ambiental. A questão principal, que agrava a gestão ambiental, é a pouca importância que se dá às questões ambientais no âmbito de atuação dos governos, especialmente, os municipais, como revelado no diagnóstico elaborado para a AAE enquanto disponibilidade das estruturas e das instâncias de governança. Esta situação fica refletida na escassez de recursos para investir em estudos que subsidiem as decisões da gestão ambiental, como por exemplo, o conhecimento sobre a capacidade de suporte dos ecossistemas, essenciais para o enfrentamento das pressões decorrentes do crescimento do turismo na região.

Os esforços para melhorar a capacidade de gestão ambiental, são ainda incipientes e muito dependentes de ações/recursos externos, mas representam sinais de melhoria da capacidade de gestão, com a implantação dos instrumentos previstos nesse componente, qualificando a ação pública para a gestão ambiental e turística.

6.1.3. Polo Seridó

Componente - Estratégia do Produto Turístico

a) Dimensão Ambiental

A inserção do turismo na região do Polo Seridó tem como foco os recursos e/ou atrativos naturais e culturais, cuja vocação sinaliza para a viabilização dos segmentos: turismo arqueológico, cultural, rural e de aventura. A região é rica em sítios arqueológicos, o que justifica a estruturação desses atrativos como principal produto turístico do polo, conforme é proposto pelo PDITS. Nesse sentido, a elaboração de um Plano de Turismo Arqueológico e a elaboração e implementação de projetos executivos de estruturação para os sítios arqueológicos considerando os limites de sua capacidade de carga poderá ter como efeito positivo a implantação de instrumentos de uso controlado e de conservação desse patrimônio cultural, a fim de evitar processos futuros de degradação através de impactos

que causam a erosão do solo, a destruição da vegetação e a alteração no habitat da vida selvagem.

A qualificação ou transformação de potencialidades em produtos turísticos exige ainda que se pense tanto na qualificação da oferta quanto no atendimento a demanda turística, por isso que a elaboração das necessidades de capacitação profissional direcionada a esses dois componentes tem como finalidade a implantação de um Programa de Capacitação Profissional para o polo, a implantação do Projeto Rede de Postos de Atendimento e o Sistema de Informações Turísticas. Tais medidas favorecerão a identificação das necessidades para a preservação ambiental através da inclusão da disciplina Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nos cursos de capacitação.

Assim, o posto de atendimento ao turista, conforme está proposto, deve ser visto como uma prioridade para desenvolver também uma função educativa quanto ao uso dos atrativos pelos turistas.

b) Dimensão Econômica

É notório que o desemprego estrutural provocado pela globalização e reestruturação produtiva, tem visualizado o turismo, entre as atividades do setor de serviços, com uma possibilidade concreta para preencher a falta de emprego com novas ocupações de trabalho, entretanto, ele não consegue abarcar todas as necessidades, seja, pela sua dinâmica e versatilidade no uso de tecnologias que substitui mão de obra, seja pela qualificação exigida na prestação de serviços turísticos (CATELLS,2001).

Também é corrente no discurso de estudiosos, empresários e planejadores da atividade no governo, que o turismo contribui para a geração de emprego e aumento de renda para a população receptora, trazendo divisas, para o destino, o que faz mobilizar toda uma cadeia produtiva do turismo, que no Brasil, estima-se em 52 (cinquenta e dois) itens, elevando, assim, o poder aquisitivo dos habitantes. Entretanto, estudos revelam que a exigência de uma mão de obra qualificada exclui do mercado de trabalho uma parcela da população que se dedica às atividades econômicas que estão perdendo lugar, ou seja, substituídas pelo turismo. A exploração dos sítios arqueológicos, através da elaboração e implementação de programa de estruturação para torná-lo produto prioritário do polo, poderá, por um lado, ocasionar a geração de emprego, aumento da renda para a população local e ampliação da cadeia produtiva e dinamização da economia, mas, por outro lado, poderá contribuir para a diminuição do poder aquisitivo de parcela da população retirada de sua ocupação tradicional e não absorvida pelo turismo. A mesma situação poderá ocorrer com a implementação de projetos de restauração do patrimônio histórico-cultural, por isso a qualificação profissional é tão importante no contexto da atividade turística.

O diagnóstico da AAE aponta que no Polo Seridó a realidade mostra que profissionais do setor turístico não apresenta um nível de qualificação necessária para transformar o turismo em uma atividade competitiva, visando fortalecer produtos e destinos turísticos. A falta de empreendedorismo por parte dos empresários e da sensibilização para a qualificação de uma mão de obra voltada para um atendimento de excelência não tem elevado o nível do atrativo turístico. A identificação das necessidades e a execução de um programa qualificação profissional agregará mais valor às localidades do polo, através da potencialização de novos negócios e a elevação de oportunidades de melhores empregos e/ou promoção no trabalho.

Desse modo, a previsão de implantação de programas de capacitação profissional e a implantação sinalização turística e, ainda, de posto de atendimento ao turista contribuirá positivamente para: a identificação das necessidades de qualificação da mão de obra, criando condições para agregar valor ao produto turístico; qualificação e/ou promoção profissional; orientação quanto ao acesso dos sítios e aumento da visitação impulsionando o

aumento de divisas e geração de novos empregos; e, por fim, atendimento e prestação de serviços de informações turísticas impulsionarão os municípios para a implantação e desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica que atrai divisas e gera renda.

c) Dimensão Socioespacial

A estruturação do potencial em produtos turísticos no Polo Seridó, especialmente, dos sítios arqueológicos como ação prevista pelo PDITS apresenta a possibilidade de melhoria socioespacial da população residente através do resgate e/ou conservação dos lugares de memória e do acesso aos sítios, não obstante apresentar também riscos de exclusão social pela falta de programas de capacitação da mão de obra local. Nesse caso, a identificação da demanda para capacitação profissional oferece oportunidade de crescimento, através do aumento de profissionais especializados. Do mesmo modo, a implantação de um programa de capacitação para mão de obra local contribuirá positivamente para agregar valor ao produto turístico, aumentar a capacidade de desenvolvimento da atividade turística e da profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego. Entretanto, vale destacar que existe uma ameaça real de exclusão da mão de obra local por deficiência de capacitação específica, como também, o diagnóstico setorial poderá expressar o risco de falta de absorção dos demais serviços e produtos associados ao turismo, sem falar da falta de previsão de inserção dos segmentos sociais locais nesse processo.

Por fim, no âmbito da dimensão socioespacial destaca-se o papel das ações de implantação de posto de atendimento ao turista com a previsão de favorecer a divulgação dos atrativos e produtos da região do Seridó e fortalecer a função educativa e de atendimento ao turista.

d) Dimensão Político-Institucional

O patrimônio histórico-cultural, incluindo, os sítios arqueológicos, a gastronomia e o artesanato qualificam o território seridoense para o turismo cultural e arqueológico, mas para isso ações terão que ser concretizadas e os impactos, tanto positivos quanto negativos, visualizados para que se possa implementar um turismo com sustentabilidade.

A reestruturação de sítios arqueológicos no Seridó implicará como efeito positivo a disponibilização de instrumentos adequados ao produto turístico, destacando-se, entre eles o plano de manejo. Por outro lado, existe o risco de descontinuidade da gestão desses sítios dentro dos parâmetros da sustentabilidade, com a transformação em atrativo turístico.

Nesses termos, a ação que contempla a elaboração de um diagnóstico da oferta e demanda de capacitação profissional para o Polo Seridó com vistas à implantação de um programa de qualificação profissional repercutirá positivamente na qualificação dos destinos turísticos. Por outro lado, existe a ameaça de falta de garantia da participação da comunidade local na elaboração do diagnóstico.

Por fim, a elaboração e implementação do projeto da Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas contribuirá positivamente para a afirmação do Seridó enquanto um destino turístico com a disponibilidade de equipamento de apoio a gestão pública.

Componente – Estratégia de Comercialização

a) Dimensão Ambiental

Entre as ações previstas pelo PDITS que contemplam a dimensão ambiental, para o componente comercialização, destacam-se: elaboração de um Plano de Marketing para o Polo Seridó e a implementação de um Plano Operativo de Marketing; para a comercialização e divulgação do turismo do polo. Trata-se de ações instrumentalizadoras de promoção e divulgação do destino turístico Seridó. Os riscos de impactos negativos provocados pela concretização desses mecanismos poderão estar relacionados ao incentivo a ultrapassagem da capacidade de carga dos municípios integrantes do polo.

b) Dimensão Econômica

O turismo é visualizado como uma atividade com grande poder econômico, por isso que instrumentos como Plano de Marketing servirão para: aumentar o potencial de divulgação favorecendo a competitividade e empreendedorismo; definir ações e diretrizes estratégicas para a promoção dos produtos. Por outro lado, poderá provocar mudanças nas formas de exploração econômica da região afetada, com alterações, tais como da agricultura, da pecuária, da pesca entre outras, para a prestação de serviços ao turista.

c) Dimensão Socioespacial

A AAE tem entre suas diretrizes assegurar que os impactos promovidos pelos Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento do turismo não comprometam o bem-estar das populações receptoras, no que se referem aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Desse modo, as ações propostas pelo PDITS têm que estar em sintonia com essas orientações institucionais. Nesse sentido, a elaboração, implantação e execução de um Plano de Marketing, conforme está proposto no Programa poderá favorecer positivamente os municípios do Polo Seridó através da valorização da identidade sociocultural da comunidade local ao divulgar os atrativos culturais como os monumentos arquitetônicos, o artesanato, a gastronomia, as festas religiosas e manifestações populares de modo geral, e, em última instância fortalecer o planejamento contínuo da atividade turística.

Entretanto, vislumbram-se impactos negativos decorrentes da sazonalidade do turismo, quando ocorre um aumento populacional em determinadas períodos do ano causando implicações diversas nos destinos, incluindo, exploração maciça dos atrativos culturais, o que poderá acarretar o comprometimento das estruturas dos bens históricos com ações depredatórias dos turistas, a excessiva circulação de veículos nas vias públicas, o fenômeno da arrogância cultural e a super utilização da infraestrutura básica, provocando transtornos para as populações autóctones.

d) Dimensão Político-Institucional

O planejamento e a gestão do turismo sustentável é o foco central da AAE. Por isso a avaliação sobre as ações do PDITS, em sua dimensão político-institucional torna-se um instrumento poderoso no direcionamento para a tomada de decisões. A promoção dos destinos turísticos através de um Plano de Marketing coloca em disponibilidade mecanismos que fortalece a ação de governança que se volta para a informação, divulgação e comercialização do produto turístico de forma competitiva.

Componente - Fortalecimento Institucional

a) Dimensão ambiental

O componente Fortalecimento Institucional tem a função de integrar as ações voltadas para o fortalecimento da institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão utilizados pela governança no âmbito do Polo Seridó. Tais mecanismos deverão contemplar as ações do PDITS em sua dimensão ambiental. Assim, a elaboração e implantação de um Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal terá como consequência a formulação e aplicação de instrumentos de planejamento e gestão do turismo: inventários, diagnósticos, programas, projetos tendo como foco a variável ambiental nas ações a serem implementadas. Entretanto, mesmo com este aparato institucional corre-se o risco de implantação do turismo de massa em áreas protegidas como unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, espaços de defesa de populações tradicionais, reservas legais ou florestais.

Do ponto de vista do uso e ocupação físico-territorial da região Seridó, pode-se destacar as ações previstas no PDITS como a elaboração de instrumentos urbanísticos – Plano Diretor, Código de Obras e Código de Meio Ambiente – para os municípios do polo. Esses instrumentos têm como contrapartida: a elaboração de um instrumento de planejamento, ordenamento e controle do uso e ocupação do solo municipal e de identificação das áreas de fragilidade ambiental; estabelecimento de regras para elaboração de projetos de execução, manutenção e utilização das obras e edificações; e, estabelecimento de diretrizes e parâmetros para a gestão ambiental e o planejamento do uso dos recursos naturais. Por outro lado, existe uma real ameaça de que possa haver uma falta de participação da sociedade civil no encaminhamento de propostas que contemplem o ordenamento e defesa de áreas de grande fragilidade ecológica.

É importante ressaltar que uma das carências nas administrações municipais é a falta de um corpo técnico qualificado, o que motivou à inclusão nas ações do PDITS a implantação de Programa de Capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais com vistas à efetiva aplicação dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo. Essa ação prevê como impacto positivo a inclusão de disciplinas relativas à legislação ambiental e urbanística e suas formas de aplicação, no conteúdo programático do curso de capacitação.

Como é possível perceber em toda a intervenção a ser realizada pelo PRODETUR NACIONAL, conforme visualizado pelo PDITS, a elaboração de pesquisa de mercado e o desenvolvimento de um sistema de informações turísticas assumem papel de relevância para gestão do turismo no Seridó. Os resultados dessas ações poderão contribuir positivamente para: a implantação e disponibilização de um banco de dados, informações da oferta turística e da estrutura de apoio ao turista prevendo ações permanentes de atualizações; e, a valorização e sensibilização da população local e visitantes sobre os atributos ambientais e atrativos turísticos.

b) Dimensão Econômica

No que se referem aos aspectos econômicos à ação político-institucional de elaboração e implantação de um Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo nos municípios do Roteiro Seridó servirá como porta de entrada para a captação e controle dos recursos destinados a viabilização dos instrumentos de planejamento e gestão do turismo, bem como de apoio ao desenvolvimento da atividade, por outro lado, existe o risco de subutilização ou desvio de recursos pelas administrações municipais.

Outras ações que resultarão em impactos positivos para a economia do polo são a elaboração e implantação de instrumentos de ordenamento do território como Plano Diretor e Códigos de Obras e de Meio Ambiente nos municípios do Polo Seridó que poderão incentivar a captação de novos investimentos voltados para a área do turismo, estabelecer responsabilidades técnica pela qualidade da edificação (privada e pública) e valorizar a conservação dos atributos naturais e potenciais atrativos turísticos. Mas essas ações poderão resultar, também, em efeitos negativos como risco de alteração a potencialidade do uso e ocupação do solo e o controle e restrição na utilização dos recursos naturais.

Juntamente com essas ações existem outras providências previstas pelo PDITS que trarão consequências para a economia. A implantação de programas de capacitação facilitará a formação de um corpo técnico para elaboração de programas e projetos nos municípios do polo com a finalidade de captar recursos para investir em ações voltadas para o planejamento e desenvolvimento do turismo nos municípios é um impacto positivo que terá ainda como repercussão a melhoria e eficácia no atendimento ao empreendedor.

Por fim, no campo da informação e comunicação o encaminhamento do PDITS através do desenvolvimento de um Sistemas de Informações Turísticas aliado a pesquisa de mercado contribuirão para a definição de estratégias e ações de promoção e comercialização mais eficientes do turismo na região.

c) Dimensão Socioespacial

Na dimensão socioespacial a elaboração e implantação de um Plano de Fortalecimento do Turismo nos municípios do Polo Seridó poderão contribuir para o bem estar das populações que recebem o turista, mas, ao mesmo tempo, se não for planejado dentro do paradigma da sustentabilidade, poderá, também, promover a desigualdade social. Por isso que o planejamento é um instrumento eficiente e eficaz para diminuir os impactos negativos provocados pela implantação do turismo.

Os mecanismos usados para o ordenamento do território – Plano Diretor, Códigos de Obra e de Meio Ambiente – podem garantir a inclusão social, ordenamento da estrutura urbana e distribuição equânime da infraestrutura, bem como, assegurar a qualidade técnica das obras e de responsabilidades e diretrizes que possam contribuir com o conforto ambiental da população dos municípios. Mesmo com a previsão de resultados positivos, esses dispositivos institucionais poderão também estimular a especulação imobiliária em detrimento dos interesses da maioria população local.

Outra ação de grande relevância com repercussões positivas do ponto de vista socioespacial é a implantação de um Programa de Capacitação Técnica, uma vez que eleva o nível de qualificação dos recursos humanos necessários a uma gestão eficiente. Por outro lado, sempre existe a ameaça de que as escolhas de acesso a programas de capacitação ocorra por meio de escolhas políticas. Por isso que a informação através da implantação de um Sistema de Informação Turística poderá oportunizar a população e visitantes uma rede de conhecimento sobre as potencialidades e recursos turísticos.

d) Dimensão Político-institucional

A dimensão político-institucional envolve a tomada de decisões com vistas a assegurar a realização das ações previstas pelo PDITS. Um exemplo disso é o Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo nos municípios do polo, cujo impacto positivo é o ordenamento das ações governamentais em benefício da atividade turística. Do mesmo modo os mecanismos urbanísticos territoriais (Plano Diretor e Códigos de Obras e de Meio Ambiente) poderão provocar a disponibilidade de instrumentos de gestão da política urbana e participação social e de controle na execução das obras e edificações, bem como da qualificação política para proteger áreas de fragilidade ambiental e orientar quanto às restrições de uso dessas áreas. Por outro lado, a falta de exigência de equipe técnica capacitada para implementação e de fortalecimento do canal de participação Social se coloca como um possível impacto negativo.

Componente - Infraestrutura e Serviços Básicos

a) Dimensão Ambiental

A infraestrutura e serviços básicos formam um componente de vital importância para se pensar o planejamento e a gestão do turismo. Na dimensão ambiental a elaboração de um Plano Diretor de Resíduos Sólidos para o polo e a implantação do Sistema Esgotamento Sanitário do município de Cerro Corá como foi previsto pelo PDITS contribuirá para redução de riscos de contaminação em áreas de fragilidade ambiental evitando a sobrecarga e contaminação das reservas disponíveis. Mas também, corre-se o risco de comprometer o equilíbrio dos recursos naturais com o aumento do consumo de água e disposição inadequada dos efluentes.

b) Dimensão Econômica

As ações previstas no componente Infraestrutura e Serviços Básicos como elaborar e implantar projetos de melhoria para terminais rodoviários, Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo Seridó e Sistema de Esgotamento Sanitário provocam impactos econômicos positivos como aumento da competitividade, empreendedorismo e valorização ambiental dos destinos turísticos e, ainda, a criação de alternativas econômicas com a gestão dos resíduos. Entretanto, existe o risco de valorização do mercado de terras urbano, estimulando de forma negativa a especulação imobiliária.

c) Dimensão Socioespacial

Na esfera socioespacial o PDITS tem direcionado as ações para infraestrutura de melhoria urbana, o que provocarão impactos positivos como: adequação e melhoria das estruturas receptivas para o atendimento aos visitantes; a redução da geração de resíduos com o aumento do fluxo turístico; e, adequação do sistema de água e de coleta e tratamento de esgotos para as demandas geradas pela atividade turística.

d) Dimensão Político-Institucional

A valorização da estrutura municipal de recepção dos visitantes nos destinos turísticos, a adequação do sistema de coleta e tratamento dos resíduos sólidos para a demanda gerada pelo turismo e a valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos, constituem impactos positivos das ações previstas pelo PDITS para esse componente como o Plano Diretor de Resíduos Sólidos e a implantação de sistema de esgotamento sanitário. Não obstante, a elevação do custo de gerenciamento do sistema e necessidade de estrutura

governamental capacitada para a prestação do serviço e a transferência de valor a terra urbana são impactos negativos com chances de ocorrer caso não seja realizado um planejamento dessas atividades dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Componente - Gestão Ambiental

a) Dimensão Ambiental

Para a AAE, o componente Gestão Ambiental se revela de grande importância para o planejamento e a gestão da atividade turística dentro dos padrões de sustentabilidade. Assim, a elaboração de estudos para identificação do potencial de implantação de Unidades de Conservação (UCs) nas áreas de influência dos sítios arqueológicos do Seridó, constitui uma ação que deverá ser atendida, uma vez que pode trazer como impacto positivo a identificação das fragilidades ambientais dos sítios arqueológicos, bem como a elaboração de diagnóstico ambiental das áreas dos sítios para a implantação de UCs que contribuirá para a conservação e integridade do acervo arqueológico.

b) Dimensão Econômica

A elaboração de estudos para identificação do potencial de implantação de UC's nas áreas de influência dos sítios arqueológicos do Seridó, poderá provocar impactos econômicos positivos através da potencialização e qualificação dos sítios como atrativo turístico como catalisadores de renda para a comunidade local. Por outro lado, o uso mal planejado dos sítios poderá acarretar prejuízos econômicos aos proprietários.

c) Dimensão Socioespacial

Na dimensão socioespacial a ação prevista pelo PDITS sobre os sítios arqueológicos contribuirá positivamente para a sensibilização e integração da comunidade local aos sítios arqueológicos e promover formas alternativas de desenvolvimento e sentimento de orgulho étnico.

d) Dimensão Político-Institucional

A formulação de instrumentos de controle e uso das áreas com acervo arqueológico é resultado de ações previstas pelo PDITS como a elaboração de estudos e identificação dos sítios arqueológicos no Polo Seridó, mas, por outro lado, a falta de instrumentos de uso e de estudos de capacidade de suporte poderá provocar fragilidades na gestão desses espaços.

6.2. Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos e Potencializadoras dos Impactos Positivos

A avaliação de impactos das ações previstas nos PDTIS para cada um dos polos identificou alterações ambientais (positivas e negativas) nas dimensões ambiental, econômica, socioespacial e político-institucional, causadas pelas ações e investimentos previstos nos Planos. Considerando que as regiões afetadas apresentam uma diversidade de recursos naturais e culturais de interesse ambiental e de importância para a manutenção de atividades socioeconômicas de relevância regional e estadual, como o turismo, a pesca artesanal, a industrialização, o sal e o petróleo, torna-se necessária a adoção de medidas mitigadoras aos impactos potenciais negativos e potencializadoras dos impactos potenciais positivos. Tais medidas são voltadas à manutenção e conservação da qualidade ambiental

dos produtos e destinos turísticos, com o objetivo de constituir-se em diretrizes para a gestão, coordenação e condução das decisões da política de turismo e de apoio aos setores públicos e privados, permitindo direcionar os investimentos de forma adequada do ponto de vista ambiental e melhorar a capacidade de gestão dos setores governamentais e empresarial na administração e no acesso ao mercado do turismo.

É importante esclarecer que as medidas ora apresentadas são de caráter geral por componente, visto que grande parte das ações trata da elaboração e/ou formulação de instrumentos de planejamento e gestão do turismo que, segundo alguns autores, se configuram na principal medida preventiva aos impactos negativos decorrentes da implantação de projetos turísticos, não excluindo a identificação e análise ambiental individual (por meio de Estudos de Impacto Ambiental – EIA/RIMA) a que estão submetidas as obras de infraestrutura e serviços, por exigências dos órgãos licenciadores e pelas diretrizes de salvaguarda do BID, expressas nas recomendações do Manual de Planejamento Socioambiental.

No âmbito do Polo Seridó as ações estão concentradas no componente Fortalecimento Institucional, direcionadas, especialmente, a elaboração e execução de instrumentos de planejamento e gestão voltados para o uso e ocupação do território, bem como, medidas institucionais que possam dar visibilidade aos municípios e seus atrativos turísticos, sejam os poucos utilizados ou já consolidados. Assim as estratégias de transformação de atrativos pouco consolidados em produtos turísticos, conforme constam do componente Produto Turístico apresentam uma incidência de impactos negativos que impõe a adoção de medidas mitigadoras.

Várias medidas específicas podem ser adotadas, em busca da melhor e mais adequada forma de gestão dos riscos e impactos ambientais identificados, sendo que a abordagem apresentada neste documento é de caráter preventivo e corretivo, no caso dos impactos negativos e de adequação e potencialização, no caso dos impactos positivos.

QUADRO 50. Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos.

	Impacto positivo pequeno
	Impacto positivo médio
	Impacto positivo grande
	Impacto negativo pequeno
	Impacto negativo médio
	Impacto negativo grande

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os quadros a seguir procuram elencar às medidas mitigadoras – quando estas resultam na redução dos efeitos do impacto negativo e as medidas potencializadoras - quando resultam no aumento dos efeitos dos impactos ambientais positivos identificados nos Quadros 01 a 05 (anexos), considerando o caráter corretivo e preventivo dessas medidas. Para melhor compreensão e visualização, estão relacionados, na primeira coluna, os impactos gerados por cada uma das ações e componentes nas dimensões afetadas e identificadas da seguinte forma: Ambiental (A); Econômica (E); Socioespacial (S); e, Politico-institucional (P). Consta ainda da matriz, a qualificação dos impactos, representada pela variação de cores, caracterizando os impactos positivos e impactos negativos e sua magnitude (pequeno, médio e grande), de acordo com a legenda abaixo:

POLO COSTA DAS DUNAS – COMPONENTE: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO

QUADRO 51. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados.

ações	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS(1)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar e implantar projeto de requalificação urbanística e paisagística das orlas de Natal (Redinha) e Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita); Ceará-Mirim (Muriu I), Extremoz (Pitanguí), Tibau do Sul (Pipa e T, do Sul); Elaborar e implantar o projeto executivo de passarela na praia de Pipa.	Planejamento e ordenamento do uso dos recursos naturais.	A	Projetos precedidos de licenciamento, de estudos de dinâmica e erosão costeira, que permitam a garantia de durabilidade das obras e o não-agravamento dos problemas
	Ausência de instrumentos de ordenamento gera crescimento desordenado e pressão de recursos naturais.	A	Garantia de inclusão das recomendações e parâmetros para o uso e ocupação da área, conforme estabelece o Decreto nº. 5.300/2004 – Projeto Orla, visando ordenamento da faixa litorânea
	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	A	Estabelecimento de sistema de gestão compartilhada da Orla, por meio de parcerias público-privadas, que garantam a manutenção da requalificação ambiental e paisagística realizada
	Superlotação sazonal e/ou permanente pode gerar pressão sobre recursos naturais e sua consequente degradação	A	Estabelecimento de parâmetros técnicos de capacidade de carga do atrativo turístico, por meio de instrumentos legais subsidiados por indicadores de monitoramento dos recursos naturais, como forma de prevenção dos impactos da atividade
	Agregação de valor ao produto turístico, com aumento da competitividade e dinamização da atividade do turismo	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, assim como a diversificação das atividades associadas ao turismo.
	Aumento dos empreendimentos locais e geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda	E	
	Valoração da terra urbanizada e crescimento da especulação imobiliária	E	Aplicação dos instrumentos urbanísticos de controle da potencialidade construtiva (coeficientes de aproveitamento único para todos os lotes, densidade populacional, etc) e delimitação das áreas para habitação de interesse social.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica	E	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica
	Risco de exclusão de residentes com menor poder aquisitivo	E	Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais.
	Aumento do custo de vida e redução da disponibilidade de alimentos provenientes do extrativismo, com possível quebra dos circuitos da economia tradicional	E	Instituição de programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas atividades de visitação pública e atendimento aos visitantes.
	Desqualificação da mão de obra local leva à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda	E	Implantação de medidas compensatórias que favoreçam a população local, como garantia de geração de emprego, avaliação dos custos e benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais decorrentes do projeto de intervenção.
	Melhoria das condições de vida para a população local	S	Incluir nos programas de capacitação à produção associada ao turismo, evitando a decadência e valorizando as formas tradicionais de exploração econômica.
	Risco de descaracterização da identidade cultural e crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno	S	Garantir a viabilidade da capacitação da mão de obra local com a alocação de recursos do orçamento municipal para essa finalidade
	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade.	S	Identificação e institucionalização das áreas que necessitam de cuidados especiais pelo seu valor cênico paisagístico e fragilidade ambiental, evitando a especulação imobiliária e descaracterização do objeto da intervenção.
	Transtornos no decorrer da obra, no dia a dia dos residentes	S	Inclusão, nos editais de licitação das obras, dos custos de prevenção dos riscos de acidentes ambientais e para a aplicação das medidas adequadas de gerenciamento da obras, evitando passivos ambientais.
	Aumento sazonal e/ou permanente da população local, com risco de saturação da infraestrutura, crescimento desordenado da estrutura urbana e ocorrência de degradação ambiental	S	Estabelecimento de parâmetros técnicos de capacidade de carga da atividade turística na localidade, por meio de instrumentos legais subsidiados por indicadores de monitoramento dos recursos naturais, como forma de prevenção dos impactos da atividade

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

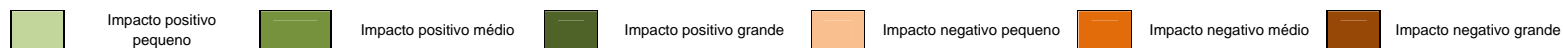
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Instrumento de captação de recursos para o poder público e criação de expectativa da população e investidores.	P	Implantação de medidas compensatórias que favoreçam a população local, como garantia de geração de emprego à população local, avaliação dos custos e benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais decorrentes do projeto de intervenção.
	Ausência de transparência e participação social na discussão e aprovação do projeto executivo	P	Criação e/ou fortalecimento dos canais de participação da população local, por meio de campanhas de sensibilização e capacitação dos segmentos sociais.
	Falta de capacitação/organização dos segmentos sociais para opinar sobre o projeto	P	
	Infraestrutura facilitando o ordenamento do uso da orla e a arrecadação de taxas e tributos	P	Provisão de sistema de informações atualizado com as novas tecnologias às administrações municipais para permitir eficiência do poder público no controle da ocupação e na cobrança de taxas e tributos
	Aumento das demandas da iniciativa privada para políticas públicas de dinamização da atividade turística local e regional	P	Estímulo à participação do segmento empresarial nos colegiados locais, como forma de articulação das ações da política do turismo com as demais políticas municipais e estaduais.
	Aumento das alternativas de geração de renda e trabalho facilita a governabilidade local	P	Provisão de sistema público, com a participação da iniciativa privada, de organização das demandas de trabalho e emprego associado ao inventário da mão de obra disponível.
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.
	Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo	P	Implantar e fortalecer a atuação do colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

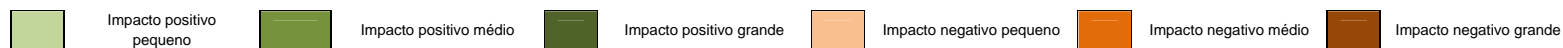
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, em Jenipabu, município de Extremoz e Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa, município de Tibau do Sul.	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	A	Projetos precedidos de licenciamento, que permitam a garantia de durabilidade das obras e o não-agravamento dos problemas
	Aumento da competitividade do produto turístico	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, assim como a diversificação das atividades associadas ao turismo.
	Dinamização da atividade turística	E	
	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística.	S	Identificação das áreas que necessitam de cuidados especiais pelo seu valor cênico paisagístico e fragilidade ambiental, evitando a especulação imobiliária e descaracterização do objeto da intervenção.
	Melhoria das condições de vida para a população local.	S	Garantir a viabilidade da capacitação da mão-de-obra local com a alocação de recursos do orçamento municipal para essa finalidade
	Risco de descaracterização da identidade cultural, caso a obra não considere as demandas locais e os modos de vida das populações tradicionais.	S	Definição de programas municipais de inclusão da população, respeitando e valorizando suas tradições, costumes e cultura local.
	Transtornos no decorrer da obra, no dia a dia dos residentes	S	Inclusão, nos editais de licitação das obras, dos custos de prevenção dos riscos de acidentes ambientais e para a aplicação das medidas adequadas de gerenciamento da obras, evitando passivos ambientais.
	Expectativa de mudança de uso no entorno	S	Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais.
	Risco de crescimento desordenado da estrutura urbana	S	
	Infraestrutura facilitando o ordenamento do uso e a arrecadação de taxas e tributos	P	Provisão de sistema de informações atualizado com as novas tecnologias às administrações municipais para permitir eficiência do poder público no controle da ocupação e na cobrança de taxas e tributos

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Aumento das demandas da iniciativa privada para políticas públicas de dinamização da atividade turística local e regional	P	Estímulo à participação do segmento empresarial nos colegiados locais, como forma de articulação das ações da política do turismo com as demais políticas municipais e estaduais.
	Aumento das alternativas de geração de renda e trabalho facilita a governabilidade local	P	Provisão de sistema público, com a participação da iniciativa privada, de organização das demandas de trabalho e emprego associado ao inventário da mão-de-obra disponível.
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.
	Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo.	P	Implantar e fortalecer a atuação do colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos
Elaborar e implantar projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi	Garantia de sustentabilidade e qualidade ambiental do atrativo.	A	Priorização, na concepção e implementação do projeto, da valorização do atrativo turístico e da sustentabilidade do cajueiro.
	Risco de prejuízos ao Cajueiro em função do manejo conduzido.	A	
	Aumento da competitividade do produto turístico e dinamização da atividade turística.	E	Definição de modelo de administração, com vista à manutenção da qualidade da oferta dos serviços no receptivo aos visitantes.
	Prejuízos ao Cajueiro podem causar perda da atratividade.	E	Priorização, na concepção e implementação do projeto, da valorização do atrativo turístico e da sustentabilidade do cajueiro.
	Agregação de valor ao produto turístico e patrimônio cultural.	S	Priorização, na concepção e implementação do projeto, da valorização do atrativo turístico e da sustentabilidade do cajueiro.
	Desobstrução do fluxo de veículos ao litoral sul, melhorando qualidade de vida	S	Consideração das alternativas de traçado que melhor favoreçam o ordenamento territorial da região e considerem os aspectos sociais e a integração do traçado com o entorno natural.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Fortalecimento do papel do Estado na solução de problemas comunitários.	P	Consulta às demandas da população local e dos profissionais envolvidos na exploração do atrativo, para inseri-las no projeto, na medida das possibilidades e das condições de sustentabilidade
	Satisfação dos segmentos sociais envolvidos.	P	Garantia da capacitação e inclusão da mão de obra local nas novas oportunidades geradas pela reforma do receptivo no atrativo
Elaborar estudo de concepção, projeto básico e projeto executivo do terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez.	Instrumento de conservação e valorização do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	A	Observação das limitações legais voltadas à conservação e uso sustentável destes frágeis ecossistemas e estabelecimento de mecanismos de ordenamento do uso que permitam a harmonização das características ambientais e o interesse turístico.
	Superlotação sazonal causada pela melhoria da infraestrutura pode gerar pressão sobre recursos naturais	A	Inclusão de estudos da capacidade de suporte dos atrativos, visando o estabelecimento de ferramentas de gestão que orientem e disciplinem seu uso, considerando as condições e características sócio-ambientais locais e as limitações e trâmites legais para instalação da infraestrutura de apoio e fortalecimento da atividade turística e outras associadas.
	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística	E	Garantia da capacitação e inclusão da mão de obra local nas novas oportunidades geradas pelo atrativo
	Geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda	E	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica
	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica	E	Garantia da capacitação e inclusão da mão de obra local nas novas oportunidades geradas pelo atrativo
	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda	E	Estabelecimento de planos setoriais a partir da análise das condições socioespaciais do entorno da área de intervenção, incluindo na análise todas as inter-relações e conflitos de uso, com a indicação de medidas de ordenamento e controle de uso e ocupação.
	Disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo	S	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Agregação de valor ao produto turístico.	S	Estabelecimento de parâmetros técnicos de capacidade de carga dos atrativos turísticos, por meio de instrumentos legais subsidiados por indicadores de monitoramento dos recursos naturais, como forma de prevenção dos impactos das atividades.
	Risco de descaracterização da identidade cultural.	S	Manutenção e valorização das atividades originais (pesca artesanal), preservando a cultura e os costumes tradicionais, contribuindo para garantir as rendas das famílias locais sem impor trabalhos para os quais não estão qualificados.
	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	Promoção de ações e parcerias que permitam a organização de capacidade institucional para o estudo permanente do desenvolvimento da atividade turística, em suas diversas dimensões, criando condições para uma gestão ágil e capaz de identificar e corrigir os problemas encontrados.
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão.	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.
	Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo.	P	Implantação e fortalecimento da atuação do colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

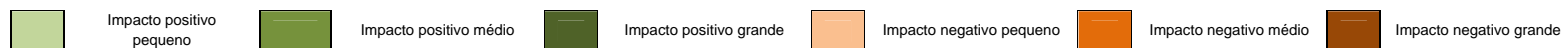
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico.	Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental.	A	Realização de estudos prévios detalhados das alternativas locacionais e de uso, conforme exigência das normas pertinentes, com avaliação da viabilidade econômica e especial atenção nas modificações sobre o meio natural, nas condições socioeconômicas e culturais da região afetada. Apresentação de modelos de gestão da ação pública que assegurem o envolvimento dos diversos organismos intervenientes em todas as fases de planejamento e execução do Plano. Apresentação em audiências públicas, das alternativas e soluções técnicas estudadas para adaptação às condições paisagísticas locais, que apresentem melhores condições para evitar e ou minimizar os impactos sobre os recursos naturais, históricos, sobre a população afetada e o uso da terra, incluindo medidas de controle para a gestão ambiental, evitando intervenções e degradação em áreas ambientalmente frágeis e da própria atividade turística.
	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	E	Implantar e fortalecer a atuação do governo estadual, da administração municipal e da sociedade local e sua representação no colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos
	Geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda.	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo náutico e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para esta atividade, assim como a diversificação das atividades associadas.
	Agregação de valor ao produto turístico.	S	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos, do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica de seu uso para múltiplas atividades compatíveis com sua concepção
	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo náutico.
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão.	P	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar projeto executivo de ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guarairas) e Maxaranguape (praia de Maracajá)	Ordenamento do turismo náutico com infraestrutura apropriada.	A	Elaboração de estudos prévios para definição de alternativas locais mais apropriadas, que considerem as condições e características sócio-ambientais locais e os trâmites legais para instalação da infraestrutura de apoio e fortalecimento da atividade turística e outras associadas
	Risco de alteração da dinâmica costeira e estuarina e sobre exploração dos estoques pesqueiros.	A	Exigência do Licenciamento ambiental com o procedimento de análise das alternativas locais para escolha das áreas de implantação dos ancoradouros, evitando impactos em áreas ambientalmente frágeis.
	Criação de expectativa de ampliação da atividade turística para os investidores e população.	E	Avaliação das condições socioeconômicas da comunidade de pescadores locais, antes da instalação dos projetos dos ancoradouros, definindo medidas atenuantes dos impactos negativos sobre essa comunidade e potencializadoras dos impactos positivos
	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	E	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica
	Disponibilidade de infraestrutura de apoio a atividade náutica e ao desenvolvimento do esporte e lazer e pesca artesanal.	S	Estabelecimento de planos setoriais a partir da análise das condições socioespaciais do entorno da área de intervenção, incluindo na análise todas as inter-relações e conflitos de uso, com a indicação de medidas de ordenamento e controle de uso e ocupação.
	Risco de descaracterização da identidade cultural.	S	Definição de programas municipais de inclusão da população, respeitando e valorizando suas tradições, costumes e cultura local.
	Melhoria das condições da infraestrutura de apoio ao turismo e o ordenamento da atividade pesqueira.	P	Criação e organização de um roteiro náutico para o turismo, compatível com atividade pesqueira, considerando os aspectos ambientais como fatores fundamentais nos limites de desenvolvimento dessas atividades.
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão.	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo.	P	Implantar e fortalecer a atuação do colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos
Elaborar Guia para Gestão Turística de orlas	Disponibilidade de instrumento de informação, fortalecendo a gestão ambiental e turística.	A	Identificação e caracterização prévia dos atributos naturais, com inserção no material de divulgação e inclusão no programa de educação ambiental, reforçando a necessidade de atendimento às normas legais.
	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	E	Inclusão do material informativo na gestão municipal e estadual, bem como nos receptivos, elevando o percentual de pessoas qualificadas para sua utilização e o nível de informação dos usuários.
	Geração de novas oportunidades de trabalho e renda.	E	
	Melhoria das condições de acesso, utilização e controle do uso do atrativo/produto turístico.	S	Inclusão, no material promocional, dos aspectos legais e a orientação quanto às condutas de prevenção e cuidados para a sustentabilidade da atividade turística, com especial atenção às formas e posturas nos destinos turísticos.
	Melhoria da informação turística.	S	
Qualificação da ação pública e privada voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local.	P	Fortalecimento das instâncias de gestão do turismo e do meio ambiente, possibilitando a orientação periódica e sistemática do desenvolvimento da atividade, sob parâmetros de sustentabilidade.	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

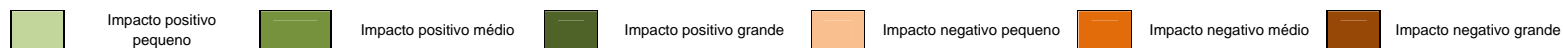
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar plano de ocupação Turística da orla de Natal.	Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental.	A	Estabelecimento de diretrizes setoriais a partir da análise das condições socioespaciais e ambientais da área estudada, incluindo na análise todas as inter-relações e conflitos de uso, com a indicação de medidas de ordenamento e controle de uso e ocupação.
	Criação de expectativa de ampliação da atividade turística para os investidores e população.	E	Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais.
	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	E	Implantar e fortalecer a atuação do governo estadual, da administração municipal e da sociedade local e sua representação no colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos.
	Geração de novas oportunidades de trabalho e renda.	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, assim como a diversificação das atividades associadas ao turismo.
	Valoração da terra urbanizada e crescimento da especulação imobiliária.	E	Aplicação dos instrumentos urbanísticos de controle da potencialidade construtiva (coeficientes de aproveitamento único para todos os lotes, densidade populacional, etc) e delimitação das áreas para habitação de interesse social.
	Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI.	E	Definição de parâmetros de uso e ocupação ao longo da orla e um plano de gestão, incluindo os organismos intervenientes nos diversos níveis de competência, em especial, os órgão responsáveis pela gestão ambiental.
	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	E	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica.
	Risco de exclusão de residentes com menor poder aquisitivo.	E	Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

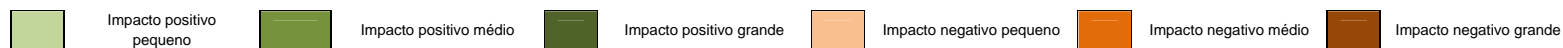
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Desqualificação da mão de obra local leva à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda.	E	Implantação de medidas compensatórias que favoreçam a população local, como garantia de geração de emprego, avaliação dos custos e benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais decorrentes do projeto de intervenção.
Melhoria das condições de utilização e controle do uso do atrativo/produto turístico.	S	Garantir a viabilidade da capacitação da mão-de-obra local com a alocação de recursos do orçamento municipal para essa finalidade
Risco de exclusão da população local e descaracterização da identidade cultural.	S	Criação e/ou fortalecimento dos canais de participação da população local, por meio de campanhas de sensibilização e capacitação dos segmentos sociais.
Melhoria das condições da infraestrutura de apoio ao turismo.	P	Inclusão nos custos de implementação das ações do plano, medidas de manutenção rotineira e de prevenção de danos à estrutura, especialmente em período chuvoso.
Qualificação da ação pública e privada voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local.	P	Estímulo à participação da população local, com estabelecimento de canal de diálogo que permita a definição conjunta de critérios para as situações de alteração do uso da terra e necessidade de exclusão de atividades instaladas na área afetada pelo projeto, submetendo também as alternativas à apreciação dos diversos segmentos envolvidos, contribuindo no processo de tomada de decisão e na definição do projeto mais adequado.
Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo.	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.
Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência de instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	P	Provisão de sistema de informações atualizado com as novas tecnologias às administrações municipais para permitir eficiência do poder público no controle da ocupação e na cobrança de taxas e tributos.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal.	Diversificação de atrativos aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística.	A	Implantar e fortalecer a atuação do colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos
	Disponibilidade de novos atrativos e diversificação do roteiro com a dinamização da atividade turística. Aumento da competitividade/empreendedorismo do produto turístico.	E	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias público-privadas para a gestão, fortalecendo a administração e manutenção do museu.
	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	
	Valorização do patrimônio histórico-cultural.	S	Inclusão, nas grades curriculares do ensino formal, da história contada no museu, propiciando visitas educativas regulares das escolas ao museu
	Risco de exclusão da mão de obra local por deficiência de capacitação específica.	S	Instituição de programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas atividades do novo museu.
	Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo.	S	
	Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local.	P	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir da melhor tecnologia museológica existente, do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica de seu uso para múltiplas atividades compatíveis com sua concepção
	Risco de ociosidade do empreendimento pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	P	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbano do Corredor Cultural, em Natal e de seu Centro de Gestão Integrada Elaborar e implantar Plano de Interpretação Integral do Corredor cultural de Natal	Diversificação de atrativos aumenta grau de sustentabilidade e dinamização da atividade turística.	A	Implantar e fortalecer a atuação do governo estadual, da administração municipal e da sociedade local e sua representação no colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos.
	Recuperação e valorização do Patrimônio histórico-cultural.	A	
	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	E	
	Aumento da competitividade do produto turístico.	E	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias público-privadas para a gestão, fortalecendo a administração e manutenção do corredor cultural.
	Valorização das atividades associadas ao turismo e alternativa de emprego e renda para a população local.	E	
	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	
	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda.	ES	Instituição de programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas múltiplas atividades do corredor cultural.
	Valorização do patrimônio histórico-cultural.	S	Adequação da legislação municipal (ambiental e urbanística) para definição dos critérios e parâmetros de proteção dos atributos naturais e do valor histórico-cultural do acervo, visando o adequado aproveitamento como atrativo/destino turístico. Instituição de áreas especiais no município e dos instrumentos legais de proteção do patrimônio histórico-cultural a partir de um inventário do acervo local.
	Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo.	S	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir da melhor tecnologia museológica existente, do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica de seu uso para múltiplas atividades compatíveis com sua concepção.
Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	EP		

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

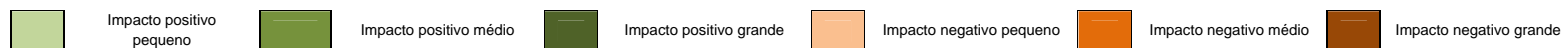
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local.	P	
	Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável	P	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir da melhor tecnologia museológica existente, do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica de seu uso para múltiplas atividades compatíveis com sua concepção.
Elaborar e implementar projeto de reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal	Recuperação e valorização do Patrimônio Histórico-cultural.	A	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias público-privadas para a gestão, fortalecendo a administração e manutenção do centro. Instituição, no âmbito da administração municipal, de estrutura e instância de participação da sociedade civil organizada para gestão do patrimônio histórico-cultural. Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento do empreendimento a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica.
	Valorização das atividades associadas ao turismo, com aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local.	E	
	Agregação de valor ao produto turístico, com adequação de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo e melhoria das condições de trabalho no local.	S	
	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	
	Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local, com satisfação dos segmentos sociais envolvidos.	P	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

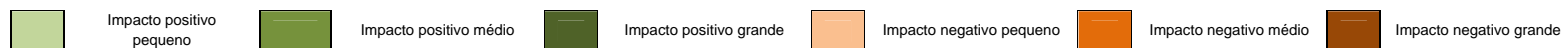
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Atualizar diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas	Internalização do conhecimento socioambiental.	A	Implantação no cotidiano local de programas para capacitação e aprimoramento profissional voltada para o turismo sustentável.
	Risco de desconsideração de informações sobre as características ambientais e culturais locais.	A	Inclusão no diagnóstico de demandas por informações socioambientais, culturais e serviços e produção associada à atividade turística, evitando ações setoriais e isoladas e priorizando medidas de integração, valorização e inclusão.
	Risco de desconsideração da produção associada ao turismo.	ES	Incluir nos programas de capacitação à produção associada ao turismo, evitando a decadência e valorizando as formas tradicionais de exploração econômica.
	Falta de garantia da participação da comunidade local na elaboração do diagnóstico.	P	Criação e/ou fortalecimento dos canais de participação da população local, por meio de campanhas de sensibilização e capacitação dos segmentos sociais.
	Fortalecimento da competitividade/empreendedorismo dos produtos turísticos.	E	Implantação de instrumentos de acompanhamento e monitoramento dos programas de capacitação e implantação de medidas compensatórias para o público capacitado, como geração de emprego, incentivos, etc.
	Agregação de valor ao produto turístico.	S	Priorização do acesso às oportunidades de trabalho/emprego a trabalhadores e empresas qualificadas, incluindo comprovação da participação nos cursos de aperfeiçoamento.
	Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	P	Definição de indicadores relacionados com a oferta e demanda por capacitação e incentivo à constituição de equipes multidisciplinares para elaboração e acompanhamento dos projetos.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

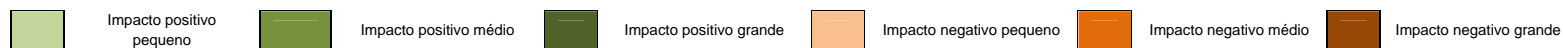
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar o Programa de Capacitação Profissional para o Polo	Internalização do conhecimento das características socioambientais do polo.	A	Implantação no cotidiano local de programação permanente e sistemática para capacitação e aprimoramento profissional, voltada para o turismo sustentável.
	Aumento da competitividade /empreendedorismo do turismo.	E	Estabelecimento de mecanismos de avaliação dos custos e benefícios econômicos, socioespaciais e ambientais do desenvolvimento turístico, evitando a competitividade com as outras atividades tradicionais.
	Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego e redução da informalidade.	S	Inclusão, na gestão municipal e estadual, de programas de capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, assim como a diversificação das atividades associadas ao turismo.
	Risco de falta de previsão da inserção das atividades associadas ao turismo.	S	
	Risco de ociosidade dos segmentos capacitados, por problemas de insuficiência de infraestrutura.	S	Provisão de sistema público, com a participação da iniciativa privada, de organização das demandas de trabalho e emprego associado ao inventário da mão de obra disponível.
	Melhoria das relações entre governo e população profissionalmente habilitada.	P	
	Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável e oferta da mão de obra local qualificada.	P	Garantir a viabilidade da capacitação da mão de obra local com a alocação de recursos do orçamento municipal para essa finalidade, tendo como diretriz as recomendações do diagnóstico realizado.
	Maior arrecadação de tributos.	P	Provisão de sistema de informações atualizado com as novas tecnologias às administrações municipais para permitir eficiência do poder público no controle da ocupação e na cobrança de taxas e tributos.
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para atendimento às demandas do segmento capacitado.	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

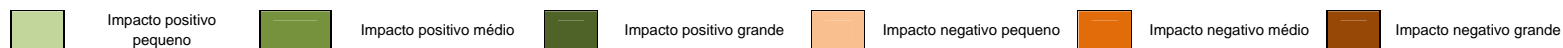
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar Consultoria para Apoio ao empreendedor turístico do Rio Grande do Norte	Internalização do conhecimento das características socioambientais do polo	A	Implantação no cotidiano local de programação permanente e sistemática para capacitação e aprimoramento profissional e empresarial, voltada para o turismo sustentável.
	Aumento da competitividade /empreendedorismo do turismo	E	Estabelecimento de mecanismos de avaliação dos custos e benefícios econômicos, socioespaciais e ambientais do desenvolvimento turístico, evitando a competitividade com as outras atividades tradicionais
	Aumento de empreendedores capacitados para o desenvolvimento da atividade turística e redução da informalidade	S	Instituição de certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/profissional envolvido na atividade
	Melhoria das relações entre governo e empreendedores	P	Estímulo à participação do segmento empresarial nos colegiados locais, como forma de articulação das ações da política do turismo com as demais políticas municipais e estaduais.
	Maior arrecadação de tributos	P	Provisão de sistema de informações atualizado com as novas tecnologias às administrações municipais para permitir eficiência do poder público no controle da ocupação e na cobrança de taxas e tributos
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para atendimento às demandas do segmento apoiado	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

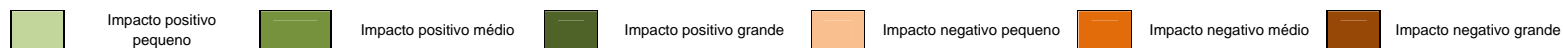
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar Projeto de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas	Acesso a informação e melhor conhecimento dos atributos e características naturais, como estratégia de qualificação do turista e educação ambiental.	A	Definição de parcerias (convênio, termo de compromisso, etc) na administração do equipamento em benefício da informação ao visitante e racionalização dos gastos públicos.
	Valorização do receptivo e aumento da competitividade e empreendedorismo.	E	Estabelecimento de parcerias público-privadas para elaboração e produção de material didático informativo para os visitantes, voltados para integração do turista com o meio em que visita.
	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência a exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda.	E	Inclusão no processo seletivo e divulgação de alcance social nos destinos turísticos.
	Fortalecimento da função educativa e de atendimento ao turista.	S	Instituição de programação educativa (palestras, vídeos, roteiros de visita orientada, etc) na recepção dos visitantes.
	Disponibilidade de equipamento de apoio a gestão pública e satisfação dos segmentos sociais envolvidos, com fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	Parcerias com as agencias de turismo para inclusão, no roteiro turístico, da visita ao posto de atendimento.
	Demanda da presença do poder público sem a devida capacidade institucional para manter o equipamento em funcionamento.	P	Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa como forma de suprir em curto prazo, a deficiência da capacidade institucional, não excluindo a formalização de contratação de pessoal para atendimento ao público.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



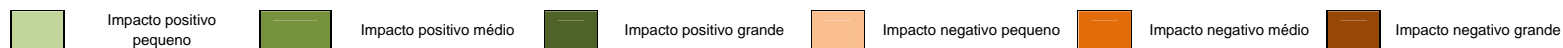
POLO COSTA DAS DUNAS – COMPONENTE: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

QUADRO 52. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados.

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS(¹)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar Plano de Marketing	Valorização dos atributos naturais como atrativo turístico.	A	Inclusão no Plano de Marketing de instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais.
	Risco de degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos.	A	
	Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo.	E	Aparelhamento e manutenção da estrutura receptiva que assegure a qualidade da destinação turística.
	Mudança nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviço ao turista.	E	Instituição de programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar-se ao turismo, contribuindo para a renda familiar.
	Risco de massificação do turismo com conseqüente redução do Índice de Gasto Individual – IGDÍ.	E	Inclusão no Plano de Marketing de instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais.
	Expectativa da valorização da identidade cultural local.	S	Incorporação no Plano de Marketing do respeito às formas de vida e às tradições da população local.
	Risco do crescimento sazonal da população com implicações sobre a região, infraestrutura e a população nativa.	S	Subsídio aos Planos de Marketing com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda.
	Disponibilidade de um instrumento de gestão do turismo.	P	Fortalecimento das instâncias de gestão do turismo, possibilitando a participação dos diversos segmentos sociais no processo de elaboração e execução do Plano .
	Deficiência do aparato institucional para acompanhamento e avaliação da aplicação do instrumento.	P	Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Possibilidade de correção das estratégias de ação em função dos limites da capacidade de suporte e de impactos negativos irreversíveis.	A	Definição de indicadores de acompanhamento dos destinos e atrativos de maior fluxo de turista, como subsídio ao planejamento anual da atividade e definição de prioridades e orientações estratégicas para o Plano de Marketing.
	Definição de diretrizes e ações prioritárias para divulgação e comercialização dos produtos e destinos do polo.	E	Submissão das diretrizes e ações prioritárias à apreciação dos colegiados.
	Planejamento contínuo da atividade.	S	Estabelecimento de mecanismos institucionais que assegurem integração das atividades turísticas com as demais políticas setoriais.
	Risco de perda dos benefícios econômicos para as comunidades locais.	S	Inclusão de mecanismos de participação social no processo de planejamento e execução das ações de interesse do turismo.
	Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo.	P	Fortalecimento das instâncias de gestão do turismo, possibilitando a orientação periódica e sistemática do desenvolvimento da atividade, sob parâmetros de sustentabilidade e participação dos diversos segmentos sociais.
	Deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação.	P	Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Político-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



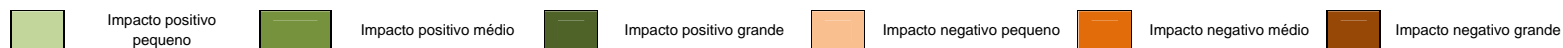
POLO COSTA DAS DUNAS – COMPONENTE: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

QUADRO 53. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados.

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (*)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Implantar Plano de Fortalecimento da SETUR/RN	Melhoria da capacidade de gestão da sustentabilidade da atividade turística.	A	Provimento de pessoal qualificado e orçamento compatível com as demandas, fortalecendo o papel da secretaria de gestora e articuladora da política estadual e secretaria executiva do Conselho Estadual de Turismo.
	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística.	E	Integração com as diversas instituições de fomento, com o setor empresarial e com a sociedade civil, para organização de um programa de captação de recursos e fomento compatível com as demandas e necessidades presentes e futuras do turismo no Estado.
	Melhoria da capacidade de gestão do ordenamento da atividade turística.	S	Integração com os diversos setores envolvidos na atividade turística, estabelecendo metas e indicadores setoriais de planejamento e atendimento às demandas.
	Qualificação das ferramentas de gestão da atividade turística.	P	Estabelecimento de sistema de informações estadual, alimentado por estudos periódicos e dados obtidos sistematicamente a partir de indicadores definidos, possibilitando o provimento de subsídios à gestão dos polos, nos municípios e de cada atrativo.
	Melhoria das relações e da integração entre o estado, os municípios e a sociedade civil na gestão da atividade turística.	P	Fortalecimento dos colegiados nos diversos níveis como instância coletiva de gestão e integração intersetorial da política de turismo, qualificando seus membros com informação atualizada e treinamentos específicos.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

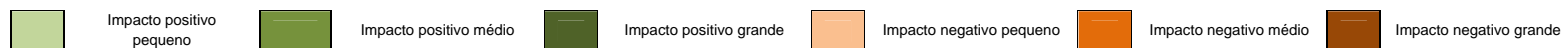
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar a Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	Melhoria e dinamização do processo de implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos.	A	Prover a unidade de pessoal, orçamento e capacitação para o acompanhamento e apoio técnico necessário a implementação do Plano junto aos municípios, para que estes possam desenvolver e implantar a infraestrutura e os procedimentos para facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores, para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, conforme estabelece a política nacional.
	Desqualificação da administração municipal pode levar à deterioração da infraestrutura de gestão de resíduos sólidos (de aterros para lixões, p.ex.).	A	Estímulo à formação de consórcios municipais que permitam a articulação de ações e instituições para administrar os resíduos sólidos sob a perspectiva de geração de novas riquezas e negócios, criando postos novos de trabalho e promovendo a inserção social por meio da reciclagem, estimulando a adoção da ecoeficiência nas empresas e disseminando na sociedade a necessidade de um consumo consciente.
	Geração de trabalho, emprego e renda.	ES	Estimulo à organização de cooperativas para promover a inserção dos que sobrevivem informalmente da catação de lixo, criando um novo cenário de dignidade e valorização do seu trabalho.
	Melhoria da qualidade de vida e qualificação e valorização dos atrativos e produtos turísticos.	ES	Estabelecimento do princípio do poluidor-pagador e de incentivos fiscais para empresas que reduzirem a geração de resíduos e investirem em programas e na gestão eficiente.
	Conscientização da população sobre a importância da gestão de resíduos sólidos para melhoria da qualidade de vida.	S	Estímulo à educação ambiental, capacitando os consumidores em práticas de responsabilidade socioambiental, como critério de compra de um produto, criando mecanismos de pressão às empresas para adoção destas mesmas práticas.
	Capacitação do poder público para a gestão dos resíduos sólidos.	P	Criação de uma malha de fiscalização e controle de resíduos sólidos na geração, transporte e destino final, possibilitando o desenvolvimento de um inventário capaz de mapear os resíduos sólidos e nortear a gestão do Plano e políticas capazes de atender as realidades distintas de cada município, Estado e região. Estabelecimento de selo de produto sustentável, que premie o produto ecoeficiente e produzido com responsabilidade socioambiental.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Político-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso e Touros.	Melhoria da capacidade institucional do município para a gestão da sustentabilidade da atividade turística	A	Definição de parcerias com outros órgãos da administração pública municipal, em especial com órgão municipal de meio ambiente, visando à gestão integrada das políticas de meio ambiente e turismo.
	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística	E	Inclusão de instrumentos e mecanismos de captação de recursos para investimentos em medidas para conservação e preservação dos atributos naturais e do patrimônio histórico-cultural, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais potenciais para o turismo.
	Melhoria da capacidade do município para a gestão do ordenamento da atividade turística	S	Redefinição dos objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios, integrando a política de turismo às demais políticas setoriais locais.
	Melhoria das relações institucionais e da integração das ações governamentais na gestão da atividade turística	P	Inclusão no processo de elaboração dos mecanismos (audiências públicas, oficinas, seminários, etc.) de participação social da comunidade afetada, assegurando a integração das ações e metas das instituições governamentais.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

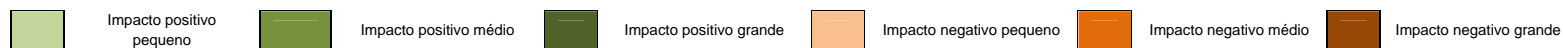
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar Programa de Capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos dos municípios	Aprimoramento técnico do quadro efetivo municipal para gestão sustentável do turismo.	A	Capacitação na forma de consórcios intermunicipais, facilitando o acesso e integração dos técnicos, com melhor aproveitamento do conteúdo ministrado.
	Melhoria e eficácia no atendimento ao usuário (empreendedor).	E	Disponibilização dos recursos materiais (estrutura física, equipamentos e condições adequadas de trabalho) para o atendimento aos usuários dos serviços prestados.
	Valorização do corpo técnico efetivo dos municípios, favorecendo a melhoria do ordenamento do uso do solo, dos recursos naturais e da atividade turística.	S	Estímulo à contratação de pessoal fortalecendo, em especial, as áreas de planejamento e controle dos recursos naturais.
	Qualificação do efetivo para a gestão de atividade turística.	P	Ampliação do programa de capacitação proposto para os integrantes dos conselhos gestores.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar/ revisar os Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente de Maxaranguape, Rio do Fogo, São José de Mipibu e São Miguel do Gostoso.	Instrumento de Planejamento, ordenamento e controle do uso e ocupação do solo municipal e identificação das áreas de fragilidade ambiental.	A	Elaboração de Planos Diretores que atendam as exigências do Estatuto da Cidade e Resoluções do Conselho das Cidades, em especial, a delimitação das áreas a serem protegidas.
	Risco de alteração do uso da terra e de exclusão de usos tradicionais desconsiderando os problemas e potencialidades do uso dos atrativos naturais para fins turísticos.	A	Definição e garantia de espaços nos quais se possam desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda a partir do zoneamento do território do município, observados os critérios e parâmetros ambientais, com destaque para a conservação de paisagens, infraestrutura e acervos que valorizem o desenvolvimento do turismo e da produção associada ao mesmo.
	Controle da especulação imobiliária advinda da atividade turística. Municípios planejados para receptividade de investimentos.	E	Otimização da infraestrutura instalada, estimulando a ocupação dos vazios urbanos e evitando a expansão urbana, com cuidado no planejamento e locação de equipamentos que geram valorização da terra urbana.
	Estabelecimento de responsabilidade técnica pela qualidade da edificação (privada e pública).	E	Exigência de técnicas e utilização de materiais de acordos com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
	Valorização e conservação dos atributos naturais potenciais atrativos turísticos.	E	Inclusão, na difusão da imagem do atrativo/produto, dos condicionantes do uso dos recursos naturais com fins turísticos.
	Risco de alteração da potencialidade do uso e ocupação do solo gerando exclusão social. Controle e restrição na utilização dos recursos naturais.	E	Aplicação dos instrumentos urbanísticos de controle da potencialidade construtiva (coeficientes de aproveitamento único para todos os lotes, densidade populacional, etc) e delimitação das áreas para habitação de interesse social.
	Garantia da Inclusão social, ordenamento da estrutura urbana e distribuição equânime da infraestrutura.	S	Estabelecimento de zoneamento do município considerando a cobertura e condições de atendimento da infraestrutura instalada, definindo instrumentos de aproveitamento de cada zona.
	Disponibilidade de instrumento de gestão da política urbana e participação social.	P	Aparelhamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos e cartografia) e a institucionalização, em curto prazo, de núcleo gestor, garantindo a participação dos diversos segmentos sociais com representação local.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Risco de ausência de investimento público para implementação e fortalecimento do canal de participação Social.	P	Garantia, no orçamento anual do município e previsão no Plano Plurianual, de recursos para execução das metas definidas no Plano Diretor.
Melhoria da qualidade técnica das obras e definição das responsabilidades do Poder Público e setor privado.	S	Priorização da definição de critérios que assegurem a gestão ambiental das obras (para o meio ambiente e o trabalhador) e condições de acessibilidade de portadores de necessidades especiais.
Garantia de manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas intervenções urbanas e no desenvolvimento da atividade turística.	S	Inclusão, no Código de Meio Ambiente, de previsão de instrumentos fiscais e compensação ambiental do uso dos atributos naturais, tanto para investidores como visitantes gerando recursos para aplicação na manutenção e recuperação ambiental.
Instrumento de controle na execução das obras e edificações.	P	Criação de estruturas administrativa para o exercício das funções de licenciamento e fiscalização (quadro efetivo), com orçamento e capacitação técnica.
Risco de ausência de investimento público para implementação e fortalecimento do canal de participação Social.	P	Estímulo à criação de fundo de urbanização que assegure a alocação dos recursos arrecadados com o licenciamento em investimento voltado para o fortalecimento institucional do órgão licenciador.
Instrumento de controle do uso dos recursos naturais pelas atividades econômicas.	P	Aparelhamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos) como garantia da gestão ambiental plena para implantação da Política Municipal de Meio Ambiente.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Político-institucional

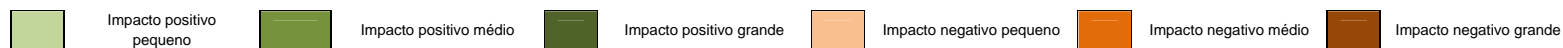
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar Sistema de Informações turísticas	Disponibilidade de banco de dados para o monitoramento de alterações socioambientais decorrentes da atividade.	A	Definição de indicadores socioambientais e econômicos para subsidiar o processo de planejamento e gestão da atividade no âmbito dos municípios e do estado.
	Ausência de estudos que subsidiem e qualifiquem as informações ambientais e econômicas.	AE	Estímulo à formalização de termo de cooperação técnica com instituições de pesquisa, tornando possível a identificação das variáveis e projeções que direcionem as alternativas gerenciais e a tomada de decisões.
	Facilidade de gestão da informação sistematizada no Banco de dados.	E	Integração entre o setor público e setor privado, favorecendo a atualização das informações a serem disponibilizadas no Banco de Dados.
	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio à gestão do ordenamento do uso do solo, da estrutura urbana e da infraestrutura.	S	Tornar públicas e atualizadas as informações do Banco de Dados através do portal do Estado.
	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio ao fomento da atividade turística e gestão integrada do turismo.	P	Seleção de dados e informações, estímulo a pesquisas e definição de metodologias para coleta de dados e informações, possibilitando comparar os dados quantitativos e qualitativos relacionados à oferta e demanda da atividade.
	Risco de desconsideração das informações sobre a produção associada ao turismo.	P	Identificação de mecanismos e técnicas que possibilitem a integração de informações das diversas atividades (ex; produção pesqueira, agricultura, sal, artesanato, etc) associadas ao turismo, na perspectiva de criação de sistema integrado de informações do município.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

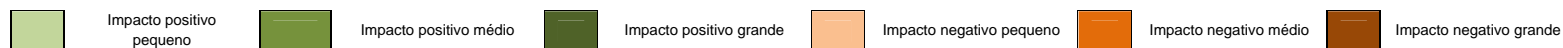
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Plano de Apoio ao processo de cadastramento e formalização de empresa turística no Polo de Turismo	Estabelecimento de ferramentas essenciais à gestão da sustentabilidade da atividade turística	A	Introdução de informações que possibilitem a integração dos benefícios das ações do turismo em atendimento às necessidades socioeconômicas e ambientais locais.
	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística	E	Inclusão de instrumentos e mecanismos de captação de recursos para investimentos em medidas para conservação e preservação dos atributos naturais e do patrimônio histórico-cultural, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais potenciais para o turismo.
	Instrumento de apoio à qualificação da atividade turística	S	Estabelecimento de programas de educação voltados para orientação ao turista e empresários, com especial atenção a empresas turísticas do polo
	Ferramenta de apoio ao fomento e desenvolvimento da qualidade da atividade turística	P	Integração das informações disponíveis nos diferentes órgãos públicos e pelos operadores turísticos, considerando-as no estudo de mercado e vinculando-as à rede de informações turísticas locais.
Elaborar Programa Estadual de Prevenção a exploração sexual de crianças e adolescente	Sensibilização dos profissionais e mobilização dos gestores públicos no fortalecimento dos serviços receptivos.	A	Elaboração e implantação de um programa amplo de prevenção de atividades nocivas e de educação ambiental, integrando o material promocional da atividade turística utilizada nos serviços receptivos.
	Ausência de abordagem dos aspectos ambientais.	A	
	Valorização dos produtos turísticos e orientação sobre as regras de conduta e prevenção.	E	Inclusão, no material promocional, dos aspectos legais e a orientação quanto às condutas de prevenção.
	Instrumento de apoio à qualificação da atividade turística e controle dos impactos sociais negativos.	S	Estabelecimento de programas de educação voltados para orientação ao turista, com especial atenção às formas e posturas nos destinos turísticos.
	Insuficiência de informação para abranger os diversos impactos nocivos da atividade turística sobre a população local.	S	Integração deste programa às atividades de educação ambiental, bem como os programas de monitoramento e acompanhamento da implantação da atividade.
	Ferramenta de apoio à manutenção da qualidade da atividade turística.	P	Vinculação da promoção dos eventos às atividades desenvolvidas nos postos de atendimento.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



POLO COSTA DAS DUNAS – COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

QUADRO 54. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados.

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (¹)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar e implantar projeto executivo de acessos e interligação em diversos trechos do litoral do Polo Costa das Dunas, (Jenipabú e Touros)	Planejamento do uso dos recursos naturais.	A	Realização de estudos prévios detalhados das alternativas de traçados, conforme exigência das normas ambientais pertinentes, com avaliação da viabilidade econômica e especial atenção nas modificações sobre o meio natural, nas condições socioeconômicas e culturais da região afetada. Consideração das alternativas de traçado que melhor favoreçam o ordenamento territorial da região e considerem os aspectos sociais e a integração do traçado com o entorno natural. Apresentação de modelos de gestão da ação pública que assegurem o envolvimento dos diversos organismos intervenientes em todas as fases de planejamento e execução das obras viárias. Apresentação em audiências públicas, das alternativas de traçado e soluções técnicas estudadas para adaptação às condições paisagísticas locais, que apresentem melhores condições para evitar e ou minimizar os impactos sobre os recursos naturais, históricos, sobre a população afetada e o uso da terra nas diversas fases da obra (planejamento, construção, operação e manutenção), incluindo medidas de controle para a gestão ambiental, evitando intervenções e degradação em áreas ambientalmente frágeis e da própria atividade turística.
	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem.	A	
	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo.	A	
	Definição de acesso planejado aos destinos turísticos, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística.	E	
	Risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno.	E	
	Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDÍ.	E	
	Ordenamento da estrutura regional e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística, com disposição de novos atrativos com acesso facilitado.	S	
	Risco de descaracterização da identidade cultural, caso o projeto não considere as demandas locais.	S	
			Previsão de investimentos para manter em boas condições a sinalização, acostamentos, defensas, etc.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Político-institucional

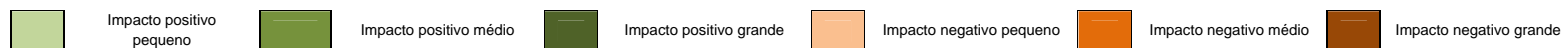
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	P	<p>Definição de parâmetros de uso e ocupação ao longo da via e um plano de gestão, incluindo os organismos intervenientes em todos os níveis de jurisdição da rodovia, em especial, o órgão ambiental.</p> <p>Estímulo à participação da população local, com estabelecimento de canal de diálogo que permita a definição conjunta de critérios para as situações de alteração do uso da terra e necessidade de exclusão de atividades instaladas na área afetada pelo projeto, submetendo também as alternativas de traçados à apreciação dos diversos segmentos envolvidos, contribuindo no processo de tomada de decisão e na definição do projeto mais adequado.</p> <p>Estabelecimento de termos parcerias entre as diversas instituições públicas responsáveis pelas obras viárias na implementação dos programas ambientais e de controle de acidentes previstos na licença ambiental.</p> <p>Inclusão, nos editais de licitação das obras, dos custos de prevenção dos riscos de acidentes ambientais e para a aplicação das medidas adequadas de gerenciamento da obras, evitando passivos ambientais.</p> <p>Inclusão nos custos da obra medidas de manutenção rotineira e de prevenção de danos ao acesso, especialmente em período chuvoso.</p>
	Melhoria das condições da infraestrutura de acesso e receptividade da atividade turística.	S	
	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	S	
	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo.	P	
	Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	P	
Elaborar e implantar o projeto de Recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió, em Touros	Recuperação e valorização da paisagem, dos recursos naturais e serviços ambientais.	A	<p>Estabelecimento de parâmetros técnicos de capacidade de carga do atrativo turístico e da bacia hidrográfica, por meio de instrumentos legais subsidiados por indicadores de monitoramento dos recursos naturais, garantindo os mecanismos de manutenção da qualidade ambiental.</p> <p>Estabelecimento de colegiado para gestão da bacia hidrográfica do manancial recuperado, promovendo as boas práticas de agricultura e ocupação sustentável.</p> <p>Incluir, nas estratégias de promoção do turismo municipal, informações sobre a importância socioambiental da recuperação do manancial.</p> <p>Fortalecer os mecanismos de participação da sociedade local, pactuando o estabelecimento de responsabilidade compartilhada por meio de parcerias público-privadas para manutenção e conservação</p>
	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem.	A	
	Aumento da competitividade do produto turístico e dinamização do turismo, com disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro.	E	
	Melhoria da qualidade de vida, com recuperação e ordenamento de infraestrutura, estrutura urbana e do atrativo natural.	S	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Político-institucional

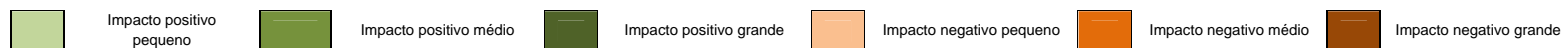
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao lazer.	S	do empreendimento. Estabelecer campanha de conscientização pública para a boa utilização do ecossistema recuperado.
	Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local, com satisfação dos segmentos sociais envolvidos.	P	Prover as condições para o órgão ambiental municipal fiscalizar e monitorar a qualidade ambiental do ambiente recuperado, em articulação com os demais setores do poder municipal.
Implantar projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro do San Valle, em Natal,	Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos, evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação	A	Inclusão, nos estudos para elaboração dos projetos, da avaliação do uso atual do solo, dos mananciais superficiais, da utilização de tecnologias de menor impacto, da adequada localização, processo e lançamento de efluentes, prevendo sistema de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental.
	Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com disposição inadequada dos efluentes	A	Implantação de programas de proteção ambiental, incluindo a recuperação e manutenção da vegetação e conservação dos solos e outros programas recomendados nos parâmetros ambientais que fundamentam o licenciamento ambiental.
	Melhoria da qualidade ambiental leva à valorização dos imóveis	E	Implantação dos instrumentos de controle da especulação imobiliária previstos nas normas de uso e ocupação do solo, em observância ao que determina o Estatuto das Cidades.
	Risco de exclusão social pela valorização da terra urbana	E	Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais.
	Melhoria da qualidade de vida, com recuperação da qualidade ambiental e ordenamento da infraestrutura.	S	Estímulo às concessionárias para adotarem, em parceria com o gestor público municipal, a prática de implementação de programas especiais, envolvendo a comunidade afetada por meio de campanhas de sensibilização e no conhecimento dos impactos e medidas atenuantes durante a execução das obras.
	Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos	P	Implantação, no que couber aos municípios, das medidas de controle e acompanhamento das necessidades de manutenção da qualidade dos serviços.
	Risco de exclusão social pela transferência de valor à terra urbana	P	Implantação dos instrumentos de controle da especulação imobiliária previstos nas normas de uso e ocupação do solo, em observância ao que determina o Estatuto das Cidades.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

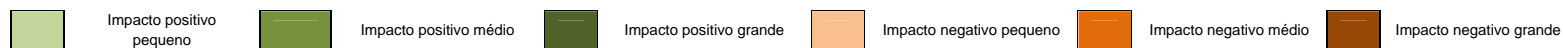
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



			Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais.
Elaborar e implantar os Projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de São Miguel do Gostoso	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação	A	Inclusão nos estudos para elaboração dos projetos a avaliação do uso atual do solo, no caso dos mananciais superficiais, considerando a bacia hidrográfica e, quando a alternativa for a utilização de águas subterrâneas, definir a região de carga e descarga do aquífero, visando a sustentabilidade do manancial e, conseqüentemente, do sistema. Para o esgotamento sanitário, avaliar, na fase de projeto, a utilização de tecnologias de menor impacto, a adequada localização, processo e lançamento de efluentes, sempre acompanhados de rigoroso sistema de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental.
	Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com o aumento do consumo de água e disposição inadequada dos efluentes	A	Implantação de programas de proteção ambiental, incluindo a recuperação e manutenção da mata ciliar e conservação dos solos e outros programas recomendados nos parâmetros ambientais que fundamentam o licenciamento ambiental.
	Risco de valorização do mercado de terra urbano e exclusão social	E	Implantação dos instrumentos de controle da especulação imobiliária previstos nas normas de uso e ocupação do solo, em observância ao que determina o Estatuto da Cidade (coeficiente de aproveitamento do solo, outorga onerosa, ZEIS.)
	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos para as demandas geradas pela atividade turística, com melhoria das condições sanitárias	S	Estímulo às concessionárias para adotarem, em parceria com o gestor público municipal, a prática de implementação de programas especiais, envolvendo a comunidade afetada por meio de campanhas de sensibilização e no conhecimento dos impactos e medidas atenuantes durante a execução das obras.
	Risco de alteração do regime hídrico e da redução da produtividade e disponibilidade hídrica do manancial a ser utilizado, de poluição e de degradação das condições de uso dos corpos d'água	S	Previsão de programas de monitoramento e manutenção sistemática dos sistemas, inclusive com programas de alerta por falha no sistema de bombeamento e/ou tratamento, que deve ser acompanhado e monitorado pelo órgão ambiental.
	Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos	P	Implantação, no que couber aos municípios, das medidas de controle e acompanhamento das necessidades de manutenção da qualidade dos serviços.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Transferência de valor a terra urbana	P	Aplicação, pelos municípios, dos instrumentos de controle da valorização da terra urbana.
Elaborar projetos técnicos para estruturação da Companhia de apoio ao Turismo e Delegacia do Turista, na Via Costeira	Maior proteção dos atrativos naturais	A	Capacitação dos efetivos da nova companhia deve envolver, além dos aspectos do turismo, os aspectos socioambientais da região em que vão atuar, incluindo conhecimentos gerais de ecologia, educação ambiental e legislação ambiental.
	Risco de exclusão da competência de polícia ambiental associada ao turismo	A	
	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	E	Garantia de provimento de equipamento e ferramentas adequadas (viaturas próprias, material didático e educativo, acessos a banco de dados e cadastros), número de efetivos e treinamento específico para que a nova companhia criada seja um modelo de relacionamento com a população e referência em conhecimentos socioambientais e sobre a atividade turística
	Aumento da segurança e da ordem pública	S	
	Fortalecimento do papel do Estado no controle da ordem pública e no atendimento à população	P	
Elaborar Plano Aeroviário Estadual	Melhoria da acessibilidade aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística e melhora as estruturas receptivas para o atendimento aos visitantes e à população	AS	Inclusão, no plano, de mecanismos para monitoramento do fluxo de visitantes e da dinâmica da atividade turística, para subsidiar o estabelecimento da capacidade de carga local e provisão de medidas de gestão adequadas
	Aumento do afluxo de turistas pode causar saturação da infraestrutura e degradação dos recursos naturais	A	
	Valorização da estrutura regional de fluxo dos visitantes nos destinos turísticos	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão,
	Aumento da competitividade, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística	E	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

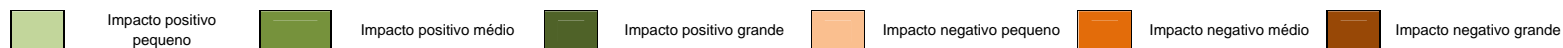
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Aumento da acessibilidade pode gerar aumento da necessidade de gestão pública sem a devida capacidade institucional	P	fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.
Elaborar e implantar projeto executivo de helipontos	Melhoria da acessibilidade aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística e melhora as estruturas receptivas para o atendimento aos visitantes e à população	AS	Inclusão, no empreendimento, de mecanismos para monitoramento do fluxo de visitantes e da dinâmica da atividade turística, para subsidiar o estabelecimento da capacidade de carga local e provisão de medidas de gestão adequadas
	Aumento do afluxo de turistas pode causar saturação da infraestrutura e degradação dos recursos naturais	A	
	Valorização da estrutura regional de fluxo dos visitantes nos destinos turísticos	P	
	Aumento da competitividade, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística	E	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.
	Aumento da acessibilidade pode gerar aumento da necessidade de gestão pública sem a devida capacidade institucional	P	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar projetos técnicos para iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico	Maior proteção dos atrativos naturais	A	Iniciativa deve envolver, além dos aspectos do turismo, os aspectos socioambientais das estradas e dos atrativos em que estão localizadas
	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	E	Garantia de provimento de ferramentas adequadas para a plena execução do plano (sinalização, viaturas próprias, material didático e educativo, plano de manutenção das vias, etc.)
	Aumento da segurança e da ordem pública nas estradas	S	
	Fortalecimento do papel do Estado no controle da segurança nas estradas de acesso aos destinos turísticos	P	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos

	Impacto positivo pequeno		Impacto positivo médio		Impacto positivo grande		Impacto negativo pequeno		Impacto negativo médio		Impacto negativo grande
--	--------------------------	--	------------------------	--	-------------------------	--	--------------------------	--	------------------------	--	-------------------------

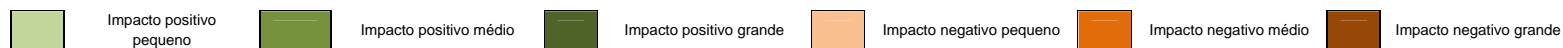
POLO COSTA DAS DUNAS – COMPONENTE: GESTÃO AMBIENTAL

QUADRO 55. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS(1)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco, críticas de erosão costeira do Polo.	Instrumentos de controle e monitoramento ambiental e de indicação de medidas de prevenção	A	Introdução de informações que possibilitem a integração dos benefícios das ações do turismo em atendimento às necessidades socioeconômicas e ambientais locais.
	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade	E	Adoção de critérios que evitem a implantação de empreendimentos ou atividades que coloquem em risco ecossistemas de valor e fragilidade ambiental
	Restrição de uso e ocupação do solo	E	Estimular a participação da população afetada no processo de elaboração dos estudos, evitando conflitos desnecessários na definição das alternativas a serem adotadas.
	Disponibilização de subsídios para o ordenamento do uso e ocupação do solo e para defesa civil	S	Transformar os estudos em instrumento normativo para fortalecer suas propostas e sua institucionalização
	Transtornos causados pela possibilidade de remoção de residências e empreendimentos	S	Estimular a participação da população afetada no processo de elaboração dos estudos, evitando conflitos desnecessários na definição das alternativas a serem adotadas.
	Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo	P	Transformar os estudos em instrumento normativo para fortalecer a gestão pública

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

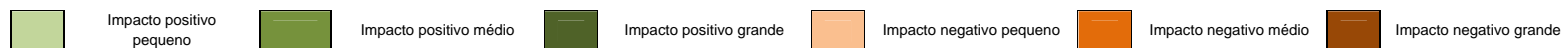
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do Polo	Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco e de medidas de proteção, conservação e uso sustentáveis	A	Compatibilização do Plano às normas ambientais (federais estaduais e municipais)
	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade	E	Adoção de critérios que evitem a implantação de empreendimentos ou atividades que coloquem em risco ecossistemas de valor e fragilidade ambiental
	Restrição do Uso e Ocupação do Solo	E	Estimular a participação da população afetada no processo de elaboração dos estudos, evitando conflitos desnecessários na definição das alternativas a serem adotadas.
	Ordenamento do uso do solo e de recuperação de áreas ambientalmente frágeis, com aporte de metas de proteção e conservação	S	Transformar o plano em instrumento normativo para fortalecer suas ações e sua institucionalização
	Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo Instrumento de ordenamento das atividades econômicas favorecendo a competitividade/empreendedorismo.	P	
	Transtornos causados pela provável remoção de residências e empreendimentos	S	Estimular a participação da população afetada no processo de elaboração do Plano, evitando conflitos desnecessários na definição das alternativas a serem adotadas.
	Pressões políticas dificultam a implementação e reduzem a eficácia do Plano	P	Submissão do Plano à apreciação das instâncias de participação da sociedade civil para validação, instituindo dispositivos legais de proteção.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



POLO COSTA BRANCA – COMPONENTE: ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO

QUADRO 56. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados.

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS⁽¹⁾	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guimarães-Galinhos, e para valorização turística das salinas.	Garantia de conservação dos atributos naturais e de manejo voltado para atividade turística.	A	Observação das limitações legais voltadas à conservação e uso sustentável dos ecossistemas e estabelecimento de mecanismos de ordenamento do uso que permitam a harmonização das características ambientais e o interesse turístico.
	Diversificação de destinos turísticos e Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para atendimento a alternativa de roteiro turístico, assim como a diversificação das atividades associadas.
	Risco de perda da atratividade do produto turístico em função de degradação do patrimônio natural por falta de instrumento de monitoramento da atividade. Exigência de utilização de instrumento de parceria público e privado.	E	Manutenção e valorização das atividades tradicionais, preservando a cultura e os costumes locais, contribuindo para garantir as rendas das famílias sem impor trabalhos para os quais não estão qualificados;
	Ordenamento da atividade e das condições de utilização do roteiro turístico alternativo	S	Priorização do acesso às oportunidades de trabalho/emprego a trabalhadoras e empresas qualificadas, incluindo comprovação da participação nos cursos de aperfeiçoamento voltados para o conhecimento das condições ambientais da área.
	Risco de descaracterização da identidade cultural sem monitoramento da atividade	S	Constituição, pelo município, de canais para participação da população local e implementação dispositivos legais que protejam os interesses locais.
	Criação de alternativa de destinos turísticos e instrumento de captação de recursos para o desenvolvimento ordenado da atividade	P	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos destinos a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica do roteiro.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

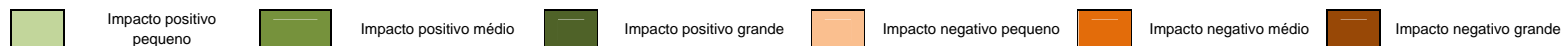
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca, São Miguel do Gostoso. Implantar Plano de Ecoturismo e dos Caminhos Turísticos e Interpretativos Guamaré-Galinhas e do Projeto Piloto de sinalização das salinas.	Garantia de conservação e proteção do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	A	Observação das limitações legais voltadas à conservação e uso sustentável dos ecossistemas e estabelecimento de mecanismos de ordenamento do uso que permitam a harmonização das características ambientais e o interesse turístico.
	Diversificação de destinos turísticos e Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para atendimento a alternativa de roteiro turístico, assim como a diversificação das atividades associadas
	Ordenamento da atividade e das condições de utilização do roteiro de turístico e da receptividade da atividade turística.	S	Priorização do acesso às oportunidades de trabalho/emprego a trabalhadoras e empresas qualificadas, incluindo comprovação da participação nos cursos de aperfeiçoamento voltados para o conhecimento das condições ambientais da área.
	Risco de descaracterização da identidade cultural sem monitoramento da atividade.	S	Definição de programas municipais de inclusão da população, respeitando e valorizando suas tradições, costumes e cultura local.
	Criação de alternativa de destinos turísticos e instrumento de captação de recursos para o desenvolvimento ordenado da atividade.	P	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos destinos a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica do roteiro.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Guia para Gestão Turística das orlas	Disponibilidade de instrumento de informação, fortalecendo a gestão ambiental e turística.	A	Identificação e caracterização prévia dos atributos naturais, com inserção no material de divulgação e inclusão no programa de educação ambiental, reforçando a necessidade de atendimento às normas legais.
	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística	E	Inclusão do material informativo na gestão municipal e estadual, bem como nos receptivos, elevando o percentual de pessoas qualificadas para sua utilização e o nível de informação dos usuários.
	Geração de novas oportunidades de trabalho e renda	E	
	Melhoria das condições de acesso, utilização e controle do uso do atrativo/produto turístico	S	Inclusão, no material promocional, dos aspectos legais e a orientação quanto às condutas de prevenção e cuidados para a sustentabilidade da atividade turística, com especial atenção às formas e posturas nos destinos turísticos
	Melhoria da informação turística	S	
	Qualificação da ação pública e privada voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local	P	Fortalecimento das instâncias de gestão do turismo e do meio ambiente, possibilitando a orientação periódica e sistemática do desenvolvimento da atividade, sob parâmetros de sustentabilidade

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

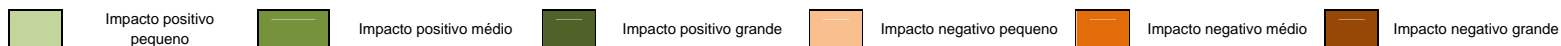
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico.	Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental	A	Realização de estudos prévios detalhados das alternativas locacionais e de uso, conforme exigência das normas pertinentes, com avaliação da viabilidade econômica e especial atenção nas modificações sobre o meio natural, nas condições socioeconômicas e culturais da região afetada. Apresentação de modelos de gestão da ação pública que assegurem o envolvimento dos diversos organismos intervenientes em todas as fases de planejamento e execução do Plano. Apresentação em audiências públicas, das alternativas e soluções técnicas estudadas para adaptação às condições paisagísticas locais, que apresentem melhores condições para evitar e ou minimizar os impactos sobre os recursos naturais, históricos, sobre a população afetada e o uso da terra, incluindo medidas de controle para a gestão ambiental, evitando intervenções e degradação em áreas ambientalmente frágeis e da própria atividade turística.
	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística	E	Implantar e fortalecer a atuação do governo estadual, da administração municipal e da sociedade local e sua representação no colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos
	Geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo náutico e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para esta atividade, assim como a diversificação das atividades associadas.
	Agregação de valor ao produto turístico	S	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos, do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica de seu uso para múltiplas atividades compatíveis com sua concepção

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar estudos projetos básicos e executivo de ancoradouros turísticos Implantar ancoradouros turísticos	Ordenamento do turismo náutico com infraestrutura apropriada	A	Elaboração de estudos prévios para definição de alternativas locais mais apropriadas, que considerem as condições e características sócio-ambientais locais e os trâmites legais para instalação da infraestrutura de apoio e fortalecimento da atividade turística e outras associadas
	Risco de alteração da dinâmica costeira e estuarina, dos recursos pesqueiros e degradação da paisagem	A	Exigência do Licenciamento ambiental com o procedimento de análise das alternativas locais para escolha das áreas de implantação dos ancoradouros, evitando impactos em áreas ambientalmente frágeis.
	Criação de expectativa de ampliação da atividade turística para os investidores e população	E	Avaliação das condições socioeconômicas da comunidade de pescadores locais, antes da instalação dos projetos dos ancoradouros, definindo medidas atenuantes dos impactos negativos sobre essa comunidade e potencializadoras dos impactos positivos
	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica	E	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica
	Disponibilidade de infraestrutura de apoio à atividade náutica e ao desenvolvimento do esporte e lazer e pesca artesanal	S	Estabelecimento de planos setoriais a partir da análise das condições socioespaciais do entorno da área de intervenção, incluindo na análise todas as inter-relações e conflitos de uso, com a indicação de medidas de ordenamento e controle de uso e ocupação.
	Risco de descaracterização da identidade cultural	S	Definição de programas municipais de inclusão da população, respeitando e valorizando suas tradições, costumes e cultura local.
	Melhoria das condições da infraestrutura de apoio ao turismo e o ordenamento da atividade pesqueira.	P	Criação e organização de um roteiro náutico para o turismo náutico, compatível com atividade pesqueira, considerando os aspectos ambientais como fatores fundamentais nos limites a capacidade de desenvolvimento dessas atividades.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

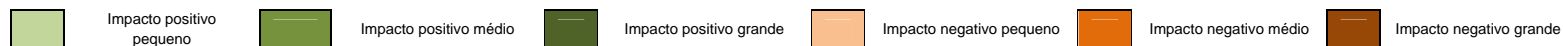
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implementar projeto executivo da visitação do Lajedo de Soledade	Garantia de conservação e recuperação do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	A	Instituição prévia de Unidade de Conservação, na forma prevista pelo Sistema Nacional/Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, com a previsão da harmonização das características ambientais da unidade e o interesse turístico.
	Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	E	Instituição de programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas atividades de visitação pública e atendimento aos visitantes, com especial atenção no treinamento sobre as formas de conduta na UC.
	Risco de perda da atratividade do produto turístico em função de degradação do patrimônio natural por excesso de visitantes	E	Estudo prévio da capacidade de suporte da UC, visando estabelecimento de limites da quantidade de visitantes.
	Melhoria das condições de acesso e controle do uso do atrativo/produto turístico	S	Instituição da UC acompanhada do zoneamento da área e seu entorno, definindo os espaços de uso público e as condições de acesso (estradas, caminhos e trilhas) compatíveis com a categoria da Unidade.
	Modificação do comportamento natural no entorno, provocado pelo aumento do fluxo de visitantes.	S	Estabelecimento de programas de educação ambiental para orientação aos turistas e visitantes, com especial atenção às formas e posturas ambientais, que devem ser mantidas em áreas de relevante interesse ambiental.
	Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o uso do atrativo turístico	P	Efetivação das diretrizes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, assegurando a gestão integrada e a definição das categorias de uso das UCs estaduais, bem como a implantação das ferramentas de gestão: conselho instituído, regularização fundiária e plano de manejo implementado
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão.	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo a administração da UC.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

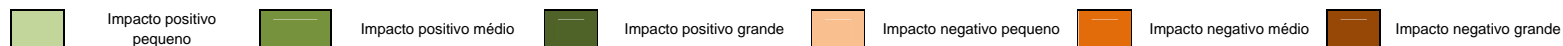
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar o Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo	Internalização do conhecimento socioambiental	A	Implantação no cotidiano local de programas para capacitação e aprimoramento profissional voltada para o turismo sustentável.
	Fortalecimento da competitividade/ empreendedorismo dos produtos turísticos	E	Implantação de instrumentos de acompanhamento e monitoramento dos programas de capacitação e implantação de medidas compensatórias para o público capacitado, como geração de emprego, incentivos, etc.
	Desconsideração da produção associada ao turismo	E	Incluir nos programas de capacitação à produção associada ao turismo, evitando a decadência e valorizando as formas tradicionais de exploração econômica.
	Agregação de valor ao produto turístico	S	Priorização do acesso às oportunidades de trabalho/emprego a trabalhadores e empresas qualificadas, incluindo comprovação da participação nos cursos de aperfeiçoamento
	Diagnóstico setorial com risco de exclusão dos demais serviços e produção associados à atividade turística.	S	Inclusão no diagnóstico de demandas por serviços e produção associada à atividade turística, evitando ações setoriais e isoladas e priorizando medidas de integração, valorização e inclusão.
	Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico	P	Definição de indicadores relacionados com a oferta e demanda por capacitação e incentivo à constituição de equipes multidisciplinares para elaboração e acompanhamento dos projetos.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

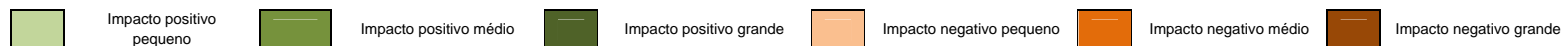
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar Programa de Capacitação Profissional	Internalização do conhecimento das características socioambientais do polo.	A	Implantação no cotidiano local de programação permanente e sistemática para capacitação e aprimoramento profissional, voltada para o turismo sustentável.
	Aumento da competitividade /empreendedorismo do turismo.	E	Estabelecimento de mecanismos de avaliação dos custos e benefícios econômicos, socioespaciais e ambientais do desenvolvimento turístico, evitando a competitividade com as outras atividades tradicionais.
	Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego e redução da informalidade	S	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, assim como a diversificação das atividades associadas ao turismo.
	Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável e oferta da mão de obra local qualificada	P	Garantir a viabilidade da capacitação da mão de obra local com a alocação de recursos do orçamento municipal para essa finalidade, tendo como diretriz as recomendações do diagnóstico realizado

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

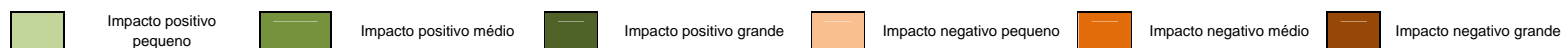
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar Projeto de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turistas	Acesso a informação e melhor conhecimento dos atributos e características naturais, como estratégia de qualificação do turista e educação ambiental.	A	Definição de parcerias (convênio, termo de compromisso, etc) na administração do equipamento em benefício da informação ao visitante e racionalização dos gastos públicos.
	Valorização do receptivo e aumento da competitividade e empreendedorismo.	E	Estabelecimento de parcerias público-privadas para elaboração e produção de material didático informativo para os visitantes, voltados para integração do turista com o meio em que visita.
	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência a exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda.	E	Inclusão no processo seletivo e divulgação de alcance social nos destinos turísticos
	Fortalecimento da função educativa e de atendimento ao turista.	S	Instituição de programação educativa (palestras, vídeos, roteiros de visitação orientada, etc) na recepção dos visitantes.
	Disponibilidade de equipamento de apoio a gestão pública e satisfação dos segmentos sociais envolvidos, com fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	Parcerias com as agencias de turismo para inclusão, no roteiro turístico, da visitação ao posto de atendimento.
	Demanda da presença do poder público sem a devida capacidade institucional para manter o equipamento em funcionamento.	P	Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa como forma de suprir em curto prazo, a deficiência da capacidade institucional, não excluindo a formalização de contratação de pessoal para atendimento ao público.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



POLO COSTA BRANCA – COMPONENTE: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

QUADRO 57. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados.

ações	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS(¹)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaboração do Plano de Marketing	Valorização dos atributos naturais como atrativo turístico	A	Inclusão no Plano de Marketing de instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais
	Risco de degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos	A	
	Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo	E	Aparelhamento e manutenção da estrutura receptiva que assegure a qualidade da destinação turística
	Mudança nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviço ao turista	E	Instituição de programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar-se ao turismo, contribuindo para a renda familiar
	Risco de massificação do turismo com conseqüente redução do Índice de Gasto Individual - IGDÍ	E	Inclusão no Plano de Marketing de instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais
	Expectativa da valorização da identidade cultural local	S	Incorporação no Plano de Marketing do respeito às formas de vida e às tradições da população local.
	Risco do crescimento sazonal da população com implicações sobre a infraestrutura e a população nativa	S	Subsídio aos Planos de Marketing com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda
	Disponibilidade de um instrumento de gestão do turismo	P	Fortalecimento das instâncias de gestão do turismo, possibilitando a participação dos diversos segmentos sociais no processo de elaboração e execução do Plano
	Deficiência do aparato institucional para acompanhamento e avaliação da aplicação do instrumento	P	Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

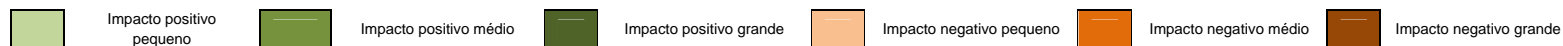
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Possibilidade de correção das estratégias de ação de impactos negativo irreversíveis	A	Definição de indicadores de acompanhamento dos destinos e atrativos de maior fluxo de turista, como subsídio ao planejamento anual da atividade e definição de prioridades e orientações estratégicas para o Plano de Marketing.
	Definição de diretrizes e ações prioritárias para divulgação e comercialização dos produtos e destinos do polo	E	Submissão das diretrizes e ações prioritárias à apreciação dos colegiados
	Planejamento contínuo da atividade	S	Estabelecimento de mecanismos institucionais que assegurem integração das atividades turísticas com as demais políticas setoriais
	Risco de perda dos benefícios econômicos para as comunidades locais	S	Inclusão de mecanismos de participação social no processo de planejamento e execução das ações de interesse do turismo,.
	Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo	P	Fortalecimento das instâncias de gestão do turismo, possibilitando a orientação periódica e sistemática do desenvolvimento da atividade, sob parâmetros de sustentabilidade e participação dos diversos segmentos sociais
	Deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação	P	Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



POLO COSTA BRANCA – COMPONENTE: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

QUADRO 58. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados.

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (1)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Areia Branca, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte e Tibau.	Melhoria da capacidade institucional do município para a gestão da sustentabilidade da atividade turística	A	Definição de parcerias com outros órgãos da administração pública municipal, em especial com órgão municipal de meio ambiente, visando a gestão integrada das políticas de meio ambiente e turismo.
	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística	E	Inclusão de instrumentos e mecanismos de captação de recursos para investimentos em medidas para conservação e preservação dos atributos naturais e do patrimônio histórico-cultural, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais potenciais para o turismo.
	Melhoria da capacidade do município para a gestão do ordenamento da atividade turística	S	Redefinição dos objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios, integrando a política de turismo às demais políticas setoriais locais.
	Melhoria das relações institucionais e da integração das ações governamentais na gestão da atividade turística	P	Inclusão no processo de elaboração dos mecanismos (audiências pública, oficinas, seminários, etc) de participação social da comunidade afetada, assegurando a integração das ações e metas das instituições governamentais.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar Programa de Capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos dos efetivos municipais	Aprimoramento técnico do quadro efetivo municipal para gestão sustentável do turismo	A	Capacitação na forma de consórcios intermunicipais, facilitando o acesso e integração dos técnicos, com melhor aproveitamento do conteúdo ministrado.
	Melhoria e eficácia no atendimento ao usuário (empreendedor)	E	Disponibilização dos recursos materiais (estrutura física, equipamentos e condições adequadas de trabalho) para o atendimento aos usuários dos serviços prestados.
	Valorização dos quadros técnicos efetivo dos municípios, favorecendo a melhoria do ordenamento do uso do solo, dos recursos naturais e da atividade turística	S	Estímulo à contratação de pessoal fortalecendo, em especial, as áreas de planejamento e controle dos recursos naturais .
	Qualificação do efetivo para a gestão de atividade turística	P	Ampliação do programa de capacitação proposto para os integrantes dos conselhos gestores.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

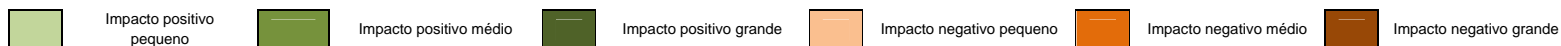
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar/ e revisar os Planos Diretores, Códigos de Obras, Códigos de Meio Ambiente de Apodi, Areia Branca, Assu, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.	Ordenamento e controle do uso e ocupação do solo municipal e identificação das áreas de fragilidade ambiental Estabelecimento de regras para elaboração de projetos, execução, manutenção e utilização das obras e edificações nos limites dos imóveis; Estabelecimento de diretrizes e parâmetros para a gestão ambiental e o planejamento do uso dos recursos naturais.	A	Elaboração de Planos Diretores, Código de Obras e Códigos de Meio Ambiente que atendam as exigências do Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades e demais normas ambientais vigentes (Federal e Estadual) em especial, a delimitação das áreas a serem protegidas.
	Risco de alteração do uso da terra e de exclusão de usos tradicionais desconsiderando os problemas e potencialidades do uso dos atrativos naturais para fins turísticos	A	Definição e garantia de espaços nos quais se possam desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda a partir do zoneamento do território do município observados os critérios e parâmetros ambientais, com destaque para a conservação de paisagens, infraestrutura e acervos que valorizem o desenvolvimento do turismo e da produção associada ao mesmo.
	Controle a especulação imobiliária advinda da atividade turística. Municípios planejados para receptividade de investimentos Estabelecimento responsabilidades técnica pela qualidade da edificação (privada e pública). Valorização e conservação dos atributos naturais potenciais atrativos turísticos	E	Otimização da infraestrutura instalada, estimulando a ocupação dos vazios urbanos e evitando a expansão urbana, com cuidado no planejamento e locação de equipamentos que geram valorização da terra urbana.
	Risco de alteração da potencialidade do uso e ocupação do solo gerando exclusão social.	E	Aplicação dos instrumentos urbanísticos de controle da potencialidade construtiva (coeficientes de aproveitamento único para todos os lotes, densidade populacional, etc) e delimitação das áreas para habitação de interesse social.
	Inclusão social, ordenamento da estrutura urbana e distribuição equânime da infraestrutura Melhoria da qualidade técnica das obras e responsabilidades. Garantia de manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas intervenções urbanas	S	Estabelecimento de zoneamento do município considerando a cobertura e condições de atendimento da infraestrutura instalada, definindo instrumentos de aproveitamento de cada zona.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos

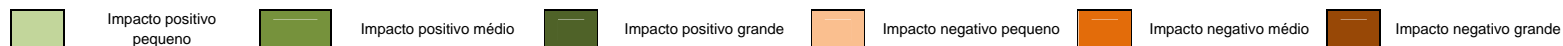


	Disponibilidade de instrumento de gestão da política urbana e participação social. Instrumento de controle na execução das obras e edificações Instrumento de controle do uso dos recursos naturais pelas atividades econômicas	P	Aparelhamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos e cartografia) e a institucionalização, em curto prazo, de núcleo gestor, garantindo a participação dos diversos segmentos sociais com representação local.
	Risco de ausência de investimento público para implementação e fortalecimento do canal de participação Social	P	Garantia, no orçamento anual do município e previsão no Plano Plurianual, de recursos para execução das metas definidas no Plano Diretor.

Desenvolver e implantar o sistema de Informações turísticas	Disponibilidade de banco de dados para o monitoramento de alterações socioambientais decorrentes da atividade turística.	A	Definição de indicadores socioambientais e econômicos para subsidiar o processo de planejamento e gestão da atividade no âmbito dos municípios e do estado
	Facilidade no acesso às informações contidas no Banco de dados	E	Integração entre o setor público e setor privado, favorecendo a atualização das informações a serem disponibilizadas no Banco de Dados
	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio à gestão do ordenamento do uso do solo, da estrutura urbana e da infraestrutura	S	Tornar pública e atualizadas as informações do Banco de Dados através do portal do Estado.
	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio ao fomento da atividade turística e gestão integrada do turismo	P	Seleção de dados e informações, estímulo a pesquisas e definição de metodologias para coleta de dados e informações, possibilitando comparar os dados quantitativos e qualitativos relacionados à oferta e demanda da atividade.
	Risco de desconsideração das informações sobre a produção associada ao turismo	P	Identificação de mecanismos e técnicas que possibilitem a integração de informações das diversas atividades (ex; produção pesqueira, agricultura, sal, artesanato, etc) associadas ao turismo, na perspectiva de criação de sistema integrado de informações do município.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



POLO COSTA BRANCA – COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

QUADRO 58. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (*)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Redução do risco de contaminação das áreas de fragilidade ambiental	A	Previsão da elaboração do diagnóstico das condições e características ambientais, especialmente das bacias hidrográficas, quanto aos níveis de contaminação das águas superficiais e subterrâneas, solo, ar e demais aspectos recomendados nas normas e políticas estaduais e federais.
	Criação de alternativas econômicas com a gestão dos resíduos	E	Previsão da implantação de programas de redução da geração de resíduos na fonte e de estímulo a reutilização, buscando o apoio da iniciativa privada e adotando técnicas que facilitem e reduzam os custos da coleta.
	Redução da geração de resíduos com o aumento do fluxo turístico	S	Implementação de programa de redução da geração, com metas estabelecidas a partir do conhecimento prévio da produção atual de resíduos e da demanda gerada com a intensificação do fluxo de turistas.
	Instrumento de adequação do sistema de coleta e tratamento dos resíduos sólidos para a demanda gerada pelo turismo	P	Adoção de modelos institucionais, incluindo o consórcio intermunicipal, que assegurem a efetividade do Plano em longo prazo e proporcionem e estimulem a participação da comunidade local.
	Elevação do custo de gerenciamento do sistema e necessidade de estrutura governamental capacitada para a prestação do serviço	P	Estabelecimento de um programa de cooperação, incluindo apoio técnico e financeiro, inclusive na iniciativa privada, ou utilização de mecanismos de concessão para implantação e funcionamento do sistema, sempre que viável do ponto de vista econômico e social.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

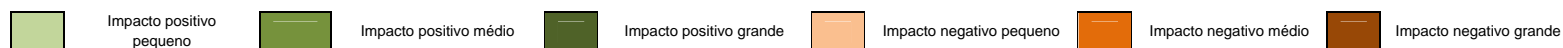
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e Implantar projeto básico e projeto executivo da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos no litoral do Polo Costa Branca.	Maior proteção dos atrativos naturais	A	Capacitação dos efetivos da nova companhia deve envolver, além dos aspectos do turismo, os aspectos socioambientais da região em que vão atuar, incluindo conhecimentos gerais de ecologia, educação ambiental e legislação ambiental.
	Risco de exclusão da competência de polícia ambiental associada ao turismo	A	
	Ferramenta essencial para qualificação de investimentos e dinamização das atividades	E	Integração das informações fornecidas pelos órgãos públicos e pelos operadores turísticos, considerando-as no estudo de mercado e vinculando-as à rede de informações turísticas locais.
	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	E	Garantia de provimento de equipamento e ferramentas adequadas (viaturas próprias, material didático e educativo, acessos a banco de dados e cadastros), número de efetivos e treinamento específico para que a nova companhia criada seja um modelo de relacionamento com a população e referência em conhecimentos socioambientais e sobre a atividade turística
	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	S	
	Fortalecimento do papel do Estado no controle da ordem pública e no atendimento à população	P	
Elaborar e implantar os Projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Galinhos	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.	A	Inclusão nos estudos para elaboração dos projetos a avaliação do uso atual do solo, no caso dos mananciais superficiais, considerando a bacia hidrográfica e, quando a alternativa for à utilização de águas subterrâneas, definir a região de carga e descarga do aquífero, visando a sustentabilidade do manancial e, conseqüentemente, do sistema. Para o esgotamento sanitário, avaliar, na fase de projeto, a utilização de tecnologias de menor impacto, a adequada localização, processo e lançamento de efluentes, sempre acompanhados de rigoroso sistema de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental.
	Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com o aumento do consumo de água e disposição inadequada dos efluentes	A	Implantação de programas de proteção ambiental, incluindo a recuperação e manutenção da mata ciliar e conservação dos solos e outros programas recomendados nos parâmetros ambientais que fundamentam o licenciamento ambiental.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

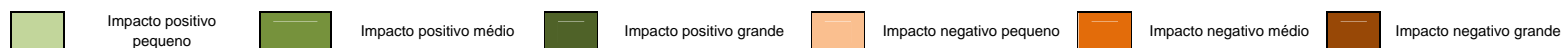
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Risco de valorização do mercado de terra urbano e exclusão social	E	Implantação dos instrumentos de controle da especulação imobiliária previstos nas normas de uso e ocupação dos solo, em observância ao que determina o Estatuto da Cidade (coeficiente de aproveitamento do solo, outorga onerosa, ZEIS.)
	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos para as demandas geradas pela atividade turística, com melhoria das condições sanitárias	S	Estímulo às concessionárias para adotarem, em parceria com o gestor público municipal, a prática de implementação de programas especiais, envolvendo a comunidade afetada por meio de campanhas de sensibilização e no conhecimento dos impactos e medidas atenuantes durante a execução das obras.
	Risco de alteração do regime hídrico e da redução da produtividade e disponibilidade hídrica do manancial a ser utilizado, de poluição e de degradação das condições de uso dos corpos d'água	S	Previsão de programas de monitoramento e manutenção sistemática dos sistemas, inclusive com programas de alerta por falha no sistema de bombeamento e/ou tratamento, que deve ser acompanhado e monitorado pelo órgão ambiental.
	Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos	P	Implantação, no que couber aos municípios, das medidas de controle e acompanhamento das necessidades de manutenção da qualidade dos serviços.
	Transferência de valor a terra urbana	P	Aplicação, pelos municípios, dos instrumentos de controle da valorização da terra urbana.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

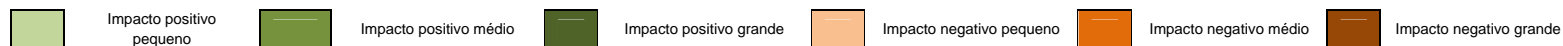
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos acessos Guimarães-Diogo Lopes, Macau-Porto Carão-Porto do Mangue e Areia Branca-Grossos	Definição de alternativas que reduza o impacto ambiental na execução das obras.	A	Realização de estudos prévios detalhados das alternativas de traçados, conforme exigência das normas ambientais pertinentes, com avaliação da viabilidade econômica e especial atenção nas modificações sobre o meio natural, nas condições socioeconômicas e culturais da região afetada. Consideração das alternativas de traçado que melhor favoreçam o ordenamento territorial da região e considerem os aspectos sociais e a integração do traçado com o entorno natural. Apresentação de modelos de gestão da ação pública que assegurem o envolvimento dos diversos organismos intervenientes em todas as fases de planejamento e execução das obras viárias. Apresentação em audiências públicas, das alternativas de traçado e soluções técnicas estudadas para adaptação às condições paisagísticas locais, que apresentem melhores condições para evitar e ou minimizar os impactos sobre os recursos naturais, históricos, sobre a população afetada e o uso da terra nas diversas fases da obra (planejamento, construção, operação e manutenção), incluindo medidas de controle para a gestão ambiental, evitando intervenções e degradação em áreas ambientalmente frágeis e da própria atividade turística.
	Dinamização da atividade turística e expectativa do aumento da competitividade dos destinos turísticos.	E	
	Ordenamento da estrutura regional e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística.	S	
	Risco de descaracterização da identidade cultural, caso o projeto não considere as demandas locais.	S	
	Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	P	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



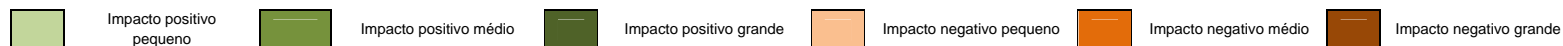
POLO COSTA BRANCA – COMPONENTE: GESTÃO AMBIENTAL

QUADRO 60. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (*)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar Plano de Manejo para as Dunas do Rosado.	Instrumento de conservação e recuperação do atributo natural e de manejo voltado para a atividade turística.	A	Instituição da Unidade de Conservação e estabelecimento do zoneamento como base para definição dos locais de visitação e prática de atividades compatíveis com ecossistemas protegidos, com previsão dos limites da área no instrumento de criação da Unidade.
	Risco de modificação do comportamento natural dos atributos da área	A	Elaboração dos estudos sobre as características ambientais, definindo os parâmetros de utilização e capacidade de suporte que subsidiem a elaboração dos Planos de Manejo.
	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade e de alternativas de emprego e renda para população local	E	Definição dos programas de visitação na Unidade de Conservação e dotação de medidas para a capacitação e aprimoramento profissional da população e sua inclusão nos programas de formação de guias locais.
	Risco de perda atratividade pela degradação ambiental	E	Sensibilização das agências e promotores do turismo sobre as condições de fragilidade ambiental da área, estabelecendo limites de quantidade de turistas e passeios na Unidade de Conservação.
	Estabelecimento de medidas de controle da visitação e formas de conduta na Unidade de Conservação	S	Definição e controle do acesso e sinalização das trilhas e área de uso público.
	Aumento de competências sem a devida capacidade institucional	P	Previsão, no Plano de Manejo, de modelo de gestão que possibilite a formalização de parceria entre o governo do estado e município, visando ao fortalecimento da gestão integrada da Unidade.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar estudos das áreas de risco de erosão costeira do Polo.	Instrumentos de controle e monitoramento ambiental e de indicação de medidas de prevenção	A	Introdução de informações que possibilitem a integração dos benefícios das ações do turismo em atendimento às necessidades socioeconômicas e ambientais locais.
	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade	E	Adoção de critérios que evitem a implantação de empreendimentos ou atividades que coloquem em risco ecossistemas de valor e fragilidade ambiental
	Restrição de uso e ocupação do solo	E	Estimular a participação da população afetada no processo de elaboração dos estudos, evitando conflitos desnecessários na definição das alternativas a serem adotadas.
	Disponibilização de subsídios para o ordenamento do uso e ocupação do solo e para defesa civil	S	Transformar os estudos em instrumento normativo para fortalecer suas propostas e sua institucionalização
	Transtornos causados pela possibilidade de remoção de residências e empreendimentos.	S	Estimular a participação da população afetada no processo de elaboração dos estudos, evitando conflitos desnecessários na definição das alternativas a serem adotadas.
	Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo.	P	Transformar os estudos em instrumento normativo para fortalecer a gestão pública

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

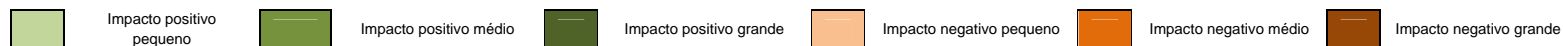
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos

	Impacto positivo pequeno		Impacto positivo médio		Impacto positivo grande		Impacto negativo pequeno		Impacto negativo médio		Impacto negativo grande
--	--------------------------	--	------------------------	--	-------------------------	--	--------------------------	--	------------------------	--	-------------------------

Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco.	Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco e de medidas de proteção, conservação e uso sustentáveis	A	Compatibilização do Plano às normas ambientais (federais estaduais e municipais)
	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade	E	Adoção de critérios que evitem a implantação de empreendimentos ou atividades que coloquem em risco ecossistemas de valor e fragilidade ambiental
	Ordenamento do uso do solo e de recuperação de áreas ambientalmente frágeis, com aporte de metas de proteção e conservação.	S	Transformar o plano em instrumento normativo para fortalecer suas ações e sua institucionalização
	Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo	S	
	Transtornos causados pela provável remoção de residências e empreendimentos	S	Estimular a participação da população afetada no processo de elaboração do Plano, evitando conflitos desnecessários na definição das alternativas a serem adotadas.
	Aumento das competências sem a devida capacidade institucional. Pressões políticas dificultam a implementação e reduzem a eficácia do Plano	P	Submissão do Plano à apreciação das instâncias de participação da sociedade civil para validação, instituindo dispositivos legais de proteção.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

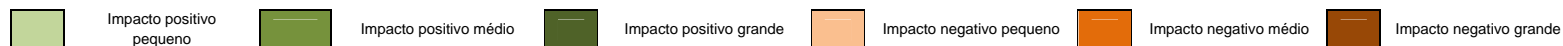
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico	Planejamento do uso dos recursos naturais e do crescimento econômico, estabelecendo o limite de utilização sustentável e identificação de áreas a serem protegidas	A	Priorização de estudos para identificação de áreas críticas, em especial as sujeitas a erosão costeira, com proposição de soluções para contenção do processo, bem como das áreas sensíveis e de significativo interesse ambiental, de acordo com a legislação ambiental vigente.
	Aumento da competitividade do produto turístico	E	Definição dos padrões de sustentabilidade dos recursos naturais para fins turísticos, de forma que a população de turistas possa ser atendida sem sobrecarregar a infraestrutura e os recursos naturais.
	Crescimento da especulação imobiliária e risco de mudança dos usos tradicionais	E	Definição das diretrizes para elaboração dos planos diretores municipais, evitando o crescimento desordenado e a especulação imobiliária nos destinos turísticos.
	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria na distribuição da infraestrutura.	S	Adequação dos sistemas de infraestrutura, de acordo com as condições socioambientais propostas no zoneamento.
	Instrumento de ordenamento das atividades econômicas, favorecendo a competitividade/empreendedorismo	P	Adequação da legislação ambiental às áreas turísticas, para o atendimento à realidade existente, especialmente quanto à proteção dos atributos da natureza e de valor histórico-cultural. Instrumentalização dos órgãos de gestão para o exercício integrado de planejamento e monitoramento socioambiental nos municípios do polo.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



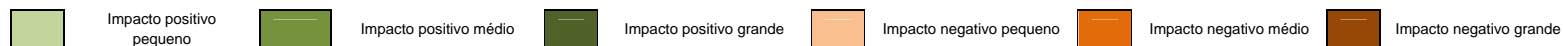
POLO SERIDÓ – COMPONENTE: PRODUTO TURÍSTICO

QUADRO 61. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

ACÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS(1)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Plano de Turismo Arqueológico	Disponibilização de um instrumento de ordenamento da atividade turística em áreas de grande fragilidade ambiental	A	Elaboração dos estudos sobre as características ambientais, e o acervo arqueológico, definindo os parâmetros de utilização e capacidade de suporte que subsidiem a elaboração do Plano.
	Instrumento de captação de recursos para a atividade	E	Estabelecimento de um sistema integrado que contemple instituições públicas e privadas nos mecanismos de captação de recursos, inclusive com utilização de internet.
	Garantia da participação social na definição das diretrizes para utilização do recurso natural	S	Estabelecimento de canal de diálogo que permita a definição conjunta de critérios para a gestão desses atrativos, incluindo as situações de alteração do uso da terra e necessidade de exclusão de atividades instaladas na área afetada pelo projeto, submetendo as alternativas à apreciação dos diversos segmentos envolvidos, contribuindo no processo de tomada de decisão.
	Disponibilidade de instrumento de gestão da utilização do recurso natural para finalidade turística	P	Estabelecimento de termos de parcerias entre as diversas instituições públicas e da sociedade civil responsáveis pela implementação dos programas e ações previstas no Plano.
	Falta de exigência de equipe técnica capacitada para implementação do Plano	P	Garantir, a partir do orçamento público e dos recursos captados, a contratação de equipe técnica compatível com as exigências de elaboração do Plano.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

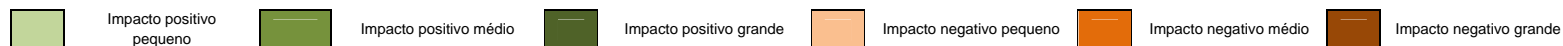
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de infraestrutura para sítios arqueológicos no Seridó, além de centro de interpretação turístico, em Cerro Corá, e museu, em Carnaúba dos Dantas.	Contribuição como instrumento de controle e conservação, dos atributos naturais.	A	Criação de Unidades de Conservação ou de Museu a céu aberto, e elaboração de Plano de Manejo.
	Risco de alteração da paisagem e seus atributos físicos e ambientais.	A	Mobilização do trade turístico e população local com relação ao estabelecimento e obediência aos mecanismos e instrumentos de conservação dos atributos físicos e ambientais na área dos sítios arqueológicos.
	Geração de emprego e aumento de renda para a população local, e ampliação da cadeia produtiva e dinamização da economia regional.	E	Qualificação e ampliação da oferta turística.
	Diminuição do poder aquisitivo de parcela da população retirada de sua ocupação tradicional e não absorvida pelo turismo.	E	Criação de mecanismos de absorção de mão de obra (capacitação e elaboração de projetos alternativos de desenvolvimento).
	Melhoria das condições de acesso ao atrativo/produto e do controle do uso.	S	Avaliação permanente das condições de acessibilidade, e sinalização e garantia da aplicação dos instrumentos de controle.
	Melhoria de condições de vida para uma parcela da população local, com o retorno da exploração do produto.	S	Monitoramento permanente das condições do atrativo, a fim de evitar a estagnação ou declínio do ciclo de vida do atrativo turístico.
	Risco de valorização do entorno e de alteração da atividade tradicional, com exclusão da população local por falta de capacitação.	S	Criação de mecanismos de absorção de mão de obra (capacitação e elaboração de projetos alternativos de desenvolvimento).
	Disponibilização de infraestrutura de acesso ao atrativo	P	Manutenção permanente das condições de acessibilidade e sinalização adequada, e garantia da aplicação dos instrumentos de gestão e controle.
	Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	P	Criação de Unidades de Conservação ou de Museu a céu aberto, e elaboração de Plano de Manejo.
	Exigência de manutenção das condições adequadas da infraestrutura	P	Criação de Comitê Gestor para contribuir com a gestão dos Sítios Arqueológicos e assegurar o processo de conservação e fortalecimento do produto turístico de forma sustentável.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

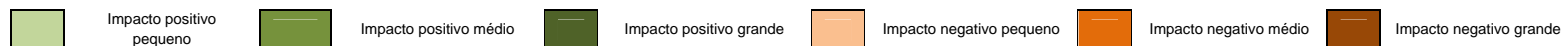
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar diagnóstico da oferta e demanda de capacitação profissional e implantar o Programa de Capacitação Profissional.	Identificação das necessidades de sensibilização para a preservação ambiental.	A	Formação de parcerias com entidades de ensino ou técnicos de ONGs ambientalistas para identificar público-alvo e promover palestras, seminários, programas de rádios entre outros meios para sensibilizar a comunidade e o trade turístico para a preservação ambiental.
	Internalização do conhecimento socioambiental e inserção da disciplina Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Programa de Capacitação.	A	Implantação no cotidiano local de programas para capacitação e aprimoramento profissional voltada para o turismo sustentável.
	Identificação das necessidades de qualificação da mão de obra e da demanda para capacitação profissional, oferece oportunidade de crescimento.	E	Instituição de certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário e profissional envolvido na atividade
	Agregação de valor ao produto turístico.	E	Priorização do acesso às oportunidades de trabalho/emprego a trabalhadores e empresas qualificadas, incluindo comprovação da participação nos cursos de aperfeiçoamento
	Diagnóstico setorial com risco de exclusão dos demais serviços e produção associados à atividade turística.	S	Avaliação dos mercados, considerando diversos segmentos da demanda que poderão ser agregadas ao turismo.
	Agregação de valor ao produto turístico	S	Definição de formas de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento do atrativo a partir do conhecimento prévio da demanda e viabilidade econômica
	Profissionalização e especialização da mão de obra local, emprego e redução da informalidade.	S	Instituição de certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade dos negócios e da incorporação da mão de obra local nos empreendimentos turísticos.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

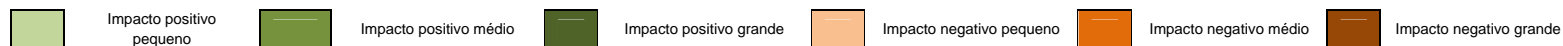
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Falta de previsão da inserção dos segmentos sociais locais.	S	Avaliação da demanda a fim de identificar novos mercados e inserir outros segmentos sociais na cadeia produtiva do turismo.
	Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico e fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável.	P	Definição de indicadores relacionados com a oferta e demanda por capacitação e incentivo à constituição de equipes multidisciplinares para elaboração e acompanhamento dos projetos.
	Falta de garantia da participação da comunidade local na elaboração do diagnóstico	P	Criação e/ou fortalecimento dos canais de participação da população local, por meio de campanhas de sensibilização e capacitação dos segmentos sociais.
Elaborar e implantar projeto-de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações turísticas	Utilização para orientação de visitantes e turistas quanto ao uso correto dos atrativos turísticos.	A	Consideração dos aspectos ambientais como fatores fundamentais na capacidade de desenvolvimento do turismo, incluindo as formas de conduta nos destinos turísticos, mediante a implantação de um programa de comunicação e educação ambiental
	Atendimento e prestação de serviços de informações turísticas qualificam o município para a implantação e desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica que atrai divisas gera emprego e renda	E	Identificação e caracterização prévia dos atributos naturais, com inserção no material de divulgação e sinalização e inclusão no programa de educação ambiental, observando o atendimento às normas legais.
	Valorização do receptivo e aumento da competitividade e empreendedorismo	E	
	Fortalecimento da função educativa e de atendimento ao turista	S	Estabelecimento de parâmetros e critérios técnicos que atendam às exigências legais e subsidiem o projeto e o sistema, tornando as informações compatíveis com as características dos destinos e respeito às formas de vida e às tradições locais.
	Facilidade de acesso e meio de comunicação	P	Inclusão na programação orçamentária e estabelecimento de parceria público-privada para manutenção do projeto, evitando a descontinuidade dos serviços.
	Disponibilidade de instrumento de apoio à gestão pública	P	

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



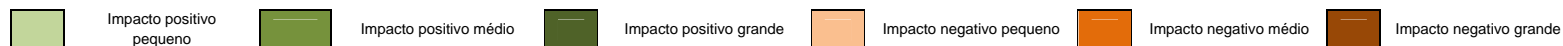
POLO SERIDÓ – COMPONENTE: COMERCIALIZAÇÃO

QUADRO 62. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (1)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar o Plano de Marketing Elaborar o Plano Operativo Anual de Marketing	Aumento do potencial de divulgação favorecendo a competitividade e empreendedorismo	E	Estabelecimento de um sistema integrado que contemple instituições públicas e privadas nos mecanismos de utilização e atualização do banco de dados.
	Mudanças nas formas de exploração econômica da região afetada, com alterações, tais como da agricultura e da pesca para a prestação de serviços ao turista.	E	Instituição de programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar-se ao turismo, contribuindo para a renda familiar.
	Definição de ações e diretrizes estratégicas para a divulgação e comercialização dos produtos e destinos do polo.	E	Submissão das diretrizes e ações prioritárias à apreciação dos colegiados.
	Expectativa de valorização da identidade cultural local.	S	Inclusão no Plano de Marketing de instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos culturais.
	Aumento sazonal de população com diversas implicações sobre a região, a infraestrutura e a população nativa.	S	Subsídio aos Planos de Marketing com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda.
	Planejamento contínuo da atividade.	S	Estabelecimento de mecanismos institucionais que assegurem integração das atividades turísticas com as demais políticas setoriais
	Riscos de perda de benefícios econômicos para as comunidades locais.	S	Subsídio aos Planos de Marketing com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

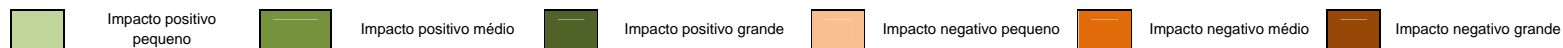
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



	Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo	p	Fortalecimento das instâncias de gestão do turismo, possibilitando a orientação periódica e sistemática do desenvolvimento da atividade, sob parâmetros de sustentabilidade e participação dos diversos segmentos sociais.
	Deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação	p	Garantia de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários à manutenção do sistema.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



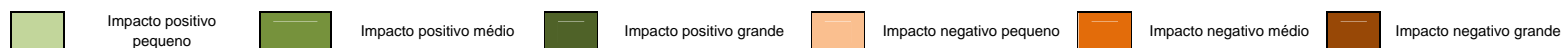
POLO SERIDÓ – COMPONENTE: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

QUADRO 63. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (¹)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo nos municípios do Roteiro Seridó: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Jardim do Seridó, Lagoa Nova e Parelhas.	Formulação e aplicação de instrumentos de planejamento e gestão do turismo: inventários, diagnósticos, programas, projetos tendo como foco a variável ambiental nas ações a serem implementadas.	A	Integração com as diversas instituições de fomento, com o setor empresarial e com a sociedade civil, para organização de um programa de captação de recursos e fomento compatível com as demandas e necessidades presentes e futuras do turismo no Estado
	Risco de implantação do turismo de massa em áreas protegidas como unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, espaços de defesa de populações tradicionais, reservas legais ou florestais	A	Definição e garantia de espaços nos quais se possam desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda a partir do zoneamento do território do município, observados os critérios e parâmetros ambientais, com destaque para a conservação de paisagens, infraestrutura e acervos que valorizem o desenvolvimento do turismo e da produção associada ao mesmo
	Captação e controle dos recursos destinados a viabilização dos instrumentos de planejamento e gestão do turismo.	E	Inclusão de instrumentos e mecanismos de captação de recursos para investimentos em medidas para conservação e preservação dos atributos naturais e do patrimônio histórico-cultural, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais potenciais para o turismo.
	Apoio ao desenvolvimento da atividade turística	E	Integração com as diversas instituições de fomento, com o setor empresarial e com a sociedade civil, para organização de um programa

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



			de captação de recursos e fomento compatível com as demandas e necessidades presentes e futuras do turismo no Estado
	Risco de subutilização ou desvio de recursos pelas administrações municipais	E	Definição e garantia de dispositivos institucionais de controle e otimização na utilização dos recursos destinados a promover a atividade turística.
	Criação de estratégias e ações que promovam o bem estar da população local e dos visitantes.	S	Redefinição dos objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios, integrando a política de turismo às demais políticas setoriais locais.
	Riscos de promoção da desigualdade social.	S	Elaboração de programas governamentais que permitam uma distribuição mais equitativa dos benefícios do turismo, a fim de diminuir a exclusão social
	Ordenamento as ações governamentais em benefício da atividade turística.	P	Inclusão no processo de elaboração dos mecanismos (audiências públicas, oficinas, seminários, etc) de participação social da comunidade afetada, assegurando a integração das ações e metas das instituições governamentais.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Político-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Impacto positivo pequeno



Impacto positivo médio



Impacto positivo grande



Impacto negativo pequeno



Impacto negativo médio

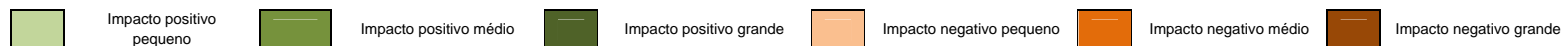


Impacto negativo grande

Implantar Programa de Capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos dos municípios.	Inclusão de disciplinas com conteúdo relativo à legislação ambiental e urbanística e suas formas de aplicação.	A	Instituição de um Programa de Capacitação do corpo técnico municipal com um conteúdo programático que contemple todo os aparato institucional necessários a gestão ambiental, urbanística e turística.
	Formação de um corpo técnico para elaboração de programas e projetos voltados para o planejamento urbano e ambiental e desenvolvimento do turismo nos municípios.	E	Estímulo à contratação de pessoal fortalecendo, em especial, as áreas de planejamento e controle dos recursos naturais.
	Melhoria e eficácia no atendimento ao usuário (empreendedor)	E	Disponibilização dos recursos materiais (estrutura física, equipamentos e condições adequadas de trabalho) para o atendimento aos usuários dos serviços prestados.
	Promoção da qualidade técnica do pessoal envolvido com a gestão do município.	S	Capacitação na forma de consórcios intermunicipais, facilitando o acesso e integração dos técnicos, com melhor aproveitamento do conteúdo ministrado.
	Risco de beneficiar técnicos por meio de escolhas políticas.	S	Instituição de instrumentos que garantam a transparência dos processos na formação e contratação do corpo técnico para o planejamento e a gestão do turismo.
	Garantia de ordenamento, planejamento e gestão das ações governamentais em benefício da atividade turística.	P	Redefinição dos objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios, integrando a política de turismo às demais políticas setoriais locais.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

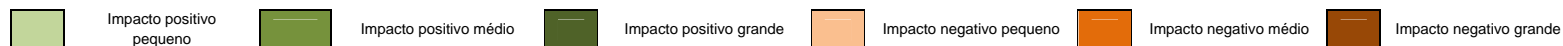
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Elaborar/ revisar os Planos Diretores Municipais, Código de Obras, Código de Meio Ambiente de Acari, Caicó, Camaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Equador, Florânia, Jardim do Seridó, Jucurutu, L. Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Ten. Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.	Elaboração de instrumento de planejamento, ordenamento e controle do uso e ocupação do solo municipal e de identificação das áreas de fragilidade ambiental.	A	Elaboração de Planos Diretores que atendam as exigências do Estatuto da Cidade e Resoluções do Conselho das Cidades, em especial, a delimitação das áreas a serem protegidas. Aplicação dos instrumentos urbanísticos de controle da potencialidade construtiva (coeficientes de aproveitamento único para todos os lotes, densidade populacional, etc.) e delimitação das áreas para habitação de interesse social e de proteção ambiental
	Controle da especulação imobiliária advinda da atividade turística. Municípios planejados para receptividade de investimentos	E	Otimização da infraestrutura instalada, estimulando a ocupação dos vazios urbanos e evitando a expansão urbana, com cuidado no planejamento e locação de equipamentos que geram valorização da terra urbana.
	Risco de alteração a potencialidade do uso e ocupação do solo.	E	Definição e garantia de espaços nos quais se possam desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda a partir do zoneamento do território do município, observados os critérios e parâmetros ambientais, com destaque para a conservação de paisagens, infraestrutura e acervos que valorizem o desenvolvimento do turismo e da produção associada.
	Garantia da inclusão social, no ordenamento da estrutura urbana e distribuição equânime da infraestrutura e na gestão do município.	S	Estabelecimento de zoneamento do município considerando a cobertura e condições de atendimento da infraestrutura instalada, definindo instrumentos de aproveitamento de cada zona inclusive as de interesse social.
	Risco de beneficiar população com interesses imobiliários e especulativos.	S	Otimização da infraestrutura instalada, estimulando a ocupação dos vazios urbanos e evitando a expansão urbana, com cuidado no planejamento e locação de equipamentos que geram valorização da terra urbana.
	Disponibilidade de instrumento de gestão da política urbana e participação social.	P	Aparelhamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos e cartografia) e a institucionalização, em curto prazo, de núcleo gestor, garantindo a participação dos diversos segmentos sociais com representação local.
	Risco de ausência de investimento público para implementação e de fortalecimento do canal de participação Social.	P	Garantia, no orçamento anual do município e previsão no Plano Plurianual, de recursos para execução das metas definidas no Plano Diretor.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

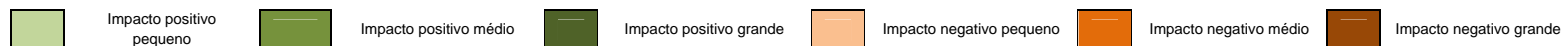
Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Desenvolver e implantar o Sistema de informações turísticas	Disponibilização de um banco de dados com informações da oferta turística e da estrutura de apoio aos turistas sempre atualizados.	A	Introdução de informações no projeto da rede que possibilitem a integração dos benefícios das ações do turismo em atendimento às necessidades socioeconômicas e ambientais locais.
	Facilidade no acesso a informação sistematizada contidas no Banco de dados.	E	Atualização sistemática das informações do Banco de Dados e inclusão no portal do Estado.
	Oportunizar a população e visitantes uma rede de conhecimento sobre as potencialidades e recursos turísticos.	S	Integração das informações fornecidas pelos órgãos públicos e pelos operadores turísticos, vinculando-os a rede de informações turísticas locais.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



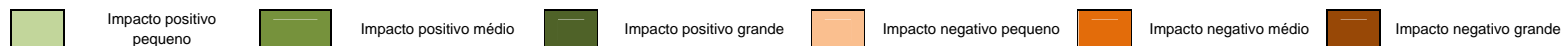
POLO SERIDÓ – COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

QUADRO 64. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

ações	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (¹)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo Seridó.	Redução do risco de contaminação das áreas de fragilidade ambiental	A	Previsão da elaboração do diagnóstico das condições e características ambientais, especialmente das bacias hidrográficas, quanto aos níveis de contaminação das águas superficiais e subterrâneas, solo, ar e demais aspectos recomendados nas normas e políticas estaduais e federais.
	Criação de alternativas econômicas com a gestão dos resíduos sólidos.	E	Previsão da implantação de programas de redução da geração de resíduos na fonte e de estímulo a reutilização, buscando o apoio da iniciativa privada e adotando técnicas que facilitem e reduzam os custos da coleta.
	Redução da geração de resíduos com o aumento do fluxo turístico.	S	Implementação de programa de redução da geração, com metas estabelecidas a partir do conhecimento prévio da produção atual de resíduos e da demanda gerada com a intensificação do fluxo de turistas.
	Instrumento de adequação do sistema de coleta e tratamento dos resíduos sólidos para a demanda gerada pelo turismo.	P	Adoção de modelos institucionais, incluindo o consórcio intermunicipal, que assegurem a efetividade do Plano em longo prazo e proporcionem e estimulem a participação da comunidade local.
	Elevação do custo de gerenciamento do sistema e necessidade de estrutura governamental capacitada para a prestação do serviço.	P	Estabelecimento de um programa de cooperação, incluindo apoio técnico e financeiro, inclusive na iniciativa privada, ou utilização de mecanismos de concessão para implantação e funcionamento do sistema, sempre que viável do ponto de vista econômico e social.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



Implantar Sistema de Esgotamento Sanitário em Cerro Corá	Adequação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.	A	Inclusão dos estudos de elaboração do projeto de sistema, a avaliação da utilização de tecnologias de menor impacto, a adequada localização, processo e lançamento de efluentes, sempre acompanhados de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental.
	Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com o aumento do consumo de Água e disposição inadequada dos efluentes.	A	Implantação de programas de proteção ambiental, incluindo a recuperação, manutenção e conservação dos solos e outros programas recomendados nos parâmetros ambientais que fundamentam o licenciamento ambiental.
	Aumento da competitividade e valorização ambiental dos destinos turísticos.	E	Implantação dos instrumentos de controle da especulação imobiliária previstos nas normas de uso e ocupação do solo, em observância ao que determina o Estatuto da Cidade.
	Adequação do sistema de coleta e tratamento de esgotos para as demandas geradas pela atividade turística.	S	Estímulo às concessionárias para adotarem, em parceria com o gestor público municipal, a prática de implementação de programas especiais, envolvendo a comunidade afetada por meio de campanhas de sensibilização e no conhecimento dos impactos e medidas atenuantes durante a execução das obras.
	Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos.	P	Implantação, no que couber aos municípios, das medidas de controle e acompanhamento das necessidades de manutenção da qualidade dos serviços.
	Transferência de valor a terra urbana.	P	Aplicação, pelos municípios, dos instrumentos de controle da valorização da terra urbana.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Politico-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



POLO SERIDÓ – COMPONENTE: GESTÃO AMBIENTAL

QUADRO 65. Medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados

AÇÕES	IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS IMPACTOS (¹)	MEDIDAS MITIGADORAS/POTENCIALIZADORAS
Elaborar estudos para identificação do potencial de implantação de UC's nas áreas de influência dos sítios arqueológicos.	Identificação das fragilidades ambientais dos sítios arqueológicos.	A	Estabelecimento de parâmetros técnicos de capacidade de carga do atrativo turístico, por meio de indicadores de monitoramento dos recursos naturais, como forma de prevenção dos impactos da atividade.
	Contribuição para a conservação e integridade do acervo arqueológico.	A	
	Superlotação sazonal e/ou permanente pode gerar pressão sobre recursos naturais e sua conseqüente degradação	A	
	Agregação de valor ao produto turístico, com aumento da competitividade e dinamização da atividade do turismo	E	Inclusão na gestão municipal e estadual de programas de fomento e capacitação em turismo e nas demais áreas da produção associada, elevando o percentual de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho, assim como a diversificação das atividades associadas ao turismo.
	Risco de desvalorização da terra com prejuízo de atividades tradicionais	E	Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais.
	Desqualificação da mão de obra local leva à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda	E	Implantação de medidas compensatórias que favoreçam a população local, como garantia de geração de emprego, avaliação dos custos e benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais decorrentes do projeto de intervenção.
	Promoção da sensibilização e integração da comunidade local aos sítios arqueológicos	S	Criação e/ou fortalecimento dos canais de participação da população local, por meio de campanhas de sensibilização e capacitação dos segmentos sociais.
	Disponibilização de instrumentos de controle e uso dessas áreas.	P	Criação de Unidades de Conservação, elaboração de Plano de Manejo e estabelecimento de Zoneamento Ecológico-Econômico.
	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão	P	Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias para a gestão, fortalecendo o ordenamento e dinamização do turismo.

DIMENSÃO: A= ambiental; E= econômica; S= Socioespacial; P= Político-institucional

Legenda de cores para qualificação da magnitude dos impactos



7. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

O processo de elaboração da AAE, requisito recomendado no Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental, contempla a construção de cenários cuja definição, já adotada na realização dos PDTIS, corresponde à visão de futuro do turismo e dos objetivos de sustentabilidade para o desenvolvimento da atividade na região de cada polo, em função de alternativas adotadas, que incluem, também, a possibilidade de nenhuma intervenção por parte do PRODETUR, o que levaria à concretização das tendências atuais encontradas.

Nesta AAE, o método de construção dos cenários observou as recomendações do Termo de Referência, definindo os Cenários de Referência, Cenário de Desenvolvimento e Cenário de Desenvolvimento Sustentável, da seguinte forma:

- **Cenário de Referência (CR)**, que corresponde à situação futura da região, observadas a situação atual e as observações complementares constantes do Quadro Síntese da Linha de Base, admitindo-se a implementação dos planos, programas e projetos governamentais já em andamento identificados na Linha de Base e no Diagnóstico;
- **Cenário de Desenvolvimento (CD)**: corresponde à visão de futuro resultante dos debates e oficinas de planejamento no âmbito do PRODETUR, das quais participaram representantes dos diferentes segmentos sociais, construído como referência para a formulação das propostas apresentadas no PDITS;
- **Cenário de Desenvolvimento Sustentável (CDS)**, construído a partir do CD, e agregando às propostas de ações previstas nos PDITS, as recomendações do diagnóstico, complementado com a visão resultante da consulta aos especialistas e as medidas mitigadoras e potencializadoras propostas na avaliação de impactos da AAE.

As recomendações da AAE servirão para orientar as ações dos PDITS em direção ao Cenário de Desenvolvimento Sustentável, possibilitando que a atividade turística no Estado do Rio Grande do Norte se desenvolva sob bases sustentáveis, do ponto de vista econômico e socioambiental, com conservação, valorização e uso sustentável dos atrativos e inclusão social, como uma real alternativa de crescimento da economia potiguar com valorização de suas riquezas e sua gente, sua cultura e sua história, criando um ciclo de prosperidade local a partir do aproveitamento das melhores características existentes no Estado.

POLO COSTA DAS DUNAS – SINTESE DOS CENÁRIOS

Componente: Estratégia do Produto Turístico

Estratégia 1. Fortalecimento do segmento do turismo de sol e praia, a partir da qualificação de destinos maduros e planejamento de destinos em desenvolvimento, respeitando-se as características litorâneas de cada localidade.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Paisagem e atrativos do polo, apesar de razoavelmente conservados, vêm se deteriorando pela intensificação do uso desordenado. Praias sujas pela insuficiência de infraestrutura, principalmente de drenagem e captação/tratamento de esgotos, com processo significativo de erosão, agravado pela ocupação desordenada sobre ambientes frágeis.</p>	<p>Paisagem cênica de qualidade; conservação e gestão da paisagem; Destinos de sol e praia são revitalizados e requalificados; Novos destinos de sol e praia são planejados para receber um turismo de base sustentável; Praias limpas e recuperadas, com livre acesso à população, coibindo a ocupação, com ordenamento do uso e ocupação do solo do município.</p>	<p>Ordenamento da orla adequado à perspectiva turística, contendo todos os requisitos de sustentabilidade na execução das obras e observadas as recomendações e parâmetros para o uso e ocupação da área, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.300/2004 – Projeto Orla. Obras realizadas e mantidas sob sistema de gestão ambiental compartilhado entre os diversos setores envolvidos. Participação dos segmentos sociais qualificada, a partir do fortalecimento dos colegiados e capacitação de seus representantes.</p>

Estratégia 2. Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Costa das Dunas, que integrem e complementem o segmento de sol e praia, pelo aproveitamento turístico de outros espaços naturais e do potencial de turismo náutico.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Uso intensivo e desordenado, principalmente pela ocupação irregular de praias e lagoas vem deteriorando a paisagem e os atrativos. Fluxos turísticos fortemente concentrados no segmento sol e praia, sem grande dispersão além de Natal e Tibau do Sul, mantém a sazonalidade da atividade. Infraestrutura receptiva, espaços para eventos e equipamentos de lazer reduzidos e insuficientes. Esportes aquáticos se expandem espontaneamente para outras localidades. Cajueiro do Pirangi crescendo sem medidas de gestão, agravando o problema de tráfego para o litoral sul.</p>	<p>Oferta turística diversificada com a criação de novos produtos; Segmento de sol e praia complementado por outros segmentos de turismo; Fluxos turísticos distribuídos pelos vários destinos do polo e outros roteiros do RN; Sazonalidade atenuada pela promoção de novas atividades, produtos e eventos públicos e privados, focalizando oportunidades em mercados específicos; Infraestrutura receptiva implantada nos principais corredores turísticos; Monitoramento do crescimento do “Cajueiro de Pirangi” e podaço periódica pelo órgão competente; Acesso às praias do litoral sul deslocado; Ampliação da oferta dos equipamentos de lazer; Esportes aquáticos organizados e com definição de espaços para sua prática estimulados em todo o polo e integrados em circuitos nacionais e internacionais; Turismo náutico incentivado com a criação de infraestrutura específica;</p>	<p>Turismo dinamizado a partir do incremento da oferta de produtos e serviços e da atividade náutica, com a infraestrutura de apoio (ancoradouros) adequada para o desenvolvimento de turismo náutico e de esporte e lazer, associado às atividades tradicionais da pesca, instalada de acordo com as condições e características socioambientais locais, recomendadas em estudos prévios, atendidos os trâmites legais, inclusive o licenciamento ambiental. Problemas no Cajueiro do Pirangi solucionados, compatibilizando a gestão de seu crescimento e valorização do atrativo com a facilidade do acesso ao litoral sul.</p>

Estratégia 3. Recuperação e estruturação do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa das Dunas, promovendo o seu aproveitamento turístico e diversificação da oferta de sol e praia.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Bens histórico-culturais, exemplares de significativo valor arquitetônico e paisagens cênicas de relevância ambiental, cultural e pedagógica mal conservados e/ou transformados em atrativos de forma aleatória, pela ausência de uma estratégia de desenvolvimento político efetiva para a recuperação, conservação e utilização para fins turísticos.</p>	<p>Bens históricos e culturais bem conservados e utilizados como atrativos turísticos; Vários atrativos e produtos turísticos surgem a partir do planejamento sustentável visando à diversificação da oferta. Segmento de sol e praia complementado por outros segmentos do turismo Sazonalidade atenuada pela promoção de novas atividades, produtos e eventos públicos e privados, focalizando oportunidades em mercados específicos; Paisagem cênica, atrativos e produtos turísticos bem conservados por meio do planejamento e gestão de sua conservação para o turismo.</p>	<p>Memória, Patrimônio histórico-cultural e os atributos naturais do polo restaurados, recuperados e mantidos para aproveitamento como atrativo turístico, com base no inventário de reconhecimento do acervo e das características dos atributos naturais. Memória e Patrimônio Histórico-cultural resgatados, recuperados, valorizados e mantidos, com participação da população local devidamente qualificada e inserido como atrativo nos roteiros turísticos. População local capacitada e inserida nas oportunidades de trabalho desenvolvidas no processo de restauração do patrimônio histórico-cultural. Estado e municípios articulados em torno do desenvolvimento e da implementação de uma política permanente de resgate, restauração, conservação e uso sustentável da memória e do patrimônio histórico-cultural.</p>

Estratégia 4. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de incrementar a qualidade na prestação de serviços.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Pouca qualificação profissional para o turismo e deficiência dos serviços oferecidos, entre outros motivos, em razão do baixo nível de escolaridade da população. Atividade turística pouco diversificada, com receptivo concentrado em poucas empresas, serviços de informação deficientes e com o empresariado pouco sensibilizado para novos investimentos no turismo. Produção associada ao turismo pouco estruturada e desenvolvida por iniciativas isoladas. Este quadro dificulta o crescimento e reduz a agregação de valor e aumento da sustentabilidade da atividade.</p>	<p>Qualificação profissional melhorada, por meio do estímulo a programas de capacitação para os diferentes níveis dos profissionais de turismo; Esforços integrados para a melhoria da escolaridade favorecem a capacitação profissional para o turismo; Grande parte dos empresários e empreendedores capacitada, sensibilizada e motivada para investir na melhoria da qualidade do turismo; Artesanato e gastronomia diversificados, valorizados e comercializados, inclusive fora do RN, agregando valor ao produto turístico; Turismo de negócios integrado com outras atividades turísticas do polo, com a melhoria da estrutura de receptivo; Programa estruturado de ampliação e melhoria da produção associada ao turismo oferece oportunidade de trabalho à população</p>	<p>Planejamento do crescimento do turismo do Rio Grande do Norte subsidiado por informação qualificada de demanda e adaptado às necessidades e custos de inserção do empresariado e de mão de obra qualificada local. Produtos turísticos valorizados com a profissionalização e especialização da mão de obra para o turismo e produção associada, agregado o conhecimento da dimensão ambiental e do patrimônio histórico-cultural que caracterizam o polo.</p>

Estratégia 5. Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Costa das Dunas, a partir estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Polo Turístico deficiente em termos de sinalização, divulgação e informação adequada dos destinos, associado a atrativos com deficiência de equipamentos de apoio ao atendimento do turista, dificultam o deslocamento e a compreensão do turista.	; Centros de Atendimento aos Turistas implantados, funcionando, com pessoas capacitadas e comprometidas com a divulgação dos destinos.	Polo turístico dotado de equipamentos de atendimento ao turista, gerido por parcerias público-privadas e associado às casas de cultura e salas verdes, integrando as informações turísticas, culturais e ambientais favorecendo a função educativa e a valorização do destino.

Componente: Estratégia de Comercialização

Estratégia 1. Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa das Dunas, a fim dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se diversos tipos de mídia.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Planejamento de marketing inexistente, associado à utilização pontual e assistemática da internet como instrumento de divulgação, dificulta a comercialização de roteiros e divulgação dos produtos.	Plano de <i>marketing</i> posiciona os destinos e toma as ações de promoção e divulgação mais eficazes e eficientes. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do site oferece informações e serviços de qualidade ao turista, apoiado por parceria entre empresários do setor e governos municipais e estadual.	Comercialização e divulgação dos roteiros turísticos, estruturada e fortalecida com base no Plano de Marketing e na disponibilização de sistema <i>on line</i> , envolvendo o setor público e a iniciativa privada. Levantamentos sistemáticos sobre o desenvolvimento da atividade turística e da capacidade de suporte dos atrativos, associados a informações de caráter ambiental e cultural subsidiam o planejamento anual da estratégia de marketing e alimentam o sistema <i>on line</i> de comercialização.

Componente: Fortalecimento Institucional

Estratégia 1. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa das Dunas, em nível estadual e municipal, por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Planejamento turístico incipiente, com não implantação ou inexistência de parâmetros de aferição da qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Baixa capacidade institucional dos municípios em termos de inexistência de órgãos, baixo número, capacidade fiscalizadora e qualificação técnica do quadro efetivo das Prefeituras e reduzida participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas da região. Baixa integração entre os municípios na implantação do polo.</p>	<p>Planejamento turístico é prática contínua e internalizada nas municipalidades e no estado; Maior integração entre os municípios para o desenvolvimento do turismo; Conselho Regional de Turismo do Polo com atuação mais abrangente, com vistas ao desenvolvimento do turismo no polo; Instrumentos de planejamento e gestão territorial e uso do solo municipais implementados e monitorados em todos os municípios do polo; Municípios passam a exercer ação fiscalizadora efetiva.</p>	<p>A gestão pública fortalecida com a estruturação intersetorial dos órgãos municipais para a melhoria da governança e da capacidade de ordenamento do uso e da ocupação do solo, com ampliação e qualificação do quadro efetivo e o controle social consolidado e voltado para o monitoramento e a gestão integrada do turismo e o meio ambiente.</p>

Estratégia 2: Estímulo à elaboração e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão territorial e ambiental, para fortalecimento das atividades turísticas no Polo Costa Dunas.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Inexistência ou não cumprimento da legislação urbanística e ambiental e municípios pouco integrados, com baixa capacidade institucional na gestão dos diversos setores e serviços associados ao turismo e reduzida estrutura de representação da sociedade civil.	Leis urbanísticas e ambientais elaboradas e em vigor, com fiscalização do seu cumprimento, por meio de capacidade institucional fortalecida e colegiados atuantes.	Ordenamento territorial planejado com participação da sociedade, com os mecanismos e instrumentos (urbanísticos e ambientais) de controle do uso e ocupação e prestação de serviços públicos regulamentados e cidades mais preparadas para exercer o papel de receptivo do turismo.

Estratégia 3. Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Informações turísticas inexistentes, precárias ou defasadas, não sistematizadas e nem integradas em rede, impedindo seu intercâmbio e atualização, assim como o monitoramento e gestão qualificada da atividade turística na maioria dos municípios do polo	Sistema de informações turísticas do polo implantado e permanentemente atualizado alimenta as estatísticas estaduais/municipais de turismo, postos de informação turística e coleta informações em tais pontos; Processo de monitoramento e avaliação dos resultados das ações de turismo implantado, fundamentado em indicadores criados a partir das bases de dados do sistema de informações turísticas;	Gestão integrada da política de turismo e demais políticas setoriais e instituições públicas e privadas, com a implantação e permanente atualização do sistema de informações, integrado para gestão do turismo e o meio ambiente e subsidiado por rede de coleta, estudos e levantamentos periódicos, apoiando um programa de monitoramento da atividade turística e seus impactos.

Estratégia 4. Promoção de ações educativas voltadas para as comunidades locais objetivando a mitigação dos efeitos nocivos da atividade turística.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Pouca participação social na gestão do turismo e o empresariado pouco sensibilizado para novas alternativas e formas de investir no turismo, em direção à sua sustentabilidade.</p> <p>Exploração sexual, prostituição e consumo de drogas nos principais destinos, minimizadas por ações preventivas e inibidoras</p>	<p>População sensibilizada e motivada quanto à importância de sua participação no turismo como forma de melhoria da qualidade de vida. Empresários com visão empreendedora. Terceiro setor presente nas atividades.</p> <p>Ações preventivas e melhoria da ação inibidora favorecem a redução da exploração sexual, prostituição e consumo de drogas, no que pese a tendência de seu aumento em função da ampliação do turismo.</p>	<p>População receptora, visitantes, governo e promotores mobilizados, com as permanentes campanhas e eventos de sensibilização vinculados a um programa de educação socioambiental e de conduta dos turistas.</p>

Componente: Infraestrutura e Serviços Básicos

Estratégia 1. Incremento e recuperação da infraestrutura básica e específica do turismo para o Polo Costa das Dunas, como forma de contribuir para maior qualidade do produto turístico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Prestação dos serviços de infraestrutura deficitária para atendimento à população local, agravada com o aumento do fluxo de pessoas e o incremento da atividade turística, com o comprometimento do meio ambiente, da ordem pública e da qualidade dos produtos ofertados.</p>	<p>Condições da infraestrutura e serviços, inclusive para portadores de necessidades especiais, apresentando melhorias e adequação, com previsão de investimentos em sua ampliação e recuperação.</p>	<p>Setores governamentais articulados, com parcerias público-privadas firmadas para gestão eficiente da infraestrutura e serviços básicos, incrementando o desenvolvimento sustentável do turismo com destinos receptivos estruturados e fortalecidos com sua ampliação e melhoria, a partir da introdução de técnicas ambientalmente corretas e garantia de sua plena implantação, operação e manutenção.</p>

Componente: Gestão Ambiental

Estratégia 1. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa das Dunas visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Desenvolvimento de atividades de forte impacto sobre o meio ambiente, com ocupação inadequada das áreas de fragilidade ambiental e população pouco sensibilizada para a necessidade de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, comprometendo o futuro da própria atividade turística.</p>	<p>Atividades econômicas coexistem com o turismo a partir da instituição dos instrumentos de ordenamento territorial e de proteção das áreas de relevante interesse e fragilidade ambiental. Trabalho de educação ambiental da população e dos visitantes reduz a deterioração dos recursos turísticos e favorece a proteção ambiental;</p>	<p>Atividades econômicas implantadas, observando as regras definidas nos instrumentos de ordenamento urbanístico e ambiental, de controle, de mitigação de impactos. População residente e turistas atuando de forma contínua e organizada no monitoramento e gestão da sustentabilidade da atividade turística, com apoio do governo e dos empreendimentos locais.</p>

POLO COSTA BRANCA – SÍNTESE DOS CENÁRIOS

Componente: Estratégia do Produto Turístico

Estratégia 1. Fortalecimento dos segmentos de sol e praia e ecoturismo, a partir do aproveitamento sustentável e de baixo impacto dos atrativos naturais litorâneos.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Recursos naturais transformados em atrativos turísticos de maneira aleatória, provocando a sua deterioração, visto que o processo de uso e ocupação não tem levado em consideração a fragilidade ambiental da área, associado às precárias condições da infraestrutura receptiva, incluindo os sistemas de abastecimento de água, drenagem, coleta e tratamento de esgotos e lixo em diversos municípios.	Cenários paisagísticos bem aproveitados e com projetos de infraestrutura condizentes com a paisagem. Beleza das praias rústicas mantidas com aproveitamento turístico sustentável	Ordenamento da orla adequado à perspectiva turística, contendo todos os requisitos de sustentabilidade na execução das obras e observadas as recomendações e parâmetros para o uso e ocupação da área, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.300/2004 – Projeto Orla. Obras realizadas e mantidas sob sistema de gestão ambiental compartilhado entre os diversos setores envolvidos. Participação dos segmentos sociais qualificada, a partir do fortalecimento dos colegiados e capacitação de seus representantes.

Estratégia 2. Fortalecimento do potencial do turismo náutico do Polo Costa Branca, a partir da construção de infraestrutura específica.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Disponibilidade de recursos hídricos na maioria dos municípios, com potencial de aproveitamento para o desenvolvimento de atividades náuticas, o que não ocorre pela ausência de investimento e estudos de viabilidade econômica e ambiental.	Cenários paisagísticos bem aproveitados e com projetos de infraestrutura condizentes com a paisagem, inclusive com o potencial náutico associado ao turismo estruturado com equipamentos de apoio.	Turismo dinamizado a partir do incremento da atividade náutica, com a infraestrutura de apoio (ancoradouros) adequada para o desenvolvimento de turismo náutico e de esporte e lazer, associado às atividades tradicionais da pesca, instalada de acordo com as condições e características socioambientais locais, recomendadas em estudos prévios, atendidos os trâmites legais, inclusive o licenciamento ambiental.

Estratégia 3. Recuperação e valorização do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa Branca.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Bens histórico-culturais, exemplares de significativo valor arquitetônico e paisagens cênicas de relevância ambiental, cultural e pedagógica mal conservados e/ou transformados em atrativos de forma aleatória, pela ausência de uma estratégia de desenvolvimento político efetiva para a recuperação, conservação e utilização para fins turísticos.</p>	<p>Bens históricos e culturais bem conservados e utilizados como atrativos turísticos Atrativos e produtos turísticos bem conservados por meio do planejamento e gestão do turismo Vários atrativos e produtos turísticos surgem a partir do planejamento sustentável visando à diversificação da oferta Fluxos turísticos distribuídos pelos vários destinos do polo e outros roteiros do RN Segmento de sol e praia complementado por outros segmentos do turismo Sazonalidade atenuada pela promoção de novas atividades, produtos e eventos públicos e privados, focalizando oportunidades em mercados específicos; Paisagem cênica, atrativos e produtos turísticos bem conservados por meio do planejamento e gestão de sua conservação para o turismo Estruturação programada do Lajedo de Soledade para recebimento de turistas, depois de definido o seu limite de utilização sustentável</p>	<p>Memória, Patrimônio histórico-cultural e os atributos naturais do polo restaurados, recuperados e mantidos para aproveitamento como atrativo turístico, com base no inventário de reconhecimento do acervo e das características dos atributos naturais. Memória e Patrimônio histórico-cultural resgatados, recuperados, valorizados e mantidos, com participação da população local devidamente qualificada e inserido como atrativo nos roteiros turísticos. População local capacitada e inserida nas oportunidades de trabalho desenvolvidas no processo de restauração do patrimônio histórico-cultural. Estado e municípios articulados em torno do desenvolvimento e da implementação de uma política permanente de resgate, restauração, conservação e uso sustentável do patrimônio histórico-cultural.</p>

Estratégia 4. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Pouca qualificação profissional para o turismo e deficiência dos serviços oferecidos, em razão do baixo nível de escolaridade da população. Atividade turística pouco diversificada, com receptivo concentrado em poucas empresas, serviços de informação deficientes e com o empresariado pouco sensibilizado para novos investimentos no turismo. Produção associada ao turismo pouco estruturada e desenvolvida por iniciativas isoladas. Este quadro dificulta o crescimento e reduz a agregação de valor e aumento da sustentabilidade da atividade.</p>	<p>Serviços turísticos de qualidade a partir da capacitação profissional continuada; Sensibilização dos empresários pode levar à formalização de parte dos equipamentos turísticos e ao aumento do nível de emprego formal; Fiscalização adequada inibe a informalidade; Programa estruturado de ampliação e melhoria da produção associada ao turismo oferece oportunidades de trabalho à população; Turismo de negócios integrado com outras atividades turísticas do polo, com a melhoria da estrutura de receptivo</p>	<p>O crescimento do turismo do Rio Grande do Norte subsidiado por produtos turísticos valorizados com a profissionalização e especialização da mão de obra para o turismo e produção associada, agregado o conhecimento da dimensão ambiental e do patrimônio histórico-cultural que caracterizam o polo.</p>

Estratégia 5. Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Costa Branca, a partir estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Polo Turístico deficiente em termos de sinalização, divulgação e informação adequada dos destinos, associado a atrativos com deficiência de equipamentos de apoio ao atendimento do turista dificultam o deslocamento e a compreensão do turista.	Centros de Atendimento aos Turistas implantados em pontos estratégicos, com material de informação e divulgação adequado; Maior número e melhor estruturação de empresas de receptivo; Equipamentos e serviços de alimentação ampliados, de melhor qualidade e bem distribuídos pelo polo, com implantação programada segundo a estruturação dos produtos e roteiros turísticos; O turismo organizado leva a ampliação e melhoria dos meios de hospedagem, por exigência da demanda;	Polo turístico dotado de equipamentos de atendimento ao turista, gerido por parcerias público-privadas e associado às casas de cultura e salas verdes, integrando as informações turísticas, culturais e ambientais favorecendo a função educativa e a valorização do destino.

Componente: Estratégia de Comercialização

Estratégia 1. Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa Branca, a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Planejamento de marketing inexistente, associado à utilização pontual e assistemática da internet como instrumento de divulgação dificulta a comercialização de roteiros e divulgação dos produtos.	Plano de <i>marketing</i> posiciona os destinos e toma as ações de promoção e divulgação mais eficazes e eficientes. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do site oferece informações e serviços de qualidade ao turista, apoiado por parceria entre empresários do setor e governos municipais e estadual.	Comercialização e divulgação dos roteiros turísticos, estruturada e fortalecida com base no Plano de Marketing e na disponibilização de sistema <i>on line</i> , envolvendo o setor público e a iniciativa privada. Levantamentos sistemáticos sobre o desenvolvimento da atividade turística e da capacidade de suporte dos atrativos, associados a informações de caráter ambiental e cultural subsidiam o planejamento anual da estratégia de marketing e alimentam o sistema <i>on line</i> de comercialização.

Componente: Fortalecimento Institucional

Estratégia 1. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa Branca por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos municipais.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Baixa capacidade institucional dos municípios em termos de inexistência de órgãos, baixo número, capacidade fiscalizadora e qualificação técnica do quadro efetivo das Prefeituras e reduzida participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas da região. Baixa integração entre os municípios na implantação do polo.	Estimulados pelo Conselho e pelo PDITS, os municípios estruturam os órgãos de turismo Órgãos de turismo com equipe efetiva (concurada) e qualificada para a gestão da atividade turística. Atuação do Conselho favorece o desenvolvimento turístico de forma planejada e integrada; Implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo, em conformidade com o PPA, LDO e LOA .	A gestão pública fortalecida com a estruturação intersetorial dos órgãos municipais para a melhoria da governança e da capacidade de ordenamento do uso e da ocupação do solo, com ampliação e qualificação do quadro efetivo e o controle social consolidado e voltado para a gestão integrada do turismo e o meio ambiente.

Estratégia 2. Estímulo à criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e turística no Polo com vistas a implementar um turismo planejado de base sustentável, especialmente para municípios litorâneos.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Inexistência ou não cumprimento da legislação urbanística e ambiental e municípios pouco integrados, com baixa capacidade institucional na gestão dos diversos setores e serviços associados ao turismo e reduzida estrutura de representação da sociedade civil.	Leis urbanísticas e ambientais elaboradas e em vigor, com fiscalização do seu cumprimento, por meio de capacidade institucional e colegiados atuantes.	Ordenamento territorial planejado com participação da sociedade, com os mecanismos e instrumentos (urbanísticos e ambientais) de controle do uso e ocupação e prestação de serviços públicos regulamentados e cidades mais preparadas para exercer o papel de receptivo do turismo.

Estratégia 3. Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Informações turísticas inexistentes, precárias ou defasadas, não sistematizadas e nem integradas em rede, impedindo seu intercâmbio e atualização, assim como o monitoramento e gestão qualificada da atividade turística na maioria dos municípios do polo</p>	<p>Sistema de informações turísticas do polo implantado e permanentemente atualizado alimenta as estatísticas estaduais/municipais de turismo, postos de informação turística e coleta informações em tais pontos; Processo de monitoramento e avaliação dos resultados das ações de turismo implantado, fundamentado em indicadores criados a partir das bases de dados do sistema de informações turísticas;</p>	<p>Gestão integrada da política de turismo e demais políticas setoriais e instituições públicas e privadas, com a implantação e permanente atualização do sistema de informações, integrado para gestão do turismo e o meio ambiente e subsidiado por rede de coleta, estudos e levantamentos periódicos, apoiando um programa de monitoramento da atividade turística e seus impactos.</p>

Componente: Infraestrutura e Serviços Básicos

Estratégia 1. Melhoria e recuperação da infraestrutura básica e específica do turismo para o Polo Costa Branca, incrementando a qualidade do produto turístico e a qualidade de vida das comunidades.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Prestação dos serviços de infraestrutura deficitária para atendimento à população local, agravada com o aumento do fluxo de pessoas e o incremento da atividade turística, com o comprometimento do meio ambiente, da ordem pública e da qualidade dos produtos ofertados	Condições da infraestrutura e serviços, inclusive para portadores de necessidades especiais apresentando melhorias e adequação, com previsão de investimentos em sua ampliação e recuperação.	Setores governamentais articulados, com parcerias público-privadas firmadas para gestão eficiente da infraestrutura e serviços básicos, incrementando o desenvolvimento sustentável do turismo com destinos receptivos estruturados e fortalecidos com sua ampliação e melhoria, a partir da introdução de técnicas ambientalmente corretas e garantia de sua plena implantação, operação e manutenção.

Componente: Gestão Ambiental

Estratégia 1. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa Branca visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Desenvolvimento de atividades de forte impacto sobre o meio ambiente, com ocupação inadequada das áreas de fragilidade ambiental e população pouco sensibilizada para a necessidade de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, comprometendo o futuro da própria atividade turística.	Atividades econômicas coexistem com o turismo a partir da instituição dos instrumentos de ordenamento territorial e de proteção das áreas de relevante interesse e fragilidade ambiental. Trabalho de educação ambiental da população e dos visitantes reduz a deterioração dos recursos turísticos e favorece a proteção ambiental;	Atividades econômicas implantadas, observando as regras definidas nos instrumentos de ordenamento urbanístico e ambiental, de controle, de mitigação de impactos. População residente e turistas atuando de forma contínua e organizada no monitoramento e gestão da sustentabilidade da atividade turística, com apoio do governo e dos empreendimentos locais.

POLO SERIDÓ – SINTESE DOS CENÁRIOS

Componente: Estratégia do Produto Turístico

Estratégia 1. Estruturação de sítios arqueológicos como principal produto turístico do Polo Seridó, fortalecendo a vocação da região para o turismo cultural-arqueológico.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Sítios arqueológicos utilizados de forma não controlada, com difícil acesso e nenhuma infraestrutura ou sinalização.	Estruturação programada dos sítios arqueológicos para recebimento de turistas, depois de definido o seu limite de utilização sustentável.	Implantação do turismo cultural-arqueológico a partir da utilização sustentável do acervo arqueológico da região, através da criação de Unidades de Conservação na categoria Monumento Natural, de acordo com as orientações contidas na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Definição de modelo de gestão público-privada para viabilização da administração de cada sítio.

Estratégia 2. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Baixa escolaridade no meio empresarial e profissional para os diferentes níveis do turismo dificulta a capacitação profissional. Mesmo assim, a emergência de alguns cursos de capacitação tem melhorada a qualificação para o turismo. Ocorre uma ampliação da produção associada ao turismo, por meio de iniciativas isoladas, elevando o nível de emprego gradualmente.	Qualificação profissional melhorada por meio do estímulo a programas de capacitação para os diferentes níveis dos profissionais de turismo; Esforços integrados para a melhoria da escolaridade favorecem a capacitação profissional para o turismo; Grande parte dos empresários sensibilizada e motivada para investir na melhoria da qualidade do turismo; Artesanato e gastronomia diversificados, valorizado e comercializado, inclusive fora do RN, agregando valor ao produto turístico; Programa estruturado de ampliação e melhoria da produção associada ao turismo oferece oportunidade de trabalho à população	Produtos turísticos valorizados com a profissionalização e especialização da mão-de-obra para o turismo e produção associada, agregado o conhecimento da dimensão ambiental e do patrimônio histórico-cultural que caracterizam o polo

Componente: Estratégia de Comercialização

Estratégia 1. Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Seridó, a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Planejamento de marketing inexistente, associado à utilização pontual e assistemática da internet como instrumento de divulgação dificulta a comercialização de roteiros e divulgação dos produtos.</p>	<p>Plano de <i>marketing</i> posiciona os destinos e toma as ações de promoção e divulgação mais eficazes e eficientes. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do site oferece informações e serviços de qualidade ao turista, apoiado por parceria entre empresários do setor e governos municipais e estadual.</p>	<p>Comercialização e divulgação dos roteiros turísticos, estruturada e fortalecida com base no Plano de Marketing e na disponibilização de sistema <i>on line</i>, envolvendo o setor público e a iniciativa privada. Levantamentos sistemáticos sobre o desenvolvimento da atividade turística e da capacidade de suporte dos atrativos, associados a informações de caráter ambiental e cultural subsidiam o planejamento anual da estratégia de marketing e alimentam o sistema <i>on line</i> de comercialização.</p>

Componente: Fortalecimento Institucional

Estratégia 1. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Seridó por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos municipais

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Baixa capacidade institucional dos municípios em termos de inexistência de órgãos, baixo número, capacidade fiscalizadora e qualificação técnica do quadro efetivo das Prefeituras e reduzida participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas da região. Baixa integração entre os municípios na implantação do polo.</p>	<p>Estimulados pelo Conselho e pelo PDITS os municípios estruturam os órgãos de turismo; Órgãos de turismo com equipe efetiva (concurada) e qualificada para a gestão da atividade turística. Atuação do Conselho favorece o desenvolvimento turístico de forma planejada e integrada; Implementação de políticas públicas de conformidade com o PPA, LDO e LOA para o desenvolvimento do turismo.</p>	<p>A gestão pública fortalecida com a estruturação intersetorial dos órgãos municipais para a melhoria da governança e da capacidade de ordenamento do uso e da ocupação do solo, com ampliação e qualificação do quadro efetivo e o controle social consolidado e voltado para a gestão integrada do turismo e o meio ambiente.</p>

Estratégia 2. Criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e turística no Polo, com vistas a implantar um turismo planejado de base sustentável.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Inexistência ou não cumprimento da legislação urbanística e ambiental e municípios pouco integrados, com baixa capacidade institucional na gestão dos diversos setores e serviços associados ao turismo e reduzida estrutura de representação da sociedade civil.</p>	<p>Leis urbanísticas e ambientais elaboradas e em vigor, com fiscalização do seu cumprimento, por meio de capacidade institucional e colegiados atuantes.</p>	<p>Ordenamento territorial planejado com participação da sociedade, com os mecanismos e instrumentos (urbanísticos e ambientais) de controle do uso e ocupação e prestação de serviços públicos regulamentados e cidades mais preparadas para exercer o papel de receptivo do turismo.</p>

Estratégia 3. Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Informações turísticas inexistentes, precárias ou defasadas, não sistematizadas e nem integradas em rede, impedindo seu intercâmbio e atualização, assim como o monitoramento e gestão qualificada da atividade turística na maioria dos municípios do polo	Sistema de informações turísticas do polo implantado e permanentemente atualizado alimenta as estatísticas estaduais/municipais de turismo, postos de informação turística e coleta informações em tais pontos; Processo de monitoramento e avaliação dos resultados das ações de turismo implantado, fundamentado em indicadores criados a partir das bases de dados do sistema de informações turísticas;	Gestão integrada da política de turismo e demais políticas setoriais e instituições públicas e privadas, com a implantação e permanente atualização do sistema de informações, integrado para gestão do turismo e o meio ambiente e subsidiado por rede de coleta, estudos e levantamentos periódicos, apoiando um programa de monitoramento da atividade turística e seus impactos.

Componente: Infraestrutura e Serviços Básicos

Estratégia 1. Melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos dos municípios do Polo Seridó, como forma de desenvolver estruturar produtos e destinos turísticos, bem como melhorar a qualidade de vida das comunidades locais

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
Prestação dos serviços de infraestrutura deficitária para atendimento à população local, agravada com o aumento do fluxo de pessoas e o incremento da atividade turística, com o comprometimento do meio ambiente, da ordem pública e da qualidade dos produtos ofertados	Condições da infraestrutura e serviços, inclusive para portadores de necessidades especiais apresentando melhorias e adequação, com previsão de investimentos em sua ampliação e recuperação.	Setores governamentais articulados, com parcerias público-privadas firmadas para gestão eficiente da infraestrutura e serviços básicos, incrementando o desenvolvimento sustentável do turismo com destinos receptivos estruturados e fortalecidos com sua ampliação e melhoria, a partir da introdução de técnicas ambientalmente corretas e garantia de sua plena implantação, operação e manutenção.

Componente: Gestão Ambiental

Estratégia 1. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Seridó, visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

Cenário de Referência	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Desenvolvimento Sustentável
<p>Desenvolvimento de atividades de forte impacto sobre o meio ambiente, com ocupação inadequada das áreas de fragilidade ambiental e população pouco sensibilizada para a necessidade de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, comprometendo o futuro da própria atividade turística.</p>	<p>Atividades econômicas coexistem com o turismo a partir da instituição dos instrumentos de ordenamento territorial e de proteção das áreas de relevante interesse e fragilidade ambiental.</p> <p>Trabalho de educação ambiental da população e dos visitantes reduz a deterioração dos recursos turísticos e favorece a proteção ambiental;</p>	<p>Atividades econômicas implantadas observando as regras definidas nos instrumentos de ordenamento urbanístico e ambiental, de controle, de mitigação de impacto e de mobilização social, bem como da criação de Unidades de Conservação visando a preservação do patrimônio natural e cultural da região do Seridó.</p> <p>População residente e turistas atuando de forma contínua e organizada no monitoramento e gestão da sustentabilidade da atividade turística, com apoio do governo e dos empreendimentos locais.</p>

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Ministério do Turismo – Mtur recomenda, no âmbito do Manual de Planejamento e Gestão Socioambientais que norteia a elaboração do PRODETUR, a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE como instrumento de suporte ao planejamento, permitindo avaliar as implicações e riscos socioambientais e promover a sustentabilidade do conjunto de intervenções proposta em cada PDTIS. Possibilita, ainda, avaliar o desenvolvimento, de forma integrada, do turismo nas regiões que constituem os polos, sejam as ações que favorecem a consolidação e qualificação da atividade turística, como é o caso do Polo Costa das Dunas ou as que estimulam a transformação das regiões do Seridó e Litoral Norte do Estado (Polo Costa Branca) em polos turísticos, na perspectiva de se estruturar um processo de planejamento que oriente a adoção de iniciativas direcionadas para o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.

A aplicação da AAE na elaboração de planos e programas possibilita incorporar uma série de valores ambientais no planejamento e no procedimento de tomada de decisão da atividade turística no Rio Grande do Norte, onde os atrativos turísticos estão fortemente relacionados aos atributos naturais.

O Polo Costa das Dunas representa, atualmente, a face do turismo do Rio Grande do Norte, com alguns produtos consolidados e comercializados a nível nacional e internacional, em sua grande maioria associados a atributos naturais, mais especificamente no segmento do turismo de sol e praia. Nesse sentido, o polo foi objeto de alguns investimentos na primeira fase do PRODETUR, que permitiram aumentar o fluxo de turistas, a partir da melhoria das condições de acesso (aeroporto e rodovia do sol) e de hospedagem (hotéis da via costeira). Tais condições permitiram um forte crescimento da atividade e fizeram sobressair dois principais destinos: Natal, como o grande centro articulador e provedor de infraestrutura e serviços; e Pipa, em Tibau do Sul, por suas características e atrativos peculiares, que a tornaram destino preferencial de turistas, em boa parte de estrangeiros. Os demais atrativos existentes são explorados em função de roteiros fortemente ligados a estes dois destinos.

No entanto, passados alguns anos da realização destes investimentos, o polo apresenta alguns sinais de cansaço, em função da degradação da própria infraestrutura instalada, da ocupação desordenada do solo e a conseqüente degradação dos recursos naturais e da falta de diversificação dos atrativos oferecidos.

Por outro lado, identifica-se um bom potencial de diversificação, a partir do resgate e valorização do patrimônio histórico-cultural, bastante rico e variado, apesar de carente dos cuidados e políticas necessárias, bem como de novas localidades, que começam a serem descobertas e inseridas em roteiros alternativos, sem a devida infraestrutura.

Assim, a gestão deste polo caracteriza-se pela recuperação e requalificação dos produtos existentes, aperfeiçoando a infraestrutura e recuperando áreas degradadas; pela inserção, sob bases sustentáveis, de novos atrativos potenciais; e pelo treinamento e qualificação do público e das instituições envolvidas, que inclui o fortalecimento institucional, principalmente a nível municipal e a qualificação profissional, tanto do empresariado quanto dos demais profissionais envolvidos, carências estas comuns aos três polos, no que pese o estágio bem mais avançado de desenvolvimento da atividade turística neste polo.

A oferta turística no Polo Costa Branca engloba todos os elementos com valor para o turismo que esta região tem a oferecer aos seus visitantes atuais e potenciais. Portanto, é constituída pelo conjunto de atrativos turísticos naturais que compõem a faixa litorânea, caracterizada por ser ainda bastante rústica, pouco adensada, ideal para turistas que procuram destinos mais tranquilos, onde a atividade turística é ainda incipiente na maior parte das localidades, mas com abundantes recursos para desenvolver o turismo de sol e praia.

Por sua vez, os atrativos turísticos histórico-culturais no polo apresentam grande variedade cultural. Apesar do patrimônio histórico-cultural físico, na forma de prédios e monumentos, não ser tão rico e imponente como em outras localidades do Estado e do Brasil, o conjunto de elementos, como já apresentado na primeira parte do diagnóstico do PDITS, é bastante variado: as Manifestações e Usos Populares e Tradicionais englobam festas tradicionais, religiosas e toda forma de expressão artística e cultural, sendo bastante representativas em todo o polo. Um dos grandes motivadores das viagens para o Polo Costa Branca são as suas festas populares, como o Carnaval, os Festejos Juninos e as festas religiosas. Na lista de elementos identificados como atrativos turísticos, o Carnaval é o elemento comum a quase todos os municípios, sendo os maiores e mais famosos da região os de Areia Branca e Macau.

Acrescenta-se a esses atrativos, aqueles associados às realizações técnicas e contemporâneas, reflexo de uma economia baseada tradicionalmente na exploração de sal marinho e, mais recentemente, de petróleo e agricultura irrigada, sendo alguns desses municípios do polo, grandes produtores e exportadores desses produtos. Estas culturas desempenham um papel de destaque na paisagem do Costa Branca, como é caso das salinas de Areia Branca e Macau, consideradas pontos de interesse e visita turística, especialmente no que se refere ao turismo pedagógico e de negócios. Atualmente, há pouco aproveitamento para essa finalidade.

No entanto, o desenvolvimento da região, com base no turismo como uma política estruturante, requer a construção de políticas públicas voltada para a criação das condições necessárias para esta finalidade, de forma planejada e pactuada com a sociedade civil e, mais especificamente, com as empresas envolvidas nos grandes negócios da região, evitando a descontinuidade das ações implementadas e desperdícios dos recursos aplicados.

O quadro atual, apresentado no Cenário de Referência reflete a perspectiva da atividade turística, bastante incipiente no Polo Costa Branca, necessitando da adoção de medidas de incremento no setor, especialmente a alocação de recursos no desenvolvimento da capacidade de gestão municipal (incluindo a capacitação institucional dos organismos governamentais, de profissionais e empresários do setor e vinculados a produção associada ao turismo, entre outros) e a melhoria da infraestrutura, compatibilizando a disponibilidade dos serviços públicos com o crescimento do turismo. Nas ações que geram intervenções territoriais (qualificação e requalificação da orla e infraestrutura e serviços), devem ser incluídas medidas que condicionem a execução de obras administradas segundo um protocolo de gestão ambiental, assegurando o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

O Polo Seridó se tornou um polo turístico em construção devido a atuação do PRODETUR NACIONAL, que tem a finalidade de promover a regionalização do turismo. No caso dos municípios integrantes desse polo, o turismo surge como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável para a região, tendo como principal atrativo o seu patrimônio histórico-cultural e natural.

O patrimônio histórico-cultural se apresenta por meio dos seus sítios arqueológicos, das festas religiosas, dos eventos culturais, da gastronomia, do artesanato e do modo de vida do homem sertanejo com suas tradições populares. O patrimônio natural se revela através das serras e acervo espeleológico.

Esses atrativos pouco utilizados demonstram que a região do Seridó tem vocação para o turismo histórico-cultural e/ou arqueológico, o turismo rural e o turismo de aventura. Mas para que isso aconteça é necessário dotar os municípios de instrumentos de planejamento e gestão, em que se destacam:

- a) programas de divulgação e marketing para comercializar o Seridó como um produto turístico competitivo;
- b) programas de sinalização turística, visando facilitar a acessibilidade aos atrativos turísticos, acompanhados de projetos educativos e campanhas contra atividades nocivas ao bem estar da população autóctone;
- c) instituições turísticas municipais e ambientais com garantia de participação social, visando fortalecer a gestão da atividade dentro dos princípios da sustentabilidade;
- d) programas de capacitação profissional a fim de garantir uma oferta turística de qualidade, bem como a sensibilização da comunidade local para a adesão ao projeto de desenvolvimento turístico para a região;
- e) infraestrutura e serviços básicos para os municípios receptores, visando garantir uma boa estada ao turista e o bem estar da população, sem comprometer a integridade ambiental de seus atrativos; e,
- d) garantir uma gestão, no sentido de sensibilizar turistas e habitantes para a educação ambiental, conservação e preservação do seu patrimônio natural e cultural e promoção do desenvolvimento sustentável para a região do Seridó.

Essas medidas revelam a importância do papel do Estado, dos municípios, da iniciativa privada e da sociedade civil no sentido de promover a transformação do Seridó em um produto turístico sustentável, desde que sejam observadas as recomendações feitas pela AAE sobre implantação e execução das ações previstas no PDITS deste polo.

O Cenário de Desenvolvimento Sustentável representa a visão de futuro de cada polo, construída a partir do conjunto de observações constantes na AAE, desde a consulta realizada com apoio da Metodologia Delphi, das conclusões e recomendações do diagnóstico e das medidas mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados, que resultaram nas recomendações relativas às ações propostas nos componentes que constituem os PDITS.

Para melhor compreensão da relação entre a situação encontrada e as estratégias de desenvolvimento apontadas no PDITS, foi construído um quadro relacionando as conclusões e as recomendações apontadas nesta AAE, com o intuito de complementar e/ou adequar as diversas ações previstas aos objetivos de sustentabilidade, ou seja, **assegurar a inclusão da visão estratégica, na perspectiva de incorporar a dimensão ambiental no conteúdo de todas as ações, recomendando medidas adicionais preventivas e de controle dos riscos ambientais decorrentes do desenvolvimento da atividade turística nos polos.**

Cabe, ainda, assinalar que, com base nos documentos produzidos na AAE, para que o desenvolvimento do turismo nos Polos Costa Branca e Seridó e a consolidação da atividade no Costa das Dunas se dê apoiado em bases sustentáveis, devem ser observadas as seguintes premissas, visando à formulação de uma estratégia comum para a implementação do turismo no Estado:

- a) Projetos de intervenção acompanhados da elaboração dos respectivos estudos ambientais recomendados pelo licenciamento ambiental, garantindo a sustentabilidade das obras;
- b) Definição, prévia, de parâmetros e critérios ambientais e urbanísticos a serem exigidos pelos municípios e órgãos licenciadores, na elaboração e execução de obras;
- c) Obras administradas segundo protocolo de gestão ambiental determinado pelo órgão estadual executor;
- d) Estimular os municípios na construção e aplicação dos instrumentos de ordenamento

territorial e no fortalecimento da gestão das políticas públicas de forma integrada, especialmente, turismo e meio ambiente;

e) Criação das condições necessárias para estímulo a ampla participação social na concepção da integração e do desenvolvimento do turismo segundo uma perspectiva de sustentabilidade;

f) Fortalecimento do empresariado local e qualificação da mão de obra, em busca do interesse coletivo.

A partir das medidas mitigadoras e potencializadoras identificadas e observado o objetivo de sustentabilidade estabelecido, foram elencadas e priorizadas as recomendações constantes dos quadros a seguir:

POLO COSTA DAS DUNAS

Componente: Produto Turístico

Estratégia 1. Fortalecimento do segmento do turismo de sol e praia, a partir da qualificação de destinos maduros e planejamento de destinos em desenvolvimento, respeitando-se as características litorâneas de cada localidade.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A deterioração dos atrativos é causada, principalmente, porque o processo de uso e ocupação não tem levado em consideração três fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A fragilidade da dinâmica costeira, com aceleração dos processos erosivos, causada pela interrupção dos fluxos naturais de sedimentos, associados aos processos naturais característicos da costa potiguar e às tendências globais de elevação do nível do mar; - A pequena capacidade de suporte dos aquíferos dunares, no que pese a excelente qualidade da água, associado à precária infraestrutura de recepção de pessoas e de drenagem e captação e tratamento de água e esgotos; - A interrupção do livre acesso às praias, impedindo a continuidade dos modos de vida e produção das populações tradicionais locais. <p>A implantação de instrumentos de ordenamento da orla, organizados no Decreto nº 5.300/2004 – Projeto Orla.</p> <p>Além disso, a falta de cuidado na execução das</p>	<p>Os projetos de urbanização da orla devem conter, no mínimo, os seguintes requisitos de garantia de sustentabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - partido urbanístico que respeite e conserve as peculiaridades e dinâmica da paisagem local, livre acesso as praias, a continuidade das atividades tradicionais (pesca, manifestações culturais, esportes, etc.), a identificação e institucionalização das áreas que necessitam de cuidados especiais pelo seu valor cênico paisagístico e fragilidade ambiental e obras acompanhadas dos serviços de drenagem e esgotamento sanitário; - Projetos/obras precedidos de licenciamento ambiental e acompanhados de estudos ambientais, incluindo, estudos da dinâmica e erosão costeira que permitam a garantia da durabilidade das obras e não-agravamento dos problemas. Garantias tais como: permitir o livre carreamento de areia pelo vento e pelas águas para manutenção da dinâmica das dunas; estudar a capacidade de carga e estabelecer limites (verticais e horizontais) para expansão urbana; garantir o livre acesso e a valorização da praia e da orla, inclusive possibilitando condições para a continuidade e fortalecimento das atividades tradicionais (pesca, p.ex.); conservar a vegetação costeira, principalmente os mangues e as e suas funções e serviços ambientais, etc. - Estimular os municípios costeiros a elaborar e implementar o Projeto Orla e incorporar suas diretrizes de gestão e ordenamento nos demais instrumentos urbanísticos e ambientais; - Estabelecimento de sistema de gestão compartilhada da Orla, por meio de parcerias público-privadas, que garantam a manutenção da requalificação 	<p>Estado, Municípios, iniciativa privada</p>

<p>obras e em sua subsequente manutenção também provoca impactos adicionais que levam (ou podem levar) ao aumento da deterioração dos atrativos</p>	<p>ambiental e paisagística realizada;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais. 	
<p>As obras implementadas pelo PRODETUR necessitam ser executadas de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade, minimizando os impactos negativos e maximizando os positivos.</p>	<p>As obras devem ser administradas segundo protocolo de gestão ambiental determinado pelo órgão estadual executor, a partir dos parâmetros e critérios exigidos pelo BID no contrato de empréstimos, articulando as instituições públicas e empresas contratadas para que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seja informado o conjunto de cuidados a serem observados no processo de execução das obras; - Seja garantida a capacidade institucional dos executores para efetivar estes cuidados, inserindo-os na rotina dos canteiros de obra; - Sejam feitas articulações institucionais que envolvam o conjunto de executores na gestão ambiental das obras e propiciem a mútua cooperação; - Sejam elaborados e implementados sistemas de acompanhamento destas medidas, para verificar sua efetividade - Seja garantida a continuidade destes cuidados no processo de manutenção das obras realizadas - Sejam implantadas medidas compensatórias que favoreçam a população local, como informação e participação nas decisões, garantia de geração de emprego, avaliação dos custos e benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais decorrentes do projeto de intervenção. 	<p>Estado, municípios e iniciativa privada</p>

Estratégia 2. Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Costa das Dunas, que integrem e complementem o segmento de sol e praia, pelo aproveitamento turístico de outros espaços naturais e do potencial de turismo náutico.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A ausência de diversificação da oferta de atrativos e produtos leva a estagnação da atividade turística, o que por sua vez pode ocasionar a deterioração dos atrativos, pela falta de manutenção ou pelo uso intensivo, além da capacidade, bem como a exclusão de municípios e suas populações locais dos roteiros e dos benefícios da atividade.</p> <p>Na busca de diversificação da atividade turística, a partir da inclusão de novos atrativos, o diagnóstico de novos produtos turísticos é importante para o planejamento do desenvolvimento sustentável do polo, permitindo uma abordagem mais sistêmica dos investimentos a serem realizados. Este diagnóstico, assim como os estudos de viabilidade econômica devem contemplar a dimensão socioambiental, para que a base do desenvolvimento do turismo do Rio Grande do Norte seja inclusiva, com programa eficiente de inserção da população na nova dinâmica econômica, evitando a criação de clusters de renda associados a bolsões de pobreza, que acabam por diminuir ou inviabilizar a atividade, gerando mais custos de controle social e deixando de aproveitar os aspectos da sociobiodiversidade pelo seu valor como atrativo. Para tanto, é preciso garantir a presença do empresariado e dos representantes dos segmentos sociais na discussão e formação das cadeias produtivas, permitindo estabelecer a complementaridade necessária à formação destas cadeias.</p> <p>Nesse contexto, é preciso estabelecer métodos e parâmetros que permitam dar consistência aos produtos turísticos pretendidos, estabelecendo indicadores de qualidade, elaborando manuais de gestão e garantindo a efetiva implementação dos cuidados recomendados.</p> <p>Os atrativos podem se complementar e constituir um roteiro, onde as diferenças entre eles podem e precisam ser valorizadas. Nesse</p>	<p>Estabelecer mecanismos de participação dos diversos segmentos sociais interessados na elaboração dos diagnósticos e estudos técnicos voltados ao desenvolvimento de novos produtos e estabelecimento de calendário de eventos no polo.</p>	<p>Estado, municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada, Capitánias dos Portos e os Conselhos</p>

contexto, um calendário de eventos do polo, consolidado e integrado com o do estado, é ferramenta importante		
E preciso fortalecer a gestão regional, com a integração de municípios, estabelecendo canais para troca de experiências, integração e complementação de estratégias, projetos e ações. Para tanto, é preciso fortalecer os conselhos (estadual, do polo e municipal) e garantir a provisão das ferramentas necessárias para subsidiar tecnicamente as decisões destes colegiados, com o aparelhamento da unidade gestora estadual	Estabelecer programa de fortalecimento dos colegiados que tratam da gestão participativa do turismo, garantindo o apoio político-institucional e financeiro necessário ao seu funcionamento, bem como a capacitação dos seus conselheiros	Estado, municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada
Na criação de novos atrativos, é preciso estabelecer critérios que garantam que os mesmos não terão problemas de ociosidade que inviabilize o investimento, garantindo a participação da sociedade civil interessada em processo de gestão que garanta seu funcionamento e manutenção e as características e cuidados definidos como necessários no momento que o conceberam	Implantar e fortalecer a atuação do governo estadual, da administração municipal e da sociedade local e sua representação no colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos; Inclusão, no Plano Plurianual e no orçamento municipal e estadual, de previsão orçamentária e financeira voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias público-privadas para a gestão, fortalecendo a administração e manutenção dos novos atrativos; Instituição de programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas atividades geradas pelos novos atrativos.	Estado, municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada
A unidade de conservação do Morro do Careca ainda não foi criada e por isso a descrição como APA está incorreta. Além disso, os estudos sobre a área mostram a grande fragilidade para criação indiscriminada de acessos, devendo qualquer intervenção ser planejada no contexto de um plano de manejo da futura unidade.	Apoiar o processo de criação da unidade de conservação do morro do Careca, garantindo a implantação do conselho gestor e que seu uso seja planejado no contexto de um plano de manejo	Estado, município e assembléia legislativa
As lagoas têm sua dinâmica natural, que pode ser alterada a partir do uso, da qualidade de suas nascentes e do impedimento, se for o caso, da comunicação de seu corpo d'água com o mar, ou com o ecossistema natural que a circunda, impedindo o transito de fauna e assoreando as margens a partir da retirada da vegetação nativa. A legislação garante que as margens de lagoas sejam públicas e estabelece uma faixa de preservação permanente em seu entorno.	Observar rigorosamente o disposto na legislação ambiental e outras pertinentes a respeito da conservação e proteção de lagoas e ecossistemas associados, considerando principalmente: - A necessidade de manter as margens como área pública, estabelecendo uma faixa de preservação permanente não edificante (recomenda-se a instalação de um equipamento	Estado e municípios, sociedade civil organizada

<p>O ideal é a existência de uma via de circulação que delimite esta faixa de preservação, impedindo que as ocupações avancem sobre a mesma, e ao mesmo tempo, edificada com os cuidados necessários para não impedir os fluxos naturais Os cursos d'água que a abastecem necessitam ser conservados em quantidade e qualidade</p>	<p>público, como via ou calçada que delimite esta faixa, não interrompendo os fluxos naturais); - A recuperação e/ou conservação, em qualidade e quantidade, dos cursos d'água que a abastecem. - Manutenção e valorização das atividades originais (pesca artesanal), preservando a cultura e os costumes tradicionais, contribuindo para garantir as rendas das famílias locais sem impor trabalhos para os quais não estão qualificados;</p>	
<p>A gestão do atrativo “Cajueiro do Pirangi” é complexa, e decisões precipitadas podem desvalorizar o atrativo, resultando em perda para o estado e os diversos segmentos que usufruem do mesmo.</p>	<p>A reestruturação do receptivo do Cajueiro do Pirangi deve ser cercada de todos os cuidados necessários à preservação do atrativo em suas características específicas, garantindo sua manutenção e valorização, bem como das condições de trabalho das pessoas que vivem do mesmo.</p>	<p>Estado e município</p>
<p>A expansão dos esportes aquáticos e o aproveitamento náutico dos atrativos com potencialidade hídrica dependem essencialmente da melhoria da infraestrutura náutica, possibilitando diversificar os pontos de atracação e recepção de barcos no litoral potiguar, o que amplia a variedade de atrativos. No entanto, todos os cuidados devem ser tomados para que este não seja mais um fator de degradação da paisagem.</p>	<p>Para elaboração dos projetos de ancoradouros turísticos deverão ser previamente elaborados estudos ambientais e socioeconômicos que permitam: - Identificar (inventário, pesquisa, oficinas temáticas nos municípios) a demanda pelos serviços, definindo a finalidade (ancoradouros para pequenas embarcações, terminais de passageiros que possibilitem o acesso náutico aos municípios, destinos turísticos, etc.), priorizando o uso misto e evitando a ociosidade dos equipamentos na baixa temporada; - Identificar os locais mais adequados, a partir de estudos de capacidade de suporte; - Instituir uma Câmara Técnica, no âmbito regional, vinculado ao CONETUR, constituído dos diversos segmentos envolvidos (Estado, municípios, pescadores, empresários, agências de turismo, a Capitania dos Portos e IBAMA) para definição de critérios e parâmetros para elaboração dos projetos e gestão eficiente dos empreendimentos, para que mantenham os requisitos de sua instalação.</p>	<p>Estado e municípios, Capitania dos Portos, Ibama, iniciativa privada e sociedade civil organizada</p>

<p>A possibilidade de construção de novo acesso ao Parque das Dunas depende de alteração no Plano de Manejo da unidade, o que foge à governabilidade do poder executivo, visto que é uma decisão que passa pelo conselho gestor.</p>	<p>Verificar a viabilidade de implantação do novo acesso em função das finalidades para as quais o parque foi criado e as orientações de seu plano de manejo. Garantia de provimento de corpo técnico e administrativo para a UC compatível com as demandas existentes e as novas demandas de administração geradas pela presença do novo acesso.</p>	<p>Estado e município</p>
--	--	---------------------------

Estratégia 3. Recuperação e estruturação do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa das Dunas, promovendo o seu aproveitamento turístico e diversificação da oferta de sol e praia.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>O patrimônio histórico-cultural do polo não tem sido objeto de atenção devida, com fins de restauração e visando o seu aproveitamento turístico, a partir da realização de inventário e diagnóstico para implantação de uma base de dados específica sobre o tema e de ações/projetos para sua recuperação, inclusive com capacitação de mão de obra especializada local para a prestação desse serviço.</p> <p>O inventário e diagnóstico do patrimônio histórico-cultural do polo com fins de restauração e visando o seu aproveitamento turístico é altamente estratégico para justificar a implantação de uma base de dados específica sobre o tema. Do mesmo modo, é estratégico um Programa de Capacitação Profissional para Restauração e Conservação do Patrimônio Histórico-Cultural, abrindo um mercado para mão de obra especializada local.</p> <p>Quanto aos museus de Natal, deveria haver, no mínimo, um diagnóstico que oriente a elaboração de projetos para captação de recursos em outras fontes de financiamento (MinC, Petrobras, iniciativa privada, etc.)</p> <p>A integração dos municípios a partir de um roteiro integrado para o polo é fundamental para que os diversos atrativos se complementem no sentido de oferecer opções de crescimento da atividade turística na mesma região, complementando os atrativos de sol e praia com outros, como aqueles associados ao patrimônio histórico e à cultura, por exemplo.</p>	<p>A elaboração e execução de projetos de recuperação e valorização do patrimônio histórico-cultural para região do Polo Costa das Dunas deverão ser precedidas da aplicação das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar, em parceria com a Fundação José Augusto e o órgão estadual de meio ambiente, o inventário e diagnóstico do patrimônio histórico-cultural e natural do polo, com fins de restauração e visando o seu aproveitamento turístico, estabelecendo uma base de dados, um programa de capacitação da mão de obra local para essa restauração e a captação de recursos para estas atividades - Incluir, nos projetos de estruturação da visitação ao patrimônio histórico-cultural e natural, programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas atividades de visitação pública, com especial atenção ao treinamento sobre as formas de conduta, na formação de guias locais; - Incluir previsão orçamentária e financeira no Plano Plurianual e nos orçamentos municipal e estadual, voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias na gestão do patrimônio histórico-cultural e natural; 	<p>Estado, municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada</p>

Estratégia 4. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de incrementar a qualidade na prestação de serviços.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A baixa capacitação para o turismo é um gargalo identificado para o crescimento, principalmente qualitativo da atividade. Esta deve considerar, não apenas as ações diretamente ligadas ao turismo, mas também os serviços e a produção associados à atividade, os quais são importantes em seu desenvolvimento e também como estratégia de agregação de sustentabilidade. É preciso planejar a médio e longo prazo, considerando as possíveis perdas de renda na atividade em uma etapa de transição para a inserção de pessoal local, até que estes se encontrem plenamente capacitados. Geralmente, na falta de um planejamento nesse sentido, traz-se pessoas de fora, acentuando o processo de exclusão da população local.</p>	<p>Para a melhoria da qualificação e capacitação profissional local, devem ser adotadas medidas que contribuam para o desempenho gerencial e a inserção destes segmentos no mercado de trabalho, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abranger no diagnóstico e nas pesquisas, além das atividades diretamente ligadas à atividade turística, aquelas que constituem a produção associada, desenvolvendo estratégia de inserção gradual da mão de obra local; - Implantação, por meio de parceria público-privada, com recursos orçamentários e financeiros garantidos, de programação permanente e sistemática para gestão, fomento, capacitação e aprimoramento profissional, voltada para o turismo sustentável e a produção associada. - Implantar programas de capacitação para guias locais, incluindo a dimensão ambiental e patrimônio histórico-cultural que caracterizam os municípios do polo; - Provisão de sistema público, com a participação da iniciativa privada, de organização das demandas de trabalho e emprego associado ao inventário da mão de obra disponível; - Instituição de certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/profissional envolvido na atividade; 	<p>Estado e municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada</p>

Estratégia 5. Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Costa das Dunas, a partir estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A deficiência de informações, incluindo a sinalização, desqualifica os atrativos e produtos turísticos e não contribui para sua valorização, conservação e permanência. Além disso, deve-se pensar em associar, na sinalização e nos postos de atendimento, as informações turísticas, ambientais e culturais, fortalecendo a função educativa destes equipamentos. Para tanto, é interessante a associação destes equipamentos às estratégias de conscientização e mobilização cultural e ambiental.</p>	<p>Acrescenta-se ao previsto no programa do PRODETUR, as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão na programação orçamentária e estabelecimento de parceria público-privada para manutenção dos elementos de sinalização, evitando a descontinuidade dos serviços. - Associar os equipamentos de atendimento ao turista às casas de cultura e salas verdes, permitindo a integração da informação turística, cultural e ambiental; - Direcionar o projeto de sinalização dos destinos turísticos à educação ambiental para utilização adequada do patrimônio natural e construído, potenciais produtos do turismo no polo; - Elaborar um programa de educação ambiental, em parceria com a iniciativa privada, que inclua as informações socioambientais nas diversas peças e elementos de divulgação, promoção e valorização dos destinos, para utilização em todo trade turístico. 	<p>Estado, municípios, empresariado e sociedade civil organizada</p>

Componente: Estratégia de Comercialização

Estratégia 1. Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa das Dunas, a fim dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se diversos tipos de mídia.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>O programa de pesquisa contínua de mercado, em âmbito nacional e internacional, nos núcleos emissores constitui base de informações essencial para orientar o plano de marketing e a produção de materiais promocionais e informativos.</p> <p>A divulgação e promoção do turismo potiguar é uma ferramenta essencial para seu crescimento e deve ser baseada em informações contínuas, que permitam que as estratégias de promoção reflitam o momento presente da atividade, de forma a não estimular a superlotação nem a sazonalidade. Para tanto, é importante que às estratégias de divulgação estejam subsidiadas por levantamentos técnicos sistemáticos e estejam associadas informações de caráter ambiental e cultural, fortalecendo sempre o conceito e a prática de turismo sustentável</p>	<p>Algumas recomendações de caráter geral e baseada na identificação dos impactos devem ser elencadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incluir no Plano de Marketing instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais; - Instituir programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar-se ao turismo, contribuindo para a renda familiar; - Subsidiar os Planos de Marketing com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda; - Criar estrutura governamental e de capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano; - Definir indicadores de acompanhamento dos destinos e atrativos de maior fluxo de turista, como subsídio ao planejamento anual da atividade e definição de prioridades e orientações estratégicas para atualização do Plano de Marketing; - Prever a criação de programas (no âmbito do Plano de Marketing), de pesquisa de mercado contínua nacional, internacional e nos núcleos emissores, de eventos, incluindo feiras, rodadas de negócios, promoção de <i>famtour</i> técnico e de divulgação dos principais destinos do polo e de divulgação, por meio da formulação e produção de material promocional e informativo; - Criar estrutura governamental e de capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários à manutenção do sistema de informações; - Estabelecer um sistema integrado que contemple instituições públicas e privadas nos mecanismos de utilização e atualização do banco de dados; - Realizar programa de pesquisa contínua de mercado para orientar a estratégia de marketing e divulgação; - Realizar levantamentos sistemáticos sobre o desenvolvimento da atividade turística, associado a informações de caráter ambiental e cultural 	<p>Estado, municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada</p>

Componente: Fortalecimento Institucional

Estratégia 1. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa das Dunas, em nível estadual e municipal, por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>O órgão gestor do turismo estadual deve responsabilizar-se pelo provimento das condições básicas necessárias ao desenvolvimento do turismo no Estado, tais como um sistema de informações que permita a integração e sistematização de dados e a qualificação da tomada de decisões dos conselhos fortalecidos, a captação de recursos externos ao estado para fortalecer a atividade e a integração entre os diversos setores envolvidos. Além disso, deve ter condições de articular os demais executores para que todos os trabalhos realizados no âmbito do PRODETUR/RN aconteçam com observação aos termos do contrato firmado com o BID e às normas brasileiras, tornando-se um exemplo de boa gestão de política pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dotar o órgão gestor estadual de condições para gerenciar a atividade turística no estado, provendo dados e informações, ferramentas e recursos para apoiar seu desenvolvimento de forma integrada, garantindo os critérios de sustentabilidade e boa gestão pública; - Integração com as diversas instituições de fomento, com o setor empresarial e com a sociedade civil, para organização de um programa de captação de recursos e fomento compatível com as demandas e necessidades presentes e futuras do turismo no Estado; - Integração com os diversos setores envolvidos na atividade turística, estabelecendo metas e indicadores setoriais de planejamento e atendimento às demandas; - Estabelecimento de sistema de informações estadual, alimentado por estudos periódicos e dados obtidos sistematicamente a partir de indicadores definidos, possibilitando o provimento de subsídios à gestão dos polos, nos municípios e de cada atrativo. 	<p>Governo Estadual, BID</p>
<p>A implantação da unidade gestora do Plano Diretor de Resíduos Sólidos é fundamental para o acompanhamento da efetiva implementação deste Plano Diretor, necessitando de estrutura, orçamento, equipamentos e quadro técnico suficiente para desenvolver as diversas estratégias previstas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Prover a unidade de pessoal, orçamento e capacitação para o acompanhamento e apoio técnico necessário a implementação do Plano junto aos municípios, para que estes possam desenvolver e implantar a infraestrutura e os procedimentos para facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores, para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, conforme estabelece a política nacional. - Estímulo à formação de consórcios municipais que permitam a articulação de ações e instituições para administrar os resíduos sólidos sob a perspectiva de geração de novas riquezas e negócios, criando postos novos de trabalho e promovendo a inserção social por meio da reciclagem, estimulando a adoção da ecoeficiência nas empresas e disseminando na 	<p>Governo do Estado</p>

	<p>sociedade a necessidade de um consumo consciente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimulo à organização de cooperativas para promover a inserção dos que sobrevivem informalmente da catação de lixo, criando um novo cenário de dignidade e valorização do seu trabalho. - Estabelecimento do princípio do poluidor-pagador e de incentivos fiscais para empresas que reduzirem a geração de resíduos e investirem em programas e na gestão eficiente. - Estímulo à educação ambiental, capacitando os consumidores em práticas de responsabilidade socioambiental, como critério de compra de um produto, criando mecanismos de pressão às empresas para adoção destas mesmas práticas. - Criação de uma malha de fiscalização e controle de resíduos sólidos na geração, transporte e destino final, possibilitando o desenvolvimento de um inventário capaz de mapear os resíduos sólidos e nortear a gestão do Plano e políticas capazes de atender as realidades distintas de cada município, Estado e região. - Estabelecimento de selo de produto sustentável, que premie o produto ecoeficiente e produzido com responsabilidade socioambiental 	
<p>As informações disponíveis sobre o polo constataam a baixa capacidade institucional dos municípios, aliado à ausência de canais de participação da sociedade civil como característica da gestão publica da região. O quadro efetivo dos órgãos da administração municipal apresenta-se deficitário, tanto em termos de número, como de qualificação técnica, situação agravada pela ausência de investimentos em equipamentos apropriados para acompanhamento da implantação das políticas públicas.</p> <p>E preciso fortalecer a gestão regional, com a integração de municípios, estabelecendo canais para troca de experiências, integração e complementação de estratégias e ações. Por meio dessa integração, os atrativos podem se complementar e constituir um roteiro, onde as diferenças entre eles podem e precisam ser valorizadas. Nesse sentido, os programas de capacitação devem contemplar treinamentos,</p>	<p>O fortalecimento institucional da gestão integrada do turismo e meio ambiente municipal, garantindo a participação da sociedade civil nos colegiados, como instância de governança local, deve agregar, além das ações previstas no PDTIS, outras tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação e instalação ou revitalização dos conselhos municipais de turismo e de meio ambiente, priorizando a instalação de colegiados municipais intersetoriais, que permitam o tratamento integrado das estratégias de sustentabilidade do desenvolvimento local e regional - Implantação do sistema integrado de gestão do turismo, abrangendo os órgãos gestores do turismo municipal e estadual com os demais órgãos afins, especialmente os responsáveis pela execução das políticas de meio ambiente e urbanística; - Assegurar a participação dos Conselhos na elaboração das políticas, definindo os mecanismos de participação; - Inclusão, no Plano Plurianual (PPA) e orçamento (municipal e estadual) anual, de programas voltados para gestão integrada na promoção turismo sustentável; 	<p>Estados, Municípios e segmentos sociais.</p>

<p>preferencialmente, regionais, para permitir a integração entre as gestões municipais no mesmo polo. O treinamento local deve ser direcionado apenas para questões específicas daquele município</p> <p>É importante a criação de mecanismos de ação conjunta e integrada dos órgãos competentes, para agilizar os processos e gerenciar os conflitos de interesse, harmonizando mais a gestão pública. Além disso, é preciso estabelecer um sistema de gestão ambiental para o polo, permitindo que sejam definidas em conjunto as ações de gestão, sejam capacitados os executores destas ações para sua efetivação e sejam estabelecidos mecanismos de acompanhamento da execução e eficácia destas ações</p> <p>Os inventários turísticos municipais, as pesquisas de demanda e de fluxo turístico devem preceder os planos municipais de turismo, ou estarem inseridos em seu processo de construção, pois constituem base de informações essenciais para os mesmos, no sentido de apoiar o dimensionamento da capacidade de suporte ambiental das localidades, permitindo que o Plano preveja mecanismos controle de fluxo, para que a própria atividade turística não inviabilize o atrativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer planos de carreira que permitam a realização de concursos públicos para preenchimento permanente dos quadros de pessoal; - Adotar os consórcios intermunicipais no programas de capacitação, facilitando o acesso e integração dos técnicos, com melhor aproveitamento do conteúdo ministrado. - Inclusão dos membros dos conselhos gestores no programa de capacitação; - Definir instrumentos e mecanismos de captação de recursos, a serem aplicados em medidas de conservação e preservação dos atributos naturais, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos atrativos naturais e socioculturais potenciais para o turismo. - Realizar inventários turísticos municipais e pesquisas de demanda e fluxo turístico, de caráter sistemático e contínuo, para subsidiar as políticas do setor; - Estabelecer programas de ação conjunta entre os diversos órgãos setoriais envolvidos na gestão municipal, permitindo melhor eficiência e agilidade na atuação fiscalizadora; 	
--	---	--

Estratégia 2. Estímulo à elaboração e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão territorial e ambiental, para fortalecimento das atividades turísticas no Polo Costa das Dunas.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>O Planejamento turístico, tanto local quanto regional (do polo) e estadual é uma ferramenta essencial para o crescimento ordenado da atividade, prevendo e provendo os meios e ferramentas de gestão. De forma geral, os instrumentos legais de apoio à gestão são importantes para subsidiar e orientar o trabalho das gestões municipais, mas sua efetividade é diretamente proporcional à instalação de capacidade para sua utilização eficiente. É preciso avaliar se o município comporta um plano diretor ou se não vai ser apenas mais um documento engavetado. O município precisa ter certa estrutura para comportar a implementação de um plano diretor. Além disso, muitas vezes o plano diretor é elaborado sem considerar o potencial turístico da localidade, promovendo, muitas vezes, ocupações que inviabilizam os atrativos existentes. O projeto Orla constitui importante alternativa de ordenamento da orla costeira sob parâmetros de sustentabilidade, como uma alternativa de gestão mais focada e localizada do problema, assim como as legislações complementares.</p> <p>O monitoramento é também uma ferramenta do planejamento, que permite aferir resultados e corrigir rumos, a partir de informações atualizadas e sistematizadas. Sua implementação, bem como a do planejamento exige capacitação e recursos</p>	<p>Elaboração de Planos Diretores que atendam as exigências do Estatuto da Cidade e Resoluções do Conselho das Cidades, em especial, a delimitação das áreas a serem especialmente protegidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redefinir os objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios, integrando a política de turismo às demais políticas setoriais locais, em especial a política ambiental; - Definição e delimitação dos espaços nos quais possam se desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda, a partir do zoneamento do território do município e observados os critérios e parâmetros ambientais; - Os programas de governo de fomento à melhoria dos equipamentos de hospedagem devem estar fortemente baseados no planejamento a curto, médio e longo prazo da atividade, para que não se estimule o crescimento além da capacidade de retorno econômico e suporte socioambiental - Estabelecer o zoneamento do município considerando a cobertura e condições de atendimento da infraestrutura instalada, definindo instrumentos de aproveitamento de cada zona; - Priorizar nos Códigos de Obras a definição de critérios que assegurem a gestão ambiental das obras (para o meio ambiente e o trabalhador) e condições de acessibilidade de portadores de necessidades especiais; - Previsão, no Código de Meio Ambiente, de estratégia para a compatibilização das diretrizes nacionais de gestão, compartilhadas pelo Estado com os municípios, em especial, no que se refere às competências e assegurando a participação social, por meio do estímulo à criação dos colegiados; - Inclusão, no Código de Meio Ambiente, da previsão de instrumentos fiscais e de compensação ambiental pelo uso dos atributos naturais, tanto para os investidores como visitantes, gerando recursos para aplicação na manutenção e recuperação ambiental; 	<p>Estados, Municípios e iniciativa privada e sociedade civil organizada.</p>

de instituições e técnicos.	<ul style="list-style-type: none">- Aparentamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos) como garantia da gestão ambiental plena para implantação da Política Municipal de Meio Ambiente;- Estabelecer mecanismos de monitoramento dos resultados da aplicação dos instrumentos legais desenvolvidos, capacitando os gestores e conselheiros municipais como agentes responsáveis pelo processo.- Definir parcerias com outros órgãos da administração pública municipal, em especial os de meio ambiente, visando a gestão integrada das políticas de meio ambiente e turismo;	
-----------------------------	---	--

Estratégia 3. Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A deficiência de sistemas de informações permanentemente atualizados por estudos e dados permeia a maior parte dos órgãos da administração pública estadual e municipal, que garantam a base de dados necessária ao processo de monitoramento, permitindo o acompanhamento sistemático das alterações decorrentes implantação da atividade turística, nos aspectos econômicos e socioambientais.</p> <p>Este sistema deve ser descentralizado nos municípios, mas articulado com a gerência regional do polo ou órgão executor estadual. Ambas as instâncias devem ser responsáveis pela elaboração e atualização das informações do sistema. O órgão estadual deve se responsabilizar pelas ações de interesse de todo o polo e trabalhar pela integração das informações deste polo às dos demais polos do Estado</p> <p>O sistema de informações deve ser alimentado por estudos periódicos que tratem de: diagnóstico e projetos de novos produtos turísticos; inventários turísticos municipais, envolvendo inclusive o patrimônio histórico e ambiental; estudos de impacto econômico e socioambiental; pesquisas de demanda e fluxo turístico. Um sistema de informações permanentemente atualizado por estudos e dados é a ferramenta adequada para o planejamento e monitoramento da atividade, permitindo sua gestão para a sustentabilidade e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar, de forma integrada, os desafios que se apresentam com o tempo.</p> <p>Este sistema deve conter e apoiar um programa de monitoramento da gestão ambiental da atividade turística desenvolvida no polo, tanto na ocasião de sua implantação quanto de sua manutenção. Para tanto, deve garantir a base de dados necessária para o início de um processo de monitoramento permanente, que além de aferir</p>	<p>Os órgãos executores das políticas públicas devem prover a base de informações necessárias à qualificação da tomada de decisões. Neste sentido, o PRODETUR disponibilizará recursos para elaboração, estruturação e implantação de rede de gestão local de informações turísticas, que deverá observar, além do previsto nas ações formuladas no âmbito do PDITS, o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração do Banco de Dados entre o setor público e setor privado, favorecendo a atualização das informações a serem disponibilizadas; - Disponibilizar os recursos materiais (estrutura física, equipamentos) e condições adequadas de trabalho para o atendimento aos usuários dos serviços prestados; - O projeto da rede deverá prever a seleção de dados e informações, estimular a pesquisas e a definição de metodologias para coleta de dados e informações, possibilitando comparar os dados quantitativos e qualitativos relacionados à oferta e demanda da atividade; - Estimular a formalização de termo de cooperação técnica com instituições de pesquisa, tornando possível a identificação das variáveis e projeções que direcionem as alternativas gerenciais e a tomada de decisões; - Estabelecer mecanismos de monitoramento dos resultados da aplicação dos instrumentos legais desenvolvidos, capacitando os gestores e conselheiros municipais como agentes responsáveis pelo processo. - Ampliação do projeto da rede, integrando a outros sistemas de informação, em especial, com o sistema de informações 	<p>Estados, Municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada.</p>

<p>as alterações decorrentes da atividade, nos aspectos econômicos e socioambientais, garanta também a atualização das informações contidas nesse banco de dados.</p> <p>Para a qualificação das decisões implementadas no âmbito dos órgãos de gestão e dos colegiados, esse sistema de informações torna-se essencial. É importante também para orientar o esforço de construção de conhecimento em direção ao preenchimento das lacunas de informação existentes, cuja identificação é bastante facilitada quando há uma sistematização do conhecimento existente.</p>	<p>ambientais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integrar as informações fornecidas pelos órgãos públicos e pelos operadores turísticos, vinculando-os à rede de informações turísticas locais. 	
---	---	--

Estratégia 4. Promoção de ações educativas voltadas para as comunidades locais objetivando a mitigação dos efeitos nocivos da atividade turística.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>Para mitigação dos efeitos nocivos da atividade turística, há necessidade do envolvimento permanente da população sensibilizada sobre os diversos aspectos da atividade turística (econômicos, culturais e socioambientais), que contemple também as questões da exploração sexual, prostituição e consumo de drogas. É preciso apoiar a construção de uma visão mais ampliada do problema e a identificação das vantagens competitivas de um polo turístico estruturado e sustentável.</p> <p>A participação da sociedade e do empresariado na atividade turística é diretamente proporcional às oportunidades criadas e ao nível de sensibilização de cada um desses segmentos. Durante a elaboração do diagnóstico para a AAE, constata-se a pouca participação social nas iniciativas de desenvolvimento do turismo na região do polo e insuficiência na formulação de parcerias no combate aos efeitos danosos (exploração sexual, prostituição e tráfico de drogas) do turismo não planejado.</p> <p>A ausência de um programa específico no âmbito do PRODETUR para tratar das atividades associadas ao turismo leva à ausência de mecanismos que garantam a maior inserção possível dos segmentos sociais locais, com atividades que fazem parte diretamente da própria atividade turística ou integradas a estas.</p> <p>Quanto mais atividades são valorizadas associadas aos roteiros turísticos, mais possibilidades de sustentabilidade. É preciso garantir a associação do esforço de outros setores que tratam do mesmo assunto.</p>	<p>A participação da sociedade civil no desenvolvimento da atividade turística deverá ser garantida a partir de compromissos de promover, juntamente com o Poder Público, ações educativas visando mitigar os efeitos contrários ao desenvolvimento do turismo sustentável. Recomenda-se complementar as ações previstas, agregando as seguintes medidas identificadas na avaliação da AAE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implantar um programa amplo de prevenção de atividades nocivas e de educação ambiental, integrando o material promocional da atividade turística para utilização nos serviços dos receptivos; - Incluir no material promocional os aspectos relacionados com as exigências legais e condições de uso dos recursos naturais para fins turísticos; - Estabelecer programa de educação ambiental voltado para orientação ao turista, com especial atenção as formas de conduta e posturas ambientais nos destinos turísticos; - Vincular a promoção dos eventos às atividades desenvolvidas nos postos de atendimento ao turista. - Promover campanha permanente de mobilização da população envolvida com a atividade turística, que apóie a construção de uma visão mais ampliada do problema e a identificação das vantagens competitivas de um polo turístico estruturado e sustentável e permita a participação efetiva e qualificada nos processos de tomada de decisões. - Promover programa permanente de fortalecimento, capacitação e inserção da mão de obra local na atividade turística, tanto diretamente quanto na produção associada. 	<p>Estados, Municípios e iniciativa privada.</p>

Componente: Infraestrutura e Serviços Básicos

Estratégia 1. Incremento e recuperação da infraestrutura básica e específica do turismo para o Polo Costa das Dunas, como forma de contribuir para maior qualidade do produto turístico e a qualidade de vida das comunidades locais.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>No Polo Costa das Dunas, no que pesem os investimentos realizados na primeira fase do PRODETUR, as condições na prestação dos serviços e infraestrutura ainda apresentam deficiências para atendimento da população local, podendo se agravar com o incremento da atividade turística, em razão do aumento do fluxo de pessoas, com risco de comprometimento do meio ambiente e da qualidade dos produtos ofertados. Os estudos elaborados apontam para deficiência da infraestrutura e serviços básicos, sendo necessária uma forte articulação entre os setores do governo nos diversos níveis municipal, estadual e federal, e destes com os representantes do setor privado, num esforço conjunto para atendimento às condições básicas para tornar o polo em condições receptivas e ambientalmente adequadas. No entanto, é fundamental que se observem todos os cuidados do ponto de vista socioambiental no processo de elaboração de projetos, execução e manutenção das obras, para que estas não constituam fator de agravamento de problemas.</p> <p>Os esforços direcionados para a construção de acessos em pontos críticos são essenciais para a melhoria da circulação dos usuários dos atrativos</p>	<p>Para o incremento á atividade turística num polo já consolidado, como o Costa das Dunas, faz-se necessário um programa de investimentos na infraestrutura e serviços básicos, especialmente na complementação do acesso aos destinos, do saneamento ambiental (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e drenagem), nos serviços de comunicação e segurança pública. As ações propostas no PDTIS deverão contribuir para melhoria das condições básicas da infraestrutura, sendo necessário uma efetiva articulação entre os diversos setores do governo, em parceria com o setor privado, para o fortalecimento das condições receptiva do polo. Complementando as ações já propostas, recomenda-se a adoção das seguintes medidas visando o desenvolvimento sustentável da atividade turística na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos prévios detalhados das alternativas de traçados, conforme exigência das normas ambientais pertinentes, com avaliação da viabilidade econômica e especial atenção nas modificações sobre o meio natural, nas condições socioeconômicas e culturais da região afetada; - Apresentação em audiências públicas, das alternativas de traçado e soluções técnicas estudadas para adaptação às condições paisagísticas locais, que apresentem melhores condições para evitar e ou minimizar os impactos sobre os recursos naturais, históricos, sobre a população afetada e o uso da terra nas diversas fases da obra (planejamento, construção, operação e manutenção), incluindo medidas de controle para a gestão ambiental, evitando intervenções e degradação em áreas ambientalmente frágeis e da própria atividade turística. - Previsão de investimentos para manter em boas condições a sinalização, acostamentos, defensas, etc. - Priorizar a utilização de consórcio intermunicipal como alternativa de gestão dos serviços, levando em consideração as condições ambientais do polo; 	<p>Estados, Municípios, iniciativa privada e segmentos sociais.</p>

<p>turísticos do polo e seus moradores. No entanto, para superar as intervenções pontuais e realizar um trabalho sistemático sobre este tema, é fundamental desenvolver estudo para identificação do conjunto de áreas críticas de tráfego no Polo Costa das Dunas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo à participação da população local, com estabelecimento de canal de diálogo que permita a definição conjunta de critérios para as situações de alteração do uso da terra e necessidade de exclusão de atividades instaladas na área afetada pelo projeto, submetendo também as alternativas de traçados à apreciação dos diversos segmentos envolvidos, contribuindo no processo de tomada de decisão e na definição do projeto mais adequado. - Elaboração de estudos que identifiquem os pontos de erosão e de vulnerabilidade nos períodos chuvosos, apontando medidas de adequação e controle; - Desenvolver estudo para identificação do conjunto de áreas críticas de tráfego no Polo Costa das Dunas - Implementação de um programa de gestão ambiental, especialmente voltado para as obras de infraestrutura, articulando os órgãos competentes e empresas contratadas, de forma que se considere, desde o processo de licitação, a garantia de realização de estudos técnicos que incluam medidas que garantam a mitigação dos impactos ambientais negativos durante a execução e após sua realização, no processo de manutenção. <p>Apesar da situação identificada, o Programa não prevê investimentos em serviços e infraestrutura, fundamentais para melhoria das condições de atendimentos à população local e visitantes, sendo necessário recomendar metas que poderão ser executadas com recursos dos governos estaduais e municipais e em parcerias com o setor privado, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considerar, nas obras e ações realizadas pelo PRODETUR II e outras, o cumprimento da legislação referente à necessidade de provimento de facilidades de circulação de portadores de necessidades especiais, articulando a busca de recursos adicionais em programas específicos para este fim; - Inclusão nos estudos para elaboração dos projetos de saneamento básico a avaliação do uso atual do solo, no caso dos mananciais superficiais, considerando a bacia hidrográfica e, quando a alternativa for a utilização de águas subterrâneas, definir a região de carga e descarga do aquífero, visando a sustentabilidade do manancial e, conseqüentemente, do sistema. Para o esgotamento sanitário, avaliar, na fase de projeto, a utilização de tecnologias de menor impacto, a adequada localização, processo e lançamento de efluentes, sempre acompanhados de rigoroso sistema de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental. - Associar os esforços e recursos no setor de saneamento e setor elétrico, 	
---	---	--

	<p>possibilitando a realização de estudos de viabilidade e adoção de sistemas e tecnologias alternativas de abastecimento de água e provisão de energia elétrica nos pequenos municípios;</p> <ul style="list-style-type: none">- Orientar os municípios a incluir em um plano de revitalização das áreas centrais, a restauração do patrimônio histórico-cultural, a mobilidade e acessibilidade urbana, por meio da aplicação dos instrumentos previstos nos Planos Diretores Municipais e no Estatuto das Cidades;- Estudar alternativas para iluminação dos monumentos existentes nas áreas centrais das cidades, lembrando que é fundamental trabalhar com lâmpadas econômicas e sensores de claridade;- Implantar programas municipais de monitoramento de efluentes de esgotos em redes de drenagem pluvial;- Aproveitamento dos terminais rodoviários municipais para monitoramento do fluxo de visitantes e da dinâmica da atividade turística, para subsidiar o estabelecimento da capacidade de carga local e provisão de medidas de gestão adequadas;- Investir em segurança pública, a partir do fortalecimento de efetivo policial, incluindo um programa de capacitação para o bom relacionamento com a população residente e turista, bem como para que se tornem agentes de conscientização sobre as questões ambientais e culturais que caracterizam o polo objeto de seu trabalho.	
--	---	--

Componente: Gestão Ambiental

Estratégia 1. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa das Dunas visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>Para atender a este componente e esta estratégia associada, além de um programa de sensibilização, é preciso um programa de gestão ambiental, onde o órgão executor do PRODETUR possa mobilizar e articular os demais atores do Programa, públicos e privados, estabelecendo procedimentos de atuação de acordo com as regras estabelecidas no contrato firmado com o BID, capacitando as instituições e atores para atender a estes procedimentos e estabelecendo rotinas e indicadores de acompanhamento das ações, tanto em sua época de implementação quanto de manutenção. Os programas de sensibilização devem estar associados, evitando inúmeras intervenções pulverizadas nos municípios.</p> <p>A gestão ambiental para o turismo compreende um conjunto de princípios, diretrizes e procedimentos normativos que assegurem a defesa dos recursos naturais. Desse modo, requer o envolvimento do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. No Polo Costa das Dunas, o fortalecimento da gestão ambiental deve envolver diversos aspectos diretamente relacionados com a atividade turística, como o ordenamento de caráter regional, o controle e a mitigação dos impactos e a definição de instrumentos de gestão ambiental que assegure a proteção de áreas de fragilidade e de relevante interesse ambientais, atrativos potenciais para o turismo.</p> <p>A unidade de conservação do Morro do Careca ainda não existe, devendo ser criada, instituído seu conselho gestor para, então, ser elaborado e implementado seu plano de manejo. A criação depende de projeto de lei da assembleia estadual, na qual o executivo do estado não tem total governabilidade, podendo realizar apenas um</p>	<p>O fortalecimento da gestão ambiental no Polo Costa das Dunas requer medidas complementares e que envolvam parcerias, criando condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo e das atividades associadas, de forma articulada. Destacam-se, entre elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Elaboração de estudos para identificação de áreas críticas, em especial as sujeitas a erosão costeira, propondo soluções para contenção do processo; - Instrumentalização dos órgãos de gestão para o exercício integrado de planejamento e monitoramento sócio-ambiental dos municípios do polo; - Articulação das políticas setoriais (turismo e meio ambiente) para implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Litoral Oriental, em conformidade com a Lei nº 6.950, de 20 de agosto de 1996. - Estabelecer articulação entre os diversos órgãos competentes no processo de gestão de unidades de conservação para concluir o levantamento das áreas frágeis e potenciais do estado, agilizar o processo de criação das áreas já identificadas e implementar as áreas já criadas, estabelecendo, no mínimo, o conselho gestor e plano de manejo; - Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação já criadas, por meio de implantação de programa de 	<p>Estados, Municípios, iniciativa privada e segmentos sociais.</p>

<p>trabalho político de sensibilização dos parlamentares.</p> <p>É fundamental que sejam implementadas plenamente as unidades de conservação já criadas, com instalação do conselho gestor, seguido de elaboração e implementação dos planos de manejo. Apesar da importância de serem criadas, só se efetivam realmente após sua plena implementação. Além disso, deve ser trabalhada a gestão da paisagem, garantindo a permanência das zonas de amortecimento e corredores ecológicos, permitindo o livre trânsito de fauna e da reprodução da vegetação nativa a partir do fluxo gênico das espécies. Estudos cuja concepção abrangem todo o polo, como o de identificação das áreas críticas de erosão costeira do Polo Costa das Dunas, que proponha soluções para contenção deste processo, o estudo e Plano de Proteção das Falésias nas áreas de risco do polo, os estudos para a criação de Unidades de Conservação para os complexos de lagoas e campos de dunas nos municípios do polo, são fundamentais para um planejamento mais sistemático da implementação do PRODETUR. Estes estudos devem estar associados às demandas de infraestrutura e adequação ambiental das paisagens, bem como aos demais estudos associados ao desenvolvimento do polo, permitindo estabelecer um cronograma de ações ao longo do tempo, que garanta o progresso da atividade turística com a efetiva sustentabilidade de seus produtos ao longo do tempo.</p> <p>As ações que vem degradando as falésias potiguares estão associadas às demandas de infraestrutura e ocupação irregular. As falésias são atrativos naturais, local privilegiado para se ter acesso visual ao mar e por isso tem sido ocupadas intensamente. Sua fragilidade natural foi considerada pelos legisladores, que estabeleceram uma faixa de proteção não edificante, uma área de preservação permanente. No entanto, o governo estadual e os municípios não têm condições de controlar a ocupação irregular destas faixas. É preciso um trabalho articulado, baseado em informações precisas, técnicas adequadas e monitoramento constante.</p> <p>Faltam ações a respeito da gestão sustentável da carcinocultura e preservação dos manguezais remanescentes no polo</p>	<p>capacitação voltado para os gestores, elaboração e execução de programas de manejo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantar programa permanente de sensibilização envolvendo visitantes, gestores e a população local; - Prever nos Plano de Manejo um modelo de gestão que possibilite a formalização de parceria entre o governo do estado e município, visando fortalecimento da gestão integrada da Unidade; - Definir os programas de visitação nas Unidades de Conservação e adotar medidas para a capacitação e aprimoramento profissional da população e sua inclusão nos programas de formação de guias locais; - Definição e controle do acesso nas UCs, com definição e sinalização das trilhas e áreas de uso público. - Estabelecer programa de gestão ambiental das atividades desenvolvidas no PRODETUR, que permita o gerenciamento das obras e atividades e o acompanhamento dos impactos decorrentes da mesma, durante e após sua execução, possibilitando uma ação articulada de prevenção e mitigação de impactos negativos e potencialização de impactos positivos; - Estabelecer plano de proteção e recuperação dos manguezais, estabelecendo limites e padrões claros para a atividade de carcinocultura e demais atividades que promovem a degradação destes ecossistemas de fundamental importância para manutenção dos recursos marinhos e estabilidade da zona costeira; - Estabelecer bancos de dados permanentemente atualizado, com aporte de informações sobre instituições financiadoras e recursos disponíveis para implantação de tecnologias sociais e alternativas para a sustentabilidade (p.ex. Projeto “De Olho na Água”, financiado pela Petrobras); - Estabelecer estratégia estadual de articulação dos órgãos competentes junto ao programa “Mais Ambiente” e demais linhas de financiamento existentes para 	
---	--	--

<p>Para os projetos de revegetação para recuperação de áreas degradadas, devem ser estudadas as estratégias para implantação de agroflorestas, dado o menor tempo e facilidade para desenvolvimento do sistema florestal, o custo mais reduzido e a capacidade de provisão de serviços ambientais e econômicos destes sistemas (manutenção da água, fauna silvestre, lenha, alimentos, produtos não-madeireiros, etc.). Além disso, deve-se considerar nos programas a possibilidade de manejo sustentável da Caatinga para aproveitamento de produtos madeireiros (lenha principalmente) e não madeireiros</p> <p>As lagoas têm sua dinâmica natural, que pode ser alterada a partir do uso, da qualidade de suas nascentes e do impedimento, se for o caso, da comunicação de seu corpo d'água com o mar, ou com o ecossistema natural que a circunda, impedindo o transito de fauna e assoreando as margens a partir da retirada da vegetação nativa.</p> <p>A legislação garante que as margens de lagoas sejam públicas e estabelece uma faixa de preservação permanente em seu entorno. O ideal é a existência de uma via de circulação que delimite esta faixa de preservação, impedindo que as ocupações avancem sobre a mesma, e ao mesmo tempo, edificada com os cuidados necessários para não impedir os fluxos naturais</p> <p>Os cursos d'água que a abastecem necessitam ser conservados em quantidade e qualidade. É preciso cuidar das lagoas costeiras potiguares, principalmente aquelas mais utilizadas pela atividade turística, como a de Jacumã, em Ceará-Mirim; as do Bonfim, Arituba e Carcará, em Nísia Floresta; as ações que prevêm sua recuperação devem retornar.</p> <p>A prática do turismo sobre os parrachos de corais, principalmente Pirangi e Maracajaú, têm demonstrado que as atuais medidas de controle e fiscalização não têm sido suficientes, com excessiva lotação de barcos de passeio na alta temporada. É preciso investir na conservação destes produtos turísticos, garantindo sua efetiva sustentabilidade.</p>	<p>fortalecer o programa de gestão de bacias hidrográficas do estado, possibilitando a implementação de comitês de bacias, associando a estes os projetos de recuperação de mananciais, de forma que se recupere toda a capacidade hídrica daquela bacia;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer plano de proteção de lagoas costeiras, associando os órgãos competentes na proteção e gestão desses mananciais, garantindo sua conservação e uso múltiplo e sustentável; - Incluir nos estudos de demandas de unidades de conservação áreas marinhas, possibilitando a criação de áreas livres de pesca e de visitação controlada. 	
--	---	--

POLO COSTA BRANCA

Componente: Estratégia de Produto Turístico

Estratégia 1. Fortalecimento do turismo de sol e praia, a partir de um viés mais ecológico e de baixo impacto.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A deterioração dos atrativos (praias) causada, principalmente, pelo processo de uso e ocupação que não leva em consideração fatores como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A fragilidade da dinâmica costeira, - A pequena capacidade de suporte dos aquíferos dunares, - A interrupção do livre acesso às praias. - Instrumentos de ordenamento da orla. <p>Acrescenta-se a esses fatores a falta de atenção na execução das obras e na subsequente manutenção, gerando impactos adicionais que levam ao aumento da deterioração dos atrativos.</p>	<p>Os projetos de urbanização da orla devem conter, no mínimo, os seguintes requisitos de sustentabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Partido urbanístico que respeite e conserve as peculiaridades e dinâmica da paisagem local, livre acesso as praias, a continuidade das atividades tradicionais (pesca, manifestações culturais, esportes, etc.) e obras acompanhadas dos serviços de drenagem e esgotamento sanitário; - Projetos/obras precedidos de licenciamento ambiental e acompanhados de estudos ambientais, incluindo, estudos da dinâmica e erosão costeira que permitam a garantia da durabilidade das obras e não-agravamento dos problemas. - Incluir nos projetos de ordenamento da faixa litorânea o atendimento prévio às recomendações e parâmetros para o uso e ocupação da área, estabelecidos no Decreto nº 5.300/2004 - Projeto Orla; - Estimular os municípios costeiros a elaborar e implementar o Projeto Orla e incorporar suas diretrizes de gestão e ordenamento nos demais instrumentos urbanísticos e ambientais; - Obras administradas segundo protocolo de gestão ambiental determinado pelo órgão estadual executor, a partir dos parâmetros e critérios exigidos pelo BID no contrato de empréstimos, articulando as instituições públicas e empresas contratadas para que: <ul style="list-style-type: none"> - Seja informado o conjunto de cuidados a serem observados no processo de execução das obras; - Seja garantida a capacidade institucional dos executores para efetivar estes cuidados, inserindo-os na rotina dos canteiros de obra; - Sejam feitas articulações institucionais que envolvam o conjunto de executores na gestão ambiental das obras e propiciem a mútua cooperação; - Sejam elaborados e implementados sistemas de acompanhamento destas medidas, para verificar sua efetividade; - Seja garantida a continuidade destes cuidados no processo de manutenção das obras realizadas 	<p>Estados, Municípios e iniciativa privada</p>

Estratégia 2. Fortalecimento do potencial do turismo náutico do Polo Costa Branca, a partir da construção de infraestrutura específica.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>Diversos municípios do polo apresentam disponibilidade hídrica para desenvolvimento de atividades náuticas no turismo como alternativo de diversificação das oportunidades de destinos nos roteiros turístico da região. No entanto, o incremento da atividade deve levar em consideração outras atividades econômicas locais (pesca) evitando conflitos e exclusão das comunidades pesqueira. Para o incremento do potencial náutico, os municípios necessitam de infraestrutura de apoio (pontos de atracação de barcos) e assistência técnica na organização das diversas atividades, por meio de mecanismo de gestão eficiente. No entanto, todos os cuidados devem ser tomados para que este não seja mais um fator de degradação da paisagem.</p>	<p>Para elaboração dos projetos de ancoradouros turísticos deverão ser previamente elaborados estudos ambientais e socioeconômicos que permitam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar (inventário, pesquisa, oficinas temáticas nos municípios) a demanda pelos serviços, definindo a finalidade (ancoradouros para pequenas embarcações, terminais de passageiros que possibilitem o acesso náutico aos municípios, destinos turísticos, etc.), evitando a ociosidade dos equipamentos na baixa temporada; - Identificar os locais mais adequados, a partir de estudos de capacidade de suporte; - Instituir uma Câmara Técnica, no âmbito regional, vinculado ao CONETUR, constituído dos diversos segmentos envolvidos (Estado, municípios, pescadores, empresários, agências de turismo, a Capitania dos Portos e IBAMA) para definição de critérios e parâmetros para elaboração dos projetos. 	<p>Estados, Municípios, segmentos sociais, Capitania dos Portos e os Conselhos</p>

Estratégia 3. Recuperação e valorização do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa Branca.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A região do Polo Costa Branca ainda é pouco estudada nos aspectos relacionados ao reconhecimento do acervo histórico-cultural e dos atributos naturais que assegure sua utilização para fins turísticos. Neste sentido, qualquer ação de intervenção no acervo necessita de maior aprofundamento do conhecimento dos exemplares identificados nos municípios, garantindo seu aproveitamento pela atividade turística, a exemplo do Lajedo Soledade e das obras arquitetônicas localizadas nos municípios do polo.</p>	<p>A elaboração e execução de projetos de recuperação e valorização do patrimônio histórico-cultural para região do Polo Costa Branca deverão ser precedidas da aplicação das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar o inventário e diagnóstico específico sobre o patrimônio histórico-cultural e natural, em parceria com Fundação José Augusto e o órgão de estadual de Meio Ambiente; - Instituir Unidade de Conservação no Lajedo Soledade, na forma prevista pelo Sistema Nacional/Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, com previsão da harmonização das características ambientais da Unidade ao interesse turístico; - Incluir, nos projetos de restauração do patrimônio histórico-cultural e estruturação da visitação do Lajedo Soledade, programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas atividades de visitação pública, com especial atenção ao treinamento sobre as formas de conduta na UC, na formação de guias locais; - Incluir programa de educação ambiental no projeto de visitação do Lajedo Soledade, voltado para orientação aos turistas e visitantes, destacando as formas e posturas ambientais que devem ser mantidas na área e entorno; - Incluir previsão orçamentária e financeira no Plano Plurianual e nos orçamentos municipal e estadual, voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias na gestão do patrimônio histórico-cultural e natural; - Elaborar roteiros integrados de turismo pedagógico, contemplando a inserção de atividades econômicas regionais tradicionais (pesca, salinas, etc.) 	<p>Estados e Municípios</p>

Estratégia 4. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A capacitação e qualificação profissional do turismo ainda é um das principais problemas do setor de turismo no Rio Grande do Norte. A profissionalização e especialização da mão de obra tende a agregar valor aos produtos turísticos oferecidos, contribuindo para o melhor desempenho do turismo. Na maioria dos municípios do polo, esta deficiência se agrava pelo baixo nível de escolaridade identificada na região.</p>	<p>Para a melhoria da qualificação e capacitação profissional local, devem ser adotadas medidas que contribuam para o desempenho gerencial e a inserção destes segmentos no mercado de trabalho, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o programa de capacitação profissional do turismo para atendimento dos segmentos envolvidos na produção associada à atividade turística, permitindo maior sustentabilidade a estas atividades e, em consequência, ao turismo; - Implantar programas de capacitação para guias locais, incluindo a dimensão ambiental e patrimônio histórico-cultural que caracterizam os municípios do polo. 	<p>Estados, Municípios, segmentos sociais</p>

Estratégia 5. Qualificação dos produtos e destinos do Polo Costa Branca, a partir da ampliação da sinalização turística e estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A deficiência de informações, incluindo a sinalização e a falta de equipamento receptivo de atendimento ao turista é uma característica do polo Costa Branca. Esta deficiência de informações traz prejuízo ao desenvolvimento da atividade e desqualifica os atrativos e produtos, não contribuindo para a valorização dos destinos.</p> <p>A transformação da região do litoral norte do Estado em polo turístico passa, necessariamente, pela aplicação de recursos em ações estruturantes de divulgação e informação sobre o produto.</p>	<p>Destaca-se que, para qualificação de qualquer produto e destino turístico, a sinalização dos roteiros e instalação de equipamentos de atendimento faz parte das medidas que precisam ser implementadas. Portanto, pelas características dos atrativos identificados na região, acrescenta-se ao previsto no programa do PRODETUR, as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associar os equipamentos de atendimento ao turista às casas de cultura e salas verdes, permitindo a integração da informação turística, cultural e ambiental; - Direcionar o projeto de sinalização dos destinos turísticos à educação ambiental para utilização adequada do patrimônio natural e construído, potenciais produtos do turismo no polo; - Elaborar um programa de educação ambiental, em parceria com a iniciativa privada, que inclua as informações socioambientais nas diversas peças e elementos de divulgação, promoção e valorização dos destinos, para utilização em todo <i>trade</i> turístico. 	<p>Estados, Municípios e iniciativa privada.</p>

Componente: Estratégia de Comercialização

Estratégia 1: Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa Branca, a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e *marketing*, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>As condições de comercialização dos produtos e destinos turísticos no polo necessitam de planejamento que possibilite a análise prévia da demanda e dos diferentes públicos-alvo, definindo as melhores possibilidades e formas de divulgação. A internet oportuniza que o destino ou produto turístico esteja acessível virtualmente a qualquer hora, em qualquer lugar do mundo, disponibilizando ao cliente potencial uma gama de informações sobre o destino, principais atrativos turísticos, devendo agregar as condições adequada de utilização de listas com meios de hospedagem, bares e restaurantes, autolocadoras, agências de viagens, dicas de passeio, opções noturnas – enfim, um canal de comercialização direto entre o destino e o cliente- turista</p>	<p>O programa PRODETUR favorece a comercialização e a comunicação nas ações dos PDITS através de investimentos na elaboração de um Plano de <i>Marketing</i> e no desenvolvimento de um sistema <i>online</i> para comercialização e divulgação do turismo no polo. No entanto, algumas recomendações de caráter geral e baseada na identificação dos impactos devem ser elencadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incluir no Plano de <i>Marketing</i> instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais; - Instituir programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar-se ao turismo, contribuindo para a renda familiar; - Subsidiar os Planos de <i>Marketing</i> com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda; - Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano; - Definição de indicadores de acompanhamento dos destinos e atrativos de maior fluxo de turista, como subsídio ao planejamento anual da atividade e definição de prioridades e orientações estratégicas para atualização do Plano de <i>Marketing</i>; - Previsão de criação de programas (no âmbito do Plano de <i>Marketing</i>), de pesquisa de mercado contínua nacional, internacional e nos núcleos emissores, de eventos, incluindo feiras, rodadas de negócios, promoção de <i>famtour</i> técnico e de divulgação dos principais destinos do polo e de divulgação, por meio da formulação e produção de material promocional e informativo; - Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários à manutenção do sistema de informações. 	<p>Estados, Municípios e a iniciativa privada</p>

Componente: Fortalecimento Institucional

Estratégia 1. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa Branca, por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos municipais.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>As informações disponíveis sobre o polo constata a baixa capacidade institucional dos municípios, aliado à ausência de canais de participação da sociedade civil como característica da gestão pública da região. O quadro efetivo dos órgãos da administração municipal apresenta-se deficitário, tanto em termos de número, como de qualificação técnica, situação agravada pela ausência de investimentos em equipamentos apropriados para acompanhamento da implantação das políticas públicas.</p>	<p>O fortalecimento institucional da gestão integrada do turismo e meio ambiente garantindo a participação da sociedade civil nos colegiados, como instância de governança local, deve agregar, além das ações previstas no PDTIS, outras tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação e instalação ou revitalização dos conselhos municipais de turismo e de meio ambiente; - Implantação do sistema integrado de gestão do turismo, abrangendo os órgãos gestores do turismo municipal e estadual com os demais órgãos afins, especialmente os responsáveis pela execução das políticas de meio ambiente e urbanística; - Assegurar a participação dos Conselhos na elaboração das políticas, definindo os mecanismos de participação; - Inclusão, no Plano Plurianual (PPA) e orçamento (municipal e estadual) anual, de programas voltados para gestão integrada na promoção turismo sustentável; - Adotar os consórcios intermunicipais no programas de capacitação, facilitando o acesso e integração dos técnicos, com melhor aproveitamento do conteúdo ministrado. - Inclusão dos membros dos conselhos gestores no programa de capacitação; - Definir instrumentos e mecanismos de captação de recursos, a serem aplicados em medidas de conservação e preservação dos atributos naturais, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos atrativos naturais e socioculturais potenciais para o turismo. 	<p>Estados, Municípios e segmentos sociais.</p>

Estratégia 2. Estímulo à criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e turística no polo, com vistas a implementar um turismo planejado de base sustentável, especialmente para municípios litorâneos.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>Com a institucionalização do Estatuto da Cidade, para os municípios pertencentes aos polos turísticos é exigida a criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana, como instrumentos básicos da política urbana. O diagnóstico elaborado para a AAE identifica a inexistência ou não cumprimento da legislação urbanística e ambiental por parte dos municípios, dificultando a gestão do processo de urbanização decorrente do incremento das atividades econômicas.</p>	<p>O planejamento local é uma ferramenta essencial para o crescimento ordenado da atividade turística, prevendo e promovendo os meios e ferramentas de gestão. O programa disponibilizará, no âmbito dos PDTIS, recursos para elaboração dos instrumentos básicos de gestão urbana e ambiental dos municípios do polo, devendo serem observadas as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Planos Diretores que atendam as exigências do Estatuto da Cidade e Resoluções do Conselho das Cidades, em especial, a delimitação das áreas a serem especialmente protegidas; - Redefinir os objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios, integrando a política de turismo às demais políticas setoriais locais, em especial a política ambiental; - Definição e delimitação dos espaços nos quais possam se desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda, a partir do zoneamento do território do município e observados os critérios e parâmetros ambientais; - Estabelecer o zoneamento do município considerando a cobertura e condições de atendimento da infraestrutura instalada, definindo instrumentos de aproveitamento de cada zona; - Priorizar nos Códigos de Obras a definição de critérios que assegurem a gestão ambiental das obras (para o meio ambiente e o trabalhador) e condições de acessibilidade de portadores de necessidades especiais; - Previsão, no Código de Meio Ambiente, de estratégia para a compatibilização das diretrizes nacionais de gestão, compartilhadas pelo Estado com os municípios, em especial, no que se refere às competências e assegurando a participação social, por meio do estímulo à criação dos colegiados; - Inclusão, no Código de Meio Ambiente, da previsão de instrumentos fiscais e de compensação ambiental pelo uso dos atributos naturais, tanto para os investidores como visitantes, gerando recursos para aplicação na manutenção e recuperação ambiental; - Aparelhamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos) como garantia da gestão ambiental plena para implantação da Política Municipal de Meio Ambiente; - Definir parcerias com outros órgãos da administração pública municipal, em especial os de meio ambiente, visando a gestão integrada das políticas de meio ambiente e turismo; 	<p>Estados, Municípios e iniciativa privada e sociedade civil organizada.</p>

Estratégia 3. Elaboração, estruturação e implantação de projeto de rede e gestão local de informações turísticas, bem como do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A deficiência de sistemas de informações permanentemente atualizados por estudos e dados permeia a maior parte dos órgãos da administração pública estadual e municipal, que garantam a base de dados necessária ao processo de monitoramento, permitindo o acompanhamento sistemático das alterações decorrentes implantação da atividade turística, nos aspectos econômicos e socioambientais.</p>	<p>Os órgãos executores das políticas públicas devem prover a base de informações necessárias à qualificação da tomada de decisões. Neste sentido, o PRODETUR disponibilizará recursos para elaboração, estruturação e implantação de rede de gestão local de informações turísticas, que deverá observar, além do previsto nas ações formuladas no âmbito do PDITS, o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração do Banco de Dados entre o setor público e setor privado, favorecendo a atualização das informações a serem disponibilizadas; - Disponibilizar os recursos materiais (estrutura física, equipamentos) e condições adequadas de trabalho para o atendimento aos usuários dos serviços prestados; - O projeto da rede deverá prever a seleção de dados e informações, estimular a pesquisas e a definição de metodologias para coleta de dados e informações, possibilitando comparar os dados quantitativos e qualitativos relacionados à oferta e demanda da atividade; - Estimular a formalização de termo de cooperação técnica com instituições de pesquisa, tornando possível a identificação das variáveis e projeções que direcionem as alternativas gerenciais e a tomada de decisões; - Ampliação do projeto da rede, integrando a outros sistemas de informação, em especial, com o sistema de informações ambientais; - Integrar as informações fornecidas pelos órgãos públicos e pelos operadores turísticos, vinculando-os à rede de informações turísticas locais. 	<p>Estados, Municípios e iniciativa privada.</p>

Estratégia 04. Promoção de ações educativas voltadas para as comunidades locais, objetivando a mitigação dos efeitos nocivos da atividade turística.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A participação da sociedade e do empresariado na atividade turística é diretamente proporcional às oportunidades criadas e ao nível de sensibilização de cada um desses segmentos. Durante a elaboração do diagnóstico para a AAE, constata-se a pouca participação social nas iniciativas de desenvolvimento do turismo na região do polo e insuficiência na formulação de parcerias no combate aos efeitos danosos (exploração sexual, prostituição e tráfico de drogas) do turismo não planejado.</p>	<p>A participação da sociedade civil no desenvolvimento da atividade turística deverá ser garantida a partir de compromissos de promover, juntamente com o Poder Público, ações educativas visando mitigar os efeitos contrários ao desenvolvimento do turismo sustentável. Recomenda-se complementar as ações previstas, agregando as seguintes medidas identificadas na avaliação da AAE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implantar um programa de educação ambiental, integrando o material promocional da atividade turística para utilização nos serviços dos receptivos; - Incluir no material promocional os aspectos relacionados com as exigências legais e condições de uso dos recursos naturais para fins turísticos; - Estabelecer programa de educação ambiental voltado para orientação ao turista, com especial atenção as formas de conduta e posturas ambientais nos destinos turísticos; - Vincular a promoção dos eventos às atividades desenvolvidas nos postos de atendimento ao turista. 	<p>Estados, Municípios e iniciativa privada.</p>

Componente: Infraestrutura e Serviços Básicos

Estratégia 1. Melhoria e recuperação da infraestrutura básica e específica do turismo para o Polo Costa Branca, incrementando a qualidade do produto turístico e a qualidade de vida das comunidades.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>No Polo Costa Branca, as condições na prestação dos serviços e infraestrutura apresentam-se deficitárias para atendimento da população local, podendo se agravar com o incremento da atividade turística, em razão do aumento do fluxo de pessoas, com risco de comprometimento do meio ambiente e da qualidade dos produtos ofertados. Os estudos elaborados apontam para deficiência ou mesmo ausência da infraestrutura e serviços básicos, sendo necessária uma forte articulação entre os setores do governo nos diversos níveis municipal, estadual e federal, e destes com os representantes do setor privado, num esforço conjunto para atendimento às condições básicas para tornar o polo em condições receptivas e ambientalmente adequadas.</p>	<p>Para qualquer plano ou programa de incremento á atividade turística, faz-se necessário um programa de investimentos na infraestrutura e serviços básicos, especialmente no acesso aos destinos, saneamento ambiental (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e drenagem), serviços de comunicação e segurança pública. As ações propostas no PDTIS deverão contribuir para melhoria das condições básicas da infraestrutura, sendo necessário uma efetiva articulação entre os diversos setores do governo, em parceria com o setor privado, para o fortalecimento das condições receptiva do polo. Complementando as ações já propostas, recomenda-se a adoção das seguintes medidas visando o desenvolvimento sustentável da atividade turística na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar estudo para identificação de demandas e viabilidade técnica e econômica para o transporte aéreo como alternativa de acesso aos destinos turísticos; - Priorizar a utilização de consórcio intermunicipal como alternativa de gestão dos serviços, levando em consideração as condições ambientais do polo; - Elaborar Plano de Saneamento para o Polo Costa Branca; - Orientar os municípios a incluir em um plano de revitalização das áreas centrais, a restauração do patrimônio histórico-cultural, a mobilidade e acessibilidade urbana, por meio da aplicação dos instrumentos previstos nos Planos Diretores Municipais e no Estatuto das Cidades; - Elaboração de estudos que identifiquem os pontos de erosão e de vulnerabilidade nos períodos chuvosos, apontando medidas de adequação e controle; - Implementação de um programa de gestão ambiental, especialmente voltado para as obras de infraestrutura, articulando os órgãos competentes e empresas contratadas, de forma que se considere, desde o processo de licitação, a garantia de realização de estudos técnicos que incluam medidas que garantam a mitigação 	<p>Estados, Municípios, iniciativa privada e segmentos sociais.</p>

	<p>dos impactos ambientais negativos durante a execução e após sua realização, no processo de manutenção;</p> <p>Apesar da situação identificada, o Programa não prevê investimentos em serviços e infraestrutura, fundamentais para melhoria das condições de atendimentos à população local e visitantes, sendo necessário recomendar metas que poderão ser executadas com recursos dos governos estaduais e municipais e em parcerias com o setor privado, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">- Considerar, nas obras e ações realizadas pelo PRODETUR II e outras, o cumprimento da legislação referente à necessidade de provimento de facilidades de circulação de portadores de necessidades especiais, articulando a busca de recursos adicionais em programas específicos para este fim;- Associar os esforços e recursos no setor de saneamento, possibilitando a realização de estudos de viabilidade e adoção de sistemas e tecnologias alternativas de abastecimento de água nos pequenos municípios;- Implantar programas municipais de monitoramento de efluentes de esgotos em redes de drenagem pluvial;- Investir em segurança pública, a partir do fortalecimento de efetivo policial, incluindo um programa de capacitação para o bom relacionamento com a população residente e turista, bem como para que se tornem agentes de conscientização sobre as questões ambientais e culturais que caracterizam o polo objeto de seu trabalho.	
--	--	--

Componente: Gestão Ambiental

Estratégia 1. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa Branca, visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL
<p>A gestão ambiental para o turismo compreende um conjunto de princípios, diretrizes e procedimentos normativos que assegurem a defesa dos recursos naturais. Desse modo, requer o envolvimento do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. No polo Costa Branca o fortalecimento da gestão ambiental deve envolver diversos aspectos diretamente relacionados com a atividade turística, como o ordenamento de caráter regional, o controle e a mitigação dos impactos e a definição de instrumentos de gestão ambiental que assegure a proteção de áreas de fragilidade e de relevante interesse ambientais, atrativos potenciais para o turismo.</p>	<p>O fortalecimento da gestão ambiental no Polo Costa Branca requer medidas complementares e que envolvam parcerias, criando condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo e das atividades associadas, de forma articulada. Destacam-se, entre elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Elaboração de estudos para identificação de áreas críticas, em especial as sujeitas a erosão costeira, propondo soluções para contenção do processo; - Instrumentalização dos órgãos de gestão para o exercício integrado de planejamento e monitoramento sócio-ambiental dos municípios do polo; - Articulação das políticas setoriais (turismo e meio ambiente) para implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Litoral Setentrional, em conformidade com a Lei nº 6.950, de 20 de agosto de 1996. - Elaborar estudos para identificação e caracterização de áreas de relevância ambiental para criação de Unidades de Conservação, criação de conselhos gestores e elaboração dos respectivos Zoneamentos e Planos de Manejo; - Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação já criadas, por meio de implantação de programa de capacitação voltado para os gestores, elaboração e execução de programas de manejo; - Instituir as Unidades de Conservação das áreas já identificadas (Dunas do Rosado e Lajedo Soledade); - Implantar programas de sensibilização envolvendo visitantes, gestores e a população local; - Prever nos Plano de Manejo um modelo de gestão que possibilite a formalização de parceria entre o governo do estado e município, visando fortalecimento da gestão integrada da Unidade; - Definir os programas de visitação nas Unidades de Conservação e adotar medidas para a capacitação e aprimoramento profissional da população e sua inclusão nos programas de formação de guias locais; - Definição e controle do acesso nas UCs, com definição e sinalização das trilhas e áreas de uso público. 	<p>Estados, Municípios, iniciativa privada e segmentos sociais.</p>

POLO SERIDÓ

Componente: Estratégia do Produto Turístico

Estratégia 1. Estruturação de sítios arqueológicos como principal produto turístico do Polo Seridó, fortalecendo a vocação da região para o turismo cultural-arqueológico.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>Os sítios arqueológicos no Rio Grande do Norte apresentam painéis com uma variedade de inscrições rupestres em rochas. Através da arte do grafismo, os antepassados da região do Seridó deixaram marcas sobre o seu estilo de vida e sua cultura. São cenas da vida cotidiana dessas populações representadas por figuras grafadas em pedra que contribuem para manter viva a memória de civilizações que ali viveram em uma determinada época histórica. Entretanto, toda essa riqueza arqueológica e etnográfica corre o risco de se perder no tempo devido à falta de estudos e políticas governamentais de conservação ambiental.</p> <p>No levantamento realizado pelo PDITS na área do polo Seridó esse acervo é apresentado como um potencial a ser utilizado pelo turismo. Mas, apesar de sua beleza, não possui uma infraestrutura que garanta sua visitação sem riscos de danos que o inviabilizem como produto turístico permanente, permitindo, ao mesmo tempo, que o turista faça a visita com as mínimas condições de conforto e segurança. São sítios em estado natural, sem nenhum tipo de beneficiamento para o turismo. Como fator complicador para este quadro, a maioria deles situa-se em terrenos de propriedade particular, o que exige a construção de parcerias público-privadas que permitam o apoio ao provimento de condições mínimas para sua exploração como produto turístico dentro dos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e das populações autóctones.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contratar um consultor da área de antropologia, com especialização em arqueologia para elaborar um diagnóstico do acervo existente nos sítios arqueológicos e apontar a forma correta de utilização para visitação turística. - Criar e implantar Unidades de Conservação na área de influência direta dos sítios e/ou a criação de Museus ao Ar Livre, acompanhado de um Plano de Manejo que contemple o Zoneamento Ecológico-Econômico e os Programas de: Administração e Operacionalização; de Visitação, de Pesquisa e Monitoramento; de Fiscalização; e, de Educação Ambiental. - Elaborar um Regulamento estabelecendo as normas de uso dos sítios arqueológicos. - Realizar estudos sistemáticos de capacidade de suporte. 	<p>Estado e Municípios</p>

Estratégia 2. Considerar o turismo histórico-cultural, o turismo rural e o turismo de aventura como modalidades prioritárias.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>Os municípios que integram o Polo Seridó estão geograficamente inseridos na região semi-árida do Estado, possuindo, portanto, características socioculturais, econômicas e ambientais próprias do homem do sertão, cujos hábitos e estilos de vida são remanescentes das fazendas de gado, expressos através do artesanato e da culinária típica, da religiosidade, do acervo arquitetônico histórico, dos eventos esportivos e culturais como as vaquejadas, enfim, das manifestações e usos populares tradicionais.</p> <p>As festas religiosas se configuram em potencialidades para o turismo religioso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formatar e estimular a execução de projeto de criação de um Circuito Religioso envolvendo os municípios do polo que aglutinam um maior número de visitantes no período das festas dos padroeiros. - Desenhar um circuito de vaquejadas e estimular o <i>trade</i> turístico para sua operacionalização nos municípios com tradição e vocação para esse tipo de esporte. - Estimular os municípios para realização de eventos gastronômicos com feiras de artesanato e shows com artistas da terra no período das festas religiosas, a fim de agregar valor ao turismo religioso e potencializar o uso do patrimônio cultural. 	<p>Estado, municípios e iniciativa privada.</p>
<p>O patrimônio ambiental natural do Seridó chama a atenção por estar encravado no bioma caatinga, em que apresenta peculiaridades próprias de ecossistemas inseridos em uma região de semi-árido. As riquezas espeleológica incorporadas às elevações em rochas e terras com vegetação e fauna distintas formam um cenário que interfere diretamente no <i>modus vivendi</i> da população local ao longo do tempo. A escassez de água, por exemplo, fez o homem sertanejo dotar a região de açudes para garantir a sobrevivência humana e dos animais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular o <i>trade</i> turístico para investir no turismo de aventura e rural a partir do uso dos recursos naturais como as serras, cavernas e açudes da região, onde se pode praticar caminhada ecológica, pesca esportiva, escalada, ciclismo ou <i>mountain biking</i>, <i>rappel</i>, observação espeleológica, cavalgadas e observação e interpretação do meio. - Incentivar a realização de eventos culturais como festival de violeiros visando agregar valor as atividades de turismo de aventura e/ou rural e aumentar o tempo de permanência do turista na região do polo. 	<p>Estado, municípios e iniciativa privada.</p>

Estratégia 3. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>A oferta de equipamentos turísticos é uma das condições prioritárias para o desenvolvimento da atividade turística em uma região. Nesse sentido, os municípios são carentes de serviços ligados a agenciamento, locação, entretenimento, hospedagem e alimentos e bebidas. Os poucos meios de hospedagens e restaurantes não estão em um nível de qualidade para atender ao turista ou visitante. Isso se deve ao baixo nível de escolaridade e de qualificação de empresários e profissionais para atender as exigências do mercado.</p>	<p>Para a melhoria da qualificação e capacitação profissional local, devem ser adotadas medidas que contribuam para o desempenho gerencial e a inserção destes segmentos no mercado de trabalho, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o programa de capacitação profissional do turismo para atendimento dos segmentos envolvidos na produção associada à atividade turística, permitindo maior sustentabilidade a estas atividades e em consequência ao turismo; - Implantar programas de capacitação para guias locais incluindo a dimensão ambiental e patrimônio histórico-cultural que caracterizam os municípios do polo; - Disponibilizar linhas de crédito e estimular o empresário com vocação para a atividade turística a investir em serviços de receptivo, agências de viagens, locadoras de veículos, hospedagens, alimentos e bebidas, casas de espetáculo. 	<p>Estado, município, iniciativa privada e sociedade civil.</p>

Estratégia 4. Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Seridó a partir da ampliação da sinalização turística e da estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES
<p>A estruturação da região Seridó como polo turístico depende de investimentos em ações e projetos estruturantes de divulgação e informação sobre o produto. O polo não possui equipamento de Atendimento ao Turista. Complementando essa estrutura de apoio, destaca-se a falta de sinalização de roteiros turísticos como uma necessidade para a valorização dos atrativos e produtos em qualquer destinação turística, pois facilita a locomoção do turista pelo território.</p> <p>A deficiência de informações, incluindo a sinalização, desqualifica os atrativos e produtos turísticos e não contribui para sua valorização, conservação e permanência.</p> <p>Além disso, estes equipamentos precisam ser pensados de forma planejada, permitindo integrar informações turísticas, ambientais e culturais, trazendo ao turista uma ampla visão das peculiaridades da região, ao mesmo tempo em que contribua para um processo educativo, voltado à sustentabilidade. Nesse sentido, é fundamental a articulação com as casas de cultura e órgãos ambientais municipais.</p>	<p>Destaca-se que para qualificação de qualquer produto e destino turístico a sinalização dos roteiros e instalação de equipamentos de atendimento são algumas das medidas que devem ser implementadas. Portanto, pelas características dos atrativos identificados na região, acrescenta-se ao previsto no programa do PRODETUR, as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associar os equipamentos de atendimento ao turista às casas de cultura e salas verdes, permitindo a integração da informação turística, cultural e ambiental; - Projeto de sinalização dos destinos turísticos voltada para educação ambiental e utilização adequada do patrimônio natural e construído, potenciais produtos do turismo no polo; - Elaborar um programa de educação ambiental, em parceria com a iniciativa privada que inclua as informações socioambientais nas diversas peças e elementos de divulgação, promoção e valorização dos destinos, para utilização em todo <i>trade</i> turístico. <p>Em síntese, dotar o roteiro turístico do polo com placas sinalizadoras, educativas e indicativas dos atrativos, visando estimular e situar os turistas durante sua visita a região do Seridó.</p>	<p>Estado, municípios, iniciativa privada.</p>

Componente: Estratégia de Comercialização

Estratégia 1. Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Seridó, a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(S)
<p>A sociedade atual é conhecida como a sociedade da informação, movida por grandes redes de comunicações, que encurta distâncias e comercializa produtos e serviços utilizando-se da tecnologia como a <i>internet</i> complementando de forma eficiente outros canais de divulgação como os veículos de difusão televisiva, radialista e impressa. O destino turístico para se consolidar enquanto um produto necessita de um plano de comunicação e marketing eficiente.</p> <p>A divulgação e promoção do turismo é uma ferramenta essencial para seu crescimento, principalmente no caso de produtos turísticos ainda incipientes, como no caso do Polo Seridó. Esta ação deve ser baseada em informações contínuas, que permitam que as estratégias de promoção reflitam o momento presente da atividade, de forma a não estimular a superlotação nem a sazonalidade. Para tanto, é importante que às estratégias de divulgação estejam subsidiadas por levantamentos técnicos sistemáticos e estejam associadas informações de caráter ambiental e cultural, fortalecendo sempre o conceito e a prática de turismo sustentável.</p>	<p>O programa PRODETUR favorece a comercialização e a comunicação nas ações dos PDITS através de investimentos na elaboração de um Plano de <i>Marketing</i> e no desenvolvimento de um sistema <i>online</i> para comercialização e divulgação do turismo no polo. No entanto, algumas recomendações de caráter geral e baseada na identificação dos impactos devem ser elencadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incluir no Plano de <i>Marketing</i> instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais; - Instituir programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar-se ao turismo, contribuindo para a renda familiar; - Subsidiar os Planos de <i>Marketing</i> com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda; - Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano; - Definição de indicadores de acompanhamento dos destinos e atrativos de maior fluxo de turista, como subsídio ao planejamento anual da atividade e definição de prioridades e orientações estratégicas para atualização do Plano de <i>Marketing</i>; - Previsão de criação de programas (no âmbito do Plano de <i>Marketing</i>), de pesquisa de mercado contínua, de eventos, incluindo feiras, rodadas de negócios, promoção de <i>famtour</i> técnico e de divulgação dos principais destinos do polo e de divulgação através da formulação e produção de material promocional e informativo; - Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários à manutenção do sistema de informações. 	<p>Estado, Municípios, Iniciativa Privada e sociedade civil.</p>

Componente: Fortalecimento Institucional

Estratégia 1. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Seridó por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos municipais.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>A criação, implantação e estruturação de órgãos de gestão do turismo municipal no âmbito do polo Seridó é uma forma eficiente de planejar e administrar o turismo de forma articulada aos operadores do setor e a sociedade civil. A garantia da participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas tornou-se uma conquista da sociedade civil organizada, tendo os colegiados como instâncias de governança local na busca para a gestão descentralizada. No diagnóstico elaborado pelo PDITS foi constatada a inexistência de conselho municipal específico para o turismo, não obstante boa parte de eles possuem outros colegiados, como os de meio ambiente e urbanismo, por exemplo, o que dificulta a participação social na gestão pública desta atividade. Além disso, a maioria deles também dispõe de estrutura administrativa com competência para cuidar da gestão ambiental, em alguns casos vinculados ao turismo e, na maioria, ao urbanismo ou agricultura, o que demonstra que os órgãos da administração municipal apresentam-se deficitários em termos de número e qualificação técnica do quadro efetivo, situação agravada pela ausência de investimento em equipamentos apropriados, na construção dos sistemas e capacitação técnica.</p>	<p>O fortalecimento institucional da gestão integrada do turismo e meio ambiente garantindo a participação da sociedade civil através dos colegiados, como instância de governança local deve agregar além, das ações previstas no PDTIS, outras tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação e instalação ou revitalização dos Conselhos Municipais de Turismo e de meio ambiente; - Implantação do sistema integrado da gestão do turismo abrangendo os órgãos gestores do turismo municipal e estadual com os demais órgãos a fins, especialmente, os responsáveis pela execução das políticas de meio ambiente e urbanística; - Assegurar a participação dos Conselhos na elaboração das políticas definindo os mecanismos de participação; - Inclusão no Plano Plurianual (PPA) e orçamento (municipal e estadual) anual programas voltados para gestão integrada na promoção turismo sustentável; - Adotar os consórcios intermunicipais, no programas de capacitação, facilitando o acesso e integração dos técnicos com melhor aproveitamento do conteúdo ministrado. - Inclusão no programa de capacitação os membros dos conselhos gestores; - Definir instrumentos e mecanismos de captação de recursos a serem aplicados em medidas de conservação e preservação dos atributos naturais, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos atrativos naturais e socioculturais potenciais para o turismo. 	<p>Estado e Municípios</p>

Estratégia 2. Criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e turística no Polo, com vistas a implantar um turismo planejado de base sustentável.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>O planejamento da atividade turística dentro dos princípios da sustentabilidade requer o envolvimento com os dispositivos de gestão urbana e de participação social e econômica da sociedade. Com a institucionalização do Estatuto da Cidade para os municípios pertencentes aos polos turísticos é exigida a criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana como instância básica da política urbana. O diagnóstico apresentado pelo PDITS identifica a inexistência ou não cumprimento da legislação urbanística e ambiental por parte dos municípios dificultando a gestão do processo urbanização decorrente do incremento das atividades econômicas. A AAE estabelece como ações para um turismo ambientalmente sustentável a criação e implantação de mecanismos de gestão participativa.</p>	<p>O planejamento local é uma ferramenta essencial para o crescimento ordenado da atividade turística, prevendo e promovendo os meios e ferramentas de gestão. O programa disponibilizará no âmbito dos PDTIS recursos para elaboração dos instrumentos básicos de gestão urbana e ambiental dos municípios do polo, devendo ser observada as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Planos Diretores que atendam as exigências do Estatuto da Cidade e Resoluções do Conselho das Cidades, em especial, a delimitação das áreas a serem especialmente protegidas; - Redefinir os objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios integrando a política de turismo as demais políticas setoriais locais, em especial a política ambiental; - Definição e delimitação dos espaços nos quais possam se desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda, a partir do zoneamento do território do município e observados os critérios e parâmetros ambientais; - Estabelecer o zoneamento do município considerando a cobertura e condições de atendimento da infraestrutura instalada definindo instrumentos de aproveitamento de cada zona; - Priorizar nos Códigos de Obras a definição de critérios que assegurem a gestão ambiental das obras (para o meio ambiente e o trabalhador) e condições de acessibilidade de portadores de necessidades especiais; - Previsão no Código de Meio Ambiente de estratégia para a compatibilização das diretrizes nacionais de gestão compartilhada do Estado com os municípios, em especial, no que se refere às competências e assegurando a participação social através do estímulo a criação dos colegiados; - Inclusão no Código de Meio Ambiente da previsão de instrumentos fiscais e de compensação ambiental do uso dos atributos naturais, tanto para os investidores como visitantes, gerando recursos para aplicação na manutenção e recuperação ambiental; - Aparelhamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos) como garantia da gestão ambiental plena para implantação da Política Municipal de Meio Ambiente; - Definir parcerias com outros órgãos da administração pública municipal, em especial, de meio ambiente visando à gestão integrada das políticas de meio ambiente e turismo; 	<p>Estado, Municípios, iniciativa privada e sociedade civil.</p>

Estratégia 3. Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>Um sistema de informações permanentemente atualizado por estudos e dados é a ferramenta adequada para o planejamento e monitoramento da atividade, permitindo sua gestão para a sustentabilidade e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar, de forma integrada, os desafios que se apresentam com o tempo. Esse sistema deve garantir a base de dados necessária para o início de um processo de monitoramento permanente, que além de aferir as alterações decorrentes da atividade, nos aspectos econômicos e socioambientais, garanta também a atualização das informações contidas nesse banco de dados.</p> <p>Para a qualificação das decisões implementadas no âmbito dos órgãos de gestão e dos colegiados, esse sistema de informações torna-se essencial. É importante também para orientar o esforço de construção de conhecimento em direção ao preenchimento das lacunas de informação existentes, cuja identificação é bastante facilitada quando há uma sistematização do conhecimento existente.</p>	<p>Os órgãos executores das políticas públicas devem prover a base de informações necessárias á qualificação da tomada de decisões. Neste sentido, o PRODETUR disponibilizará recursos para elaboração, estruturação e implantação de rede e gestão local de informações turísticas que deverá observar além do previsto nas ações formuladas no âmbito do PDITS, o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração do Banco de Dados entre o setor público e setor privado favorecendo a atualização das informações a ser disponibilizadas; - Disponibilizar os recursos materiais (estrutura física, equipamentos) e condições adequadas de trabalho para o atendimento aos usuários dos serviços prestados; - O projeto da rede deverá prever a seleção de dados e informações, estimular a pesquisas e a definição de metodologias para coleta de dados e informações, possibilitando comparar os dados quantitativos e qualitativos relacionados a oferta e demanda da atividade; - Estimular a formalização de termo de cooperação técnica com instituições de pesquisa tornando possível a identificação das variáveis e projeções que direcione as alternativas gerenciais e a tomada de decisões; - Ampliação do projeto da rede integrando a outros sistemas de informação, em especial, com o sistema de informações ambientais; - Integrar as informações fornecidas pelos órgãos públicos e pelos operadores turísticos vinculando-os a rede de informações turísticas locais. 	<p>Estado, Municípios, Instituições de Ensino e Iniciativa privada.</p>

Componente: Infraestrutura e Serviços Básicos

Estratégia 1. Melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos dos municípios do Polo Seridó, como forma de desenvolver estruturas produtivas e destinos turísticos, bem como melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>As condições de prestação dos serviços de infraestrutura no Polo Seridó apresentam-se deficitárias para o atendimento da população local podendo se agravar com o incremento da atividade turística em razão do aumento do fluxo de pessoas com riscos para o meio ambiente e para qualidade dos produtos ofertados. Isso por que o aumento populacional provocado pelo turismo acarreta um consumo de serviços de infraestrutura. Incluem-se como infraestrutura dos receptivos as vias de acesso, o saneamento ambiental (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e drenagem), energia, serviço de comunicação e segurança pública.</p> <p>Assim, para que o turismo se torne uma realidade se faz necessária a ampliação da infraestrutura e serviços básicos. Mas, isso deve ser realizado de forma que não comprometa a integridade ambiental dos atrativos pouco usados ou já consolidados. A execução e planejamento das obras e sua subsequente manutenção, deve ser feita de forma a evitar impactos adicionais que levam (ou podem levar) ao agravamento da deterioração dos atrativos. Para tanto, é necessário que os estudos e projetos, assim</p>	<p>A sustentabilidade de um destino turístico depende da eficiência de um planejamento e gestão participativos no que se refere a infraestrutura e serviços básicos em uma localidade. Assim, para o desenvolvimento da atividade turística se faz necessário a adoção de um programa de investimentos para a infraestrutura e serviços básicos, especialmente, acesso aos destinos, saneamento ambiental (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e drenagem), serviços de comunicação e segurança pública. As ações propostas no PDTIS deverão contribuir para na melhoria das condições básicas da infraestrutura sendo relevante uma efetiva articulação entre os diversos setores do governo em parceria com o setor privado para o fortalecimento das condições receptiva do polo. Complementando as ações já propostas, recomenda-se a adoção das seguintes medidas visando o desenvolvimento sustentável da atividade turística na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar estudo para identificação de demandas e viabilidade técnica e econômica para o transporte aéreo, como alternativa de acesso aos destinos turísticos, em particular aos municípios de Caicó e Currais Novos; - Priorizar a utilização de consórcio intermunicipal como alternativa de gestão dos serviços, levando consideração às condições ambientais do polo; - Elaborar Plano de Saneamento para o Polo Seridó; - Orientar os municípios a incluir em um plano de revitalização das áreas centrais a restauração do patrimônio histórico-cultural, a mobilidade e acessibilidade urbana através da aplicação dos instrumentos previstos nos Planos Diretores Municipais e no Estatuto das Cidades; - Elaboração de estudos que identifique os pontos de vulnerabilidade nos períodos chuvosos e de erosão apontando medidas de adequação e controle; - Implementação de um programa de gestão ambiental, especialmente, voltado para as obras de infraestrutura, articulando os órgãos competentes e empresas contratadas de forma que se considere, desde o processo de licitação, a garantia de realização de estudos técnicos que incluam medidas que garantam a mitigação 	<p>Estado, Municípios, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.</p>

<p>como a execução e manutenção das obras, tanto de acesso quanto de urbanização, contemham todos os requisitos de sustentabilidade, o que inclui a participação da sociedade civil nesse processo.</p>	<p>dos impactos ambientais negativos durante a execução e após sua realização, no processo de manutenção;</p> <ul style="list-style-type: none">- Considerar, nas obras e ações realizadas pelo PRODETUR II e outras, o cumprimento da legislação referente à necessidade de provimento de facilidades de circulação de portadores de necessidades especiais, articulando a busca de recursos adicionais em programas específicos para este fim;- Associar os esforços e recursos no setor de saneamento possibilitando a realização de estudos de viabilidade e adoção de sistemas e tecnologias alternativas de abastecimento de água nos pequenos municípios;- Implantar programas municipais de monitoramento de efluentes de esgotos em redes de drenagem pluvial;- Investir em segurança pública a partir do fortalecimento de efetivo policial incluindo um programa de capacitação o bom relacionamento com a população residente e turista, bem como para que se tornem agentes de conscientização sobre as questões ambientais e culturais que caracterizam o polo objeto de seu trabalho.	
---	---	--

Componente: Gestão Ambiental

Estratégia 1. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Seridó, visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	RESPONSÁVEL(IS)
<p>A percepção da população local sobre o turismo é ao mesmo tempo de aceitação e de preocupação quanto aos impactos socioambientais gerados pelo desenvolvimento da atividade, principalmente por falta de conhecimento e do exercício de participação nas decisões. Para a implantação de obras e projetos de interferência territorial com uma garantia mínima, é fundamental estabelecer um programa de gestão ambiental que envolva os diversos aspectos atuantes sobre a atividade turística, como o ordenamento territorial o controle e a mitigação dos impactos (fortalecimento das instâncias de gestão ambiental e das legislações pertinentes à sua atuação, criação de áreas protegidas) e a mobilização social para a sustentabilidade da atividade (criação de conselhos e programas de sensibilização). Estes instrumentos precisam tratar, não só da atividade turística, mas do ambiente como um todo, criando as condições favoráveis para que as diversas atividades desenvolvidas no polo possam contribuir, de forma articulada, para o desenvolvimento de uma identidade turística para a região.</p>	<p>O fortalecimento da gestão ambiental no Polo Seridó requer medidas complementares e que envolva parcerias criando condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo e das atividades associadas de forma articulada destaca-se entre elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos para identificação de áreas críticas, em especial as sujeitas a erosão e propor soluções para contenção do processo; - Instrumentalização dos órgãos de gestão para o exercício integrado de planejamento e monitoramento sócio-ambiental dos municípios do polo; - Elaborar estudos para identificação e caracterização de áreas de relevância ambiental para criação de Unidades de Conservação e elaboração dos respectivos Zoneamentos e Planos de Manejo na área dos sítios arqueológicos; - Fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação já criadas através de implantação de programa de capacitação voltado para os gestores, elaboração e execução de programas de manejo como as RPPNs Sernativo em Acari e Stoessel de Brito em Jucurutu; - Implantar de Programas de sensibilização envolvendo visitantes, gestores e a população local; - Prever nos Plano de Manejo um modelo gestão que possibilite a formalização de parceria entre o governo do estado e município visando fortalecimento da gestão integrada da Unidade ; - Definir os programas de visitação nas Unidades de Conservação e adotar medidas para a capacitação e aprimoramento profissional da população e sua inclusão nos programas de formação de guias locais; - Definição e controle do acesso nas UCs e definição e sinalização das trilhas e área de uso publico. 	<p>Estado e Municípios</p>

As recomendações apresentadas neste item são de caráter geral, não substituindo as observações mais específicas apresentadas nas medidas mitigadoras e potencializadoras e nos futuros condicionantes resultantes do licenciamento ambiental. De forma sintetizada, as recomendações relacionadas acima foram agrupadas por assunto (Obras, Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Natural, Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Histórico-cultural, Melhoria da Qualificação Profissional, Sinalização e Atendimento ao Turista, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Valorização de Novos Atrativos e Produtos e Gestão Ambiental), incluindo as medidas preventivas e de controle dos riscos ambientais que subsidiarão a elaboração dos programas de monitoramento.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Pensar o turismo sob a ótica da sustentabilidade ou promover um turismo sustentável não é um esforço trivial. As transformações pelas quais passaram a compreensão, a organização, a operação e a prática do turismo refletem aspectos do desenvolvimento atrelado à noção de crescimento econômico. Assim, as primeiras tentativas de definir o turismo estiveram limitadas ao âmbito econômico: metas de fluxos turísticos cada vez maiores, transformações espaciais em qualquer escala a fim de adequar os ambientes aos desejos de consumo e de lazer dos turistas induzidos pela propaganda, entre outras.

Para se alterar essa compreensão, é preciso incluir no desenvolvimento do turismo as dimensões da sustentabilidade, as quais podem ser analisadas sob diversos recortes diferentes, a depender, entre outros fatores, do conjunto de dados que se dispõe para análise. Algumas dessas dimensões, que nunca são isoladas entre si, podem ser descritas como: a ambiental, a econômica, a socioespacial e a político-institucional. No trabalho “Utilização de Indicadores de Sustentabilidade na Análise dos Destinos Turísticos”, a equipe do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da UFRJ analisa, com muita propriedade, algumas dessas dimensões:

Na consideração da **dimensão social** da sustentabilidade referida ao turismo, deve ser observado não só o aspecto sócio-econômico da atividade turística, especialmente sua capacidade de gerar ocupação, emprego e renda. O mais importante é seu enraizamento e potencial para o enfrentamento de carências e problemas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, equidade e justiça social das pessoas e comunidades situacionalmente afetadas pelas práticas turísticas. É comum que a implementação de empreendimentos turísticos seja percebida como uma esperança de desenvolvimento para economias locais estagnadas. No entanto, essa esperança pode ser uma armadilha ilusória, se pensarmos que o turismo possa englobar e substituir uma política de desenvolvimento. O turismo pode ser um elemento complementar e amplificador dos impactos positivos de tal política, mas não deve substituí-la.

Na **dimensão cultural** da sustentabilidade importa o fato das práticas turísticas trazerem em si, como uma potencialidade que lhes é inerente, a possibilidade do encontro com o outro. Não apenas o visitante estrangeiro é levado ao encontro de uma outra cultura e um outro lugar, os próprios nativos são também levados a reconhecer nos atrativos turísticos elementos diversos e notáveis, que servem de base para uma identidade cultural talvez esquecida ou pouco valorizada. Assim, a preservação da memória de um lugar pode ter na atividade turística um apoio. E desde uma perspectiva histórico-cultural, o turismo pode ser um meio de afirmação da identidade local, conscientizando os nativos do valor da cultura autóctone e do significado do patrimônio (material ou imaterial, natural ou cultural) e do empenho por sua preservação.

O *habitat* deve ser entendido como suporte ecológico e condição à vida, ao mesmo tempo em que é espaço ressignificado e reconstruído pela cultura. No ato humano de habitar conflui a lei da natureza e o desejo de ocupação cultural do espaço. Esta é uma questão chave da **dimensão ambiental** da sustentabilidade do turismo. A interferência antrópica tem provocado, muitas vezes, impactos negativos sobre a diversidade biológica e a degradação do estoque de recursos naturais. Os desequilíbrios ecológicos imbricam-se em conflitos de interesses quanto às formas alternativas de apropriação da natureza. A questão ecológica se vincula ao problema da sobrevivência e da satisfação das necessidades mais básicas para a afirmação da dignidade humana. A implantação de atividades turísticas em tal contexto implica gerir riscos de grande complexidade, quando a sustentabilidade do habitat implica novos princípios de habitabilidade do espaço (LEFF, 2001), com vistas à promoção da dimensão espacial da sustentabilidade.

O espaço “habitado” é o território de um povo, onde se constituem sujeitos sociais que projetam o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando-o. Práticas de apropriação do meio caracterizam a territorialidade, construída ao longo de um processo histórico e dialético entre a espacialidade geográfica, a organização ecológica e a significação cultural. A partir dessa compreensão, a análise da ocupação e do uso do espaço pode ser parâmetro para a avaliação da sustentabilidade em sua **dimensão espacial ou territorial**.

O espaço é transformado, acompanhando os movimentos da sociedade de reprodução ou de mudança, num processo onde a ocupação do território se faz de modo não uniforme, e seu uso efetiva-se através de mediações várias. Mas, mesmo com toda diversidade, o mundo universalizou-se no movimento de constituição de um espaço global do capital, em que a produção e o consumo, as trocas e o mercado, o capital e o trabalho se mundializaram, da mesma forma como o Estado nacional também internacionalizou-se.

O chamado sistema global obedece à lógica do mercado capitalista, definindo assim a forma de apropriação do meio (SANTOS, 1982). A universalização sob a égide da lógica do mercado/capital altera as dimensões geográficas da atividade humana. A região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam. Sua produção está subordinada a interesses distantes, de fora. Os vínculos espaço-temporais da sociedade com seu espaço, na medida das necessidades e possibilidades para a transformação, são rompidos. O espaço, observado quanto à sua potencialidade, se converte numa gama de especulações econômica, ideológica, política, etc, isoladamente ou em conjunto, de acordo com a idéia de um “marketing dos lugares” (SANTOS, 1982: p.20). E essa forma de apropriação do espaço impacta sobre as sociedades, já desiguais, agravando as disparidades entre os lugares. As localidades economicamente mais prósperas e com maior potencial para oferecer melhor infraestrutura, recebem maior número de visitantes e concentram mais investimentos. No entorno desses núcleos estrutura-se uma tênue periferia dependente e simbiótica e uma ampla região de exclusão dos frutos do desenvolvimento, numa heterogeneidade estrutural incompatível com a sustentabilidade no longo prazo.

A sustentabilidade espacial requer um desenvolvimento baseado na diversidade de formas sociais e em recursos territorializados como um novo princípio de organização do espaço (ACSERALD, 1999). Isso implica em investir nas possibilidades que a diferença – a diversidade ambiental e cultural – proporciona: complementaridade, cooperação, solidariedade e integralidade do múltiplo (LEFF, *op. cit.*).

A desterritorialização induzida pela “universalização do mundo” e conduzida pela lógica econômica de subordinar o local ao global é contraposta pela emergência de novos atores e de uma nova qualidade de ação político-institucional. Embora tal contraponto seja ainda incipiente e adquira preponderante caráter de resistência, despontam iniciativas de atores sociais locais visando a “politização” do território como fruto de um projeto social territorializado, e implementado em antagonismo à hegemonia do modelo de desenvolvimento gestado pelo mercado global. Projetos e práticas turísticas podem ser incluídos dentre essas iniciativas, sempre que neles se busque respeitar as possibilidades de cada território e enfatizar a pluralidade de caminhos e a diversidade de padrões, vinculados às peculiaridades da sociedade e da cultura, de suas condições estruturais e institucionais e de sua situação prospectiva. Tais iniciativas extrapolam os limites estritos da abordagem dita beneficiária, afirmando não serem os atores sociais apenas beneficiados pelo desenvolvimento, mas sim, e, sobretudo, agentes sociais identificados com o território.

A ética da sustentabilidade implica o reconhecimento de limites nos padrões vigentes de produção e consumo das sociedades ditas desenvolvidas. O reconhecimento de tais limites remete à necessidade de se re-fundar valorativamente o desenvolvimento. Esse restabelecimento tem implicações na **dimensão político-institucional** e, em particular, nos

mecanismos de formulação e implementação de políticas públicas, nas condições de governabilidade e na prática da governança.

O que importa na análise dessa dimensão é a avaliação da qualidade da articulação entre as instituições públicas e privadas e a sociedade, segundo parâmetros de representatividade, participação e coesão. A sustentabilidade, em sua dimensão político-institucional, requer que a sociedade defina seus próprios problemas. E no caso particular dos projetos de desenvolvimento turístico, a experiência demonstra, como aponta IRVING (2002), que a participação das comunidades locais acrescenta vantagens ao processo, como o conhecimento da problemática local ou a adequação do tempo do projeto ao tempo de resposta dos beneficiários. A “apropriação” do projeto pela comunidade é, neste contexto, ponto fundamental para sua sustentabilidade.

O Programa PRODETUR/RN, no seu conjunto, prevê ações importantes como instrumentos de desenvolvimento sustentável, sendo os aspectos institucionais de governança fundamentais para a sua correta implementação. Nesse sentido, a inclusão do componente ambiental no modelo de gestão municipal se apresenta como uma recomendação de inversão efetiva na prática de elaboração e implementação das políticas públicas, permitindo que este componente seja incorporado em cada uma das políticas setoriais, desde sua elaboração.

O turismo detém, nesse contexto, uma dinâmica que reflete no desenvolvimento local das comunidades, sendo, ao mesmo tempo, objeto e agente de transformações significativas. No âmbito dessa questão, a associação da temática do desenvolvimento local e da sustentabilidade com o turismo suscita reflexões que precisam ser avaliadas e monitoradas, conforme recomendações do Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do MTur. Para tanto, há necessidade de utilização de indicadores de sustentabilidade. Este acompanhamento permanente permite identificar antecipadamente os efeitos negativos e aplicar as medidas de correção adequadas. Desse modo, esse processo constitui fator fundamental para o desenvolvimento de uma política de turismo sustentável.

O monitoramento deverá transformar, sempre que possível, as recomendações em objetivos, que possam ser avaliados pelos indicadores construídos, atendendo, entre outros aspectos, à natureza estratégica assumida na definição das intervenções constantes dos PDITS que são objeto da presente AAE. Assim o monitoramento e avaliação, estratégica e operacional, do desempenho ambiental, associada à execução das ações financiadas pelo PRODETUR, tornam-se fundamentais.

Apesar da importância do monitoramento estar prevista no Termo de Referência, nas orientações do MTur e reconhecida por diversos autores, no entanto, existem as dificuldades de antecipação e a incerteza inerentes a essa fase do processo, bem como a necessidade de assegurar o cumprimento das recomendações apresentadas através do controle e acompanhamento dos efeitos ambientais da execução do Programa.

Assim, apresentamos neste item, as orientações para o processo de gestão e acompanhamento do desempenho ambiental das ações do Programa, a partir de grupos de indicadores de sustentabilidade (quadro abaixo) previamente estabelecidos, que permitam monitorar e acompanhar a implementação das ações previstas nos PDITS com os seguintes objetivos:

- Apoiar o acompanhamento e validação da avaliação estratégica dos impactos das ações previstas nos PDITS e nas recomendações da AAE;
- Contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do PRODETUR e sua revisão;
- Facilitar a articulação dos sistemas de informação turísticas e ambientais;

- Avaliar a eficácia das recomendações apresentadas e apoiar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas realizadas;
- Fornecer informação para futuras avaliações ambientais estratégicas;
- Garantir a participação e envolvimento das partes interessadas no processo de implementação das ações.

É importante destacar que os indicadores a seguir relacionados deverão ser utilizados num processo de gestão adaptativa, que permita o ajustamento em função da implementação das ações e das informações geradas resultantes dos relatórios de vistoria, monitoramento e pesquisa realizados.

Para tanto, em sua elaboração, os programas de monitoramento específicos deverão apresentar, no mínimo, os seguintes componentes: definição de objetivos e metas; seleção e desenvolvimento dos indicadores; avaliação das necessidades/disponibilidades de dados; definição de estratégias de amostragem, incluindo unidades espaciais de amostragem e periodicidade; definição dos métodos de coleta e análise de dados e de avaliação da informação.

Grupo I – Acompanhamento das Obras

TEMAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Obras em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Número de municípios que adotaram o Projeto Orla; - Estudos realizados em trecho sob intervenção de obras; - Obras licenciadas; - Vistorias periódicas às obras (em andamento e concluídas); - Autorizações de supressão de vegetação nativa, emitidas em função de obras; - Levantamentos de campo em núcleos de populações tradicionais (antes e depois das obras), com verificação de atendimento das demandas identificadas no processo de licenciamento; - Número de fóruns públicos de discussão (oficinas, audiências, reuniões de conselhos, etc.) realizados; - Número de vistorias de acompanhamento das obras e do cumprimento das licenças e seus condicionantes (durante e depois); - Protocolo de gestão ambiental da obra, devidamente firmado pelos empreendedores e pelas instituições envolvidas, contendo: cuidados a serem observados; responsáveis pelos cuidados; periodicidade e conteúdo de relatórios de acompanhamento; responsáveis pela manutenção das obras após seu término; 	<ul style="list-style-type: none"> Norma municipal publicada Relatório Técnico Licenças ambientais emitidas Relatório de vistoria Documento de autorização Pesquisa de campo Atas ou memórias de reunião, devidamente firmadas por representantes do governo, dos empreendedores e dos interessados Relatório de vistoria Termo de Protocolo Termos de parceria

	<ul style="list-style-type: none"> - Número de termos de parceria formalizados (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) 	
Requalificação urbanística e paisagística da Orla	<ul style="list-style-type: none"> - Editais de obras contemplando as exigências do Decreto nº 5.300/2004 - Projeto Orla; - Projetos de requalificação urbanística contemplando as exigências do edital; - Acompanhamento periódico das obras; - Vistorias aéreas da paisagem e usos e ocupação do solo; - Coleta e análise da água (antes e depois das obras) 	<p>Documento de Edital Documentos de projeto Relatórios de acompanhamento Relatório de vistoria contendo imagens e fotos aéreas Relatórios de monitoramento da qualidade da água</p>
Ancoradouros turísticos	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos de demanda, com envolvimento das populações atingidas; - Estudos de capacidade de suporte; - instrumento normativo de instituição da câmara técnica; - Contratos de gestão das novas estruturas; - Controle e fiscalização do número de usuários; - Coleta e análise da água (antes e depois das obras) 	<p>Relatório técnico Relatório técnico Portaria estadual Documento de contrato Relatório de Vistoria Relatórios de monitoramento da qualidade da água</p>
Acessos	<ul style="list-style-type: none"> - Número de fóruns públicos de discussão (oficinas, audiências, reuniões de conselhos, etc.) realizados; - orçamento estadual e municipal; - Vistorias periódicas nos atrativos; - protocolos de cooperação entre municípios para realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; - Estudo sobre pontos de erosão e vulnerabilidade realizados; - estudo sobre áreas críticas de tráfego nos polos realizado; 	<p>Atas ou memórias de reunião, devidamente firmadas por representantes do governo, dos empreendedores e dos interessados. Lei estadual e municipal de diretrizes orçamentárias publicada Relatório de vistoria Lei estadual e municipal de diretrizes orçamentárias publicada - Relatório de vistoria - Documento de protocolo - Relatório técnico. - Relatório técnico</p>

<p>Obras de infraestrutura</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Editais de obras contemplando exigência de cumprimento da legislação específica; - Projetos contemplando o exigido na legislação específica; - Vistorias nas obras realizadas; - Plano de saneamento ambiental elaborado para os dois polos; - estudos prévios às obras de saneamento ambientais elaborados; - Parâmetros técnicos específicos para revitalização de centros urbanos; - Projeto de revitalização das áreas centrais das sedes municipais realizado, incluindo acessibilidade e restauração do patrimônio histórico; - Plano de alternativas de iluminação dos monumentos elaborado para cada município de cada polo; - Estudo de demandas e viabilidade de transporte aéreo realizado; - Número de análises da qualidade das águas da rede de drenagem pluvial; - Fluxo de visitantes municipal; - Criação do novo batalhão turístico formalizada; - Efetivo policial capacitado; - Nível de satisfação da sociedade. 	<p>Documento de edital Projeto executivo Relatório de Vistoria Relatório técnico Relatório técnico Norma publicada Relatório técnico Relatório técnico Relatório técnico Relatórios de monitoramento. Relatórios da pesquisa Norma estadual publicada Relatório de capacitação/lista de presença Relatórios de pesquisa</p>
---------------------------------------	--	--

Grupo II – Acompanhamento e Controle da Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Natural

TEMAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>Criação e fortalecimento das Unidades de Conservação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formalização de termos de parceria (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.); - Levantamento de áreas potenciais para criação de UCs realizado; - Criação de novas UCs formalizada; - Criação de conselho gestor formalizado; - Fluxo de visitantes em cada UC; - número de treinamentos e de gestores capacitados; - Nível de implementação de programas de manejo em cada UC; - Número de treinamentos e de pessoas capacitadas; - Número de eventos e de material didático informativo; - Termos de parceria formalizados (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.); - Programa de visitação definido em cada UC; - Número de treinamentos realizados; - Número de guias locais treinados; - Programa de visitação definido em cada UC ; - Número de UCs marinhas criadas - % de áreas protegidas no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Termos de parceria Relatório Técnico Norma estadual ou municipal publicada Norma estadual ou municipal publicada Relatório de Pesquisa Relatórios técnicos Relatório técnico da unidade gestora da unidade. Relatórios técnicos Eventos realizados e material produzido Termo de parceria Relatório Técnico Certificados emitidos Certificados emitidos Relatório técnico Norma estadual ou federal publicada Relatório de acompanhamento
<p>Atributos naturais não protegidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano estadual de proteção e recuperação de manguezal instituído; - Plano estadual de proteção e recuperação de lagoas e ecossistemas associados instituído. 	<ul style="list-style-type: none"> Norma estadual publicada Norma estadual publicada
<p>Sítios Arqueológicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo antropológico e arqueológico realizado; - diagnóstico do acervo realizado; - Parâmetros de utilização e visitação dos sítios arqueológicos definidos para cada sítio; - Numero de UCs criadas; - Planos de manejo elaborados para cada sítio; - parâmetros gerais de utilização e visitação dos sítios arqueológicos definidos; - Estudos de capacidade de suporte realizados para cada área e revisados anualmente. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório técnico Relatório técnico Norma estadual ou municipal Norma estadual ou municipal Norma federal, estadual ou municipal Norma federal ou estadual Relatório técnico

Grupo III – Acompanhamento e Controle da Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Histórico-cultural

TEMAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Histórico-cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Parcerias formalizadas (convênios, termos de cooperação técnica, protocolos de intenções, contratos, etc.); - levantamento do acervo arquitetônico e cultural dos municípios realizado; - número de patrimônios do acervo a serem restaurados; - Dados sistematizados em sistema de informações; - Número de pessoas locais capacitadas e envolvidas na gestão e restauração do patrimônio histórico; - % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à conservação, gestão e restauração do patrimônio histórico; - Projetos elaborados; - Número de pessoas locais capacitadas e envolvidas nos roteiros de visitação; - Número de treinamentos realizados; - % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à conservação, gestão e restauração do patrimônio histórico. 	<p>Termo de Parceria Relatório técnico e diagnóstico Cadastro do acervo Base de dados sobre o patrimônio histórico Cadastro de profissionais ativos Leis orçamentárias municipais, estaduais e federais Relatórios anuais de atividades governamentais Cadastro de profissionais ativo Certificados emitidos Leis orçamentárias municipais, estaduais e federais</p>
<p>Melhoria da qualificação profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas locais capacitadas e envolvidas na gestão e restauração do patrimônio histórico-cultural e nos roteiros de visitação; - Nível de crescimento e aproveitamento da produção associada ao turismo a nível local, regional e estadual; - % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à qualificação profissional; - Cadastro da mão de obra local realizado; - Número de treinamentos e de pessoas capacitadas; - Número de guias locais treinados; - Nível de assistência à mão de obra local para capacitação e inserção no mercado; - Número de empresas cadastradas; - % de crescimento de empresas e empreendedores certificados. 	<p>Cadastro de profissionais ativos Relatórios de Pesquisas Projetos de investimento elaborados – PPA e LDO Banco de dados Relatório técnico Certificados emitidos Sistemas locais de gestão das demandas de trabalho e emprego Banco de dados Certificados emitidos</p>
<p>Sinalização e atendimento ao turista</p>	<ul style="list-style-type: none"> - % do orçamento municipal, estadual e federal voltado à manutenção dos atrativos e seus equipamentos; - Número de empresas envolvidas em parceria com o governo para manutenção do patrimônio do turismo do polo; - Número de postos de atendimento articulados às casas de cultura e/ou salas verdes em cada polo; - Projeto de sinalização educativa; - Número de vistorias e pesquisas de campo realizadas; - Programa de educação ambiental articulado por iniciativa público-privada; 	<p>Leis orçamentárias federais, estaduais e municipais Cadastro FIERN/SEBRAE Termos de parceria firmados Documento de projeto Relatórios de vistoria e pesquisa Relatório Técnico Peças de divulgação</p>

	<p>- Peças e elementos de divulgação contemplando informações educativas;</p>	
<p>Valorização de novos atrativos e produtos - Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó</p>	<p>Morro do Careca</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de vistorias realizadas para avaliação das condições ambientais da área; - Criação da UC formalizada; - Conselho gestor formalizado; - Plano de manejo formalizado; - Nível de adequação dos usos da unidade ao plano de manejo; <p>Cajueiro de Pirangi</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudo de capacidade de suporte realizado para a área e revisado anualmente; - Nível de satisfação dos visitantes e profissionais envolvidos com o atrativo; <p>Parque das Dunas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de vistorias realizadas para avaliação das condições ambientais da área; - Validação pelo CONEMA; - Número de novos funcionários; <p>Lajedo Soledade e Dunas do Rosado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de vistorias realizadas para avaliação das condições ambientais da área; - Criação da UCs formalizadas; - Conselho gestor formalizado; - Plano de manejo formalizado; - Estudos de capacidade de suporte realizados para a atividade turística nas áreas e revisados anualmente; - Número de roteiros elaborados; - Número de empresas interessadas; - Número de projetos de circuitos religiosos, de vaquejadas e gastronômico/culturais elaborados; - Estudos de capacidade de suporte realizados para cada atrativo e revisados anualmente; - Projeto de turismo de aventura e rural validado pelos colegiados competentes; - Número de Linhas de financiamento disponibilizadas. 	<p>Relatórios de vistoria Norma estadual Norma estadual Norma estadual Relatório Técnico Relatório Técnico Relatório de Pesquisa Relatório de Vistoria Atas de reuniões do conselho Relatório de atividades do governo Relatórios de vistoria Norma estadual Norma estadual Norma estadual Relatórios técnicos Relatórios técnicos Documentos de projeto Relatórios técnicos Atas de reunião dos colegiados Carteiras de instituições financeiras</p>

Grupo IV – Acompanhamento das Ações de Comercialização

TEMAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Plano de Marketing e Sistema online	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos de capacidade de carga realizados para cada atrativo e revisados anualmente; - Programa de desenvolvimento local instituído; - Número de pesquisas sobre o nível de crescimento e aproveitamento da produção associada ao turismo local, regional e estadual realizadas; - Estrutura Intersetorial formalizada para acompanhamento da implantação do Plano e do sistema <i>on line</i> de comercialização; - Número de pesquisas e estudos realizados; - Indicadores de crescimento da dinâmica do turismo definidos; - Banco de dados sobre a dinâmica da atividade turística implantado; 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Técnico Documento do Programa Relatório de Pesquisas Ato do poder público Relatórios Técnicos e de pesquisa Relatório técnico Sistema de informações

Grupo V – Acompanhamento das Ações de Fortalecimento Institucional

TEMAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Dos órgãos gestores	<ul style="list-style-type: none"> - Número de técnicos efetivos contratados em quantidade e qualidade para desempenho das funções; - Termos de parceria formalizados (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.); - Metas e indicadores setoriais de planejamento e crescimento definidos; - Programa de captação de recursos e fomento efetivado; - Estrutura Intersetorial formalizada nos diversos níveis de governo para gestão e acompanhamento do PRODETUR; - Número de pesquisas e estudos realizados sobre o desenvolvimento da atividade turística; - Indicadores de crescimento da dinâmica do turismo definidos; - Banco de dados sobre a dinâmica da atividade turística implantado; - % do orçamento municipal, estadual e federal voltado à manutenção dos atrativos e seus equipamentos; - Conselhos municipais formalizados e 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de atividades / folha de pagamento Termos de parcerias Relatório técnico Documento do programa Ato do poder público Relatórios técnicos e de pesquisa Relatórios técnicos Sistema de informação Leis orçamentárias federais, estaduais e municipais Atas de reuniões dos conselhos Leis municipais Relatório de atividades / folha de pagamento Certificados emitidos / listas de presença Relatórios de atividades de governo Relatórios de pesquisa Termos de parceria

	<p>em funcionamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano de carreira para os setores de turismo, meio ambiente e urbanismo dos municípios formalizado; - Número de técnicos efetivos contratados em quantidade e qualidade para desempenho das funções; - Número de treinamentos intermunicipais realizados; - % de recursos dos fundos estaduais aplicados na conservação e preservação dos atributos naturais associados ao turismo; - Pesquisas realizadas; - Termos de parceria formalizados (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) para cooperação e ação conjunta dos entes de governo; 	
<p>Da unidade gestora do Plano Diretor de Resíduos Sólidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Unidade gestora de governo formalizada para gestão e acompanhamento do Plano; - % do orçamento municipal, estadual e federal voltado à implementação e gestão do Plano; - Planejamento anual elaborado e em implantação; - Número de termos de parceria (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e consórcios) formalizados; - Número de cooperativas formalizadas e implantadas; - % de resíduos sólidos reciclados relatório; - Regulamentação do mecanismo de incentivos fiscais formalizada; - Número de campanhas realizadas; - Número de usuários atingidos; - Norma técnica elaborada; - inventários de fluxo de resíduos sólidos realizados; - Norma técnica elaborada; - % de empresas com selo. 	<p>Ato do poder público Leis orçamentárias federais, estaduais e municipais Relatório técnico / relatório de atividades do governo Termo de parceria Cadastro de cooperativas Relatório técnico Norma estadual Material promocional produzido Relatório de pesquisas Norma técnica Relatório técnico Norma estadual publicada Cadastro de empresas certificada</p>
<p>Instrumentos de planejamento e ordenamento territorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Planos diretores elaborados e avaliados periodicamente; - Número de Códigos de obras elaborados e avaliados periodicamente; - Número de Códigos de Meio Ambiente elaborados e avaliados periodicamente; - Plano de carreira para os setores de meio ambiente municipais 	<p>Lei municipal publicada Norma municipal publicada Lei municipal publicada Lei municipal Relatório de atividades / folha de pagamento Documento técnico Leis orçamentárias federais, estaduais e municipais; recursos de acordos de</p>

	<p>formalizado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Numero de técnicos efetivos contratados em quantidade e qualidade para o desempenho das funções; - Plano de estruturação dos órgãos municipais de meio ambiente formalizado; - % do orçamento municipal, estadual e federal voltado à implementação e gestão dos órgãos municipais de meio ambiente. - Número de normas municipais de ordenamento territorial e ambiental avaliadas periodicamente. 	<p>cooperação</p> <p>Relatórios de avaliação</p>
<p>Sistema de informações e rede de gestão local</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de termos de parcerias formalizados entre instituições de governo e público-privadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e consórcios); - Estrutura Intersetorial formalizada para acompanhamento da implantação da Rede de Informações; - Número de pesquisas e estudos realizados para alimentação do sistema; - Indicadores de crescimento da dinâmica do turismo definidos; - Banco de dados sobre a dinâmica da atividade turística implantado; - % do orçamento federal, estadual e municipal voltado à implementação e gestão do sistema e da rede de informações 	<p>Termos de parceria</p> <p>Ato do poder público</p> <p>Relatórios técnicos e de pesquisa</p> <p>Relatório técnico</p> <p>Sistema de informações</p> <p>Leis orçamentárias estaduais e municipais</p>
<p>Participação e controle social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de prevenção desenvolvido e implementado – programa de educação ambiental articulado por iniciativa público-privada; - Número de campanhas, peças e elementos de divulgação contemplando informações educativas realizados; - % de pessoas atingidas; - Número de pessoas locais capacitadas e envolvidas no desenvolvimento da atividade turística e produção associada; - Nível de crescimento e aproveitamento da produção associada ao turismo a nível local, regional e estadual; - % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à qualificação profissional; - Numero de projetos de investimento 	<p>Documento de programa e termos de parceria para sua implementação</p> <p>Materiais promocionais</p> <p>Relatórios de pesquisa</p> <p>Cadastro de profissionais ativos</p> <p>Relatórios de pesquisa</p> <p>Leis orçamentárias municipais, estaduais e federais</p> <p>PPA e LDO estadual e municipal</p> <p>Banco de dados</p> <p>Relatórios técnicos</p> <p>Certificados emitidos</p> <p>Norma municipal</p> <p>Atas de reuniões do colegiado</p> <p>Termos de parceria</p> <p>Ato do poder público</p>

	<p>elaborados;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadastro da mão de obra local; - número de treinamentos e de pessoas capacitadas; - Número de guias locais treinados - Número de colegiados municipais formalizados; - Colegiados municipais atuantes; - Número de termos de parceria formalizados entre instituições de governo e público-privadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e consórcios); - Estrutura Intersetorial formalizada para acompanhamento do desenvolvimento da atividade turística, com participação da sociedade civil; - Número de novos roteiros estabelecidos; - Número de decisões dos colegiados implementadas; - Calendários de eventos de cada polo elaborado; - Estudos de demanda e diagnósticos, com envolvimento das populações atingidas; - Número de fóruns públicos anuais de discussão (oficinas, audiências, reuniões de conselhos, etc.) realizados; 	<p>Materiais promocionais do turismo</p> <p>Atas de reuniões dos conselhos X relatórios de atividades de governo</p> <p>Material promocional</p> <p>Relatório técnico</p> <p>Atas ou memórias de reunião, devidamente firmadas por representantes do governo, dos empreendedores e dos interessados.</p>
--	--	--

Grupo VI – Acompanhamento das Ações de Gestão Ambiental

TEMAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>Gestão de Áreas críticas/Zoneamento Ecológico Econômico/ Articulação institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Termos de parceria entre órgãos de turismo e meio ambiente; - Estudos de áreas críticas realizados para cada área; - Número de funcionários envolvidos na gestão da sustentabilidade da atividade turística; - % de recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionada para a gestão da sustentabilidade do turismo; - Estudos de capacidade de suporte realizados para cada área e revisados; - Dados sistematizados de tecnologias sociais e fontes de financiamento; - Número de técnicos disponíveis para manutenção do banco de dados; - Protocolo de Cooperação entre Governo Federal e Estado, visando o cumprimento do Decreto 7.029/09 - Programa "Mais Ambiente"; - Comissão estadual para implementação do Programa formalizada; - % de recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionada para a consecução do Programa nas áreas de interesse do turismo; 	<p>Protocolo de cooperação Relatórios técnicos Folhas de pagamento dos órgãos de meio ambiente e turismo Leis orçamentárias federais, estaduais e municipais Relatórios técnicos Banco de dados Folha de pagamento Documento assinado entre Estado e União Ato de criação publicado Leis orçamentárias federais, estaduais e municipais</p>

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais razões para se fazer uso da AAE no âmbito do PRODETUR/RN é avaliar as implicações socioambientais e promover a sustentabilidade do conjunto de ações propostas nos PDITS de cada um dos polos. Neste sentido, a utilização da AAE como instrumento de suporte ao planejamento da atividade turística possibilita o desenvolvimento de uma visão integrada do turismo, considerando as atividades em curso a partir da análise dos programas e projetos em execução em cada polo, bem como a perspectiva de se estruturar um processo de inversão na prática de planejamento no Estado, pela adoção de iniciativas voltadas para o turismo sustentável.

A utilização da AAE no planejamento do turismo contribui para uma visão crítica das oportunidades e dos riscos ao desenvolvimento desta atividade, que no Rio Grande do Norte é fortemente vinculada aos atributos naturais. A AAE, como destaca o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do MTur, “presta-se, sobretudo, a integrar a Política de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com as demais políticas setoriais, por meio da inserção da avaliação de aspectos ambientais nos processos de tomada de decisão, de modo a garantir que as preocupações ambientais sejam levadas em consideração o mais cedo possível, preferencialmente, no momento de formulação das políticas, planos, programas e projetos governamentais”. Permite, também, que se avaliem as principais implicações socioambientais do atual processo de desenvolvimento do turismo, suas tendências e contradições, em torno de uma perspectiva de sustentabilidade.

As regiões que constituem os polos turísticos (Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó), de forma diferenciada, têm no turismo uma das promissoras vocações econômicas e isso define uma perspectiva de desenvolvimento para as regiões, embora não seja a única alternativa, como podemos observar nas informações do diagnóstico anteriormente apresentado:

- O Polo Costa das Dunas é o principal ponto receptor de turistas do Rio Grande do Norte, em virtude de nele se situarem Natal e Tibau do Sul, atualmente os dois principais destinos turísticos do Estado. Associam-se a isto a sua vocação natural para o turismo litorâneo, caracterizado pela disponibilidade de um extenso litoral e uma paisagem constituída de mangues, dunas, falésias e lagoas, como principais atrativos turísticos, concedendo à região a denominação de turismo de sol e praia. Essa associação do Polo Costa das Dunas a um destino de lazer e férias litorâneo é muito forte e já está consolidada nos mercados nacional e internacional;
- O Polo Costa Branca, caracterizado pelo turismo de negócios, vinculado à base econômica da região (sal, petróleo e fruticultura), cuja paisagem apresenta-se associada à Caatinga, que avança até o litoral, em contraste com os demais atributos naturais que compõem a paisagem cênica dessa região, potencializando o desenvolvimento de um turismo mais seletivo, associado à sua beleza mais rústica;
- O Polo Seridó diferencia-se bastante dos outros dois, associando os atrativos turísticos aos aspectos da cultura sertaneja, representada pela gastronomia característica e pelo circuito de festas, religiosas e pagãs, não obstante apresentar aspectos bastante semelhantes em termos de atrativos e dos aspectos físicos, destacando-se a presença de inúmeros sítios arqueológicos, que podem servir de base para novos roteiros associados ao turismo de aventura.

A oferta turística nos três polos está representada pelo conjunto de recursos e atrativos turísticos naturais, compreendendo os elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. Estes, associados às alterações provocadas

pelas demais atividades econômicas (agricultura, com a fruticultura irrigada; pesca, incluindo a carcinicultura; extrativismo mineral, que reúne a produção de sal, petróleo e gás natural; e as cerâmicas, cujas demandas por lenha resultam em significativa redução do seu recurso florestal), correm riscos de degradação, provocados pela fragilidade que caracteriza esses atributos naturais e pela ausência de medidas de planejamento e gestão.

A atividade turística no Estado ainda é marcada pela espontaneidade e ausência de política estadual integrada, com apenas um dos três polos consolidado (Costa das Dunas). Não se observa a integração do turismo com as demais políticas setoriais, com a economia local e com as estruturas institucionais e urbanas dos municípios, o que, certamente, se traduz em perdas econômicas e socioambientais, tanto em seu atual estágio quanto nas perspectivas de futuro.

Identificam-se, na maioria dos municípios dos polos, que o turismo praticado está fortemente condicionado a fatores críticos diretamente responsáveis pela desejável transformação e evolução da atividade econômica, quais sejam: a natureza do turismo; as lacunas apresentadas na infraestrutura e serviços; a dualidade entre o ativo turístico e o ambiental; o deficiente sistema de governança pública; e a fragilidade da mobilização e da participação social.

Tal quadro, representado no Cenário de Referência construído na AAE, sugere a necessidade de rever e ajustar as atuais práticas do turismo, caso o objetivo seja defini-lo como atividade econômica estruturante do desenvolvimento regional e local, desde que integrada às demais atividades existentes e observadas as recomendações apresentadas nesta AAE.

O desenvolvimento sustentável da atividade turística requer a construção de políticas públicas voltadas para a criação das condições necessárias à consecução deste propósito e dirigidas para evitar a descontinuidade das ações implementadas ou a continuidade de ações pontuais, sem perspectiva de uma condução articulada em direção a sustentabilidade.

Destaca-se que a atual prática do turismo tem gerado a desvalorização do modo de vida, usos e costumes tradicionais, provocada pela falta de planejamento e de participação social, associado às rápidas mudanças ocasionadas pela dinâmica intensiva proporcionada por esta atividade. A tendência de incremento dos fluxos turísticos e de novos investimentos nas bases atuais poderá provocar a remoção das comunidades tradicionais para a periferia dos destinos turísticos e possibilitar o incremento de renda pela informalidade.

Neste sentido, o estudo de AAE revela que cinco linhas de ação podem orientar a formulação de uma estratégia comum para a implementação do turismo nos três polos, segundo uma perspectiva de desenvolvimento de uma política integrada e uma visão de futuro orientada para a sustentabilidade:

- Integração entre as políticas setoriais, com ênfase na articulação e gestão integrada das políticas de turismo e meio ambiente, visando um desenvolvimento local sustentável e a permanente melhoria da qualidade de vida;
- Construção prioritária das bases institucionais e de fortalecimento dos órgãos gestores (estadual e municipal), no que se refere à capacitação de pessoal e provimento de instrumentos de gestão, planejamento e monitoramento da implementação da política de turismo;
- Qualificação profissional local, incluindo a mão de obra vinculada à produção associada ao turismo, numa visão de desenvolvimento mais amplo, atendendo aos diversos aspectos do interesse coletivo local e regional;
- Valorização de novos atrativos e requalificação urbanística e paisagística dos existentes, mediante obras executadas sob a orientação de parâmetros de

sustentabilidade e manejo sustentável dos atributos naturais e da paisagem para fins turísticos, inclusive com o fortalecimento do sistema estadual de unidades de conservação;

- Fortalecimento da ampla participação social na concepção da integração e do desenvolvimento do turismo, segundo uma perspectiva de sustentabilidade, por meio do incentivo à mobilização dos diversos segmentos, pela criação de colegiados e realização de campanhas e treinamentos.

Atendidas as recomendações e as medidas mitigadoras e potencializadoras apresentadas na AAE, o desenvolvimento do turismo poderá contribuir para a melhoria da renda da população e o aumento da oferta de emprego e, em função da sua transversalidade com outros setores econômicos, contribuir também para o aumento da oferta de serviços, a produção de insumos para o setor e de produtos finais para os turistas e para a própria coletividade, desde que sejam criadas as condições para que a população local seja efetivamente integrada à atividade e possa absorver os benefícios gerados pelos investimentos do Programa.

Cabe salientar que, devido a um primeiro horizonte de investimentos do PRODETUR Nacional para o RN estar situado no período de dezoito meses, sugerimos que as recomendações desta AAE sejam revistas após o cumprimento deste primeiro cronograma, visando o acompanhamento de sua implantação, a partir dos indicadores selecionados para o programa de monitoramento e as eventuais adequações em função do cenário encontrado

Posteriormente, que as recomendações sejam novamente revistas em dois novos momentos: após 04 anos (horizonte de implementação do Programa) e após dez anos (tempo suficiente para maturação da maioria das ações do Programa).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Bruno Oliveira. **Avaliação ambiental estratégica: tomando decisões e garantindo o encadeamento de ações ambientalmente estruturadas.** In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLQAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. Ciudad de Guatemala, 7, 10 nov., 2006.

ALMEIDA, Rosa Alencar Santana de; OLIVEIRA, Iara Brandão de. **Aplicação da metodologia de pesquisa Delphi, via internet, na seleção de parâmetros para elaboração de índices de qualidade de água.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 24. Disponível em: < <http://www.saneamento.poli.ufrj.br/documentos/24CBES/I-130.pdf> > Acesso em: 15 mar 2010.

BANCO DO NORDESTE. **Manual de impactos ambientais:** orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

BANCO DO NORDESTE. **PRODETUR NE II – objetivos.** Disponível em: <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/PRODETUR/PRODETUR_ne2/gera-dos/objetivos.asp> Acesso em: 05 dez. 2009.

BARTHOLO Jr., Roberto dos Santos (Coord.). **Utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos.** Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/PEP/LTDS, 2009. [Relatório Técnico- Científico]. Disponível em < http://www.ltds.ufrj.br/tds/bibli/relatorio_geral_cnpq.pdf > Acesso: 29 jun., 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Manual de planejamento e gestão socioambiental.** Brasília: Mtur, [20--].

BRASIL. Ministério do Turismo. **Avaliação ambiental estratégica Região Norte:** introdução e apresentação. Brasília: LIMA/UFRJ, jul., 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010 – Uma viagem de inclusão.** Brasília: Mtur, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo:** marcos conceituais. Brasília: Mtur, 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo:** guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades/CONFEA, 2005.

BRASIL. EMBRAPA. **Construção participativa de indicadores de sustentabilidade.** Brasília: EMBRAPA, 2004. Disponível em: < <http://www..agencia.cnptia.embrapa.br/> > Acesso: 26 jun., 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Manual de avaliação ambiental estratégica.** Brasília: MMA/SQA, 2002. 92 p.

COSTA, Helena A; BURSZTYN, Maria Augusta A.; NASCIMENTO, Elimar P. do. **Participação social em processos de avaliação ambiental estratégica.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a05v24n1.pdf> > Acesso em: 18 mar. 2010.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

EGLER, Paulo Cesar Gonçalves. Perspectivas de uso no Brasil do processo de avaliação ambiental estratégica. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 11, ju., 2001. Disponível em < <http://www.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias11/12paulo.pdf> > Acesso em: 15 fev., 2010.

EGLER, Paulo Cesar Gonçalves e AGRA FILHO, Severino Soares. **Avaliação ambiental estratégica**. São Paulo: 2004 (Apostila de Curso).

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaços, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Sustentável para Região Metropolitana de Natal** – Natal Metrôpole 2020. Natal: SEPLAN, v. 1, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Sustentável para Região Metropolitana de Natal** – Natal Metrôpole 2020. Natal: SEPLAN, v. 2, 2009.

LE MOS, Amalia Ines G. de (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [Geografia e Realidade, 31].

MAZZON, José Afonso. **Pesquisa qualitativa com a técnica delphi**. São Paulo: FEA/USP, 11 ago., 2010.

MEDEIROS, Carlos Alberto Freire. **Pesquisa Qualitativa com a Técnica Delphi**. São Paulo/SP: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP, 2000. Manuscrito não publicado.

PARTIDÁRIO, Maria do Ros. **Guia de boas práticas para avaliação ambiental estratégica**. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, 59 p.

PEREIRA, Carlos Alberto do Amaral de Oliveira *et al.* A avaliação ambiental estratégica como instrumento de ordenamento e gestão urbana e territorial em áreas de mananciais: o caso da Região Metropolitana de São Paulo, Brasil. *In: ENCONTRO DA ANPPAS*, 3. **Anais...** Brasília, 23 a 26 maio 2006.

PORTUGAL. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa. **Avaliação ambiental estratégia das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão: Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013)**. Disponível em: < <http://www.proconvergencia.azores.gov.pt/doc/CI/> > Acesso em: 29 jun., 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. **Atlas para a promoção do investimento sustentável no Rio Grande do Norte: Módulo I** – zona homogênea mossoroense. Natal: IDEMA, 2005. [Material cartográfico]

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Defesa do Meio Ambiente. **Atlas para a promoção do investimento sustentável no Rio Grande do Norte: Módulo II** – região do Seridó,

zonas homogêneas de Caicó, Currais Novos e Serras Centrais. Natal: IDEMA/AGN, 2009. [Material cartográfico].

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2001.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação ambiental estratégica e sua aplicação no Brasil**. In: Debate Rumos da Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil. São Paulo: USP, 9 dez., 2008. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/iea/aae.html> > Acesso em: 20 fev., 2010.

WRIGHT, James Terence Coulter; GIOVINAZZO, Renata Alves. Delphi – uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 12, 2 trim., 2000. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/tematicas/futuro/projeto/delphi.pdf> > Acesso em: 15 mar., 2010.

ANEXOS

ANEXO I
RESULTADO DA CONSULTA A ATORES SOCIAIS RELEVANTES
PESQUISA COM MÉTODO DELPHI

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL/RN QUESTIONÁRIO PESQUISA DELPHI – PRIMEIRA RODADA

O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Turismo (MTur), tem por objetivo o financiamento, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de programas regionais para fortalecer o desenvolvimento do turismo, consolidando a região como importante destinação turística nacional e internacional. Orientados pela Política Nacional de Turismo, cujo objetivo principal é gerar condições que facilitem a consecução das metas do Plano Nacional de Turismo, espera-se que sua execução atenda às especificidades de cada uma das regiões do País, atendendo também seus objetivos específicos, quais sejam: contribuir para aumentar a capacidade de competição dos destinos turísticos brasileiros; e consolidar a política turística nacional, por meio de gestão pública descentralizada, participativa e em cooperação com os diferentes níveis da Administração Pública (federal, estadual e municipal). O Programa apoiará o financiamento de projetos de desenvolvimento turístico organizados em cinco componentes descritos em seu Regulamento Operacional (ROP) e sistematizados a seguir:

- **Estratégia do Produto Turístico:** tem como objeto os atrativos – naturais e culturais, tangíveis e intangíveis – que originam e motivam o deslocamento de uma pessoa a um lugar determinado, incluindo neste contexto os serviços e equipamentos necessários para satisfazer as motivações da viagem, possibilitar o consumo e estimular a economia local / regional. A estratégia de produtos turísticos admite ainda as ações de planejamento e outras, capazes de motivar investimentos privados destinados a melhorar a competitividade dos lugares, em segmentos ou nichos.
- **Infraestrutura e Serviços Básicos:** este componente procura integrar os lugares / regiões turísticas, onde existirão os investimentos em produtos turísticos, com intervenções necessárias para promover a acessibilidade e, no lugar, satisfazer as necessidades do saneamento ambiental – água, esgotamento e tratamento sanitário, energia elétrica, comunicações, segurança e saúde;
- **Estratégia da Comercialização:** é o componente que contempla ações que objetivam dar a conhecer e fortalecer a imagem dos destinos turísticos, identificando todo o seu patrimônio de atratividade e o caráter e singularidades dos lugares;
- **Fortalecimento Institucional:** são os mecanismos de gestão turística, necessariamente compartilhados entre os níveis de coordenação, no âmbito federal, estadual e municipal / local, com a participação do setor privado, por meio de suas representações associativas. O componente admite que, além das ações institucionais de gestão a serem criadas ou aprimoradas, deverá atender as necessidades de reestruturação dos processos de gerenciamento e gestão, inclusive desenvolvimento de software, capacitação, assistência técnica e equipamentos;
- **Gestão Ambiental:** é o componente que estabelecerá critérios sobre a proteção dos recursos naturais e culturais, que se constituem na base da atividade turística e, portanto, admitindo a requalificação e preparo destes ambientes para a visitação, resguardado os seus aspectos de integridade fundamentais.

No Rio Grande do Norte, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS constitui-se como instrumento norteador para o conjunto de investimentos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL que tem como fonte financiadora o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O estado hoje conta com cinco Polos

turísticos instituídos, dos quais três são objeto deste trabalho: Polo Costa das Dunas, Polo Costa Branca e Polo Seridó. A área de abrangência de cada um dos três Polos contempla os seguintes municípios (mapa anexo):

A. POLO COSTA DAS DUNAS – composto pelos municípios de Natal, Parnamirim, São José de Mipibu, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arez, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa.

B. POLO COSTA BRANCA – composto pelos municípios de Areia Branca, Assú, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Tibau, Caraubás, Pendências, Serra do Mel e Apodí.

C. POLO SERIDÓ – composto pelos municípios de Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Parelhas, Jardim do Seridó, Florânia, Tenente Laurentino, Lagoa Nova, Timbaúba dos Batistas, Ouro Branco, Equador, Santana do Seridó, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Jucurutu.

Dentre as atividades a serem realizadas na fase preparatória da execução dos programas regionais, que inclui a elaboração dos referidos PDTIS, o MTur e o BID recomendaram a execução da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE como instrumento mais apropriado para introduzir os princípios da sustentabilidade na elaboração de Planos e Programas da natureza do PRODETUR, contribuindo para o processo de tomada de decisão. A AAE deve ser conduzida por meio de uma metodologia qualitativa, participativa. Para tanto, contará, entre outras formas de consulta, com a contribuição de especialistas nas diversas áreas de conhecimento que se inter-relacionem com as ações previstas para a área turística, com a adoção da Técnica Delphi, sugerida pelo próprio MTur, como forma de estruturar o processo de comunicação grupal na obtenção de consenso a respeito das ações estratégicas e futuras, por meio de rodadas sucessivas (no mínimo duas) de entrevistas, conforme questionário a seguir, preparado para atender à primeira rodada.

Lembramos que estes dados são confidenciais e serão utilizados unicamente para Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Nenhuma informação com relação aos dados pessoais do panelista será divulgada.

1. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

(corrija ou atualize os dados abaixo)

1.1. Nome: deve estar preenchido _____

1.2. Telefone: deve estar preenchido _____

1.3. E-mail: deve estar preenchido _____

1.4. Quantos anos têm de experiência profissional: () anos

1.5. Qual a sua formação escolar: (marque apenas uma alternativa, correspondente à condição atual)

1. Nível superior ()

2. Especialização (cursos de 360 horas ou mais, exceto MBA) ()

4. Mestrado ()

5. Doutorado ()

6. Outro (especifique) _____ ()

1.6. Qual o seu campo de atuação atualmente:

1. Instituição Governamental Federal ()

1.1. Órgão/Área: _____

2. Instituição Governamental Estadual ()

2.1. Órgão/Área: _____

3. Instituição Governamental Municipal ()

3.1. Órgão/Área: _____

4. Instituição de Ensino e Pesquisa ()

4.1. Área: _____

5. Empresário do Setor Turístico: ()

5.1. Ramo de atuação: _____

6. Organizações Não-Governamentais (ONGs) ()

6.1. Setor de atuação: _____

7. Outra: (especifique área) _____ ()

2. COMPONENTE: ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

O **Polo Costa das Dunas**, compreendido pelos municípios do litoral oriental do Rio Grande do Norte, é o principal ponto receptor de turistas no Estado, em virtude de nele se situarem Natal e Tibau do Sul, os dois principais destinos turísticos do Estado. Sua vocação natural é o turismo litorâneo (turismo de sol e praia). Por isso, muitas das ações pensadas para o Polo Costa das Dunas concentram-se no litoral, como forma de melhor qualificá-lo paisagística e ambientalmente para receber o turista, aonde turismo de sol e praia continua prioritário. No entanto, os estudos e diagnósticos demonstram a necessidade de estratégias e ações para fortalecer esse Polo e garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo e, nesse sentido, concentrar todos os investimentos apenas no segmento de sol e praia é insuficiente.

Já o **Polo Costa Branca**, localizado no litoral norte e parte da região oeste do Estado, cujo principal centro urbano é a cidade de Mossoró, tem como potenciais atrativos e produtos turísticos os atributos naturais que caracterizam a paisagem da região, composta pela faixa litorânea e a caatinga, pouco ocupada e explorada pela atividade turística.

As festas populares, religiosas e/ou profanas são o fator que mais atrai visitantes para o **Polo Seridó**. É o chamado turismo de retorno, feito por pessoas originalmente daquele lugar ou que tenham com ele ligação afetiva, que acabam estimulando amigos e outros conhecidos a também conhecer aquela localidade. Contudo, o Seridó possui muitas outras potencialidades: turismo arqueológico, turismo de aventura e turismo rural. Outro aspecto diferencial do Polo Seridó é o patrimônio histórico-cultural material e imaterial, os saberes e fazeres, que fortemente caracterizam e dão identidade ao sertanejo daquela região: Seridó. A realidade, entretanto, é que afora os festejos e acontecimentos populares (religiosos e profanos) e outros acontecimentos sazonais (sangria dos açudes), os segmentos acima citados encontram-se em estágio inicial de desenvolvimento, necessitando de estratégias e ações que os estruturam e fortaleçam.

2.1. Em sua opinião quais serão as iniciativas que deverão ser implementadas para garantir o equilíbrio no desenvolvimento da atividade turística e a conservação dos atributos naturais da região. (Enumere de 0 a 3 por ordem de relevância)

Ações

Grau de Relevância

3. Alta 2.Regular 1.Baixa 0.N/A NR

Elaboração e implantação dos Planos Diretores para todos os municípios dos Polos.

[]	[]	[]	[]	[]
88,89 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Elaboração do Código de Meio Ambiente incluindo o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) dos Polos.

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração de inventários turísticos municipais, de pesquisa de demanda com vista à organização de um calendário de eventos, de pesquisa de fluxo turístico, estes precedendo o plano de turismo municipal, ou inseridos em seu processo de construção, como base de informações essenciais para os mesmos.

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	22,22 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %

Elaboração dos Planos de Turismo Municipal como instrumento de gestão e definição da capacidade de suporte da atividade.

[]	[]	[]	[]	[]
44,44 %	50,00 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Elaborar e implementar o Projeto Orla⁵ em todos os municípios litorâneos dos Polos, como instrumento de gestão municipal.

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	33,33 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %

Levantamento das áreas degradadas pela exploração turística, visando o desenvolvimento de programas de recuperação e uso sustentável.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Identificar e zonar as áreas a serem legalmente protegidas visando à criação de Unidades de Conservação

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Implantar as unidades de conservação criadas, a partir da instalação de conselho gestor e elaboração/implementação de plano de manejo

[]	[]	[]	[]	[]
38,89 %	55,56 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Implantar programa de melhoria da produção associada ao turismo, como mecanismo de inserção da população local e maior sustentabilidade da atividade.

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	5,56 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
11,11 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	83,33 %

O foco das ações do componente Produto Turístico no Polo Costa das Dunas visam estruturar os produtos e destinos em si, a partir de sua readequação urbanística e ambiental, e estruturação das localidades onde se situam os produtos.

2.2. Para que os projetos de requalificação urbanística e ambiental da orla, incluindo novos ancoradouros, contemplem os princípios da sustentabilidade, faz-se necessário a adoção de requisitos que garantam a durabilidade das obras e o não agravamento dos problemas socioambientais. Entre os requisitos abaixo relacionados, indique aqueles que julgarem pertinentes, de acordo com o grau de relevância.

Requisitos

Grau de Relevância

3. Alto 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Obras executadas com observação aos critérios estabelecidos no âmbito do Projeto Orla

[]	[]	[]	[]	[]
83,33 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Obras precedidas de avaliação de impacto ambiental e estudos de dinâmica e erosão costeira e estudos de capacidade de suporte em função do aumento do fluxo de visitação

[]	[]	[]	[]	[]
83,33 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Obras administradas segundo protocolo de gestão ambiental determinado pelo órgão estadual executor gestor, a partir dos parâmetros e critérios exigidos pelo BID no contrato de empréstimo

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Obras que respeitem e conservem as peculiaridades e a

[]	[]	[]	[]	[]
-----	-----	-----	-----	-----

⁵ Ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, no âmbito de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ e o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito de sua Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. O projeto busca responder a uma série de desafios, como reflexo da fragilidade dos ecossistemas da orla, do crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes, estabelecendo critérios para destinação de uso de bens da União, visando o uso adequado das áreas públicas, a existência de espaços estratégicos (portos, áreas militares, etc.) e de recursos naturais protegidos. A concepção da gestão adotada pelo projeto é amparada nas políticas ambiental e patrimonial brasileiras e tem como base legal o Decreto 5.300/2004, que regulamenta a Lei 7.661/88 e estabelece critérios de gestão da orla marítima.

dinâmica da paisagem local, conservando a vegetação costeira, principalmente os mangues e as e suas funções e serviços ambientais

72,22 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %
---------	---------	--------	--------	--------

Obras que mantenham o livre acesso à praia pela população local

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Presença de equipamentos que permitam a continuidade das atividades tradicionais (pesca, manifestações culturais, esportes, p.ex.)

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	44,44 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Presença de equipamentos de drenagem e saneamento urbano

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	11,11 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	100,00 %

A disponibilidade de recursos hídricos em boa parte dos municípios dos Polos Costa das Dunas e Costa Branca, especialmente em Natal, Maxaranguape, Tibau do Sul, Guamaré, Galinhos, Areia Branca, Grossos e Tibau, constituem alternativa como atrativo turístico para estas regiões, possibilitando a criação de um roteiro náutico entre estes municípios. Para o incremento desta atividade, os municípios devem ser dotados de local e infraestrutura adequados ao seu desenvolvimento, principalmente no apoio às atividades de esporte e lazer, podendo constituir, ao mesmo tempo, alternativa de acesso.

2.3. Nesse sentido, identifique, por grau de relevância e viabilidade, quais as alternativas de projetos de infraestrutura de apoio a esta atividade, considerando as condições e características ambientais locais e observando as exigências legais

Alternativas

Grau de Relevância

3. Alto 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Elaborar e implementar projetos executivos de ancoradouros para pequenas embarcações particulares, em locais previamente identificados e estudados

[]	[]	[]	[]	[]
33,33 %	50,00 %	11,11 %	0,00 %	5,56 %

Elaborar e implementar projetos executivos de marinas que permitam a guarda de embarcações e prestação de serviços associados

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	27,78 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %

Identificar e destinar áreas específicas para a implementação de parques temáticos associados ao esporte e lazer aquático

[]	[]	[]	[]	[]
38,89 %	44,44 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %

Elaborar e implementar projetos executivos de terminais de passageiros que permitam incrementar o acesso náutico aos municípios que constituem destinos turísticos

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	27,78 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
-----	-----	-----	-----	-----

5,56 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	94,44 %
-----------	-----------	-----------	-----------	------------

O “Cajueiro do Pirangi” é um dos produtos turísticos mais bem sucedidos do Rio Grande do Norte, com milhares de visitantes que o procuram por todo o ano, em função da excentricidade do fenômeno causado por uma anomalia natural. No entanto, esse fenômeno tem causado transtornos locais, uma vez que, com a cessação de sua poda, o mesmo tem crescido e avançado sobre a principal via de acesso ao litoral sul, bem como sobre as casas vizinhas, a maioria destinadas ao veraneio. Sua poda traz o risco de retirá-lo da condição de maior do mundo.

2.4. Para gerenciar o problema, quais medidas seriam necessárias para se buscar uma solução efetiva e permanente? (Assinale com “X” os quatro principais requisitos)

Estudo de alternativa para a gestão do Cajueiro de Pirangi.	20,90 %
Processo de consulta pública com os agentes interessados.	11,94 %
Estabelecimento de um programa de poda controlada pelo órgão estadual de gestão ambiental	17,91 %
Elaboração de um programa de manejo visando tanto a conservação da espécie e sua atração turística quanto a preservação do entorno.	22,39 %
Construir um traçado alternativo para o acesso ao litoral sul, desativando as vias laterais atuais e garantindo seu livre crescimento	14,93 %
Promover a desapropriação dos lotes residenciais que estejam sendo afetados pelo crescimento do cajueiro, garantindo que a árvore prossiga crescendo naturalmente	7,46 %
Outros (especifique) _____	4,48 %

2.5. Assinale, por ordem de relevância, quais ações são essenciais para a consolidação dos produtos turísticos no Polo Costa das Dunas, para garantir a sustentabilidade econômica e socioambiental do desenvolvimento da atividade turística?

Alternativas

Grau de Relevância

3. Alto 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Construção de novo acesso ao Parque das Dunas (depende de decisão do conselho gestor e alteração do plano de manejo)

[]	[]	[]	[]	[]
44,44 %	22,22 %	16,67 %	0,00 %	16,67 %

Elaboração de diagnóstico da potencialidade turística do produto turístico “Lagoas de Nísia Floresta”

[]	[]	[]	[]	[]
44,44 %	27,78 %	22,22 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para construção do Calçadão do Potengi

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	11,11 %	27,78 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração e implantação de um terminal turístico na ilha do Flamengo, na lagoa de Guarairas, em Arez

[]	[]	[]	[]	[]
22,22 %	38,89 %	27,78 %	0,00 %	11,11 %

Elaboração e implantação de projeto executivo de passarela na praia da Pipa, em Tibau do Sul

[]	[]	[]	[]	[]
-----	-----	-----	-----	-----

44,44 %	33,33 %	11,11 %	0,00 %	11,11 %
[]	[]	[]	[]	[]
16,67 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	83,33 %

Outros:
 (especifique) _____

2.6. Em sua opinião, o Morro do Careca deve ser aberto ao público para visitação controlada por meio de trilhas?

SIM 61,11 %
 NÃO 38,89 %

2.7. Caso afirmativo, você vê a necessidade de criação de uma unidade de conservação que o proteja e que estas trilhas, bem como outros equipamentos de apoio à visitação, sejam planejadas no contexto de um plano de manejo da unidade?

SIM 61,11 %
 NÃO 5,56 %
 NR 33,33 %

O Polo Costa Branca, caracterizado por um cenário paisagístico pouco aproveitado com praias rústicas e baixa visitação, necessita de uma estrutura mínima para o receptivo dos turistas, de forma a oferecer, tanto ao turista quanto a população tradicional, um local agradável, com um projeto harmônico que somado às belezas naturais da orla dos municípios costeiros do Polo, contribua para a conservação e valorização do meio ambiente.

2.8. Para manter conservados os atributos naturais que caracterizam o cenário paisagístico das praias do Polo e ofereçam uma estrutura mínima ao visitante, quais os requisitos mínimos que um projeto de intervenção deve apresentar. (Assinale com "X" os três principais requisitos)

Padronização na urbanização de todos os trechos da orla marítima 0,00 %
 Urbanização observando, rigorosamente, as condições físicas e ambientais de cada trecho da orla assegurando a manutenção e conservação das condições naturais 30,00 %
 Manutenção das características naturais da orla, evitando a ocupação intensiva, sugerindo o turismo ecológico como alternativa 34,00 %
 Projeto de urbanização da orla, incluindo infraestrutura, contenção da erosão marinha e ponto de apoio ao turista e visitante garantindo a conservação das características naturais como atrativo turístico 32,00 %
 Outros (especifique) _____ 2,00 %

Os exemplares de significativo valor arquitetônico e atributos de relevância ambiental identificados nos municípios dos Polos, aptos a receber projetos e obras de conservação e recuperação parcial ou integral, necessitam da elaboração e implementação de um projeto de reconhecimento e conservação, como garantia de aproveitamento pela atividade turística, a exemplo do Lajedo de Soledade que é um atrativo muito conhecido e visitado no Polo Costa Branca.

2.9. O que você considera mais relevante para valorização do patrimônio histórico-cultural e natural, com fins turísticos? (Assinale com um "X" duas opções)

A restauração e conservação do patrimônio histórico-cultural e natural para utilização 21,05 % como atrativo turístico

A restauração e revitalização do patrimônio histórico-cultural do Polo para fins 21,05 % turísticos, atendidas as demandas socioculturais locais

A utilização de elementos do patrimônio natural ou construído para fins turísticos com 26,32 % estrutura e controle da visitação

Necessidade do aprofundamento de conhecimento sobre o patrimônio natural e 31,58 % construído visando sua transformação adequada em produto turístico

Outros (especifique) _____ 0,00 %

A estruturação dos Polos Costa Branca e Seridó e a consolidação do Polo Costa das Dunas como Polos turísticos depende de investimentos em ações e projetos estruturantes de divulgação e informação sobre o produto. Os Polos Costa Branca e Seridó não possuem sequer um equipamento de Atendimento ao Turista. Complementando essa estrutura de apoio, destaca-se a sinalização de roteiros turísticos como uma necessidade para a valorização dos atrativos e produtos em qualquer destinação turística, pois facilita a locomoção do turista pelo território.

2.10. Atualmente quais as ações necessárias para um atendimento de qualidade ao turista, que contribuam para a promoção do turismo e assegure o desenvolvimento sustentável da atividade nos Polos?

Ações

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Apenas a sinalização dos destinos turísticos complementando a existente nos Polos

[]	[]	[]	[]	[]
16,67 %	27,78 %	22,22 %	27,78 %	5,56 %

Sinalização dos destinos complementada com estruturas de apoio, apenas nos principais destinos

[]	[]	[]	[]	[]
27,78 %	50,00 %	5,56 %	11,11 %	5,56 %

Dotar os municípios dos Polos de equipamento de atendimento aos visitantes contribuindo para promoção da atividade turística

[]	[]	[]	[]	[]
44,44 %	44,44 %	5,56 %	0,00 %	5,56 %

Os equipamentos de atendimento ao turista devem estar associados às casas de cultura e salas verdes, permitindo associar a informação turística, cultural e ambiental

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

A sinalização dos destinos e as estruturas de apoio contribuindo para a melhoria dos serviços de informação e elevação da satisfação do turista com o destino

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	22,22 %	11,11 %	0,00 %	5,56 %

A sinalização dos destinos e as estruturas de apoio voltadas para a educação ambiental e utilização adequada do patrimônio natural e construído, potenciais produtos do turismo no Polo

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Outros: (Especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	88,89 %

A capacitação do profissional do turismo é um dos principais problemas do setor no Rio Grande do Norte. A profissionalização e especialização dessa mão de obra tende a agregar valor aos produtos turísticos oferecidos no Estado, contribuindo para a maior satisfação do turista.

2.11. Que medidas devem ser adotadas para melhoria da qualificação e capacitação profissional local que contribua para o desempenho gerencial e a inserção destes segmentos no mercado de trabalho? (Assinale com o "X" três opções).

Identificação da oferta e demanda de capacitação em todos os municípios dos Polos 20,75 %

Implantar programas de capacitação voltados para profissionais e empresários locais 26,42 %

Implantar programas de capacitação para guias locais incluindo a dimensão ambiental e o patrimônio histórico-cultural que caracterizam os Polos 22,64 %

Implantar programa de capacitação para o segmento envolvido na produção associada à atividade turística, permitindo maior sustentabilidade a estas atividades e, conseqüentemente, ao turismo 28,30 %

Outros: (Especifique): _____ 1,89 %

A transformação dos recursos em atrativos ou produtos turísticos implica a formatação e execução de instrumentos de planejamento e gestão municipal do ponto de vista do uso e ocupação do território. Para tanto, é necessária a elaboração de dispositivos legais de ordenamento do solo urbano e rural e de planos municipais de turismo, bem como a implementação de projetos de gestão ambiental visando à sustentabilidade das destinações turísticas.

2.12. Quais dos recursos existentes no Polo Seridó que poderão ser transformados em produto, de acordo com o grau de relevância?

Potencialidades

Grau de Relevância

3. Alto 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

	3. Alto	2. Regular	1. Baixa	0.N/A	NR
Festas Religiosas	[]	[]	[]	[]	[]
Serras	[]	[]	[]	[]	[]
Açudes	[]	[]	[]	[]	[]
Gastronomia	[]	[]	[]	[]	[]
Artesanato	[]	[]	[]	[]	[]
Eventos esportivos e culturais	[]	[]	[]	[]	[]
Sítios Arqueológicos	[]	[]	[]	[]	[]
Patrimônio Histórico Cultural (monumentos, a história e a memória do lugar).	[]	[]	[]	[]	[]
Outros: (especifique) _____	[]	[]	[]	[]	[]

2.13. Identificar os atrativos turísticos já consolidados no Polo Seridó, de acordo com o grau de relevância.

Atrativos Turísticos

Grau de Relevância

	3. Alta	2. Regular	1. Baixa	0.N/A	NR
Festa de Sant'Ana em Caicó	[]	[]	[]	[]	[]
	94,44 %	0,00 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %
Sítios Arqueológicos	[]	[]	[]	[]	[]
	38,89 %	38,89 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %
Carnaval	[]	[]	[]	[]	[]
	38,89 %	50,00 %	5,56 %	5,56 %	0,00 %
Gastronomia	[]	[]	[]	[]	[]
	72,22 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Artesanato	[]	[]	[]	[]	[]
	66,67 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Eventos esportivos e culturais	[]	[]	[]	[]	[]
	5,56 %	66,67 %	22,22 %	0,00 %	5,56 %
Patrimônio Histórico Cultural (monumentos, a história e a memória do lugar).	[]	[]	[]	[]	[]
	27,78 %	55,56 %	5,56 %	0,00 %	11,11 %
Outros: (especifique) _____	[]	[]	[]	[]	[]
	0,00 %	0,00 %	5,56 %	0,00 %	94,44 %

As festas religiosas se configuram em potencialidades para o turismo religioso. Estas poderão ser transformadas em produtos turísticos a partir da formatação e execução de instrumentos de planejamento e gestão municipal, possibilitando a formação de um circuito religioso envolvendo as localidades de Acari, Caicó, Currais Novos e Jardim do Seridó. Tal processo de planejamento e gestão se faz necessário, uma vez que esses eventos geram uma concentração populacional na área do Polo Seridó, constituído de municípios com grandes carências de infraestrutura e prestação de serviços básicos (transporte, acessibilidade, saneamento ambiental, serviços de comunicação, meios de hospedagens, sinalização turística, entre outros).

2.14. Diante desse contexto, quais as ações deverão ser implementadas para a implantação e viabilização de um roteiro turístico religioso sustentável?

Ações

	Grau de Relevância				
	3. Alta	2. Regular	1. Baixa	0.N/A	NR
Elaborar Plano Municipal de Turismo para os municípios do Polo que contemplem programas nas áreas de prestação de serviços básicos, infraestrutura de apoio ao turismo, <i>marketing</i> entre outros.	[]	[]	[]	[]	[]
	61,11 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %
Elaborar estudos de viabilidade para implantação de Centro de Eventos preparados para servir de apoio as festividades, além de sediar outros eventos fora do tempo das festividades.	[]	[]	[]	[]	[]
	50,00 %	44,44 %	0,00 %	5,56 %	0,00 %
Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo Seridó.	[]	[]	[]	[]	[]
	50,00 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	11,11 %
Formular e produzir materiais promocionais e informativos para o Polo Seridó.	[]	[]	[]	[]	[]
	50,00 %	33,33 %	11,11 %	0,00 %	5,56 %
Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo nos municípios do Roteiro Seridó.	[]	[]	[]	[]	[]
	55,56 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	5,56 %

Elaborar instrumentos de controle e proteção ambiental e do patrimônio histórico-cultural.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	27,78 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Desenvolver e implantar Sistema de Informações Turísticas, priorizando os municípios integrantes do Roteiro Seridó.

[]	[]	[]	[]	[]
38,89 %	55,56 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
5,56 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	94,44 %

Os Sítios Arqueológicos existentes no Polo Seridó sofrem processo de degradação ambiental, devido a sua fragilidade ecológica e a falta de uma consciência da população local sobre a sua importância como patrimônio histórico-cultural da região. A transformação desse potencial, localizado em propriedade privada, em um atrativo e/ou produto turístico poderá contribuir para a conservação ambiental do acervo arqueológico, desde que sejam adotadas medidas efetivas para a sua conservação e sua proteção.

2.15. Quais das medidas abaixo você considera, de acordo com o grau de relevância, adequadas para a valorização, conservação e proteção do acervo arqueológico e que possibilite o desenvolvimento do turismo sustentável?

Ações

Grau de Relevância

3. Alta **2. Regular** **1. Baixa** **0.N/A** **NR**

Identificação, caracterização e delimitação dos sítios com relevância para a proteção.

[]	[]	[]	[]	[]
94,44 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Apoio institucional para promover a criação e implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) nas áreas dos Sítios Arqueológicos.

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	27,78 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %

Desenvolvimento de iniciativas público-privadas para a gestão dos sítios arqueológicos.

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração e execução de projetos para infraestrutura receptiva dos Sítios, considerando o limite sustentável de utilização e suas características especiais.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Elaboração e implementação de projeto executivo para sinalização turística nos sítios arqueológicos no Polo Seridó.

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração e implantação de Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo nos municípios do Roteiro Seridó.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração de Plano de Manejo que contemple a capacidade de suporte, normas de controle e visitação, divulgação entre outros.

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Disponibilização de mecanismos de financiamento para que os proprietários possam executar as medidas propostas.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	100,00 %

Os municípios que integram o Polo Seridó estão geograficamente inseridos na região semi-árida do Estado, possuindo, portanto, características socioculturais, econômicas e ambientais próprias do homem do sertão, cujos hábitos e estilos de vida são remanescentes das fazendas de gado, expressos através do artesanato e da culinária típica, da religiosidade, do acervo

arquitetônico histórico, dos eventos esportivos e culturais como as vaquejadas, enfim, das manifestações e usos populares tradicionais.

2.16. Diante desse fato você considera que o turismo histórico-cultural e o turismo rural devam ser tratados como segmentos prioritários para viabilização do Polo Turístico Seridó?

SIM 83,33 %
 NÃO 16,67 %

Caso sua resposta seja SIM, identifique quais as potencialidades abaixo poderão ser transformadas em produtos, por ordem de relevância?

Potencialidades

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Museus, igrejas, casarios e monumentos históricos nos municípios como p.ex. Acarí, Caicó, Currais Novos, Carnaúba dos Dantas.

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

As fazendas de gado em Acarí, Carnaúba dos Dantas, Jardim do Seridó e Parelhas.

[]	[]	[]	[]	[]
33,33 %	33,33 %	16,67 %	0,00 %	16,67 %

Os sítios arqueológicos.

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

A gastronomia sertaneja.

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

O artesanato local, incluindo os bordados de Caicó e Timbauba dos Batistas.

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

Eventos culturais programados como o Carnaval de Caicó, o Carnaxelita em Currais Novos, as vaquejadas, os festivais gastronômicos, festival nordestino de violeiros em Acarí, entre outros eventos.

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	88,89 %

3. COMPONENTE: ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

As condições de comercialização dos produtos e destinos turísticos necessitam de um processo de planejamento que possibilite a análise prévia da demanda e dos diferentes públicos-alvo, definindo as melhores possibilidades e formas de divulgação.

3.1. Diante deste contexto, classifique de acordo com o nível de relevância ações que viabilizem condições e meios adequados de comercialização dos produtos e destinos turísticos disponíveis no Polo.

Ações

Grau de Relevância

	3. Alta	2.Regular	1.Baixa	0.N/A	NR
Criação de programa de pesquisa de mercado contínua, em âmbito nacional e internacional, nos núcleos emissores	[]	[]	[]	[]	[]
	33,33 %	50,00 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %
Realização de feiras e rodadas de negócios para promoção e comercialização dos produtos turísticos do Polo	[]	[]	[]	[]	[]
	55,56 %	27,78 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %
Elaboração de Plano de <i>Marketing</i>	[]	[]	[]	[]	[]
	77,78 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Desenvolvimento de um sistema <i>online</i> para a comercialização e divulgação do turismo do Polo.	[]	[]	[]	[]	[]
	66,67 %	22,22 %	5,56 %	5,56 %	0,00 %
Formulação e produção de materiais promocionais e informativos	[]	[]	[]	[]	[]
	50,00 %	38,89 %	5,56 %	0,00 %	5,56 %

A atividade turística tem a característica essencial de atrair pessoas de fora da localidade onde seus atrativos se encontram, variando, de acordo com a força do produto, na capacidade de atrair público regional, nacional e internacional. Os programas de *marketing* e o sistema de comercialização online, bem como a produção de material publicitário são, desse modo, intrínsecos à atividade, como forma de divulgar os produtos existentes e facilitar sua comercialização.

Por outro lado, a estratégia de criação de Polos turísticos parte do pressuposto de que a ampliação e diversificação da capacidade instalada em áreas previamente selecionadas estimulará não só o turismo como outras atividades. Em outras palavras, supõe-se que a concentração do conjunto de atividades turísticas em um Polo exerça efeitos atrativos sobre outras atividades no mesmo espaço econômico e geográfico, favorecendo o desenvolvimento sustentado.

3.2: Na sua opinião, quais as características essenciais para a estruturação destas ferramentas de forma a garantir o efeitos benéficos para a atividade turística, do ponto de vista econômico e socioambiental? (Assinale com "X" os três principais requisitos).

Promoção de cada atrativo individualmente, estimulando as prefeituras e empreendedores locais a estabelecerem campanhas de atração do turista para o seu município. 1,82 %

Promoção de roteiros que integrem os diversos atrativos existentes, permitindo o fortalecimento dos Polos e a integração de esforços entre os municípios e destes com o Estado. 27,27 %

Campanhas crescentes e contínuas de atração de turistas para estimular o aumento do fluxo de turistas. 9,09 %

Campanhas baseadas em pesquisa contínua de mercado, em âmbito nacional e internacional, 16,36 % nos núcleos emissores, constituindo base de informações essencial para orientar o plano de marketing e a produção de materiais promocionais e informativos.

Campanhas baseadas em inventários turísticos municipais, pesquisas de demanda e de fluxo turístico e estudos de capacidade de suporte, garantindo a sustentabilidade do crescimento pretendido da atividade. 12,73 %

Campanhas que integrem informações turísticas a informações socioambientais, permitindo um melhor conhecimento da realidade dos Polos, tanto em termos de seus atrativos turísticos quanto aos demais aspectos da realidade local / regional 10,91 %

Campanhas que integrem aos produtos turísticos as atividades inerentes à produção associada, permitindo a promoção dos inúmeros aspectos que caracterizam o Polo, como estratégia de aumentar sua sustentabilidade 21,82 %

Outros (especifique) _____ 0,00 %

4. COMPONENTE: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

A garantia da participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas tornou-se uma conquista da sociedade civil organizada, tendo os colegiados como instâncias de governança local na busca para a gestão descentralizada. Nos diagnósticos estratégicos elaborados para os três Polos estaduais, verificou-se que, de uma maneira geral, nos Polos Costa Branca e Seridó, os municípios da região não possuem conselho municipal específico para o turismo, não obstante boa parte deles possuem outros colegiados, como os de meio ambiente e urbanismo, p.ex., o que dificulta a participação social na gestão pública desta atividade. Além disso, a maioria deles também dispõe de estrutura administrativa com competência para cuidar da gestão ambiental, em alguns casos vinculados ao turismo e, na maioria, ao urbanismo ou agricultura. No entanto, os órgãos da administração municipal apresentam-se deficitários em termos de número e qualificação técnica do quadro efetivo, situação agravada pela ausência de investimento em equipamentos apropriados, na construção dos sistemas e capacitação técnica.

4.1. Diante deste contexto, assinale por ordem de relevância, as medidas governamentais a serem adotadas para o fortalecimento institucional dos municípios e da instância de gestão estadual, que assegurem o processo de gestão descentralizada com a efetiva participação da sociedade local e o equilíbrio no desenvolvimento da atividade turística com a conservação dos atributos naturais da região.

Ações

Grau de Relevância

3. Alta 2.Regular 1.Baixa 0.N/A NR

	3. Alta	2.Regular	1.Baixa	0.N/A	NR
Definir mecanismos de participação da população local na elaboração das políticas públicas.	[]	[]	[]	[]	[]
	50,00 %	44,44 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %
Capacitar os gestores públicos locais visando assegurar a efetiva contribuição nos colegiados, como forma de participação qualificada na gestão das políticas públicas.	[]	[]	[]	[]	[]
	72,22 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	11,11 %
Elaborar diagnóstico das demandas de capacitação dos municípios, incorporando-as a um programa de gestão regional	[]	[]	[]	[]	[]
	66,67 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %
Constituir e/ou revitalizar os Conselhos Municipais, tendo como objetivo a institucionalização de instâncias de governança que busquem a gestão descentralizada e qualificada, evitando pulverizar assuntos em diversos conselhos, principalmente em municípios pequenos	[]	[]	[]	[]	[]
	61,11 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %
Priorizar investimentos na melhoria das condições técnica dos órgãos municipais.	[]	[]	[]	[]	[]
	61,11 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %
Instituir programas de capacitação dos quadros técnicos efetivos dos municípios na área do turismo, meio ambiente e urbanismo	[]	[]	[]	[]	[]
	83,33 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	11,11 %
Instituir programas de capacitação técnica, integrando as diversas áreas afins (ambiental, urbanística e turística) para os gestores públicos e membros dos colegiados, com vistas a aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável	[]	[]	[]	[]	[]
	88,89 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %
Implantar Plano de Fortalecimento da SETUR/RN	[]	[]	[]	[]	[]
	61,11 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Incorporar as salvaguardas ambientais constantes no contrato de empréstimo com o BID nos instrumentos de gestão de obras e serviços, incorporando o monitoramento da qualidade das obras, serviços e da própria atividade turística	[]	[]	[]	[]	[]
	55,56 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	11,11 %
Incentivar a instituição dos instrumentos de ordenamento do uso e ocupação do território (plano diretor, zoneamento ecológico-econômico, código de obras, código de meio ambiente, entre outros) para todos os municípios dos Polos	[]	[]	[]	[]	[]
	83,33 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %
Definir mecanismos para a gestão integrada da política de turismo com as demais políticas públicas, nas diversas esferas governamentais, constituindo um sistema integrado para gestão do turismo.	[]	[]	[]	[]	[]
	77,78 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Outros. Especificar: _____	[]	[]	[]	[]	[]
	5,56 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	94,44 %

Um sistema de informações turísticas constitui uma ferramenta essencial para a boa gestão da atividade, devendo ser dinâmico, com constante atualização de dados, permitindo que o gestor disponha de condições para planejar o desenvolvimento da atividade sob parâmetros de sustentabilidade econômica e socioambiental

4.2. Em sua opinião, um Sistema de Informações Turísticas deve:

(Assinale com "X" os três principais requisitos)

Contemplar apenas informações sobre a atividade turística	1,85 %
Contemplar todas as informações necessárias à gestão do polo de turismo e/ou município (turísticas, socioeconômicas, ambientais, planos de gestão e monitoramento, etc.)	31,48 %
Ser coordenado pelo órgão estadual gestor do turismo, como coordenador do Programa no Estado, contemplando espaço para inserção das informações municipais e as de caráter mais geral	25,93 %
Ser desenvolvido por cada município, contemplando as informações específicas daquela localidade	5,56 %
Ser alimentado por estudos periódicos que tratem de: diagnóstico e projetos de novos produtos turísticos; inventários turísticos municipais, envolvendo inclusive o patrimônio histórico e ambiental; estudos de impacto econômico e socioambiental; pesquisas de demanda e fluxo turístico	33,33 %
Outros _____	(especifique) 1,85 %

As campanhas de sensibilização constituem ferramentas importantes para mobilizar os atores envolvidos na atividade que se quer promover, reforçando determinados aspectos identificados como importantes nessa atividade. Isto se acentua ainda mais quando se trata de atividade nova no local, que encontra atores que, de modo geral, não foram capacitados para a mesma.

4.3. Na sua opinião, quais aspectos devem ser contemplados numa campanha de sensibilização para o turismo sustentável? (Assinale com "X" os quatro principais requisitos)

A cordialidade e o bom trato no atendimento e relacionamento com o turista	11,59 %
As questões ambientais necessárias á boa conservação dos atrativos e das localidades	26,09 %
As questões da exploração sexual, prostituição e consumo de drogas	13,04 %
O papel dos órgãos de gestão pública da atividade, nas diversas instâncias	4,35 %
Os aspectos histórico-culturais relacionados ao Polo e à localidade	17,39 %
A oportunidade que representa a atividade turística para o desenvolvimento da população local	20,29 %
O relacionamento dos empresários do turismo com a população residente no local	7,25 %
Outros (especifique) _____	0,00 %

5. COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

O Polo Costa das Dunas, principal região turística do RN, tem no turismo litorâneo a sua maior potencialidade. Por isso, muitas das ações pensadas para o Polo Costa das Dunas concentram-se no litoral, como forma de melhor qualificá-lo paisagística e ambientalmente para receber o turista. No entanto, os estudos e diagnósticos demonstram a necessidade de estratégias e ações para consolidar esse Polo e garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo. Nesse sentido, as obras de infraestrutura e serviços básicos são direcionadas para melhorar acessos e complementar equipamentos ainda inexistentes no Polo.

5.1. Para que os projetos de readequação e construção de acessos aos atrativos turísticos do RN contemplem a necessária sustentabilidade que garanta a durabilidade das obras e o não-agravamento dos problemas ambientais, quais os requisitos necessários, de acordo com o grau de relevância?

Requisitos

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Obras executadas com observação aos critérios estabelecidos no âmbito do Projeto Orla

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Obras precedidas de avaliação de impactos ambientais e estudos de dinâmica e erosão costeira e estudos de capacidade de suporte em função dos impactos da obra em si e do aumento do fluxo de visitação

[]	[]	[]	[]	[]
88,89 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Obras administradas segundo protocolo de gestão ambiental determinado pelo órgão estadual executor gestor, a partir dos parâmetros e critérios exigidos pelo BID no contrato de empréstimo

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Obras que respeitem e conservem as peculiaridades e a dinâmica da paisagem local, conservando a vegetação costeira, principalmente os mangues e as e suas funções e serviços ambientais

[]	[]	[]	[]	[]
88,89 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Obras que mantenham o livre acesso e trânsito pela população local

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Presença de equipamentos que permitam a continuidade das atividades tradicionais (pesca, manifestações culturais, esportes, p.ex.)

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Obras precedidas de estudo geral de áreas críticas de tráfego no polo

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	38,89 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	100,00 %

5.2. Em sua opinião, quais ações de infraestrutura e serviços básicos são essenciais para garantir a sustentabilidade econômica e socioambiental do desenvolvimento da atividade turística no Polo Costa das Dunas, em ordem de relevância?

Ações

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Complementação das obras de redes de drenagem e esgotamento sanitário / tratamento de esgotos

[]	[]	[]	[]	[]
100,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Construção de equipamentos específicos de apoio a portadores de necessidades especiais e idosos, conforme determina a lei

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Aumento da rede de fornecimento de energia elétrica de acordo com as previsões de aumento da demanda resultadas dos investimentos no turismo

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	38,89 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Adoção de fontes alternativas para geração de energia

[]	[]	[]	[]	[]
27,78 %	72,22 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Melhoria da iluminação pública para realçar os principais atrativos turísticos

[]	[]	[]	[]	[]
50,00 %	44,44 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Melhoria da qualidade e quantidade de abastecimento de água

[]	[]	[]	[]	[]
88,89 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	100,00 %

Nos Polos Costa Branca e Seridó, as condições na prestação dos serviços de infraestrutura apresentam-se deficitárias para o atendimento da população local, podendo se agravar com o incremento da atividade turística em razão do aumento do fluxo de pessoas, com riscos para o meio ambiente e para qualidade dos produtos ofertados. Incluem-se com infraestrutura e serviços básicos as vias de acesso, saneamento ambiental (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos e drenagem), serviço de comunicação e segurança pública.

5.3. Neste sentido, para assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade turística com qualidade e condições adequadas, indique por nível de relevância as iniciativas governamentais que devem ser implementadas.

Iniciativas

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Melhoria das condições dos terminais rodoviários nos principais destinos como apoio aos visitantes e turista regional.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração e execução de um plano de recuperação das principais rodovias e acessos aos atrativos turísticos, incluindo a sinalização dos trechos e programas de manutenção.

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para definição de acesso aos atrativos turísticos.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração de um Plano Diretor dos Resíduos Sólidos para os Polos Costa Branca e Seridó e implantação de uma unidade gestora de resíduos sólidos no Polo Costa das Dunas, incluindo diretrizes que assegurem a sua gestão através de consórcios municipais.

[]	[]	[]	[]	[]
83,33 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Incluir nos programas de incentivos aos roteiros turísticos, dos principais destinos, a implantação de facilidades de circulação para os portadores de necessidades especiais.

[]	[]	[]	[]	[]
44,44 %	50,00 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Elaborar estudo para identificação de demandas e viabilidade técnica e econômica para o transporte aéreo, como alternativa de transporte voltado para atividade turística

[]	[]	[]	[]	[]
16,67 %	44,44 %	27,78 %	5,56 %	5,56 %

Elaborar um Plano de Saneamento Ambiental que oriente os investimentos públicos e privados que assegurem o desenvolvimento sustentável do turismo

[]	[]	[]	[]	[]
83,33 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Outros (especifique): _____

[]	[]	[]	[]	[]
5,56 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	94,44 %

Normalmente, as obras realizadas no decorrer da execução de programas e projetos seguem uma rotina que inclui a obtenção das licenças cabíveis, as quais orientam os cuidados necessários para que haja segurança, saúde no trabalho e qualidade do serviço executado, além da gestão dos impactos ambientais, de forma preventiva e corretiva. Muitas vezes, no dia a dia das obras, as recomendações estabelecidas nas licenças obtidas não são observadas e, conseqüentemente, não são efetivadas. Os organismos financiadores de projetos, tanto nacionais quanto internacionais incluem no contrato de empréstimo salvaguardas a serem cumpridas, em diversos aspectos, entre eles o ambiental, que vem sendo objeto de cuidados cada vez mais crescentes.

5.4. Em sua opinião, é necessário que seja estabelecido um Programa de Gestão Ambiental para o Programa PRODETUR, que inclua também medidas de controle a serem observadas pelos responsáveis das obras incluídas no Programa além daquelas previstas na legislação vigente?

SIM	88,89 %
NÃO	11,11 %

5.5. Quais requisitos você considera necessários para um Programa de Gestão Ambiental do PRODETUR/RN (Obras e Atividades), de acordo com o grau de relevância?

Requisitos

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Licenciamento ambiental e inspeção periódica das obras por parte do órgão licenciador.

[]	[]	[]	[]	[]
83,33%	5,56 %	0,00 %	0,00 %	11,11 %

Identificação, adoção e incorporação como cláusula contratual entre o Estado e o órgão executor das obras, de medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias sobre os impactos ambientais provocados no decorrer das mesmas

[]	[]	[]	[]	[]
72,22%	11,11 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

Comprovação da capacidade institucional dos executores para efetivar as medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias sobre os impactos ambientais provocados no decorrer das obras, inserindo-as na rotina do canteiro de obras.

[]	[]	[]	[]	[]
44,44%	38,89 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

Realização de articulações institucionais que envolvam o conjunto de executores na gestão ambiental das obras e propiciem a mútua cooperação.

[]	[]	[]	[]	[]
55,56%	22,22 %	11,11%	0,00 %	11,11 %

Elaboração e implementação de sistemas de acompanhamento das medidas acordadas, em todas as fases de execução das obras, para verificar sua efetividade.

[]	[]	[]	[]	[]
61,11%	27,78%	0,00 %	0,00 %	11,11 %

Previsão de plano de manutenção das obras realizadas, que possibilite a continuidade das medidas de gestão ambiental necessárias

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	16,67 %

Outros (especifique): _____

[]	[]	[]	[]	[]
0,00 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	94,44 %

6. COMPONENTE: GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental para o turismo compreende um conjunto de princípios, diretrizes e procedimentos normativos que assegurem a defesa dos recursos naturais. Desse modo, requer o envolvimento do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil.

6.1. Partindo desse entendimento conceitual, questiona-se: quais os instrumentos institucionais que podem garantir a gestão ambiental de um destino turístico? Assinale as opções abaixo de acordo com o grau de relevância:

Instrumentos de Gestão

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Plano Municipal de Turismo

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Plano Diretor Municipal

[]	[]	[]	[]	[]
83,33 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	22,22 %	0,00 %	5,56 %	5,56 %

Código Municipal de Meio Ambiente

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Plano de Abastecimento de Água e Saneamento Básico

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Código de Obras do Município

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Plano Diretor de Resíduos Sólidos

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	38,89 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Conselhos Municipais (Turismo e Meio Ambiente)

[]	[]	[]	[]	[]
44,44 %	50,00 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Outro: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
5,56 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	94,44 %

As ações de Gestão Ambiental devem permear todas as demais ações de um programa voltado para um turismo sustentável, permitindo estabelecer um cuidado permanente na instalação e manutenção de obras, atividades e serviços, para que seja garantida a recuperação e permanência dos recursos naturais e dos ambientes construídos que constituem os atrativos que permitiram seu desenvolvimento no Estado. A gestão ambiental para o turismo compreende, ainda, o conhecimento sobre o meio ambiente e sobre os impactos socioambientais provocados pela pressão antrópica, seja por turistas ou residentes das

localidades turísticas. A percepção da população local sobre o turismo é ao mesmo tempo de aceitação e de preocupação quanto aos impactos socioambientais gerados pelo desenvolvimento da atividade, principalmente por falta de conhecimento e do exercício de participação nas decisões.

Caso a regulação e o planejamento da atividade turística não sejam adequados, correm-se grandes riscos, como: a concentração em áreas já saturadas, densamente povoadas e carentes de saneamento e segurança, vir a agravar os problemas existentes; a construção de novas rodovias causarem forte impacto negativo nos cursos d'água, lagoas e represas; que a atividade se resuma ao consumo do espaço, sem trazer benefícios sociais para a população local; enfim, reproduzir as perversidades do mundo de desenvolvimento rápido a qualquer preço.

6.2. Em sua opinião, quais são os principais impactos potenciais decorrentes da implementação da atividade turística desordenada? (assinale por grau de relevância)

Impactos

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Conflitos e ambigüidades das políticas, nas diversas esferas do poder, gerando competição regional, iniciativas espontâneas e descoordenadas e omissão da preocupação social e ambiental

[]	[]	[]	[]	[]
50,00%	38,89%	5,56%	0,00%	5,56%

Obras mal executadas, causando impactos nos atrativos naturais, como a poluição e degradação de recursos hídricos, da biodiversidade e da paisagem

[]	[]	[]	[]	[]
66,67%	33,33%	0,00%	0,00%	0,00%

Ocupação desordenada do solo com privatização de locais de uso público e saturação de áreas com edificações urbanas sem infraestrutura básica de saneamento e segurança

[]	[]	[]	[]	[]
100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Conflitos de usos do solo a partir da exclusão da população tradicional e mais pobre, provocando a queda dos circuitos da economia tradicional local e prejuízo da qualidade de vida, com agravamento da pobreza

[]	[]	[]	[]	[]
83,33%	5,56%	11,11%	0,00%	0,00%

Outros (especifique)

[]	[]	[]	[]	[]
5,56%	0,00%	0,00%	0,00%	94,44%

6.3. Em sua opinião, quais são as principais medidas mitigadoras que precisam ser tomadas para fazer frente a estes impactos, em ordem de relevância?

Medidas mitigadoras

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Assegurar a continuidade dos circuitos da economia tradicional, que sustentam grande parte da população local, evitando a formação de guetos de bem-estar causadores de escalada de violência e prostituição, por meio da gestão integrada da atividade turística com as demais atividades econômicas do Polo

[]	[]	[]	[]	[]
77,78%	16,67%	0,00%	0,00%	5,56%

Avaliação prévia sistemática dos sítios onde se localizarão os projetos e as obras, para impedir a

[]	[]	[]	[]	[]
77,78%	16,67%	0,00%	0,00%	5,56%

destruição ambiental

Implantação de infraestrutura de proteção contra a poluição, a privatização das praias, garantindo o saneamento ambiental e a conservação das águas e da biodiversidade

[]	[]	[]	[]	[]
94,44%	5,56%	0,00%	0,00%	0,00%

Identificar e promover a recuperação das áreas degradadas, criar e implementar unidades de conservação, ordenar o crescimento urbano e estimular a ação inter-regional

[]	[]	[]	[]	[]
83,33%	16,67%	0,00%	0,00%	0,00%

Desenvolver o conhecimento sobre as características ambientais do território dos Polos turísticos, sobre o poder impactante das atividades produtivas, a quantificação destes impactos, sobre as novas tecnologias adequadas à utilização não-predatória da natureza

[]	[]	[]	[]	[]
50,00%	44,44%	0,00%	0,00%	5,56%

Diversificar os atrativos turísticos e os meios de hospedagem e planejar o uso da capacidade ociosa da infraestrutura instalada nos períodos de baixa estação, tirando partido do turismo segmentado

[]	[]	[]	[]	[]
55,56%	38,89%	0,00%	0,00%	5,56%

Realizar o planejamento integrado regional das redes de transporte e comunicação, dinamizando os fluxos e reduzindo os impactos

[]	[]	[]	[]	[]
55,56%	27,78%	11,11%	0,00%	5,56%

Articular as políticas intersetoriais e as diferentes esferas de governo, com destaque para os municípios, garantindo a efetiva participação dos segmentos da sociedade civil envolvidos

[]	[]	[]	[]	[]
55,56%	38,89%	0,00%	0,00%	5,56%

Instituir programas permanentes de capacitação de recursos humanos para a gestão, principalmente gestores públicos e privados municipais

[]	[]	[]	[]	[]
66,67%	33,33%	0,00%	0,00%	0,00%

Organizar um banco de dados e um sistema de informação como base para a gestão e o monitoramento

[]	[]	[]	[]	[]
66,67%	33,33%	0,00%	0,00%	0,00%

Outros (especifique)

[]	[]	[]	[]	[]
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

6.4. Em sua opinião, quais ações de gestão ambiental são essenciais para garantir a implementação destas medidas mitigadoras e a conseqüente sustentabilidade econômica e socioambiental do desenvolvimento da atividade turística, em ordem de relevância?

Requisitos

Implementação de um plano de gestão ambiental dos Polos, coordenado pelo órgão executor estadual, em conjunto com os municípios, que contemple o planejamento, ações para implementação e manutenção das obras, atividades, serviços e o trabalho articulado entre as diversas instituições e a capacitação dos responsáveis

A contemplação, na rotina das atividades do Programa, das salvaguardas ambientais exigidas pelo BID no contrato de empréstimo

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

[]	[]	[]	[]	[]
88,89 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

[]	[]	[]	[]	[]
50,00 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	22,22 %

Elaboração de Programa de Educação Ambiental para sensibilização e envolvimento com o tema, incluindo a produção de material didático informativo e de divulgação sobre o turismo sustentável junto à comunidade, visitante e empresário.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Estudos de capacidade de suporte e elaboração de plano de proteção para as áreas com fragilidade ecológica e potencial turístico.

[]	[]	[]	[]	[]
72,22 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Implementação de um programa permanente de monitoramento da qualidade ambiental nas áreas de ocorrência da atividade turística, permitindo, caso necessário, a limitação no seu uso para garantir sua conservação.

[]	[]	[]	[]	[]
88,89 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Implementação das unidades de conservação criadas nos Polos, com instalação de conselho gestor e elaboração/implementação de plano de manejo, que inclua zonas de amortecimento e corredores ecológicos.

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	16,67 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Realização de estudos de dinâmica e erosão costeira.

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Elaboração e implementação de plano de sinalização educativa, que aborde os aspectos turísticos, culturais e ambientais.

[]	[]	[]	[]	[]
27,78 %	66,67 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Realização de estudos para criação de unidades de conservação, inclusive áreas de proteção marinhas.

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	27,78 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Realização de estudos de impacto ambiental e implementação de plano de gestão sustentável da carcinocultura e proteção/recuperação dos manguezais

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	38,89 %	0,00 %	0,00 %	5,56 %

Construção de banco de dados com alternativas tecnológicas para gestão, uso sustentável e recuperação ambiental (manejo sustentável de espécies nativas, saneamento e abastecimento de água, recuperação de áreas degradadas com agroflorestas, etc.).

[]	[]	[]	[]	[]
77,78 %	22,22 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Criação de colegiados municipais que permitam a gestão participativa e integrada do turismo e meio ambiente

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	44,44 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	100,00%

6.5. O complexo estuarino-lagunar de Guaraíras e Papeba, localizado nos municípios de Arez, Goianinha, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul têm sua dinâmica natural, que pode ser alterada a partir do uso de seu corpo d'água, pela qualidade de suas nascentes, pelo impedimento, se for o caso, de sua comunicação com o mar ou pela degradação do ecossistema natural que a circunda. Além disso, as lagoas podem ter diversos usos, tais como o abastecimento de água urbano, as atividades de pesca e lazer, havendo a necessidade de garantir sua gestão de forma a conciliar estes usos. Em sua opinião, quais as medidas importantes para conservação e gestão deste importante atrativo natural, em ordem de relevância?

Medidas

Grau de Relevância

3. Alta 2. Regular 1. Baixa 0.N/A NR

Implantação da faixa de preservação permanente no entorno de sua margem prevista em lei, garantindo o acesso público à lagoa a partir de uma avenida de contorno que delimite a área não edificante

[]	[]	[]	[]	[]
83,33 %	11,11 %	0,00 %	5,56 %	0,00 %

Conservação e recuperação das nascentes e contribuintes

[]	[]	[]	[]	[]
88,89 %	11,11 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Elaboração dos Planos de Turismo Municipal como instrumento de gestão da atividade

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	27,78 %	0,00 %	5,56 %	5,56 %

Realização de monitoramento permanente da qualidade das águas e estudos de capacidade de suporte, de acordo com os diversos usos

[]	[]	[]	[]	[]
83,33 %	16,67 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Elaboração e implantação de regulamento para disciplinar a instalação e uso de equipamentos de lazer e alimentação

[]	[]	[]	[]	[]
55,56 %	38,89 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Controle da atividade pesqueira, para que respeite a capacidade de manutenção e reposição dos estoques

[]	[]	[]	[]	[]
61,11 %	33,33 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Controle das diversas atividades que margeiam a lagoa, (agricultura, carcinicultura, construções, p.ex.), garantindo a manutenção da qualidade de suas águas, dos ecossistemas que a circundam e de seus tributários

[]	[]	[]	[]	[]
94,44 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

Garantir o acesso público às lagoas, por meio da gestão dos lotes que chegam até sua margem

[]	[]	[]	[]	[]
66,67 %	27,78 %	5,56 %	0,00 %	0,00 %

Outros: (especifique) _____

[]	[]	[]	[]	[]
0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	100,0%

Os cursos d'água existentes nos Polos têm sofrido impactos ambientais decorrentes das atividades de seu entorno, reduzindo sua vazão, poluindo suas águas, destruindo a biodiversidade e os inviabilizando para outros usos, como abastecimento de água e lazer para a população. Os que passam por aglomerados urbanos sofrem mais, transformando-se, muitas vezes, em verdadeiros esgotos a céu aberto, além de provocar enchentes e inundações, causadas pelo entupimento da calha do rio com os mais diversos tipos de dejetos, ou então em função do avanço urbano sobre sua calha natural de inundação. Nas áreas rurais, a degradação é causada pelo desmatamento das margens e a erosão provocada pelo escorrimento das terras preparadas sem medidas de controle da erosão.

6.6. O rio Maceió, localizado no município de Touros, convive com a ocupação desordenada em decorrência da urbanização e a conseqüente destruição dos ecossistemas, poluição e degradação de suas águas. Em sua opinião, quais medidas você considera importantes para um projeto de recuperação deste curso d'água, trazendo de volta sua condição de atrativo natural para valorização da paisagem? (assinale as quatro que considere mais importantes)

Realização de diagnóstico da bacia hidrográfica, identificando as causas de sua 23,94 % degradação

Criação de comitê de gestão da bacia hidrográfica 7,04 %

Elaboração de programa de recuperação de áreas degradadas em suas margens	18,31 %
Realização de campanha de mobilização dos diversos usuários da bacia, para conhecimento de seus problemas e adoção de medidas para solucioná-los	11,27 %
Elaboração de programa de saneamento básico e drenagem pluvial nos aglomerados urbanos localizados na bacia de influência deste rio	16,90 %
Criação de programa de recuperação do rio Maceió, com apoio institucional, assistência técnica e recursos para implementação das medidas de saneamento e recuperação ambiental	22,54 %
Outros	(especifique)- 0,00 %

6.7. As falésias existentes no litoral potiguar são, por si só, um atrativo natural. Sua associação às praias valoriza a paisagem litorânea e permite a existência de mirantes naturais. No entanto, se constituem área de elevada fragilidade, em função das declividades acentuadas e da constituição geológica que as caracteriza. Por isso, suas bordas são protegidas por lei e consideradas áreas de preservação permanente. Muitas vezes, são alvo da especulação imobiliária e ocupação desordenada, que ameaça a integridade da paisagem. Você considera importante a instituição de um programa específico de proteção às falésias potiguares, que permita estabelecer os meios permanentes de fiscalização e controle da ocupação, garantindo medidas de recuperação e proteção?

SIM	100,00 %
NÃO	0,00 %

RELAÇÃO DOS ESPECIALISTAS (painelistas) PARA PESQUISA COM UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DELPHI

A) COMPONENTE: PRODUTO TURÍSTICO

I – Estimulo a criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e turística:

- Representante do governo municipal;
- Entidades de Ensino e Pesquisa;
- Conselho das Cidades.

II – Novos Roteiros e Produtos Turísticos:

- Entidades de Ensino e Pesquisa (Curso de Turismo);
- Representante do governo estadual do Setor do Turismo;
- Representante dos empresários do Turismo (ARITUBA/NATALTUR).

III – Fortalecimento do Turismo de Sol e Mar (Projetos paisagísticos):

- Entidades de Ensino e Pesquisa;
- Representante do IAB/RN;
- Representante do governo municipal ou estadual,

IV – Valorização do patrimônio histórico-cultural:

- Entidades de Ensino e Pesquisa;
- Representante do Conselho de Cultura.

V – Sinalização Turística:

- Representante de instituições profissionais;
- Representante de Agencia de Publicidade;
- Representante do governo municipal ou estadual.

VI – Capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo:

- Representante do SENAC/ SEBRAE;

- Entidades de Ensino e Pesquisa (Curso de Turismo (UFRN/UNP/UERN)).

VII – Centro de Atendimento ao turístico:

- Entidades de Ensino e Pesquisa (Curso de Turismo (UFRN/UNP/UERN));
- Representante do Governo estadual do setor de turismo;
- Representante dos empresários do Turismo (ARITUBA/NATALTUR).

B) COMPONENTE: COMERCIALIZAÇÃO

I – Fortalecimento da imagem do produto turístico:

- Representante do Governo estadual do setor de turismo;
- Representante dos empresários do Turismo (ARITUBA/NATALTUR);
- Representante de agências de publicidade.

C) COMPONENTE: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

I – Estruturação e capacitação de quadro técnico municipal:

- Entidades de Ensino e Pesquisa;
- Representante do governo estadual;
- Representante dos municípios.

II – Estruturação do sistema de informações para o planejamento e gestão do turismo;

III – Incentivo ao envolvimento da população

- Representante do Conselho de Turismo;
- Entidades de Ensino e Pesquisa;
- Representante do governo estadual.

D) COMPONENTE: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSCOS

I – Melhoria e recuperação da infraestrutura Básica (Sistema Viário/Transporte, Saneamento, Resíduos Sólidos):

- Representante de instituições profissionais (Transportes);
- Representantes da ABES;
- Representante da Concessionária de Água e Esgotos;

- Representante da Agência Reguladora.

E) COMPONENTE: GESTÃO AMBIENTAL

I – Melhoria da qualidade ambiental:

- Entidades de Ensino e Pesquisa;
- Representante do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA;
- Ministério Público Estadual.

**ANEXO II
MATRIZ DE IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS**

POLO COSTA DAS DUNAS

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Produto Turístico

AÇÕES	DIMENSÕES			
	AMBIENTAL		ECONÔMICO	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística das orlas das praias da Redinha, em Natal, Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz.	Planejamento do uso dos recursos naturais.	Ausência de instrumentos de ordenamento gera crescimento desordenado e pressão sobre os recursos naturais	Aumento da competitividade do produto turístico Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho, emprego e renda	Valoração da terra urbanizada e crescimento da especulação imobiliária
Implantar a requalificação urbanística e paisagística das orlas de Natal (Redinha) e Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita), Ceará-Mirim (Muriú I), Extremoz (Pitangui) e Tibau do Sul (Pipa e Tibau do Sul).	Ordenamento do uso dos recursos naturais Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	Ausência de instrumentos de ordenamento gera crescimento desordenado e pressão sobre os recursos naturais Superlotação sazonal e/ou permanente pode gerar pressão sobre recursos naturais e sua conseqüente degradação	Aumento da competitividade do produto turístico Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho, emprego e renda Dinamização da atividade turística	Valoração da terra urbanizada e crescimento da especulação imobiliária Risco de exclusão de residentes com menor poder aquisitivo Aumento do custo de vida e redução da disponibilidade de alimentos provenientes do extrativismo, com possível quebra dos circuitos da economia tradicional Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica
Elaborar estudos de concepção e projeto executivo e implantar passarela na praia de Pipa, em Tibau do Sul.	Ordenamento do uso dos recursos naturais Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	Ausência de instrumentos de ordenamento gera crescimento desordenado e pressão sobre os recursos naturais	Aumento da competitividade do produto turístico Agregação do valor do produto turístico Dinamização da atividade turística	-
Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental	-	Aumento da competitividade do produto turístico	-

projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú, município de Extremoz.	e a degradação da paisagem		Dinamização da atividade turística	
Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa, município de Tibau do Sul.	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	-	Aumento da competitividade do produto turístico Dinamização da atividade turística	-
Elaborar e implantar projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, em Pamamirim;	Garantia de sustentabilidade e qualidade ambiental do atrativo	Risco de prejuízos ao Cajueiro em função do manejo conduzido	Aumento da competitividade do produto turístico Dinamização da atividade turística	Prejuízos ao Cajueiro podem causar perda da atratividade
Elaborar e implantar terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez;	Instrumento de conservação e valorização do atributo natural e de manejo voltado para atividade	Superlotação sazonal causada pela melhoria da infraestrutura pode gerar pressão sobre recursos naturais	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica Desqualificação da mão de obra local leva à tendência à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental	-	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda	-
Elaborar e implantar projeto executivo de ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do	Ordenamento do turismo náutico com infraestrutura apropriada	Risco de alteração da dinâmica costeira e estuarina e sobre exploração dos estoques pesqueiros	Criação de expectativa de ampliação da atividade turística para os investidores e população	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica

Sul (Lagoa de Guaraiás) e Maxaranguape (praia de Maracajá)				
Elaborar Guia para Gestão Turística das orlas marítimas;	Disponibilidade de instrumento de informação, fortalecendo a gestão ambiental e turística.	-	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Geração de novas oportunidades de trabalho e renda	-
Elaborar plano de ocupação turística da orla marítima de Natal.	Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental.	-	Criação de expectativa de ampliação da atividade turística para os investidores e população Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Geração de novas oportunidades de trabalho e renda	Valoração da terra urbanizada e crescimento da especulação imobiliária Risco de exclusão de residentes com menor poder aquisitivo Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica Desqualificação da mão de obra local leva à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI
Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal;	Diversificação de atrativos aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística	-	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Aumento da competitividade do produto turístico	-
Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal;	Diversificação de atrativos aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística Recuperação e valorização do Patrimônio Histórico-cultural	-	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Aumento da competitividade do produto turístico	Desqualificação da mão de obra local leva à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda

Elaborar e implantar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal; Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal.	Diversificação de atrativos aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística	-	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Aumento da competitividade do produto turístico	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda
Elaborar e implementar projeto de reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal;	Recuperação e valorização do Patrimônio Histórico-cultural	-	Valorização das atividades associadas ao turismo, com aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	-
Atualizar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas.	Internalização do conhecimento socioambiental	Risco de desconsideração de informações sobre as características ambientais e culturais locais	Fortalecimento da competitividade/ empreendedorismo dos produtos turísticos	Risco de desconsideração da produção associada ao turismo
Implantar Programa de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas;	Internalização do conhecimento das características socioambientais do polo	-	Aumento da competitividade /empreendedorismo do turismo	-
Implantar consultoria para apoio ao empreendedor turístico do Rio Grande do Norte.	Internalização do conhecimento das características socioambientais do polo	-	Aumento da competitividade /empreendedorismo do turismo	-
Elaborar e Implantar Projeto de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas	Acesso a informação e melhor conhecimento dos atributos e características naturais, como estratégia de qualificação do turista e educação ambiental	-	Valorização do receptivo e aumento da competitividade e empreendedorismo	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência a exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda

POLO COSTA DAS DUNAS

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Produto Turístico

AÇÕES	DIMENSÕES			
	SOCIOESPACIAL		POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística das orlas das praias da Redinha, em Natal, Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz.	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística.	Risco de descaracterização da identidade cultural e crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno	Instrumento de captação de recursos para o poder público. Criação de expectativa da população e investidores.	Ausência de transparência e participação social na discussão e aprovação do projeto executivo. Falta de capacitação/organização dos segmentos sociais para opinar sobre o projeto
Implantar a requalificação urbanística e paisagística das orlas de Natal (Redinha) e Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita), Ceará-Mirim (Muriú I), Extremoz (Pitangui) e Tibau do Sul (Pipa e Tibau do Sul).	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local	Risco de descaracterização da identidade cultural e crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno. Transtornos no decorrer da obra, no dia a dia dos residentes. Aumento sazonal e/ou permanente da população local, com risco de saturação da infraestrutura, crescimento desordenado da estrutura urbana e ocorrência de degradação ambiental	Infraestrutura facilitando o ordenamento do uso e a arrecadação de taxas e tributos. Aumento das demandas da iniciativa privada para políticas públicas de dinamização da atividade turística local e regional. Aumento das alternativas de geração de renda e trabalho facilita a governabilidade local	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão. Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo

<p>Elaborar estudos de concepção e projeto executivo e implantar passarela na praia de Pipa, em Tibau do Sul.</p>	<p>Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística Melhoria das condições de vida para a população local</p>	<p>Transtornos no decorrer da obra, no dia a dia dos residentes Risco de aumento da população além dos limites da infraestrutura disponível Risco de crescimento desordenado da estrutura urbana</p>	<p>Infraestrutura facilitando o ordenamento do uso da orla</p>	<p>-</p>
<p>Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú, município de Extremoz.</p>	<p>Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local.</p>	<p>Risco de descaracterização da identidade cultural, caso a obra não considere as demandas locais e os modos de vida das populações tradicionais. Transtornos no decorrer da obra, no dia a dia dos residentes. Expectativa de mudança de uso no entorno. Risco de crescimento desordenado da estrutura urbana.</p>	<p>Infraestrutura facilitando o ordenamento do uso e a arrecadação de taxas e tributos. Aumento das demandas da iniciativa privada para políticas públicas de dinamização da atividade turística local e regional. Aumento das alternativas de geração de renda e trabalho facilita a governabilidade local.</p>	<p>Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão. Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo.</p>
<p>Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa, município de Tibau do Sul.</p>	<p>Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local.</p>	<p>Risco de descaracterização da identidade cultural, caso a obra não considere as demandas locais e os modos de vida das populações tradicionais. Transtornos no decorrer da obra, no dia a dia dos residentes. Expectativa de mudança de uso no entorno.</p>	<p>Infraestrutura facilitando o ordenamento do uso e a arrecadação de taxas e tributos. Aumento das demandas da iniciativa privada para políticas públicas de dinamização da atividade turística local e regional. Aumento das alternativas de geração de renda e trabalho facilita a governabilidade</p>	<p>Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão. Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo.</p>

		Risco de crescimento desordenado da estrutura urbana.	local.	
Elaborar e implantar projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, em Pamamirim;	Agregação de valor ao produto turístico e patrimônio cultural Desobstrução do fluxo de veículos ao litoral sul, melhorando qualidade de vida	-	Fortalecimento do papel do Estado na solução de problemas comunitários Satisfação dos segmentos sociais envolvidos	-
Elaborar e implantar terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez;	Disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo Agregação de valor ao produto turístico	Risco de descaracterização da identidade cultural	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no Polo
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Agregação de valor ao produto turístico	-	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão
Elaborar e implantar projeto executivo de ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guarairas) e Maxaranguape (praia de Maracajaú)	Disponibilidade de infraestrutura de apoio à atividade náutica e ao desenvolvimento do esporte e lazer e pesca artesanal	Risco de descaracterização da identidade cultural.	Melhoria das condições da infraestrutura de apoio ao turismo e o ordenamento da atividade pesqueira.	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo
Elaborar Guia para Gestão Turística das orlas marítimas;	Melhoria das condições de acesso, utilização e controle do uso do atrativo/produto turístico Melhoria da informação turística	-	Qualificação da ação pública e privada voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local	-
Elaborar plano de ocupação turística da orla marítima de	Melhoria das condições de utilização e controle do uso do	Risco de exclusão da população local e	Melhoria das condições da infraestrutura de apoio ao	Aumento da competitividade associado à deficiência de políticas

Natal.	atrativo/produto turístico	descharacterização da identidade cultural.	turismo	de gestão compartilhada, na forma de roteiros integrados no polo
			Qualificação da ação pública e privada voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência de instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica
Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal;	Valorização do patrimônio histórico-cultural Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo	Risco de exclusão da mão de obra local por deficiência de capacitação específica	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local	Risco de ociosidade do empreendimento pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica
Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal;	Valorização do patrimônio histórico-cultural Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência à exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local	Risco de ociosidade do empreendimento pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica
Elaborar e implantar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal; Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal.	Valorização do patrimônio histórico-cultural Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo	-	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local	Risco de ociosidade do empreendimento pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica
Elaborar e implementar projeto de reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal;	Valorização do patrimônio histórico-cultural Agregação de valor ao produto turístico, com adequação de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo e melhoria das condições de trabalho no local	-	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local, com satisfação dos segmentos sociais envolvidos	-
Atualizar Diagnóstico da Oferta e	Agregação de valor ao produto	Risco	Disponibilização	Falta de garantia da participação da

Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas.	turístico	desconsideração da produção associada ao turismo.	instrumentos de gestão adequados para o produto turístico	comunidade local na elaboração do diagnóstico
Implantar Programa de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas;	Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego e redução da informalidade	Risco de falta de previsão da inserção das atividades associadas ao turismo. Risco de ociosidade dos segmentos capacitados, por problemas de insuficiência de infraestrutura	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável e oferta de mão de obra qualificada Melhoria das relações entre governo e população profissionalmente habilitada Maior arrecadação de tributos	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para atendimento às demandas do segmento capacitado
Implantar consultoria para apoio ao empreendedor turístico do Rio Grande do Norte.	Aumento de empreendedores capacitados para o desenvolvimento da atividade turística e redução da informalidade	-	Melhoria das relações entre governo e empreendedores Maior arrecadação de tributos	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para atendimento às demandas do segmento apoiado
Elaborar e Implantar Projeto de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas.	Fortalecimento da função educativa e de atendimento ao turista	-	Disponibilidade de equipamento de apoio a gestão pública e satisfação dos segmentos sociais envolvidos, com fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável	Demanda da presença do poder público sem a devida capacidade institucional para manter o equipamento em funcionamento

POLO COSTA DAS DUNAS

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Estratégia de Comercialização

AÇÕES	DIMENSÕES			
	AMBIENTAL		ECONÔMICO	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo Costa das Dunas.	Valorização dos atributos naturais como atrativos turísticos	Risco de degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos	Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e empreendedorismo	Mudanças nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviços ao turista Risco de massificação do turismo com conseqüente redução do Índice de Gasto Diário Individual – IGDI
Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Possibilidade de correção de estratégias de ação em função dos limites da capacidade de suporte e de impactos negativos irreversíveis	-	Definição de diretrizes e ações prioritárias para divulgação e comercialização dos produtos e destinos do Polo	-

POLO COSTA DAS DUNAS

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Estratégia de Comercialização

AÇÕES	DIMENSÕES			
	SOCIOESPACIAL		POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar Plano de Marketing para o Polo Costa das Dunas	Expectativa de valorização da identidade cultural local	Risco de crescimento sazonal de população, com implicações sobre a região, infraestrutura e a população nativa	Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo	Deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação da aplicação do instrumento
Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Planejamento contínuo da atividade	Riscos de perda de benefícios econômicos para as comunidades locais	Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo	Deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação

POLO COSTA DAS DUNAS

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Fortalecimento Institucional

AÇÕES	DIMENSÕES			
	AMBIENTAL		ECONÔMICO	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Implantar Plano de Fortalecimento da SETUR/RN;	Melhoria da capacidade de gestão da sustentabilidade da atividade turística	-	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística	-
Implantar Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos com equipe qualificada para realizar acompanhamento da implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo.	Melhoria e dinamização do processo de implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Desqualificação da administração municipal pode levar à deterioração da infraestrutura de gestão de resíduos sólidos (de aterros para lixões, p.ex.)	Geração de trabalho, emprego e renda Qualificação e valorização dos atrativos e produtos turísticos	-
Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso e Touros.	Melhoria da capacidade institucional do município para gestão da sustentabilidade da atividade turística	-	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística	-
Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Tibau do Sul;	Melhoria da capacidade institucional do município para gestão da sustentabilidade da atividade turística	-	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística	-
Implantar Programa de Capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais com vistas à efetiva aplicação dos instrumentos de planejamento e do desenvolvimento sustentável do turismo	Aprimoramento técnico do quadro efetivo municipal para a gestão sustentável do turismo	-	Melhoria e eficácia no atendimento ao usuário (empreendedor)	-
Elaborar e/ou revisar os Planos Diretores, Códigos de Obra e	Instrumento de planejamento, ordenamento	Risco de alteração do uso da terra e de exclusão de usos	Controle da especulação imobiliária advinda da atividade	Risco de alterar a potencialidade do uso e ocupação do solo.

Códigos de Meio Ambiente de Maxaranguape, Rio do Fogo, São José de Mipibu e São Miguel do Gostoso.	e controle do uso e ocupação do solo municipal e de identificação das áreas de fragilidade ambiental	tradicionais desconsiderando os problemas e potencialidades do uso dos atrativos naturais para fins turísticos	turística. Municípios planejados para receptividade de investimentos Estabelecimento de responsabilidades técnica pela qualidade da edificação (privada e pública) Valorização e conservação dos atributos naturais potenciais atrativos turísticos	Controle e restrição na utilização dos recursos naturais
Elaborar pesquisa de mercado para o Polo das Dunas.	Estabelecimento de ferramentas essenciais à gestão da sustentabilidade da atividade turística	Risco de desconsideração das atividades tradicionais	Ferramenta essencial para qualificação de investimentos e dinamização das atividades	Ausência de estudos que subsidiem e qualifiquem as informações econômicas
Desenvolver e implantar Sistema de Informações Turísticas;	Disponibilidade de banco de dados para o monitoramento de alterações socioambientais decorrentes da atividade	Ausência de estudos que subsidiem e qualifiquem as informações ambientais	Facilidade de gestão da informação sistematizada no Banco de dados	Ausência de estudos que subsidiem e qualifiquem as informações econômicas
Elaborar Plano de Apoio ao Processo de Cadastramento e Formalização de Empresas Turísticas nos Polos de Turismo	Estabelecimento de ferramentas essenciais à gestão da sustentabilidade da atividade turística	-	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística	-
Elaborar Programa Estadual de Combate ao Turismo Sexual.	Sensibilização dos profissionais e mobilização dos gestores públicos no fortalecimento dos serviços receptivos	Ausência de abordagem dos aspectos ambientais	Valorização dos produtos turísticos e orientação sobre regras de conduta e prevenção	-

POLO COSTA DAS DUNAS

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Fortalecimento Institucional

AÇÕES	DIMENSÕES			
	SOCIOESPACIAL		POLITICO-INSTITUCIONAL	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Implantar Plano de Fortalecimento da SETUR/RN;	Melhoria da capacidade de gestão do ordenamento da atividade turística	-	Qualificação das ferramentas de gestão da atividade turística Melhoria das relações e da integração entre o estado, os municípios e a sociedade civil na gestão da atividade turística	-
Implantar Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos com equipe qualificada para realizar acompanhamento da implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo.	Melhoria da qualidade de vida Geração de oportunidades de trabalho Conscientização da população sobre a importância da gestão de resíduos sólidos	-	Capacitação do poder público para a gestão dos resíduos sólidos	-
Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso e Touros.	Melhoria da capacidade municipal de gestão do ordenamento da atividade turística	-	Melhoria das relações institucionais e integração das ações governamentais na gestão da atividade turística	-
Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Tibau do Sul;	Melhoria da capacidade municipal de gestão do ordenamento da atividade turística	-	Melhoria das relações institucionais e integração das ações governamentais na gestão da atividade turística	-
Implantar Programa de Capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais com vistas à efetiva aplicação dos instrumentos de	Valorização do corpo técnico efetivo dos municípios, favorecendo a melhoria do ordenamento do uso do solo, dos recursos naturais e da	-	Qualificação do efetivo para a gestão da sustentabilidade da atividade turística	-

planejamento e do desenvolvimento sustentável do turismo	atividade turística			
Elaborar e/ou revisar os Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente de Maxaranguape, Rio do Fogo, São José de Mipibu e São Miguel do Gostoso.	Garantia da inclusão social, ordenamento da estrutura urbana e distribuição equânime da infraestrutura Melhoria da qualidade técnica das obras e definição das responsabilidades do Poder Público e setor privado. Garantia de manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas intervenções urbanas e no desenvolvimento da atividade turística	-	Disponibilidade de instrumento de gestão da política urbana e participação social. Instrumento de controle na execução das obras e edificações Instrumento de controle do uso dos recursos naturais pelas atividades econômicas	Risco de ausência de investimento público para implementação e fortalecimento do canal de participação social
Elaborar pesquisa de mercado para o Polo das Dunas.	Ampliar o conhecimento sobre as oportunidades de investimentos no turismo	-	Ferramenta essencial para qualificação das políticas de investimentos e dinamização das atividades	-
Desenvolver e implantar Sistema de Informações Turísticas;	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio à gestão do ordenamento do uso do solo, da estrutura urbana e da infraestrutura	-	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio ao fomento da atividade turística e gestão integrada do turismo	Risco de desconsideração das informações sobre a produção associada ao turismo
Elaborar Plano de Apoio ao Processo de Cadastramento e Formalização de Empresas Turísticas nos Polos de Turismo.	Instrumento de apoio à qualificação da atividade turística	-	Ferramenta de apoio ao fomento e desenvolvimento da qualidade da atividade turística	-
Elaborar Programa Estadual de Combate ao Turismo Sexual.	Instrumento de apoio à qualificação da atividade turística e controle dos impactos sociais negativos	Insuficiência de informação para abranger os diversos impactos nocivos da atividade turística sobre a população local	Ferramenta de apoio à manutenção da qualidade da atividade turística	-

POLO COSTA DAS DUNAS

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos

AÇÕES	DIMENSÕES			
	AMBIENTAL		ECONÔMICO	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte de Natal (Jenipabú e Touros).	Planejamento do uso dos recursos naturais.	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo	Definição de acesso planejado aos destinos turísticos, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística	Risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno
Elaborar e implantar projeto executivo de interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova, em Extremoz	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo	Definição de acesso planejado aos destinos turísticos, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho e renda Dinamização da atividade turística	Risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI
Implantar a readequação e restauração do acesso BR-101 – Jenipabú. Implantar readequação e restauração do acesso BR-101 – Touros	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo	Definição de acesso planejado aos destinos turísticos, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho e renda Dinamização da atividade turística	Risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI
Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da	Definição de acesso planejado aos destinos turísticos, geração de emprego e renda e	Risco de crescimento da especulação imobiliária e

estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco - Jenipabú.	a degradação da paisagem	obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo	dinamização da atividade turística Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho e renda Dinamização da atividade turística	mudança de uso no entorno Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi	Planejamento do uso dos recursos naturais.	-	-	-
Implantar acesso no trecho do entroncamento BR 101-Sagi.	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo	Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho e renda Dinamização da atividade turística	Risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI
Implantar acesso no trecho do entroncamento BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/entroncamento RN 063 (Pirangi) e no trecho no trecho no entroncamento RN 313/Alcaçuz /entroncamento Vicinal Nísia Floresta	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo	Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho e renda Dinamização da atividade turística	Crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI
Implantar acesso no trecho do entroncamento RN 063/Lagoa de Arituba.	Melhoria da infraestrutura reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem	Risco de degradação da paisagem e dos recursos naturais pela execução da obra sem gestão ambiental e sem prévio ordenamento do uso do solo	Aumento dos empreendimentos locais Geração de trabalho e renda Dinamização da atividade turística	Crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno Possibilidade de massificação do turismo com redução do IGDI
Elaborar e implantar projeto de recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió, em Touros	Recuperação e valorização da paisagem Recuperação dos recursos naturais e serviços ambientais Melhoria da infraestrutura	-	Aumento da competitividade do produto turístico e dinamização do turismo, com disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro	-

	reduz a poluição ambiental e a degradação da paisagem			
Implantar projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário do San Valle, em Natal.	Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos, evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação	Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com disposição inadequada dos efluentes	Melhoria da qualidade ambiental leva à valorização dos imóveis	Risco de exclusão social pela valorização da terra urbana
Elaborar e implantar projeto de Abastecimento de água e Sistema de Esgotamento Sanitário de São Miguel do Gostoso	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação	Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com o aumento do consumo de água e disposição inadequada dos efluentes	-	Risco de valorização do mercado de terra urbana e exclusão social
Elaborar e implantar projetos técnicos para iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico	Maior proteção dos atrativos naturais	-	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	-
Elaborar e implantar projetos técnicos para estruturação da Companhia de Polícia de Apoio ao Turismo e da Delegacia do Turista, na Via Costeira, em Natal.	Maior proteção dos atrativos naturais	Risco de exclusão da competência de polícia ambiental associada ao turismo	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	-
Elaborar Plano Aeroviário Estadual	Melhoria da acessibilidade aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística	Aumento do afluxo de turistas pode causar saturação da infraestrutura e degradação dos recursos naturais	Aumento da competitividade, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística	-
Elaborar e implantar projeto executivo de helipontos	Melhoria da acessibilidade aumenta grau de sustentabilidade da atividade turística	Aumento do afluxo de turistas pode causar saturação da infraestrutura e degradação dos recursos naturais	Aumento da competitividade, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística	-

POLO COSTA DAS DUNAS

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos

AÇÕES	DIMENSÕES			
	SOCIOESPACIAL		POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte de Natal (Jenipabú e Touros).	Ordenamento da estrutura regional e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística.	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Elaborar e implantar projeto executivo de interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova, em Extremoz	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura, acesso e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Implantar a readequação e restauração do acesso BR-101 – Jenipabú. Implantar readequação e restauração do acesso BR-101 – Touros	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura de acesso e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura, acesso e receptividade da atividade	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo.	-

Av. Moema Tinoco - Jenipabú. Implantar readequação da estrada de Jenipabú, no trecho que vai da Av. Moema Tinoco - Jenipabú.	turística. Melhoria das condições de vida para a população local	população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria das condições da infraestrutura, acesso e receptividade da atividade turística. Agregação de valor ao produto turístico e patrimônio cultural	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Implantar acesso no trecho do entroncamento BR 101-Sagi.	Melhoria das condições da infraestrutura, acesso e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Implantar acesso no trecho do entroncamento BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/entroncamento RN 063 (Pirangi) e no trecho no trecho no entroncamento RN 313/Alcaçuz /entroncamento Vicinal Nísia Floresta	Melhoria das condições da infraestrutura, acesso e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Implantar acesso no trecho do entroncamento RN 063/Lagoa de Arituba.	Melhoria das condições da infraestrutura, acesso e receptividade da atividade turística. Melhoria das condições de vida para a população local	Intensificação do fluxo turístico e risco de descaracterização do patrimônio local, remoção da população, aumento do tráfego e risco de acidentes.	Melhoria da infraestrutura facilita a gestão pública do espaço e o ordenamento do uso do solo. Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio	-

			local.	
Elaborar e implantar projeto de recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió, em Touros	Melhoria da qualidade de vida, com recuperação e ordenamento de infraestrutura, estrutura urbana e do atrativo natural Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao lazer	-	Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local, com satisfação dos segmentos sociais envolvidos	-
Implantar projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário do San Valle, em Natal	Melhoria da qualidade de vida, com recuperação da qualidade ambiental e ordenamento da infraestrutura	-	Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos	Risco de exclusão social pela transferência de valor à terra urbana
Elaborar e implantar projeto de Abastecimento de água e Sistema de Esgotamento Sanitário de São Miguel do Gostoso	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos para as demandas geradas pela atividade turística, com melhoria das condições sanitárias	Risco de alteração do regime hídrico e da redução da produtividade e disponibilidade hídrica do manancial a ser utilizado, de poluição e de degradação das condições de uso dos corpos d'água	Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos	Transferência de valor a terra urbana
Elaborar e implantar projetos técnicos para iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico.	Aumento da segurança e da ordem pública nas estradas	-	Fortalecimento do papel do Estado no controle da segurança nas estradas de acesso aos destinos turísticos	-
Elaborar e implantar projetos técnicos para estruturação da Companhia de Polícia de Apoio ao Turismo e da Delegacia do Turista, na Via Costeira, em Natal.	Aumento da segurança e da ordem pública	-	Fortalecimento do papel do Estado no controle da ordem pública e no atendimento à população	-
Elaborar Plano Aeroviário Estadual	Adequação e melhoria das estruturas receptivas para o atendimento aos visitantes e à população	-	Valorização da estrutura regional de fluxo dos visitantes nos destinos turísticos	Aumento da acessibilidade pode gerar aumento da necessidade de gestão pública sem a devida capacidade institucional
Elaborar e implantar projeto executivo de helipontos	Adequação e melhoria das estruturas receptivas para o atendimento aos visitantes e à população	-	Valorização da estrutura regional de fluxo dos visitantes nos destinos turísticos	Aumento da acessibilidade pode gerar aumento da necessidade de gestão pública sem a devida capacidade institucional

POLO COSTA DAS DUNAS

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Gestão Ambiental

AÇÕES	DIMENSÕES			
	AMBIENTAL		ECONÔMICO	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco críticas de erosão costeira do Polo Costa das Dunas.	Instrumentos de controle e monitoramento ambiental e de indicação de medidas de prevenção	-	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade	Restrição de uso e ocupação do solo
Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do Polo	Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco e medidas de proteção, conservação e uso sustentável	-	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade	Restrição de uso e ocupação do solo

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Gestão Ambiental

AÇÕES	DIMENSÕES			
	SOCIOESPACIAL		POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco críticas de erosão costeira do Polo Costa das Dunas.	Disponibilização de subsídios para o ordenamento do uso e ocupação do solo e para defesa civil	Transtornos causados pela possibilidade de remoção de residências e empreendimentos	Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo	-
Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do Polo	Ordenamento do uso do solo e de recuperação de áreas ambientalmente frágeis, com aporte de metas de proteção e conservação	Transtornos causados pela provável remoção de residências e empreendimentos	Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo Instrumento de ordenamento das atividades econômicas favorecendo a competitividade/empreendedorismo	Pressões políticas dificultam a implementação e reduzem a eficácia do Plano

POLO COSTA BRANCA

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Produto Turístico

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Ambiental		Econômico	
	IMPACTO			
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guimarães-Galinhos.	Garantia de conservação dos atributos natural e de manejo voltado para atividade turística.	-	Diversificação de destinos turísticos e Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	Risco de perda da atratividade do produto turístico em função de degradação do patrimônio natural por Falta de instrumento de monitoramento da atividade
Elaborar estudos de viabilidade para valorização turística das salinas do Polo Costa Branca.	Garantia de conservação e recuperação do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	-	Diversificação de destinos turísticos e Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	Exigência de utilização de instrumentos de parceria público e privado
Elaborar Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca-São Miguel do Gostoso.	Garantia de conservação e proteção do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	-	Diversificação de destinos turísticos e Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	-
Implantar Plano de Ecoturismo e dos Caminhos Turísticos e Interpretativos Guimarães-Galinhos e do Projeto Piloto de sinalização das salinas.	Garantia de conservação e proteção do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	-	Diversificação de destinos turísticos e Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	-
Elaborar Guia para Gestão Turística das orlas marítimas	Disponibilidade de instrumento de informação, fortalecendo a gestão ambiental e turística	-	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Geração de novas oportunidades de trabalho e renda	-

Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico.	Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental	-	Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística Geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda	-
Elaborar e implantar estudos, projetos básicos e projetos executivos de ancoradouros turísticos.	Ordenamento do turismo náutico com infraestrutura apropriada.	Risco de alteração da dinâmica costeira e estuarina e sobre exploração dos estoques pesqueiros.	Criação de expectativa de ampliação da atividade turística para os investidores e população.	Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.
Elaborar e implementar projeto executivo para estruturação da visitação do Lajedo de Soledade, definindo o seu limite de utilização sustentável.	Garantia de conservação e recuperação do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	-	Aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	Risco de perda da atratividade do produto turístico em função de degradação do patrimônio natural por excesso de visitantes.
Elaborar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa Branca.	Internalização do conhecimento das características socioambiental do polo.	-	Fortalecimento da competitividade/ empreendedorismo dos produtos turísticos.	Desconsideração da produção associada ao turismo.
Implantar Programa de Capacitação Profissional	Internalização do conhecimento das características socioambientais do polo.	-	Aumento da competitividade /empreendedorismo do turismo.	-
Elaborar e implantar o Projeto da Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas.	Acesso a informação e melhor conhecimento dos atributos e características naturais e Educação ambiental.	-	Valorização do receptivo e aumento da competitividade e empreendedorismo.	Desqualificação da mão de obra local leva à tendência a exclusão das novas oportunidades de trabalho e renda.

POLO COSTA BRANCA

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Produto Turístico

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Socioespacial		Político-Institucional	
	IMPACTOS			
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guimarães-Galinhos.	Ordenamento da atividade e das condições de utilização do roteiro de turístico alternativo	Risco de descaracterização da identidade cultural sem monitoramento da atividade	Criação de alternativa de destinos turísticos e instrumento de captação de recursos para o desenvolvimento ordenado da atividade	-
Elaborar estudos de viabilidade para valorização turística das salinas do Polo Costa Branca.	Ordenamento da atividade e das condições de utilização do roteiro de turístico alternativo	-	Criação de alternativa de destinos turísticos e instrumento de captação de recursos para o desenvolvimento ordenado da atividade	-
Elaborar Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca-São Miguel do Gostoso.	Ordenamento da atividade e das condições de utilização do roteiro e da receptividade da atividade turística	Risco de descaracterização da identidade cultural, caso Risco de descaracterização da identidade cultural sem monitoramento da atividade.	Instrumento de captação de recursos para o poder público. Criação de expectativa da população e investidores.	Risco da falta de capacitação da mão de obra local para ser absorvida pela atividade.
Implantar Plano de Ecoturismo e dos Caminhos Turísticos e Interpretativos Guimarães-Galinhos e do Projeto Piloto de sinalização das salinas.	Ordenamento da atividade e das condições de utilização do roteiro e da receptividade da atividade turística	Risco de descaracterização da identidade cultural Risco de descaracterização da identidade cultural sem monitoramento da atividade.	Criação de alternativa de destinos turísticos e instrumento de captação de recursos para o desenvolvimento ordenado da atividade.	-

Elaborar Guia para Gestão Turística das orlas marítimas	Melhoria das condições de acesso, utilização e controle do uso do atrativo/produto turístico Melhoria da informação turística	-	Qualificação da ação pública e privada voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local	-
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico.	Agregação de valor ao produto turístico	-	Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão
Elaborar e implantar estudos, projetos básicos e projetos executivos de ancoradouros turísticos.	Disponibilidade de infraestrutura de apoio a atividade náutica e ao desenvolvimento do esporte e lazer e pesca artesanal.	Risco de descaracterização da identidade cultural.	Melhoria das condições da infraestrutura de apoio ao turismo e o ordenamento da atividade pesqueira.	-
Elaborar e implementar projeto executivo para estruturação da visitação do Lajedo de Soledade, definindo o seu limite de utilização sustentável.	Melhoria das condições de acesso e controle do uso do atrativo/produto turístico.	Modificação do comportamento natural no entorno com o aumento do fluxos de visitantes.	Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o uso do atrativo turístico.	Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão
Elaborar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional do Polo Costa Branca	Agregação de valor ao produto turístico.	Diagnóstico setorial com risco de exclusão dos demais serviços e produção associados a atividade turística.	Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	-
Implantar Programa de Capacitação Profissional.	Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego e redução da informalidade.		Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável e oferta da mão de obra local qualificada.	-
Elaborar e implantar o Projeto da Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas.	Fortalecimento da função educativa e de atendimento ao turista.	-	Disponibilidade de equipamento de apoio a gestão pública e satisfação dos segmentos sociais envolvidos.	Demanda da presença do poder público sem a devida capacidade institucional para manter o equipamento em funcionamento.

POLO COSTA BRANCA

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Comercialização

AÇÕES	DIMENSÕES			
	AMBIENTAL		ECONÔMICO	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo Costa Branca.	Valorização dos atributos naturais como atrativos turísticos	Risco de degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos	Aumento do potencial de divulgação favorecendo a competitividade e empreendedorismo	Mudanças nas formas de exploração econômica da região afetada, com alterações, tais como da agricultura e da pesca para a prestação de serviços ao turista. Risco de massificação do turismo com conseqüente redução do Índice de Gasto Individual – IGDI.
Elaborar Plano Operativo de Marketing.	Possibilidade de correção de estratégias de ação em função dos limites da capacidade de suporte e de impactos negativos irreversíveis	-	Definição de diretrizes e ações prioritárias para divulgação e comercialização dos produtos e destinos do Polo	-

POLO COSTA BRANCA

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente –Comercialização

AÇÕES	DIMENSÕES			
	SOCIOESPACIAL		POLÍTICO-INSTITUCIONAL	
	IMPACTOS			
	POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Elaborar Plano de Marketing para o Polo Costa das Dunas	Expectativa de valorização da identidade cultural local	Risco de crescimento sazonal de população, com implicações sobre a região, infraestrutura e a população nativa	Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo	Deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação da aplicação do instrumento
Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Planejamento contínuo da atividade	Riscos de perda de benefícios econômicos para as comunidades locais	Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo	Deficiência de aparato institucional para acompanhamento e avaliação

POLO COSTA BRANCA

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Fortalecimento Institucional

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Ambiental		Econômico	
	IMPACTO			
	Positivo		Positivo	Negativo
Elaborar e/ou revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente de Apodi, Areia Branca, Assú, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Serra do Mel e Tibau. 2º LUGAR	Ordenamento e controle do uso e ocupação do solo municipal e identificação das áreas de fragilidade ambiental. Estabelecimento de regras para elaboração de projetos, execução, manutenção e utilização das obras e edificações nos limites dos imóveis; Estabelecimento de diretrizes e parâmetros para a gestão ambiental e o planejamento do uso dos recursos naturais.	Risco de alteração do uso da terra e de exclusão de usos tradicionais desconsiderando os problemas e potencialidades do uso dos atrativos naturais para fins turísticos	Controle a especulação imobiliária advinda da atividade turística. Municípios planejados para receptividade de investimentos. Estabelecimento responsabilidades técnica pela qualidade da edificação (privada e pública). Valorização e conservação dos atributos naturais potenciais atrativos turísticos	Risco de alteração da potencialidade do uso e ocupação do solo gerando exclusão social. Controle e restrição na utilização dos recursos naturais.
Elaborar e implantar Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo Areia Branca, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte e Tibau.	Melhoria da capacidade institucional dos municípios para a gestão da sustentável da atividade turística	-	Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística .	-
Implantar programa de capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais com vistas à efetiva aplicação dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo em municípios litorâneos.	Aprimoramento técnico do quadro efetivo municipal para gestão sustentável do turismo.	-	Melhoria e eficácia no atendimento ao usuário (empreendedor).	-
Elaborar pesquisa de mercado no Polo Costa Branca.	Estabelecimento de ferramentas essenciais à gestão da	Ausência de estudos que subsidiem e	Ferramenta essencial para qualificação de investimentos e	-

	sustentabilidade da atividade turística	qualifiquem informações econômicas	as	dinamização das atividades	
Desenvolver e implantar Sistema de Informações Turísticas	Disponibilidade de banco de dados para o monitoramento de alterações socioambientais decorrentes da atividade turística.	-		Facilidade no acesso a informação contidas no Banco de dados.	-

POLO COSTA BRANCA

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Fortalecimento Institucional

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Socioespacial		Político-Institucional	
	IMPACTO			
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo Areia Branca, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte e Tibau.	Melhoria da capacidade do município para a gestão do ordenamento da atividade turística.	-	Melhoria das relações institucionais e da integração das governamentais na gestão da atividade turística.	-
Implantar programa de capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais com vistas à efetiva aplicação dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo em municípios litorâneos.	Valorização dos quadros técnicos efetivos dos municípios favorecendo a melhoria do ordenamento uso do solo, dos recursos naturais e turísticos.	-	Qualificação do efetivo para a gestão de atividade turística.	-
Elaborar e/ou revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente de Apodi, Areia Branca, Assú, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.	Inclusão social, ordenamento da estrutura urbana e distribuição equânime da infra estrutura. Melhoria da qualidade técnica das obras e responsabilidades. Garantia de manutenção e recuperação da qualidade ambiental nas intervenções urbanas	-	Disponibilidade de instrumento de gestão da política urbana e participação social. Instrumento de controle na execução das obras e edificações Instrumento de controle do uso dos recursos naturais pelas atividades econômicas	Risco ausência de investimento publico para implementação e fortalecimento do canal de participação Social.
Elaborar pesquisa de mercado no Polo Costa	Ampliar o conhecimento sobre as oportunidades de investimentos no	-	Ferramenta essencial para qualificação das políticas de	-

Branca.	turismo		investimentos e dinamização das atividades	
Desenvolver e implantar Sistema de Informações Turísticas.	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio à gestão do ordenamento do uso do solo, da estrutura urbana e da infraestrutura.	-	Disponibilização de instrumento eficaz no apoio ao fomento da atividade turística e gestão integrada do turismo	Risco de desconsideração das informações sobre a produção associada ao turismo

POLO COSTA BRANCA

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Ambiental		Econômico	
	IMPACTO			
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos para o Polo Costa Branca.	Redução do risco de contaminação das áreas de fragilidade ambiental	-	Criação de alternativas econômicas com a gestão dos resíduos	-
Elaborar e implantar o projeto básico e projeto executivo da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos no litoral do Polo Costa Branca.	Maior proteção dos atrativos naturais	Risco de exclusão da competência de polícia ambiental associada ao turismo	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	-
Elaborar e implantar projetos técnicos de melhoria e ampliação do sistema Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Galinhos.	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação	Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com o aumento do consumo de Água e disposição inadequada dos efluentes.	-	Risco de valorização do mercado de terra urbano e exclusão social
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Guimarães-Diogo Lopes	Definição de alternativas que reduza o impacto ambiental na execução das obras	-	Dinamização da atividade turística e expectativa do aumento da competitividade dos destinos turísticos	-
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Macau-Porto Carão-Porto do Mangue	Definição de alternativas que reduza o impacto ambiental na execução das obras	-	Dinamização da atividade turística e expectativa do aumento da competitividade dos destinos turísticos	-
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Areia Branca-Grossos	Definição de alternativas que reduza o impacto ambiental na execução das obras	-	Dinamização da atividade turística e expectativa do aumento da competitividade dos destinos turísticos	-

POLO COSTA BRANCA

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Infraestrutura e Serviços Básicos

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Socioespacial		Político-Institucional	
	IMPACTO			
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos para o Polo Costa Branca.	Redução da geração de resíduos com o aumento do fluxo turístico.	-	Instrumento de adequação do sistema de coleta e tratamento dos resíduos sólidos para a demanda gerada pelo turismo.	Elevação do custo de gerenciamento do sistema e necessidade de estrutura governamental capacitada para a prestação do serviço .
Elaborar e implantar o projeto básico e projeto executivo da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos no litoral do Polo Costa Branca.	Melhoria da segurança aumenta atratividade do produto turístico	-	Fortalecimento do papel do Estado no controle da ordem pública e no atendimento à população	-
Elaborar e implantar projetos técnicos de melhoria e ampliação do sistema Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Galinhos.	Adequação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos para as demandas geradas pela atividade turística com melhoria das condições sanitárias.	Risco de alteração do regime hídrico e da redução da produtividade e disponibilidade hídrica do manancial a ser utilizado, de poluição e de degradação das condições de uso dos corpos d'água.	Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos.	Transferência de valor a terra urbana.
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Guimarães-Diogo Lopes.	Ordenamento da estrutura regional e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística.	Risco de descaracterização da identidade cultural, caso o projeto não considere as demandas locais.	Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Macau-Porto Carão-Porto do Mangue.	Ordenamento da estrutura regional e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística.	Risco de descaracterização da identidade cultural, caso o projeto não considere as demandas locais.	Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do acesso Areia Branca-Grossos.	Ordenamento da estrutura regional e melhoria das condições da infraestrutura e receptividade da atividade turística.	Risco de descaracterização da identidade cultural, caso o projeto não considere as demandas locais.	Qualificação da ação pública voltada para conservação do patrimônio local.	-

POLO COSTA BRANCA

A: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Gestão Ambiental

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Ambiental		Econômico	
	IMPACTO			
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Elaborar Plano de Manejo para as Dunas do Rosado, definindo seu limite de utilização sustentável e as Áreas de Proteção Integral.	Instrumento de conservação e recuperação do atributo natural e de manejo voltado para atividade turística.	Risco de modificação do comportamento natural dos atributos da área.	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade e de alternativas de emprego e renda para população local.	Risco de perda atratividade pela degradação ambiental.
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco críticas de erosão costeira do Polo Costa Branca.	Instrumentos de controle e monitoramento ambiental e de indicação de medidas de prevenção	-	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade	Restrição de uso e ocupação do solo
Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do Polo.	Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco e medidas de proteção e conservação e uso sustentáveis.	-	Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade.	-
Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico.	Planejamento do uso dos recursos naturais e do crescimento econômico estabelecendo o limite de utilização sustentável e identificação de áreas a serem protegida.	-	Aumento da competitividade do produto turístico.	Crescimento da especulação imobiliária e risco de mudança dos usos tradicionais.

POLO COSTA BRANCA

B: Matriz de Impacto Potencial por Componente – Gestão Ambiental

AÇÃO	DIMENSÃO			
	Socioespacial		Político-Institucional	
	IMPACTO			
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Elaborar Plano de Manejo para as Dunas do Rosado, definindo seu limite de utilização sustentável e as Áreas de Proteção Integral.	Estabelecimento de medidas de controle da visitação e formas de conduta na Unidade de Conservação.	-	-	Aumento de competências sem a devida capacidade institucional.
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco críticas de erosão costeira do Polo Costa Branca.	Disponibilização de subsídios para o ordenamento do uso e ocupação do solo e para defesa civil	Transtornos causados pela provável remoção de residências e empreendimentos	Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo.	-
Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do polo.	Ordenamento do uso do solo e de recuperação de áreas ambientalmente frágeis, com aporte de metas de proteção e conservação. Disponibilização de ferramenta eficaz para a gestão pública do ordenamento do uso do solo	Transtornos causados pela provável remoção de residências e empreendimentos.	-	Aumento das competências sem a devida capacidade institucional. Pressões políticas dificultam a implementação e reduzem a eficácia do Plano.
Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico.	Ordenamento da estrutura urbana e melhoria na distribuição da infraestrutura.	-	Instrumento de ordenamento das atividades econômicas favorecendo a competitividade/empreendedorismo.	-

ANEXO III
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE POR RECOMENDAÇÃO

a) Obras

- Em primeiro lugar, recomenda-se, de forma geral, estimular os municípios costeiros a elaborar e implementar o Projeto Orla e incorporar suas diretrizes de ordenamento e gestão às demais normas urbanísticas e ambientais.

Indicadores - meio de verificação:

- Número de municípios que adotaram o Projeto Orla – norma municipal publicada;
- Plano Diretor / Código de Obras / Código de Meio Ambiente contemplando diretrizes do Projeto Orla – lei municipal publicada.

- Os projetos/obras devem ser subsidiados por estudos ambientais, incluindo, estudos da dinâmica e erosão costeira que permitam a garantia da durabilidade das obras e não-agravamento dos problemas. Garantias tais como: permitir o livre carregamento de areia pelo vento e pelas águas para manutenção da dinâmica das dunas; estudar a capacidade de carga e estabelecer limites (verticais e horizontais) para expansão urbana, considerando a capacidade de abastecimento de água e recepção de efluentes/drenagem sem prejudicar a qualidade e a quantidade de águas superficiais e subterrâneas; garantir o livre acesso e a valorização da praia e da orla, inclusive possibilitando condições para a continuidade e fortalecimento das atividades tradicionais (pesca); conservar a vegetação costeira, principalmente os mangues e suas funções e serviços ambientais, etc.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudos realizados em trecho sob intervenção de obras – relatório técnico;
- Licenças ambientais emitidas – documento de licença;
- Vistorias periódicas às obras (em andamento e concluídas) – relatório de vistoria;
- Autorizações de supressão de vegetação nativa emitidas em função de obras – documentos de autorização;
- Levantamentos de campo em núcleos de populações tradicionais (antes e depois das obras), com verificação de atendimento das demandas identificadas no processo de licenciamento – pesquisa de campo;
- Número de fóruns públicos de discussão (oficinas, audiências, reuniões de conselhos, etc.) realizados – atas ou memórias de reunião, devidamente firmadas por representantes do governo, dos empreendedores e dos interessados.

- Os projetos/obras devem ser precedidos de licenciamento ambiental e todos os condicionantes exigidos na licença devem ser rigorosamente observados e fiscalizados pelo órgão ambiental competente, com o devido acompanhamento pós-licença;

Indicadores - meio de verificação:

- Documentos de licença ambiental das obras – relatório técnico;
- Número de vistorias de acompanhamento das obras e do cumprimento das licenças e seus condicionantes (durante e depois) – relatórios de vistoria.

- As obras devem ser administradas segundo protocolo de gestão ambiental determinado pelo órgão estadual executor, a partir dos parâmetros e critérios exigidos pelo BID no contrato de empréstimos, articulando as instituições públicas e empresas contratadas para que:

- Seja informado o conjunto de cuidados a serem observados no processo de execução das obras;
- Seja garantida a capacidade institucional dos executores para efetivar estes cuidados, inserindo-os na rotina dos canteiros de obra;

- Sejam feitas articulações institucionais que envolvam o conjunto de executores na gestão ambiental das obras e propiciem a mútua cooperação;
- Sejam elaborados e implementados sistemas de acompanhamento destas medidas, para verificar sua efetividade;
- Seja garantida a continuidade destes cuidados no processo de manutenção das obras realizadas;
- Sejam implantadas medidas compensatórias que favoreçam a população local, como informação e participação nas decisões, garantia de geração de emprego, avaliação dos custos e benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais decorrentes do projeto de intervenção.

Indicadores – meios de verificação:

- Protocolo de gestão ambiental da obra, devidamente firmado pelos empreendedores e pelas instituições envolvidas, contendo: cuidados a serem observados; responsáveis pelos cuidados; periodicidade e conteúdo de relatórios de acompanhamento; responsáveis pela manutenção das obras após seu término – termo de parceria.

- Deve ser estabelecido sistema de gestão compartilhada da Orla, por meio de parcerias público-privadas, que garantam a manutenção da requalificação ambiental e paisagística realizada.

Indicadores – meios de verificação:

- Termos de parceria formalizados (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) – termos de parceria .

a.1) Para a requalificação urbanística e paisagística da Orla

- Deve constar nos editais de licitação de projetos e obras de ordenamento da faixa litorânea e requalificação urbanística das localidades contempladas pelo PRODETUR, a necessidade do atendimento prévio às recomendações e parâmetros para o uso e ocupação da área, estabelecidos no Decreto nº 5.300/2004 - Projeto Orla.

Indicadores – meios de verificação:

- Editais de obras contemplando as exigências do Decreto nº 5.300/2004 – Projeto Orla – documento de edital;
- Projetos de requalificação urbanística contemplando as exigências do edital – documento de projeto.

- O partido urbanístico deve respeitar e conservar as peculiaridades e dinâmica da paisagem local, o livre acesso às praias, a continuidade das atividades tradicionais (pesca, manifestações culturais, esportes, etc.), a identificação e institucionalização das áreas que necessitam de cuidados especiais pelo seu valor cênico paisagístico e fragilidade ambiental e obras acompanhadas dos serviços de saneamento ambiental (abastecimento de água, drenagem pluvial, esgotamento sanitário e coleta e tratamento de resíduos sólidos).

Indicadores – meios de verificação:

- Projetos de requalificação urbanística – documentos de projeto;
- Acompanhamento periódico das obras – relatórios de acompanhamento;
- Vistorias aéreas da paisagem e usos e ocupação do solo – relatório de vistoria contendo imagens e fotos aéreas;
- Coleta e análise da água (antes e depois das obras) – relatórios de monitoramento.

a.2) Para os ancoradouros turísticos

- Deverão ser previamente elaborados estudos ambientais e socioeconômicos que permitam:

- Identificar (inventário, pesquisa, oficinas temáticas nos municípios) a demanda pelos serviços, definindo a finalidade (ancoradouros para pequenas embarcações, terminais de passageiros que possibilitem o acesso náutico aos municípios, destinos turísticos, etc), priorizando o uso misto e evitando a ociosidade dos equipamentos na baixa temporada;
- Identificar os locais mais adequados, a partir de estudos de capacidade de suporte;
- Instituir uma Câmara Técnica, no âmbito regional, vinculado ao CONETUR, constituído dos diversos segmentos envolvidos (Estado, municípios, pescadores, empresários, agências de turismo, a Capitania dos Portos e IBAMA) para definição de critérios e parâmetros para elaboração dos projetos e gestão eficiente dos empreendimentos, para que mantenham os requisitos de sua instalação.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudos de demanda, com envolvimento das populações atingidas – relatório técnico;
- Estudos de capacidade de suporte – relatório técnico;
- Instrumento normativo de instituição da câmara técnica – Portaria estadual;
- Contratos de gestão das novas estruturas – documento de contrato;
- Controle e fiscalização do número de usuários – relatório de vistoria;
- Coleta e análise das águas (antes e depois das obras) – relatórios de monitoramento.

a.3) Para os novos acessos

- Realização de estudos prévios detalhados das alternativas de traçados, conforme exigência das normas pertinentes, com avaliação da viabilidade econômica e especial atenção nas modificações sobre o meio natural, nas condições socioeconômicas e culturais da região afetada.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudo prévio de alternativas de traçado – relatório técnico.

- Apresentação em fóruns específicos que permitam a ampla participação dos interessados, das alternativas de traçado e soluções técnicas estudadas para adaptação às condições paisagísticas locais, que apresentem melhores condições para evitar e ou minimizar os impactos sobre os recursos naturais, históricos, sobre a população afetada e o uso da terra nas diversas fases da obra (planejamento, construção, operação e manutenção), incluindo medidas de controle para a gestão ambiental, evitando intervenções e degradação em áreas ambientalmente frágeis e da própria atividade turística.

Indicadores - meio de verificação:

- Número de fóruns públicos de discussão (oficinas, audiências, reuniões de conselhos, etc.) realizados – atas ou memórias de reunião, devidamente firmadas por representantes do governo, dos empreendedores e dos interessados.

- Previsão de investimentos para manter em boas condições a sinalização, acostamentos, defensas, etc.

Indicadores - meio de verificação:

- Orçamento estadual e municipal – lei estadual e municipal de diretrizes orçamentárias publicada;
- Vistorias periódicas nos atrativos – relatório de vistoria.

- Priorizar a utilização de consórcio intermunicipal como alternativa de gestão dos serviços, levando em consideração as condições ambientais do polo.

Indicadores - meio de verificação:

- Protocolos de cooperação entre municípios para realização de obras de infraestrutura e serviços básicos – documento de protocolo.

- Estímulo à participação da população local, com estabelecimento de canal de diálogo que permita a definição conjunta de critérios para as situações de alteração do uso da terra e necessidade de exclusão de atividades instaladas na área afetada pelo projeto, submetendo também as alternativas de traçados à apreciação dos diversos segmentos envolvidos, contribuindo no processo de tomada de decisão e na definição do projeto mais adequado.

Indicadores - meio de verificação:

- Número de fóruns públicos de discussão (oficinas, audiências, reuniões de conselhos, etc.) realizados – atas ou memórias de reunião, devidamente firmadas por representantes do governo, dos empreendedores e dos interessados.

- Elaboração de estudos que identifiquem os pontos de erosão e de vulnerabilidade nos períodos chuvosos, apontando medidas de adequação e controle.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudo sobre pontos de erosão e vulnerabilidade realizadas – relatório técnico.

- Desenvolver estudo para identificação do conjunto de áreas críticas de tráfego nos polos.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudo sobre áreas críticas de tráfego nos polos realizado – relatório técnico.

a.4) Nas demais obras de infraestrutura

- Considerar, nas obras e ações realizadas pelo PRODETUR II e outras, o cumprimento da legislação referente à necessidade de provimento de facilidades de circulação de portadores de necessidades especiais, articulando a busca de recursos adicionais em programas específicos para este fim.

Indicadores - meio de verificação:

- Editais de obras contemplando exigência de cumprimento da legislação específica – documento de edital;

- Projetos contemplando o exigido na legislação específica – documento de projeto executivo;

- Vistorias nas obras realizadas – relatório de vistoria.

- Elaborar plano de saneamento ambiental para os Polos Costa Branca e Seridó.

Indicadores - meio de verificação:

- Plano de saneamento ambiental elaborado para os dois polos – relatório técnico.

- Inclusão nos estudos para elaboração dos projetos de saneamento ambiental da avaliação do uso atual do solo, no caso dos mananciais superficiais, considerando a bacia hidrográfica e, quando a alternativa for a utilização de águas subterrâneas, definir a região de carga e descarga do aquífero, visando a sustentabilidade do manancial e, conseqüentemente, do sistema. Para o esgotamento sanitário, avaliar, na fase de projeto, a utilização de tecnologias de menor impacto, a adequada localização, processo e lançamento de efluentes, sempre acompanhados de rigoroso sistema de monitoramento na execução das obras, de acordo com os condicionantes da licença ambiental.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudos prévios às obras de saneamento ambiental elaborados – relatório técnico.

- Associar os esforços e recursos no setor de saneamento ambiental e setor elétrico, possibilitando a realização de estudos de viabilidade e adoção de sistemas e tecnologias alternativas de saneamento e provisão de energia elétrica nos pequenos municípios.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudos prévios de viabilidade de tecnologias alternativas realizadas – relatório técnico.

- Orientar os municípios a incluir em um plano de revitalização das áreas centrais, a restauração do patrimônio histórico-cultural, a mobilidade e acessibilidade urbana, por meio da aplicação dos instrumentos previstos nos Planos Diretores Municipais e no Estatuto das Cidades.

Indicadores - meio de verificação:

- Parâmetros técnicos específicos para revitalização de centros urbanos – norma publicada;
- Projeto de revitalização das áreas centrais das sedes municipais realizado, incluindo acessibilidade e restauração do patrimônio histórico – relatório técnico.

- Estudar alternativas para iluminação dos monumentos existentes nas áreas centrais das cidades, lembrando que é fundamental trabalhar com lâmpadas econômicas e sensores de claridade.

Indicadores - meio de verificação:

- Plano de alternativas de iluminação dos monumentos elaborado para cada município de cada polo – relatório técnico.

- Elaborar estudo para identificação de demandas e viabilidade técnica e econômica para o transporte aéreo como alternativa de acesso aos destinos turísticos, em particular nos polos Costa Branca e Seridó.

Indicadores - meio de verificação:

- estudo de demandas e viabilidade de transporte aéreo realizado – relatório técnico.

- Implantar programas municipais de monitoramento de efluentes de esgotos em redes de drenagem pluvial.

Indicadores - meio de verificação:

- Número de análises da qualidade das águas da rede de drenagem pluvial – relatórios de monitoramento.

- Aproveitamento dos terminais rodoviários municipais para monitoramento do fluxo de visitantes e da dinâmica da atividade turística, para subsidiar o estabelecimento da capacidade de carga local e provisão de medidas de gestão adequadas.

Indicadores - meio de verificação:

- Fluxo de visitantes municipal – relatórios da pesquisa.

- Investir em segurança pública, a partir do fortalecimento de efetivo policial, incluindo um programa de capacitação para o bom relacionamento com a população residente e turista, bem como para que se tornem agentes de conscientização sobre as questões ambientais e culturais que caracterizam o polo objeto de seu trabalho.

Indicadores - meio de verificação:

- Criação do novo batalhão turístico formalizado – norma estadual publicada;
- Efetivo policial capacitado – relatório de capacitação / listas de presença;
- Nível de satisfação da sociedade – relatório de pesquisa.

b) Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Natural

b.1) Criação e fortalecimento das Unidades de Conservação – Ucs e sua inserção nos roteiros turísticos do Estado:

- Estabelecer articulação entre os diversos órgãos competentes no processo de gestão de unidades de conservação para dar continuidade ao levantamento das áreas frágeis e de relevância ambiental do estado, agilizando o processo de criação de novas áreas e implementando as áreas já criadas, estabelecendo, no mínimo, o conselho gestor e plano de manejo, compatibilizando as medidas de proteção e conservação com sua inserção nos roteiros de visitação turística do Estado.

Indicadores - meio de verificação:

- Formalização de termos de parceria (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) – termos de parceria;
- Levantamento de áreas potenciais para criação de UCs realizado – relatório técnico;
- Criação de novas UCs formalizada – norma estadual ou municipal publicada;
- Criação de conselho gestor formalizada – norma estadual ou municipal publicada;
- Fluxo de visitantes em cada UC – relatório de pesquisa.

- Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação já criadas, por meio de implantação de programa de capacitação voltado para os gestores, elaboração e execução de programas de manejo.

Indicadores - meio de verificação:

- Número de treinamentos e de gestores capacitados – relatórios técnicos;
- Nível de implementação de programas de manejo em cada UC – relatório técnico da unidade gestora da unidade.

- Implantar programa permanente de sensibilização envolvendo visitantes, gestores e a população local.

Indicadores - meio de verificação:

- Número de treinamentos e de pessoas capacitadas – relatórios técnicos;
- Número de eventos e de material didático informativo – eventos realizados e materiais produzidos.

- Prever nos Planos de Manejo um modelo de gestão que possibilite a formalização de parceria entre o governo do estado e município, visando fortalecimento da gestão integrada das UCs.

Indicadores - meio de verificação:

- Termos de parceria formalizada (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) – termos de parceria.

- Definir os programas de visitação nas UCs e adotar medidas para a capacitação e aprimoramento profissional da população e sua inclusão nos programas de formação de guias locais dessas unidades.

Indicadores - meio de verificação:

- Programa de visitação definido em cada UC – relatório técnico;
- Número de treinamentos realizados – certificados emitidos;
- Número de guias locais treinados – certificados emitidos;

- Definição e controle do acesso nas UCs, com definição e sinalização das trilhas e áreas de uso público.

Indicadores - meio de verificação:

- Programa de visitação definido em cada UC – relatório técnico.

- Incluir nos estudos de demandas de unidades de conservação áreas marinhas, possibilitando a criação de áreas livres de pesca e de visitação controlada.

Indicadores - meio de verificação:

- Número de UCs marinhas criadas – norma estadual ou federal publicada.
- % de áreas protegidas no Estado aumentado – relatório de acompanhamento.

b.2) Atributos naturais não protegidos em unidades de conservação

- Estabelecer plano de proteção e recuperação dos manguezais, definindo limites e padrões claros para a sustentabilidade da utilização econômica e social destes ecossistemas de fundamental importância para manutenção dos recursos marinhos e estabilidade da zona costeira.

Indicadores - meio de verificação:

- Plano estadual de proteção e recuperação de manguezais instituído – norma estadual publicada

- Estabelecer plano de proteção de lagoas costeiras e ecossistemas associados, articulando os órgãos competentes na proteção e gestão desses mananciais, garantindo sua conservação e uso múltiplo e sustentável, por meio da observação rigorosa do disposto na legislação ambiental e outras pertinentes a respeito de sua conservação e proteção, considerando principalmente:

- A necessidade de manter as margens dessas lagoas como área pública, estabelecendo uma faixa de preservação permanente não edificante, não interrompendo os fluxos naturais;
- A recuperação e/ou conservação, em qualidade e quantidade, dos cursos d'água que a abastecem;
- A manutenção e valorização das atividades originais (pesca artesanal), preservando a cultura e os costumes tradicionais, contribuindo para garantir as rendas das famílias locais sem impor trabalhos para os quais não estão qualificados.

Indicadores - meio de verificação:

- Plano estadual de proteção e recuperação de lagoas e ecossistemas associados instituído (norma estadual publicada).

b.3) Sítios Arqueológicos

- Realizar estudos antropológicos e arqueológicos para elaborar um diagnóstico do acervo existente nos sítios arqueológicos, como subsídio à definição de parâmetros e condições de utilização adequada para visitação turística.

Indicadores - meio de verificação:

- Estudo antropológico e arqueológico realizado – relatório técnico;
- Diagnóstico do acervo realizado – relatório técnico;
- Parâmetros de utilização e visitação dos sítios arqueológicos definidos para cada sítio – norma estadual ou municipal.

- Criar e implantar Unidades de Conservação na área de influência direta dos sítios e/ou a criação de Museus ao Ar Livre, acompanhado de um Plano de Manejo que contemple o Zoneamento Ecológico-Econômico e regulamento estabelecendo as normas de uso, desdobrado em Programas de: Administração e Operacionalização; de Visitação, de Pesquisa e Monitoramento; de Fiscalização; e, de Educação Ambiental.

Indicadores - meio de verificação:

- Formalização da criação de UC em cada sítio – norma federal, estadual ou municipal;
- Planos de manejo elaborados para cada sítio – norma federal, estadual ou municipal;
- Parâmetros gerais de utilização e visitação dos sítios arqueológicos definidos – norma federal ou estadual.

- Realizar estudos sistemáticos de capacidade de suporte.

Indicadores – meio de verificação:

- Estudos de capacidade de suporte realizados para cada área e revisados anualmente – relatórios técnicos.

b) Conservação e Uso Sustentável do Patrimônio Histórico-cultural

- Realizar, em parceria com a Fundação José Augusto e o órgão estadual de meio ambiente, o inventário e diagnóstico do patrimônio histórico-cultural do polo, com fins de restauração e visando o seu aproveitamento turístico, estabelecendo uma base de dados, um programa de capacitação da mão de obra local para essa restauração e a captação de recursos para estas atividades.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de parcerias formalizadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) – termos de parceria;
- Levantamento do acervo arquitetônico e cultural dos municípios realizado – relatório técnico e diagnóstico;
- Número de patrimônios do acervo a serem restaurados – Cadastro do acervo;
- Dados sistematizados em sistema de informações – base de dados sobre o patrimônio histórico;
- Nº. pessoas locais capacitadas e envolvidas na gestão e restauração do patrimônio histórico – cadastro de profissionais ativos;
- % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à conservação, gestão e restauração do patrimônio histórico – leis orçamentárias municipais, estaduais e federais;
- Projetos elaborados – relatórios governamentais de atividades.

- Incluir, nos projetos de estruturação da visitação ao patrimônio histórico-cultural, programas de capacitação para a população local, visando sua inclusão nas atividades de visitação pública, com especial atenção ao treinamento sobre as formas de conduta, na formação de guias locais.

Indicadores – meio de verificação:

- Nº. pessoas locais capacitadas e envolvidas na condução dos roteiros de visitação – cadastro de profissionais ativos;
- Número de treinamentos realizados – certificados emitidos.

- Incluir previsão orçamentária e financeira no Plano Plurianual e nos orçamentos municipal e estadual, voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias na gestão do patrimônio histórico-cultural.

Indicadores – meio de verificação:

- % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à conservação, gestão e restauração do patrimônio histórico – leis orçamentárias municipais, estaduais e federais.

c) Melhoria da qualificação profissional

- Abranger no diagnóstico e nas pesquisas, além das atividades diretamente ligadas ao turismo, aquelas que constituem a produção associada, desenvolvendo estratégia de inserção gradual da mão de obra local;
- Implantação, por meio de parceria público-privada, com recursos orçamentários e financeiros garantidos, de programação permanente e sistemática para gestão, fomento, capacitação e aprimoramento profissional, voltada para o turismo sustentável e a produção associada;
- Implantar programas de capacitação para guias locais, incluindo a dimensão ambiental e patrimônio histórico-cultural que caracterizam os municípios do polo.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de pessoas locais capacitadas e envolvidas na gestão e restauração do patrimônio histórico-cultural e natural e na condução dos roteiros de visitação – cadastro de profissionais ativos;
- Nível de crescimento e aproveitamento da produção associada ao turismo a nível local, regional e estadual – relatórios de pesquisa;
- % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à qualificação profissional – leis orçamentárias municipais, estaduais e federais;
- Projetos de investimento elaborados – PPA e LDO;
- Cadastro da mão de obra local – Banco de dados;
- Número de treinamentos e de pessoas capacitadas – relatórios técnicos;
- Número de guias locais treinados – certificados emitidos.

- Provisão de sistema público, com a participação da iniciativa privada, de organização das demandas de trabalho e emprego associado ao inventário da mão de obra disponível.

Indicadores – meio de verificação:

- Nível de assistência à mão de obra local para capacitação e inserção no mercado - sistemas locais de gestão das demandas de trabalho e emprego.

- Instituição de certificação de qualidade que reflita o nível de adoção de medidas gerenciais em direção à sustentabilidade do negócio e da atuação do empresário/profissional envolvido na atividade.

Indicadores – meio de verificação:

- Cadastro de empresas – banco de dados;
- % de crescimento de empresas e empreendedores certificados – nº certificados emitidos.

d) Sinalização e atendimento ao turista

- Inclusão, na programação orçamentária, dos recursos necessários ao estabelecimento de parceria público/privada para manutenção dos elementos de sinalização, evitando a descontinuidade dos serviços.

Indicadores – meio de verificação:

- % do orçamento municipal, estadual e federal voltado à manutenção dos atrativos e seus equipamentos – leis orçamentárias federais, estaduais e municipais;
- Número de empresas envolvidas em parceria com o governo para manutenção do patrimônio do turismo do polo – cadastro FIERN/SEBRAE.

- Associar os equipamentos de atendimento ao turista às casas de cultura e salas verdes, permitindo a integração da informação turística, cultural e ambiental.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de postos de atendimento articulados às casas de cultura e/ou salas verdes em cada polo – termos de parceria firmada.

- Direcionar o projeto de sinalização dos destinos turísticos à educação ambiental para utilização adequada do patrimônio natural e construída, potenciais produtos do turismo no polo;

Indicadores – meio de verificação:

- Projeto de sinalização educativa – documento de projeto;
- Número de vistorias e pesquisas de campo realizadas – relatórios de vistoria e pesquisa.

- Elaborar um programa de educação ambiental, em parceria com a iniciativa privada, que inclua as informações socioambientais nas diversas peças e elementos de divulgação, promoção e valorização dos destinos, para utilização em todo *trade* turístico.

Indicadores – meio de verificação:

- Programa de educação ambiental articulado por iniciativa público-privada – relatório técnico;
- Peças e elementos de divulgação contemplando informações educativas – peças de divulgação.

e) Valorização de novos atrativos e produtos

No Costa das Dunas

- Apoiar o processo de criação da unidade de conservação do morro do Careca, garantindo a implantação do conselho gestor e que seu uso seja planejado no contexto de um plano de manejo.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de vistorias realizadas para avaliação das condições ambientais da área – relatórios de vistoria;
- Criação da UC formalizada – norma estadual;
- Conselho gestor formalizado – norma estadual;
- Plano de manejo formalizado - norma estadual;
- Nível de adequação dos usos da unidade ao plano de manejo – relatório técnico.

- A reestruturação do receptivo do Cajueiro do Pirangi deve ser cercada de todos os cuidados necessários à preservação do atrativo em suas características específicas, garantindo sua manutenção e valorização, bem como das condições de trabalho das pessoas que vivem do mesmo.

Indicadores – meio de verificação:

- Estudo de capacidade de suporte realizado para a área e revisado anualmente – relatório técnico;
- Nível de satisfação dos visitantes e profissionais envolvidos com o atrativo – relatório de pesquisa.

- Verificar a viabilidade de implantação do novo acesso ao Parque das Dunas em função das finalidades para as quais o parque foi criado e as orientações de seu plano de manejo, com garantia de provimento de corpo técnico e administrativo para a UC compatível com as demandas existentes e as novas demandas de administração geradas pela presença deste novo acesso.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de vistorias realizadas para avaliação das condições ambientais da área – relatórios de vistoria;
- Estudo de impacto ambiental realizado – relatório técnico;
- Validação pelo CONEMA – atas de reuniões do conselho;
- Número de novos funcionários – relatório de atividades do governo.

No Costa Branca

- Instituir Unidade de Conservação no Lajedo Soledade e Dunas do Rosado, na forma prevista pelo Sistema Nacional/Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, com previsão da harmonização das características ambientais da Unidade ao interesse turístico.

Indicadores – meio de verificação:

- número de vistorias realizadas para avaliação das condições ambientais da área – relatórios de vistoria;
- Criação das UCs formalizada – normas estaduais;
- Conselho gestor formalizado – norma estadual;
- Plano de manejo formalizado – norma estadual;
- Estudos de capacidade de suporte realizados para a atividade turística nas áreas e revisados anualmente – relatórios técnicos.

- Elaborar roteiros integrados de turismo pedagógico, contemplando a inserção de atividades econômicas regionais tradicionais (pesca, salinas, etc.).

Indicadores – meio de verificação:

- Número de roteiros elaborados – relatórios técnicos;
- Número de empresas interessadas – termos de parceria firmados.

No Seridó:

- Formatar e estimular a execução de projeto de criação de um Circuito Religioso envolvendo os municípios do polo que aglutinam um maior número de visitantes no período das festas dos padroeiros;
- Desenhar um circuito de vaquejadas e estimular o *trade* turístico para sua operacionalização nos municípios com tradição e vocação para esse tipo de esporte;
- Estimular os municípios para realização de eventos gastronômicos com feiras de artesanato e shows com artistas da terra no período das festas religiosas, a fim de agregar valor ao turismo religioso e potencializar o uso do patrimônio cultural.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de projetos de circuitos religiosos, de vaquejadas e gastronômico/culturais elaborados – documentos de projeto;
- Estudos de capacidade de suporte realizados para cada atrativo e revisados anualmente – relatórios técnicos.

- Estimular o *trade* turístico para investir no turismo de aventura e rural a partir do uso dos recursos naturais como as serras, cavernas e açudes da região, onde se pode praticar caminhada ecológica, pesca esportiva, escalada, ciclismo ou *mountain biking*, *rappel*, observação espeleológica, cavalgadas e observação e interpretação do meio;
- Incentivar a realização de eventos culturais como festival de violeiros visando agregar valor as atividades de turismo de aventura e/ou rural e aumentar o tempo de permanência do turista na região do polo.

Indicadores – meio de verificação:

- Estudos de capacidade de suporte realizados para cada área e revisados anualmente – relatórios técnicos;
- Projeto de turismo de aventura e rural validado pelos colegiados competentes – atas de reunião dos colegiados;
- Número de linhas de financiamento disponibilizadas – carteiras de instituições financeiras.

f) Comercialização

- Incluir no Plano de Marketing instrumentos de controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, com base nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais.

Indicadores – meio de verificação:

- Estudos de capacidade de carga realizados para cada atrativo e revisados anualmente – relatórios técnicos.

- Instituir programas de desenvolvimento local para que as atividades tradicionais possam associar-se ao turismo, contribuindo para a renda familiar.

Indicadores – meio de verificação:

- Programa de desenvolvimento local instituído – documento de programa;
- Número de pesquisas sobre o nível de crescimento e aproveitamento da produção associada ao turismo a nível local, regional e estadual realizado – relatórios de pesquisa.

- Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários ao acompanhamento da implantação do Plano;

- Subsidiar os Planos de Marketing com informações e indicadores sociais atualizados sobre as condições de atendimento da infraestrutura e os índices de crescimento do fluxo de turistas, garantindo o equilíbrio entre a oferta e demanda;

- Definição de indicadores de acompanhamento dos destinos e atrativos de maior fluxo de turista, como subsídio ao planejamento anual da atividade e definição de prioridades e orientações estratégicas para atualização do Plano de Marketing;

- Previsão de criação de programas (no âmbito do Plano de Marketing), de pesquisa de mercado contínua nacional, internacional e nos núcleos emissores, de eventos, incluindo feiras, rodadas de negócios, promoção de *famtour* técnico e de divulgação dos principais destinos do polo e de divulgação, por meio da formulação e produção de material promocional e informativo;

- Criação de estrutura governamental e capacitação de técnicos voltada para prestação de serviços necessários à manutenção do sistema *on line* de comercialização;

- Estabelecimento de um sistema integrado que contemple instituições públicas e privadas nos mecanismos de utilização e atualização do banco de dados;

- Realizar programa de pesquisa contínua de mercado para orientar a estratégia de marketing e divulgação;

- Realizar levantamentos sistemáticos sobre o desenvolvimento da atividade turística, associado a informações de caráter ambiental e cultural

Indicadores – meio de verificação:

- Estrutura Intersectorial formalizada para acompanhamento da implantação do Plano e do sistema *on line* de comercialização – ato do poder público;

- Número de pesquisas e estudos realizados – relatórios técnicos e de pesquisa;

- Indicadores de crescimento da dinâmica do turismo definidos – relatório técnico;

- Banco de dados sobre a dinâmica da atividade turística – Sistema de informações implantado.

g) Fortalecimento Institucional

g.1) Dos órgãos gestores

- Dotar o órgão gestor estadual de condições para gerenciar a atividade turística no estado, provendo dados e informações, ferramentas e recursos para apoiar seu desenvolvimento de forma integrada, garantindo os critérios de sustentabilidade e boa gestão pública;

Indicadores – meio de verificação:

- Número de técnicos efetivos contratados em quantidade e qualidade para desempenho das funções – relatório de atividades / folha de pagamento;

- Integração com as diversas instituições de fomento, com o setor empresarial e com a sociedade civil, para organização de um programa de captação de recursos e fomento compatível com as demandas e necessidades presentes e futuras do turismo no Estado;
- Integração com os diversos setores envolvidos na atividade turística, estabelecendo metas e indicadores setoriais de planejamento e atendimento às demandas.

Indicadores – meio de verificação:

- Termos de parceria formalizada (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) – termos de parceria;
- Metas e indicadores setoriais de planejamento e crescimento definidos – relatório técnico;
- Programa de captação de recursos e fomento efetivado – documento de programa.

- Implantação do sistema integrado de gestão do turismo, abrangendo os órgãos gestores do turismo municipal e estadual com os demais órgãos afins, especialmente os responsáveis pela execução das políticas de meio ambiente e urbanística, com inclusão, no Plano Plurianual (PPA) e orçamento (municipal e estadual) anual, de programas voltados para gestão integrada na promoção turismo sustentável;
- Estabelecimento de sistema de informações estadual, alimentado por estudos periódicos e dados obtidos sistematicamente a partir de indicadores definidos, possibilitando o provimento de subsídios à gestão dos polos, nos municípios e de cada atrativo.

Indicadores – meio de verificação:

- Estrutura Intersetorial formalizada nos diversos níveis de governo para gestão e acompanhamento do PRODETUR – ato do poder público;
- Número de pesquisas e estudos realizados sobre o desenvolvimento da atividade turística – relatórios técnicos e de pesquisa;
- Indicadores de crescimento da dinâmica do turismo definidos – relatório técnico;
- Banco de dados sobre a dinâmica da atividade turística implantada – Sistema de informações implantado;
- % do orçamento municipal, estadual e federal voltado à manutenção dos atrativos e seus equipamentos – leis orçamentárias federais, estaduais e municipais.

- Criação e instalação ou revitalização dos conselhos municipais de turismo e de meio ambiente, priorizando a instalação de colegiados municipais intersetoriais, que permitam o tratamento integrado das estratégias de sustentabilidade do desenvolvimento local e regional e a participação dos Conselhos na elaboração das políticas.

Indicadores – meio de verificação:

- Conselhos municipais formalizados e em funcionamento – atas de reuniões dos conselhos.

- Estabelecer planos de carreira que permitam a realização de concursos públicos para preenchimento permanente dos quadros de pessoal.

Indicadores – meio de verificação:

- Plano de carreira para os setores de turismo, meio ambiente e urbanismos municipais formalizados – leis municipais;
- Número de técnicos efetivos contratados em quantidade e qualidade para desempenho das funções – relatório de atividades / folha de pagamento.

- Adotar os consórcios intermunicipais no programa de capacitação, facilitando o acesso e integração dos técnicos e membros dos conselhos gestores, com melhor aproveitamento do conteúdo ministrado.

Indicadores – meio de verificação:

- Formalização de termos de parceria (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e consórcios) – termos de parceria;
- Número de treinamentos intermunicipais realizados – certificados emitidos / listas de presença.

- Definir instrumentos e mecanismos de captação de recursos, a serem aplicados em medidas de conservação e preservação dos atributos naturais, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos atrativos naturais e socioculturais potenciais para o turismo.

Indicadores – meio de verificação:

- % de recursos dos fundos estaduais aplicados na conservação e preservação dos atributos naturais associados ao turismo – relatórios de atividades de governo.

- Realizar inventários turísticos municipais e pesquisas de demanda e fluxo turístico, de caráter sistemático e contínuo, para subsidiar as políticas do setor.

Indicadores – meio de verificação:

- Pesquisas realizadas – relatórios de pesquisa.

- Estabelecer programas de ação conjunta entre os diversos órgãos setoriais envolvidos na gestão municipal, permitindo melhor eficiência e agilidade na atuação fiscalizadora.

Indicadores – meio de verificação:

- Termos de parceria formalizada (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.) para cooperação e ação conjunta dos entes de governo – termos de parceria.

h.2) Da unidade gestora do Plano Diretor de Resíduos Sólidos:

- Prover a unidade de pessoal, orçamento e capacitação para acompanhamento e apoio técnico necessário a implementação do Plano junto aos municípios, para que estes possam desenvolver e implantar a infraestrutura e os procedimentos para facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores, para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, conforme estabelece a política nacional.

Indicadores – meio de verificação:

- Unidade gestora de governo formalizada para gestão e acompanhamento do Plano – ato do poder público;
- % do orçamento municipal, estadual e federal voltado à implementação e gestão do Plano
- Leis orçamentárias federais, estaduais e municipais;
- Planejamento anual elaborado e em implantação – relatório técnico / relatório de atividades do governo.

- Estímulo à formação de consórcios municipais que permitam a articulação de ações e instituições para administrar os resíduos sólidos sob a perspectiva de geração de novas riquezas e negócios, criando postos novos de trabalho e promovendo a inserção social por meio da reciclagem, estimulando a adoção do eco eficiência nas empresas e disseminando na sociedade a necessidade de um consumo consciente.

Indicadores – meio de verificação:

- Formalização de termos de parceria (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e consórcios) – termos de parceria.

- Estímulo à organização de cooperativas para promover a inserção dos que sobrevivem informalmente da catação e reciclagem de lixo, criando um novo cenário de dignidade e valorização do seu trabalho.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de cooperativas formalizadas e implantadas – cadastro de cooperativas;
- % de resíduos sólidos reciclados – relatório técnico.

- Estabelecimento do princípio do poluidor-pagador e de incentivos fiscais para empresas que reduzirem a geração de resíduos e investirem em programas e na gestão eficiente.

Indicadores – meio de verificação:

- Regulamentação do mecanismo de incentivos fiscais formalizadas – norma estadual.

- Estímulo à educação ambiental, capacitando os consumidores em práticas de responsabilidade socioambiental, como critério de compra de um produto, criando mecanismos de pressão às empresas para adoção destas mesmas práticas.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de campanhas realizadas – material promocional produzido;
- Número de usuários atingidos – relatório de pesquisas.

- Criação de uma malha de fiscalização e controle de resíduos sólidos na geração, transporte e destino final, possibilitando o desenvolvimento de um inventário capaz de mapear os resíduos sólidos e nortear a gestão do Plano e políticas capazes de atender as realidades distintas de cada município, Estado e região.

Indicadores – meio de verificação:

- Norma técnica elaborada – norma estadual;
- Número de fiscais atuantes na gestão de resíduos sólidos – folha de pagamento;
- Inventários de fluxo de resíduos sólidos realizados – relatórios técnicos.

- Estabelecimento de selo de produto sustentável, que premie o produto eco eficiente e produzido com responsabilidade socioambiental.

Indicadores – meio de verificação:

- Norma técnica elaborada – norma estadual publicada;
- % de empresas com selo – cadastro de empresas certificada.

h.3) Da implantação de instrumentos de planejamento e ordenamento territorial:

- Elaboração de Planos Diretores que atendam as exigências do Estatuto da Cidade e Resoluções do Conselho das Cidades, em especial, a delimitação das áreas a serem especialmente protegidas;

- Redefinir os objetivos fundamentais da gestão territorial dos municípios, integrando a política de turismo às demais políticas setoriais locais, em especial a política ambiental;
- Estabelecer o zoneamento do território do município, considerando a cobertura e condições de atendimento da infraestrutura instalada, definindo instrumentos de aproveitamento de cada zona, com definição e delimitação dos espaços nos quais possam se desenvolver as atividades econômicas rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda, observados os critérios e parâmetros ambientais;
- Adequar os programas de governo de fomento à melhoria dos equipamentos de hospedagem ao planejamento a curto, médio e longo prazo da atividade, para que não se estimule o crescimento além da capacidade de retorno econômico e suporte socioambiental;

Indicadores – meio de verificação:

- Número de planos diretores elaborados e avaliados periodicamente – lei municipal publicada.

- Priorizar nos Códigos de Obras a definição de critérios que assegurem a gestão ambiental das obras (para o meio ambiente e o trabalhador) e condições de acessibilidade de portadores de necessidades especiais.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de códigos de obras elaborados e avaliados periodicamente – norma municipal publicada.

- Previsão, no Código Municipal de Meio Ambiente, de estratégia para a gestão compartilhada do Estado com os municípios compatibilizadas com as diretrizes nacionais, em especial, no que se refere às competências de cada ente, assegurada a participação social, por meio do estímulo à criação dos colegiados;
- Inclusão, no Código Municipal de Meio Ambiente, da previsão de instrumentos fiscais e de compensação ambiental pelo uso dos atributos naturais, tanto para os investidores como visitantes, gerando recursos para aplicação na manutenção e recuperação ambiental.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de códigos de meio ambiente elaborados e avaliados periodicamente – norma municipal publicada.

- Aparentamento técnico dos municípios (pessoal, equipamentos) como garantia da gestão ambiental plena para implantação da Política Municipal de Meio Ambiente.

Indicadores – meio de verificação:

- Plano de carreira para os setores de meio ambiente municipais formalizado – leis municipais;
- Número de técnicos efetivos contratados em quantidade e qualidade para desempenho das funções – relatório de atividades / folha de pagamento;
- Plano de estruturação dos órgãos municipais de meio ambiente formalizado – documento técnico;
- % do orçamento municipal e estadual voltado à implementação e gestão dos órgãos municipais de meio ambiente – leis orçamentárias estaduais e municipais.

- Estabelecer mecanismos de monitoramento dos resultados da aplicação dos instrumentos legais desenvolvidos, capacitando os gestores e conselheiros municipais como agentes responsáveis pelo processo.

Indicadores – meio de verificação:

- Normas municipais de ordenamento territorial e ambiental avaliadas periodicamente – relatórios de avaliação.

h.4) Sistema de informações e rede de gestão local

- Integração do Banco de Dados entre o setor público e setor privado, favorecendo a atualização das informações a serem disponibilizadas;
- Disponibilizar os recursos materiais (estrutura física, equipamentos) e condições adequadas de trabalho para o atendimento aos usuários dos serviços prestados;
- O projeto da rede deverá prever a seleção de dados e informações, estimular a pesquisas e a definição de metodologias para coleta de dados e informações, possibilitando comparar os dados quantitativos e qualitativos relacionados à oferta e demanda da atividade;
- Estimular a formalização de termo de cooperação técnica com instituições de pesquisa, tornando possível a identificação das variáveis e projeções que direcionem as alternativas gerenciais e a tomada de decisões.
- Ampliação do projeto da rede, integrando a outros sistemas de informação, em especial, com o sistema de informações ambientais;
- Integrar as informações fornecidas pelos órgãos públicos e pelos operadores turísticos, vinculando-os à rede de informações turísticas locais.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de termos de parceria formalizados entre instituições de governo e público-privadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e consórcios) – termos de parceria;
- Estrutura Intersetorial formalizada para acompanhamento da implantação da Rede de Informações – ato do poder público;
- Número de pesquisas e estudos realizados para alimentação do sistema – relatórios técnicos e de pesquisa;
- Indicadores de crescimento da dinâmica do turismo definidos – relatório técnico;
- Banco de dados sobre a dinâmica da atividade turística implantado – Sistema de informações implantado;
- % do orçamento federal, estadual e municipal voltado à implementação e gestão do sistema e da rede de informações – leis orçamentárias estaduais e municipais.

h.5) Participação e controle social

- Elaborar e implantar um programa amplo de prevenção de atividades nocivas e de educação ambiental, integrando o material promocional da atividade turística para utilização nos serviços dos receptivos;
- Incluir no material promocional os aspectos relacionados com as exigências legais e condições de uso dos recursos naturais para fins turísticos;
- Estabelecer programa de educação ambiental voltado para orientação ao turista, com especial atenção as formas de conduta e posturas ambientais nos destinos turísticos;
- Vincular a promoção dos eventos às atividades desenvolvidas nos postos de atendimento ao turista;
- Promover campanha permanente de mobilização da população envolvida com a atividade turística, que apóie a construção de uma visão mais ampliada do problema e a identificação das vantagens competitivas de um polo turístico estruturado e sustentável e permita a participação efetiva e qualificada nos processos de tomada de decisões.

Indicadores – meio de verificação:

- Programa de prevenção desenvolvido e implementado – programa de educação ambiental articulado por iniciativa público-privada – documento de programa e termos de parceria para sua implementação;
- Número de campanhas, peças e elementos de divulgação contemplando informações educativas realizadas – materiais promocionais produzidos;
- % de pessoas atingidas – relatórios de pesquisa.

- Promover programa permanente de fortalecimento, capacitação e inserção da mão de obra local na atividade turística, tanto diretamente quanto na produção associada.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de pessoas locais capacitadas e envolvidas no desenvolvimento da atividade turística e produção associada – cadastro de profissionais ativos;
- Nível de crescimento e aproveitamento da produção associada ao turismo a nível local, regional e estadual – relatórios de pesquisa;
- % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à qualificação profissional – leis orçamentárias municipais, estaduais e federais;
- Projetos de investimento elaborados – PPA e LDO estadual e municipal;
- Cadastro da mão de obra local – Banco de dados;
- Número de treinamentos e de pessoas capacitadas – relatórios técnicos;
- Número de guias locais treinados – certificados emitidos;
- Criação e instalação ou revitalização dos conselhos municipais de turismo e de meio ambiente, priorizando a instalação de colegiados municipais intersetoriais, que permitam o tratamento integrado das estratégias de sustentabilidade do desenvolvimento local e regional.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de colegiados municipais formalizados – norma municipal;
- Colegiados municipais atuantes – atas de reuniões do colegiado.
- Implantar e fortalecer a atuação do governo estadual, da administração municipal e da sociedade local e sua representação no colegiado regional, garantindo o planejamento e operacionalização de estratégias de desenvolvimento regional da complementaridade e integração dos atrativos em roteiros turísticos;
- Constituição, pelo município, de canais para participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos, implementando dispositivos legais que protejam os interesses locais;
- Estabelecer mecanismos de participação dos diversos segmentos sociais interessados na elaboração dos diagnósticos e estudos técnicos voltados ao desenvolvimento de novos produtos e estabelecimento de calendário de eventos no polo;
- Estabelecer programa de fortalecimento dos colegiados que tratam da gestão participativa do turismo, garantindo o apoio político-institucional e financeiro necessário ao seu funcionamento, bem como a capacitação dos seus conselheiros.

Indicadores – meio de verificação:

- Número de termos de parceria formalizados entre instituições de governo e público-privadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções e consórcios) – termos de parceria;
- Estrutura Intersectorial formalizada para acompanhamento do desenvolvimento da atividade turística, com participação da sociedade civil – ato do poder público;
- Número de novos roteiros estabelecidos – materiais promocionais do turismo;
- Número de decisões dos colegiados implementadas – atas de reuniões dos conselhos X relatórios de atividades de governo;
- Calendários de eventos de cada polo – material promocional;

- Estudos de demanda e diagnósticos, com envolvimento das populações atingidas – relatório técnico;
- Número de fóruns públicos anuais de discussão (oficinas, audiências, reuniões de conselhos, etc.) realizados – atas ou memórias de reunião, devidamente firmadas por representantes do governo, dos empreendedores e dos interessados.

i) Gestão Ambiental

- Elaboração de estudos para identificação de áreas críticas, em especial as sujeitas a erosão costeira, propondo soluções para contenção do processo.

Indicadores – meio de verificação:

- Estudos de áreas críticas realizados para cada área – relatórios técnicos.

- Instrumentalização dos órgãos de gestão para o exercício integrado de planejamento e monitoramento sócio-ambiental dos municípios do polo;
- Articulação das políticas setoriais (turismo e meio ambiente) para implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Litoral Oriental, em conformidade com a Lei nº 6.950, de 20 de agosto de 1996.

Indicadores – meio de verificação:

- Termos de parceria entre órgãos de turismo e meio ambiente – protocolo de cooperação;
- Nº. de funcionários envolvidos na gestão da sustentabilidade da atividade turística – folhas de pagamento dos órgãos de meio ambiente e turismo;
- % de recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionada para a gestão da sustentabilidade do turismo - leis orçamentárias federais, estaduais e municipais;
- Estudos de capacidade de suporte realizados para cada área e revisados anualmente – relatórios técnicos;

- Estabelecer bancos de dados permanentemente atualizado, com aporte de informações sobre instituições financiadoras e recursos disponíveis para implantação de tecnologias sociais e alternativas para a sustentabilidade (p.ex. Projeto “De Olho na Água”, financiado pela Petrobras).

Indicadores – meio de verificação:

- Sistematização de dados de tecnologias sociais e fontes de financiamento – banco de dados;
- Nº. de técnicos disponíveis para manutenção do banco de dados – folha de pagamento.

- Estabelecer estratégia estadual de articulação dos órgãos competentes junto ao programa “Mais Ambiente” e demais linhas de financiamento existentes para fortalecer o programa de gestão de bacias hidrográficas do estado, possibilitando a implementação de comitês de bacias, associando a esta, os projetos de recuperação de mananciais, de forma que se recupere toda a capacidade hídrica daquela bacia.

Indicadores – meio de verificação:

- Protocolo de Cooperação entre Governo Federal e Estado, visando o cumprimento do Decreto 7.029/09 - Programa “Mais Ambiente” – documento assinado entre Estado e União;
- Formalização de comissão estadual para implementação do Programa – ato de criação publicado;
- % de recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionada para a consecução do Programa nas áreas de interesse do turismo – leis orçamentárias federais, estaduais e municipais.

- Previsão orçamentária no Plano Plurianual e nos orçamentos municipal e estadual, voltada a garantir a contrapartida financeira para execução de parcerias na gestão do patrimônio histórico-cultural.

Indicadores – meio de verificação:

- % de recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionada para a consecução do Programa nas áreas de interesse do turismo – leis orçamentárias federais, estaduais e municipais.